

Enfrentando os limites do crescimento sustentabilidade, decrecimento e prosperidade

**Philippe Léna e
Elimar Pinheiro do Nascimento (orgs.)**

Serge Latouche · Joan Martínez-Alier · Mauro Bonaiuti ·
José Eli da Veiga · Liz-Rejane Issberner · Gilbert Rist ·
Michael Löwy · François Chesnais · Alain Gras ·
Clóvis Cavalcanti · Ernest Garcia · Hervé Kempf ·
Maria Amélia Enríquez · Gisella Colares Gomes ·
Fabrice Flipo · Alan Boccato-Franco ·
Miguel Benasayag · Angélique del Rey ·
Eduardo Gudynas · Igor S. H. de Carvalho ·
Santiago Vilanova · Andrei Cechin ·
Jean-Claude Besson-Girard · Jean-Marc Salmon ·
Onofrio Romano · Vincenzo Lauriola

Garamond
UNIVERSITÁRIA

IRD
Institut de recherche
pour le développement

Enfrentando os limites do crescimento

Sustentabilidade, decrescimento et prosperidade

Philippe Léna (dir.)

DOI: 10.4000/books.irdeditions.19965
Editora: IRD Éditions
Ano de edição: 2012
Online desde: 20 novembro 2018
coleção: D'Amérique latine
ISBN eletrónico: 9782709925662



<http://books.openedition.org>

Edição impressa

ISBN: 9788576172567
Número de páginas 440

Este documento é oferecido por Institut de recherche pour le développement (IRD)



Referência eletrónica

LÉNA, Philippe (dir.). *Enfrentando os limites do crescimento : Sustentabilidade, decrescimento et prosperidade*. Nouvelle édition [en ligne]. Marseille : IRD Éditions, 2012 (généré le 14 octobre 2019). Disponible sur Internet : <<http://books.openedition.org/irdeditions/19965>>. ISBN : 9782709925662. DOI : 10.4000/books.irdeditions.19965.

Este documento foi criado de forma automática no dia 14 outubro 2019. Foi obtido por via da digitalização por reconhecimento ótico de caracteres.

© IRD Éditions, 2012
Conditions d'utilisation :
<http://www.openedition.org/6540>

Desde os anos 1960, os ambientalistas e cientistas vêm alertando sobre o perigo do colapso ambiental. Os relatórios das agências da ONU e de instituições como o World Watch Institute mostram de forma contundente a urgência de uma mudança radical para evitar esse colapso. A novidade é que um número crescente de economistas, até então defensores do crescimento como panaceia para resolver todos os problemas, agora fala dos limites do crescimento e da necessidade de “mudar de economia”, tanto para evitar o colapso como para alcançar a justiça social. O mais recente relatório da OCDE (Previsões ambientais para 2050: as consequências da inação”, de 2012) faz um alerta dramático nesse sentido.

Entretanto, tanto a postura dos responsáveis políticos quanto as soluções que vêm sendo propostas (do desenvolvimento sustentável à economia verde) estão muito aquém do esperado. Não atacam a raiz do problema: o atual modelo de produção e consumo já é insustentável, e o será ainda mais quando for generalizado. Esta evidência leva a uma conclusão incontornável: a necessidade de justiça social e ambiental nas relações entre os países e no interior de cada país, única forma de tornar aceitáveis (ética, social e politicamente) as mudanças indispensáveis.

Para sobreviver, o nosso sistema econômico precisa oferecer cada vez mais objetos com obsolescência cada vez mais precoce, consumindo assim cada vez mais recursos e produzindo mais lixo. A eficiência produtiva crescente (fazer mais com menos matéria e menos energia) é uma realidade, mas essa eficiência tem poucos resultados em face do aumento do consumo global.

Portanto, é urgente passarmos da competição para a colaboração; sem isto, os conflitos em torno de recursos cada vez mais raros e mais caros serão devastadores. É urgente passarmos de um mundo que estimula uma busca frustrante e sem fim por mais consumo para uma sociedade de consumo baixo, mas de qualidade, que se oriente para a felicidade individual e coletiva. Normalmente tais mudanças requereriam séculos, mas não dispomos desse tempo. O futuro é hoje!

Os textos reunidos neste livro apresentam análises sobre várias dimensões desta problemática, tentando entender as lógicas e interesses em jogo, as causas da inação atual e os possíveis caminhos para sair do impasse.

PHILIPPE LÉNA

Geógrafo e sociólogo, Directeur de Recherche do ird (França). Foi pesquisador visitante no Inpa, MPEG e UFRJ, ex-presidente do IAG (International Advisory Group-mma/PPG7/Banco Mundial). Coordenou, no ird, uma Unidade de Pesquisa dedicada à Amazônia. Último livro no Brasil (com Roberto Araujo Santos): Desenvolvimento sustentável e sociedades na Amazônia (MPEG, Belém, 2010). E-mail: philippe.lena@sfr.fr

SUMÁRIO

Apresentação

Philippe Léna e Elimar Pinheiro do Nascimento

Os limites do crescimento econômico e a busca pela sustentabilidade: uma introdução ao debate

Philippe Léna

O entrelaçamento das crises ecológicas, econômicas e sociais
 Continuação do crescimento econômico e da degradação ambiental
 Uma nova mudança de escala no crescimento e consumo de recursos?
 O fim do desenvolvimento sustentável?
 Justiça social e ambiental
 As atitudes contemporâneas diante da crise ecológica e social
 Informação e desinformação: ciência *versus* lobbies

O decrescimento

Por que e como?

Serge Latouche

Por que o decrescimento?

O decrescimento, como?

Justiça ambiental e decrescimento econômico: a aliança dos dois movimentos

Joan Martínez-Alier

Economia ecológica, metabolismo social e ecologia política
 Tendências
 O pico da população: amem-se mais uns aos outros, mas não se multipliquem
 O ambientalismo dos pobres
 Contra as exportações baratas e a favor das energias renováveis e das populações locais
 Justiça climática
 Via Campesina: a agricultura familiar resfria a Terra
 Um decrescimento econômico socialmente sustentável
 O decrescimento econômico vai além do PIB
 Conclusão: uma aliança óbvia

A caminho da grande transição

Mauro Bonaiuti

Introdução
 Crescimento, acumulação e inovação como processo autoalimentado
 Crescimento, inovação e crise ecológica
 Desigualdades e crítica do desenvolvimento
 Crescimento e dissolução dos vínculos sociais
 O paradoxo do bem-estar
 A dinâmica da competição por posições
 Fragmentação pós-moderna e imaginário dominante
 Em direção a uma sociedade de decrescimento?

Decrescer crescendo

José Eli da Veiga e Liz-Rejane Issberner

O decrescimento para todos?

Gilbert Rist

Do “desenvolvimento” até o “decrescimento”
 Os problemas da definição
 O decrescimento: panaceia ou paliativo?

Crise ecológica e crise de civilização: a alternativa ecossocialista

Michael Löwy

Alguns marcos teóricos e políticos para a construção de uma postura ecológica revolucionária

François Chesnais

O caráter social radical da questão das mudanças climáticas
 A valorização sem fim do capital, da venda de mercadorias, da exploração sem limites dos trabalhadores e dos recursos naturais
 Exploração desavergonhada dos trabalhadores e esgotamento do solo
 A energia, sustentáculo da acumulação de capital e da detenção de poder
 Construindo o sujeito político: estado de alerta militante diante das crises ecológicas eminentes

A mega-máquina da globalização e do desenvolvimento insustentável: retornar à simplicidade

Alain Gras

A indústria: uma instituição social limitada até a incorporação de uma tecnologia universal
 A grande virada do crescimento: da indústria à termoindústria
 A grande divergência e a criação do Terceiro Mundo: uma realidade do imaginário
 O mundo termoindustrial, o mundo no qual se dissipam os fluxos de calor
 O perigo das tecnologias ecológicas para os países emergentes
 Conclusão: contra a corrida sem fim, a favor das tecnologias simples, robustas e recicláveis

Só existe desenvolvimento sustentável: a economia como parte da natureza

Clóvis Cavalcanti

Perspectiva inicial
 Economia e natureza
 Um antiecológismo brasileiro
 A visão da Economia Ecológica
 Crescimento e desenvolvimento

Decrescimento e bem viver: algumas linhas para um debate adequado

Ernest Garcia

Uma conversa em Quito: lançando o tema a partir da memória
 A ideia do decrescimento (ou “ladeira abaixo” da civilização fossilista)
 Das reflexões sobre desenvolvimentos alternativos e pós-desenvolvimento para a ideia do bem viver
 O bem viver e as variantes do decrescimento: pessimismo, otimismo e interpretações
 Decrescimento, pré-modernidade e natureza humana
 Devemos ou não tirar lições do passado?
 A questão da população

As desigualdades, motor da crise ecológica

Hervé Kempf

Justiça distributiva e eficiência econômica: uma perspectiva ecológico-econômica dos condicionantes do desacoplamento

Maria Amélia Enríquez e Gisella Colares Gomes

Introdução
 Fundamentos da economia convencional
 Inadequação dos fundamentos da economia convencional em um mundo cheio-a crítica da economia ecológica
 Fronteiras ecossistêmicas e eficiência produtiva
 Fronteiras ecossistêmicas e justiça distributiva
 Considerações finais

Introdução à história do conceito de decrescimento na França

Fabrice Flipo

A efervescência dos anos 70, o refluxo durante os anos do “dinheiro-rei” e a reativação no início dos anos 2000
 Raízes conceituais

O decrescimento no Brasil

Alan Boccato-Franco

Introdução

Produção e divulgação bibliográfica

Revistas, jornais, reportagens, entrevistas, discursos e textos não acadêmicos

Centros de referência

Blogs, redes sociais e articulação virtual

ONGs e movimentos sociais

Considerações e conclusão

O decrescimento e os países do Sul

Miguel Benasayag e Angélique del Rey

O utilitarismo e o homem normal

O sacrificial

Multiplicidade, contrapoder e pensamento orgânico

O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões

Eduardo Gudynas

O papel do campesinato na construção da sociedade do decrescimento

Igor S. H. de Carvalho e Alan Boccato Franco

Introdução

Decrescimento, descentralização e sustentabilidade

Campesinato

Campesinato e agroecologia

Conclusões

A bionação: o marco político do decrescimento

Santiago Vilanova

Análise crítica do papel dos partidos verdes pró-Estado. Proposta para um debate no âmbito dos movimentos alternativos e de libertação

O que vem a ser a bionação?

Bionação e decrescimento

Um relatório pioneiro sobre a Europa das ecorregiões

Mensagem aos povos ameríndios

Georgescu-roegen e o desenvolvimento sustentável: diálogo ou anátema?

Andrei Cechin

Introdução

A armadilha da métrica monetária

Georgescu *versus* substituíbilidade

Limites da eficiência

Uma questão de valores

Georgescu e o decrescimento da economia

Conclusão

Por uma conversão antropológica: o decrescimento é a saída do labirinto

Jean-Claude Besson-Girard

O que acontece hoje de tão diferente de tudo o que já aconteceu?

Além do colapso

O decrescimento ou a beleza do porquê

Policrise da globalização

Jean-Marc Salmon

Decrescimento e dispêndio: diálogo em torno de críticas ao crescimento e apostas antiutilitaristas

Onofrio Romano e Vincenzo Lauriola

Contra a sociedade de crescimento

Qual sociedade “para além” do crescimento?

Sustentabilidade: o campo de disputa de nosso futuro civilizacional

Elimar Pinheiro do Nascimento

Introdução

A noção de campo em Bourdieu

O campo da sustentabilidade

Fronteiras do campo: acesso e subcampos

Conclusão

Os autores

Apresentação

Philippe Léna e Elimar Pinheiro do Nascimento

- ¹ Durante os últimos 20 anos o discurso do desenvolvimento sustentável representou a linguagem hegemônica, e supostamente consensual, para pensar a regulação entre ambiente e sociedade. Criticado pelos agentes económicos que o percebiam como uma distorção do livre mercado, ou pela ecologia política que denunciava sua falta de consistência e sua defesa do modelo dominante, conseguia apesar de tudo reunir atores com interesses divergentes em torno das mesas de negociações. Após muitas conferências internacionais, convenções e protocolos, podemos constatar que a situação do meio ambiente piorou muito e que seu ritmo de degradação se acelerou. A inércia social é doravante incompatível com a urgência ecológica, a dinâmica da degradação ambiental sendo mais rápida que a evolução das crenças e comportamentos humanos.¹ E, sobretudo, mais veloz do que as medidas tomadas para o enfrentamento do problema.
- 2 Outra constatação: o modelo económico atual não é generalizável. Isso pode ser descrito de várias maneiras, abordado a partir de vários ângulos, sem que o diagnóstico mude. Utilizemos, por exemplo, o indicador sintético desenvolvido por Wackernagel & Rees nos anos noventa, a pegada ecológica (isto é, a quantidade de espaço biologicamente produtivo utilizado por cada indivíduo, região ou país para produzir o que consome e absorver seu lixo-essencialmente os gases de efeito estufa que emite). Países industrializados alcançaram IDH superiores a 0,85 à custa de pegadas ecológicas que ultrapassam, e muito, o limite *per capita* “autorizado” (se não quiser ultrapassar a biocapacidade do planeta, o que é uma condição necessária). Na realidade, elevar o IDH de 0,80 a 0,88 (8 pontos) representa, em média, multiplicar a pegada ecológica por três, enquanto passar de 0,60 para 0,80 (20 pontos) não chega a multiplicar a pegada por dois. É a sociedade de consumo, poderíamos dizer de hiperconsumo, que é responsável por esse *overshoot*. Se fizer o cálculo por faixas de renda, vemos que há pessoas em situação de hiperconsumo em todos os países, em proporção variável (como também tem pobres em todos). Estamos diante de um desafio gigantesco: diminuir drasticamente a pegada ecológica dos países industrializados (até chegar ao máximo autorizado) e fazer com que os países emergentes e em desenvolvimento não ultrapassem o limite cabível (ou voltem atrás se já ultrapasaram). É nesse ponto que a questão ecológica encontra a justiça e a ética: cada ser humano deve ter os mesmos direitos, o mesmo acesso à riqueza global e

sofrer as mesmas restrições. Estamos muito longe desse objetivo. Mas doravante será impossível dissociar o progresso social da questão ambiental.

- 3 A crise económica (financeira) na qual entramos em 2008 revelou a fragilidade do modelo económico dominante e tornou insuportáveis as injustiças. Nos países industriais, fazia muitos anos que cresciam o desemprego e as desigualdades, mas ainda havia certa adesão à ideia de progresso material contínuo; o futuro seria obrigatoriamente melhor. Essa crença foi abalada pela crise. Os “indignados” de muitos países reclamam uma “outra economia”, outra forma de produzir, consumir e distribuir. Muitos cidadãos não querem mais viver na dependência da valorização das suas empresas na bolsa, querem restaurar uma capacidade de intervenção no seu próprio destino. Querem substituir a competição pela cooperação, ter atividades criativas que façam sentido para eles, mas também para a coletividade. Recusam a linearidade, o pensamento único e os determinismos: “outro mundo é possível”, dizem. São valores compartilhados pela ecologia crítica e os movimentos socioambientais, mas também, e cada vez mais, por outros grupos e segmentos sociais.
- 4 A urgência ambiental e a ineficácia dos processos de desenvolvimento sustentável provocaram dois tipos de reação e propostas: uma é a “economia verde” (ou “capitalismo verde”), que aposta na tecnologia (ecoeficiência, “fazer mais com menos” etc.) para voltar a criar riqueza, crescimento e empregos (isto é, restaurar as taxas de lucro e a acumulação); outra é a saída do sistema económico atual, do seu imaginário e dos seus valores (de forma radical ou mais reformista, e com período variável de transição). Nessa segunda família, encontramos, em particular, o movimento a favor do decrescimento e do ecossocialismo.
- 5 Criticar o “desenvolvimento” (em geral reduzido à sua dimensão de crescimento económico) é uma abordagem particularmente iconoclasta na sociedade ocidental, onde constitui um mito fundador. As críticas ao sistema capitalista existem há muito tempo, mas ganharam força com o apoio e o reforço da crítica ecológica. De fato, a percepção da existência de limites à expansão material subverte a ordem simbólica capitalista e o fetiche da mercadoria. Trata-se, muito provavelmente, de uma ruptura ou bifurcação histórica que está em curso. No seu relatório para o governo inglês, Tim Jackson observa: “Nossa visão do progresso social – baseada na expansão permanente dos nossos desejos materiais – é fundamentalmente insustentável”.
- 6 Enquanto os limites à expansão física do sistema económico não eram perceptíveis (com sua degradação rápida da biosfera), enquanto era ainda possível pensar que o sistema acabaria fornecendo a todos um alto nível de consumo material, podia haver crises económicas graves sem que o modelo fosse fundamentalmente abalado. Hoje percebemos que são nossos valores que estão questionados, são eles que provocam a degradação ambiental, a pobreza e o mal-estar. Por isso, muitos autores falam de crise de civilização, e de fato é disso que se trata quando são os valores fundamentais de uma civilização que estão em xeque.
- 7 Reunimos, neste livro, contribuições² de autores que vêm de horizontes diferentes, têm abordagens distintas, mas compartilham uma mesma crítica ao modelo económico vigente, ao crescimento, à economia verde e ao desenvolvimento sustentável. Também associam estreitamente a questão social e ecológica. Nos seus países respectivos, vários desses autores tiveram, e têm, um papel de destaque na elaboração e promoção de propostas alternativas, tais como o decrescimento ou o ecossocialismo. Outros realizam um trabalho de crítica do modelo atual a partir da economia, da sociologia ou da filosofia,

associando sempre sociedade e meio ambiente. Esperamos que essas contribuições possam dar subsídios para um debate que está crescendo no Brasil. Achamos importante tornar disponíveis esses textos num período em que, graças à realização da Rio + 20, o debate em torno das questões sociais e ambientais ocupará com certeza um espaço maior.

- 8 Na sua contribuição, Philippe Léna aborda as diferentes questões levantadas pela interconexão entre a degradação ambiental crescente e a crise social e econômica. Começa por analisar as raízes da crise econômica atual e as razões do fracasso do movimento ecologista nos anos setenta. A seguir, mostra que estamos na véspera de uma nova mudança de escala no crescimento da economia global e da destruição ambiental, e que o desenvolvimento sustentável não é uma resposta à altura, sendo necessárias soluções alternativas mais radicais, que poderiam vir da Ásia, primeira região a enfrentar, em grande escala, o aumento do consumo e a degradação ambiental. Frente aos desafios, somente uma justiça social e ambiental ampla poderia ser socialmente aceita. Mostra que os estados e as instituições em geral estão longe de assumir posturas que levem às transformações necessárias e que, na era da informação, os *lobbies* estão usando a arma da desinformação para adiar as decisões que poderiam prejudicar seus interesses.
- 9 Serge Latouche faz questão de dizer que o decrescimento não é “o oposto simétrico do crescimento”, uma espécie de “crescimento negativo”, o que seria absurdo. Trata-se muito mais de uma saída do imaginário ocidental que assimila o progresso à acumulação material e ao domínio da natureza. Depois de lembrar que o crescimento é impossível ecologicamente, e que não traz bem-estar nem felicidade a partir de um certo ponto, o autor mostra a necessidade de um questionamento radical dos princípios da sociedade de crescimento. Isto é, precisamos reconstruir a sociedade em torno de outros valores. Latouche sugere 10 grandes linhas que poderiam servir de base para uma reconversão da economia francesa no sentido de uma sociedade de decrescimento, o que implica a diminuição em 75% da sua pegada ecológica. Entre as principais medidas, cita a realocação da economia e a diminuição do tempo de trabalho. Porém, insiste no fato que não existe um único modelo a seguir para o decrescimento; cada cultura, região, país deve inventar seu próprio caminho.
- 10 Apoiando-se numa ampla bibliografia, Joan Martínez-Alier faz a genealogia dos principais conceitos utilizados no campo da sustentabilidade, em particular os de metabolismo social, decrescimento e justiça ambiental. Mostra que as tendências atuais de consumo material-energético são insustentáveis e que, chegando nos seus limites, o metabolismo social dominante entra em conflito com os últimos territórios onde moradores vivem da exploração sustentável dos recursos naturais. Cada vez mais organizadas e apoiadas por Organizações de Justiça Ambiental (OJAs), as populações locais desenvolvem um “ambientalismo dos pobres”, feito de resistência e lutas. O autor defende a noção de “dívida ecológica” (exportação barata de recursos, exposição das populações a riscos e destruição dos meios de vida) e mostra a aliança objetiva e necessária entre a justiça ambiental e o movimento a favor do decrescimento. Afirma também a necessidade de realizar pesquisas sobre o decrescimento socialmente sustentável.
- 11 Recorrendo à história, à economia e à antropologia, Mauro Bonaiuti aborda o que ele considera como os fundamentos do decrescimento. Mostra como o processo autoalimentado e contínuo de crescimento, acumulação e inovação leva a mudanças de escala e, conseqüentemente, a mudanças estruturais na economia e nas instituições. A produção contínua de novos bens, serviços e mercados para evitar a queda da taxa de lucro numa economia concorrencial acelera o metabolismo social e a degradação

ambiental. Essa fuga para frente cria também insustentabilidade social e frustrações. O autor destaca a competição pelo consumo de bens “posicionais” (e não “fundamentais”) como responsável pela inovação perpétua e a pressão por mais crescimento. Isso porque, nas sociedades pós-modernas fragmentadas, o único elemento compartilhado é o imaginário consumista. Porém, o autor avisa que as instituições criadas pela sociedade de crescimento podem estar pouco adaptadas à “grande transição” que está se delineando. Novas instituições serão, sem dúvida, necessárias.

- 12 A “economia verde” poderia ser a panaceia para a crise ambiental? José Eli da Veiga e Liz-Rejane Issberner fazem uma análise rigorosa do seu conteúdo e das suas ferramentas conceituais, como o descolamento (*decoupling*), a desmaterialização da economia e a ecoeficiência. Mostram que a diminuição incontestável da intensidade material e energética de cada ponto de PIB desde os anos oitenta não impediu o crescimento absoluto do consumo de recursos materiais e energéticos. Trata-se de um descolamento relativo que não diminui a pressão sobre a biosfera. Esses ganhos relativos são anulados pelo crescimento populacional e do consumo *per capita*. A concentração da economia verde no fator tecnológico é redutora e esquece mecanismos como o efeito bumerangue. A tecnologia e as inovações, dizem, são parte da solução, mas também do problema. Ao tomar como exemplo as reduções da intensidade material-energética das economias dos países industriais, a economia verde esquece as distorções provocadas pelo deslocamento da produção. Os autores advogam a superação do PIB como indicador e recomendam a criação de indicadores sintéticos que incorporem a qualidade de vida, as desigualdades, a pegada de carbono, a pegada hídrica e de biodiversidade.
- 13 O “desenvolvimento” não seria, afinal, uma trapaça do sistema para estender a hegemonia do capitalismo para todo o planeta, transformando natureza e relações sociais em mercadorias? É a pergunta que faz Gilbert Rist, mostrando também que, justo no momento em que o desenvolvimento estava sob o fogo da crítica, surgiu o oxímoro “desenvolvimento sustentável” para resgatá-lo. Missão impossível, no entanto. O autor pergunta como seria ainda moralmente possível “exportar” o decrescimento, como os países industrializados “exportaram” o desenvolvimento-crescimento. Antes disso, Gilbert Rist acha que deveríamos analisar profundamente as causas da situação atual e as responsabilidades. Acusa a teoria econômica (neoclássica), que acabou se impondo como uma verdade natural ao mundo inteiro, de ter engajado o mundo num caminho perigoso. Apesar de concordar plenamente com os “decrementistas”, o autor julga que eles trabalham demais na urgência (embora tenha urgência mesmo!) e não se dedicam suficientemente à crítica da teoria econômica. Paradoxalmente, afirma, as “leis” econômicas só funcionam porque as estamos transgredindo a cada dia na base de outras formas de relacionamento... e é isso que nos convence de que elas funcionam! Precisamos parar de trapacear e contestar seus fundamentos.
- 14 Depois de mostrar a proximidade temporal dos desastres ecológicos anunciados (em particular os que são causados pelo aquecimento global), Michael Löwy nos avisa que não adianta falar da degradação ambiental se não se quiser falar da sua causa fundamental, que é “o processo de acumulação do capital, em particular na sua forma atual, da globalização neoliberal (...) e da sua necessidade de expansão ilimitada”. Diante da incapacidade dos governos e das conferências internacionais em tomar medidas adequadas, o autor propõe o *ecossocialismo* como alternativa radical. Esse movimento internacional (presente no Brasil e no Fórum Social de Belém em 2009) faz uma crítica profunda tanto dos socialismos burocráticos e não ecologistas quanto da ecologia não

socialista. Uma das propostas do ecossocialismo para superar o socialismo burocrático seria “transformar não só as relações de produção, as relações de propriedade, mas a própria estrutura das forças produtivas, a estrutura do aparelho produtivo” (por exemplo, a mudança da matriz energética para as fontes renováveis). Mas almeja também transformar radicalmente o consumo e o modo de vida. Para isso, o ecossocialismo prega a convergência das lutas ambientais e sociais. O autor termina descrevendo dois cenários para o Brasil: o *business as usual* e o alternativo.

- 15 Para François Chesnais, a ecologia reformista no poder fica paralisada ou submetida aos poderosos interesses económicos que influenciam os governos, o que explica tanto a inocuidade das medidas tomadas no plano nacional quanto o fracasso das conferências internacionais. O autor acha possível encontrar na releitura de Marx (e em particular em aspectos muito pouco levados em conta pelos marxistas) os elementos teóricos capazes de fundamentar a argumentação dos partidos e movimentos da esquerda radical que incluem a dimensão ecológica e o ecossocialismo na sua programação. A questão ecológica é eminentemente social: “o desafio da questão ecológica é aquele da perenidade de algumas condições ‘naturais’ necessárias à reprodução social”. O autor cita os trechos de obras de Marx que podem ser úteis à construção teórica de uma ecologia “revolucionária”. Diante das crises ecológicas iminentes provocadas pela necessidade de valorização sem fim do capital, preconiza a reconstrução de um sujeito político pela integração das lutas sociais-ecológicas locais.
- 16 A visão do progresso como uma sucessão de etapas incontornáveis, um caminho linear que todo mundo deve percorrer, seguindo o modelo dos antigos países industriais, é criticada por Alain Gras. Mostra que até o início do século XIX não havia grandes diferenças entre as regiões do mundo em termos de indicadores de desenvolvimento. A ruptura veio da expansão do uso da energia fóssil, que passou a impulsionar a civilização capitalista, e isso é posterior ao surgimento do capitalismo e mesmo da indústria. A máquina a vapor inaugurou o reino da termoindústria, característica do capitalismo até hoje. Porém, não há nenhuma causalidade simples nisso: a máquina de Watt teve durante muito tempo um uso marginal, foram as novas relações entre produtores e entre esses e o produto que permitiram seu aproveitamento a serviço da acumulação. Hoje, o mundo inteiro está entrando na termoindústria, e o Sul importa seu imaginário junto, com as mesmas consequências: gigantismo, pilhagem de recursos, fluxos crescentes de mercadorias. O autor sublinha que a fuga nas tecnologias verdes não é a solução, são tão predadoras quanto as anteriores. Muitos países do Sul, ainda não totalmente reféns dos determinismos induzidos pelos macrossistemas técnicos, poderiam mais facilmente sair da armadilha e promover tecnologias mais simples, robustas e socialmente controláveis. Em relação ao futuro nada está escrito.
- 17 Crescimento é sempre insustentável, nos diz Clóvis Cavalcanti, crescer implica sempre menos meio ambiente. Crescer de forma sustentável é uma contradição estrutural. Mas o desenvolvimento sem crescimento é possível. O autor mostra que o sistema económico analisado pelos economistas convencionais é um sistema abstrato, isolado, independente da natureza. O meio ambiente, no melhor dos casos, é uma externalidade, um custo económico. Ao considerar o meio ambiente como fonte inesgotável de recursos para serem explorados, o autor mostra que o Brasil sempre foi um país antiecológico e dá exemplos da continuação dessa atitude. O crescimento (“acelerado”, PAC) é colocado como a condição mecânica do desenvolvimento. A economia ecológica é, para o autor, o caminho para sair da visão economicista: ela parte do princípio de que a economia é um

subsistema da natureza (um sistema aberto dentro do ecossistema) e aborda, de forma transdisciplinar, a complexidade das relações entre a ecologia e a economia, incluindo as dimensões biofísicas e termodinâmicas. O autor mostra que o lugar atribuído à natureza faz toda a diferença entre a economia ambiental, que é uma visão econômica da ecologia, e a economia ecológica, que é uma visão ecológica da economia.

- 18 A contribuição de Ernest Garcia representa uma tentativa de fazer dialogar o bem viver e o decrescimento. Comentando um importante texto do movimento do bem viver, o autor destaca que este é um movimento heterogêneo no qual podem ser encontrados os valores de autonomia em relação ao Estado e ao mercado, de resistência ao “desenvolvimento” heterônimo e de valorização da comunidade, da identidade cultural, do local e dos territórios. Em geral, o movimento tem interesse em preservar o ambiente local, mas há pouca preocupação com a crise ecológica global, que é o ponto de partida de muitos decrescentistas. Existe uma visão acrítica da comunidade, símbolo de harmonia entre as pessoas e entre elas e o meio ambiente, um tipo de “ecologismo ancestral espontâneo” que precisaria passar por um trabalho reflexivo. As noções de liberdade individual e democracia são consideradas ocidentais e desnecessárias, enquanto são importantes para o decrescimento. Mesmo assim, articulações parecem possíveis entre as duas abordagens. Porém, o autor lembra que nenhuma cultura apresenta uma garantia de sustentabilidade. As diversas culturas têm condição de construir discursos de sustentabilidade; o que conta são as práticas sociais reais. A Europa tem um arsenal filosófico que teria permitido construir uma sociedade sustentável, mas foi responsável pela maior predação de todos os tempos.
- 19 Aquecimento global, destruição dos ecossistemas, poluição química generalizada etc. Faz cerca de 40 anos que os cientistas tentam alertar os políticos e as sociedades. Há cada vez mais urgência. Por que nada consistente foi feito até agora, pergunta Hervé Kempf? E dá uma resposta: nossas sociedades *estão organizadas de maneira a bloquear tais políticas necessárias*. Primeiro constata que, no mundo ocidental industrializado, as desigualdades, que eram estáveis desde os anos 1940, começaram a crescer consideravelmente a partir dos anos 1980, a minoria mais rica acumulando um patrimônio em proporção jamais vista em 100 anos. Para mostrar que isso constitui o motor da crise ecológica, o autor recorre aos trabalhos do economista Thorstein Veblen (início do século XX). Este mostrou que todas as sociedades produzem riqueza além do necessário e que esse excedente serve para se distinguir uns dos outros, numa rivalidade simbólica. Nas sociedades de classe, os indivíduos de uma classe copiam o comportamento da classe superior. São assim os mais ricos, que orientam os desejos de consumo da sociedade. A necessária redução de consumo nos países industrializados é recusada pela classe média enquanto as desigualdades perdurarem. Para levantar esse bloqueio precisaria de políticas redistributivas fortes que são justamente bloqueadas pelos privilegiados, fechando o círculo.
- 20 O objetivo do artigo de Maria Amélia Enriquez e Gisella Colares Gomes é analisar a importância da justiça distributiva enquanto pré-condição para o avanço da proposta do desacoplamento (*decoupling* em inglês), a partir de uma perspectiva econômico-ecológica. As autoras mostram os limites da teoria econômica convencional em mensurar adequadamente a produtividade dos recursos naturais – o desacoplamento visa a redução do uso desses recursos – com reflexos na eficiência alocativa e na justiça social. Dessa forma, a proposta de *desacoplamento* insere-se em um contexto que, além de uma precisa correção dos mecanismos de preços de mercado para valorar adequadamente os recursos

naturais e os serviços ambientais associados, necessita de outros mecanismos institucionais que também contemplem estratégias distributivas.

- 21 Embora o título esteja de acordo com o foco do artigo, Fabrice Flipo ultrapassa as fronteiras da França na abordagem do decrescimento. Com rico e profuso material, o autor traça a trajetória desse pensamento, desvendando suas origens desde meados do século passado, assim como o campo de debates e críticas que o envolve. Conclui seu artigo afirmando existir cinco correntes no âmbito do decrescimento. A primeira é a culturalista, vinculada ao pensamento de Serge Latouche, e de certa forma, ao MAUSS³. A segunda é aquela que parte das análises de Ivan Illich, apontando o desmoronamento dos elos sociais como resultado do excesso de mercantilização da sociedade. A terceira, a ambiental, enfatiza a gravidade da crise atual e aponta a saída por meio de uma política ecológica consistente. A quarta corrente está ligada à crise de sentidos experimentada por nossas sociedades industrializadas. A última, a bioeconomista, tem origem no pensamento de Georgescu-Roegen, que tenta determinar as regras em função das quais as organizações humanas podem gerir restrições, tais como os limites dos ecossistemas (“capacidade de carga” máxima) ou o esgotamento dos recursos.
- 22 Alan Boccatto-Franco, em seu artigo sobre o decrescimento no Brasil, percorre diversas bases de dados de material científico e acadêmico, incluindo monografias, dissertações e teses, além de *blogs*, redes sociais e ONGs, para identificar o que existe de produção e debate em torno do tema. Entre as conclusões, cita a existência de alguns poucos artigos, um único livro sobre o assunto, uma única dissertação, duas monografias, dois *blogs*. Há, também, várias obras que se referem à temática, porém, sem elencá-la como objeto principal. Encontra também disciplinas universitárias, especialmente na UnB, dedicadas direta ou indiretamente ao tema. Sua conclusão final é de que no Brasil não há ainda um debate sistemático a respeito do decrescimento, sendo ele incipiente e pontual. Mais frágil ainda é o debate do decrescimento com um olhar sobre e para o Brasil.
- 23 Identificando-se como membros dos hemisférios sul e norte, os autores Miguel Benasayag e Angélique del Rey abordam a questão da resistência das forças progressistas dos países do Sul em articular, ao combate à pobreza, a conservação da natureza. Lembram que o apelo do Norte ao Sul sempre foi o de desenvolver suas forças produtivas e, neste momento, uma camada importante de pessoas chega à classe média. Não se trata de um problema de falta de informação ou de racionalidade, ao inverso, a superinformação conduz a um hiperconsumismo desenfreado que espelha o fracasso do homem “normal”, racional da modernidade. Resta o caminho da busca das relações orgânicas do gênero humano com a natureza, vencendo sua separação atual. Restabelecendo, portanto, a organicidade na expressão de Kant.
- 24 Partindo da definição abrangente de extrativismo como vegetal, incluindo a agricultura, e mineral, incluindo a exploração de petróleo, Eduardo Gudynas desenha um conjunto de 10 teses sobre o que considera o neoextrativismo latino-americano. São elas: 1. com a ascensão da esquerda, os setores extrativistas mantêm sua importância e constituem um dos pilares das estratégias de desenvolvimento; 2. um novo modelo de extrativismo está sendo criado nos governos progressistas; 3. há papel mais ativo do Estado, com intervenções tanto diretas quanto indiretas; 4. é funcional à globalização comercial-financeira e perpetua a inserção internacional subalterna da América do Sul; 5. a fragmentação territorial das áreas desterritorializadas persiste, criando-se um emaranhado de enclaves vinculados aos mercados globais; 6. repetem-se os processos produtivos voltados para o ganho de competitividade e o aumento da rentabilidade, sob

- clássicos critérios de eficiência; 7. os impactos sociais e ambientais são mantidos, em alguns casos acentuados, e as ações destinadas a enfrentá-los ainda são ineficazes; 8. o Estado capta uma proporção maior do excedente e parte deste se destina aos planos sociais que geram uma legitimação dos governos e dos empreendimentos extrativistas; 9. é aceito como um dos motores fundamentais do crescimento económico e como contribuição crucial de luta contra a pobreza a nível nacional; e, finalmente, 10. é um novo ingrediente da versão contemporânea e sul-americana do desenvolvimentismo.
- 25 Igor S. H. de Carvalho considera em seu artigo que as características normalmente propaladas a respeito do decrescimento encontram identidade e vitalidade na medida em que nos aproximamos do modo de vida camponês, ao passo que se escasseiam quanto mais caminhamos em direção ao urbano-industrial. Duas dessas características podem ser ressaltadas pela forte ligação com o protagonismo camponês: a descentralização e a sustentabilidade. O autor privilegia, na sua análise sobre a constituição das sociedades e dos movimentos camponeses, estas duas características. Com isso, defende que a sociedade camponesa é um potencial berço da sociedade do decrescimento.
- 26 A bionação oferece um novo olhar sobre o território e sua organização política e social, segundo Santiago Vilanova, pois está definida por seus sistemas naturais e culturais. O autor defende a tese de que os Estados não são o enquadramento político-institucional adequado para os movimentos ecológicos. São mesmo os seus opostos, pois o Estado nacional foi eleito, pelos poderes centralizadores, para atender a sua vontade de unificação e uniformidade (fundamento da sociedade industrial). Com isso, os Estados passaram a considerar como regiões os espaços territoriais submissos. Segundo o autor, são as bionações, presentes em todos os Estados artificiais, porém ocultas e dominadas, os espaços democraticamente condizentes com a proposta de mudança propalada pelo movimento ecológico. O que fundamenta sua tese é que a bionação foi determinada pela climatologia, fisiografia, geografia dos animais e plantas que nela vivem, assim como por sua história natural e por influência de outras ciências naturais descritivas. Mas o que a fundamenta mesmo são as pessoas que ali viveram e vivem, a consciência de que sua identidade cultural está profundamente ligada ao território. Por isso, a esperança de uma regeneração democrática que salve o planeta de uma catástrofe anunciada pode nascer na América Latina.
- 27 O artigo de Andrei Cechin, de mesmo título que sua dissertação de mestrado de 2008, aborda as questões dos limites da sustentabilidade, utilizando, sobretudo, o pensamento de Georgescu-Roegen, que não tinha em boa conta a proposta de desenvolvimento sustentável (para ele, um otimismo insensato, mas lucrativo). O autor chama atenção sobre os limites do uso da unidade de valor monetário e da ênfase na eficiência quando está em análise a sustentabilidade ambiental. Introduce a importância da dimensão da ética, da escolha da intertemporalidade, para enfrentar o desafio de criar um mundo sustentável. E conclui discutindo a proposta do decrescimento, mostrando que se algumas coisas e lugares têm que decrescer, outros ainda têm que crescer. De toda forma, a importância da proposta de decrescimento é que ela aponta para o fato de que o nível de produção e consumo atual do mundo é insustentável e precisa ser reduzido. Seria melhor fazê-lo de forma intencional e projetada do que ter de encará-lo por desastre. No entanto, o mais provável é que a tendência dominante ainda seja, por muito tempo, de crescimento do produto sem diminuição da pegada ecológica global.
- 28 Para Jean-Claude Besson-Girard a situação atual do mundo pode ser compreendida como marcada por quatro crises, que são: a crise energética, ligada ao esgotamento e

encarecimento dos recursos fósseis e ao consumismo compulsivo generalizado; a crise climática, concomitante ao desmoronamento da biodiversidade e à privatização da vida e dos recursos naturais; a crise social, inerente à modalidade capitalista de produção e crescimento, exacerbada por uma globalização liberal que produz exclusão no Norte e no Sul e a crise cultural das referências e valores, cujas consequências psicológicas e sociais são visíveis em qualquer área. Mas no fundo a crise é sistêmica, global e generalizada. Ela manifesta a hipótese do *colapso* em fase final de validação. O colapso temido aqui, porém, é o *apagar da consciência humana*. A aposta no negativo é a única ainda capaz de libertar o imaginário da prisão das correntes e orientar a existência coletiva *rumo a uma vida desejável*. A busca imediata, febril e desordenada por “soluções” seria a mais estúpida das reações: somente *uma conversão antropológica* poderá conjurar o aumento das ameaças, seguir *rumo a uma pobreza voluntária, ao invés de aguentar uma miséria imposta*. O planeta não vai suportar por muito tempo as loucas exigências da nossa espécie predadora. O decrescimento é um convite fervoroso a renunciar a elas.

- 29 A constatação da existência de uma multiplicidade de crises é também o moto inicial do artigo do Jean Marc Salmon. Mas elas são distintas, e mais concretas. Trata-se, para este autor, de uma policrise, utilizando a expressão de Morin, mas as crises, aqui, são a do petróleo, dos alimentos, da energia e das finanças. Não formam elas um momento inusitado, pois as crises vêm e vão. Quando saem de cena, é para se enterrarem, hibernarem, antes de ressurgirem. A complexidade da policrise atual, porém, gera muitas incertezas. Diagnosticar as crises, mapear suas inter-relações, permitiria a elaboração de estratégias multirrisco e transversais mais eficazes. No entanto, diagnosticar e decidir são duas ações interconectadas. E a decisão nos falta atualmente.
- 30 Onofrio Romano e Vincenzo Lauriola dialogam em torno dos fundamentos epistemológicos do decrescimento e da sua eventual tradução política. Nesse debate, Onofrio Romano resgata os conceitos de Georges Bataille para criticar o que sobra de utilitarismo na noção de decrescimento. Denuncia também a heteronomia dos diagnósticos científicos (a ameaça da “catástrofe”) que se impõem “de fora” à sociedade. Defende a escolha humana contra a necessidade. Estima que Bataille expressa um antiutilitarismo radical: é o gasto gratuito da energia excedente, o sacrifício, que produz o sentido e a coesão social, emancipando-se radicalmente da lógica utilitarista. No sacrifício, é o estatuto utilitário dos seres ou objetos sacrificados que é destruído. Insistir na economia, na escassez, na redução, preservaria o imaginário utilitarista. O autor defende que o necessário decrescimento, tal como é proposto, deixa o ser humano sem o sentido, com o crescimento o sentido é sempre adiado, a solução é no reencanto, e propõe uma instituição que poderia gerir o dispêndio. Vincenzo Lauriola faz uma leitura diferente e tira seus argumentos da antropologia e da observação de sociedades amazônicas. Sublinhando que Bataille tem seus limites para pensar fenômenos contemporâneos que desconhecia, ele se pergunta se não podemos encontrar fenômenos de destruição semelhantes no dinheiro público gasto para resgatar os bancos, por exemplo. E que talvez o sacrifício não seja a garantia de saída do imaginário do crescimento.
- 31 A sustentabilidade, hoje, é mais do que um conceito ou um valor, é um campo de embates entre agentes de origens diversas, que se digladiam em torno das perspectivas de nossa sociedade e, por que não, do nosso futuro civilizacional. O uso da noção de campo, para Elimar Pinheiro do Nascimento, dá à discussão em torno da sustentabilidade uma objetividade e uma comparatividade que sem ela não é possível. Para ilustrá-la, o autor demarca a noção de campo em Bourdieu, identifica seus elementos centrais, para em

seguida buscá-los em torno da sustentabilidade. A regra de acesso ao campo da sustentabilidade é a crença de que a humanidade, ou a riqueza civilizacional, está ameaçada. A regra de combate é o manuseio de um conjunto diversificado de conhecimentos cuja maior relevância reside naqueles provenientes da ciência e veiculados pela mídia. E, dentre estes, a confiança de que assistimos a um aquecimento global, cuja ação antrópica estaria comprovada. O campo divide-se em cinco esferas centrais (governamental, mercado, terceiro setor, mediática e científica) perpassadas por três correntes: desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e decrescimento. Enquanto a primeira deposita no avanço tecnológico e na esfera de mercado suas esperanças, e o desenvolvimento sustentável acredita na ação dos Estados, privilegiando a esfera governamental, o decrescimento caminha no sentido da mobilização dos atores sociais, acreditando em uma mudança cultural e ética.

NOTAS

1. Expressão do ex-ministro da ecologia da França, Yves Cochet.
 2. Das 24 contribuições, 21 foram escritas especialmente para este volume, uma corresponde à tradução de um artigo já publicado e duas são artigos modificados.
 3. Movimento anti-utilitarista nas ciências sociais, fundado em Paris por Alain Caillé e Gerald Berthoud em 1981.
-

AUTORES

PHILIPPE LÉNA

Geógrafo e sociólogo, *Directeur de Recherche* do IRD (França). Foi pesquisador visitante no INPA, MPEG e UFRJ, ex-presidente do IAG (International Advisory Group-MMA/PPG7/Banco Mundial). Coordenou, no IRD, uma Unidade de Pesquisa dedicada à Amazônia. Último livro no Brasil (com Roberto Araujo Santos): *Desenvolvimento sustentável e sociedades na Amazônia* (MPEG, Belém, 2010). E-mail: philippe.lena@sfr.fr

ELIMAR PINHEIRO DO NASCIMENTO

Sociólogo, professor associado do Centro de Desenvolvimento Sustentável (UnB), onde foi diretor (2007-2011). Atualmente é membro do comité científico do Institut International de Recherches Politique de Civilisation (IIRPC). Publicou alguns artigos em revistas nacionais e internacionais, e capítulos de livros, sobre os dilemas do desenvolvimento sustentável. E-mail: elimarcds@gmail.com

Os limites do crescimento econômico e a busca pela sustentabilidade: uma introdução ao debate⁴

Philippe Léna

- 1 Desde a Conferência do Rio em 1992, acumularam-se os relatórios das agências da ONU e os alertas da comunidade científica: o metabolismo da humanidade (destruição de ecossistemas/biodiversidade, consumo de matérias-primas renováveis e não renováveis, produção de lixo e poluição) alcançou tal dimensão que põe em risco sua própria existência, ao menos de forma compatível com nossa ideia de civilização. Como foi dito muitas vezes, “não se pode crescer infinitamente num mundo finito”. O diagnóstico também nos avisa que dispomos de pouco tempo para tentar reverter a situação. Isso talvez seja a maior novidade e o maior obstáculo no caminho de qualquer tentativa de transformação profunda. Acostumados a pensar as mudanças sociais no tempo histórico longo, temos muita dificuldade para integrar o sentimento de urgência.

O entrelaçamento das crises ecológicas, econômicas e sociais

- 2 A denúncia da exploração exagerada da natureza existe desde Platão. Porém foi no século XIX que medidas concretas de proteção começaram a ser tomadas diante do risco de desaparecimento de sítios naturais notáveis, ameaçados pela expansão das atividades econômicas. Depois da Segunda Guerra Mundial e da entrada dos países industrializados (e da burguesia compradora dos países do Sul) na sociedade de consumo, assistimos a uma primeira mudança de escala que afetou as três dimensões da equação do impacto ambiental⁵ (Ehrlich & Holdren, 1971; Chertow, 2001): a *População*, com o *baby boom* do pós-guerra; a *explosão do Consumo* (expansão da sociedade de consumo de massa) e a *Tecnologia*, com a multiplicação dos eletrodomésticos, dos carros individuais e da química

industrial. O aumento brutal do consumo de petróleo (obtido a preços muito baixos) é ao mesmo tempo a causa e a consequência dos 30 anos de crescimento que seguiram a Segunda Guerra Mundial. A essa primeira onda corresponderam os primeiros alertas. Vieram essencialmente da comunidade científica,⁶ mas confortavam as observações de simples cidadãos que começaram a se organizar em associações de defesa do meio ambiente. As ONGs ecologistas cresceram em todos os países industriais. No final dos anos sessenta e início dos setenta, principalmente depois da conferência de Estocolmo, foram criados os primeiros ministérios do meio ambiente em vários países europeus. Ao mesmo tempo, a crítica do capitalismo, da sociedade de consumo e do “desenvolvimento” incorporava cada vez mais a dimensão ecológica.⁷ No embalo do movimento de 1968, que havia trazido mudanças culturais e políticas profundas, podia se pensar, com certa razão, que estávamos na véspera de uma transformação significativa da economia e da sociedade. Até o então presidente da Comissão Europeia, Sicco Mansholt, declarara, em 1972, que não havia outra solução para os países industrializados senão decrescer.

- 3 Toda essa efervescência, porém, foi varrida pela crise econômica desencadeada pelos sucessivos aumentos do preço do petróleo nos anos setenta. Para entender melhor esse fenômeno, é preciso recorrer a uma análise mais detalhada da situação econômica, financeira e política daquela época, o que pode ajudar a situar a crise atual numa temporalidade maior. Para certos autores (Stengers, 2009) a noção de crise deveria ser abandonada na medida em que incorpora a ideia de um acontecimento pontual, imprevisto, que medidas corretivas poderão superar. Na realidade, de acordo com Streeck (2011), a crise econômica e social atual começou há mais de 40 anos, quando o crescimento econômico dos países industrializados deu sinais de enfraquecimento, e a inflação ganhou força. O autor argumenta que a redução dos conflitos sociais e a compatibilização entre o capitalismo de mercado e a democracia política foram construídas na base do seguinte acordo: a classe operária aceitava a economia de mercado e a propriedade privada em troca da extensão do *welfare state* e do progresso constante do poder aquisitivo. Com o fim das altas taxas de crescimento (e o encolhimento das taxas de lucro do capital), os governos enfrentaram forte contestação social. Recorreram sucessivamente a três soluções (*op. cit.*): a inflação, a dívida pública, a dívida privada. A flexibilização monetária foi uma tentativa de evitar o desemprego e os conflitos, mantendo o consumo e o processo de negociação com os sindicatos, então poderosos. Mas a inflação, ao desvalorizar o patrimônio dos detentores de ativos financeiros, provocou sua reação, bem como a dos donos de empresas, que queriam restaurar suas margens de lucro por meio da diminuição dos seus custos. Exerceram, assim, uma pressão sobre os governos para que controlassem a inflação. O desemprego aumentou, abrindo a porta para o arrocho salarial, alimentando um círculo vicioso, no qual a forte demanda por empregos colocava sindicatos e trabalhadores em posição de fraqueza. Aliás, os governos (principalmente de Margaret Thatcher e Ronald Reagan) enfrentaram os sindicatos com sucesso, sem medo das consequências políticas das suas decisões, já que a relação de poder tinha se invertido decisivamente. A inflação foi vencida, mas à custa de um crescente desemprego e da estagnação do poder aquisitivo. Doravante, foi o Estado que financiou a paz social (em particular a necessária expansão do salário-desemprego) por intermédio do crescimento da dívida pública. Não a financiou pela fabricação de moeda (o que poderia provocar o retorno da inflação), mas emprestando dinheiro no mercado. O crescimento da dívida teve duas consequências: o aumento dos juros e um crescimento fraco. A desregulação financeira e a concorrência generalizada (a globalização)

permitiram controlar os juros em certo grau e conter os salários,⁸ mas logo os mercados e os acionistas exigiram maior proteção dos seus interesses por meio da austeridade orçamentária. Diante da impossibilidade de recorrer ao financiamento público (ao menos à altura necessária) para manter o consumo e a demanda agregada em geral, as empresas e os indivíduos foram encorajados a recorrer cada vez mais ao crédito. Foi a solução pelo endividamento privado. A criação de instrumentos financeiros destinados a proteger esses empréstimos duvidosos (entre outros mecanismos) esteve na origem da crise de 2008.

- 4 As medidas destinadas a salvar certas indústrias e bancos (socialização dos ativos tóxicos) cavaram mais ainda a dívida pública, impedindo provavelmente qualquer novo salvamento em caso de crise futura. De acordo com Streeck (*op. cit.*), existe hoje uma luta entre investidores internacionais e os Estados-nações para que esses façam maiores cortes orçamentários, sem, no entanto, acabar com a perspectiva de crescimento, como parece ser o caso para a Grécia. A dificuldade de resolver essa contradição leva os capitais a procurar rentabilidade nos países emergentes e no mercado de matérias-primas (inclusive alimentares), objetos de especulação. Nesse quadro, ninguém sabe ainda qual é o caminho de resolução dos conflitos sociais que será eventualmente encontrado pelo “capitalismo democrático”, mas parece que tanto os Estados como os cidadãos estão hoje mais enfraquecidos diante da indústria financeira internacionalizada. Podemos formular a hipótese de que o meio ambiente sairá perdendo. Basta observar o fracasso da conferência de Copenhague, a forte oposição enfrentada pelas tímidas tentativas de taxar as emissões de CO₂ na Austrália ou as reações à taxaço pela Europa do transporte aéreo.⁹ Porém, sempre há incertezas. Qual será a força dos novos tipos de protestos tais como os “indignados” ou “occupy Wall Street”?
- 5 Nessa longa história, os anos setenta representam um *turning point*: a crítica social-ecológica não conseguiu oferecer uma solução política para as vítimas do arrocho salarial e do desemprego. A classe operária, os assalariados em geral, mas também comerciantes, donos de pequenas empresas (etc.) só queriam restaurar o sonho perdido do progresso contínuo do consumo. Por isso, nos anos oitenta, em vários países, os cidadãos elegeram governos de esquerda, apostando na volta para uma distribuição mais generosa da riqueza coletiva. Mas a social-democracia (os partidos socialistas europeus) já não tinha mais perspectivas de transformação social profunda. Almejava fazer uma cogestão do capitalismo, com melhor distribuição do produto social. Encontrava-se, portanto, diante da necessidade de enfrentar as mesmas pressões e contradições que qualquer governo de centro-direita. Essa situação levou à difusão da ideia (originalmente formulada por Margaret Thatcher) de que “não existe outra solução”, e ao desapego dos cidadãos pela política.¹⁰ Muitos até preferiam acreditar nas promessas neoliberais de um novo crescimento baseado na abertura dos mercados, trazendo de volta governos de centro-direita.
- 6 O pensamento social-ecológico crítico continuou a se consolidar; livros, revistas, associações, congressos se multiplicaram, mas ficou circunscrito a pequenos grupos pouco expressivos. Enquanto isso, partidos verdes participavam de governos socialdemocratas, contribuindo para a banalização do discurso ecológico. Sem conseguir influenciar as políticas públicas, a não ser de forma muito superficial, ficaram desacreditados, junto com a esquerda “clássica”. A partir de 1987 (relatório Brundtland), o pensamento social-ecológico alcançou, ao mesmo tempo, o reconhecimento internacional e um grau mais elevado ainda de banalização através da difusão do oximoro

“desenvolvimento sustentável”, retomado por todas as agências internacionais, os governos e até as empresas (inclusive as mais predatórias).

Continuação do crescimento econômico e da degradação ambiental

- 7 Não só as convenções internacionais (e os reais progressos da conscientização em torno da questão ecológica desde a Rio 1992) não conseguiram frear a degradação ambiental, como esta passou por um processo de aceleração. As emissões de CO₂, que aumentavam ao ritmo de 1,3% ao ano durante os anos noventa, passaram a aumentar ao ritmo de 3,3%/ano durante os anos 2000.¹¹ Desde os anos sessenta, o PIB mundial foi multiplicado por cinco, o que significa um aumento considerável do consumo de recursos e da produção de lixo (incluindo as emissões), e continuou crescendo ao ritmo de 3,7% durante os anos 2000. Se continuar assim, terá sido multiplicado por dois em 2030 e quase cinco em 2050. A pegada ecológica, que representava 0,60 planetas em 1960, alcançou 1,47 em 2007 e poderia chegar a 2,5 em 2030.¹²
- 8 Esses aumentos são claramente insustentáveis. Poderíamos listar centenas de observações científicas que vão no mesmo sentido, muitas vezes sintetizadas em relatórios da ONU. Além dos perigos da mudança climática, mostram a destruição dos ecossistemas (dos quais nossa existência depende totalmente);¹³ o esgotamento dos oceanos (de acordo com a FAO, em 2048 não poderemos mais tirar deles nenhum recurso alimentar significativo); o aumento considerável dos preços do petróleo e dos minérios; o aumento das áreas agrícolas¹⁴ à custa dos ecossistemas remanescentes de um lado, a desertificação e a degradação dos solos, do outro (em 2005 cerca de 40% dos solos eram considerados degradados), configurando uma futura crise alimentar; o drama do abastecimento de água (quatro bilhões de seres humanos devendo viver com falta de água em 2030). Sem falar da poluição com metais pesados e outros problemas.
- 9 Muito se falou do *peak oil* (momento em que a produção de petróleo alcança seu máximo e começa a diminuir). Ele foi muitas vezes interpretado como o fim do petróleo, o que não é o caso (ao menos num futuro próximo).¹⁵ O que pode de fato desaparecer é o petróleo de fácil acesso e custo baixo. Significa que a exploração de novas jazidas será muito mais cara e danosa para o ambiente. Combinados com a estagnação ou a diminuição da oferta e o aumento da demanda (projeção de 30% de crescimento até 2030), esses custos adicionais vão contribuir para uma alta sem precedentes dos preços do petróleo. O mesmo raciocínio pode ser feito para muitos recursos minerais, não dentro de um cenário de esgotamento propriamente dito, mas sim de aumento considerável do preço (Bihouix & Guillebon, 2010). O petróleo barato foi o “combustível” do crescimento econômico do século XX até hoje. Por isso autores como Richard Heinberg (2011) consideram que, globalmente, o crescimento econômico acabou.¹⁶ No entanto, as enormes pressões para manter o crescimento nas próximas décadas, além de gerar conflitos, terão com certeza por efeito uma degradação ainda maior da biosfera (exploração dos últimos bens gratuitos ou baratos e das últimas possibilidades de não incorporação das externalidades). O Brasil é sem dúvida um dos poucos países onde existem ainda essas condições. Por certo tempo.

Uma nova mudança de escala no crescimento e consumo de recursos?

- 10 A primeira fase de crescimento e consumo acelerado (digamos, entre 1945 e 2000) compreendeu, além dos países industrializados, as classes mais altas dos países do Sul, em proporção variável (2% a 20% da população, em média). Em 2000, 20% da população mundial era responsável por 80% do consumo de recursos e da poluição. Foi suficiente para ultrapassar a capacidade de regeneração do planeta e colocar a humanidade numa trajetória insustentável. Porém, o “crescimento” (seja qual for o qualificativo que lhe for atribuído) continua sendo a base de todas as políticas, sem que seja possível vislumbrar uma saída.¹⁷ A megamáquina econômica continua crescendo, absorvendo cada vez mais recursos. Paul Crutzen e Eugene Stoermer (2000), constatando que a humanidade tinha se tornado um poderoso agente de transformação do planeta, comparável com uma força geológica, propuseram dar o nome de “antropoceno” a essa nova era em que predomina a influência humana.¹⁸
- 11 Tudo indica que estamos diante de uma nova mudança de escala, muito maior que a primeira, com a possível entrada de 80% da humanidade atual (mais os 2 a 3 bilhões que serão acrescentados ao total daqui a 2050) na era do consumo de massa. É difícil imaginar as consequências. Ao mesmo tempo, do ponto de vista ético e teórico, não se pode negar à maioria da humanidade o acesso ao nível de consumo da minoria. Como fazer isso e, ao mesmo tempo, diminuir a pegada ecológica e enfrentar a escassez (e os custos de produção crescentes)? Será sem dúvida o desafio do século.
- 12 Todos os discursos, por enquanto, giram em torno da necessidade do crescimento, seja nos antigos países industriais, nos BRICs ou nos países em desenvolvimento. Nos primeiros, trata-se de recuperar as taxas de crescimento de 40 anos atrás (consideradas a única solução para alcançar o pleno emprego) e, para os outros, de “tirar o atraso”, lançando mão dos mesmos mecanismos. Parece que o discurso econômico abandonou qualquer referência à materialidade dos fluxos e estoques dos quais está tratando. Quando cientistas ocidentais denunciam esse fato, criticando o crescimento (e a visão do desenvolvimento como dependente do crescimento), são muitas vezes acusados pelos desenvolvimentistas, em particular dos BRICs, de querer impedir o desenvolvimento de seus países e manter as desigualdades. Por isso, é muito importante que essas críticas sejam feitas a partir da realidade de cada país. Nesse sentido, contribuições críticas como a de Chandran Nair (2011) são particularmente importantes. Esse autor se dedica essencialmente a analisar o “desenvolvimento” da Ásia. Ele mostra que o tamanho da população envolvida não permite de forma alguma seguir o mesmo caminho trilhado pelo ocidente industrial, que ele chama de *consumption-driven capitalism*.¹⁹ Outras soluções coletivas devem ser encontradas. Os níveis de pressão sobre os recursos e os ecossistemas implicados por um desenvolvimento mimético são inimagináveis e de qualquer forma impossíveis. Nair afirma que, devido ao enorme peso da sua população, a Ásia tem uma responsabilidade histórica específica em mudar os rumos da economia e do ambiente mundial.²⁰ Não acredita que finanças, tecnologia e mercados possam resolver a questão. Aposta muito mais em Estados fortes, capazes de fazer respeitar as leis e regulações. Mostra que é na Ásia que os maiores danos ambientais já podem ser observados e que o ingresso na sociedade de consumo à moda ocidental levaria ao colapso, sem falar dos conflitos em torno dos recursos que o antecederiam. Refuta dois argumentos

frequentemente utilizados pelos que defendem o *laissez-faire*. O primeiro consiste em dizer que, quando um país alcança um alto padrão de consumo, a população começa a valorizar a qualidade do seu ambiente e pressiona os políticos nesse sentido (seguindo o modelo das curvas de Kuznets). Mostra que os defensores desse cenário não se dão conta do impacto que representaria bilhões de pessoas caminhando dezenas de anos para o patamar de consumo a partir do qual poderiam começar a exigir medidas drásticas. Poderíamos acrescentar que não funcionou em lugar nenhum. O segundo argumento é que a tecnologia e o famoso desacoplamento poderiam prover soluções em escala e tempo necessários, ajudados pelos mercados que definiriam o valor dado pelos cidadãos às diferentes opções. Tendo em vista as quantidades em jogo (população, recursos), o autor afirma que essas soluções chegariam tarde e em escala insuficiente.²¹ Isso, em grande parte, porque as empresas têm interesse financeiro em diminuir e postergar a inclusão, na sua contabilidade, dos verdadeiros custos ambientais das suas atividades. Para o autor, a Ásia deve primeiro recusar o dogma da teoria econômica ocidental, em particular a noção “*that markets are efficient and self-adjusting, can deliver prosperity to all, and can do so without imposing unbearable charges on large parts of our world*” (op. cit. p. 40). A maior parte do impacto do colapso de recursos se dará na Ásia, e o clima futuro do mundo dependerá mais ainda da Ásia do que dos antigos países industriais. Diante do tamanho do problema, o autor ressalta que as acusações de malthusianismo perdem qualquer relevância.

- 13 Sem negar que tecnologias possam ajudar a construir sociedades sustentáveis, o autor lembra que, historicamente, as tecnologias sempre aceleraram o ritmo de exploração dos recursos e não o contrário. Durante os dois últimos séculos, a tecnologia a serviço do capitalismo orientado para o consumo foi aplicada para expandir a produção, o consumo e as infraestruturas necessárias. Por isso, o autor defende uma intervenção prioritária sobre o “A” da equação.²² Ele faz do reconhecimento dos limites ecológicos e da mudança de valores das nossas sociedades (um tipo de prosperidade sem crescimento) o eixo de qualquer política visando a sustentabilidade. É nesse sentido que se aproxima muito dos “decrementistas” ocidentais.²³

O fim do desenvolvimento sustentável?

- 14 Profundamente (e voluntariamente) ambígua, concebida para facilitar o diálogo entre interesses extremamente divergentes, a noção de desenvolvimento sustentável poderia estar entrando numa fase de declínio. Ela é atacada ao mesmo tempo de dentro, na sua ala direita, por assim dizer, pela “economia verde”, e na sua esquerda, pelo universo heterogêneo do decrescimento. Com a ressalva seguinte: ainda é a figura incontornável de qualquer negociação nacional e internacional. Mas isso poderia mudar já na Rio + 20, no sentido da promoção da economia verde, obviamente. Se isso acontecer, marcará a renúncia ao que a noção de desenvolvimento sustentável comportava de mais promissor: a relação estreita, ao menos conceitualmente, entre a questão social e a ecológica. Para muitos, existe de fato uma impossibilidade estrutural de trazer soluções para uma sem levar em conta a outra. Mas o que nos interessa principalmente aqui são os ataques vindos “da esquerda”. Várias escolas de pensamento criticam o desenvolvimento sustentável e propõem sua substituição por outros conceitos. O foco dessas críticas é sua falta de questionamento do crescimento econômico, do consumismo e dos mecanismos que produzem a estrutura social desigual que ele mesmo denuncia frequentemente. Uma série de estudos se situa na linha do que foi chamado “pós-desenvolvimento”, tentativa

de requalificar o desenvolvimento, expurgado da sua dependência em relação ao crescimento econômico (Escobar, 1992; Partant, 1982). Outra linha é a do *steady State economy* (estado estacionário), defendida por Herman Daly (Daly, 1974; Czech & Daly, 2004), que criou também o CASSE (*Center for the Advancement of the Steady State Economy*) e a revista *Ecological Economics*. Podemos dizer que foi dentro dessa linha que começou a surgir, apoiado no trabalho de N. Georgescu-Roegen, o conceito de “decrecimento sustentável” (*sustainable de-growth*). É uma escola essencialmente anglo-saxônica, que “compete” com o movimento para o decrecimento (*décroissance*) nascido na França, baseado numa longa história e que, desde suas origens, incorpora uma crítica do capitalismo. As duas linhas podem ser encontradas na América Latina.

- 15 A noção de desenvolvimento sustentável levantou muitas esperanças no campo socioambiental (e até ajudou a estruturar esse campo) porque oferecia um significante sintético conveniente para muitas aspirações que careciam de formulação operacional. Por isso encontramos ainda, entre os defensores do desenvolvimento sustentável, tanto populações indígenas e tradicionais quanto militantes. Era a única forma de ganhar visibilidade, participar de negociações nacionais e internacionais e conseguir financiar projetos. Porém, no decorrer dos anos, certo desencanto começou a aparecer. Se por um lado podia ser considerado positivo o fato de negociar com empresas e representantes do agronegócio, as contradições entre o ambientalismo deles e o “ambientalismo dos pobres” (Martínez-Alier, 2002) ficaram cada vez mais óbvias, principalmente quando os interesses vitais de uma das partes estão em jogo (mineração, exploração do petróleo, estradas ou barragens de um lado, parques e terras indígenas do outro, por exemplo). As concepções do desenvolvimento sustentável também diferem muito. De um lado, significa crescimento econômico, com eventual incorporação de externalidades ou mudanças tecnológicas, na exata medida em que não prejudica a rentabilidade e a competitividade; do outro, significa o respeito das culturas locais, saúde, educação, participação social. O decrecimento, de modo geral, defende ideias semelhantes, por isso o debate em torno do decrecimento reúne, principalmente na Europa, acadêmicos e representantes de movimentos sociais numa mesma crítica ao desenvolvimento sustentável. O principal objetivo dessas críticas é revelar a contradição subjacente, e mostrar que sem esse trabalho de esclarecimento o mesmo modelo de desenvolvimento tende a se reproduzir, sob novas roupagens. Afinal, as poucas conquistas alcançadas são extremamente frágeis, como a atual crise econômica o está mostrando.
- 16 Todos os pensadores do decrecimento (em particular Serge Latouche) sempre fizeram questão de dizer que o decrecimento não é o contrário do crescimento, mas sim uma profunda mudança de valores que alguns chamam de mudança de civilização. Por isso, não existe modelo pronto nem teoria unificadora (crítica muitas vezes ouvida) no âmbito do decrecimento, mas uma multiplicidade de propostas que apontam no sentido de uma sociedade de “prosperidade sem crescimento” e de diminuição da pegada ecológica. Trata-se, ao mesmo tempo de uma bandeira associada aos movimentos sociais e ambientais, e de um conceito emergente na academia (Martínez-Alier *et al*, 2010). Esse embasamento nos movimentos sociais é menos presente no caso do *sustainable de-growth*.
- 17 Vale a pena perguntar quais são as chances das diferentes escolas que se referem ao decrecimento substituírem a noção de desenvolvimento sustentável (Martínez-Alier *et al. op. cit.*). Primeiro, é preciso constatar que, apesar das enormes mobilizações internacionais que conseguiu provocar, o desenvolvimento sustentável não conseguiu frear a degradação ambiental: a biodiversidade continua diminuindo e as emissões de CO2

seguem em alta. Essa constatação é, aliás, compartilhada pelos defensores das soluções de mercado.²⁴ Por isso apoiam o REDD, as bolsas de CO₂, os mecanismos de compensação ou a atribuição de um valor à biodiversidade (Unep-TEEB, 2010). Segundo, a contínua degradação ambiental, junto com a crise econômica e social atual, vai exatamente no sentido das previsões dos decrescentistas. Isso dito, o decrescimento tem algumas desvantagens: não possui um *corpus* teórico estruturado, não existe uma macroeconomia do decrescimento, e não se sabe como fazer para passar de uma economia totalmente dependente do crescimento para uma economia estacionária ou decrescente sem provocar graves problemas sociais (ao menos num primeiro tempo).²⁵ Seria muito difícil um governo, um partido ou instituições públicas assumirem um programa de decrescimento, já que todos instrumentalizaram o discurso hegemônico do crescimento para seus objetivos políticos. Em sociedades que foram levadas a acreditar na mitologia do “progresso”, e a associá-lo à acumulação material, a palavra “decrescimento” tem conotações negativas, regressivas; ao assumir uma postura de dissenso, o decrescimento nunca poderia agremiar tantas pessoas e instituições quanto a postura consensual do desenvolvimento sustentável. A crítica radical do sistema corre o risco de manter o decrescimento num papel de minoria crítica, marginalizada, como sempre existiram. Enfim, é possível fazer críticas, superficiais, mas eficazes, a respeito das imensas necessidades de crescimento das camadas mais pobres (perdendo de vista que é o sistema que cria miséria e desigualdades).

- 18 Existem também algumas vantagens: ao escolher claramente seu campo, o decrescimento facilita a junção entre a crítica social e a crítica ecológica, o que pode vir a ser um trunfo em caso de agravamento da crise; tanto nos países industrializados quanto nos emergentes aumenta o número de pessoas descrentes na capacidade do sistema em oferecer felicidade, ou que querem se livrar do estresse, da competição, da luta pelos bens materiais, e investem no desenvolvimento pessoal e nos laços sociais. A esses, o decrescimento oferece a perspectiva de uma ruptura. O fim da “guerra contra a natureza” (expressão do filósofo Michel Serres), a aceitação dos limites impostos pela biosfera, no lugar de fechar as perspectivas e restringir as escolhas (como seria o caso com a continuação do rumo atual) abre o horizonte para infinitas possibilidades. Muitas pessoas começam a perceber isso.

Justiça social e ambiental

- 19 A primeira reação de muitas pessoas quando entram em contato com o pensamento decrescentista é levantar a questão da pobreza e das enormes necessidades de crescimento existentes (saneamento básico, moradias decentes, hospitais, escolas, infraestruturas etc.). Isso, com certeza, provocará um aumento da pegada ecológica, seja qual for o sistema econômico adotado, que deverá ser compensado por uma diminuição em outros setores da economia. Contudo, a proposta é de sair do referencial econômico vigente, não de fazer simplesmente uma melhor distribuição do produto nacional. Se formos pensar o “desenvolvimento” dos países mais pobres de acordo com o modelo ocidental, a situação global será insustentável. Por não estarem ainda presos aos macrossistemas técnicos e financeiros e seus pesados determinismos, eles têm uma oportunidade de passar mais facilmente e mais diretamente para o pós-desenvolvimento.

- 20 O pensamento decrescentista, principalmente na sua versão francesa (italiana, espanhola, entre outras), propõe uma série de objetivos e medidas dificilmente compatíveis com o sistema económico atual. A primeira seria reencaixar as atividades económicas dentro dos limites dos ecossistemas, o que significa que a variação do volume físico da economia dependerá de avaliações científicas e de acordos negociados levando em conta as mudanças tecnológicas e a recuperação dos ecossistemas. Porém, a proposta que liga essa medida de bom senso à questão da justiça é a da convergência. A ideia apareceu pela primeira vez aos olhos do público na ocasião da Conferência de Copenhague (mas não foi debatida). Tendo em vista o limite máximo de emissões globais de CO₂ autorizadas para conter o aquecimento global em torno de 2 a 2,5° isto é, aproximadamente a metade das emissões atuais, digamos 2T/per capita ano, a justiça mais elementar exigiria que as emissões de cada habitante do planeta sejam equivalentes a 2T. Observamos hoje que as emissões dos diferentes países vão de 0,2 a quase 20 T/pc. Se formos analisar as emissões por estrato de renda da população, as diferenças são ainda maiores. As instituições internacionais deveriam fixar um prazo (2050 foi a proposta) para chegar à meta de 2T/hab./ano, os que mais emitem devendo fazer um esforço drástico para reduzir suas emissões, e os que menos emitem tendo assim uma certa folga, o que autorizaria o aumento das emissões, eventualmente incontornáveis, devidas à melhora do seu padrão de vida. Mas a convergência vai muito mais longe ainda, recomendando que o mesmo método seja aplicado para o consumo de recursos não renováveis (petróleo, minérios...).²⁷ É uma aposta sobre a cooperação no lugar da competição. Seria, provavelmente, o único caminho para evitar os conflitos anunciados em torno de recursos cada vez mais caros e raros.
- 21 Entre as medidas mais conhecidas temos a realocação da economia, que visa evitar os gastos com transporte e a superexploração de certos ecossistemas por causa das vantagens comparativas; a renda máxima (proposta apoiada por certos partidos); uma reforma fiscal fundada na justiça social; a diminuição do tempo de trabalho e a reapropriação do tempo individual; a renda universal de existência; o incentivo à agricultura biológica familiar; o incentivo aos transportes coletivos de qualidade; a democratização das decisões em torno da adoção das tecnologias (decisão tomada em função da utilidade social, da ecoeficiência e da compatibilidade ecológica, e não da valorização do capital num quadro de competição); mecanismos de combate à especulação fundiária; o controle democrático do que Serge Latouche chama de “três pilares da sociedade consumista”: a publicidade, o crédito e a obsolescência programada; a criação de novos indicadores de desempenho baseados na redução da pegada ecológica e das desigualdades, no melhoramento da vida social etc. Trata-se de criar um “bem viver” de acordo com os valores de cada país e região. Essas medidas têm por objetivo a saída do produtivismo e da tirania da competitividade. Por isso, os decrescentistas são muito próximos de movimentos como *transition towns*, *slow cities*, *slow food*, *slow Science* etc. São alguns exemplos.

As atitudes contemporâneas diante da crise ecológica e social

- 22 Embora cada vez mais difundidas, as ideias e soluções listadas acima são ainda marginais e consideradas utópicas (mesmo que os decrescentistas afirmem que a maior utopia consiste em acreditar que podemos continuar no caminho atual). Vale a pena analisar as

diferentes posturas encontradas entre os responsáveis políticos, economistas, empresários e sociedade civil. Essas posturas correspondem a três grandes famílias:

23 *Postura n. 1, conservadora:*

24 Governos, firmas, grupos sociais e indivíduos acham que é possível continuar assim. Graças à inovação tecnológica e à fé no “progresso” encontraremos soluções para tudo. O capital construído substituirá o “capital” natural num ritmo adequado, sem limites (não há para eles um valor intrínseco da natureza ou de aspectos dela). Os mecanismos de mercado deveriam, desta forma, evitar sempre a escassez. Não devemos sacrificar as gerações atuais em nome das gerações futuras. É a postura assumida por antigos críticos das origens antrópicas do aquecimento global, como Lomborg ou Nordhaus, que reconheceram recentemente a gravidade da situação (infelizmente o lobby conservador só cita seus textos anteriores), mas fazem a aposta, bastante ousada, determinista e linear, de que as futuras gerações serão mais ricas que as de hoje e poderão enfrentar o problema. Por isso, aplicam taxas de desconto altas aos custos futuros, supervalorizando o presente e desvalorizando o futuro. Acham que reduzir as emissões acima de uma taxa de 1% ao ano seria insuportável para a economia (isto é, diminuiria as taxas de lucro e, portanto, a criação de riquezas). No entanto, essa taxa é totalmente insuficiente para manter o aquecimento abaixo de 2,5°. De acordo com os especialistas do IPCC, deveríamos voltar de uma concentração de CO₂ de 390 ppm hoje para 350 a fim de evitar o pior. Uma redução de 1% nos coloca numa trajetória de 500 a 700 ppm. Essa postura nega a existência de limites.

25 *Postura n. 2, reformista:*

26 Reconhece a gravidade da situação e a necessidade de mudar muita coisa de forma rápida. Encontramos aqui o desenvolvimento sustentável e a economia verde. Há diferenças grandes entre essas duas abordagens, mas o que as reúne são as ferramentas:

27 *A ecoeficiência* (Weizsacker *et al*, 2009), que consiste em “fazer mais com menos”. De acordo com as curvas de Kuznets, deve ocorrer um desacoplamento e divergência entre a curva de aumento do PIB e a de consumo de recursos.²⁸

28 *A desmaterialização da economia*: os aumentos de PIB deveriam se concentrar nas atividades cognitivas, de comunicação, de serviços, que normalmente consomem menos energia e recursos (embora alguns metais raros sejam consumidos e que a informática seja uma grande consumidora de energia). Porém, Tim Jackson, no seu relatório ao governo inglês, observa que é pouco provável que a extensão dos serviços (principalmente aqueles que aumentam a qualidade da vida) possa sustentar um crescimento: os ganhos de produtividade são fracos e quando ocorrem deterioram a qualidade do serviço. Essa abordagem preconiza também a atribuição de direitos de propriedade e de um valor aos recursos para que possam entrar nos mecanismos e nas lógicas supostamente virtuosas do mercado.

29 Os partidários dessa visão têm razão até certo ponto: a intensidade energética por ponto de PIB diminuiu 33% desde 1970 e a intensidade material, 26% de 80 a 2007. Mas, como mostra André Cechin (2010), desde 1970 a população aumentou 50% e o PIB 120%. A exploração dos recursos aumentou 62%! Isso apesar do intenso trabalho de agências internacionais, convenções etc. E essa diminuição da intensidade não ocorre em todo lugar e em todas as fases do “desenvolvimento”. Considerando a situação da Ásia, observamos o seguinte: enquanto o consumo mundial de matéria *per capita* diminuía de

2,2 kg por unidade de PIB (em USD) em 1970 para 1,1 em 2005, esse consumo na Ásia passou de 2 para 3, 1, isto é, perdeu em eficiência.

- 30 Por outro lado, os fluxos de matéria mostram que na maior parte das economias industrializadas não há diminuição, mas aumento do consumo absoluto. Quando a economia física “diminui” nos países industrializados é em termos relativos, os objetos que consomem matéria e energia são cada vez mais importados, da China em particular. Isso explica, em parte, a diminuição relativa no Norte e o aumento absoluto, e rápido, no Sul. Há transferência para os países do Sul de boa parte da produção que mais consome matéria e energia. Essa postura aceita os limites (necessidade de reencaixar a sociedade nos limites da natureza) mas, em geral, aposta mais na tecnologia do que na transformação social.
- 31 *Postura n. 3, alternativa ou “revolucionária”:*
- 32 A palavra “revolucionária” não se refere às antigas concepções de transformação da sociedade pela tomada do poder, mas indica que a mudança de rumo implica transformações profundas. Consciente de que a sociedade contemporânea é extremamente complexa, prega um processo de transição, mas com sentimento de urgência. Critica as posturas anteriores, mesmo reconhecendo a necessidade da ecoeficiência e da desmaterialização relativa. Faz duas críticas principais à postura n. 2: uma crítica mais técnica (as soluções tecnológicas, numa sociedade de crescimento, se confrontarão sempre com o paradoxo de Jevons e levarão no final a mais consumo) e uma crítica mais fundamental (o coração do problema está nos nossos valores, são eles que produzem as crises ecológicas e econômicas).
- 33 Considera que, embora perigoso, o entrelaçamento de crises pode abrir espaços para uma bifurcação histórica, contrastando com o determinismo da estrutura econômica contemporânea. Trata-se de se reapropriar do futuro de forma autônoma e democrática, conquistar a democracia econômica e lutar contra todas as formas de heteronomia. Nessa família de pensamento encontramos as diferentes versões do decrescimento, da simplicidade voluntária, do ecossocialismo e outros. Obviamente, aceitam a existência de limites, mas pregam a justiça social e ambiental como condição para aceitar os limites. Não criticam a ciência ou a tecnologia em si, mas o fato de elas estarem a serviço de interesses privados, e não da utilidade social e do bem comum.
- 34 Os Estados, em geral, salvo algumas exceções, estão adotando uma postura conservadora ou fracamente reformista por razões óbvias. Defendem a competitividade do país, o emprego e o recolhimento dos impostos. Estão envolvidos num tipo de dilema do prisioneiro, nenhum governo querendo assumir riscos ao tomar medidas custosas, sem ter certeza a respeito do que os outros irão fazer. Garantia de imobilidade. Existe o mesmo problema entre os cidadãos que, muitas vezes, apoiam posturas conservadoras por medo de perder o emprego. Isso constitui uma verdadeira armadilha da qual é muito difícil sair. Explica tanto o fracasso das cúpulas sobre o clima, quanto o recuo dos governos frente ao *lobbying* das grandes firmas. Por isso os decrescentistas apostam muito mais nos movimentos de cidadãos e na construção de outra economia a partir do nível local e regional do que na ação dos estados.

Informação e desinformação: ciência *versus* lobbies

- 35 Nunca antes as sociedades recorreram tanto ao conhecimento científico para justificar suas decisões. Porém, na era da informação e dos meios de comunicação, a desinformação se tornou um instrumento com grande potencial, que permite jogar dúvidas e alimentar controvérsias. No jogo midiático, dados científicos validados pelos pares, representando anos de trabalho metódico de centenas de cientistas, são tratados da mesma forma que simples opiniões, sem falar das ações de desinformação conscientemente construídas para proteger interesses financeiros.²⁹ As medidas necessárias para evitar uma degradação ambiental perigosa são muitas vezes caras e podem diminuir consideravelmente a rentabilidade das empresas. A consequência lógica disso é que certas empresas, cujos interesses são ameaçados, tentem jogar dúvidas sobre as conclusões científicas, o que o funcionamento da mídia e sua influência considerável sobre a formação das opiniões permitem hoje.
- 36 O ceticismo climático é essencialmente um fenômeno anglo-saxônico, mais especificamente norte-americano e, mais ainda, ligado à direita do partido republicano. É nos Estados Unidos que se encontram as maiores empresas mundiais da “economia marrom”, é lá que o funcionamento na base dos lobbies é, ao mesmo tempo, comum (e bem aceito) e capaz de mobilizar as maiores quantidades de dinheiro. Não é de estranhar que seja lá também que o ceticismo climático seja o mais forte: 50% dos cidadãos norte-americanos não acreditam na origem humana do aquecimento global (quando não negam simplesmente sua existência!). É um fenômeno excepcional entre os países industrializados. Estudos recentes começaram a revelar o funcionamento desses lobbies (Oreskes & Conway, 2010; Leray, 2011; Pottier, 2011): pagamento de cientistas de outras disciplinas, muitas vezes aposentados, para realizar relatórios pseudocientíficos (sem a realização de pesquisas), produção de material destinado à internet (*blogs*), pagamento de colunas em jornais etc. Oreskes e Conway (*op. cit.*) analisam detalhadamente o funcionamento da desinformação programada no caso das chuvas ácidas, do buraco de ozônio, do tabaco e agora do clima. É sempre o mesmo procedimento: não financiar pesquisas, não se situar no plano da argumentação científica, mas tentar enfraquecer o discurso científico, jogar dúvidas, alimentar controvérsias, o que permite atrasar a adoção de medidas pelos poderes públicos. Com efeito, adiar certas medidas por 2 ou 3 anos pode representar um ganho de centenas de milhões de dólares. As matérias dos lobistas são aceitas pelos grandes jornais em pé de igualdade com as publicações científicas, tornando difícil a formação da opinião pública. O escândalo do Heartland Institute, *think tank* norte-americano próximo do Tea Party, que foi recentemente revelado graças ao vazamento de documentos, é somente a ponta do *iceberg*. O Heartland Institute promove o ceticismo climático há muitos anos. Chegou a pagar um cientista (não especialista do clima) que, antes, tinha se destacado na defesa do amianto e do tabaco, negando suas relações com o câncer, para escrever relatórios criticando os resultados do IPCC. É importante sublinhar que não se trata de um debate científico, a controvérsia só pode ser entendida se for abordada como uma questão política (Pottier, *op. cit.*) e financeira. O programa do Instituto incluía material para as escolas, colocando em dúvida o aquecimento global. No caso do amianto, das chuvas ácidas e do tabaco, está certo que, no final das contas, a verdade científica acabou ganhando, mas foram dezenas de anos perdidos (e que representavam vidas perdidas). No caso do clima, não dispomos desse tempo todo. Um

produtor de cigarros, no final dos anos sessenta, dizia que, em face dos resultados científicos, sua única arma era disseminar a dúvida (citado por Pottier). O mesmo mecanismo é utilizado para o clima. Os *lobbies* recusam, na realidade, as medidas moralmente necessárias a partir do momento em que o diagnóstico e as modelizações prospectivas mostram um perigo. Como é difícil travar uma luta no plano moral, a única saída é negar a validade do diagnóstico (Pottier, *op. cit.*).

- 37 É fácil entender por que os cidadãos preferem uma opinião tranquilizadora a um resultado científico que incomoda e gera angústia, é sempre difícil renunciar às suas crenças e hábitos, e muito mais fácil ser confortado nos mesmos. Por outro lado, o mito ocidental do progresso leva as pessoas a duvidar que esse “progresso” seja responsável e a acreditar que sempre encontraremos soluções (ver a geoengenharia). No caso dos Estados Unidos, no entanto, existem outros fatores que podemos chamar de culturais, que facilitam o ceticismo e a negação dos resultados científicos. Em particular uma rejeição profunda à intervenção do Estado na economia, às regulações, taxas e impostos, mas também à intromissão do Estado na vida privada, nas escolhas pessoais. O trabalho dos lobistas está sem a menor dúvida na origem da postura conservadora dos Estados Unidos nas negociações sobre o clima, com consequências globais muito graves.
- 38 Os lobistas norte-americanos têm influência muito além das suas fronteiras. Inspiram os céticos do clima em muitos países, incluindo o Brasil. As empresas que acionam os *lobbies* têm interesses financeiros imediatos, mas entre os financiadores (fundações, *think tank* etc.) existem, como vimos, outras motivações. Algumas soam exóticas, como a denúncia de um complô internacional e federal para impedir o desenvolvimento dos Estados Unidos (!) e substituí-los na liderança mundial. Encontra-se também uma argumentação anticientífica, muitas vezes de cunho religioso. São discursos semelhantes que podem ser observados em círculos nacionalistas e desenvolvimentistas de muitos países do Sul. Diante dessas poderosas forças, nada indica que o discurso científico possa se impor. Os decrescentistas parecem ter toda razão em abordar a crítica do modelo socioeconômico atual de múltiplas formas (éticas, culturais, sociais, filosóficas, psicológicas, econômicas etc.). Não desprezam os resultados científicos, bem ao contrário, mas perceberam que não adianta debater com pessoas que não estão interessadas na realidade dos fatos, mas sim na sua negação por motivos extracientíficos (Oreskes e Conway, *op. cit.*). Com o sistema midiático de informação-desinformação atual, é pouco provável que os portadores de más notícias sejam bem acolhidos e possam convencer somente com argumentos científicos.³⁰

BIBLIOGRAFIA

Referências bibliográficas

AYRES, R. U. *Turning point. An end to the growth paradigm*. London: Earthscan, 1998.

- BIHOUIX, P.; GUILLEBON, B. *Quel futur pour les métaux? Raréfaction des métaux: un nouveau défi pour la société*. Paris: EDP Sciences, 2010.
- CECHIN, A. *A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen*. São Paulo: Edusp, 2010.
- CHERTOW, M. R. The IPAT equation and its variants; changing views of technology and environmental impact. *Journal of industrial ecology*, v. 4, n. 4, p. 13-29, 2001.
- CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E. F. The anthropocen. *Global Change Newsletter*, 41, p. 17-18, 2000.
- CRUTZEN, P. J. Geology of mankind. *Nature*, v. 415/6867, p. 23, 2002.
- CZECH, B.; DALY, H. E. In my opinion: the steady State economy – what it is, entails and connotes. *Wildlife Society Bulletin*, 32 (2), p. 598-605, 2004.
- DALY, H. E. The economics of the steady State. *American economic review*, v. 64 (2), p. 15-21, 1974.
- EHRlich, P. R.; HOLDREN, J. P. Impact of population growth. *Science*, 171, p. 1212-1217, 1971.
- ESCOBAR, A. Imagining a post-development era? Critical thought, development and social movements. *Social Texts*, n. 31-32, p. 20-56, 1992.
- HEINBERG, R. *The end of growth*. Adapting to our new economic reality. Canada: New Society Publishers, 2011.
- LERAY, F. *Le négationnisme du réchauffement climatique en question?* Ed. Golias, 2011.
- MARTÍNEZ-ALIER, J. *The environmentalism of the poor - a study of environmental conflicts and valuation*. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.
- MARTÍNEZ-ALIER, J. et al. *Sustainable de-growth: Mapping the context, criticisms and future prospects of an emergent paradigm*. *Ecological Economics*, 69, p. 1741-1747, 2010.
- NAIR, C. *Consumptionomics – Asia's role in reshaping capitalism and saving the planet*. Oxford: Infinite Ideas, 2011.
- ORESQUES, N.; CONWAY, E. M. *Merchants of doubts: how a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming*. New York: Bloomsbury Press, 2010.
- PARTANT, F. *La fin du développement*. Naissance d'une alternative? Paris, Actes Sud, 1997.
- POTTIER, A. Le climato-scepticisme-réflexion sur la confusion des genres. *Futuribles*, 380, p. 27-40, 2011.
- PROCTOR, R. N.; SCHIEBINGER, L. *Agnology: the making and unmaking of ignorance*. Stanford: Stanford University Press, 2005.
- STENGERS, I. *Au temps des catastrophes*. Paris: La Découverte, 2009.
- STERN, N. *The Economics of climate change*. Report to the British Government, 2006.
- STRECK, W. The crises of democratic capitalism. *New Left Review* (71), London, set./out. 2011.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAM – UNEP. *The economics of ecosystems and biodiversity*. New York: ONU-Unep, 2010.
- WEIZSACKER, E. et al. *Factor five – Transforming the global economy through 80% improvements in resource productivity*. London: Earthscan, 2009.

NOTAS

- 4 . Agradeço muito a Elimar Nascimento pela releitura do texto e correções.
- 5 . A equação é a seguinte: I (Impacto ambiental) = P (população) x A (consumo) x T (tecnologia). De acordo com o país ou a época, um desses fatores pode dominar. Nas palavras do próprio Ehrlich, as políticas podem influenciar mais facilmente o consumo e a tecnologia do que a população, fator ligado a comportamentos culturais profundamente enraizados.
- 6 . Vale lembrar os livros de Rachel Carlson (*Silent Spring*, 1962), que denunciava o uso dos pesticidas na agricultura, de Barry Commoner (*The closing circle*, 1971), o relatório do Massachusetts Institute of Technology *The limits to growth* (1972), Paul & Ann Ehrlich (*Population, resources, environment: issues in human ecology*, 1970) etc. No campo da economia, o trabalho de N. Georgescu-Roegen (*The entropy law and the economic process*, 1971) representa um marco fundador, bem como o do seu discípulo H. Daly (*Toward a steady-state economy*, publicado no livro de Hart and Socolow *Patient Earth* em 1971).
- 7 . Ver Murray Bookchin, nos Estados Unidos (*Our synthetic environment*, 1962), que criou a *Social Ecology*, André Gorz (*Écologie et politique*, 1975) e René Dumont (*L'utopie ou la mort*, 1973) na França etc. Um pouco mais tarde, resgatando certos escritos de K.Marx, onde encontram as sementes de uma crítica ecológica do capitalismo, autores norte-americanos como James O'Connor, John Bellamy Foster e Joel Kovel fundam o movimento ecossocialista.
- 8 . A restauração das taxas de lucro, a austeridade orçamentária e o desmantelamento das conquistas sociais tiveram um alto custo em termos de desigualdade social. Na Inglaterra, em 1937, o 1% mais rico da população consumia 12,6% da riqueza nacional; graças ao *welfare State*, baixou para 4,2% em 1976, mas hoje voltou praticamente à situação de 1937. Nos Estados Unidos, a desigualdade social voltou ao que era antes da crise de 1929, depois de ter diminuído constantemente até os anos setenta.
- 9 . Certos países, como a Rússia, ameaçam boicotar a Europa. A tentativa da Europa de taxar o petróleo "sujo" canadense enfrenta também forte oposição.
10. Nessa nova configuração, a maior parte da classe operária vota doravante para os partidos de direita, assim como a maioria dos agricultores familiares.
11. A Agência Internacional da Energia (AIE) calculou que as emissões totais passaram de 20,9 GT em 2009 para 30,6 em 2010. A limitação a 2° do aumento de T° neste século, de acordo com as recomendações do IPCC, já é considerada impossível. Acima disso o futuro é incerto. A T° média da Europa aumentou 1° nos últimos 20 anos, empurrando espécies animais (pássaros, insetos) 249 km para o Norte, em média. O nível do mar subiu 12 mm nos últimos 10 anos.
12. A PE incorpora as áreas de florestas e oceanos necessários para a absorção do CO₂ (lembrando que a capacidade de absorção dos oceanos-cerca de 50% do CO₂ emitido-já diminuiu e que as florestas estão desaparecendo rapidamente). Significa que o abandono rápido do uso de combustíveis fósseis poderia diminuir a PE em 30 a 50% (de acordo com diferentes autores), o que não resolveria o problema mas alargaria um pouco os prazos. Não devemos esquecer que a PE atual já é insustentável.
13. O *Ecosystem Millenium Assessment* mostra que 17 dos 24 serviços ambientais básicos estão degradados.
14. A FAO considera que para atender a demanda por alimentos em 2050 precisaremos aumentar em 70% a produção alimentar.
15. A totalidade do petróleo nunca será explorada por dois motivos: por causa do preço e da acessibilidade, mas também porque os enormes aumentos de temperatura e o caos climático que provocaria tornaria o planeta inviável muito antes de chegar lá.

16. “... Nor will it be impossible for any region, nation or business to continue growing for a while. Some will. In the final analysis, however, this growth will have been achieved at the expense of other regions, nation or businesses. From now on, only relative growth is possible: the global economy is playing a zero-sum game, with an ever-shrinking pot to be divided among the winners” (Heinberg, 2011:2). Ver também Ayres (1998).

17. Foi essa constatação que levou o Secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon a dizer “estamos indo para o abismo, pisando no acelerador”.

18. Não foi somente a partir da observação dos dados climáticos registrados no gelo do Antártico que os cientistas se determinaram: a erosão provocada pelos desmatamentos e a agricultura modificou a estratigrafia e o regime dos rios; as extinções de fauna e flora de origem antrópica alcançaram ritmos jamais vistos no último século etc. O prêmio Nobel de química Paul Crutzen (2002) propôs o final do século XVIII como início do antropoceno, em particular a data simbólica de 1784, que corresponde à invenção da máquina a vapor por Watt. Na realidade, o momento em que o teor de CO₂ na atmosfera começa a aumentar rapidamente e pode ser claramente relacionado com a era industrial é posterior de algumas décadas. A generalização do uso do carvão nas máquinas destinadas à produção de bens só aconteceu com o início da revolução industrial, em torno de 1830. Mas sem dúvida a máquina a vapor foi decisiva no processo. A proposta de nova era geológica será examinada em agosto de 2012 no Congresso de Geologia de Brisbane (Austrália).

19. O autor estima que na próxima década, potencialmente, serão entre 2 e 3 bilhões de novos consumidores que vão entrar no mercado, principalmente na Ásia.

20. «Asia is perhaps now, given its stage of development and the harsh realities it faces, most suited to freeing capitalism from being the captive it has become offree market fundamentalists and ideologues» (op. cit. p.15). Vale notar que Chandran Nair não adota uma visão anticapitalista mas visa reformá-lo profundamente. É um dos poucos autores que ataca fortemente a ideologia do livre mercado e a sociedade de consumo... e ao mesmo tempo defende uma forma de capitalismo.

21. Nair mostra que o nível de consumo *per capita* da Ásia, sendo 20 vezes menor que o dos EUA, chegar à metade do consumo americano representaria multiplicar o A da equação $I = P \times A \times T$ por 10. Manter o impacto ambiental no mesmo nível “would require lowering the environmental impact per unit of spending by 90 percent. Frankly, this is inconceivable. As industry expands, and cars, home appliances and other electrical goods become ever more commonplace, the environmental impact of rising affluence will only increase-regardless of the growing efficiency with which goods are made and electricity generated. A’s rise will far offset T’s fall” (op. cit. p. 51).

22. De acordo com o autor, os países “ricos” não percebem a urgência enfrentada pela Ásia, nem o tamanho dos danos já existentes. Por isso ainda acham possível fazer da questão ambiental uma questão tecnológica, agindo no nível do “T” da equação. A mudança eventual de rumo na Ásia poderia ajudá-los a reorientar sua cultura e economia. Nair defende assim uma interessante inversão do *leadership* mundial: o ocidente não terá condições de mudar a tempo sua estrutura econômica, mas poderá importar as profundas mudanças que a Ásia será obrigada a adotar na urgência.

23. Embora existam decrescentistas na China e na Índia, são ainda pouco organizados e pouco visíveis.

24. Assim, Sir Nicholas Stern (2006), perfeitamente consciente dos perigos do aquecimento global, atribui o fracasso em controlá-lo à insuficiência do mercado e recomenda ampliar seu domínio nas questões ambientais.

25. Propostas não faltam, mas não se sabe como implementá-las, quais seriam as alianças políticas que poderiam arcar com esse projeto.

26. O país mais engajado na energia nuclear, a França, precisaria (se houver uma forte vontade política) de 25 a 30 anos para sair do nuclear. O carro individual, o transporte rodoviário de cargas, a agricultura química, são também escolhas técnicas difíceis de reverter rapidamente.

27. Sem modificação do sistema global, alguns aconselham um mecanismo de compra de direitos (como é o caso atual para o mercado de CO₂). Os decrescentistas propõem no lugar mecanismos de cooperação, transferência e empreendimentos compartilhados.

28. Esse desacoplamento acontece realmente em certos casos, mas é relativo e não absoluto, como seria necessário para diminuir a PE.

29. A análise desses fenômenos tornou-se uma disciplina científica, a agnotologia (expressão forjada pelo historiador da ciência de Stanford Robert Proctor em 1992). Ver: Proctor & Schiebinger (2005).

30. Diante do tratamento desigual recebido na imprensa, 40 cientistas norte-americanos (apoiados por 700 colegas) resolveram responder aos ataques nos jornais (no caso o *Los Angeles Times* de 8 de novembro de 2010) e defender o aquecimento global. Diziam não acreditar mais que a verdade científica possa se impor simplesmente porque é a realidade: “faz mais de 20 anos que sabemos a verdade e nada muda” (citado por F. Leray, 2011, p. 116). Talvez porque a verdadeira batalha se situa em outra cena.

AUTOR

PHILIPPE LÉNA

Geógrafo e sociólogo, *Directeur de Recherche* do IRD (França). Foi pesquisador visitante no INPA, MPEG e UFRJ, ex-presidente do IAG (International Advisory Group-MMA/PPG7/Banco Mundial). Coordenou, no IRD, uma Unidade de Pesquisa dedicada à Amazônia. Último livro no Brasil (com Roberto Araujo Santos): *Desenvolvimento sustentável e sociedades na Amazônia* (MPEG, Belém, 2010). E-mail: philippe.lena@sfr.fr

O decrescimento

Por que e como?

Serge Latouche

Tradução : Leonardo Milani

- 1 Estamos convencidos de que a tomada de consciência dos limites materiais do meio ambiente mundial e das consequências trágicas de uma exploração desmedida dos recursos terrestres é imprescindível para o surgimento de novos modos de pensamento que levarão a uma revisão fundamental, tanto do comportamento dos homens, quanto, por conseguinte, da estrutura da sociedade atual no seu todo. Relatório no Clube de Roma (Meadows *et al*, 1972).
- 2 O termo “decrescimento” é de uso muito recente no debate econômico e social. A palavra não constava em nenhum dicionário francês de ciências sociais até 2006, embora fosse possível encontrar algumas entradas para seus correlatos: “crescimento zero”, “desenvolvimento sustentável” e, claro, “estado estacionário”.³¹ Em 2001, o nascimento tardio da corrente ecossocialista radical, na França, e depois nos países latinos, seguido pelo movimento dos *objecteurs de croissance*,³² a impôs na cena da política e da mídia.
- 3 Vale especificar, de antemão, que o decrescimento não é um conceito e, em todo caso, não é o oposto simétrico do crescimento. É um *slogan* político provocador que visa, principalmente, enfatizar a importância de abandonar o objetivo de crescimento pelo crescimento, objetivo desprovido de sentido cujas consequências são desastrosas para o meio ambiente. Em particular, o decrescimento não é o crescimento negativo,³³ expressão antinômica e absurda que bem expressa o domínio exercido pelo imaginário do crescimento.
- 4 A rigor, o certo seria falar de um “a-crescimento”, da mesma forma que falamos de “ateísmo”. Aliás, trata-se exatamente de abandonar uma fé e uma religião: as da economia, do crescimento, do progresso e do desenvolvimento. Ora, para dar um alcance universal à palavra de ordem do decrescimento, deparamo-nos com a dificuldade de traduzi-la nas línguas não latinas. Todavia, sua tradução perfeita é não apenas impossível, como pode não ser necessariamente desejável. O pós-desenvolvimento será plural. Cada sociedade e cada cultura deve sair, à sua maneira, do totalitarismo produtivista e contrapor ao

homem unidimensional, o *homo œconomicus*, uma identidade baseada na diversidade das raízes e tradições.

Por que o decrescimento?

- 5 O projeto almejado pelo decrescimento traz uma filiação de dupla ramificação cuja história é antiga. É formado, por um lado, pela tomada de consciência acerca da crise ecológica; e, por outro lado, pela crítica à técnica e ao desenvolvimento. Embora pressentir os limites do crescimento económico tenha começado em um período que remonta certamente a Malthus e tenha contado com fundamentação científica com a segunda lei da termodinâmica de Lazare Carnot, a questão da ecologia no contexto da economia só foi teorizada nos anos 1970 pelo grande estudioso e economista romeno Nicolas Georgescu-Roegen, sendo mais tarde popularizada através do primeiro relatório ao Clube de Roma, que denunciou os limites do crescimento. Nestes anos de 1970, o fracasso do desenvolvimento no Sul e a perda de referências no Norte levavam vários pensadores, no marco de Ivan Illich e Jacques Ellul, a repensar a sociedade de consumo e suas bases imaginárias: o progresso, a ciência e a técnica.
- 6 É claro que não se trata de questionar todos os fenômenos de crescimento, e sim a “sociedade de crescimento” na qual vivemos. Esta pode ser definida como uma sociedade dominada por uma economia de crescimento, que tende a absorvê-la. Assim, o crescimento pelo crescimento passa a ser o objetivo primordial, quando não é o único objetivo de vida. Esta sociedade não é sustentável e nem desejável.
- 7 Uma sociedade destas não é sustentável por que vai de encontro com os limites da biosfera. Se considerarmos a “pegada” ecológica do nosso modo de vida, em termos de área terrestre ou de espaço bioprodutivo necessário, como índice de seu “peso” sobre o meio ambiente, chegamos a resultados insustentáveis do ponto de vista da capacidade de regeneração da biosfera, capacidade que já foi superada em 40%. Não nos basta mais o planeta; ora, seriam precisos três a seis destes para generalizar o modo de vida ocidental. E se continuamos com uma taxa de crescimento de 2%, considerando também a previsão de aumento populacional, serão necessários mais de trinta, no horizonte 2050 (Wackernagel, 2008)!
- 8 Acima de tudo, a sociedade de crescimento não é desejável por pelo menos três motivos: ela produz um aumento das desigualdades e injustiças; ela cria um bem-estar amplamente ilusório; ela não suscita, mesmo para os que mais se beneficiam, uma sociedade amigável e sim uma antissociedade que padece de sua riqueza.
- 9 O primeiro ponto é amplamente ilustrado pelos famosos relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Basta lembrar dois exemplos. O Ocidente, ou a tríade Europa, América do Norte e Japão/Austrália/Nova Zelândia, que representa menos de 20% da população mundial, consome mais de 86% dos recursos naturais. Além do mais, há poucos anos as quinze pessoas mais ricas do mundo reuniam, juntas, um patrimônio superior ao PIB de toda a África subsaariana. Hoje, não são mais quinze pessoas e sim três. No ano que vem, será provavelmente uma única, Bill Gates. Chega-se, assim, a coisas absolutamente obscenas: uma a três pessoas de um lado, um continente do outro!
- 10 Além do mais, segundo motivo, o aumento do nível de vida do qual a maioria dos cidadãos do Norte pensam beneficiar é cada vez mais ilusório. As vantagens que tiramos do

crescimento novo são inferiores a seus custos marginais. Gastamos mais em termos de compras de bens e serviços mercantis, mas *esquecemos* de deduzir o aumento, superior, das despesas vinculadas. Estas assumem formas diversas, mercantis ou não: degradação da qualidade de vida – que é um prejuízo, embora não possa ser quantificado (ar, água, meio ambiente, etc.) – e despesas de “compensação” e “reparação” (remédios, transportes e lazeres) que a vida moderna tornou necessárias. Assim, Herman Daly (1996) implementou um índice sintético, o *Genuine Progress Indicator* (Indicador de progresso autêntico), que reajusta o *Gross National Product* (Produto Interno Bruto) em função das perdas decorrentes das externalidades negativas do crescimento. Ele integra os ajustes que envolvem despesas “defensivas”, ligadas à degradação da qualidade de vida (poluição da água e do ar, poluição sonora, migrações alternantes, acidentes rodoviários, criminalidade urbana, perda de zonas úmidas e recursos não renováveis) e ao trabalho domiciliar não retribuído. A partir dos anos 1970, para os Estados Unidos, o indicador do progresso autêntico estagna e até regride, enquanto o índice do produto interno bruto não para de crescer (Cobb *et al.*, 1995). Essa situação pode ser verificada em todos os países industrializados,³⁴ sendo aliás corroborada por uma série de outros indicadores “alternativos”: Índice de Saúde Social (ISS), de Robert Putnam, cálculo de PIB verde ou P. I. D. (Produto Interno Suave dos quebequenses) etc. (ver Gadrey & Jany-Catrice, 2005).

- 11 Por fim, terceiro motivo, além de certo limite, ao que parece, o enriquecimento material não traz felicidade. Todos os estudos socioeconômicos sobre felicidade chegam a esta conclusão. Por exemplo, Robert E. Lane, em seu belo livro *The loss of happiness in market democracies* (Lane, 2000), lista todos os vieses teóricos possíveis da contabilidade, para tentar medir, apesar de tudo, a evolução da felicidade pessoal (o *subjective well-being*) nas sociedades liberais. Sua conclusão é de que a melhoria do nível material de vida, nos Estados Unidos, foi acompanhada por uma redução indiscutível da felicidade real da maioria dos americanos, devida essencialmente à degradação efetiva das relações humanas fundamentais (aquilo que Lane chama de *companionship*).³⁵ Isto para dizer que, em tais condições, o crescimento é um mito, mesmo dentro do imaginário da economia de bem-estar, ou até da sociedade de consumo, e que temos todas as vantagens em nos livrarmos dele.

O decrescimento, como?

- 12 O decrescimento não é a alternativa, e sim uma matriz de alternativas que abre novamente o espaço da criatividade, levantando a chapa de chumbo do totalitarismo econômico. Isto significa que não devemos imaginar uma mesma sociedade do decrescimento no Texas ou em Chiapas, no Senegal e em Portugal. O decrescimento reorienta a aventura humana em direção à pluralidade de destinos. Assim, não é possível propor um único modelo padrão de sociedade de decrescimento; pode-se, quando muito, esboçar princípios fundamentais de toda sociedade não produtivista sustentável e exemplos concretos de programas de transição.
- 13 O projeto global (os 8 R) é revolucionário, mas o programa *eleitoral* de 10 pontos, proposto para a França, é necessariamente reformista. Consequentemente, muitas propostas “alternativas” que não reivindicam seu pertencimento ao decrescimento podem, ainda bem, encontrar nele seu espaço. Assim, o decrescimento proporciona um quadro geral que dá sentido a numerosas lutas setoriais ou locais, favorecendo compromissos estratégicos e alianças táticas.

- 14 Em uma primeira abordagem, pode-se dizer que a política de decrescimento é algo cujo objetivo consiste em inverter a relação entre produção do bem-estar e PIB. Tratar-se-ia de desacoplar ou desconectar a melhoria da situação dos indivíduos do aumento estatístico da produção material; ou seja, promover a redução do “bem-ter” estatístico para melhorar o bem-estar vivenciado. Para tanto, convém reduzir, ou até eliminar, as externalidades negativas do crescimento, fardos que não trazem nenhuma satisfação e vão desde acidentes rodoviários até despesas com remédios contra o estresse, passando pela propaganda abusiva e, não raro, prejudicial. Porém, estas medidas concretas só são possíveis e só podem ser consideradas no âmbito de uma *sociedade de decrescimento*. Ora, para imaginar uma sociedade de decrescimento, é literalmente preciso sair da economia. Isto equivale a repensar a dominação da economia sobre o resto da vida, na prática e na teoria, mas principalmente em nossas mentes. Assim, é preciso articular o nível de concepção do projeto com o da implantação de um programa político. A concepção pode adotar a forma de um “círculo virtuoso” de sobriedade expresso em oito “R”: reavaliar, reconceituar, reestruturar, realocar, redistribuir, reduzir, reutilizar, reciclar. Estes oito objetivos interdependentes são capazes de desencadear uma dinâmica que tende para uma sociedade autônoma de sobriedade serena, convivial e sustentável.³⁶
- 15 O ponto de partida é uma mudança radical de valores em relação aos valores da sociedade de crescimento. E qual valor supremo da sociedade de crescimento? Basta ligar um aparelho de televisão para vê-lo na hora: ganhar o máximo possível de dinheiro, não importa os meios, nem que seja, eventualmente, preciso esmagar os outros. Isto se chama concorrência. E também destruindo a natureza, sem piedade e sem limites. Compreendemos bem que é isto que nos leva a bater de frente com a parede e que é preciso introduzir um pouco de altruísmo na sociedade, um pouco mais de cooperação, e modificar totalmente nossas relações com a natureza; devemos nos comportar como bons jardineiros, ao invés de agir como predadores. Claro, escolher uma ética pessoal diferente, como a simplicidade voluntária, pode influir na tendência e minar as bases imaginárias do sistema; porém, sem um questionamento radical, a mudança corre o risco de ser limitada.
- 16 Caso repensemos os valores que fundamentam nosso modo de vida e nosso sistema de funcionamento, seremos também levados a repensar os conceitos com os quais abordamos nosso mundo e nossa realidade. Em particular, devemos considerar que a riqueza não é só feita de dinheiro. A *verdadeira* riqueza pode ser também o fato de ter amigos, fazer coisas interessantes etc. Se questionamos a riqueza, então também temos que reabilitar a pobreza. Uma forma de frugalidade digna era, para todas as sociedades, e para a nossa até o século XVIII, aproximadamente, um valor positivo. A lógica econômica moderna transformou a sobriedade em valor negativo, enquanto fez dos pobres uns miseráveis, destruindo a esfera vernacular. É preciso redescobrir a dignidade da autolimitação. É preciso também questionar a dupla infernal fundadora da *economicização* do mundo, a escassez e a abundância. A escassez é uma invenção da economia moderna. É o resultado da apropriação dos bens comuns que teve início a partir do século XVI na Inglaterra, com o que chamamos de movimento dos *enclosures*, quando os pobres foram impedidos de deixar seu gado pastar nos campos abertos. Este confisco de bens que a natureza disponibilizou para todos os homens continua hoje em dia, com a privatização da água e a privatização dos organismos vivos. O que está em jogo com a batalha dos OGM é justamente a expropriação dos camponeses daquilo que era uma dádiva da natureza, a fecundidade das espécies. A fecundidade das espécies se torna algo insuportável para a Monsanto, assim como o *software* livre é insuportável para a Microsoft porque não

podemos fazer ninguém pagar por isso! Assim, é preciso criar a escassez artificialmente, de forma que a cada ano os camponeses paguem pelas sementes para poder reproduzir o trigo, o milho etc.

- 17 Questionando os conceitos, mudaremos as formas de produzir, as formas como se produz e as relações de produção. Caso mudemos as estruturas, com certeza mudaremos também a distribuição. Mas redistribuir é também redistribuir os direitos de uso dos recursos naturais. É reduzir nossa pegada ecológica no Norte, para permitir que o Sul respire um pouco mais, consuma um pouco mais e viva um pouco melhor.
- 18 Uma das formas, a mais importante, dessa mudança é a realocização. A realocização constitui uma das articulações da utopia concreta e do programa político. Relocalizar significa gerar novos empregos locais, mas é, sobretudo, uma necessidade para reduzir a pegada ecológica. Em nome da racionalidade económica, uma grande mudança planetária nos foi imposta, contrariando o bom senso mais elementar. Há incontáveis exemplos, que vão desde o camarão dinamarquês – que viaja até o Marrocos para ser lavado e volta para a Dinamarca para ser ensacado e despachado pelo mundo todo – até as lagostas escocesas, antes descascadas em fábricas locais e que, a partir do dia em que foram compradas por fundos de pensão americanos, passaram a ser enviadas à Tailândia para serem descascadas à mão. Da mesma forma, dia após dia, são mais de quatro mil caminhões atravessando o Perthus³⁷ para transportar tomates andaluzes para a Holanda, enquanto tomates holandeses cultivados em estufa são enviados à Andaluzia. E como a previsão é de que isso vai continuar se desenvolvendo, florescem os projetos europeus de criação de novos túneis, novas autoestradas, novos TGV,³⁸ novas ferrovias etc., para permitir que os fluxos de quatro mil caminhões por dia passem para oito mil caminhões, dezesseis mil caminhões, e assim por diante, até a asfixia. Do ponto de vista do decrescimento, a realocização é necessária não apenas no plano econômico, mas também como higiene mental, intelectual e espiritual. É reencontrar o sentido do local.
- 19 Reduzir poderia, por si só, resumir o projeto de decrescimento que vislumbramos: reduzir nossa pegada ecológica, reduzir nosso hiperconsumo, reduzir nossos desperdícios. Mas talvez a mais importante e, hoje, mais urgente redução seja a redução do tempo de trabalho. Sabemos que o presidente Sarkozy foi eleito com o *slogan* “trabalhar mais, para ganhar mais”. Do ponto de vista macroeconômico, é absurdo, já que se trabalhamos mais, claro, a oferta de trabalho aumenta; e como a demanda não aumenta, já que estamos numa situação de desemprego, o preço só poderá desmoronar. Consequentemente, no plano macroeconômico, trabalhar mais significa ganhar menos. E, aliás, é isso que as pessoas andam constatando hoje em dia.
- 20 Todavia, na ótica das mudanças de valores, não se trata de trabalhar menos para ganhar mais, ou ainda trabalhar menos para trabalharmos todos – pois de fato é uma das soluções do decrescimento para solucionar os problemas do desemprego – e sim de trabalhar menos para viver melhor, para redescobrir o sentido da vida. Mas isso também não é fácil, porque nós nos tornamos não apenas viciados em consumo, mas até viciados em trabalho! Quando não trabalhamos mais, estamos perdidos. Aí também será mesmo necessário descolonizar o imaginário.
- 21 Reutilizar, claro, ao invés de descartar por causa da obsolescência programada dos produtos. Há uma boa quantidade de coisas que podem ser reutilizadas e cujo tempo de vida poderia ser prolongado. Consertando aparelhos, é óbvio que pouparemos muitas

matérias-primas, além de, acessoriamente, gerar empregos. E, por fim, o que não pudermos reutilizar será reciclado.

- 22 O segundo nível, o da implantação, supõe uma inserção muito maior no contexto. Este é o sentido do programa *eleitoral* de 10 pontos, a seguir, proposto para a França:
1. Voltar a uma pegada ecológica sustentável.
 2. Reduzir os transportes, internalizando os custos por meio de impostos ambientais adequados.
 3. Relocalizar as atividades.
 4. Restaurar a agricultura camponesa.
 5. Redistribuir ganhos de produtividade na forma de redução do tempo de trabalho e de geração de emprego.
 6. Relançar a “produção” de bens relacionais.
 7. Reduzir o desperdício de energia, dividindo-o por quatro.
 8. Restringir amplamente o espaço publicitário.
 9. Reorientar a pesquisa técnico-científica.
 10. Reapropriar-se do dinheiro.
- 23 Esse programa é especialmente adaptado para sair de forma positiva da crise. Para os *objecteurs de croissance*, na medida em que a retomada através do consumo e, portanto, do crescimento, está (a princípio) excluída, impõe-se um plano volumoso de reconversões. Para que a França volte a um nível sustentável, supõe-se, daqui por diante, que ela reduza seu impacto em cerca de 75%. Como seria possível sem ter que voltar à idade da pedra? Se refletirmos sobre o fato de que a explosão da nossa pegada ecológica data apenas dos anos sessenta – e isto está bem distante do neolítico – compreendemos que não se trata tanto de se apertar do que de produzir de outra forma. A redução forte dos *consumos intermediários*, no sentido amplo (transportes, energia...), que explodiram com a globalização, possibilitaria a preservação de um nível satisfatório de *consumo final*. Os circuitos curtos de distribuição, a realocação da atividade produtiva e, especialmente, a restauração da agricultura camponesa, passam a ser prioridades. Vamos nos ater ao último ponto: reapropriar-se do dinheiro.
- 24 Diante da situação atual (crise financeira e económica), reapropriar-se do dinheiro passa a ser uma prioridade. Não podemos mais deixar que a emissão da moeda esteja exclusivamente nas mãos dos bancos. Ela deve servir, sem gerar servidão. É preciso pensar em inventar uma verdadeira política monetária local. Para manter o poder aquisitivo dos habitantes, os fluxos monetários deveriam permanecer, tanto quanto possível, na região. O papel das moedas locais, sociais ou complementares, consiste em conjugar necessidades não atendidas com recursos que, senão, ficariam inutilizados por falta de demanda efetiva. É o caso, por exemplo, das potenciais vagas existentes nos setores da hotelaria, dos restaurantes e dos transportes coletivos.
- 25 A sociedade de decrescimento, ou pelo menos aquela que poderia ser construída a partir da situação atual (mas também, no pior dos casos, a partir das ruínas ou escombros da sociedade de consumo), sem ter necessariamente que abolir nem o dinheiro, nem os mercados e nem mesmo o sistema salarial, não será mais uma sociedade dominada pelo dinheiro, uma sociedade de mercado, uma sociedade salarial. Sem eliminar expressamente a propriedade privada dos meios de produção, ela será cada vez menos capitalista, na medida em que terá conseguido abolir o espírito do capitalismo e, em particular, a obsessão pelo crescimento (dos lucros, mas não apenas). Claro, a transição envolve

regulações e hibridações; e nisto, as propostas concretas dos alterglobalistas e dos que defendem a economia solidária podem gozar de apoio total dos partidários do decrescimento. O decrescimento está também em sintonia com (ou reencontra por meio de caminhos diferentes) as reflexões teóricas e as iniciativas práticas conduzidas em outras regiões (tanto no mundo anglosaxão quanto nos universos não ocidentais). Citemos a ecologia social do anarquista Murray Bookchin, a ecologia profunda do norueguês Arne Naess, a hipótese Gaia, de Sir James Lovelock, o *powerdown*, de Richard Heinberg, o movimento norte-americano do *downshifting*, o movimento britânico das *transition towns*, de Rop Hopkins, bem como a tentativa de zonas autônomas dos neozapatistas do Chiapas e as numerosas experiências sul-americanas, indígenas e outras, como o caso do Equador, que acaba de registrar em sua constituição o objetivo do Sumak Kausai (bem-viver, em quéchua).

BIBLIOGRAFIA

Referências

COBB, C.; HALSTEAD, T.; ROWE, J. The genuine progress indicator: summary of data and methodology. In: *Redefining Progress*, 1995a

—. If the GDP is up, why is America down? In: *Atlantic Monthly*, n. 276, out. 1995b.

DALY, H. *Beyond growth: the economics of sustainable development*. Boston: Beacon Press, 1996.

GADREY, J. ; t JANY-CATRICE, F. *Les nouveaux indicateurs de richesse*. Paris: La découverte/Repères, 2005.

LANE, R. E. *The loss of happiness in market democracies*. Yale: Yale University Press, 2000.

MEADOWS, D. H. et al. *The limits to growth. A report for The Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind*. New York: Universe Books, 1972.

MICHEA, J.-C. *Orwel éducateur*. Paris: Climats, 2009.

WACKERNAGEL, M. Il nostro pianeta si sta esaurendo. In: *Economia e ambiente. La sfida del terzo millennio*. Bologna: EMI/Living Planet Report 2008.

NOTAS

31. Ver, por exemplo, no *Léxico das Ciências Sociais* de Beitone et al., publicado por Dalloz em 1995, e o *Dicionário das Ciências Humanas*, Paris, PUF, 2006.

32. NT: Em francês, a palavra “*objecteur*” designa uma pessoa que se opõe a alguma instituição ou ação coletiva por motivos éticos. A expressão “*objecteur de croissance*” é voluntariamente construída segundo o modelo dos “*objecteurs de conscience*”, ou seja, aqueles que se recusavam a

servir nas forças armadas por motivos morais nos anos 50 e 60. Depois de muitas lutas, conseguiram o reconhecimento e um estatuto específico.

33. O que significaria, ao pé da letra: “avançar recuando”.

34. Jackson e Stymne, dois pesquisadores suecos, obtiveram resultados similares aos de H. Daly para a Alemanha, o Reino Unido, a Áustria, os Países Baixos e a Suécia.

35. Ver Michea (2009, p. 162).

36. Poderíamos prolongar a lista dos “R”, com: radicalizar, reconverter, redefinir, redimensionar, remodelar, repensar etc.; mas todos estes “R” estão mais ou menos integrados nos oito primeiros.

37. NT: Cidade fronteiriça e túnel de 8 km entre a França e a Espanha, nos Pireneus, por onde passam os caminhões de mercadorias.

38. NT: Trem-bala.

AUTORES

SERGE LATOUCHE

Economista, Professor emérito da Universidade Paris-Sud. É diretor do *Groupe de recherche en anthropologie, épistémologie et économie de la pauvreté (GRAEEP)*. Crítico histórico do modelo económico dominante, é membro do Mauss e da Associação *La ligne d'Horizon*. É um dos principais defensores e teóricos do decrescimento. Publicou numerosos livros, alguns foram traduzidos em português, em particular o *Pequeno tratado do decrescimento sereno* (São Paulo, Martins Fontes, 2009).

Justiça ambiental e decrescimento econômico: a aliança dos dois movimentos

Joan Martínez-Alier

Tradução : Maíra Machado e Caroline Delelis

NOTA DO EDITOR

Este artigo foi publicado pela revista francesa *Écologie & Politique* com o título “Justice environnementale et décroissance économique : l’alliance de deux mouvements”, n. 41, p. 125-141, 2011.

Economia ecológica, metabolismo social e ecologia política

- 1 Os fluxos de energia e de materiais nunca foram tão importantes na economia mundial quanto atualmente. Este artigo defende que o aumento do metabolismo social causa cada vez mais conflitos ligados à extração de recursos e à eliminação de resíduos. Tal situação culminou na criação de um movimento pela justiça ambiental no mundo inteiro (Agyeman, Bullard e Evans, 2003; Carruthers, 2008; Pellow e Brulle, 2005; Pellow, 2007; Sholosberg, 2007; Roberts, 2007 e Walker, 2009). A expressão “justiça ambiental” começou a ser utilizada nos Estados Unidos no início dos anos oitenta, pelos militantes que lutavam contra o “racismo ambiental” (Bullard, 1990; 2005; Camacho, 1998; Carmin, 2010; Pulido, 1996), (quer dizer, contra a carga desproporcional de poluição imposta às regiões habitadas por minorias étnicas), mas agora, tal conceito também abrange os movimentos espontâneos e as OJAs (Organizações de Justiça Ambiental) em todo o mundo (assim como também inclui as redes ou coligações formadas além das fronteiras nacionais – ver Bandy & Smith, 2005), que resistem às indústrias de extração e que lutam contra a poluição e as mudanças climáticas (Allier, 2002). A justiça ambiental fala de distribuição

intrageneracional – sem se esquecer da distribuição intergeracional – e inclui dimensões não distributivas da justiça, tal como o reconhecimento ou a prevenção das exclusões participativas (Agarwal, 2001).

- 2 As OJAs são aliadas potenciais dos grupos ambientais que, nos países ricos, criticam a obsessão pelo crescimento do PIB. Tais grupos formam o movimento do decrescimento (Latouche, 2006) cujas origens se encontram, em parte, no campo da economia ecológica.
- 3 A economia ecológica é um campo transdisciplinar surgido nos anos oitenta (Costanza, 1991; 1996; Ropke, 2004; Alier & Ropke, 2008; Spash, 2009) a partir de uma convergência de interesses entre ecologistas que estudavam o uso da energia na economia humana (Odum, 1971; Jansson, 1984) e economistas dissidentes (Daly 1968; 1973; 2007) na esteira de Nicholas GeorgescuRoegen (1995/1979) e de Kenneth Boulding (1966).
- 4 Certos trabalhos de K.W. Kapp (1950) sobre os custos sociais e outro de A. Kneese e R. Ayres (1969) sobre a generalização das externalidades também influenciaram o novo campo transdisciplinar. A economia ecológica envolve o estudo físico da economia (aquela do metabolismo social), o estudo de direitos de propriedade sobre o meio ambiente e da relação destes direitos com a gestão ambiental, o estudo da sustentabilidade ambiental da economia (seria possível substituir o assim chamado “capital natural” pelo capital manufaturado?), a avaliação econômica dos serviços ambientais positivos e das “externalidades” negativas, assim como os métodos de avaliação multicritérios com o intuito de encontrar alternativas quando estamos falando de valores incomensuráveis.
- 5 A expressão “metabolismo social” refere-se ao fluxo de energia e de materiais na economia. O estudo do metabolismo social se sobrepõe parcialmente à ecologia industrial. Às vezes, ela é chamada de “ecologia social” (como é o caso no Sozial Ökologie Instituto de Viena, dirigido por Fischer-Kowalski): ela mede as ligações entre o crescimento económico e a utilização da energia (Warr e Ayres, 2010), assim como a desmaterialização absoluta ou relativa da economia (ligada ao PIB), tudo isso ao mesmo tempo em que estuda os fluxos de materiais.
- 6 Os fluxos de energia na economia são analisados há muito tempo (Cottrell, 1955; Martínez-Alier, 1987 e 2007; Haberl, 2001 a e b; Hall, Cleveland & Kaufmann, 2001; Debeir, Déleage & Hémerly, 1986). Um dos principais pontos que interessou aos analistas é o aumento ou a queda de taxas de retorno energético sobre investimentos (*energy return on investment*, EROI), O inverso dos custos necessários para se obter energia.
- 7 Cálculos de fluxo de materiais são feitos atualmente pelo Eurostat, o órgão de estatística da União Europeia. Tais cálculos também foram feitos para os países do Sul (às vezes em forma de tese de doutorado) e colocam em evidência um importante déficit de trocas físicas (Russi *et al*, 2008; Perez Rincon, 2007; Vallejo, 2010; Vallejo, Perez Rincon & Martínez-Alier, 2010).
- 8 A ecologia política estuda os conflitos ligados à distribuição ecológica e, em particular, o uso do poder para se obter acesso aos recursos e aos serviços ambientais ou para deslocar as cargas de poluição em função da origem étnica, da classe social, da casta ou do gênero (Blaikie & Brookfield, 2004; Peet & Watts, 1996; Rocheleau, Thomas-Slayter & Wangari, 1996; Bryant & Bailey, 1997). Ela se concentra nos conflitos ligados à extração de recursos locais e internacionais, assim como na eliminação de resíduos. Ela também estuda o uso do poder para escolher os procedimentos de tomada de decisão nas questões ambientais, validando ou rejeitando diferentes linguagens de avaliação. Com a sociologia ambiental, a

ecologia política estuda também os movimentos ambientais. Este artigo se baseia nos conhecimentos alcançados pelas ciências da sustentabilidade.

Tendências

- 9 Quase vinte anos após a conferência organizada pelas Nações Unidas (ONU) no Rio em 1992, as tendências ambientais são alarmantes. O objetivo modesto da União europeia e da ONU visando frear a perda de biodiversidade não foi alcançado e acabou por ser abandonado. A apropriação da rede de produção primária pelo homem (*human appropriation of net primary production*, HANPP) submete a biodiversidade a uma pressão crescente. A perda de biodiversidade é vista, às vezes, como uma derrota do mercado, que deveria ser corrigida através da fixação adequada de preços (Vitousek, Ehrlich, Ehrlich & Matson, 1986; Haberl, Erb, Krausmann, Bercz, Ludwiczek & Martínez-Alier, Musel & Schaffartzik, 2009). Em outros momentos, atribua-se a responsabilidade (e com razão) à má governança, à presença de instituições inadequadas e de políticas neoliberais que promovem o comércio e garantem os investimentos estrangeiros. De qualquer maneira, os impactos ambientais, entre eles o desaparecimento da biodiversidade são, sobretudo, produto do aumento do metabolismo social e da economia humana. Trata-se de seu motor principal. Os impactos seriam parecidos no caso da implantação de políticas socialdemocratas keynesianas ou até mesmo no caso de sistemas econômicos socialistas ou comunistas, se as tecnologias, os níveis populacionais e o consumo por habitante fossem comparáveis aos de hoje.
- 10 Assim, a produção dos principais gases de efeito estufa continua a crescer por conta do aumento dos fluxos metabólicos da economia. Até 2007, as emissões de CO₂ aumentaram de 3% ao ano. Após uma estagnação em 2008-2009, elas devem aumentar novamente, a não ser que haja um decréscimo econômico. Segundo o IPCC (International Panel Climate Change), é preciso que essas emissões diminuam o mais rápido possível, de 50% ou 60%. Ao fracasso do protocolo de Kyoto (não ratificado pelos Estados Unidos) acrescentou-se a ausência de acordos sobre a redução de emissão de gases de efeito estufa em Copenhague, em dezembro de 2009. Nos Estados Unidos, o presidente Obama não conseguiu fazer o Senado aceitar cotas de emissões de dióxido de carbono ou impostos sobre essas emissões e lhe pareceu mais cômodo condenar a China, que é atualmente o maior produtor de CO₂ (embora, por habitante, ela produza felizmente quatro vezes menos que os Estados Unidos).
- 11 A concentração de CO₂ na atmosfera era de aproximadamente 300 partes por milhão (ppm) na época em que Arrhenius escreveu sobre o aumento do efeito estufa em 1895. Hoje, tal concentração já está quase atingindo 400 ppm, e seu aumento anual é de 2 ppm. Nada é feito na prática para inverter essa tendência. As emissões de CO₂ pela economia humana são, principalmente, causadas pelo consumo de combustíveis fósseis. O pico petrolífero está bastante próximo, talvez o tenhamos até atingido. O pico de extração de gás natural será alcançado em vinte ou trinta anos. Isso quer dizer que se queimará mais carvão embora a produção de CO₂ por unidade de energia obtida seja mais importante no caso do carvão que do petróleo e do gás.
- 12 É por isso que, se considerarmos outras tendências negativas – como a rarefação de várias espécies de peixes comestíveis, o desenvolvimento da energia nuclear e de suas proliferações militares, ou ainda o “pico do fósforo” que se aproxima –, temos razões de

reafirmar a pertinência dos debates dos anos setenta sobre até que ponto seria desejável que as economias dos países ricos continuem crescendo com regularidade ou se seria melhor que eles passassem por um período de decrescimento (Schneider, Kallis & Martínez-Alier, 2010). A injeção de uma dose de decrescimento nas economias ricas as induziria a um estado estacionário (Daly, 1973). Este movimento de decrescimento é auxiliado por movimentos de justiça social do Sul que militam contra as trocas ecologicamente desiguais (Bunker, 1984, 1985 e 2007; Hornborg, 1998 e 2009; Hornborg & Jorgensen, 2010; Hornborg, McNeill & Martínez-Alier, 2007; Muradian & Martínez-Alier, 2001; Muradian, O'Connor & Martínez-Alier, 2002; Rice, 2007; Roberts & Parks, 2007).

O pico da população: amem-se mais uns aos outros, mas não se multipliquem

- 13 Entre todas as tendências alarmantes e os “picos” iminentes que indicam conflitos distribucionais, uma tendência bem-vinda é o decrescimento rápido da taxa de aumento da população humana. O pico de população será alcançado provavelmente em 2045 com, talvez, 8 bilhões e meio milhões de seres humanos. As exortações dirigidas às mulheres europeias – para que tenham mais filhos que serão os trabalhadores que pagarão as aposentadorias de tantos idosos – são ridículas (Latouche, 2006), pois chegará um momento em que estes trabalhadores também irão se aposentar. Por isso, será necessário desenhar a pirâmide populacional (que é sempre ensinada na escola) como um retângulo (com uma pequena pirâmide no topo). Os debates entre malthusianos e marxistas e entre malthusianos e economistas partidários do aumento da população continuam em voga ainda hoje, da mesma maneira que as doutrinas feministas neomalthusianas dos anos 1900, de Emma Goldman, Madelaine Pelletier, Nelly Roussel, Margaret Sanger, Maria Lacerda de Moura etc. (Ronsin, 1980; Martínez-Alier & Masjuan, 2008).
- 14 A transição socioecológica em direção ao uso de níveis mais baixos de energia e de materiais vai se tornar mais leve graças à transição demográfica e ainda mais se, após atingirmos o pico, a população mundial diminuir para 6.000 milhões de humanos como indicam algumas projeções (Lutz, Sanderson & Scherbov, 2001). Lembremos que a população mundial aumentou quatro vezes no século XX, passando de um bilhão e meio para seis bilhões de seres humanos. A importância do crescimento da população sobre os impactos ambientais é evidente, como indica a equação de Paul Ehlich: $I = PAT$.³⁹
- 15 A consciência ambiental influencia, atualmente, os índices de natalidade. Mas já havia muitos debates nos anos 1900 em volta da questão: “quantas pessoas a Terra poderia alimentar” mesmo que se concentrasse nas necessidades da espécie humana? Existe uma grande diferença entre o malthusianismo original de T. R. Malthus e o neomalthusianismo dos anos 1900, que chamamos na França de “greve dos ventres”. Existem, na verdade, diferentes variedades de malthusianismo. Abaixo as principais.
- 16 O malthusianismo de Malthus (sua teoria original): o crescimento da população é exponencial, caso não seja regulado pela guerra e pela peste, a castidade e os casamentos tardios. O alimento não aumenta proporcionalmente ao *input* de trabalho, pois o índice de crescimento acaba diminuindo, provocando crises de abastecimento.
- 17 O neomalthusianismo dos anos 1900: as populações humanas podem regular seu próprio crescimento com o auxílio de anticoncepcionais. Para que isso ocorra, é preciso que as mulheres sejam livres, o que é uma boa coisa em si. Na época, explicava-se a pobreza pelas

desigualdades sociais. A “procriação consciente” era necessária para evitar baixos salários e a pressão sobre os recursos naturais. Na Europa e na América, foi um movimento de fundo bem-sucedido contra os Estados (que queriam mais soldados) e as igrejas.

- 18 O neomalthusianismo pós-1970: uma doutrina e uma prática apoiadas por organizações internacionais e alguns governos. O crescimento da população é percebido como uma das causas principais da pobreza e da degradação do meio ambiente. Por isso os Estados devem introduzir métodos anticoncepcionais mesmo sem o consentimento prévio das mulheres.
- 19 O antimalthusianismo: essa visão supõe que o crescimento populacional não seria uma ameaça maior ao meio ambiente e agiria até mesmo favoravelmente no crescimento econômico, como defendeu Esther Boserup (1965) e outros economistas.

O ambientalismo dos pobres

- 20 Outra tendência bem-vinda é o crescimento do ambientalismo. A consciência de que existe uma pressão exercida pela população sobre os recursos naturais é apenas um aspecto. Existem outras manifestações. O ambientalismo dos pobres e dos povos indígenas cresce (Guha & Martínez-Alier, 1997; Dunlap & York, 2008). Militantes e comunidades morando em áreas situadas fora do mercado (Moore, 2000) são, às vezes, capazes, com a ajuda das OJAs, de estancar a extração de minerais, a destruição de *habitats* e de atividades de subsistência, como foi o caso, em agosto de 2010, nas Niyamgiri Hills, no estado indiano de Orissa, quando conseguiram barrar os planos de exploração de bauxita da empresa Vendetta (Padel & Das, 2010): evocam o direito de consentimento prévio, conforme a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, aplicada às comunidades indígenas (quando são reconhecidas como tal – ver Urkidi, 2010b) e criam mecanismos como os referendos locais contra a mineração na América Latina, como foi o caso em Esquel e Tambogrande (Walter & Martínez-Alier, 2010; Muradian, Martínez-Alier & Correa, 2003; Haarstad & Floysand, 2007), ou desenvolvem planos originais visando deixar combustíveis fósseis no solo como, por exemplo, os campos de petróleo do projeto Yasuni-ITT, no território amazônico do Equador (Martínez-Alier & Temper, 2007; Finer, Moncel & Jenkins, 2010; Larrea & Warnars, 2009). Tentativas bem-sucedidas foram feitas para colocar empresas, como a Shell, na justiça pelo ocorrido no delta do Níger, ou a Chevron-Texaco, pelo ocorrido no Equador (Clapp & Utting, 2009). Mulheres estão, frequentemente, à frente desses movimentos.
- 21 As OJAs do Sul defendem identidades e territórios locais (Escobar, 2001), porém seu crescimento não se explica pela moda das identidades políticas, mas pelos conflitos causados pelo aumento dos metabolismos sociais da economia mundial, que atinge agora seus últimos limites. Por isso, as OJAs e suas redes representam umas das forças principais para fazer da economia mundial uma economia menos insustentável.
- 22 Existem conflitos relativos à extração insustentável da biomassa (contra o desmatamento, incluindo a defesa dos mangues, contra os biocombustíveis, o *land-grabbing*, a apropriação de terras e a sobrepesca), conflitos decorrentes da mineração (ouro, bauxita, ferro, cobre, urânio, etc.) ou devidos à exploração do petróleo e do gás, conflitos ligados ao uso da água – diques, modificação do curso dos rios, gestão dos aquíferos etc. (Carrere & Lohmann, 1996; McCully, 1996; Ocmal, 2010; Bebbington *et al.*, 2007; Bridge, 2004; Martínez-Alier, 2001 a e b; Grain, 2007; Gerber, Veuthey, Martínez-Alier, 2009; De Echave *et al.*, 2009;

Svampa & Antonelli, 2009; Urkidi, 2010; Urkidi & Walter, 2011; Orta Martínez *et al*, 2008; Orta Martínez & Finer, 2010). Também existem conflitos relativos aos transportes e ligados às infraestruturas que eles requerem, bem como conflitos sobre o tratamento do lixo nas cidades, nas zonas rurais e marinhas – lixões ou incineradores, poluição do ar e dos solos, exportação de resíduos eletrônicos, desmantelamento de barcos etc. (Demaria, 2010). O maior conflito ligado ao lixo é aquele que envolve os direitos de propriedade dos oceanos e da atmosfera para descarregar os excedentes de CO₂. Existem, também, numerosos conflitos a respeito da aplicação das novas tecnologias (cianeto nas minas de ouro a céu aberto, organismos geneticamente modificados, energia nuclear), que envolvem riscos incertos e desigualmente distribuídos (EAA, 2002; Pengue, 2005; Pereira & Funtowicz, 2009).

Contra as exportações baratas e a favor das energias renováveis e das populações locais

- 23 Nos países que exportam principalmente matérias-primas (Giljum & Eisenmenger, 2004; Munoz, Giljum & Roca, 2009), existem movimentos que reivindicam a cobrança de impostos sobre as exportações por razões ambientais ou, pelo menos, a interrupção de subsídios às indústrias que exportam combustíveis fósseis e metal. É o caso na África do Sul, onde houve uma oposição contra um empréstimo do Banco Mundial de um valor de 2,75 bilhões de dólares americanos à empresa de eletricidade Eskom para seu enorme projeto hidroelétrico de Medupi.
- 24 A OJA sul-africana escreveu:
- Vemos nas energias renováveis, e não nas centrais de carvão (ou de energia nuclear), o caminho para um desenvolvimento ideal das economias do Sul, criando mais empregos, construindo uma capacidade industrial local e evitando os erros ambientais dos países do Norte. Como o projeto sul-africano, a maioria dos projetos do Banco Mundial relacionados ao carvão beneficia as indústrias e não as pessoas. Tais projetos não aumentam necessariamente o número de pessoas que têm acesso a energia. No entanto, as indústrias estão na maioria dos casos, voltadas às exportações, conforme a ideia de uma “produção voltada para exportação” promovida pelo Banco Mundial. Os bens são, então, consumidos nos países desenvolvidos. Além disso, são muitas as indústrias que se desenvolveram com investimentos estrangeiros diretos. Durante esse processo, uma grande parte da indústria pesada dos países desenvolvidos foi transferida aos países em desenvolvimento, com o intuito de procurar energia e mão-de-obra mais barata.
- 25 Para substituir o projeto do Banco Mundial, a OJA sul-africana propõe o manejo da demanda de energia alternativa, começando por suprimir progressivamente a energia “barata” destinada às usinas de grande porte que, no final, tecem poucas relações com a economia local e apresentam uma grande intensidade de capitais, ao invés de uma grande intensidade de emprego. A energia, assim liberada, deveria ser redistribuída para fornecer aos consumidores uma “reserva” bem maior de eletricidade gratuita (*free basic electricity*, FBE) com um “*rising block tariff*” (um aumento dos preços em função do consumo) no intuito de promover a economia de energia e ajudar a transição para as tecnologias de energias renováveis.

Justiça climática

- 26 A energia não pode ser reciclada. Por isso, mesmo uma economia que não esteja crescendo, mas que use grande quantidade de energia fóssil, precisaria novas fontes de recursos além do mercado existente. A mesma coisa vale para materiais (como cobre, alumínio, aço) que só podem ser reciclados parcialmente (até 40% a 60%). Quando a economia cresce, a busca de materiais e de fonte de energias se torna mais importante. Podemos, então, falar de “acumulação por desapropriação” (Harvey, 2003) ou de *Raubwirtschaft* (economia de espoliação). A essas noções, pode-se acrescentar a de “acumulação por contaminação”, que significa que os lucros capitalistas aumentam com a capacidade de se livrar dos resíduos a um custo baixo ou zero. Isso não significa um fracasso do mercado mas, sobretudo, um sucesso (provisório) de transferência dos custos (Kapp, 1950, p. 41).
- 27 Os militantes pela justiça climática (Bond, 2010a), além de numerosos governos de países relativamente pobres, reivindicam agora o reembolso da dívida ecológica, um *slogan* surgido nas OJAs latino-americanas em 1991 (Robleto & Marcelo, 1992; Smith, 1996; Simms, 2005; Peralta, 2009). Os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão não reconhecem essa dívida. Porém, em Copenhague, em dezembro de 2009, pelo menos 20 chefes de estado ou ministros mencionaram, explicitamente, a dívida ecológica (ou climática) em seus discursos, alguns mencionando devidamente a palavra “reparação”.
- 28 Segundo Pablo Solon, embaixador da Bolívia nas Nações Unidas:
- Admitir a responsabilidade da crise climática sem tomar as medidas necessárias para enfrentá-la, é agir como alguém que após ter incendiado sua casa, recusaria a lhe reembolsar. Mesmo se eles não tiveram a intenção de causar um incêndio, os países industrializados têm, por sua falta de ação, continuado a “tacar lenha na fogueira” [...]. É completamente injustificável que países como a Bolívia sejam agora forçados a pagar pela crise. Isso representa a mobilização de parte importante dos poucos recursos dos quais dispomos agora para proteger nosso povo de uma crise criada pelos países ricos e pelo consumo desenfreado dos mesmos [...]. O derretimento das nossas geleiras torna-se cada dia mais real e o abastecimento de água está se esgotando. Para quem se dirigir? Para nós, a única coisa que parece justa é que o poluidor pague e não o pobre. Não estamos designando culpados, simplesmente responsáveis. Como se fala nos EUA, se você quebrar alguma coisa, tem que pagar.
- 29 O pano de fundo do discurso de Solon era a declaração de Todd Stern (que estava então falando como negociador americano) em uma conferência para a imprensa em Copenhague, no dia 10 de dezembro de 2009: “Nós reconhecemos perfeitamente o papel histórico que tivemos na emissão dos gases que se encontram agora na atmosfera, mas eu rejeito categoricamente a culpa, a má consciência ou a ‘reparação’” (Bond, 2010b).⁴⁰
- 30 Vinte anos após a Conferência do Rio em 1992, qualquer pessoa envolvida nas negociações internacionais ouvirá a demanda de uma compensação da dívida climática. Assim, em dezembro de 2009, Fander Falconi, então ministro das Relações Exteriores do Equador, explicou em Copenhague que os países pobres eram como “fumantes passivos” e declarou claramente que, nestes casos, o projeto “poluidor-pagador” só poderia fracassar. Porém, o então ministro pediu que fosse reembolsada a dívida climática, ou que fossem nomeados os responsáveis históricos pelas mudanças climáticas. J. K. Parikh avaliou a dívida climática (dos países do Norte com os países do Sul) em 75 bilhões de dólares americanos

por ano (Parikh, 1995). Ela contabilizou os custos economizados pelos ricos que não fizeram as reduções de emissões necessárias. U. T. Srinivasan e seus colegas quantificaram (a mais de dois trilhões de dólares us) a dívida ecológica que os países do Norte contraíram com os países do Sul (Srinivasan *et al*, 2008). Uma grande parte desta dívida está constituída pela dívida climática. Tudo isso foi publicado no *Proceedings of the National Academy of Sciences*, que contribuiu a reforçar a credibilidade do conceito de “dívida ecológica”. Em vários livros e artigos, E. Paredis e G. Goeminne apresentaram uma discussão conceitual e um método de quantificação da dívida ecológica, conceito de base que, segundo eles, “amadureceu” (Paredis *et al.*, 2008; Goeminne & Paredis, 2009).

Via Campesina: a agricultura familiar resfria a Terra

- 31 No início dos anos 70, vários pesquisadores que adotaram a visão da agricultura moderna como “arrendamento com petróleo”, de H.T. Odum (1971), consideraram a relação *output/input* dos sistemas agrícolas. Os cálculos mais conhecidos foram aqueles de D. Pimentel, publicados na *Science* (1973 e 1979). Foi surpreendente perceber que a razão energética *output/input* da produção de milho do estado de Iowa ou de Ilínois era inferior àquela do sistema de produção tradicional rural no México, baseado no *milpa*.⁴¹ De um ponto de vista econômico, a agricultura moderna aumentou a produtividade por unidade de trabalho e, em certa medida, por hectare, mas de um ponto de vista físico, baixou a eficácia energética (Leach, 1975; Campos Palacin & Naredo Pérez, 1980).
- 32 Via Campesina, uma coligação internacional de agricultores familiares e pequenos agricultores (Desmarais, 2007; Borrás, 2008; Martínez-Torres & Rosset, 2010), está atualmente muito presente no debate sobre mudanças climáticas com sua tese segundo a qual “uma agricultura familiar sustentável resfria a Terra” (WRM, 2008), um argumento baseado em parte no fato de que a agricultura industrial moderna não é mais “uma produtora, mas uma consumidora de energia”. Estudos sobre o retorno energético sobre investimento na agricultura, desde os anos 70, confirmam essa posição. O agrarianismo ecológico ou o neonarodnismo (como chamei em 1987) está em pleno crescimento (Martínez-Alier, 2011).

Um decrescimento econômico socialmente sustentável

- 33 Enquanto no Sul as OJAs e as suas redes lutavam contra os abusos da extração de recursos e pela destinação dos resíduos sólidos, um movimento social a favor do decrescimento ambiental surgiu em alguns países ricos. Este movimento é constituído de grupos da sociedade civil e tem o apoio de alguns universitários (mas ainda não dos governos), como foi o caso durante as conferências de Paris em abril de 2008 e de Barcelona em março de 2010.⁴² Trata-se do movimento chamado na Itália de “decrecista” e na França de “*décroissance*”.
- 34 O decrescimento econômico socialmente sustentável (Martínez-Alier 2009b e 2010) é ao mesmo tempo um conceito e um pequeno movimento, com base social oriunda do campo da economia ecológica, da ecologia social e da antropologia econômica, bem como dos grupos de militantes sociais e ambientais. O movimento reivindica diferentes precursores,

tais como Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994), pai fundador da economia ecológica (1995).

- 35 Não é de se surpreender que esses militantes italianos e franceses sejam apaixonados pelo Paradoxo de Jevons ou efeito rebote, um conceito da ecologia industrial e da economia ecológica (Jevons, 2007). Estes militantes leram os antropólogos da economia, como Serge Latouche (2006), e se inspiraram em pensadores ambientalistas dos anos 70, como André Gorz e Ivan Illich. Talvez tenham lido *A prosperous way down*, de H. T. e E. C. Odum (2001), mas provavelmente não o fizeram. De qualquer forma, o movimento europeu de decrescimento não se embasa nos escritos de ícones. Trata-se de um movimento social nascido de experiências de convivência, de *squatting*, de neonaturalismo, reivindicando as ruas, o uso de energias alternativas, o manejo e a reciclagem do lixo. Trata-se de um novo movimento e tornou-se um novo programa de pesquisa que poderia dar vida, nas ciências da sustentabilidade, a um ramo que poderíamos chamar de “*economic degrowth studies*”, estudos de decrescimento econômico, um campo próximo aos “*socio-ecological transition studies*”, os estudos das transições socioecológicas (Fischer-Kowalski & Haberl, 2007; Krausmann, Fischer-Kowalski, Schandl & Eisenmenger, 2008; Kruamann *et al*, 2009). A palavra-chave “decrescimento econômico” foi introduzida com sucesso nas revistas universitárias de língua inglesa após a Conferência de Paris de 2008, e números especiais foram publicados em 2010-2011 no *Journal of Cleaner Production*, *Ecological Economics* e *Environnemental Values*. Precisa-se de pesquisas sobre os aspectos ambientais, tecnológicos, demográficos, sociais e psicossociais de um decrescimento econômico socialmente sustentável que leve a uma economia estacionária (Kerschner, 2010) e ligada aos movimentos de justiça ambiental do Sul.

O decrescimento econômico vai além do PIB

- 36 Para os povos rurais e pobres envolvidos em conflitos causados pela extração de recursos, a ameaça que pesa sobre seus meios de subsistência está evidente (devido à poluição da água e à desapropriação de suas terras). Esses povos extraem seus recursos ambientais e serviços diretamente da natureza, fora do mercado. Caso eles sejam deslocados, não podem nem comprar casas ou terras. Não podem nem sequer pagar por água condicionada em garrafas plásticas se os rios e sistemas aquíferos se tornarem poluídos pela mineração. Tal fato originou a noção de “produto interior bruto dos pobres”, que não é considerada nos relatórios econômicos. Trata-se de uma das razões pelas quais devemos desconfiar dos estudos macroeconômicos nacionais e ir “além do PIB”.
- 37 Recentemente, “além do PIB” tornou-se uma expressão na moda em Bruxelas para alguns funcionários e políticos europeus, quarenta anos após o presidente da Comissão, Sicco Mansholt, ter criticado em 1972 o PIB e ter proposto frear o crescimento econômico nos países ricos. O lema de Bruxelas é “*para uma economia mais verde, vamos além do PIB*”.
- 38 O crescimento do PIB anda junto com uma pressão crescente sobre a biodiversidade, mudanças climáticas e destruição dos recursos que permitem aos homens sobreviver em áreas localizadas fora do eixo do mercado. Ou seja, o consumismo excessivo das pessoas de classe alta e média não é apenas uma ameaça para outras espécies e gerações futuras de seres humanos. Tal comportamento já está privando os pobres do acesso a uma divisão justa dos recursos e do espaço ambiental (Spangenberg, 1995).

- 39 Os militantes ambientalistas são apoiados pelas críticas feitas pela academia em relação ao PIB. Na verdade, militantes feministas e acadêmicos (Waring, 1988) formularam há muito tempo um argumento contra o PIB, pois ele “esquece” não somente de contabilizar os serviços oferecidos pela natureza, assim como o trabalho doméstico não pago. Fora isso, outra crítica contra a utilização do PIB aparece agora no campo social: é o paradoxo chamado de “Easterlin”, revelado pelo trabalho dos psicólogos sociais. Parece que o aumento do bem-estar só está correlacionado com o aumento de recursos abaixo de certo nível de renda por habitante.
- 40 Tais críticas contra os métodos e a pertinência da utilização do PIB vão além da exigência de medidas complementares de desempenho social como, por exemplo, o indicador de desenvolvimento humano (IDH), que está fortemente correlacionado com o PIB por habitante. Ou seja, tais críticas vão além da ideia de simplesmente deixar o PIB “mais verde” ou introduzir variáveis complementares.
- 41 Entre os indicadores sociais de sustentabilidade, o mais conhecido é a “pegada ecológica” (PE), que começou a ser utilizado no início de 1992, em uma conferência da economia ecológica (Rees e Wackernagel, 1994). O WWF publica regularmente os resultados da PE. Esse indicador transforma em um número único (expresso em hectares globais) tanto a alimentação, as fibras, a madeira, utilizadas por cada habitante de um dado país, quanto as áreas construídas (edifícios e estradas) e a superfície de floresta que seria necessária para absorver o dióxido de carbono produzido na queima de combustíveis fósseis. Para as ricas economias industriais, esse número alcança quatro hectares por habitante, dos quais mais da metade é constituída por superfície de florestas que deveríamos ter para absorver o dióxido de carbono. A representação em hectares é fácil de entender, e muitas pessoas a apreciam, mas sabemos que um terço do CO₂ produzido pelo homem é absorvido pelos oceanos (tornando-os mais ácidos) e que a metade permanece na atmosfera (e provoca um aumento do efeito estufa). Os cálculos da PE também pressupõem que os humanos tenham o direito a utilizar a maior parte do planeta.
- 42 Ir além do PIB significa ir além de deixar o PIB “mais verde” ou, no outro extremo, considerar apenas um único indicador ambiental como, por exemplo, aquele da PE. Isso deveria significar a utilização de uma avaliação multicritérios, participativa e deliberativa da economia, trabalhando com dez ou doze indicadores de desempenho sociocultural, ambiental e económico (Shmelev & Rodriguez-Labajos, 2009; Zografos & Howarth, 2008). É possível que todos os indicadores melhorem juntos no mesmo período ou, mais provavelmente, que alguns melhorem enquanto outros se degradem. “Ir além do PIB” deveria significar fixar objetivos visando reduzir o uso de energia e de materiais, favorecendo o uso de outros indicadores que superem a simples necessidade de crescimento económico, mesmo que isso signifique deixar algumas dívidas financeiras não pagas.

Conclusão: uma aliança óbvia

- 43 As dívidas poderiam ser pagas pressionando os cidadãos (até certo ponto) por meio de impostos e redução de salário, pela inflação ou pelo crescimento económico. Mas o crescimento económico (mesmo com os países ricos em estado estacionário, com os níveis de população e consumo atuais) não é compatível com a sustentabilidade ambiental. Neste momento, o esforço para aumentar o índice de crescimento económico nos países

da OCDE (mostrando-se intransigente na obrigatoriedade de reembolso das dívidas financeiras) encontra-se em conflito direto com a quantidade de recursos esgotáveis e com a capacidade de processamento de lixo disponível. Sobre este ponto, os representantes da economia ecológica fazem referência, com razão, às propostas feitas por Frederick Soddy há noventa anos (Daly, 1980; Kallis, Martínez-Alier & Norgaard, 2009).

- 44 Em vez de ficarmos obcecados pelo crescimento como se apenas ele permitiria reembolsar a dívida financeira contraída e trazer o bem-estar a todos, deveríamos agir, nos países ricos, de maneira a não aumentar a pesada dívida ecológica que acumulamos. Por causa disso, um decrescimento económico moderado (significando um metabolismo social menos importante) é um objetivo plausível para as ricas economias industriais. Este objetivo seria incentivado pelas OJAs e suas redes que lutam no sul, no âmago dos conflitos de distribuição ecológica. As OJAs são contra o intercâmbio ecologicamente desigual, contra a dívida ecológica e, como tal, são potenciais aliadas do movimento que nos países ricos defende um decrescimento económico socialmente sustentável.
- 45 O elemento determinante da ecologia política é a presença do poder na ecologia dos seres humanos. Os humanos modificaram os ecossistemas graças à capacidade tecnológica que os permitiu aumentar a quantidade de energia e materiais disponíveis – incluindo a biomassa e a água – e intensificar seu uso exossomático. Percebe-se agora que tais mudanças não são sustentáveis em longo prazo. Elas mudam o clima (como já foi anunciado desde 1895) e destroem a biodiversidade rapidamente. O aumento do fluxo de energia e de materiais (o metabolismo social das economias avançadas) gerou um custo social e ambiental elevado que será pago não apenas pelas gerações futuras, mas também, e desde já, pela geração atual. Existem enormes desigualdades no mundo, entre o Norte e o Sul, mas também no interior do Norte e do Sul. Algumas pessoas consomem 250 gigajoules de energia por ano, a maioria em petróleo e gás; outras vivem com menos de 10 gigajoules de energia, no cálculo das quais entra a energia fornecida pela alimentação e, também, pela madeira ou esterco seco utilizado para cozinhar. Para não mudar nada nesta distribuição ainda tão ecologicamente desigual do acesso aos recursos, para manter como estão as desigualdades na eliminação do lixo (incluindo a desigualdade de acesso aos lugares de sequestro de CO₂), a classe dominante exerce o seu poder, um poder às vezes dissimulado nas relações de mercado e nos direitos de propriedade injustos. O exercício do poder se faz, às vezes, através da força bruta, ou por meio da imposição de uma agenda e de processos de decisão que excluem categorias inteiras de pessoas; este é o caso das negociações internacionais sobre a biodiversidade e as mudanças climáticas.
- 46 As visões otimistas a respeito da modernização ecológica, da “desmaterialização” absoluta da economia e dos momentos de queda da curva ambiental de Kuznets enfrentam a realidade de *inputs* crescentes de energia e materiais na economia mundial; estes *inputs* aumentam a produção de lixo (incluindo CO₂), bem como os custos ambientais. As OJAs do Sul são umas das principais forças que combatem as injustiças socioambientais e impulsionam a economia mundial em direção à sustentabilidade. Elas são ativas da escala local à global, mas não se opõem ao crescimento económico nos seus países: tal postura seria muito impopular e até impossível na América Latina, na África e nos países pobres da Ásia. Porém, ajudam a introduzir novos conceitos como o “*buen vivir*”, o bem-estar (“*sumak kawsay*”, em quéchua), já presente na Constituição do Equador de 2008, longe de toda fixação sobre o crescimento.

- 47 A aliança potencial das OJAs com o movimento a favor do decrescimento na Europa não pode incluir um acordo visando a contenção do crescimento no mundo inteiro. Ela está baseada numa perspectiva comum contra a hegemonia do cálculo económico e a favor do pluralismo dos valores, segundo as recomendações da economia ecológica (Martínez-Alier, Munda & O'Neill, 1998), da aceitação crescente do neomalthusianismo, do reconhecimento da dívida ecológica e da crítica do intercâmbio ecologicamente desigual. Nessa perspectiva, o comércio de exportação não é visto como virtuoso, já que vem junto com o aumento do metabolismo social e, conseqüentemente, maiores danos ambientais. Ao contrário da tese que até mesmo a associação Oxfam muitas vezes defendeu (abrir as fronteiras às exportações do Sul), a aliança entre os movimentos de justiça ambiental e de decrescimento se fundamenta no que economistas e políticos latino-americanos (como Alberto Acosta, no Equador) chamam de “pós-extratativismo”⁴³ (tanto contra as “*economias de enclave e a maldição dos recursos*”,⁴⁴ quanto o “extrativismo redistributivo”-Gudynas, 2010). Assim, defender o reembolso da dívida climática dos países do Norte, e pedir que essa dívida não seja aumentada, reforça a posição dos ambientalistas favoráveis ao decrescimento nos países ricos.

BIBLIOGRAFIA

Referências

- AGARWAL, B. Participatory exclusions, community forests and gender. An analysis for South Asia and a conceptual framework. *World Development*, v. 29, n. 10, 2001, p. 1623-1648.
- AGYEMAN, J.; BULLARD, R.; EVANS, B. (dir.). *Just sustainabilities. Development in an unequal world*. Cambridge: MIT Press, 2003.
- BANDY, J.; SMITH, J. *Coalitions across borders. Transnational protest and the neoliberal order*. Oxford: Rowman & Littlefield/Lanham & Oxford, 2005.
- BEBBINGTON, A. et al. Mining and social movements. Struggles over livelihood and rural territorial development in the Andes. *World Development*, v. 36, n. 12, 2007, p. 2888-2905.
- BLAIKIE, P.; BROOKFIELD, H. *Land degradation and society*. Methuen, Londres, 1987; P. Robbins, *Political ecology*, Blackwell, Oxford, 2004.
- BOND, P. *Copenhagen inside out*. 2010a. Disponível em: <<http://www.counterpunch.org/bondo11222010.html>>.
- . Maintaining momentum after Copenhagen's collapse. Seal the deal or Seattle'the deal? *Capitalism Nature Socialism*, v. 21, n. 1, 2010b, p. 14-27.
- BORRAS Jr., S. La Vía Campesina and its global campaign for agrarian reform. *Journal of Agrarian Change*, v. 8, n. 2/3, 2008, p. 258-289.
- BOSERUP, E. *The conditions of agricultural growth*. Chicago: Chicago Univ. Press, 1965.

- BOULDING, K. The economics of the coming spaceship earth. In: JARRET, H. (dir.). *Environmental quality in a growing economy*. Baltimore: John Hopkins Press, 1966.
- BRIDGE, G. Mapping the bonanza. Geographies of mining investment in an era of neoliberal reform. *The Professional Geographer*, v. 56, n. 3, 2004, p. 406-421.
- BRYANT, R. L.; BAILEY, S. *Third world political ecology*. London: Routledge, 1997.
- BULLARD, R. D. *Dumping in Dixie*. Race, class, and environmental quality. Boulder: Westview Press, 1990.
- . *The quest for environmental justice*. Human rights and the politics of pollution. San Francisco: Sierra Club Books, 2005.
- BUNKER, S. Modes of extraction, unequal exchange, and the progressive underdevelopment of an extreme periphery. The Brazilian Amazon. *American Journal of Sociology*, v. 89, 1984, p. 1017-1064.
- . *The poverty of resource extraction*. In: HORNBERG, A.; MCNEILL, J. R.; MARTÍNEZ-ALIER, J. (dir.). *op. cit.*, 2007.
- . *Underdeveloping the Amazon*. Extraction, unequal exchange, and the failure of the modern State. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1985.
- CAMACHO, D. The environmental justice movement. In: —. (dir.). *Environmental injustices, political struggles*. Race, class, and the environment. Durham: Duke Univ. Press, 1998, p. 11-30.
- CAMPOS PALACÍN, P.; NAREDO PÉREZ, J. M. Los balances energéticos de la agricultura española. *Agricultura y Sociedad*, n. 15, 1980, p. 163-255.
- CARMIN, J. A.; AGEYMAN, J. (dir.). *Environmental inequalities beyond borders*. Local perspectives on global injustices. Cambridge: MIT Press, 2010.
- CARRERE, R.; LOHMANN, L. *Pulping the South*. Industrial tree plantation and the world paper economy. London: Zed Books, 1996.
- CARRUTHERS, D. V. *Environmental justice in Latin America*. Problems, promise, and practice. Cambridge: MIT Press, 2008.
- CLAPP, J.; UTTING, P. (dir.). *Corporate accountability and sustainable development*. Delhi: Oxford Univ. Press, 2009.
- CLEVELAND, C. J. Biophysical economics. *Encyclopedia of Earth*, nov. 2008a. Disponible em: <http://www.eoearth.org/article/Biophysical_economics>.
- . Energy return on investment (EROI). *Encyclopedia of Earth*, abr. 2008b. Disponible em: <http://www.eoearth.org/article/Energy_return_on_investment_%28EROI%29>.
- COSTANZA, C. (dir.). *Ecological economics*. The science and management of sustainability. New York: Columbia Univ. Press, 1991.
- COSTANZA, R.; SEGURA, O.; MARTÍNEZ-ALIER, J. (dir.). *Getting down to earth*. Practical applications of ecological economics. Washington: Island Press, 1996.
- COTTRELL, F. *Energy and society*. The relations between energy, social change and economic development. New York: McGraw Hill, 1955.
- DALY, H. On economics as a life Science. *Journal of Political Economy*, v. 76, n. 3, 1968, p. 392-406.
- . The economic thought of Frederick Soddy. *History of Political Economy*, v. 12, n. 4, 1980, p. 469-488.

- . *Ecological economics and sustainable development*. Selected essays. Cheltenham: Edward Elgar, 2007.
- . *Toward a steady-state economy*. San Francisco: W. H. Freeman & Company, 1973.
- DE ECHAVE, J. *et al. Minería y conflicto social*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2009.
- DEBEIR, J.-Cl.; DELEAGE, J.-P.; HEMERY, D. *Les servitudes de lapuissance*. Une histoire de l'énergie. Paris: Flammarion, 1986.
- DEMARIA, F. Shipbreaking at Alang-Sosiya (India). An ecological distribution conflict. *Ecological Economics*, v. 70, n. 2, 2010, p. 250-260.
- DESMARAIS, A. A. *La Via Campesina*. Globalization and the power of the peasant. Halifax: Fernwood Publishing, 2007.
- DUNLAP, R. E.; YORK, R. The globalization of environmental concern and the limits of the post-materialist explanation. Evidence from four cross-national surveys. *Sociological Quarterly*, v. 49, n. 3, 2008, p. 529-563.
- EAA. *Late lessons from early warnings*. The precautionary principle, 1896-2000. Environmental Issues Report n. 22, European Environment Agency, Copenhagen, 2002.
- ESCOBAR, A. Culture sits in places. Reflections on globalism and subaltern strategies of localization. *Political Geography*, v. 20, n. 2, 2001, p. 139-174.
- FINER, M.; MONCEL, R.; JENKINS, C. N. Leaving the oil under the Amazon. Ecuador's Yasuni-ITT Initiative. *Biotropica*, v. 42, 2010, p. 63-66.
- FISCHER-KOWALSKI, M.; HABERL, H. (dir.). *Socioecological transitions and global change. Trajectories of social metabolism and land use*. Cheltenham: Edward Elgar, 2007.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. *La décroissance*. Entropie, écologie, économie. Paris: Sang de la terre, 1995 (1979).
- GERBER, J. F., VEUTHEY, S.; MARTÍNEZ-ALIER, J. Linking political ecology with ecological economics in tree plantation conflicts in Cameroon and Ecuador. *Ecological Economics*, v. 68, n. 12, 2009, p. 2885-2889.
- GILJUM, S.; EISENMENGER, N. International trade and the distribution of environmental goods and burdens. A biophysical perspective. *Journal of Environment and Development*, v. 13, n. 1, 2004, p. 73-100.
- GOEMINNE, G.; PAREDIS, E. The concept of ecological debt. Challenging established science-policy frameworks in the transition to sustainable development. In: TECHERA, E. (dir.). *Frontiers of environment and citizenship*. Oxford: InterDisciplinary Press, 2009.
- GRAIN. Stop the agrofuel craze! *Seedling*. *Biodiversity, Rights and Livelihood*, juillet, 2007, p. 2-9.
- GUDYNAS, E. *El buen vivir más allá del extractivismo*. Quito: Abya Yala, 2010.
- GUHA, R.; MARTÍNEZ-ALIER, J. *Varieties of environmentalism. Essays North and South*. London: Earthscan, 1997.
- HAARSTAD, H.; FLOYSAND, A. Globalization and the power of rescaled narratives. A case of opposition to mining in Tambogrande, Perú. *Political Geography*, v. 26, n. 3, 2007, P. 289-308.
- HABERL, H. The energetic metabolism of societies, Part I: Accounting concepts. *Journal of Industrial Ecology*, v. 5, n. 1, 2001a, p. 11-33,

- . The energetic metabolism of societies, Part II: Empirical examples. *Journal of Industrial Ecology*, v. 5, n. 2, 2001b, p. 71-88.
- . *et al.* Using embodied HANPP to analyze teleconnections in the global land system. Conceptual considerations., *Danish Journal of Geography*, v. 109, n. 2, 2009, p. 119-130.
- HALL, C.; CLEVELAND, C. J.; KAUFMANN, R. *Energy and resource quality. The ecology of the economic process.* New York: Wiley-Interscience, 1986.
- HARVEY, D. *The new imperialism.* Oxford: Oxford Univ. Press, 2003.
- HORNBERG, A. Zero-sum world. Challenges in conceptualizing environmental load displacement and ecologically unequal exchange in the world system. *International Journal of Comparative Sociology*, v. 50, n. 3-4, 2009, p. 237-262.
- . Toward an ecological theory of unequal exchange. Articulating world system theory and ecological economics. *Ecological Economics*, v. 25, n. 1, 1998, p. 127-136.
- ; JORGENSEN, A. K. (dir.). *International trade and environmental justice.* Toward a global political ecology. Hauppauge: Nova Science, 2010.
- ; MCNEILL, J. R.; MARTÍNEZ-ALIER, J. (dir.). Globalizing environmental justice. Trend and imperative. In: SANDLER, R.; PEZZULLO, P. (dir.). *Environmental justice and environmentalism.* The social justice challenge to the environmental movement. Massachusetts: MIT Press, 2007, p. 285-308.
- JANSSON, A. M. (dir.). *Integration of economy and ecology.* An outlook for the eighties. Proceedings from the Wallenberg Symposium. Stockholm: Askö Laboratory, University of Stockholm, 1984.
- JEVONS, W. S. *The coal question.* London: Macmillan, 1865.
- KALLIS, G.; MARTÍNEZ-ALIER, J.; NORGAARD, R. B. Paper assets, real debts. An ecological-economic exploration of the global economic crisis. *Critical Perspectives on International Business*, v. 5, n. 1-2, 2009, p. 14-25.
- KAPP, K. W. *The social costs of business enterprise.* New York: Shoken, 1950.
- KERSCHNER, C. Economic degrowth vs. steady-state economy. *Journal of Cleaner Production*, v. 18, n. 6, 2010, p. 544-551.
- KNEESE, A.; AYRES, R. U. Production, consumption and externalities. *American Economic Review*, v. 59, n. 3, 1969, p. 282-297.
- KRAUSMANN, F. *et al.* The global socio-metabolic transition: past and present metabolic profiles and their future trajectories. *Journal of Industrial Ecology*, v. 12, n. 5-6, 2008, p. 637-657.
- . *et al.* Growth in global materials use, GDP and population during the 20th century. *Ecological Economics*, v. 68, n. 10, 2009, p. 2696-2705.
- LARREA, C.; WARNARS, L. Ecuadors Yasuni-ITT Initiative. Avoiding emissions by keeping petroleum underground. *Energy for Sustainable Development*, v. 13, 2009, p. 219-223.
- LATOUCHE, S. *Le pari de la décroissance.* PARIS: Fayard, 2006.
- LEACH, G. *Energy and food production.* Guildford: IPC Science and Technology Press, 1975.
- LUTZ, W.; SANDERSON, W. C.; SCHERBOV, S. *The end of world population growth in the 21st century.* New challenges for human capital formation and sustainable development. London: Earthscan, 2001.

MARTÍNEZ-ALIER, J.; SCHLÜPMANN, K. *Ecological economics*. Energy, environment and society. Oxford: Blackwell, 1987.

—. Ecological conflicts and valuation. Mangroves vs. shrimp in the late 1990s. *Environment and Planning C: Government and Policy*, v. 19, n. 5, 2001a, p. 713-728.

—. Marxism, social metabolism and international trade. In: HORNBERG, A.; MCNEILL, J. R.; MARTÍNEZ-ALIER, L. (dir.). *Rethinking environmental history*. World-system history and global environmental change. Lanham: AltaMira Press, 2007, chap. 11, p. 221-237.

—. Mining conflicts, environmental justice, and valuation. *Journal of Hazardous Materials*, v. 86, n. 1-3, 2001b, p. 153-170.

—. Socially sustainable economic de-growth. *Development and Change*, v. 40, n. 6, 2009b, p. 1099-1119.

—. The EROI of agriculture and the Via Campesina. *Journal of Peasant Studies*, 2011.

—; MASJUAN, E. Neo-malthusianism in the early 20th century. *Online Encyclopedia of Ecological Economics*, janvier, 2008, <http://www.ecoeco.org/education_encyclopedia.php>.

—; ROPKE, I (dir.). *Recent developments in ecological economics* Cheltenham: Edward Elgar, 2008.

—; TEMPER, L. Oil and climate change. Voices from the South. *Economic and Political Weekly*, 15 dez. 2007.

—. *The environmentalism of the poor*. A study of ecological conflicts and valuation. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.

—; MUNDA, G.; O'NEILL, J. Weak comparability of values as a foundation for ecological economics. *Ecological Economics*, v. 26, n. 3, 1998, p. 277-286.

— *et al.* Sustainable de-growth. Mapping the context, criticisms and future prospects of an emerging paradigm. *Ecological Economics*, v. 69, 2010, p. 1741-1747.

MARTINEZ-TORRES, M. E.; ROSSET, P. La Via Campesina. The birth and evolution of a transnational social movement. *Journal of Peasant Studies*, v. 37, n. 1, 2010, p. 149-175.

MCCULLY, P. *Silenced rivers*. The ecology and politics of large dams. London: Zed Books, 1996.

MOORE, J. W. Sugar and the expansion of the early modern world-economy. Commodity frontiers, ecological transformation, and industrialization. *Review: Fernand Braudel Center*, v. 23, n. 3, 2000, p. 409-433.

MUÑOZ, P.; GILJUM, S.; ROCA, J. The raw material equivalents of international trade. Empirical evidence for Latin America. *Journal of Industrial Ecology*, v. 13, n. 6, 2009, p. 881-897.

MURADIAN, R.; MARTÍNEZ-ALIER, J. Trade and the environment from a "Southern" perspective. *Ecological Economics*, v. 36, n. 2, 2001, p. 281-297.

—; MARTÍNEZ-ALIER, J.; CORREA, H. International capital vs. local population. The environmental conflict of the Tambogrande mining project, Peru. *Society & Natural Resources*, v. 16, n. 9, 2003, p. 775-792.

—; O'CONNOR, M.; MARTÍNEZ-ALIER, J. Embodied pollution in trade. Estimating the environmental load displacement of industrialized countries. *Ecological Economics*, v. 41, n. 1, 2002, p. 51-67.

OCMAL. Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina. 2010, <<http://www.conflictosmineros.net>>.

- ODUM, H. T.; ODUM, E. C. *A prosperous way down. Principles and policies*. Boulder: Univ. Press of Colorado, 2001.
- *Environment, power and society*. New York: Wiley-Interscience, 1971.
- ORTA MARTINEZ, M. *et al.* Impacts of petroleum activities for the Achuar people of the Peruvian Amazon. Summary of existing evidence and research gaps. *Environmental Research Letters*, v. 2, n. 4, 2008.
- ; FINER, M. Oil frontiers and indigenous resistance in the Peruvian Amazon. *Ecological Economics*, v. 70, n. 2, 2010, p. 207-218.
- PADEL, F.; DAS, S. *Out of this earth*. East India Adivasis and the aluminium cartel. New Delhi: Orient Black Swan, 2010.
- PAREDIS, E. *et al.* *The concept of ecological debt*. Its meaning and applicability in international policy. Gent: Academia Press, 2008.
- PARIKH, J. K. Joint implementation and the North and South cooperation for climate change. *International Environmental Affairs. A Journal for Research and Policy*, v. 7, n. 1, 1995, p. 22-41.
- PEET, R.; WATTS, M. (dir.). *Liberation ecologies*. Environment, development and social movements. London: Routledge, 1996.
- PELLOW, D. N.; BRULLE, R.J. *Power, justice, and the environment*. A critical appraisal of the environmental justice movement. Cambridge: MIT Press, 2005.
- *Resisting global toxics*. Transnational movements for environmental justice. Cambridge: MIT Press, 2007.
- PENGUE, W. Transgenic crops in Argentina. The ecological and social debt. *Bulletin of Science, Technology & Society*, v. 25, n. 4, 2005, p. 314-322.
- PERALTA, A. K. (dir.). *Ecological debt*. The peoples of the South are the creditors. Cases from Ecuador, Mozambique, Brazil and India. Genève: World Council of Churches, 2009.
- PEREIRA, A. G.; FUNTOWICZ, S. *Science for policy*. New challenges, new opportunities. Delhi & Oxford: Oxford Univ. Press, 2009.
- PEREZ RINCON, M. A. Colombian international trade from a physical perspective. Towards an ecological Prebisch thesis. *Ecological Economics*, v. 59, n. 4, 2006, p.519-529.
- *A. Comercio internacional medio ambiente en Colombia*. Una mirada desde la economía ecológica. Cali: Programa Editorial Universidad del Valle, 2007.
- PIMENTEL, D.; PIMENTEL, M. *Food, energy and society*. London: Edward Arnold, 1979.
- *et al.* Food production and the energy crisis. *Science*, v. 182, n. 4111, 1973, p. 443-449.
- POLIMENI, J. *et al.* *The Jevons'Paradox and the myth of resource efficiency improvements*. London: Earthscan, 2007.
- PULIDO, L. *Environmentalism and social justice*. Two Chicano struggles in the Southwest. Tucson: Univ. of Arizona Press, 1996.
- REES, W.; WACKERNAGEL, M. Ecological footprints and appropriated carrying capacity.
- In: JANSSON, A. M. *et al.* (dir.). *Investing in natural capital*. The ecological economics approach to sustainability. Washington: Island Press, 1994.

- RICE, J. Ecological unequal exchange. International trade and uneven utilization of environmental space in the world system. *Social Forces*, v. 85, n. 3, 2007, p. 1369-1392.
- ROBERTS, J. T.; PARKS, B. C. Fueling injustice. Globalization, ecologically unequal exchange and climate change. *Globalizations*, v. 4, n. 2, 2007, p. 193-210.
- ROBLETO, M. L.; MARCELO, W. *Deuda ecológica*. Santiago: Instituto de Ecología Política, 1992.
- ROCHELEAU, D.; THOMAS-SLAYTER, B.; WANGARI, E. (dir.). *Feministpolitical ecology*. London: Routledge, 1996.
- RONSIN, F. *La grève des ventres*. Propagande néo-malthusienne et baisse de la natalité en France, XIXe-XXe siècles. Paris: Aubier, 1980.
- ROPKE, I. The early history of modern ecological economics. *Ecological Economics*, v. 50, n. 3-4, 2004, p. 293-314.
- RUSSI, D. et al. Material flows in Latin America. A comparative analysis of Chile, Ecuador, Mexico, and Peru, 1980-2000. *Journal of Industrial Ecology*, v. 12, n. 5-6, 2008, p.704-720.
- SCHLOSBERG, D. *Defining environmental justice*. Theories, movements, and nature. Oxford & New York: Oxford Univ. Press, 2007.
- SCHNEIDER, F.; KALLIS, G.; MARTÍNEZ-ALIER, J. Crisis or opportunity? Economic degrowth for social equity and ecological sustainability. Introduction to this special issue. *Journal of Cleaner Production*, v. 18, n. 6, 2010, p. 511-518.
- SHMELEV, S.; RODRIGUEZ-LABAJOS, B. Dynamic multidimensional assessment of sustainability at the macro level. The case of Austria. *Ecological Economics*, v. 68, n. 10, 2009, p. 2560-2573.
- SIEFERLE, R. *The subterranean forest*. Energy systems and the industrial revolution. Cambridge: White Horse Press, 2001.
- SIMMS, A. *Ecological debt*. The health of the planet and the wealth of nations. London: Pluto Press, 2005.
- SMITH, K. R. The natural debt. North and South. In: GIAMBELLUCU, T. W.; HENDERSON-SELLERS, A. (dir.). *Climate change. Developingsouthern hemisphereperspectives*. Chichester/New York: John Wiley & Sons, 1996, p. 423-448.
- SPANGENBERG, J. H. (dir.). *Towards sustainable Europe*. A study from the Wuppertal Institute for Friends of the Earth Europe. Luton/Bruxelles: FoE Publications, 1995.
- SPASH, C. (dir.). *Ecological economics*. Critical concepts on the environment. London: Routledge, 2009.
- SRINIVASAN, U. T. et al. The debt of nations and the distribution of ecological impacts from human activitie. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the USA*, n. 105, 2008, p. 1773-1786.
- SVAMPA, M.; ANTONELLI, A. *Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales*. Buenos Aires: Biblos, 2009.
- URKIDI, L. A global environmental movement against gold mining. Pascua-Lama in Chile. *Ecological Economics*, v. 70, n. 22, 2010, p. 219-227.
- . The defense of community in the anti-mining movement of Guatemala. *Journal of Agrarian Change*, 2010b, (a ser publicado).
- ; WALTER, M. Environmental justice dimensions in anti-gold mining movements in Latin America. *Geoforum*, 2011 (a ser publicado).

- VALLEJO, M. C. Biophysical structure of the Ecuadorian economy, foreign trade and policy implications. *Ecological Economics*, v. 70, n. 2, 2010, p. 159-169.
- ; PEREZ RINCON, M. A.; MARTÍNEZ-ALIER, J. Metabolic Profile of the Colombian economy from 1970 to 2007. *Journal of Industrial Ecology*, 2010.
- VITOUSEK, P. *et al.* Human appropriation of the products of photo-synthesis. *Bioscience*, v. 34, n. 6, 1986, p. 368-73.
- WALKER, G. Globalizing environmental justice. *Global Social Policy*, v. 9, n. 3, 2009, p. 355-382.
- WALTER, M.; MARTÍNEZ-ALIER, J. How to be heard when nobody wants to listen. The Esquel mining conflict. *Canadian Journal of Development Studies*, v. 30, n. 1-2, 2010, p. 281-303.
- WARING, M. *If women counted. A new feminist economics*. San Francisco: Harper & Row, 1988.
- WARR, B. *et al.* Energy use and economic development. A comparative analysis of useful work supply in Austria, Japan, the United Kingdom and the USA during 100 years of economic growth. *Ecological Economics*, v. 69, n. 10, 2010, p. 1904-1917.
- WRM (World Rainforest Movement). Via Campesina. Food sovereignty as the peoples' alternative to destructive agribusiness. *Bulletin*, n. 135, 2008.
- ZOGRAFOS, C.; HOWARTH, R. B. (dir.). *Deliberative ecological economics*. New Delhi: Oxford Univ. Press, 2008.

NOTAS

39. NT: Segundo essa fórmula, o impacto humano sobre o meio ambiente é equivalente ao produto de P (a população), A (abastança média dos habitantes) e T (a tecnologia).
40. Ver também <<http://www.climate-justice-now.org/bolivia-responds-to-us-on-climate-debtif-you-break-it-you-buy-it>>.
41. NT.: *Milpa*: nome de origem nahuatl que, numa sociedade maia, indica a parcela onde se semeia o milho e o feijão.
42. Ver o site <<http://www.degrowth.eu>>.
43. NT: No Brasil, o extrativismo é a colheita para fins comerciais dos recursos naturais não madeireiros da floresta. Nos países andinos significa a extração de gás, petróleo e minerais.
44. NT. A “maldição dos recursos” ou a “*malédiction des ressources*” (“*ressource curse*”), também conhecida com o nome de “paradoxo da abundância”, é o fato de que as regiões ou países que possuem e exportam recursos naturais em abundância (especialmente recursos minerais e combustíveis fósseis) tendem a ter menos crescimento (notadamente industrial) que outras regiões ou países que têm menos recursos naturais.

AUTORES

JOAN MARTÍNEZ-ALIER

Professor de economia e história económica da Universidade Autônoma de Barcelona. Membro fundador da Sociedade Internacional de Economia Ecológica (ISEE) e da revista *Ecological Economics*. Diretor da revista *Ecologia Política*. Publicou o livro pioneiro *Ecologia i l'economia* em 1984, que se tornou um clássico da crítica ecológica à ciência económica. Com Inge Ropke, publicou em 2008 os 2 volumes de *Recent Developments in Ecological Economics* (Edward Egar pub.). Defende a noção de dívida ecológica. E-mail: Joan.Martinez.Alier@uab.cat

A caminho da grande transição

Mauro Bonaiuti

Introdução

- 1 Não há dúvidas de que o sistema econômico está enfrentando uma crise global de importância histórica, como não acontecia desde 1929. As dificuldades, sobretudo para os mais necessitados, não encontram precedentes nos últimos setenta anos. Por mais que ninguém negue a dimensão global da crise, faz-se de tudo para convencer cidadãos e instituições que esta, como muitas outras no passado recente, não passa de uma crise conjuntural: logo o ciclone passará e se retomará a navegação como se nada tivesse acontecido, guiados por uma nova onda de crescimento que, como se costuma dizer, “ajuda todos os barcos”. Para dizer a verdade, a crise da dívida adquiriu nestes últimos meses cores tão lúgubres que induz alguns observadores a usar tons fortes, como “a derrota de Obama na negociação da dívida representa o fim daquilo que restava do seu famoso sonho” (Luttwak, 2011), isto é, o sonho de “converter os Estados Unidos numa democracia social de tipo europeu”, e, generalizando um pouco, de relançar a América e a economia global, confiando num emprego inusitado e amplo dos tradicionais instrumentos keynesianos de apoio à demanda e às despesas públicas. Mas se efetivamente o sonho de Obama “acabou”, se as políticas keynesianas são, a essa altura, incapazes de relançar a economia global, é claro que a direita tem a chance de afirmar que o rei está nu, pois, como está claro para todos, diante da falência do sonho keynesiano, a esquerda não tem um “plano B”. Todavia, nem serviria, como sustenta a direita, retornar ao mercado livre, ao corte dos vínculos e ao individualismo... política que não só não resolveria, senão para alguns, a crise conjuntural, mas sobretudo projetaria no futuro as atuais tensões sociais e ecológicas, com dimensões muito mais amplas nos próximos anos.
- 2 Estas breves considerações são suficientes para dar a noção de quanto a política está deslocada e fundamentalmente impotente diante da crise. E mesmo assim, são muitos os sinais que deveriam nos oferecer certezas, ou pelo menos legítimas suspeitas de que esta crise que atravessamos não é uma simples crise conjuntural. Certamente se dirá que as elites têm todo o interesse em fazer com que a crise pareça transitória, porque da

continuidade do sistema depende a legitimidade delas, e é evidente que, atrás desta grave distorção na leitura da história, não há somente a miopia das elites, mas também a incapacidade da nossa cultura e das nossas instituições de ler a realidade como um tecido complexo, portadora de dinâmicas de tempo longo, frequentemente objeto de disciplinas diversas (de natureza econômica, ecológica, social e simbólica). Este ensaio tem a intenção de, antes de tudo, ser uma contribuição a mais para uma melhor compreensão deste contexto.

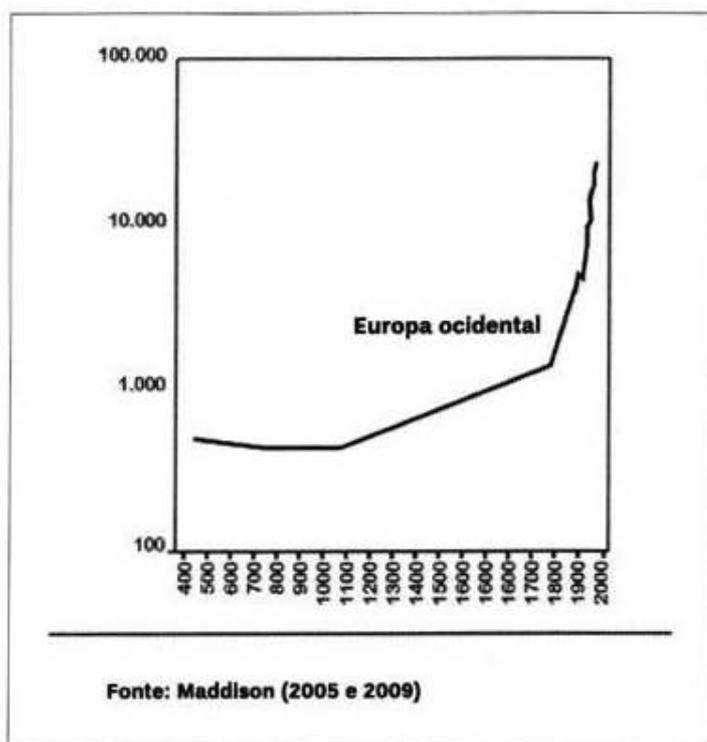
- 3 A tese fundamental é simples: o sistema capitalista, cujas instituições, apesar de sujeitas a contínuas transformações, e que tem base no crescimento econômico contínuo, está se demonstrando incompatível com a manutenção dos equilíbrios ecológicos e sociais. É fato que o sistema global está indo ao encontro, num arco de tempo que estimamos aproximadamente ao de uma geração (mas, com possíveis descontinuidades, também em tempos mais breves), de transformações incrementais difíceis de perceber no cotidiano, mas que levarão a mudanças profundas, que poderiam até colocar em discussão as instituições fundamentais. A qual cenário esta “grande transição” dará lugar é uma indagação que, por agora, pode ser apenas objeto de especulações, ainda que algumas dinâmicas já possam ser delineadas. Sobre estes processos, e suas relações, concentraremos aqui a nossa atenção.
- 4 Uma breve premissa metodológica. Ao longo das próximas páginas, faremos um largo uso de conceitos e instrumentos típicos da ciência da complexidade (*feedback*, escalas, emergência etc.). Naturalmente não temos aqui o espaço para introduzi-los, nem mesmo em modo sintético.⁴⁵ Todavia, acredito que seja importante, para que se leia o que segue sob uma perspectiva correta, sublinhar que neste trabalho, no clima cultural e científico atual caracterizado por uma extrema fragmentação, a atenção foi totalmente dirigida à tentativa de enquadrar a multiplicidade dos processos numa chave comum de leitura. Esse particular tipo de aproximação sistêmica, que não se limita à análise de contextos micro, mas que utiliza as aquisições da ciência da complexidade para interrogar as ciências humanas e a história, me foi sugerido, muitos anos atrás, por Gregory Bateson (1972). Seguindo uma das suas brilhantes intuições, me convenci de que, na procura dos processos que podem conduzir a uma crise sistêmica, é necessário concentrar a própria atenção, antes de tudo, sobre aqueles anéis de “*feedback* positivo” que podem levar o sistema ao longo de uma espiral autoalimentada de longo período. Característica fundamental dos processos de *feedback* positivo é, de fato, superados certos obstáculos, produzir perturbações em outros subsistemas (relacionados ao primeiro) que, se não adequadamente compensadas (*feedback* negativo), colocam em risco as capacidades de autorreprodução do sistema na sua complexidade.

Crescimento, acumulação e inovação como processo autoalimentado

- 5 Se formos à procura de uma relação autoalimentada de longo período, em âmbito econômico, não é necessário ir tão longe. O ciclo típico da economia capitalista (em termos marxistas, o ciclo capital-mercadoria-capital) apresenta, de fato, exatamente essa natureza. O fato de que uma parte dos lucros de uma empresa seja reinvestida a fim de aumentar a dotação de capital, a qual se torna a base para realizar novos produtos e obter novos lucros, representa o aspecto fundamental da economia moderna que, nesse sentido, pode ser definida propriamente “capitalista”.

- 6 Na figura, são representados os dados de Angus Maddison (2005, 2009) relativos ao crescimento da economia europeia⁴⁶ num longo período. Por quanto as estimativas anteriores a 1800 devam ser consideradas com grande cautela, os cálculos de Maddison mostram como a economia europeia se apresenta substancialmente estacionária (ou em suave declínio), desde a queda do Império Romano até o ano 1000, ao qual se segue um crescimento lento e gradual, no período entre 1000 e 1820 da ordem de 30% em oito séculos. Todavia, a partir da revolução industrial, a curva apresenta uma evidente descontinuidade, mostrando um andamento claramente exponencial, com um crescimento da produção da ordem de 50 vezes, em menos de dois séculos. Mais precisamente, a economia europeia cresceu 47 vezes mais, de 1820 até hoje; a norte-americana mostra um crescimento, em termos reais, de até 678 vezes e a economia global, um crescimento de 53 vezes. O crescimento da população segue o mesmo ritmo.
- 7 No entanto, bem pouca atenção foi atribuída à natureza desta relação em termos cibernéticos: de fato, nos encontramos claramente diante de um processo de *feedback* positivo. É essa dinâmica, e sua permanência através das extraordinárias transformações dos últimos séculos, que explica o incontido crescimento económico que caracterizou, pelo menos desde a revolução industrial, estas economias, e que era desconhecido por todas as formas de organização econômica e social precedentes.

Figura 1 – Crescimento da economia na Europa ocidental desde o início do século V



- 8 Já os economistas clássicos, Adam Smith e Marx particularmente, tinham entendido perfeitamente que este processo circular e recorrente entre crescimento dos lucros, novos investimentos e novos lucros, era o aspecto fundamental do sistema econômico industrial/capitalista. Ao contrário, os economistas neoclássicos que, como é sabido, gastaram rios de palavras para celebrar a natureza autorreguladora dos mercados, disseram bem pouco sobre a natureza autoalimentada do processo de acumulação,

propondo uma visão de equilíbrio económico geral, substancialmente a-histórica. O crescimento, obviamente, não poderia ser negado mas, nos modelos neoclássicos (a la Solow), foi reduzido essencialmente aos ganhos de produtividade, isto é, ao progresso tecnológico, considerado exógeno.⁴⁷

- 9 Hoje, as ciências da complexidade nos permitem ler a relação entre crescimento, acumulação e inovação, num quadro interpretativo radicalmente diverso e muito mais satisfatório. São três as consequências que caracterizaram esse processo:
 1. O processo de feedback positivo entre crescimento, acumulação e inovação levou, segundo Il y a Prigogine, o sistema económico “para longe do equilíbrio”, dando lugar a processos de transformação estrutural (*structural change*), que acompanharam as diversas mudanças de escala do sistema.
 2. Como todo sistema complexo longe do equilíbrio, o sistema económico também é fortemente sensível às condições iniciais. Isto pode contribuir significativamente para explicar as diferenças nos processos evolutivos que foram observados, por exemplo, em termos de distribuição/concentração da riqueza, entre regiões e países (ver § 3.1).
 3. A prolongação no tempo de uma dinâmica autoalimentada, se não adequadamente compensada, produz crise e alteração do equilíbrio em outros sistemas, especificamente naqueles sociais e naturais.
- 10 A presença de um *feedback* positivo de longo prazo confirmou – como vimos – o andamento exponencial das curvas de crescimento. No que se refere aos processos de transformação estrutural alimentados pela dinâmica do crescimento, gostaria de citar, aqui, pelo menos três.⁴⁸
- 11 O primeiro foi memoravelmente descrito por Karl Polanyi (1944) na *Grande transformação*. Refere-se, particularmente, àqueles processos – das *enclosures* até a criação de um mercado de trabalho – que tornaram possível o início do processo de acumulação. Não por acaso, Polanyi sublinha o simples fato de que o trabalho, comprado e vendido como qualquer outra mercadoria, era quase desconhecido por qualquer outra forma de organização social precedente. Tornar o trabalho uma mercadoria sujeita ao mercado livre comporta uma transformação social tão profunda que, compreensivelmente, o resultado deste processo significará não somente o emergir de outra economia, mas até mesmo de outra sociedade. Dado que as consequências desta grande transformação agridem, sobretudo, a dimensão social, voltaremos a este ponto, ao tratar dos limites sociais do crescimento.
- 12 Um segundo grande processo de mudança estrutural é o que podemos definir – com Baran e Sweezy (1968) – como o emergir do capitalismo monopolista. Tal processo alcançou uma primeira maturidade já no início dos anos 1900, quando a economia americana, primeira entre todas, mostrou uma significativa concentração das empresas. Avantajadas pelas economias de escala relacionadas à produção de massa de molde fordista, as empresas capazes de obter os maiores lucros absorveram as empresas mais fracas, originando a concentração da produção em poucas grandes entidades. Tal crescimento dimensional reforçou as economias de escala, consentindo, graças à redução dos custos, ulteriores incrementos de lucro. Inicia-se, assim, um processo de *feedback* positivo que tem como resultado a concentração das empresas em grandes colossos industriais.
- 13 O terceiro processo de transformação é o que podemos definir como a financeirização da economia. A profunda transformação na organização do trabalho no contexto da produção de molde fordista, também por causa do aumento da força do movimento sindical, particularmente na Europa, elevou ainda mais o custo do trabalho, reduzindo as

margens de lucro com uma conseqüente redução das taxas de crescimento nos países mais avançados, induzindo as empresas, nestes países, a transferirem partes consistentes da produção para os países onde os custos do trabalho eram mais baixos (*outsourcing*). Tal processo levou os grandes grupos transnacionais a ceder muitas vezes a gestão direta da atividade produtiva e, recentemente, a centralizar o controle sobre as atividades financeiras, que se tornaram estratégicas. Esse processo levou as organizações financeiras a assumir um peso nunca visto anteriormente, aumentando o próprio domínio sobre a economia real (Dore, 2008). O emergir deste novo tipo de estrutura económica permitiu às organizações financeiras ignorar os mecanismos reguladores instituídos pelos estados nacionais e redefinir as regras dos mercados internacionais (globalização).

- 14 Essas mudanças das estruturas económicas e institucionais carregam conseqüências de grande relevo, seja no plano teórico como no plano da realidade socioeconômica. No plano teórico, essas mudanças mostram como a postura metodológica da economia neoclássica, fundada sobre os propósitos do individualismo metodológico, no qual o comportamento do todo é redutível à soma de comportamentos individuais (reversíveis), e onde o crescimento é concebido como um processo quantitativo uniforme, é completamente inadequada para tratar uma realidade complexa como a que foi descrita, caracterizada pela presença de *feedback* positivo de longo período, e por processos emergentes.
- 15 No plano factual, podemos concluir que o processo de crescimento/acumulação/ inovação assumiu, no contexto pós-revolução industrial, um papel central na dinâmica do sistema mundo. Isso tanto pela sua inegável força e capacidade de penetração, como também porque, como veremos a seguir, os outros processos autodestrutivos – da espiral da crise ecológica às diversas formas de crise social – estão estreitamente ligados a essa dinâmica. Esses últimos processos, aliás, não podem ser adequadamente explicados, senão a partir das configurações específicas que o sistema económico assumiu depois das transformações que já descrevemos.

Crescimento, inovação e crise ecológica

- 16 O ingresso de novas empresas em mercados competitivos, unido à obsolescência natural dos produtos nos setores maduros, levaria à queda tendencial da taxa de lucro. Este fenômeno, já conhecido por Ricardo e reconhecido pelos próprios economistas neoclássicos, constituiria o processo homeostático fundamental, ao qual estaria sujeita toda economia de mercado competitivo. É claro que o efeito de retroação negativa acabaria por amortecer o processo de crescimento, como impediria a dinâmica essencial da acumulação do capital. Portanto, se uma sociedade pretende manter um processo de crescimento contínuo, que vai além da vida dos indivíduos e de cada empresa singularmente, é necessário encontrar modos adequados para que o processo de compensação descrito se torne ineficaz.
- 17 São duas modalidades principais pelas quais as empresas podem garantir lucros extras e duradouros. A primeira consiste em criar alguma forma de barreira ao ingresso no mercado, graças ao exercício de formas de poder monopolista. Como já vimos, é exatamente o que aconteceu na América no início do século XX e, sucessivamente, de forma mais ou menos acentuada, no resto dos países capitalistas. A segunda modalidade consiste em orientar sempre a produção para novos bens e novos mercados. A contínua

diferenciação do produto e a própria criação de novos bens/serviços/mercados – o que em literatura é geralmente referido como inovação – representa o segundo processo fundamental pelo qual o sistema produtivo evitou, por mais de um século, o princípio dos rendimentos decrescentes e a consequente queda da taxa de lucro.

- 18 Contudo, esta contínua fuga para frente não escapa às leis da termodinâmica. Um novo produto, de fato, não é outra coisa senão uma “nova” combinação de matéria/energia/informação e, portanto, a sua produção comporta a irreversível degradação de certa quantidade de energia, como Georgescu-Roegen havia entendido muito bem (1971a). Implica também o uso e a “dispersão” de certa quantidade de matéria, que de fato não poderá ser reciclada no final do processo. As grandes tipologias da questão ecológica, isto é, aquelas relativas aos *inputs* do processo (esgotamento dos recursos), como também as relativas aos efeitos dos *outputs* (mudança climática, perda de biodiversidade, riscos para a saúde), podem ser reduzidas à natureza entrópica do processo económico (Georgescu-Roegen, 1971b). Podemos concluir que a crítica bioeconômica representa o primeiro fundamento do decrescimento.
- 19 A evidência empírica, acumulada nos últimos trinta anos, confirmou essas conclusões. Como é sabido, Georgescu-Roegen deu particular ênfase ao papel dos combustíveis fósseis. Trinta anos depois, segundo Colin Campbell – um dos maiores *experts* sobre o consumo dos recursos fósseis (coautor do artigo publicado em 1998 no *Scientific American*, “The end of cheap oil”) –, os dados parecem confirmar as previsões de Georgescu-Roegen. Campbell acha que o pico na produção tenha sido alcançado em 2008, um fato que explicaria a explosão dos preços do petróleo naquele ano (mais de 140 dólares por barril). Seguiu-se um debate sobre datas do pico global, um debate que todavia não chegou ao ponto fundamental, pois o que é realmente importante é entender que chegamos ao fim da era da energia a baixo custo.⁴⁹
- 20 Naturalmente, não é possível oferecer aqui um resumo aprofundado e detalhado dos dados sobre a crise ecológica. Todavia, não deveria surpreender que um processo de crescimento acelerado, como o que foi descrito, se choque com os limites biofísicos do planeta. Todas as simulações conduzidas, a partir dos anos sessenta, pelos estudiosos do Massachusetts Institute of Technology (MIT), apresentavam, no início, incrementos decrescentes para as variáveis económico-ecológicas fundamentais (disponibilidade de recursos, população, esperança de vida, produção industrial etc.), aos quais se seguia uma verdadeira diminuição dos valores absolutos, segundo a evolução característica “em forma de sino” (Meadows, Meadows & Randes, 2004).
- 21 Um indicador extremamente eficaz para avaliar o conjunto do impacto da atividade económica sobre a biosfera é a pegada ecológica. Basta recordar que a pegada ecológica da economia global, que é a área dos ecossistemas terrestres e aquáticos exigida para produzir os recursos consumidos e para assimilar o lixo, excede cerca de 30% da capacidade regeneradora da biosfera. A pegada ecológica americana é cinco vezes superior à disponibilidade média global. Os valores dos países europeus são até agora 3 vezes superiores à disponibilidade média e a China tem uma pegada ecológica per *capita* seis vezes inferior à americana (Chambers, Simmons & Wackernagel, 2000).
- 22 Os indicadores sintéticos, como a pegada ecológica, devem ser associados a outros indicadores mais específicos, como os fluxos de matéria/energia e a apropriação humana da produção primária líquida (HANPP). Porém, para quem quiser ler sem preconceitos, os

dados já apresentados manifestam, abertamente, como o sistema produtivo global é, hoje, insustentável para a biosfera.

- 23 Há uma segunda tipologia de relações que surge na interface entre economia, ecologia e sociedade: o crescimento contínuo da produção e do consumo comporta um incremento dos fluxos de matéria/energia provenientes dos países mais pobres, gerando conflitos sociais nos territórios onde tais recursos são explorados. Este “ecologismo dos pobres”, analisado pela escola de Joan Martínez-Alier, representa um processo importante, tanto por que traz impactos significativos sobre a esfera social e sobre a cultura das populações locais, quanto pelo fato de que os preços de muitos recursos essenciais para o sistema produtivo mundial são vinculados aos êxitos destes conflitos (Martínez-Alier, 2002). Como veremos a seguir, o aumento dos custos dos recursos pode desempenhar um papel significativo ao determinar os cenários de longo prazo.

Desigualdades e crítica do desenvolvimento

- 24 A análise das consequências do crescimento econômico sobre os sistemas sociais (que poderíamos definir como sustentabilidade social) é certamente mais complexa e controversa do que a análise relativa aos ecossistemas. É necessário reconhecer que a nossa compreensão da dinâmica dos sistemas sociais é ainda extremamente ilimitada. Porém, se considerarmos possíveis, mesmo que incertos, os cenários de insustentabilidade futuros, as perguntas que surgem nesse âmbito resultam, por certo aspecto, imprescindíveis. Considerados, na sua totalidade, os diversos processos que conduzem à insustentabilidade social constituem o segundo fundamento do decrescimento.
- 25 Em geral, poderíamos dizer que, até hoje, a questão da sustentabilidade social foi enfrentada essencialmente em termos de equidade (Sachs & Tilman, 2007). A ideia, amplamente compartilhada, é de que, pelo fato dos sistemas sociais serem sensíveis às diferenças (de renda, de status etc.), uma maior desigualdade é fator gerador de conflitos e instabilidade social. Não é difícil perguntar-se, quando se trata de sustentabilidade, se é importante considerar o crescimento e o desenvolvimento, como sustenta a teoria neoclássica da convergência, como geradores de uma igual distribuição da riqueza entre os diversos países e áreas geográficas ou se é exatamente o contrário.
- 26 A evidência empírica, nesse campo, mostra, à primeira vista, resultados contraditórios: se de um lado, a partir do pós-guerra, os países europeus (e o Japão) mostraram grande vitalidade, aproximando-se dos níveis de renda dos USA, seguidos recentemente por alguns países asiáticos, do outro lado, alguns países mais pobres, em particular na África subsaariana, permaneceram na estaca zero ou até mesmo viram reduzida, pelo menos em termos relativos, a própria renda (Piketty, 2002). Basta recordar que a renda anual do 1% mais rico do planeta é maior do que a renda anual dos 57% mais pobres. Além disso, a diferença entre as rendas dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres se alargou de 30:1 em 1960 a 74:1 em 1997 (UNDP, 1999, 2002).
- 27 A partir do famoso discurso sobre o estado da União, feito pelo Presidente Truman, em 1949, pobreza e exclusão são interpretadas como efeitos do atraso (*underdevelopment*) de alguns países ao longo do processo de desenvolvimento. Concebido, como se sabe, como progressivo e universal.

- 28 O que caracteriza a “crítica do desenvolvimento”, uma linha de pensamento levada adiante por autores como Ivan Illich (1973), F. Partant (1982) e S. Latouche (2004) e que se coloca à raiz da perspectiva do decrescimento, é a inversão de perspectiva com a qual se lê o fenômeno da pobreza e da exclusão. Segundo os críticos do desenvolvimento, paradoxalmente, o principal fator responsável pela pobreza e a exclusão deve ser procurado onde se afirma estar a solução do problema, isto é, precisamente no processo de “desenvolvimento”, entendido como crescimento econômico
- 29 Essa leitura parece encontrar confirmação, pelo menos parcial, na evolução das desigualdades, a partir dos anos 80. Com o triunfo do neoliberalismo, o cenário global é cada vez mais aquele onde riqueza e bem-estar coexistem com um vasto panorama de excluídos do banquete da sociedade de consumo. Quaisquer que sejam as cifras das quais nos servimos para dramatizar essa realidade (2 bilhões e 700 milhões de pessoas que vivem com menos de dois dólares por dia ou uma criança morta a cada cinco segundos), elas testemunham o fato de que não só o Ocidente não foi capaz de extirpar a vergonha da miséria, mas que ao crescimento e à melhoria das condições dos mais ricos não corresponde, como pretendiam os teóricos do desenvolvimento, nenhum melhoramento espontâneo das condições dos mais pobres. Além disso, o drama da exclusão não diz respeito somente às áreas mais pobres do planeta, mas se faz presente nos próprios países ricos: aqui, são vários os percursos de privações e de marginalização, e os assim chamados “novos pobres” já são mais de 100 milhões entre Europa e Estados Unidos.
- 30 Do nosso ponto de vista, essa é uma leitura interessante, por quanto resulta coerente com uma aproximação sistêmica, e por duas razões. De um lado, porque compartilha uma leitura do processo de crescimento/desenvolvimento/ inovação de tipo qualitativo e autoalimentado. Dada a estrutura competitiva dos mercados internacionais, aquelas áreas/países que não conseguiram manter o ritmo de inovação devem enfrentar uma lacuna tecnológica difícil de superar (Latouche, 1991). Em outras palavras, o processo de crescimento levou os países líderes a uma série de transformações das estruturas produtivas, tecnológicas, dos sistemas de formação e financeiros, cuja complexidade está totalmente fora do alcance das economias mais pobres. Ao mesmo tempo, são capazes de gerir os mercados estratégicos nos quais operam estas estruturas (multinacionais) em condições de quase monopólio (Amin, 2002). Por outro lado, o que é interessante, numa perspectiva sistêmica, é que os resultados “positivos” (por exemplo, o melhoramento das condições materiais das classes médio-altas no Ocidente) e “negativos” (como a exclusão nas áreas mais pobres) são vistos, por Latouche e por outros “críticos”, como resultado de processos estreitamente relacionados, nos quais várias áreas/agentes partindo de diversas condições iniciais (culturas, instituições), alcançam resultados diferentes, que não são mais vistos como “estágios” diversos do mesmo processo convergente. Trata-se, como é fácil entender, de uma mudança metodológica de grande importância, pois muda completamente a perspectiva com a qual se avaliam as questões ligadas ao desenvolvimento, além dos resultados que se pode esperar das políticas, em particular no Sul do mundo.
- 31 Uma aproximação complexa não pode deixar de reconhecer, porém – ao lado de uma dinâmica autoalimentada e, conseqüentemente, polarizadora, denunciada pelos críticos do desenvolvimento – a presença de processos de natureza reequilibradora: em escala nacional, é necessário lembrar, antes de tudo, o processo de redistribuição da renda em favor dos salários, frequentemente relacionado à eficácia da luta sindical e, em menor medida, à difusão do *welfare State*; em escala internacional, os processos de imitação e

aprendizagem das áreas periféricas (ex. China e Índia), além dos efeitos reequilibradores dos investimentos exteriores. No geral, enquanto as desigualdades de renda foram se reduzindo nos países ocidentais, desde o início do século XX até os anos 1970, a fraqueza crônica dos investimentos exteriores e a falta de instituições de *welfare State* a nível internacional explicam por que as desigualdades, no plano global, são mais agudas do que no plano interno de cada país. A abertura das economias nacionais à globalização, a partir dos anos 1980, pode, no entanto, explicar por que as teorias dos “destinos magníficos e progressivos”, associadas às curvas em “U” de Kuznet (que previa a redução das desigualdades com o crescimento da renda), foram progressivamente abandonadas: a maior concorrência fez com que as fortes desigualdades presentes em nível internacional contaminassem as próprias economias nacionais “avançadas”, empurrando para baixo salários e padrão de vida (Piketty & Saez, 2003).

Crescimento e dissolução dos vínculos sociais

- 32 Se o problema da insustentabilidade social encontra uma primeira ancoragem fundamental na questão da pobreza e da exclusão, é claro que não é possível se limitar à questão da desigualdade e às dinâmicas, ainda que importantíssimas, que elencamos. Marx, na sua esclarecedora descrição do fetichismo da mercadoria, tinha entendido perfeitamente que atrás da troca se escondia uma estrutura particular de relações sociais. Em continuidade a essa leitura-mas enriquecida das aquisições seminais da antropologia do início do século, sobre as sociedades “primitivas” (Malinowski) e pré-industriais-a linha de pensamento que vai de Mauss ao MAUSS, passando pela fundamental contribuição de Karl Polanyi, permite colocar a lição marxista em um fundo histórico-antropológico bem mais amplo. Permite, sobretudo, explicar – ao lado da desigualdade – aquela que podemos considerar como uma segunda dinâmica social fundamental e que tem relação com os processos mediante os quais os seres humanos se organizam em sociedade, e, portanto, para usar uma formulação simplificada, com o fazer e desfazer dos vínculos sociais.
- 33 Segundo Polanyi, o processo capitalista, a “grande transformação” que a revolução industrial trouxe consigo, implica um duplo processo de mercantilização: os fatores de produção, seres humanos e natureza, devem ser reduzidos a mercadorias. A mega máquina o exige: o regular abastecimento do trabalho e dos recursos naturais é, de fato, uma necessidade imprescindível para que o processo produtivo se desenvolva regularmente e, sobretudo, para que os enormes capitais investidos encontrem uma remuneração adequada e não excessivamente arriscada. É assim que, entre 1700 e 1800, primeiro na Inglaterra e depois no continente, criou-se um mercado para os recursos naturais e, sobretudo, um mercado de trabalho. Que esse processo se assemelhe mais a uma metamorfose, isto é, em termos sistêmicos, à emergência de uma nova forma de organização social, do que a um processo de desenvolvimento “natural e contínuo”, foi sublinhado rigorosamente pelo próprio Polanyi: nunca, nas organizações socioeconômicas do passado, o trabalho foi comprado e vendido como na Inglaterra do início de 1800. No período anterior, mecanismos institucionais e regras ancoradas nas leis e costumes agiam como sistemas de *feedback* negativo, impedindo que o trabalho, com todas as relações sociais e simbólicas que traz consigo, pudesse ser comprado e vendido no mercado. Esse processo de reorganização faz com que as relações de reciprocidade, sobre as quais se fundavam os sistemas socioeconômicos tradicionais, se rompam e sejam

substituídas pelas trocas de mercadorias. A economia, relembrando as palavras do grande economista, avança sobre a desertificação do social.

- 34 A “grande transformação” industrial, na expressão de Polanyi, inclui a emergência não só de um novo tipo de economia, mas de um novo tipo de sociedade. Numa primeira fase, ela exige a ruptura das regras/relações que caracterizavam o tipo de organização social anterior e dos processos homeostáticos que lhe garantiam a estabilidade. A esta fase segue o surgimento de uma esfera amplamente autônoma de relações económicas (de mercado) e de um sucessivo aumento da escala e da complexidade nesta esfera (especialização do trabalho etc.), que termina por dominar e dar forma às relações sociais.
- 35 É importante compreender, enquanto o processo de transformação alcança sua maturidade e a economia de mercado se difunde em novos países e envolve novas sociedades, por que este processo implica uma progressiva dissolução dos vínculos sociais. Como mostraram os trabalhos pioneiros de Malinowski e de Marcel Mauss, o que caracteriza as relações de reciprocidade típicas da sociedade tradicional é “a tríplice obrigação de doar, receber e retribuir”. Sobre esta obrigação, através da multiplicidade de dons e contra dons, se fundem e se mantêm os vínculos sociais. Esta conclusão é hoje amparada por uma ampla série de pesquisas (Caillé, 1998; Godbout e Caillé, 1998).
- 36 As relações de mercado, ao contrário, se baseiam sobre o que os economistas definem como “troca de equivalentes”. A equivalência do que vem sendo trocado permite que as relações de mercado se fechem no exato momento em que se efetua a troca, sem que se construam vínculos entre os indivíduos. Em outras palavras, as relações de mercado assumem um caráter impessoal: como disse sagazmente Milton Friedman, ideólogo do neoliberalismo da escola de Chicago, “no grande supermercado global, não é necessário conhecer-se, muito menos ser simpático”. Claro, esta norma de mercado apresenta significativas vantagens económicas: permite uma extraordinária multiplicação do número e da variedade das mercadorias comercializadas. Foi calculado que só na cidade de New York, hoje, está disponível uma diversidade de 10^{10} tipos de bens (Lane *et al*, 2009). O que normalmente não se diz é que esta medalha tem outro lado: a difusão das relações de mercado é acompanhada de uma progressiva dissolução dos vínculos sociais.
- 37 Esse processo conheceu uma aceleração a partir dos anos 1980, com a afirmação do neoliberalismo e a globalização dos mercados, como reconheceu a literatura sociológica mais recente. Em particular, na leitura de Bauman (2005, 2007), a dissolução dos vínculos sociais, no contexto da contemporaneidade, se expressa sob a forma de liquidez social. Não por acaso, a sociedade líquido-moderna é “uma sociedade de consumo”. Uma sociedade na qual cada coisa, bens ou pessoas são tratados como objetos de consumo e, portanto, como qualquer coisa que perde utilidade, atração e valor, muito rapidamente. Assim, a sociedade líquida é uma sociedade móvel, impermanente, precária, na qual tudo aquilo que tem valor se transforma rapidamente no seu contrário, seres humanos inclusive. Por fim, segundo a descrição de Bauman, a sociedade moderna alcança níveis de dissolução de vínculos sociais jamais conhecidos antes.
- 38 Achamos que a importância do processo de dissolução dos vínculos sociais reside no fato de que muitas entre as principais formas de mal-estar social que caracterizam as sociedades líquido-modernas (como a falta de relações sociais satisfatórias, insegurança e precariedade de vida e de trabalho, angústia, depressão e vários tipos de desconforto psíquico, apatia e redução da participação política, aumento dos fenômenos de migração e dos problemas a esses relacionados) podem ser atribuídas à extensão do mercado global e à conseqüente dissolução dos vínculos sociais (Beck, 1988 e 2009).

- 39 Igualmente nesse caso, existem dinâmicas compensatórias. A escola e os novos sistemas de formação e comunicação permitem novas formas de sociabilidade. Igualmente, as novas formas de economia social e solidária, que estão se desenvolvendo rapidamente, em particular no Sul do mundo, podem ser lidas como um processo de reação à dissolução do vínculo social. Não por acaso, estas novas formas de organização econômica vão recuperar exatamente as relações de reciprocidade, características das sociedades tradicionais. Criam, por sua vez, novas formas socioeconômicas híbridas em pequena escala. Contudo, achamos que o processo “primário”, ligado à invasão do mercado, continua claramente dominando. Enfim, achamos que o complexo entrelaçamento entre o aumento das desigualdades e a progressiva dissolução dos vínculos sociais esteja na raiz de alguns processos relevantes e, em particular:
1. seja significativamente responsável pela redução de bem-estar apresentada pelas sociedades “avançadas”;
 2. conduza à difusão de comportamentos individualistas e, conseqüentemente, ao aparecimento de fenômenos de competição em termos de posição social;
 3. implique a perda de resiliência das organizações sociais quando sujeitas a um estresse externo (como crises econômicas ou ecológicas);
 4. possa oferecer um caminho para compreender por que as sociedades ricas parecem mostrar reduzidas capacidades de reação diante das crises. Este tipo de explicação, que sem dúvida exige mais pesquisas, pode ser considerada complementar à explicação tradicional, baseada sobre as melhores condições materiais (PIB *per capita*) destes países.
- 40 Os primeiros dois pontos merecem aqui um aprofundamento específico.

O paradoxo do bem-estar

- 41 Em termos gerais, o que os pesquisadores notaram é que, frente a um aumento maciço da renda *per capita*, o bem-estar subjetivo não aumenta, mas até mesmo diminui. Mais precisamente, o índice assim calculado diminuiu, nos USA, de 2,4 a 2,2 no período entre 1946 e 1991, enquanto o aumento de renda *per capita* foi de 250% no mesmo período. Resultados ainda mais impressionantes dizem respeito ao Japão, onde em face de um incremento da renda *per capita* de 600% (de 1958 a 1991) o número de pessoas que se declaram “muito felizes” permaneceu substancialmente estável. Se considerarmos os dez países mais avançados, podemos concluir que nenhum deles apresenta uma correlação positiva entre a renda *per capita* e o índice de bem-estar subjetivo, enquanto dois deles (USA e Bélgica) apresentam uma correlação significativamente negativa (Kenny, 1999; Diener & Suh, 1997).
- 42 Como já foi notado, a teoria econômica padrão não é capaz de explicar este paradoxo. Não por acaso, as explicações oferecidas por pesquisadores se referem a dinâmicas de adaptação de tipo sistêmico (Kahneman & Tversky, 2000). Numa perspectiva de longo prazo, tomando o processo econômico na sua fase inicial de desenvolvimento, quando o consumo era principalmente constituído por bens fundamentais, podemos propor a hipótese de que as desigualdades e a dissolução dos vínculos sociais fossem percebidas, também pelas classes menos favorecidas, como um preço a pagar diante da perspectiva de uma maior liberdade (dos vínculos sociais) e de uma maior disponibilidade de bens. Porém, acima de certo patamar, efeitos contraintuitivos começaram a manifestar-se. Essa explicação pode valer, por agora, como uma possibilidade para entender melhor um

fenômeno geral da dinâmica dos sistemas, que nos pode ajudar a explicar a emergência do paradoxo do bem-estar. Para se ter uma ideia mais precisa do que se deva entender por “efeito contraintuitivo” de tipo sistêmico, consideraremos um segundo processo que pode ser identificado como a matriz da dissolução do vínculo social”.

A dinâmica da competição por posições

- 43 Na metade dos anos 1970, Fred Hirsch, num texto inovador e extraordinariamente à frente do seu tempo, colocou claramente a questão: existem – além dos limites ecológicos (que ele considerava “incertos e longínquos no tempo”), alguns limites sociais ao crescimento? (Hirsch, 1976). Vejamos do que se trata. Para começar, Hirsch intui que a estrutura das preferências dos indivíduos sofre, assim que aumenta a disponibilidade econômica, transformações do tipo qualitativo. Isso é extremamente interessante do nosso ponto de vista, pois prefigura a emergência de novos comportamentos ligados à escala do processo. De fato, a observação do comportamento dos sujeitos econômicos mostra que quanto mais cresce a escala de consumo, uma parte crescente da despesa das famílias se desloca do consumo de bens ‘fundamentais (o que é necessário para viver, nutrir-se, cobrir-se etc.) para o consumo de bens “posicionais”. O que caracteriza um bem posicionai “puro” é o fato que a sua utilidade não é ligada ao seu “valor de uso (como no caso do alimento), mas é relacionado à sua escassez relativa. Em outras palavras, o que conta, para os bens posicionais, é a diferença entre o que um possui e o que possuem os outros. Todos aqueles bens ou serviços, justamente definidos como “*status symbol*” (objetos de prestígio, serviços mais ou menos exclusivos, mas também papéis profissionais de liderança etc.) são bons exemplos de bens posicionais. Também a instrução, se a considerarmos unicamente como meio para obter uma posição de trabalho, é um possível exemplo de bem posicionai: enquanto aumenta o número de universitários graduados, de fato, se reduz o benefício de obter uma graduação. Naturalmente, existe uma infinidade de nuances e todo bem pode apresentar, ao lado do valor ligado à relação com o objeto em si (p. ex., a utilidade de poder se deslocar de carro), uma mais ou menos ampla conotação posicionai (a utilidade ligada ao fato de possuir um carro mais prestigioso e veloz que os outros).
- 44 Não devemos esquecer a natureza sistêmica da interação posicionai: enquanto para os bens fundamentais podemos deixar de lado a interação com outros indivíduos – por exemplo, o prazer que obtemos ao beber um copo de água é independente do que fazem os outros (os bens fundamentais são portanto “bens privados”), o bem-estar associado ao consumo de bens posicionais depende do comportamento dos outros sujeitos. Também neste caso, enquanto cresce a escala, emergem efeitos geralmente descontínuos. Acima de certo patamar, os indivíduos se tornam “sensíveis” às interações com os próprios “vizinhos”. Isso se observa, por exemplo, no caso de congestão física (tráfego), mas também quando, com o crescer do consumo, aumenta o número de sujeitos que dividem um certo espaço social (uma estrada, uma praia, um clube): quando o número de pessoas que possuem aquele objeto ou frequentam aquele lugar supera uma certa margem, o bem-estar individual diminui rapidamente, com o efeito de que indivíduos e grupos se deslocam para outros objetos/lugares/símbolos. Em poucas palavras – por quanto seja obviamente impossível uma medida rigorosa dos efeitos sobre o bem-estar agregado – resulta de qualquer forma claro que a competição posicionai se apresenta geralmente como um jogo com resultado zero ou até mesmo negativo.

- 45 Como sempre, o que interessa aqui não é tanto a análise dos comportamentos micro, mas o reconhecimento, atrás da dinâmica da competição posicional, de um efeito agregado (ou sistêmico), com potenciais consequências autoalimentadas de longo prazo. Como se viu, seguindo as argumentações de Hirsch, o crescimento econômico aumenta a congestão/competição posicional. Porém, é também verdade que a competição posicional alimenta o crescimento. É possível aqui avistar uma dinâmica complementar àquela colocada em ato por empresas, através da contínua inovação: a ambição de possuir objetos “únicos” (mesmo se produzidos em milhões de exemplares), seguindo o “último modelo”, ou os ditames da moda, alimenta a produção contínua de novos objetos/símbolos, reforçando o crescimento econômico. O círculo, deste modo, se fecha e se autoalimenta, com o importante agravante de que, diferente do que acontece para o consumo de bens fundamentais, a demanda de bens posicionais é, por sua natureza, substancialmente ilimitada.
- 46 A essa altura, surgem espontaneamente algumas perguntas de natureza histórico-antropológicas que dizem respeito à extensão, às raízes, à evolução dos consumos posicionais em cada sociedade; perguntas que precisariam, além disso, de um esclarecimento sobre o vínculo que subsiste entre este tipo de consumo (mas poderíamos, talvez mais propriamente, falar de estilos de vida ou de *habitus* – Bourdieu, 1984) e as hierarquias sociais e econômicas. Perguntas que tornam complexo o quadro, além dos limites que nos impusemos aqui e que, em boa parte, aguardam futuras pesquisas. Podemos, porém, delinear algumas grandes linhas, suficientes para tecer algumas primeiras conclusões.
- 47 A necessidade de distinção parece profundamente arraigada no *homo sapiens* e é presente nas culturas mais diversas, até nas mais simples e arcaicas, e não deve por isso ser julgada negativamente. Deve ser observada a especificidade do consumo posicional nas sociedades industriais contemporâneas. Desde os primórdios, o consumo posicional sempre foi relacionado a um *status* social que encontrava as próprias raízes, principalmente, fora da esfera econômica. Naturalmente, as coisas mudaram com o advento da sociedade de mercado e do consumo de massa. Mais uma vez, encontramos na raiz um problema sensível à escala. É claro que é somente depois do advento da economia de mercado, e em particular com a transformação estrutural conhecida como “consumismo”, que uma parte significativa do consumo se torna consumo (posicional) de massa.
- 48 É nessa escala que a relação circular entre crescimento e aumento do consumo posicional se torna insustentável (em termos ecológicos), já que não podemos imaginar uma competição por bens de consumo posicionais estendida à totalidade da população do planeta. Como sabemos, hoje cerca de 80% da população mais pobre consome 20% dos recursos: em outras palavras, uma parte extremamente significativa ficou até agora excluída da competição posicional, mas está batendo na porta, ansiosa em participar do jogo. Podemos concluir que, ao contrário do que sustentava Hirsch, não só a existência de limites sociais ao desenvolvimento não diminui a relevância dos limites ecológicos, mas é a competição posicional que alimenta a crise ecológica.
- 49 Além disso, o ingresso de novos jogadores no ciclo da competição posicional dá lugar a um processo de frustração sistemática das expectativas individuais, que se reflete numa perda de bem-estar. Permanecer bloqueados no tráfego para chegar ao trabalho, perder uma parte significativa do próprio dinheiro e do próprio tempo para comprar objetos que se mostram substancialmente idênticos a todos os outros, estudar por muitos anos para

depois não conseguir encontrar trabalho, são simples exemplos quotidianos dessa perda de qualidade de vida.

- 50 No entanto, as despesas individuais que acabamos de descrever são levadas em conta nos índices da contabilidade nacional, que mostram um contínuo aumento do consumo e do Produto Interno Bruto. Não é só isso: a frustração sofrida, (juntamente com outras causas de mal estar ecológico e social, que veremos a seguir), dá lugar a uma ampla série de despesas de caráter defensivo (por ex.: despesas para a segurança, para seguros, para a saúde etc.) que mesmo não trazendo nenhum melhoramento no bem-estar, levam a um crescimento do PIB. Isso ajuda a compreender como os processos de competição posicionai são um fator importante no paradoxo do bem-estar, sobre o qual se concentrou, com razão, a atenção de um número crescente de economistas nos últimos anos (Frey & Stutzer, 2002; Diener & Biswas-Diener, 2002, p. 119-169).
- 51 Algumas conclusões críticas à análise de Hirsch. Como vimos, a competição posicionai-diferente dos “limites ecológicos”-não constitui propriamente um “limite social ao crescimento”, no sentido de que não impede o próprio crescimento, e sim alimenta sua contínua expansão (*feedback* positivo). O processo, porém, conduz a um tipo de frustração generalizada e constitui, mais propriamente, um limite ao “bem-estar social”. Indiretamente – isto é certo – a competição posicionai, através do aumento do consumo, empurra o sistema para o limite ecológico. O processo tem, sem dúvida, uma importância sistêmica, inclusive porque a competição posicionai não se desencadeia somente em escala individual, como Hirsch parecia implicitamente sugerir, mas entre grupos, entre regiões e, sobretudo, entre estados.
- 52 A “corrida armamentista” representa o exemplo mais óbvio deste processo. Mas não se deve esquecer o quanto muitos estados, ainda hoje, investem pesadamente para que suas economias sejam competitivas e alcancem os padrões de vida ocidentais (o caso da China é, nesse sentido, paradigmático, mas se poderia estender a outros países). Em geral, se pensarmos em todos os esforços económicos e sociais que, em várias escalas, sujeitos organizados gastam com o fim de alcançar, ou manter, posições de força, de prestígio ou de liderança, se compreende a importância das dinâmicas posicionais e o seu papel determinante na dinâmica da modernidade. Enfim, o rei está nu, mas parece que ninguém quer se dar conta. É necessário ter consciência da descontinuidade que marca essa última mudança de escala: enquanto a emergência do consumo posicionai de massa nos anos 1950 podia parecer como uma promissora retomada pós-guerra, a competição posicionai planetária, implícita na lógica da globalização, representa simplesmente uma impossibilidade em relação à qual ainda não fica claro quais processos ou transformações radicais se deverão tentar. De qualquer modo, é claro que as dinâmicas posicionais existem e se alimentam dentro de uma certa cultura ou, melhor dito, de um certo imaginário social. Disso deveremos nos ocupar na conclusão do nosso percurso.

Fragmentação pós-moderna e imaginário dominante

- 53 De acordo com as ciências da complexidade, o que caracteriza os sistemas sociais (e biológicos) e o que os diferencia dos sistemas físicos é a sua capacidade de formar “representações” do universo no qual vivem. O que caracteriza as organizações socioculturais humanas é a capacidade de negociar tais representações, dando lugar a representações compartilhadas (Lane, Pumain, Leeuw & West, 2009). Podemos concluir

que a formação de um imaginário compartilhado é a premissa necessária para qualquer ação coletiva.

- 54 Como argumenta Lyotard, com o fim das grandes narrações e o advento da sociedade pós-moderna, é precisamente esse horizonte de sentido compartilhado que faz falta (Lyotard, 1979). Enquanto a tradição religiosa (o cristianismo no ocidente) e, sobretudo, o marxismo, ofereciam um horizonte comum de sentido, com seus heróis e seus mitos aos quais se podia identificar, não era difícil assumir uma posição e dar um sentido à própria ação. Tudo isto, depois dos anos 1970, desapareceu ou, de qualquer forma, perdeu sua influência sobre o imaginário social.
- 55 O imaginário pós-moderno é um imaginário polimórfico, fragmentado, onde a citação toma o lugar das grandes narrações e a pluralidade dos códigos e das formas narrativas substitui o universalismo que caracterizava o grande projeto emancipatório da modernidade. Por mais que a condição pós-moderna seja caracterizada por uma inegável liberdade e variedade de expressão, ela esconde, ao mesmo tempo, as razões profundas da fragmentação e da dependência. Em seguida esboçaremos, ainda que de forma muito simplória, as dinâmicas que podem ter sido responsáveis por este processo de transformação.
- 56 Em relação aos processos de tempo longo, poderíamos avançar a hipótese de que a fragmentação do imaginário seja relacionada, antes de tudo, à dissolução dos vínculos sociais, que caracteriza a passagem das sociedades tradicionais para as sociedades de mercado. Pode-se imaginar que a dissolução dos vínculos sociais de tipo tradicional – e do aparato simbólico que lhe é próprio – constitua a indispensável premissa para o avançar da modernidade e de seus símbolos. Além disso, como notou cuidadosamente David Harvey (1990), é necessário esclarecer que a condição pós-moderna não se configura como ruptura da modernidade, mas como uma “revolução interna” na própria modernidade, que acaba por acentuar seus traços mais profundos e característicos. A experiência comum à modernidade é marcada pela incerteza e pela fragmentação, pela obsolescência e pelo sentido de mudança caótica. Nas palavras de um dos maiores especialistas, “ser moderno quer dizer encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, transformação de nós mesmos e do mundo e, que ao mesmo tempo, ameaça destruir tudo o que temos” (Berman, 1981). No fundo, a passagem para a pós-modernidade não fez outra coisa que acentuar esta tendência.
- 57 Como não ler aqui a estreita conexão entre a experiência comum do ser moderno e as transformações econômicas e sociais subjacentes? Marx já havia apontado como traço fundamental da economia capitalista a sua condenação à incessante inovação. Harvey vai mais além, mostrando com clareza como a transformação que marca o imaginário pós-moderno é relacionada à passagem da organização econômica social fordista para a pós-fordista. Deve-se adiantar que o pós-fordismo, como o fordismo, não representam para Harvey simplesmente um sistema de organização do trabalho, mas sim um novo sistema de organização econômica e social, no qual as instituições públicas e a sociedade civil se adequam às condições mutantes “da acumulação flexível”. O desaparecimento da grande fábrica, a financeirização dos processos econômicos, a flexibilidade do mercado de trabalho (trabalho *part-time*, temporário ou terceirizado), a centralidade assumida pelos serviços (de marketing, de seguradoras, imobiliários, informáticos); a extraordinária diferenciação dos produtos e a rotatividade acelerada dos produtos consumidos “são inseparáveis daquele específico modo de viver, de pensar, de sentir a vida”, que define a pós-modernidade.

- 58 O fato mais surpreendente é a total aceitação da liquidez e da fragmentação que caracteriza o pós-modernismo: o seu “flutuar e chafurdar nas correntes caóticas da mudança, quase como se não houvesse mais nada além”. Não é de estranhar que Jameson defina a arquitetura pós-moderna como “deliberada superficialidade”, e não seria difícil estender este juízo, em particular, à moda, ao divertimento, à indústria dos eventos culturais. Além disso, no contexto da contemporaneidade, a fragmentação do imaginário está ligada à multiplicação dos artefatos que caracteriza a sociedade de consumo. É importante dar-se conta de que os objetos dos quais nos circundamos, através do tempo que gastamos com eles e para eles, se tornam instrumentos com os quais construímos a própria identidade, por mais que estreita e fragmentada. Não há dúvidas, e não entraremos em detalhes a respeito, que as empresas empregam muitos recursos para alimentar este processo. O budget relativo ao marketing e à publicidade vem somente depois das despesas militares e, como bem sabem os *experts* do setor, a potência do sistema mediático é tal que a eficácia de uma “campanha” nunca é colocada em discussão. Diferentemente do que sustentam muitos intelectuais pós-modernos, a capacidade do sistema mediático de colonizar o imaginário é enorme (Brune, 2005). Caos e fragmentação não devem, por isso, nos levar a concluir que na sociedade líquida não exista um imaginário dominante. Como nos adverte Serge Latouche, isso seria um erro grosseiro: na sociedade do fim das grandes narrações, o imaginário consumista permanece o único elemento compartilhado (Latouche, 2006). Esse aparente paradoxo pode, todavia, ser explicado pensando que a perda de sentido e o desaparecimento das grandes narrações é precisamente o terreno sobre o qual se baseia a “colonização do imaginário”, da qual fala Latouche (2006, 2009). A crítica (ou descolonização) do imaginário dominante pode, portanto, ser considerada o terceiro fundamento do decrescimento.
- 59 Certamente, como nos lembram os otimistas, também é possível vislumbrar processos de natureza compensatória: é possível, por exemplo, atribuir novas funções aos objetos oriundos da cornucópia capitalista: utilizar a publicidade contra a publicidade (ver Adbuster, “Casseurs de Pub”), ou as redes informáticas, originariamente projetadas para fins militares, para favorecer as redes sociais. Trata-se, evidentemente, de dois exemplos extremos; em geral, porém, estas reações não parecem poder atualmente condicionar a força dos processos de colonização.
- 60 Sem dúvida hoje o *homo consumens* goza de uma incrível liberdade de escolha. Porém, o cidadão-consumidor pode fazer suas escolhas só no interior de marcos predefinidos (Lakoff, 2008), ele não pode determinar *ex ante* o conjunto das coisas entre as quais pode escolher (Bauman, 2005; 2007). E entre estas há sem dúvida a tecnologia, ou seja o “como” da produção. Em outras palavras, o sistema de mercado promete liberdade (na escala micro), mas carrega dependência (na escala macro). Alcançamos aqui um aspecto fundamental: é claro que a questão do imaginário interliga-se estreitamente com a da autonomia⁵⁰ (Castoriadis, 1987, 2005) e esta última com a escala dos processos.
- 61 Infelizmente, seja na tradição dominante como na marxista, pouquíssima atenção foi dada ao fato que dependência e autonomia estão estreitamente ligadas à escala das organizações e dos relativos processos: crescendo a escala das burocracias, das multinacionais, assim como dos sistemas de transporte ou dos sistemas eleitorais, diminuam as possibilidades reais de autonomia e participação.

Em direção a uma sociedade de decrescimento?

- 62 O sistema global entrou numa fase de turbulência. Os processos de tempo longo que evidenciamos comportam, no seu conjunto, um aumento dos custos ecológicos e sociais e uma redução dos benefícios marginais do crescimento (Tainter, 1988). Não sendo os aumentos do PIB acompanhados por um aumento do bem-estar, a perda de sentido, que a condição pós-moderna trazia já consigo, tornou-se ainda mais evidente. Se sobrepusermos a esses processos de tempo longo os efeitos de uma crise conjuntural de particular intensidade (a mais grave depois da queda do sistema bipolar, legado da guerra fria), poderemos compreender as reações, até mesmo violentas, dos excluídos e de quem não tem perspectivas de futuro. As classes médias, por agora, estão somente observando, mas nada indica que, no novo contexto que está se delineando, esta opção não deva ser discutida.
- 63 A elaboração de cenários futuros não permite prever, hoje, se o sistema capitalista será capaz de relançar outra fase longa de crescimento e expansão, sobretudo se considerarmos as enormes dívidas acumuladas pelos países, os custos crescentes dos recursos (ligados ao preço do petróleo, mudança climática, conflitos sociais etc.), para não falar das rendas marginais decrescentes em muitas organizações fundamentais (Tainter, 1988; Wallerstein, 2009; Benstein, 2009), aspectos estes que mereceriam futuros aprofundamentos.
- 64 Pelo momento, é importante ter bem claro que as organizações e as instituições que se mostraram “adaptadas” ao contexto de crescimento que caracterizou o sistema global até a metade dos anos 1970 não estarão na melhor posição para enfrentar a situação que está se delineando. Se a estrutura econômica fundada na competição e nas grandes empresas multinacionais demonstrou funcionar “muito bem” num contexto econômico expansivo, cuja finalidade principal e compartilhada era o crescimento da produção material, com a transformação deste contexto – como nos ensinam as ciências da complexidade – surgirão outras formas de organização econômica e social mais adequadas à nova situação. Num contexto de crescimento estagnado, a cooperação entre formas de organização econômica descentralizadas e em menor escala oferecerá melhores possibilidades de sucesso. Essas novas formas institucionais podem guiar o sistema para condições de sustentabilidade ecológica, maior equidade social e, envolvendo cidadãos e territórios, para uma maior democracia.
- 65 É claro que o objetivo da sustentabilidade ecológica pode ser também alcançado por meio de um processo diametralmente oposto: centralização econômica, maior polarização social e perda das liberdades democráticas. Como já é sabido, ambos os cenários preveem uma mudança da atual moldura institucional.
- 66 Concluindo – por mais que as relações se constituam, num certo sentido, a “moldura material”, onde se definirão as escolhas futuras – serão as dinâmicas sociais e, sobretudo, as representações imaginárias, que terão um papel crucial em determinar, entre os diversos cenários possíveis, qual será o caminho que a humanidade escolherá. O que já é claro, se a análise proposta até aqui for correta, é que as reformas brandas propostas pelas políticas de desenvolvimento sustentável não serão suficientes para superar a crise; será altamente necessária uma profunda revisão das condições ecológicas, sociais e culturais da produção da riqueza, em particular, nos países ricos. É isso que, fundamentalmente, entendemos por sociedade do decrescimento.

BIBLIOGRAFIA

Referências

- AMIN, S. *Au-delà du capitalisme sénile*. Paris: PUF, 2002.
- ANDERSON, P. W. More is different. In: *Science Magazine*, v. 117, p. 393-396, 1972.
- BARAN, P. A.; Sweezy, P. M. *Monopoly capital*. Harmondworth: Penguin, 1968.
- BATESON G. *Step to an ecology of mind*. New York: Ballantine, 1972.
- . *Mind and nature: a necessary unity*. New York: Button, 1979.
- BAUMAN Z. *Liquid life*. Cambridge: Polity Press, 2005.
- . *Consuming life*. Cambridge: Polity Press, 2007.
- BECK U. *Risk society: towards a new modernity*. London: Sage, 1988.
- . *World at risk*. Cambridge: Polity Press, 2009.
- BEINSTEIN J. *El largo crepúsculo del capitalismo*. Buenos Aires: Cartago, 2009.
- BERMAN M. *All that is solid melts in the air: the experience of modernity*. New York: Simon & Schuster, 1981.
- BONAIUTI M. (ed.). *Obiettivo decrescita*. Bologna: EMI, 2004.
- . (ed.). *From bioeconomics to degrowth. N. Georgescu-Roegen "new economics" in Eight Essays*. London and New York: Routledge, 2011.
- BOURDIEU P. *Distinction: a social critique of the judgement of taste*. Cambridge: Harvard University Press, 1984.
- BRUNE F. *De l'idéologie aujourd'hui*. Lyon: Parangon, 2005.
- CAILLE A. *Anthropologie du don. Le tiers paradigme*. Paris: La Découverte, 1998.
- CASTORIADIS, C. *The imaginary institution of society*. Cambridge (MA.)/Oxford: Polity Press/Blackwell, 1987.
- . *A society adrift - Interviews and debates 1974-1997*. New York: Fordham University Press, 2005.
- CHAMBERS N.; SIMMONS C.; WACKERNAGEL M. *Sharing nature's interest*. London: Earthscan, 2000.
- D'ARCY THOMPSON, W. *On growth and form*. Cambridge: Cambridge University Press, 1961.
- DIENER E.; LUCAS, R. E.; NAPA SCOLLON, C. Beyond the Hedonic Treadmill: Revising the Adaptation Theory of Well-Being. In: *American Psychologist*, v. 61, p. 305-314, 2006.
- ; SUH, E. M. Measuring quality of life: economic, social and subjective indicators. In: *Social Indicators Research*, v. 40, p. 187-216, 1997.
- ; BISWAS-DIENER, R. Will Money increase subjective Well-being? *Social Indicator Research*, v. 57, n. 2, p. 119-169, 2002.

- DORE, R. Financialisation of the global economy. *Industrial and Corporate Change*, n. 17, Oxford Journals, 2008.
- DUMONT L. *Homo hierarchicus: the caste system and its implications*. Chicago: George Weidenfeld and Nicholson Ltd and University of Chicago Press, 1970.
- . *Essays on individualism*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1986.
- EASTERLIN R. A. Does economic improve the human lot? Some Empirical Evidence.
- In: DAVID, P. A.; MELVIN, W. R. (eds.). *Nations and households in economic growth: essays in honour of Moses Abramowitz*. New York: Academic Press, 1974, p. 89-125.
- . Income and happiness: toward a unified theory. *Journal of Happiness Studies*, v. 2, p. 1-12, 2001.
- FOTOPOULOS T. *Towards an inclusive democracy*. London/New York: Cassell/Continuum, 1997.
- FREY, B. S.; STUTZER, A. *Happiness and economics*. How the Economy and Institutions Affect Well-being. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2002.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. The Entropy Law and the Economic Problem. In: *From bioeconomics to degrowth*. London/New-York: Routledge, 2011 (1971a).
- . *The entropy law and the economic process*. Cambridge: Harvard University Press, 1971b.
- GODBOUT J. T.; CAILLÉ A. *The world of the gift*. Montreal: McGill-Queens University Press, 1998.
- GOULD S. J. *The flamingo's smile*. New York: W. W. Norton, 1985.
- HALDANE J. B. S. *The causes of evolution*. Ithaca N.Y: Cornell University Press, 1935.
- HAMILTON J. D. *Causes and consequences of the oil shock 2007-2008*. Research paper at: <<http://weber.ucsd.edu/jhamilto/2009>>.
- HARVEY D. *The condition of post-modernity*. New York: Blackwell, 1990.
- HIRSCH F. *Social limits to growth*. London: Routledge, 1976.
- HOLLAND, J. H. *Emergence: from chaos to order*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- ILLICH I. *Tools for conviviality*. New York: Harper & Row, 1973.
- JAMESON F. The politics of theory: ideological positions in the postmodernism. *New German Critique*, n. 33, p. 53-65, 1984.
- . *Postmodernism: or the cultural logic of late capitalism*. Durham, NC: Duke University Press, 1991.
- KAHNEMAN D.; TVERSKY A. *Choices, values and frames*. New York, Cambridge University Press, 2000.
- KENNY C. Does growth cause happiness, or does happiness cause growth? *Kyklos*, v. 52, n. 1, p. 3-25, 1999.
- LAKOFF, G. *The political mind*. New York: Viking Penguin, 2008.
- LANE, D. et al. (eds.). *Complexity perspectives in innovation and Social change*. Berlin: Springer-Verlag, 2009.
- LATOUCHE, S. *La planète des naufragés*. Essai sur Taprès développement. Paris: La Découverte, 1991.
- . *Survivre au développement*. Paris: Fayard, 2004.
- . *Lepari de la décroissance*. Paris: Fayard, 2006.
- . *Farewell to growth*. New York: Wiley, 2009.

- LUTTWAK, E. O fim do sonho. *Il Resto del Carlino*, 2 ago. 2011.
- LYOTARD, J. F. *La condition postmoderne: rapport sur le savoir*. Paris: Minuit, 1979.
- MADDISON, A. *Growth and interaction in the world economy*. Washington D.C.: The AEI Press, 2005.
- . Statistics on world population, GDP and per capita GDP. 1-2006. <<http://www.ggdc.net/maddison>>. 2009.
- MARTÍNEZ-ALIER, J. *The environmentalism of the poor*. Northampton: Edward Elgar, 2002.
- MAUSS, M. *The gift: forms and functions of exchange in archaic societies*. London: Routledge, 1990 (1922).
- MEADOWS D. H.; MEADOWS L. D.; RANDERS J. *Limits to growth: the 30-year update*. White River Jct.: Chelsea Green/Earthscan, 2004.
- PARTANT F. *La fin du développement*. Paris: La Découverte, 1982.
- PIKETTY T. *L'économie des inégalités*. Paris: La Découverte, 2002.
- PIKETTY, T.; SÁEZ, E. Income Inequality in the United States, 1913-1998. *Quarterly Journal of Economics*, v. 118, n. 1, p. 1-39, 2003.
- POLANYI K. *The great transformation*. New York: Holt, Rinehart & Winston Inc., 1944.
- RIST G. *Le développement*. Histoire d'une croyance occidentale. Paris: Presses de la Fondation nationale des Sciences politique, 1996.
- SACHS, W. et al. *Fairfuture*. Resource conflicts, security, and global justice. London: Zed Books, 2007.
- SCHUMACHER E. F. *Small is beautiful: a study of economics as if people mattered*. New York: Harper & Row, 1973.
- SHIVA V. *Staying alive: women, ecology and survival in india*. London: Zed Books, 1988.
- TAINTER J. *The collapse of complex societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- UNDP. Human Development Report, Deepening Democracy in a Fragmented World. <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2002>>.
- VERNADSKY, V. I. The biosphere and the noosphere.: *American Scientist*, xxxiii, 1, 1945.
- WALLERSTEIN, I. Capitalism's Demise. *The Asia-Pacific Journal*, feb. 2009.
- WILKINSON R.; PICKETT, K. *The spirit level: why more equal societies almost always do better*. Harlow: Allen Lane, 2009.

NOTAS

45. Para uma breve introdução à complexidade, com referência aos temas aqui tratados, ver Bonaiuti (2011).
46. A população cresceu 2,9 vezes na Europa no mesmo período (de 133 a 392 milhões de habitantes), 30,9 vezes na América do Norte (de 11 a 340 milhões) e 6,1 vezes em nível global (de 1 a 6,1 bilhões). Não obstante o forte incremento da população, a renda *per capita* cresceu desde 1820 até hoje, numa média de 1,2 ao ano, isto é, 24 vezes mais rápido que as estimativas relativas ao período de 1000-1820 (Maddison, 2005).
47. Modelos mais recentes tentaram remediar esta carência evidente (teoria do crescimento endógeno, Romer 1986), considerando o papel que o capital humano e o conhecimento assumem

ao explicar o crescimento. Também nesta tipologia de modelos, todavia, a escola neoclássica evita, cuidadosamente, considerar as mudanças estruturais e as emergências associadas às diversas mudanças de escala.

48. Estas mudanças foram tão significativas que alteraram a própria estrutura do sistema económico, se excetua a continuidade representada pela dinâmica do crescimento/acumulação/ inovação. Poder-se-ia concluir, invertendo o raciocínio, que para manter esta continuidade de processo (e de fins), tudo foi transformado.

49. "According to ASPO specialist, following 15 different models 95% of the predictions see a production peak between 2008 and 2010 at 77.5-85.0 Million of barrels per day". Ver: <<http://www.theoil Drum.com>>.

50. Autodeterminação, autoinstituição explícita, este é o significado do que entendemos por autonomia. Ivan Illich (1973) preferia a expressão convivência, mas a ideia de fundo não era diferente: a sociedade de convívio é a sociedade que mantém o controle dos próprios instrumentos, que decide como e o que produzir, sem delegar a decisão a especialistas ou a representantes.

AUTOR

MAURO BONAIUTI

Fundador e animador da Associação para o Decrescimento na Itália. Há publicado *La teoria bioeconomica*, Carocci (2001); uma coletânea de textos de N. Georgescu-Roegen, *Bioeconomia, Verso un'altra economia ecologicamente e socialmente sostenibile*. Bollati Boringhieri (2003) e o volume *Obiettivo decrescita*, EMI (2004). Recentemente organizou o volume: *From Bioeconomics to Degrowth*, Routledge, London New-York, 2011. Ensinou nas Universidades de Bologna, Modena e Torino. E-mail: mauro.bonaiuti@unibo.it

Decrescer crescendo

José Eli da Veiga e Liz-Rejane Issberner

Introdução

- 1 A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (“UNCSD-2012” ou “Earth Summit 2012”)⁵¹ foi convocada para estabelecer um compromisso político global que incluía “desafios novos e emergentes”, principalmente sobre a “economia verde”. Decorrencia da “Green Economy Initiative” (GEI),⁵² lançada em 2008 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep) com o objetivo de apoiar governos na formulação de políticas de incentivo à adoção de tecnologias limpas, energias renováveis, manejo de recursos naturais e de resíduos, novas práticas agrícolas etc. Iniciativa que logo fez emergir a “Green Economy Coalition” (GEC),⁵³ uma frente de treze organizações internacionais de consumidores, trabalhadores, empresários, ambientalistas e pesquisadores.
- 2 GEI e GEC entendem que “economia verde” será aquela que, além de se tornar justa e resiliente, também consiga melhorar a qualidade de vida de todos dentro dos limites ecológicos deste planeta. O grande problema é saber se tão nobre objetivo poderia ser atingido pelo que tem sido chamado de “crescimento verde” ou, se, ao contrário, exigirá “decrecimento” (com ou sem transição pela “condição estável”).
- 3 Essa é a contradição abordada neste capítulo, que termina por alinhar-se a uma das principais teses da mais recente obra de Edgar Morin (2011): será preciso simultaneamente crescer e decrescer, exigência que inspirou o título “decrescer crescendo” para este capítulo, que tem mais dez seções.
- 4 Começa lembrando que o crescimento já está sendo visto como um dos principais dilemas das sociedades que mais avançaram (2), o que impõe considerações sobre a ilusão embutida na noção de “ecoficiência” (3), assim como sobre o equívoco da maneira escolhida para a contabilização das emissões de carbono (4), particularmente no que se refere ao efeito “bumerangue” ou “rebote” (*rebound effect*), que contradiz um ingênuo entusiasmo com o “descasamento” (*decoupling*) (5). Em seguida, procura mostrar as origens do processo de intensificação do crescimento (6), para discutir a lógica da

macroeconomia (7), destacando os problemas relacionados ao emprego e ao consumo (8). Depois aborda os avanços mais recentes do processo de superação do PIB como medida de crescimento e os impasses relativos ao eventual abandono do crescimento como prioridade das políticas econômicas (10), concluindo, então, sobre a inevitabilidade de decrescer crescendo (11).

O dilema

- 5 A tese de que a sustentabilidade do desenvolvimento é incompatível com a neurose obsessiva pela manutenção do crescimento económico emergiu no âmbito científico a partir de 1966, nas contribuições simultâneas de Kenneth Boulding (1910-1993) e de Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994). Em 1973 foi reformulada por Herman Daly (1938-) na proposta de condição estável (“steady State”). Uma tese que até há pouco só interessava a um pequeno grupo de economistas ecológicos, mas que ultimamente passou a ter bem maior audiência devido a dois livros e um circunstanciado relatório. Uma boa trilogia sobre a cegueira da macroeconomia no tocante à sustentabilidade: *Managing without growth* (Victor, 2008), *Prosperity without growth* (Jackson, 2009) e *A scoping study on the macroeconomic view of sustainability* (Pollitt et al. 2010).⁵⁴
- 6 Entretanto, esse dilema do crescimento não é reconhecido pelos economistas mais convencionais. Recorrem à noção de “descolamento” (*decoupling*) para afirmar que reconfigurações dos processos produtivos e mudanças na própria concepção de bens e serviços fazem com que eles exijam cada vez menos transformação de insumos materiais e energéticos. Isto é, que se tornem cada vez menos dependentes do que pode ser chamado de “transumo” material em tradução literal do termo inglês “throughput”.
- 7 Talvez não tenha surgido melhor ilustração desse tipo de raciocínio do que o trabalho de uma comissão formada por 18 sumidades de 16 países, sob a liderança de Michael Spence, Robert Solow e Danny Leipziger: *The Growth Report – Strategies for Sustained Growth and Inclusive Development*, publicado em meados de 2008 pelo Banco Mundial, conhecido como “Relatório Spence”.
- 8 Essa comissão propõe que o mundo se mire no exemplo de 13 países que, desde 1950, conseguiram que seus PIB crescessem a uma taxa média igual ou superior a 7% em período de ao menos 25 anos: Botsuana, Brasil, China, Hong Kong, Indonésia, Japão, Coreia, Malásia, Malta, Omã, Cingapura, Taiwan e Tailândia. Sem sequer discutir se poderia ser possível para o conjunto aquilo que foi possível para algumas de suas partes-caindo assim na conhecida falácia da composição-esse relatório pretende que o PIB mundial possa mais do que quintuplicar (aumentar 5,4 vezes) em um quarto de século.
- 9 Isso não quer dizer que sejam liminarmente ignorados problemas como o do aquecimento global, ou do aumento relativo dos preços de alimentos e energéticos. Na quarta parte do documento eles são considerados, junto com as revoltas contra a globalização, mas tudo amalgamado como “novas tendências globais” que seriam inteiramente exógenas. Em outras palavras, nada teriam a ver com o próprio crescimento económico. Nem mesmo a dificuldade de reduzir emissões de gases de efeito estufa chega a ser considerada nesse cenário de multiplicação do PIB mundial por 5,4 em um quarto de século.
- 10 Uma pergunta é aqui inevitável: o que faz com que essas 18 altas autoridades em ciência económica imaginem que aumentos do PIB não tenham custos socioambientais? E a principal resposta resulta do já mencionado raciocínio, que também é dos mais falaciosos:

o “*decoupling*”. Como em um dólar de PIB é consistentemente declinante a participação relativa de recursos como petróleo e minérios, deduz-se que não existam limites naturais ao crescimento econômico.⁵⁵ Tal raciocínio é duplamente inconsistente, pois, por um lado, ignora que continua a aumentar o fluxo de recursos naturais que atravessa a economia, mesmo que diminua no PIB seu peso monetário relativo. E, por outro, ignora que o valor é sempre acrescentado pelos humanos, mediante sua força e meios que criam para produzir (trabalho e capital), o que inclui evidentemente conhecimento e inteligência. Raciocina-se como se fosse possível a criação de valor adicionado sem uma coisa à qual ele se adicione, em geral recursos naturais.

Ecoeficiência

- 11 O que mais interessa em termos de sustentabilidade ambiental é a comparação do tamanho da economia à sua base ecossistêmica. Em outras palavras, saber se com desmaterialização da produção e maior eficiência energética será resolvido o problema elementar da existência de limites naturais à expansão do subsistema econômico.
- 12 As evidências contrariam a tese convencional, mesmo em casos nos quais o descolamento tem se mostrado até espetacular. E talvez não haja melhor ilustração do que a própria “intensidade-energética” da economia global.⁵⁶ Isto é, a quantidade de energia primária por unidade de produto. Em queda contínua há décadas, ela é hoje um terço menor do que era em 1970. Fenômeno que foi três vezes mais rápido nos países da OCDE. Aliás, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha a atual intensidade energética é 40% inferior à de 1980. Como consequência, essa maior eficiência no uso dos recursos energéticos também engendrou quedas de intensidade-carbono.
- 13 A “intensidade-carbono” de cada economia é a quantidade de emissões de dióxido de carbono (provenientes apenas do uso de energias fósseis)⁵⁷ por unidade de produto (inevitavelmente o PIB). Ela costuma ser medida pelo peso (em toneladas métricas), de dióxido de carbono (CO₂) de origem fóssil emitido para cada mil dólares de PIB de 2000, em paridade de poder de compra.⁵⁸ Por isso, as cifras costumam aparecer em tonCO₂/mil us\$. Mas fica muito mais simples dividir tudo por mil para poder expressá-las em gramas (ou quilos) por dólar.
- 14 No período 1980-2006, essa intensidade-carbono caiu mais do que um terço no clubinho dos países considerados desenvolvidos. De pouco mais de 600 gramas por dólar (g/\$) para pouco menos de 400. Isso não vale para alguns sócios cuja decolagem foi muito tardia. Como Portugal, por exemplo, que em 1980 tinha baixíssima intensidade – 239 g/\$ – e a aumentou para 323 em 2006, ou Grécia, onde ela passou de 347 para 409 g/\$, mas com a notável exceção da Espanha, onde caiu de 417 para 357 g/\$.
- 15 Os melhores desempenhos ocorreram em minúsculas e privilegiadíssimas nações, como Luxemburgo, onde a intensidade despencou de 1,3 kg/\$ para apenas 424 gramas/\$ (-67%). Ou na recordista Suíça, onde ela já era das mais baixas em 1980 – 289 g/\$-e ainda diminuiu muito, chegando a 183 g/\$ em 2006 (-37%). Todavia, houve excelentes desempenhos em economias maiores e mais complexas. Reino Unido e França tiveram cortes de 50%, de 631 para 313 g/\$, e de 484 para 241 g/\$, respectivamente. Seguidas por reduções superiores a 40% na Dinamarca, Irlanda, Finlândia, EUA e Bélgica. Quedas menores, mas próximas da média do clube (um terço) ocorreram no Canadá, Noruega, Holanda e Japão.

- 16 Evidentemente, foram bem mais díspares as trajetórias dos países do segundo mundo, ditos emergentes. O principal destaque é a China, com queda de intensidade simplesmente espetacular. Ela era a lanterna em 1980, mas teve a segunda maior descarbonização do mundo, só perdendo para a do ano Luxemburgo. Foi de 65%, caindo da terrível marca de 3,1 para 1,1 kg/\$. Também houve quedas bem significativas, mesmo que inferiores, no Chile, México, Indonésia e até na Índia.
- 17 No extremo oposto, a pior evolução foi a da África do Sul, que já tinha uma das mais altas intensidades em 1980, e ela ainda subiu. Em 26 anos passou de 1,5 kg para 1,7 kg (+ 13%). Trajetória seguida pelos exportadores de petróleo, como o Irã, com pulo de 115%: de 403 para 866 g/\$. Ou o Iraque, com salto triplo de 213%: de 480 g/\$ para 1,5 kg/\$. No Brasil, a intensidade subiu tanto quanto na África do Sul (+ 13%), mas de um patamar inicial muitíssimo inferior: de 237 g/\$ para 268 g/\$.

Pegada de carbono

- 18 As cifras acima foram contabilizadas a partir das emissões de carbono decorrentes da atividade produtiva interna dos respectivos países. Embora relevante como indicador de ecoeficiência, a diminuição das emissões de CO₂ nos países considerados desenvolvidos pode mascarar um processo de transferência (ou “externalização”): a substituição da atividade produtiva interna de alto impacto ambiental, pela importação de bens e serviços derivados desse tipo de processo produtivo. Os indicadores poderiam apresentar resultados bem distintos no desempenho comparativo dos diferentes países se, em vez de contabilizar os gases estufa nos países emissores, a contabilização fosse efetuada nos países em que ocorreu o consumo final.
- 19 Há muito tempo, o fluxo internacional de mercadorias segue um mesmo padrão: matérias-primas de origem mineral e agrícola, procedentes dos países emergentes e periféricos, são importadas pelos países mais avançados. Os países industrializados importam cerca de dois terços de toda a matériaprima comercializada internacionalmente. Isso significa que para abastecer esses mercados, os países exportadores de matérias-primas dilapidam suas reservas não renováveis e arcam com os danos ambientais decorrentes do processo de transformação de recursos naturais e produtos primários, bem na etapa inicial de agregação de valor das cadeias produtivas, onde as emissões são maiores e os impactos ambientais mais importantes. Ademais, os produtos primários, de forma geral, requerem uma grande quantidade de água, seja na atividade agropecuária, seja na extração de minérios, levando os especialistas a alertarem para a exportação de “água virtual” embutida na comercialização desses produtos, o que configura um custo ambiental não considerado no valor da produção final.
- 20 Um sistema de contabilização das emissões de carbono no país de destinação final dos produtos, onde são efetivamente consumidos, é bem mais complexo, segundo o PNUD (2011), pois implica rastrear e valorar os custos ambientais diretos, inclusive os de transporte de mercadorias e, indiretos, de toda a cadeia produtiva. Porém, esse sistema tem a vantagem de permitir o estabelecimento de bases mais efetivas e realistas na definição de responsabilidades entre produtores e consumidores de bens e serviços derivados de processos produtivos intensivos na emissão de gases estufa, o que é particularmente relevante nas negociações internacionais visando ao combate do aquecimento global. A medida do descolamento dos países mostra a dificuldade de se lidar

com uma lógica planetária, que é a que importa quando se trata de combater problemas como o do aquecimento global.

- 21 Uma das maiores aberrações do Protocolo de Kyoto foi a legitimação de uma espécie de totalitarismo produtivista. Desde 1997, a responsabilidade de cada nação pelo aumento do aquecimento global vem sendo exclusivamente avaliada pelas emissões de gases estufa de seu sistema produtivo.
- 22 O protocolo solenemente ignorou a existência do comércio internacional. Uma questão que até poderia ser pouco relevante se não houvesse discrepância significativa entre as quantidades de emissões contidas nas importações e exportações de cada país. Isto é, se fossem equilibrados os “balanços de emissões embutidas no comércio internacional” (BEET na sigla em inglês). Todavia, além da histórica heterogeneidade decorrente da “divisão internacional do trabalho”, o próprio Protocolo contribuiu para o aumento das disparidades ao obrigar apenas países de industrialização mais antiga a reduzir suas emissões de gases de efeito estufa.⁵⁹
- 23 Foram assim criadas duas distorções das mais funestas. Por um lado, o incentivo para que sejam consolidados e promovidos os modos de consumo das sociedades mais ricas, por mais influência que eles possam ter no aquecimento global. Por outro, o estímulo para que as atividades produtivas mais intensivas em carbono tendam a migrar para países sem restrições de emissão, um efeito logo cunhado de vazamento de carbono (“*carbon leakage*”).
- 24 Não é fácil apresentar evidências empíricas robustas que confirmem os estragos já provocados por esses dois tipos de estímulo. Até porque a União Europeia não demorou em alterar as regras de seu mercado de carbono (EUETS) com o objetivo explícito de inibir esses vazamentos em setores como os de ferro, aço e cimento. Mesmo assim, já existe razoável número de estudos que permitem ao menos ilustrar as injustiças socioambientais causadas pelo aumento das importações pelos países centrais de produtos de alto teor de carbono provenientes de países emergentes e periféricos.
- 25 É verdade que, só aumentaria um quinto a responsabilidade por emissões de dióxido de carbono dos países da OCDE se o critério fosse consumo em vez de produção. Mas essa é uma diferença que se concentra em meia dúzia de nações. Em 2000, as emissões de CO₂ do consumo no Reino Unido eram 37% superiores às da produção. Na França 35%, na Itália 30%, no Japão 27%, na Alemanha 18% e nos EUA 15%. Evidentemente, eram as emissões de CO₂ contidas nas exportações líquidas do resto do mundo que fechavam essa conta. E ainda mais concentradas, pois apenas dois países tinham déficits de grandezas semelhantes: a Rússia com -39% e a China com -13%.
- 26 Todavia, é preciso ressaltar que, além de não considerarem outros gases estufa importantes – como metano e óxido nitroso – esses cálculos não incluem as emissões de desmatamentos e queimadas, classificadas como “Setor Mudança no Uso da Terra e Florestas”. O que inviabiliza o uso de resultados obtidos para nações altamente florestais, como Brasil e Indonésia. Basta lembrar que no Brasil apenas 24% das emissões de CO₂ de 2005 eram provenientes dos “demais setores”, e que mesmo para o conjunto dos gases estufa essa proporção não passava de 42%.
- 27 De qualquer forma, a responsabilidade da China pelas emissões de CO₂ em 2006 poderia diminuir 30% se o critério fosse consumo em vez de produção. Essa foi a conclusão de uma pesquisa específica.⁶⁰ Mais: a taxa de crescimento anual das emissões chinesas de CO₂ no período 2001-2006 não seria de 12,5%, e sim de 8,7%. O que levou os autores a concluir que

o aumento de emissões na transição do país para uma sociedade de consumo não estaria sendo superior, mas sim inferior, à taxa média de crescimento da renda real.

- 28 O mais interessante, contudo, é que, além de estimativas sobre emissões de carbono contidas no *import-export*, a abordagem baseada no consumo também começa a ter seu desdobramento natural no cálculo das pegadas de carbono (“*carbon footprint*”). Em 2001, todos os países centrais tiveram pegadas *per capita* superiores a 10 toneladas em equivalentes de dióxido de carbono (tCO₂e/p). Mais do que o dobro no Canadá, na Austrália e em Cingapura. E o triplo nos EUA, em Hong Kong e em Luxemburgo. No extremo oposto, a pegada *per capita* ficou próxima de apenas uma tonelada em países muito pobres, como o Malawi, Uganda, Moçambique e Bangladesh.
- 29 Seguir essas pegadas também leva a algumas descobertas surpreendentes sobre as responsabilidades nacionais. Nem um pouco sobre o maior vilão, os EUA, com seus quase 8 milhões tCO₂e. Mas sim sobre o fato de a pegada da China ser metade da americana, e as da Índia e do Japão menos de um quarto.
- 30 Como não foram incluídas as emissões dos desmatamentos, o Brasil só surgia em nono lugar, com menos de um décimo da pegada americana. E com menos que Rússia, Alemanha, Reino Unido e França. No entanto, se essa pegada se aproximasse dos mais de 2 milhões tCO₂e de 2000, reveladas pelo inventário nacional divulgado no final de 2009, o Brasil correria o risco de ocupar o terceiro lugar, entre a China e a Índia.

Bumerangue

- 31 Para se avaliar o “descolamento” entre crescimento e uso de recursos naturais, o mais importante, todavia, é distinguir o efeito relativo do absoluto. Em termos globais, no período de 1980-2006, o declínio da intensidade-carbono foi da ordem de um quarto. O CO₂ emitido por uso de energias fósseis por dólar de PIB caiu de pouco mais de um quilo para 770 gramas.⁶¹
- 32 O problema é que esse óbvio descolamento em relação ao crescimento das economias não quer dizer que tenha havido redução, ou mesmo estabilização, das emissões. Muito pelo contrário, a descarbonização foi apenas relativa, pois, como se sabe, não resultou em movimento com direção ao baixo carbono em termos absolutos. As emissões globais oriundas do uso de energias fósseis são hoje 60% superiores às de 1980 e 80% às de 1970. Pior: são 40% superiores às de 1990, o ano base do Protocolo de Kyoto. E a partir de 2000 voltou a aumentar muito o uso de carvão, o pior do trevo fóssil que ele forma com o petróleo e o gás.
- 33 Um problema gravíssimo, que está longe de se restringir à questão do aquecimento global, o descolamento relativo acompanhado de aumento da pressão absoluta pode ser constatado em muitos outros tipos de pressão sobre os recursos naturais. Trata-se, portanto, de uma questão crucial: de desmaterialização sem alívio ecossistêmico.
- 34 A falta de correspondência entre as evoluções absolutas e relativas do uso de recursos naturais é ainda mais chocante para os metais. Nos casos do cobre e do níquel, nem é possível constatar descolamento. E, recentemente, ele também deixou de ocorrer com o ferro e com a bauxita. A extração desses quatro metais primários tem aumentado mais que a produção global de mercadorias. E ainda pior é o panorama do lado dos minerais não metálicos. A produção de cimento mais do que dobrou desde 1990, ultrapassando em 70% o crescimento econômico global medido pelo PIB.

- 35 Muitos dos entusiastas do descolamento acham que o crescimento não é apenas compatível com os limites ambientais. Pensam inclusive que ele é imprescindível para que ocorra essa compatibilização, já que induz a eficiência tecnológica. A maior fraqueza dessa ideia está em considerar apenas as vantagens das inovações tecnológicas, baseadas na ciência, sem levar em conta os dois outros fatores que mais contribuem para o impacto ambiental das atividades humanas: o tamanho da população e seu nível de afluência, ou capacidade de consumo. A inovação pode gerar um descolamento relativo, mas é incapaz de também reduzir a pressão absoluta sobre os recursos naturais sempre que seus efeitos se associam com o aumento populacional e de seus níveis de consumo. É “a questão da escala”, expressão com a qual se costuma caracterizar esse fenômeno.
- 36 Quando a eficiência superar a questão da escala haverá sustentabilidade ambiental. No entanto, em 1990 a intensidade carbono da economia global era de 860 gramas de dióxido por dólar de produto e a população atingira 5,3 bilhões, com uma renda média de 4.700 dólares. Isso fazia com que a emissões globais de dióxido de carbono fossem de 21,7 bilhões. Por que teriam saltado em 2007 para 30 bilhões, se a intensidade caíra para 760 gramas? Porque a população mundial subira para 6,6 bilhões e a renda per capita para 5.900 dólares.
- 37 O descolamento não se traduz em menor pressão absoluta sobre os recursos naturais por causa do “*rebound effect*”, o efeito “bumerangue”, de “rebote”, ou “de ricochete”. A poupança obtida com aumento de eficiência energética tende a ser empregada no consumo de outros bens e serviços com custos energéticos que podem até provocar um jogo de soma zero, situação descrita como “ tiro pela culatra ” (“*backfire*”). Basta pensar, por exemplo, em uma economia feita com a aquisição de um carro flex que viabilize a compra de mais uma viagem aérea, fazendo com que a redução das emissões proporcionadas por um carro mais ecoeficiente seja anulada com a viagem aérea, cuja passagem foi adquirida graças às economias realizadas na aquisição do carro flex.⁶² Finalmente, mas não menos relevante, é registrar que o importante relatório do PNUMA intitulado “*Decoupling*” abordou o efeito “bumerangue” sem conseguir disfarçar o ambíguo incômodo que ele necessariamente deve causar aos entusiastas do “crescimento verde” (UNEP, 2011, p. 64-70).
- 38 A hipótese de que já teria ocorrido descolamento absoluto em âmbito nacional foi defendida pela primeira vez em outubro de 2011⁶³ em trabalho de Chris Goodall intitulado *Peak Stuff: Did the UK reach a maximum use of material resources in the early part of the last decade?* Mostra que no período 2001-2003 houve ápice da utilização de recursos (biomassa, minerais e combustíveis fósseis). Nos anos subsequentes, houve, ao contrário, nítida desmaterialização da economia do Reino Unido. Segundo Goodall, “o crescimento econômico não é, necessariamente, incompatível com sustentabilidade. De fato, o PIB cresce porque ele traz progresso tecnológico, que está correlacionado com o uso mais eficiente dos recursos” (Goodall, 2011, p. 23).
- 39 Os resultados desse inédito levantamento alimentam esperanças, mas também críticas como, por exemplo, a falta de garantias de que “o descolamento” corresponde, de fato, a uma tendência de longo prazo e não apenas a um episódio isolado decorrente de situações específicas. Os resultados são também acolhidos com alguma reserva em razão de se limitarem a um único país.
- 40 Mesmo assim, é forçoso reconhecer que a tese dos economistas ecológicos sobre “o dilema do crescimento” (Jackson, 2009, p. 49-66), será fortemente abalada se outros países

avançados vierem a confirmar essa possibilidade de descolamento absoluto. Nesse caso, a sustentabilidade global iria depender muito mais das probabilidades de generalização de tal tendência do que de uma progressiva transição à “prosperidade sem crescimento”. É cedo demais, contudo, para que se possa admitir a consistência da hipótese de descolamento absoluto.

A intensificação do crescimento

- 41 Se mesmo as economias mais ecoeficientes continuam a aumentar a pressão sobre os recursos naturais, só pode ser por causa de um aumento de seu tamanho que mais do que compensa os ganhos obtidos pelo descolamento relativo. Em termos mais diretos: por causa do crescimento dessas economias. Não basta que o impacto sobre os recursos diminuam em relação ao PIB; com a expansão da economia esses impactos mesmo relativamente menores, aumentam em termos absolutos. O dito “crescimento verde” não diminuirá as pressões sobre a biosfera.
- 42 Quando se procura as origens mais remotas do crescimento econômico, dificilmente se pode encontrar uma explicação mais razoável do que o aumento da população. Sem necessidade de garantir a subsistência de mais e mais pessoas, não compensava fazer o esforço suplementar necessário ao aumento da produção alimentar. Essa é uma conclusão que se baseia tanto em evidências arqueológicas, quanto em observações antropológicas de comunidades que nunca experimentaram significativos incrementos da densidade demográfica. Durante a maior parte da história da humanidade, a adoção das técnicas necessárias ao aumento dos suprimentos alimentares sempre exigiu uma carga suplementar de trabalho que era proporcionalmente superior ao aumento do produto. Assim, havia mais estímulo para que a comunidade não sacrificasse o tempo consagrado às demais atividades (de não trabalho ou de lazer), o que exigiu a divisão dos agrupamentos humanos nos movimentos de migração que levaram à adaptação da espécie a uma imensa variedade de ecossistemas. Por isso, demorou muito para que surgissem os primeiros focos de vida sedentária, o que dependeu não somente da capacidade de domesticar plantas e animais, como da adoção de técnicas agrícolas e pecuárias que exigiam muito mais tempo de trabalho sem aumento proporcional do abastecimento alimentar.⁶⁴
- 43 Diz-se que é de caráter extensivo esse crescimento econômico baseado em aumento de produção alimentar que acompanha o aumento da população, pois nele não chega a haver aumento da produtividade do trabalho. Ou seja, tende a não haver aumento da razão entre o produto e o esforço exigido para obtê-lo. Ao contrário do crescimento econômico moderno, chamado de intensivo porque essencialmente baseado no aumento da produtividade. Isso não significa que o crescimento intensivo nunca tenha ocorrido nos muitos milênios que antecederam a era moderna, mas sim que era episódico. Os surtos de crescimento intensivo do longo período pré-moderno deram origem exatamente àquilo que se classifica e se estuda como as grandes civilizações da antiguidade e da época medieval.⁶⁵
- 44 Com a obtenção de firmes e constantes aumentos da produtividade do trabalho, a propensão das sociedades ao crescimento econômico passou a estar muito mais vinculada ao anseio por melhores condições de vida, do que à simples expansão demográfica. Um anseio que foi batizado de “progresso material” muito antes que tenham surgido as

expressões crescimento económico e desenvolvimento. Por isso, não demorou o início do debate sobre a diferença entre a noção de desenvolvimento e de crescimento do produto bruto (nacional ou apenas interno) que, rapidamente, foi se tornando a bússola de todas as nações. E se o PIB *per capita* acabou emergindo como o indicador preferido, foi apenas porque uma opção muito melhor, como o PNL (Produto Nacional Líquido), envolvia sérios obstáculos para os cálculos estimativos das amortizações, sem que apresentasse evolução discrepante. Por que complicar, se eram praticamente idênticas as variações do nacional líquido e do interno bruto?

- 45 Mais de uma centena de nações têm se mostrado incapazes de obter crescimento económico, mesmo o de tipo extensivo, que ao menos atenda às necessidades básicas de populações que nas próximas décadas continuarão a aumentar a taxas bem elevadas. No extremo oposto, encolhem as populações das duas ou três dezenas de países que mais tiveram crescimento intensivo no século passado, e que hoje exibem PIB *per capita* de mais de 25 mil dólares, ou IDH superior a 0,930. E, no meio, há ainda um bloco intermediário formado por cinco ou seis dezenas de nações em ascensão, nas quais inevitavelmente se reproduzem, ou são até exacerbados, os impactos negativos do crescimento intensivo. Basta seguir, por exemplo, as emissões totais de carbono da China, Índia, Brasil, Indonésia, África do Sul e outros grandes emergentes do segundo mundo.

A lógica da macroeconomia

- 46 Foi somente no ano de 1950 que o crescimento económico virou objetivo supremo das políticas governamentais. Nas décadas anteriores tudo estivera voltado para o “pleno emprego”. Mas ao longo dos anos 1940 alguns expoentes do keynesianismo haviam demonstrado de forma convincente que esse objetivo dependia do crescimento do produto nacional. Algo que mal começara a ser medido, pois o sistema de contas nacionais também foi fruto das circunstâncias da II^a Guerra Mundial.⁶⁶
- 47 Os modelos de crescimento convencionais baseiam-se num processo interdependente de aumento da produção de bens, em que o aumento da produção gera capacidade de consumo, que faz aumentar a produção e, assim, sucessivamente, como num *perpetuum mobile*. Acionar esse motor de crescimento tem sido o principal objetivo dos países por algumas décadas devido aos seus efeitos sobre o aumento de riqueza (medida pelo PIB) e a geração de emprego.
- 48 Os economistas convencionais tentam ignorar a dependência do sistema económico em relação à biosfera. No entanto, a atividade económica dela extrai recursos e a ela os devolve, ao longo e, no fim, do processo produtivo, na forma de resíduos, poluição, lixo etc. Victor observa que “economias são sistemas abertos, mas que existem dentro e dependentes do planeta Terra, que é um sistema fechado” (Victor, 2008, p. 28). O atrelamento da economia ao crescimento continuado só pode resultar de uma percepção equivocada de que a economia é ela mesma um sistema fechado.
- 49 Com base em tal concepção, o funcionamento do sistema económico determina que a escassez de um recurso sinaliza para o mercado a diminuição correspondente da oferta, o que faz com que demanda e oferta passem a se equilibrar num nível de preços mais elevado do que antes dessa escassez. O aumento de preço tenderia a estimular os investimentos de modo a aumentar a produção e, por conseguinte, os lucros. Assim, uma quebra de safra e o consequente aumento dos preços incitariam os agricultores a

plantarem mais, da mesma forma que um desabastecimento de matéria-prima usada na produção de veículos, poderia diminuir a oferta desses bens, o que aumentaria o seu preço, atraindo, assim, investimentos na produção de mais veículos no período seguinte.

- 50 Sob essa lógica, a escassez de um recurso natural sinalizaria para o mercado a informação de que o seu preço deveria aumentar. Mas como a biosfera fica fora desse sistema e não é um agente económico, a oferta do recurso natural não irá aumentar no período seguinte. Não estando submetidos às leis de mercado, os recursos naturais simplesmente continuarão a ser extraídos, até o ponto em que a exploração se torne antieconômica ou que os recursos se esgotem. Em algum tempo, essa lógica equivocada não poderia levar a outra coisa que não à gradativa escassez e extinção de recursos minerais e de espécies animais e vegetais usados como insumos na produção.
- 51 A substituição entre fatores de produção, que se processa dentro do sistema económico, pode acontecer até certo ponto no caso de recursos naturais. De fato, a tecnologia gerou um grande número de materiais sintéticos que substituem os naturais, no caso da geração de energia também existe a possibilidade de substituição e os mercados, mesmo com suas imperfeições intrínsecas, podem induzir processos de substituição. Quando se trata de recursos da biodiversidade existem riscos; a extração de recursos naturais com finalidades económicas levou, por exemplo, à extinção de espécies de árvore, que depois foram substituídas por outras espécies e, assim, sucessivamente. O mesmo já ocorreu com espécies de peixes e mamíferos.
- 52 Além de a biosfera não emitir “sinais de mercado”, sobre a escassez de recursos, o conhecimento de que existe a possibilidade do esgotamento de recurso natural pode ter o efeito contrário de acelerar a extração de recursos, antecipando o seu esgotamento, a partir de surtos de investimentos especulativos, típicos de produtos raros e preciosos. Todavia, o crescimento dá mais garantia de estabilidade social. Deixar de crescer é considerado o veneno que provoca turbulência e instabilidade socioeconômicas. Crescer menos significa produzir menos e, conseqüentemente, consumir menos, sintomas usualmente associados à recessão e ao desemprego, temidos por grande parte dos governantes como substâncias inflamáveis que deflagram processos de desestabilização da sociedade. Contudo, em nações que já atingiram altíssimo desenvolvimento humano, é possível que tal percepção esteja ultrapassada e que o baixo crescimento possa ser compatível com estabilidade econômica e social. Foi o que demonstrou Peter Victor (2008) para o caso do Canadá.
- 53 A partir de um modelo de simulação dinâmica, Victor chegou a seis cenários, sendo que em quatro deles a economia canadense reduziria gradualmente suas taxas de aumento do PIB para atingir, após dois decênios, uma situação de crescimento nulo. Situação semelhante àquela que os clássicos haviam chamado de “condição estacionária”, e que Herman Daly preferiu chamar de “condição estável” (*steady State*), embora nenhum desses dois rótulos realmente corresponda bem à essência da ideia: uma sociedade que prospera sem que aumente o tamanho de sua economia.
- 54 Em quatro cenários, caem pela metade os níveis de desemprego, de pobreza e da relação dívida/PIB. O que varia é o volume de emissões de gases de efeito estufa. Sem taxaço do carbono, esse volume aumentaria 30% se houvesse mais ênfase em investimento do que em comércio internacional, e 14% na hipótese inversa, com mais comércio e menos investimento. Com carbono tributado, essas elevações se transformariam em quedas de 22% e 31%, respectivamente. O que permite inferir que a prosperidade sem crescimento

poderia ser um objetivo de médio prazo para os vinte e poucos países centrais que já atingiram padrões de vida comparáveis ao do Canadá.

- 55 Fazendo um exercício em direção ao que denominou de macroeconomia ecológica, Jackson (2009) esboçou fundamentos para a elaboração de um modelo centrado no crescimento do investimento, tendo como contrapartida a diminuição da parcela da renda destinada ao consumo.⁶⁷ Propõe que a variável investimento seja decomposta de tal forma que os investimentos em energia fóssil sejam tratados de forma diferente da energia renovável, discriminando o impacto de cada tipo no crescimento.⁶⁸
- 56 Esse modelo não considera a perfeita substituição dos fatores de produção. Ou seja, não considera a substituição de trabalho ou capital por recursos naturais baratos, separando também a produtividade dos recursos energéticos da produtividade total dos fatores, pois, a produtividade dos recursos energéticos deve ser perseguida, ao contrário dos demais fatores, capital e trabalho, que não são escassos.
- 57 Os investimentos em energias são também desagregados em duas categorias: na primeira estão os investimentos destinados à maior eficiência energética de uma dada capacidade instalada na economia. Ou seja, destinados a reduzir a demanda por recursos naturais originada do setor privado a partir de investimentos voltados para assegurar níveis de produção maiores ou iguais com menos energia fóssil. Na segunda categoria estão os investimentos orientados para a substituição da capacidade instalada baseada em energia fóssil por outra baseada em energias renováveis. Tais investimentos seriam promovidos pelo setor público, porque a taxa de retorno requerida não seria condizente com as taxas de mercado devido ao longo tempo do retorno financeiro.
- 58 Do ponto de vista de inovação, trata-se de duas linhas de desenvolvimento tecnológico: o primeiro tipo de investimento seria fundamentado em inovações incrementais, enquanto o segundo tipo em inovações radicais. Diferentemente das inovações incrementais, as radicais irão demandar um grande aporte de recursos, longo período de amortização de investimentos e implicarão riscos maiores. Essas características, em geral, afastam o setor privado que poderá participar dos investimentos para aumentar a eficiência energética da base já instalada. Fica assim implícito, que um maior comprometimento do setor público será imprescindível para alavancar os altos investimentos requeridos na mudança da base energética.
- 59 Embora Tim Jackson advirta que seu modelo ainda requer aprimoramentos, ele já permite vislumbrar uma macroeconomia bem diversa. Nela, “a estabilidade não é mais baseada no aumento crescente do consumo, mas emerge a partir de investimentos estratégicos em empregos, infraestrutura social, tecnologias sustentáveis e a manutenção e proteção dos ecossistemas” (Jackson, 2009, p. 215).
- 60 No Brasil, os atuais investimentos em energia previstos no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) tomam a contramão dessa proposta. Claro, é inquestionável a necessidade de que a economia brasileira cresça. O que exige muitas obras de infraestrutura, não só no setor energético. O que está em questão, contudo, são as escolhas dos investimentos em energia.
- 61 De acordo com o planejamento oficial, a área de energia receberá a maior parcela de recursos do PAC 2,⁶⁹ e 80% do total de R\$ 1,09 trilhão de investimentos previstos serão aplicados em energias das mais sujas: projetos de petróleo e gás natural. Em segundo lugar aparecem os investimentos em geração e transmissão de energia elétrica que, juntos, receberão quase 16% dos recursos. Menos de 4% do total de investimentos em

energia estão sendo alocados em projetos de energias ditas alternativas, como eólica e solar. Com esse perfil, pode-se dizer que em matéria de energia, o Brasil investe no passado, não no futuro.

Desafios da prosperidade sem crescimento⁷⁰

- 62 A transição para uma economia sem crescimento põe em xeque fundamentos da macroeconomia: trabalho e consumo. O aumento da produtividade do trabalho é, historicamente, a base da aceleração da economia. Sendo o trabalho um fator de produção oneroso para as empresas e o regime de concorrência cada vez mais acirrado, elas buscam minimizar este custo. Desde o surgimento das primeiras fábricas na velha Inglaterra até a automação de tarefas, passando pelas técnicas japonesas de gestão da produção e a robotização, este tem sido o foco do desenvolvimento tecnológico. Se por um lado a mão de obra era um fator de produção oneroso, o petróleo era, no passado, um fator abundante e barato.
- 63 No século XX os preços dos recursos naturais declinaram em cerca de 30% (Wagner e outros, 2002), o que, em economias de mercado, explica o menor estímulo em investimentos nas tecnologias voltadas para a eficiência energética e, ainda menos, para energias renováveis. Os custos da energia fóssil do petróleo e carvão pesavam menos para empresas do que a mão de obra, até que os sucessivos choques de petróleo mudaram gradualmente esse cenário. Para manter os preços dessas *commodities* em níveis “aceitáveis”, foi preciso encarar a produção e distribuição do petróleo como “questão de Estado”. Mantido de forma artificial, o preço relativamente barato do petróleo acabou por desestimular a sua substituição, a despeito do considerável esforço feito em novas tecnologias para geração de energia com menor impacto ambiental.
- 64 Considerando-se apenas os efeitos do trabalho na produção total, quando a produtividade do trabalho aumenta, a única forma de manter estável a produção é diminuindo o número de trabalhadores. O desdobramento dessa inter-relação entre produção e emprego na economia atual é explicitado por Victor (2008, p. 13): “enquanto no passado precisávamos ter mais pessoas trabalhando porque necessitávamos dos bens e serviços que elas produziam, agora temos que manter a produção crescente simplesmente para manter as pessoas empregadas”.
- 65 Para não cair no círculo vicioso da recessão e desemprego, Victor (2008) e Jackson (2009) resgataram uma proposta, que não é inédita: redução de horas de trabalho.⁷¹ Reduzir a jornada de trabalho permite que mais trabalhadores possam ser empregados sem uma contrapartida do aumento da produção. Além disso, o maior tempo livre poderia contribuir para a melhoria da qualidade da produção e ainda elevar o nível de bem-estar dos trabalhadores.
- 66 É preciso considerar, porém, o risco do já mencionado *rebound effect* nessa proposta de redução das horas de trabalho. Na medida em que um maior número de trabalhadores tem acesso a melhores rendimentos e mais tempo disponível, aumentam as chances de que haja uma maior propensão ao consumo, principalmente de supérfluos.
- 67 O aumento incessante do consumo de supérfluos é um dos pilares do modelo de crescimento que o mundo industrializado adotou e, ao mesmo tempo, uma das principais causas da deterioração ambiental. Ayres (2009, p. xviii) ressalta que, nos Estados Unidos, o longo período de expansão da economia gerou uma crença de que crescer é o estado

natural das coisas. Enquanto na China a poupança representa quase 45% da renda do país, nos Estados Unidos ela tende a zero. Ou seja, ao menos até bem pouco tempo, os americanos consideravam, mesmo que de forma implícita, que poderiam adotar um padrão de hiperconsumo⁷² no presente e, no futuro também. Significa dizer que não abriam mão de consumir no presente para poupar e deixar para consumir no futuro, pois a expectativa de crescimento constante da economia iria proporcionar um padrão de vida cada vez melhor.

- 68 É na esfera microeconômica que se explica e se explicita a psicologia ou racionalidade do consumidor, que levou o mundo, ou uma boa parte dele, a se aprisionar no que Jackson (2009) denominou de “gaiola de ferro do consumismo”. A dependência do aumento da oferta de bens e serviços como forma de garantir pleno emprego levou a uma saturação do mercado, para muito além das necessidades. Ou seja, para a esfera dos desejos, estes sim passíveis de serem manipulados pela propaganda, num processo de colonização do imaginário do consumidor.
- 69 Sem entrar na sensível área em que necessidades e desejos do consumidor estão imbricados, o que hoje se observa são os esforços consideráveis de *marketing* para influenciar as decisões de compra dos consumidores. Essa pressão na ponta final da cadeia produtiva, onde está o consumidor final, cria uma dinâmica perversa que rebate do outro lado da cadeia, na forma de uma superexploração de recursos naturais, com seus inevitáveis danos ambientais e desperdícios ao longo de cada elo da cadeia produtiva.
- 70 Impossível minimizar os efeitos da propaganda no comportamento do consumidor. A produção é hoje perpassada pela fabricação de significados que vão condicionar e diferenciar o consumo. Na economia atual, a produção do imaterial é a parte mais cara e valorizada de um bem de consumo, sendo o custo da matéria-prima e da produção apenas o suporte para a criação de significado, que traz embutido o *design*, *marketing*, patentes, etc.
- 71 É comum o argumento de que a produção do imaterial é uma tendência benéfica, pois gera valor sem causar problemas ambientais. Isso pode ser verdade apenas em parte, pois, mesmo que o valor do componente físico seja insignificante em relação ao imaterial, de fato, a parcela material do produto consome recursos naturais na sua produção o que, necessariamente, provoca impactos ambientais negativos.
- 72 Com uma lógica semelhante, é frequente a alegação de que o setor de serviços tem um papel crucial na transição para uma economia verde ou de baixo carbono, devido ao menor impacto causado por essas atividades sobre o meio ambiente. Mas é preciso considerar que esse setor está longe de ser homogêneo. Existem dentro da categoria serviços diversas atividades econômicas cujo impacto ambiental é considerável. O turismo, por exemplo, é altamente dependente de transporte aéreo e terrestre, que contribuem sobremaneira para a emissão de gases de efeito estufa.
- 73 Manter o nível de consumo estabilizado será condição *sine qua non* para a sustentabilidade. Mas os aspectos relacionados à esfera do consumo vêm sendo seguidamente negligenciados pelas políticas públicas, seja pelo lado restritivo, seja pelo lado da conscientização. A despeito disso, a sociedade civil há tempos vem mobilizando os consumidores em torno de causas engajadas ao meio ambiente e também à justiça social.
- 74 Há alguns poucos segmentos de mercado criados a partir de valores distintos dos convencionais. Nessa categoria estão os mercados do comércio justo, de proximidade, orgânicos entre outros, onde o consumidor se dispõe a pagar um preço mais elevado do

que os congêneres para apoiar princípios ou causas que valoriza. As formas de participação social nas lutas por causas ambientais tem também crescido e se diversificado. As redes sociais baseadas na internet têm sido um meio bastante utilizado para disseminar novas ideias, informações e, principalmente, mobilizar pessoas de forma rápida e efetiva.

- 75 O setor empresarial também vem introduzindo mudanças nos seus produtos e processos, assumindo responsabilidades sociais e ambientais. As motivações podem estar associadas à necessidade de atender a regulamentação e leis vigentes no seu campo de atuação, de atender aos requerimentos dos acionistas e consumidores, mas também aos valores dos próprios dirigentes.
- 76 Mas nada disso tem dimensão para alterar a lógica básica de uma macroeconomia em que consumismo e produtivismo agem como as lâminas de uma tesoura: impossível estabelecer qual das duas é a mais determinante.

A superação do PIB

- 77 Um dos melhores exemplos da inadequação do PIB como medida de desenvolvimento é justamente o caso do Brasil. O desenvolvimento da sociedade brasileira foi muito mais intenso nos últimos trinta anos do que em qualquer período anterior. O inverso ocorreu com o crescimento de sua economia, medido pelo aumento do PIB *per capita*. Por mais de um século (1870-1980) essa economia foi campeã de crescimento entre as dez maiores do mundo. Ultimamente só não foi a lanterninha por causa da persistente estagnação japonesa. Ou seja, nos últimos trinta anos houve muito mais desenvolvimento com muito menos crescimento.
- 78 Tal contraste merece a atenção de quem continua a supor que o desenvolvimento seja diretamente proporcional ao aumento do PIB *per capita*, para nem mencionar a terrível crença de que desenvolvimento seja mero sinónimo de crescimento económico. Se assim fosse, teria sido forçosamente pífio o desenvolvimento da sociedade brasileira nos últimos três decênios.
- 79 No entanto, isso não tem nada de paradoxal para quem sabe que o desenvolvimento de uma sociedade depende de como ela aproveita os benefícios de seu desempenho económico para expandir e distribuir oportunidades de acesso a bens como: liberdades cívicas, saúde, educação, emprego decente, etc. Ainda mais para quem já entendeu também que o desenvolvimento terá pernas curtas se a natureza for demasiadamente agredida pela expansão da economia, que é um subsistema altamente dependente da conservação da biosfera. Daí porque qualquer avaliação razoável da prosperidade tenderá a exigir não somente uma medida de desempenho económico que supere as anacrónicas e obsoletas medidas de produto bruto (seja ele interno ou nacional, PIB ou PNB). Exigirá também a utilização simultânea de mais dois indicadores: um sobre a qualidade de vida autorizada pelo desempenho económico, e outro sobre a sustentabilidade ambiental desse processo.
- 80 A medida de desempenho económico que tenderá a substituir o PIB será a da “renda real líquida disponível por domicílio”, algo que ainda nem pode ser bem calculado pelas mais sofisticadas agências de estatísticas dos países centrais. Essa foi uma das principais recomendações do relatório produzido pela Comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi (2009).

- 81 Além de apontar a necessidade de se medir o desempenho económico olhando para renda e consumo, em vez de olhar para a produção, também se tornarão imprescindíveis novas medidas de qualidade de vida e de sustentabilidade ambiental. Medidas subjetivas de bem-estar fornecem informações-chave sobre a qualidade de vida das pessoas. Por isso, as agências de estatística precisarão pesquisar as avaliações que as pessoas fazem de suas vidas, suas experiências hedônicas e as suas prioridades. Além disso, qualidade de vida também depende, é claro, das condições objetivas e das oportunidades. Terão de melhorar as mensurações de oito dimensões cruciais: saúde, educação, atividades pessoais, voz política, conexões sociais, condições ambientais e insegurança (pessoal e económica).
- 82 As desigualdades também precisarão ser avaliadas de forma bem abrangente para todas essas oito dimensões. E levantamentos deverão ser concebidos de forma a avaliar ligações entre várias dimensões da qualidade de vida de cada pessoa, sobretudo para elaboração de políticas em cada área. Enfim, as agências de estatística terão que prover as informações necessárias para que as diversas dimensões da qualidade de vida possam ser agregadas, permitindo a construção de diferentes índices compostos ou sintéticos.
- 83 Já a avaliação da sustentabilidade requer um pequeno conjunto bem escolhido de indicadores, diferente dos que podem avaliar qualidade de vida e desempenho económico. Característica fundamental dos componentes desse conjunto deve ser a possibilidade de interpretá-los como variações de estoques e não de fluxos. O PIB é um indicador das transações mercantis de produtos e serviços que, totalizadas para dado período, correspondem à riqueza gerada. Os estoques de capital físico, como máquinas e equipamentos são depreciados, mais isso não ocorre com o chamado “capital natural”. Assim, tudo se passa como se os recursos naturais transformados no processo produtivo fossem inesgotáveis.
- 84 A sustentabilidade ambiental exige acompanhamento específico por indicadores biofísicos, sendo particularmente necessário um claro indicador da aproximação de níveis perigosos de danos ambientais como os que estão associados à mudança climática. A rigor, essa “pegada-carbono”, ao lado de mais duas, uma hídrica e outra para a biodiversidade, provavelmente seriam suficientes.

A armadilha da “economia verde”

- 85 Os entusiastas da “economia verde” evitam reconhecer a imprescindível necessidade de estabilizar o consumo. Em vez disso, propõem várias medidas como a regulação dos mercados visando a taxação das emissões ou premiação dos que poluem menos, investimentos em energias renováveis, reciclagem e o estímulo às inovações. O problema da sustentabilidade, nessa visão, seria inteiramente atacado pela via tecnológica, em que as inovações promoveriam cada vez mais “*decoupling*”.
- 86 É claro que as inovações, particularmente as tecnológicas, são parte da solução. Mas elas também têm sido parte do problema ecológico, pois se voltam à rápida obsolescência dos produtos, rapidamente superados e descartados. A logística produtiva globalizada das pesquisas e centros de produção, em que cada módulo de um produto é produzido onde estão as melhores vantagens comparativas, tem um impacto negativo sobre o meio ambiente, pois implica percorrer distâncias, às vezes enormes, que separam cada etapa da cadeia produtiva, contribuindo para o aumento das emissões de gases de efeito estufa. Os métodos científicos de produção, como *just in time* e *kanban*, em que a estratégia de

estoques mínimos se baseia numa logística de transporte, contribuem também para o aumento das emissões devido ao aumento da frequência de entregas de mercadorias.

- 87 Independentemente da estratégia de enfrentamento, é preciso considerar que a questão ecológica não pode ser explicada e muito menos solucionada, segundo outra lógica que não seja global. A questão se mostra muito complexa quando se considera que a adoção por um país de medidas voltadas para a sustentabilidade, não implica uma apropriação local da totalidade dos benefícios gerados por essas medidas. Os limites são definidos em escala global e requerem, portanto, uma governança em escala correspondente. Isso demanda uma definição das regras do jogo para minimizar as disputas pela apropriação dos recursos da biodiversidade, bem como da capacidade de absorção de resíduos da atividade produtiva da biosfera, principalmente no que se refere à emissão de gases de efeito estufa. As iniciativas de articulação entre as nações dificilmente convergem, pois o que parece justo, também se mostra inviável, técnica ou politicamente, sendo o protocolo de Kyoto um caso exemplar.
- 88 Uma governança supranacional é um grande desafio. Ainda hoje as jurisdições atuantes nessa escala são aquelas criadas para um mundo em crise, mas de natureza bem diferente da atual. Banco Mundial, FMI, OTAN, são atores de um mundo do pós-guerra, da reconstrução econômica de países arrasados pelo conflito mundial. Os formatos atualmente adotados para discutir as questões ambientais são em geral de representações nacionais. Mas será essa a direção adequada quando se sabe que a perspectiva temporal do governante de um país, que nomeia uma delegação para discutir um tema ambiental, é a do período do seu próprio mandato? E ainda que seu mandato, por sua vez, seja prisioneiro de visões partidárias e de outros apoios nem sempre transparentes?
- 89 As disputas econômicas imiscuídas na apropriação do capital natural não se passam apenas no contexto internacional, mas também dentro dos países refletindo as clivagens ideológicas. O delicado tema da justiça social é parte essencial do jogo. Fazer com que justiça social ande de mãos dadas com sustentabilidade e que não seja uma utopia a mais, é outro desafio. O antigo e reconhecido fosso de desigualdades que separa a população mundial, terá que ser, necessariamente, considerado se a questão da sustentabilidade for levada a sério.
- 90 Impossível assegurar que mesmo diante de todas as evidências do agravamento gradativo da crise ecológica, um outro modelo de florescimento da sociedade e de sustentabilidade do planeta esteja emergindo. Se existe algo de novo no cenário atual com potência para desencadear mudanças, são as configurações inovadoras de articulação em redes sociais que operam em escala global. Mudanças importantes, caso ocorram, serão resultantes de forças independentes, dispersas e não organizadas de resistência, que se propagam de forma instantânea nas novas mídias sociais. Informação, comunicação e “algo mais que não se pode determinar”, são as elementos que propulsionam as mídias sociais. Apostar nos dois elementos conhecidos, informação e comunicação, pode ser a melhor forma de abrir espaço para o surgimento de um modelo desapegado do crescimento da produção e do consumo incessante.

Conclusão

- 91 As considerações acima sugerem que a prosperidade tenderá a exigir, simultaneamente, o crescimento e o decréscimo, principalmente, devido à disparidade de situações

concretas em que se encontram mais de 150 sociedades periféricas e emergentes (para as quais o desafio é a qualidade de seu crescimento), e algumas dezenas de sociedades mais avançadas que já deveriam ter planos de transição à condição estável nos moldes do modelo de Peter Victor para o caso do Canadá.

- 92 Tal conclusão tanto confirma quanto reforça a tese de Morin (2011, p. 36) anunciada na abertura deste capítulo. Por um lado, será preciso fazer crescer os serviços, as energias renováveis, os transportes públicos, a economia plural (que inclui a economia social e a solidária), as obras de humanização das megalópoles, as agriculturas e pecuárias familiares e biológicas. Por outro, será necessário fazer decrescer as intoxicações consumistas, a alimentação industrializada, a produção de objetos descartáveis e/ou que não podem ser consertados, a dominação dos intermediários (principalmente cadeias de supermercados) sobre a produção e o consumo, o uso de automóveis particulares e o transporte rodoviário de mercadorias (em favor do ferroviário). No fundo, é o que alguns expoentes dos verdes e da socialdemocracia europeia estão chamando de “decrecimento seletivo”, reconhecendo que a maior dificuldade é identificar os setores que precisam decrescer e em que condições (Caresche *et al*, 2011).
- 93 Em suma, a contradição entre crescer e decrescer não deve ser entendida como uma disjuntiva sobre a qual se deva optar tão somente por um dos lados. Tanto quanto não se deve escolher apenas a conservação contra a transformação, a globalização contra a regionalização, ou o desenvolvimento contra o envolvimento.
- 94 O mais provável é que ao longo deste século a economia global continue a se expandir, mesmo que nações mais avançadas possam ir transitando para a condição estável, de prosperidade sem crescimento, ou até que algumas já se decidam pelo decrecimento. Por muito tempo, a resultante desse processo continuará a pressionar a biosfera, fazendo com que a pegada ecológica não encolha, apesar de avanços na transição ao baixo carbono.
- 95 Como não se sabe quais são os limites de um processo desse tipo, pois é impossível saber por quanto tempo a pegada ecológica poderá se manter tão alta quanto já está, é razoável argumentar que as nações e a comunidade internacional deveriam abrir espaço para o florescimento de novos valores que vão além da “mania”, “fetiche”, ou neurose obsessiva pelo crescimento. Todavia, até aqui a experiência tem mostrado que mudanças na direção de decisões mais altruístas não ocorrem pela consciência de incertezas, e muito menos pelo conhecimento de riscos. Quase sempre dependem muito mais de que haja clara percepção de que se está no caminho de grave catástrofe.

BIBLIOGRAFIA

Referências

ARNDT, H. W. *Economic development: the history of an idea*. Chicago: Chicago University Press, 1987.

- AYRES, R. Sustainable economics: where do we stand? *Ecological Economics*, v. 67, n. 2, 2008, p. 281-310.
- BANCO MUNDIAL. *Where is the wealth of nations? Measuring capital for the 21st century*. Washington, D.C., 2006.
- . *The Growth Report – Strategies for Sustained Growth and Inclusive Development*. (orgs. Michael Spence, Robert Solow e Danny Leipziger). Washington, D.C., 2008.
- BOSERUP, E. *Evolução agrária e pressão demográfica*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1987.
- BOULDING, K. E. The economics of the coming spaceship earth. In: JARRETT, H. (ed.). *Environmental quality in a growing economy*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1966.
- CARESHE, C.; GUIBERT, G.; SZYMKIER, D. *Le bonheur est-il dans la décroissance?* Paris: Les Essais/Fondation Jean-Jaurès, mai. 2011.
- CECHIN, A. *A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas GeorgescuRoegen*. São Paulo: Senac, 2010.
- ; VEIGA, J. E. O fundamento central da economia ecológica. In: MAY, P. H. (org.). *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2010.
- DALY, H. E. *Towards a steady State economy*. San Francisco: W.H. Freeman & Co., 1973. —. *Beyond Growth*. San Francisco: Freeman, 1997.
- . When smart people make dumb mistakes. *Ecological Economics*, v. 34, n. 1, 2000, p. 1-3.
- ; TOWNSEND, K. (orgs.). *Valuing the earth: economics, ecology, and ethics*. Massachusetts: MIT Press, 1993.
- ; FARLEY, J. *Ecological economics: principles and applications*. Washington, D.C.: Island Press, 2004.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. *Analytical economics*. Cambridge: Harvard University Press, 1966.
- . Process in farming versus process in manufacturing: a problem of balanced development. In: PAPI, U.; NUNN, C. (ed.). *Economic problems of agriculture in industrial societies*. London: MacMillan, 1969.
- . Richard T. Ely Lecture: The economics of production. *American Economic Review*, Nashville, v. 60, n. 2, p. 1-9, 1970.
- . *The entropy law and the economic process*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.
- . Towards a human economics. *American Economic Review*, v. 64, n. 2, 1974, p. 449.
- . *Energy and economic myths*. New York: Pergamon Press, 1976.
- . The steady State and ecological salvation: a thermodynamic analysis. *BioScience*, v. 27, n. 4, 1977, p. 266-270.
- . Comments on Stiglitz and Daly. In: SMITH, V. *Scarcity and growth reconsidered*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1979.
- . Thermodynamics and we the humans. In: MARTINEZ-ALIER, J.; SEIFERT, E. K. (org.). *Entropy and bioeconomics*. Milão: Nagard, 1993, p. 184-201.
- . Looking back. In: MARTINEZ-ALIER, J.; SEIFERT, E. K. (org.). *Entropy and bioeconomics*. Milão: Nagard, 1993, p.11-21.
- . *La décroissance: Entropie, écologie, économie*. Paris: Sang de la terre, 1995.

GOODALL, C. Peak stuff: Did the UK reach a maximum use of material resources in the early part of the last decade? *Carbon Commentary*, website, (2011). Disponível em: <http://www.carboncommentary.com/wpcontent/uploads/2011/10/Peak_Stuff_17.10.11.pdf>. Acesso em out. 2011.

GREEN ECONOMY COALITION. *People, planet, prosperity*. Disponível em: <<http://www.greeneconomycoalition.org/03-04>>. Acesso em 30 mar. 2011.

HELM, D.; HEPBURN, C. (orgs.). *The economics and politics of climate change*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

HERTWICH, E. G.; PETERS, G. P. Carbon Footprint of Nations. *Environmental Science & Technology*. 2009, 43 (16), p. 6414-6420.

JACKSON, T. *Prosperity without growth?* London: Sustainable Development Commission, 2009.

—. *Prosperity without growth*. London: Earthscan, 2009.

JONES, E. *Growth recurring, economic change in world history*. Oxford: Clarendon Press, 1988.

—. *The European Miracle*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

LAFARGUE, P. *O direito à preguiça*. São Paulo: Claridade, 2003.

LAWN, P. On Georgescu-Roegen's contribution to ecological economics. *Ecological Economics*, v. 29, p. 5-8, 1999.

LIPOVETSKY, G. *Le bonheur paradoxal: Essai sur la société d'hyperconsommation*. Paris: Gallimard, 2006.

MAYUMI, K. *The origins of ecological economics: the bioeconomics of Georgescu-Roegen*. London: Routledge, 2001.

—; GOWDY, J. (eds.). *Bioeconomics and sustainability: essays in honor of Nicholas Georgescu-Roegen*. London: Edward Elgar, 1999.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. *História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MINISTERIAL CONFERENCE ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT IN ASIA AND THE PACIFIC, 5, 2005, Korea. Korea, 2005. Disponível em: <<http://www.iisd.ca/sd/mced/>>. Acesso em 30 mar. 2011.

MORIN, E. *La voie - pour l'avenir de l'humanité*. Paris: Fayard, 2011.

OCDE. *Travaux de l'OCDE sur la croissance verte*. Paris. [2011]. Disponível em: <http://www.oecd.org/contactus/o>3364,fr_2649_37465_1_1_1_1_37465,00-html>. Acesso em 30 mar. 2011.

POLLITT, H. *et al. A scoping study on the macroeconomic view of sustainability*. Report for the European Commission, DG Environment, 2010.

RIST, G. *The history of development: from western origins to global faith*. London: ZED Books, 1997.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

—. Por que é necessário preservar a coruja-pintada. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 mar. 2004. Caderno Mais!

SOLOW, R. The economics of resources or the resources of economics. *American Economic Review*, v. 64, n. 2, p. 1-14, 1974.

—. An almost practical step toward sustainability. *Resources Policy*, v. 19, n. 3, p. 162-172, 1993.

SORRELL, S. *The rebound effect: an assessment of the evidence for economicwide energy savings from improved energy efficiency*. Sussex Energy Group, London, 2007. Disponível em: <<http://www.ukerc.ac.uk/Downloads/PDF/07/0710ReboundEffect/0710ReboundEffectReport.pdf>>. Acesso em 30 mar. 2011.

STIGLITZ, J. E. A neoclassical analysis of the economics of natural resources. In: SMITH, V. K. *Scarcity and growth reconsidered*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1979, p. 36-66.

—. Georgescu versus Solow/Stiglitz. *Ecological Economics*, v. 22, n. 3, p. 269-270, 1997.

STIGLITZ, J. E.; SEN, A. K.; FITOUSSI, J. P. *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*. Paris, 2009. Disponível em: <<http://www.stiglitz-senfitoussi.fr>>. Acesso em 30 mar. 2011.

STAKEHOLDER FORUM. *Earth summit 2012: vision, cooperation, transformation*. Disponível em: <<http://www.earthsummit2012.org/>>. Acesso em 30 mar. 2011.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). *Trade and environment review 2019-2010; promoting poles of clean growth to foster the transition to a more sustainable economy*. New York/Genebra, United Nations, 2010. Disponível em: <<http://www.unctad.org/ri020/>>. Acesso em 30 mar. 2011.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. *Green economy*. Nairobi, 2011. Disponível em: <<http://www.unep.org/greeneconomy/>>. Acesso em 30 mar. 2011.

—. Decoupling natural resource use and environmental impacts from economic growth, A Report of the Working Group on Decoupling to the International Resource Panel. 2011. Disponível em: <http://www.unep.org/resourcepanel/decoupling/files/pdf/Decoupling_Report_English.pdf>. Acesso em mar. 2011.

VICTOR, P. *Managing without growth: slower by design, not disaster*. Northampton: Edward Elgar, 2008.

WAGNER, L.; SULLIVAN, D.; SZNOPEK, J. *Economic Drivers of Mineral Supply*. U.S. Geological Survey Open-File Report 02-335. Washington D. C., 2002.

NOTAS

51. <http://www.unctad.org/ri020/> ou <http://www.earthsummit2012.org/>

52. <http://www.unep.org/greeneconomy/>

53. <http://www.greeneconomycoalition.org/>

54. Nesse quase meio século, vários outros autores – como E.F. Schumacher ou Ivan Illich, por exemplo – publicaram obras que tiveram grande influência na formação de um pensamento pró-decrescimento. Mas nenhum deles chegou a elaborar contribuições científicas comparáveis às de Boulding, Georgescu e Daly.

55. “*Knowledge and ingenuity, not oil or minerals, account for much of the value that has been added to the global economy in recent years. If this pattern holds in the future, the amount of natural resources required to produce a dollar of GDP will continue to decline*” (p. 98).

56. Estas e as subsequentes quantificações têm como fonte o capítulo 5 do relatório “Prosperity Without Growth?”, publicado em abril de 2009 pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável do governo britânico – <<http://www.sd-commission.org.uk/pages/redefining-prosperity.html>> – e depois como livro, por seu autor, Tim Jackson.

57. Excluindo as advindas das chamadas “mudanças de uso das terras”, como os desmatamentos e queimadas, as emissões de metano da agropecuária, de arrozais, de hidrelétricas etc.

58. us Energy Information Administration – International Energy Annual 2006 – Table H.1pCO₂ – World Carbon Intensity – World Carbon Dioxide Emissions from the Consumption and Flaring of Fossil Fuels per Thousand Dollars of Gross Domestic Product Using Purchasing Power Parities, 1980-2006 (Metric Tons of Carbon Dioxide per Thousand-2000) U.S. Dollars. Table Posted: december 8, 2008.
59. A principal fonte destas e das subsequentes quantificações é E. G. Hertwich & G. P. Peters (2009), *Carbon footprint of nations*.
60. Publicada na excelente coletânea *The economics and politics of climate change* (Helm & Hepburn, 2009)
61. Conforme cálculo com base na mesma fonte que aparece na página 49 do já citado relatório, “Prosperity without growth?”, preparado pelo professor Tim Jackson para a Comissão de Desenvolvimento Sustentável do governo britânico.
62. Esse é apenas um dos tipos do efeito. Para uma ideia mais profunda e detalhada, consultar o relatório elaborado por Steve Sorrell: “The Rebound Effect: assessment of the evidence for economic-wide energy savings from improved energy efficiency”, A report by the Sussex Energy Group. London: UK-ERG, 2007. Disponível em: <<http://www.ukerc.ac.uk/Downloads/pdf/07/0710ReboundEffect/0710ReboundEffectReport.pdf>>.
63. A edição deste livro já estava sendo fechada quando surgiu esse importante *paper*.
64. A melhor fonte sobre esta questão é a *História das agriculturas do mundo – Do neolítico à crise contemporânea*, de Marcel Mazoyer e Laurence Roudart, Ed. Instituto Piaget, 2001. Mas, sobre a relação entre aumento populacional e inovação agrícola, é imprescindível o clássico: *Evolução agrária e pressão demográfica*, de Ester Boserup, Ed. Hucitec/Polis, 1987.
65. Sobre a distinção entre crescimento extensivo e intensivo, ou moderno, a melhor referência é o historiador Eric Lionel Jones, autor de *Growth Recurring: Economic Change in World History*, Ed. Clarendon Press, 1988, e de *The European Miracle*, Ed. Cambridge University Press, 1987.
66. Excelente síntese histórica da ideia de crescimento económico está no primeiro capítulo do livro *Managing without growth – slower by design not disaster*, de Peter Victor, Ed. Edward Elgar, 2008. Sobre a história da ideia de desenvolvimento, há duas referências fundamentais. Uma conservadora: *Economic development: the history of an idea*, de Heinz Wolfgang Arndt, Ed. University of Chicago Press, 1987. E outra radical: *The history of development: from western origins to global faith*, de Gilbert Rist, Ed. Zed Books, 1997.
67. Essa seria a pequena “janela de sustentabilidade” vislumbrada por D’Alessandro *et al.* (2008), *apud* Jackson, 2009b.
68. Para isso seria necessário, segundo Jackson (2009b), avançar no sentido de se apurar as respectivas taxas de produtividade dos fatores de produção (ou de grupo de fatores), o que ainda não foi possível efetuar.
69. Ver detalhes em <<http://www.brasil.gov.br/pac/pac-2/pac-2-relatorio-6>>.
70. Nos termos de Tim Jackson, ou de uma economia na “condição estável”, conforme Herman Daly.
71. Obra pioneira sobre o tema é o livro de um dos fundadores do partido socialista frances, Paul Lafargue (2003), intitulado *Le droit à la paresse*, publicado em Paris em 1887.
72. Para uma reflexão sobre o conceito, ver, por exemplo, *Le bonheur paradoxal: Essai sur la société d’hyperconsommation*, de Gilles Lipovetsky. Aborda as implicações do entrelaçamento da felicidade nas práticas sociais econômicas e culturais do mundo contemporâneo.

AUTORES

JOSÉ ELI DA VEIGA

Professor dos programas de pós-graduação do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI/USP) e do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ). É colaborador permanente das colunas de opinião do jornal *Valor Económico* e da revista *Página 22* e autor de vinte livros, entre os quais *Sustentabilidade – A legitimação de um novo valor* (Ed. Senac, 2011).
Website: <http://www.zeeli.pro.br>

LIZ-REJANE ISSBERNER

Pesquisadora titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, IBICT/MCT e Professora no PPGCI, convênio IBICT com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua na área de informação e desenvolvimento socioambiental. E-mail: lirismail@gmail.com

O decrescimento para todos?

Gilbert Rist

Tradução : Leonardo Milani

Do “desenvolvimento” até o “decrescimento”

- Houve um tempo em que muitos de nós queriam promover a necessidade do “desenvolvimento”, considerado como a forma mínima de solidariedade com os países do Sul (os então chamados países do Terceiro Mundo). Não teriam estes também o direito – já que a linguagem jurídica implica sempre uma forma de autoridade impessoal e indiscutível – de se beneficiarem dos confortos da vida de que nos beneficiamos? Não teria sido legítimo querer fazer com que tenham acesso ao nosso próprio estilo de vida, tão agradável por seu conforto e suas incríveis possibilidades de consumo? Foi nisso que acreditamos e, por esse motivo, nos envolvemos. E depois as coisas mudaram. Novas teorias mostravam que nos tornáramos “ricos” por termos explorado os “pobres”, dependentes de um sistema injusto, que era preciso modificar para restaurar um equilíbrio pervertido: ao nos desenvolver, não teríamos contribuído a criar o subdesenvolvimento e enfraquecer as chances desses países seguirem o caminho que tínhamos traçado? Falava-se, então, em quebrar as correntes da dependência, recuperar a autonomia nacional e reapropriar-se do seu destino. Foram injunções ao mesmo tempo sedutoras e generosas, mas que tampouco resultaram em efeitos concretos, em particular para aqueles que passaram, neste ínterim, da pobreza frugal para a mais horrenda miséria.
- Assim, foi preciso, novamente, mudar a perspectiva. Seria mesmo o “desenvolvimento” esta panaceia capaz de solucionar todos os problemas do mundo, ou seria, afinal, uma trapaça do sistema para estender a hegemonia do capitalismo para todo o planeta, transformando natureza e relações sociais em mercadorias? Era mesmo preciso fazer com que as leis de mercado prevalecessem para garantir felicidade para todos, tornando pago aquilo que já fora gratuito: o uso da terra ou da água, ou a troca de dias de trabalho no campo? Qual foi o verdadeiro benefício, para nós, de ter entrado no jogo do crescimento econômico, quando substituímos o cuidado dos avós com seus netos por creches, quando pagamos desempregados para levar o cachorro para passear, quando privatizamos praias

antes acessíveis para todos, quando formamos – nas universidades – estudantes que sabem “se vender para seus futuros empregadores? A lista seria longa, se quiséssemos enumerar os efeitos da mutação social ocasionada por esta obrigação do “desenvolvimento”. Não restam dúvidas de que alguns lucraram (muito) com isso. Mas o que perdemos coletivamente? O balanço ainda não foi feito.

- 3 Claro, esta crítica do “desenvolvimento” causou muito estardalhaço, embora fosse difícil não admitir sua pertinência. Após mais de cinco décadas de esforços, ao longo das quais foram gastos centenas de bilhões, em que milhares de “cooperantes” se dedicaram a cumprir sua missão, a realidade não mudou muito, isto quando não se deteriorou. Mas nem por isso as múltiplas instituições e incontáveis ONGs que disputam o “mercado do desenvolvimento” podiam desaparecer, admitindo seu fracasso. Assim, era preciso dar um novo impulso para a esperança e encontrar novos motivos (ou pretextos) para perseverar. Assim, em 1987, a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento lançou a noção de “desenvolvimento sustentável” que tentava conciliar, pela mágica do oxímoro, a continuação do “desenvolvimento” e a preservação do meio ambiente. Que estas duas abordagens sejam, na prática, inconciliáveis, de forma alguma impediu o sucesso deste novo slogan, que convinha tanto para os dirigentes dos países do Sul – que enxergavam nele uma forma de conservar a renda do “desenvolvimento” que contribuía para seu enriquecimento – quanto para os ecologistas dos países do Norte, cujo peso político só fazia crescer. Assim, não era preciso proibir o “desenvolvimento”, e sim controlá-lo para que não cause prejuízos ao meio ambiente. Era uma missão impossível, na medida em que cada produção gera uma destruição e, principalmente, porque o fenômeno global do “desenvolvimento” só foi possível (tanto no Norte quanto no Sul) mediante a exploração desenfreada dos recursos naturais, inclusive fósseis – petróleo, minerais, adubos etc., mas também daqueles cuja renovação requer paciência, como os recursos do mar. Assim, o “desenvolvimento sustentável” chegava na hora certa para silenciar o fogo das críticas ou os efeitos do desânimo, sendo muitas vezes interpretado como a via real de um “desenvolvimento duradouro”.
- 4 A outra sutileza implantada para preservar a legitimidade do “desenvolvimento” consistiu em fazer a distinção entre o “bom desenvolvimento” – que não poderíamos recusar para os países do Sul, já que as Nações Unidas proclamaram, em dezembro de 1986, o “direito ao desenvolvimento”, em si considerado como um direito humano – e o “mau desenvolvimento” (capitalista). Resta saber como separar o joio do trigo... No papel, é bastante fácil pretender limitar o “desenvolvimento” à satisfação das “necessidades essenciais”, considerar o valor de uso dos produtos ao invés do seu valor mercantil, promover a redução da produção de bens materiais “supérfluos”, tirar a economia da lógica do lucro etc. Mas isso traz problemas teóricos e políticos quase insolúveis: quem poderá dizer se uma “necessidade” é ou não essencial? Se um bem qualquer (um carro, um celular, um remédio contra a obesidade) é ou não “útil”? Como levar uma empresa a produzir sem que vise o lucro? Não questionamos as boas intenções dos partidários desta requalificação do “desenvolvimento”. Em contrapartida, é difícil segui-los totalmente nesse campo – por causa das contorções semânticas decorrentes-muito embora eles admitam a possibilidade de uma “desaceleração do crescimento nos países ricos, visando reduzir a quantidade de recursos naturais que usam e facultar um maior uso para os mais pobres” (Attac: 2004, p. 218).
- 5 Este é o contexto no qual nasceu o movimento a favor do “decrecimento” (Rist, 1996)⁷³ A ideia brotou durante um grande colóquio ocorrido em Paris, em março de 2002,

organizado pela associação La Ligne d'Horizon, em torno do tema “desfazer o desenvolvimento, refazer o mundo” (Collectif, 2002). Associando as preocupações dos críticos do “desenvolvimento” que, dando continuidade aos trabalhos de François Partant (1982, 1988), se envolviam com a preparação do “pós-desenvolvimento”, e aquelas dos ecologistas preocupados com o estado do planeta. Este movimento não tardou a conquistar uma ampla audiência, muito embora – não nos gabemos antes da hora! – continue bastante minoritário no âmbito da sociedade e seja dividido entre diversas “tendências” ou posturas (políticas) muitas vezes inconciliáveis. Mesmo assim, a proliferação de livros que se dedicaram ao “decrescimento”, a criação de muitos sites na internet e a publicação do periódico mensal *La Décroissance* acabaram contribuindo para conferir uma importante visibilidade na mídia para um termo que muitos consideravam ser uma pura provocação, em uma sociedade minada pelo desemprego e as repetidas crises financeiras.

Os problemas da definição

- 6 Indiscutivelmente, os *objecteurs de croissance* – denominação preferível a de *décroissant* – estiveram primeiro presentes nos países “ricos”, onde a sociedade de consumo não parou de crescer, embora tenha sido denunciada pelos *enragés*⁷⁴ de maio de 68, e onde os efeitos contraproducentes do crescimento são amplamente criticados. Ora, tão logo o “decrescimento” conquistara alguns adeptos que a pergunta se colocou – pergunta que deu origem a este livro: “qual é o sentido do decrescimento para os países em desenvolvimento?”. Para aqueles que, como eu, lutam desde muito tempo contra a hegemonia do “desenvolvimento” (como se esta noção fosse unívoca), este questionamento parece bem estranho. É como se, felizes e orgulhosos de termos inventado uma palavra, tivéssemos que correr para exportá-la e transformá-la em um novo modelo que todos teriam que seguir... Bem sei que este debate não foi lançado com este espírito e que as pessoas que o iniciaram são esclarecidas demais para querer dar lições. Sei também que existe, nos países do Sul – e este livro é uma prova disto – pessoas sensíveis à temática, esforçando-se de compartilhá-la com seus concidadãos. Mesmo assim, perdura o problema e é difícil não abordá-lo.
- 7 Primeiramente, antes de implantar um novo programa, convém definir claramente seu conteúdo. Sabe-se que isto nunca foi verdadeiramente feito no caso do “desenvolvimento” que, ao longo de sua longa carreira, nunca deixou de ser uma palavra-valise ou uma “palavra-ameba” (Pörksen, 1989), cujas incontáveis definições variaram conforme os interesses daqueles que as formulavam, e que, finalmente, deixavam nascer a ingênua esperança de uma felicidade generalizada.⁷⁵ Será possível paliar este “déficit de definição” no caso do “decrescimento”? Temo que não. Primeiro porque, como para o “desenvolvimento”, cada um adota sua formulação, insistindo ora no esgotamento dos recursos ecológicos, ora na restauração dos vínculos sociais, ora nas economias de energia, ora na frugalidade, ora na convivência, ora nas (micro)iniciativas locais (consideradas exemplares), ora nas responsabilidades do Estado que deveria “adotar medidas” (para proibir as centrais nucleares, aumentar os impostos sobre a gasolina, desenvolver os transportes públicos, etc.), ora na reciclagem do lixo, ou ainda no papel nefasto da OMC que incentiva o comércio globalizado, em detrimento dos produtores locais, etc. Aqui, não é questão de se colocar como censor, tampouco de julgar o que é bom ou ruim, prioritário ou não: todas as propostas desta lista heteróclita são certamente

razoáveis, mas não seria possível condensá-las (“compreendê-las”) por meio de uma definição clara que seja satisfatória para todos os *objecteurs de croissance*.

- 8 Por outro lado, segundo o método durkheimiano, a verdadeira definição deveria se basear em “fatos sociais” identificados a partir de suas características externas, de forma a perceber aquilo que os une e constitui, de certa forma, seu denominador comum, para além de suas manifestações individuais. Melhor dizendo, é preciso considerar as práticas tais como se manifestam concretamente na vida social. Partindo daí, como proceder? Não era muito difícil com o “desenvolvimento” que prevalecia há cerca de duzentos anos nos países do Norte e sobre o qual era possível tecer uma série de constatações. Mas e com o “decrecimento”? Claro, há mesmo “práticas sociais decrescentes”. Algumas foram identificadas e descritas, mas é preciso reconhecer que seu radicalismo impede que as consideremos representativas (Madelain, 2005). Outras são mais difusas: elas reúnem, por exemplo, os membros das AMAP ou das SEL,⁷⁶ e todas aquelas e aqueles, numerosos, que podemos considerar como “os militantes em tempo parcial do decrecimento”, que tentam escapar, tanto quanto possível, da lógica mercantil, mas que acabam porém resignando-se a ela em uma parte variável de suas necessidades cotidianas (abastecer-se nos comércios locais sem renunciar aos hipermercados, privilegiar os transportes coletivos sem se desfazer do seu carro, apagar a luz ao sair de um recinto sem deixar de contar com a calefação elétrica para aquecer a casa no inverno, etc.). Novamente, não se trata de julgar: cada um “se vira” conforme suas circunstâncias pessoais e não existe coerência absoluta entre aquilo que acreditamos (ou que sabemos) e o que fazemos. Muito além destas práticas, ora radicais e ora minúsculas, é bem preciso admitir que o “decrecimento” ainda é amplamente “livresco”, detalhado em trabalhos múltiplos que preconizam – com razão – o que deveria ser feito para combater a obsessão do crescimento que caracteriza nossa sociedade, mas que têm dificuldade para convencer a maioria – que se confronta com questões que ela considera mais urgentes. Partindo daí, como definir o “decrecimento”?⁷⁷ Será possível avaliar ao mesmo tempo práticas concretas e injunções teóricas, confundir o que se vê com o que se espera? Será possível, com estas bases frágeis e heterogêneas – isso sem contar que os *objecteurs de croissance* estão longe da unanimidade ideológica – propor um programa de decrecimento que uniria todo mundo? Sendo bem honesto, não acredito nisto.
- 9 Nessas condições, como falar de “decrecimento” para os cidadãos dos países em desenvolvimento? O que podemos propor a eles, se não sabemos muito bem como traduzir concretamente este *slogan*? Na falta de uma definição clara daquilo que poderíamos sugerir, não seria algo prematuro dirigir-nos a eles? Mais ainda, depois de termos levantado por tanto tempo a bandeira “do desenvolvimento”, construído como imperativo absoluto e preparado com uma receita supostamente universal, será que poderemos lançar seriamente uma nova ideia, cuja pertinência seria, ela também, considerada universal?⁷⁸ “Queira nos desculpar, tudo aquilo que fizemos vocês acreditarem até agora estava errado. O contrário é verdadeiro!” Como se a verdade fosse sempre o inverso do erro...
- 10 A outra questão, tão fundamental quanto a primeira, está ligada à extrema disparidade das condições de vida que prevalecem no Norte e no Sul. Nestas circunstâncias, depois de termos promovido o “desenvolvimento” durante mais de cinquenta anos, será razoável incentivarmos o “decrecimento”? Afinal, o planeta já está bastante doente por conta dos excessos cometidos pelos países do Norte e só nos faltaria que os países do Sul ainda “se somem” a isso! Claro, é urgente. Se cada habitante do Sul se animar a consumir tanto

quanto os habitantes dos países do Norte, a catástrofe anunciada vai acontecer... e acabaremos reduzidos a sobreviver em condições que podemos qualificar de “primitivas”, uma vez que estas não serão muito diferentes daquelas que prevaleciam antes de inventarmos o “desenvolvimento”, principalmente baseado na exploração de recursos não renováveis que ninguém criou e que, a princípio, deveriam pertencer a todos.

- 11 Dito isso, todo mundo não se encontra na mesma situação. É mesmo preciso admitir que a maioria dos habitantes dos países do Sul é constituída por “decrecentes forçados”, apesar de existirem também alguns nos países do Norte. Então, estes não são os primeiros destinatários do discurso sobre o “decrecimento”. Ao invés de tentar doutriná-los – ou “sensibilizá-los”, para utilizar uma linguagem mais policiada – não deveríamos aprender com eles? Sempre que “ricos” (mesmo se são *objecteurs de croissance!*) têm o privilégio de serem recebidos por “pobres” – não me refiro a miseráveis que são objetivamente expropriados de todos os seus meios de subsistência e sim àqueles que vivem frugalmente, sem cobiçar o conforto ocidental (Rahnema, 2003)⁷⁹ – eles se fazem sempre as mesmas perguntas: “Mas como é que eles fazem (para viver com tão pouco, para conservar sua dignidade e, por vezes, manifestar até uma certa alegria de viver)?” Perguntas sem respostas, que nos convidam a meditar, pois como diz meu amigo Jean-Claude Besson-Girard, “não se deve nunca ceder rápido demais à tentação da resposta”.

O decrecimento: panaceia ou paliativo?

- 12 Na verdade, como foi que chegamos nisso? Por causa do “sistema”, claro. Mas não seria fácil demais atribuir toda a responsabilidade de nossos problemas a uma entidade abstrata e intangível? Claro, há mesmo correntes de decisões, fenômenos que se encaixam uns nos outros de forma quase automática, tentativas aparentemente razoáveis que levam a fracassos imprevisíveis, limiares a partir dos quais o que era positivo passa a ser contraproducente (para falar como Ivan Illich), ou seja, “alguma coisa funciona” independentemente de nós e medidas adotadas em uma ponta do mundo podem ter repercussões nas antípodas. Ora, este sistema não caiu do céu e não foi implantado sozinho. Sua complexidade se fortaleceu progressivamente, à medida que foi acontecendo o que chamamos de globalização, mas suas origens são mais distantes.
- 13 Para expressá-lo com uma só frase, é a teoria económica dominante que constitui a principal causa dos problemas sociais e ecológicos que vivenciamos hoje. Esta afirmação parecerá certamente excessiva, mas é possível, sem entrar demais na tecnicidade do argumento, de fundamentá-la com alguns argumentos facilmente compreensíveis:⁸⁰
- Primeiro, convém fazer a distinção entre aquilo que a teoria económica inclui e aquilo que ela exclui. Embora muitas vezes se pense que “a economia inclui tudo”, é preciso identificar claramente o que ela deixa de lado: tudo aquilo que é gratuito e é trocado por dádivas e contradádivas, a importância dos vínculos sociais, a qualidade do ar ou da água, os efeitos do desmatamento, o desaparecimento da camada de ozônio, os impactos sobre a biodiversidade, as migrações e a desorganização familiar, a exclusão social, o derretimento das geleiras e calotas polares etc.
 - Segundo, a “ciência” económica se construiu em torno de uma figura emblemática, o *homo oeconomicus*, sem pertencimento de classe ou cultura, preocupado apenas com seus interesses, que ele tenta constantemente “maximizar”, fazendo escolhas “racionais”. Embora este retrato sumário tenha ficado mais complexo durante as últimas décadas, este personagem continua exercendo um papel central na teoria, pois passa por representativo

de todo o gênero humano, algo ultrajosamente reducionista: claro, os seres humanos podem ser egoístas, mas eles sabem também se mostrar generosos e, embora sejam às vezes racionais, eles podem também agir de forma imprevisível ou irracional.

- Terceiro, a teoria neoclássica inverteu completamente a noção de utilidade. Enquanto o adjetivo “útil” tinha outrora uma conotação moral (construída por oposição àquilo que poderia ser nocivo, fútil ou supérfluo), J.-B. Say e L. Walras consideraram que um bem qualquer poderia ser qualificado de útil desde que seja desejável, isto é, que uma pessoa qualquer esteja disposta a pagar seu preço. Visto assim, tudo o que passa pelo mercado pode ser declarado “útil”, até mesmo as bugigangas mais... inúteis.
 - Quarto, a teoria econômica se baseia amplamente na teoria mecanicista (newtoniana), algo que sua vinculação com a noção de equilíbrio demonstra. E isso tem por consequência de considerar o tempo como algo reversível (ou, mais simplesmente, de ignorá-lo). Ora, a segunda lei da termodinâmica, descoberta no meio do século XIX, mostra que o “circuito econômico” não funciona no vazio. Ele é alimentado por insumos (os recursos naturais) que, no decorrer do processo de produção, se degradam e se transformam em lixo e poluição. A teoria econômica, ao ignorar esta lei, não é capaz de compreender, fundamentalmente, os problemas ecológicos (ou acaba reduzindo-os à forma de “externalidades”, às quais é atribuído um preço para que o mercado possa levá-las em conta).
 - Quinto, a teoria econômica inclui num mesmo conjunto-graças ao equivalente geral monetário-estoques e fundos, ou seja, simplificando, os recursos naturais fósseis que o dono pode explorar de acordo com o ritmo que ele escolhe (para enriquecer mais ou menos rapidamente), e os recursos que produzem uma renda limitada no tempo e necessitam manutenção. Este erro não fora cometido pelos clássicos, já que Ricardo tinha excluído de seus argumentos os bens “raros” e se concentrava unicamente nas “mercadorias cuja quantidade pode crescer com a indústria do homem”. Ora, ao desconsiderar sua origem, o mercado confunde os bens reprodutíveis com aqueles que não o são. Como se não houvesse diferenças entre viver durante muito tempo quer do seu salário, quer da venda de suas joias de família...
- 14 Este rápido sobrevoos das aberrações da teoria econômica neoclássica não é nem um pouco exaustivo. Poder-se-ia acrescentar que a instituição da propriedade induziu um tipo de “obrigação de crescimento” (através do mecanismo de empréstimo hipotecário, que impõe um reembolso de novos juros a cada ano) e que o crescimento é não apenas um meio poderoso de multiplicar os bens disponíveis, sendo também um importante fator de criação de desigualdades. Aliás, boa parte dessas “imperfeições”, ou simplificações, são reconhecidas pelos próprios economistas, mas seus dogmas são cercados por um “cinto de segurança” tão firme que eles não pensam em modificá-las (Hills & Myatt, 2010).⁸¹
- 15 Essa é a teoria econômica que se impôs ao mundo inteiro: de tanto ouvi-la repetidamente tanto em liceus, na universidade, quanto na mídia – todo mundo acredita, em parte ou totalmente, que é verdadeira e que não há mais o que fazer, a não ser conformar-se a ela. Assim, hoje parece normal que cada um esteja em busca do seu próprio interesse, que o preço da cenoura ou do petróleo seja fixado pelo mercado – embora estes bens sejam de origem bem diferentes, que aquilo que é raro custe caro, que a atribuição de “direitos de poluir” (negociáveis, claro) permita reduzir a poluição etc.
- 16 O “sistema” foi implantado graças à hegemonia da teoria dominante. E esta não é muita antiga, já que ela mal tem cento e cinquenta anos em sua forma atual. Este tempo bastou para converter a maioria das pessoas para sua legitimidade, muito embora ela não seja mais do que uma teoria entre várias possíveis. A economia – considerada como a

interação dos seres humanos que realizam trocas entre si e com seu meio ambiente para garantir sua subsistência – existe desde sempre, mas não há motivos para pensar que o neoliberalismo tenha dado uma representação definitiva desta. Mesmo assim, é a isto que estamos reduzidos.

- 17 E o “decrescimento” no meio disso tudo? Não se trata de contestar sua legitimidade. Suas intenções são excelentes e as compartilho inteiramente. Porém, tenho o sentimento que, em relação às questões essenciais acarretadas pela nossa submissão à teoria econômica dominante (que todos nós incorporamos em menor ou maior grau), os *objecteurs de croissance* só trabalham na urgência e se contentam com soluções paliativas. Claro, há urgência. Continuar no caminho traçado até aqui leva ao impasse. Assim, convém decrescer, limitar nossos apetites, parar de achar que “mais = melhor”. É preciso incentivar tudo aquilo que contribui para limitar a obsessão pelo crescimento à qual se sujeitam todas as nossas sociedades. É evidente que os *objecteurs de croissance* estão certos. Sua iniciativa é legítima e necessária. Mas talvez ela fique abaixo da crítica necessária da teoria econômica dominante (Jackson, 2010).⁸² Enquanto esta não for feita, o “sistema” continuará impondo sua lei, sempre tolerando contravenções a esta, sem que isto jamais o coloque fundamentalmente em questão. E agora, qual é o passo mais importante? Decrescer ou questionar radicalmente a teoria obsoleta e errônea que negligencia tanto a importância dos vínculos sociais quanto os problemas ecológicos?
- 18 Para concluir, retomo a pergunta que atormenta os “ricos” que encontram “pobres”, que eu hesitava em responder imediatamente: “Mas como é que fazem (para viver com tão pouco, para conservar sua dignidade e, por vezes, manifestar até certa alegria de viver)?” Minha resposta é simples: é porque eles (ou elas) não são completamente subjugados pelos preceitos da teoria econômica dominante, embora acabem obrigados a levá-la em conta no dia a dia. Para viver, contam não apenas com seu trabalho, mas também com a generosidade de seus vizinhos, ao invés do seu egoísmo (e aguardam a hora certa para retribuírem suas dádivas); eles sabem que a natureza é generosa, mas que não se deve solicitá-la em excesso, eles “gastam” de bom grado valores consideráveis para manter vínculos sociais e temem que o “mau-olhado” castigue aquele que enriqueceu indevidamente. Apologia rousseauista do “bom selvagem”? De jeito nenhum! Nostalgia de um passado superado? Seria absurdo.⁸³ Observemos simplesmente que o “sistema” no qual estamos inseridos não funcionaria em momento algum se suas “leis” fossem seguidas ao pé da letra, se os empregados de uma empresa não “se dedicassem” à sua tarefa, se todo tipo de presente não apoiasse as relações empresariais, se os acordos industriais não fossem um contrapeso para os efeitos da concorrência: como se, para obter sucesso, fosse constantemente preciso trapacear... e como se pudéssemos viver em uma sociedade dominada pelo cálculo interessado, na qual teríamos feito sumir a gratuidade, os “pequenos cuidados” e as “rodadas” entre amigos, as formas de redistribuição social ou o voluntariado que sustenta a vida associativa. Paradoxalmente, são estas incontáveis transgressões que nos levam a crer que as “leis” se aplicam. Assim, confundimos a realidade com a ficção. Mas para compreender nosso mundo, não se deveria partir das práticas sociais tais como existem ao invés de adotar uma teoria que as despreza?
- 19 No Norte como no Sul, o “decrescimento” se impõe como uma necessidade. Mas para que todos seus efeitos sejam implementados, ele não pode se contentar em trapacear “o sistema”. Pelo contrário, ele deve contestar seu fundamento – a teoria econômica dominante – para não correr o risco de não fazer mais do que arranhar seus contornos, promovendo uma versão revisada e corrigida que só agravará a situação na qual estamos.

BIBLIOGRAFIA

Referências

ATTAC. *Le développement a-t-il un avenir? Pour une société économe et solidaire*. Paris: Mille et une nuits, 2004.

COLLECTIF. *Défaire le développement, refaire le monde*. Paris: Parangon, 2002.

HILLS, R.; MYATT, T. *The economics anti-textbook. A critical thinker's guide to microeconomics*. London: Zed Books, 2010.

JACKSON, T. *Prosperité sans croissance*. Bruxelles: De Boeck, 2009.

MADELAIN, C. Pratiques de la décroissance. *Itinéraires*, n. 76, 2005, Genève, Institut Universitaire d'Études du Développement.

PARTANT, F. *La fin du développement. Naissance d'une alternative?* Paris: Maspero, 1982.

—. *Essai sur l'après-développement*. Paris: La Découverte, 1988.

PÖRKSEN, U. *Plastikwörter. Die Sprache einer internationalen Diktatur*. Stuttgart: Klett-Cotta, 1989.

RAHNEMA, M. *Quand la misère chasse la pauvreté*. Paris: Fayard/Actes Sud, 2003.

RIST, G. *Le développement. Histoire d'une croyance occidentale*. 3^a ed. Paris: Presses de Sciences Po, 2007 [1996].

—. *L'économie ordinaire entre songes et mensonges*. Paris: Presses de Sciences Po, 2010.

NOTAS

73. Para um estudo mais aprofundado sobre os diversos episódios que semearam o período “desenvolvimentista” (1950-2000) e que foram brevemente evocados acima, ver Gilbert Rist (2007 [1996]).

74. NT: Os *enragés* (raivosos) faz referência a um grupo de revolucionários radicais da Revolução Francesa e aos radicais do movimento social de maio de 1968 na França. A palavra é, às vezes, utilizada para designar os mais radicais entre os participantes da “primavera árabe”.

75. Sob uma perspectiva durkheimiana, isto é, a partir das práticas sociais, dei a seguinte definição do “desenvolvimento”: “é a transformação da natureza e das relações sociais em mercadorias” (Gilbert Rist, *Le développement*, *op. cit.*, p. 24 e seg.). Evidentemente, esta formulação, que é também um posicionamento, se afasta claramente de todas aquelas que estão cheias das melhores intenções, mas não são operantes.

76. NT: AMAP = Associação para a Manutenção da Agricultura Camponesa; SEL — Sistema de Trocas Locais.

77. Considerando bem, a única forma de “decrecimento” que pode ser claramente compreendida é o “decrecimento real”, que envolve tanto o petróleo quanto os recursos haliêuticos, a qualidade do ar, as florestas primárias, a pureza da água dos rios, a calota de gelo etc.

78. Por hora, a maioria das políticas oficiais (do Norte bem como do Sul) são obstinadamente voltadas para o “desenvolvimento” ou o crescimento, o que só faz fortalecer as desigualdades sociais. Apesar de tudo, a Bolívia introduziu no seu Plano... de desenvolvimento, a noção de “viver bem” (*buen vivir*). Sob esta ótica, trata-se de “viver bem entre nós [pois] não se pode viver bem enquanto os outros vivem mal. Trata-se de viver como membros da comunidade, sob sua proteção e em harmonia com a natureza”. Esta visão, que é cosmocêntrica e multicultural, critica oportunamente a noção (ocidental) de “bem-estar”, que se atém a acumular a riqueza material. (*Plan nacional de desarrollo, Bolivia digna, soberana, productiva y democrática para vivir bien. Lineamentos estratégicos, 2006-2011*, ponto I.1.2, tradução nossa). Infelizmente, a política de Evo Morales parece se afastar muitas vezes desses excelentes princípios. Sob o título de “Contre-pouvoirs & décroissance”, a revista *Entropia* (n. 9, outono de 2010) publicou uma série de excelentes artigos que descrevem tanto a originalidade quanto as ambiguidades dessa “nova via” ameríndia que se opõe tanto ao capitalismo quanto ao “desenvolvimento”. Longe de se limitar à Bolívia, essa “nova via” abrange o Equador, o México (sob a forma de uma resistência contra o poder presente, salvo o Chiapas controlado pelos zapatistas), bem como outros países do subcontinente, em favor da renovação das culturas ameríndias. Em todos os casos, trata-se de repensar a centralidade da economia na condução de questões políticas.

79. Esta distinção entre a miséria e a pobreza foi claramente estabelecida por Majid Rahnema (*op. cit.*, 2003).

80. Esta perspectiva, rapidamente esboçada aqui, se encontra desenvolvida em Rist (2010).

81. “As [...] *Imre Lakatos explained, the centralpropositions of any theoretical framework are surrounded by a ‘protective belt’ of auxiliary assumptions” that prevent them from being refuted*”. Citado em Rod Hills and Tony Myatt (2010, p. 3).

82. Esta é a impressão que também extraio da leitura do “Relatório Jackson” (2010 [2009]). Apesar de afastar a ideia de decrescimento, este texto desconstrói de forma convincente a noção de crescimento-tanto necessária para a sobrevivência do sistema quanto perigosa para esse mesmo sistema. Porém, na falta de considerar todas as fraquezas redibitórias da teoria econômica, ele resulta em excelentes recomendações cuja forma de aplicação ainda não conseguimos enxergar. Estes são, de fato, os limites do gênero: para ser escutado, é preciso ser razoável... Isto dito, a demonstração é impecável: a “boa vida” (ou a prosperidade) não requer o crescimento.

83. Evidentemente, não concordo com o argumento do Presidente Sarkozy, que, em seu discurso de Dacar de 2007, se referia com frequência à “alma africana” ou aos “valores da civilização africana”, considerados como “um antídoto contra o materialismo e o individualismo que sujeitam o homem moderno”. Longe de comemorar um “essencialismo cultural” qualquer, atendo-me estritamente às práticas sociais que cada um pode constatar: elas não param de adotar formas diferentes, expressando ao mesmo tempo uma relação específica com os outros (os mais velhos, os mendigos, os vizinhos etc.).

AUTORES

GILBERT RIST

Professor do Institut de hautes études internationales et du développement – Genebra. Autor, entre outros, dos livros *Le développement: histoire d'une croyance occidentale* (Presses de

Sciences Po, Paris, 1996) e L'économie ordinaire entre songes et mensonges (Presses de Sciences Po, Paris, 2010). E-mail: Gilbert.Rist@infomaniak.ch

Crise ecológica e crise de civilização: a alternativa ecossocialista

Michael Löwy

- 1 A crise económica e a crise ecológica resultam do mesmo fenómeno: um sistema que transforma tudo – a terra, a água, o ar que respiramos, os seres humanos – em mercadoria, e que não conhece outro critério a não ser a expansão dos negócios e a acumulação de lucros. As duas crises são aspectos interligados de uma crise mais geral, a crise da civilização capitalista industrial moderna.
- 2 Alguns anos atrás, quando se falava dos perigos de catástrofes ecológicas, os autores se referiam ao futuro dos nossos netos ou bisnetos, a algo que estaria no futuro longínquo, dentro de cem anos. Agora, porém, o processo de devastação da natureza, de deterioração do meio ambiente e de mudança climática se acelerou a tal ponto que não estamos mais discutindo de um futuro a longo prazo. Estamos discutindo processos que já estão em curso – a catástrofe já começou, esta é a realidade. E realmente estamos numa corrida contra o tempo para tentar impedir, breicar, tentar conter esse processo desastroso.
- 3 Quais são os sinais que mostram o carácter cada vez mais destrutivo do processo de acumulação capitalista em escala global? O mais óbvio, e perigoso, é o processo de mudança climática, um processo que resulta dos gases de efeito estufa emitidos pela indústria, o agronegócio e o sistema de transporte existentes nas sociedades capitalistas modernas. Esta mudança, que já começou, terá como resultado não só o aumento da temperatura em todo o planeta, mas a desertificação de partes inteiras de vários continentes, a elevação do nível do mar, o desaparecimento de cidades marítimas – Veneza, Amsterdã, Hong-Kong, Rio de Janeiro – debaixo do oceano. Uma série de catástrofes que se colocam no horizonte dentro de – não se sabe – trinta, quarenta anos, isto é, no futuro próximo.
- 4 Tudo isso não resulta do excesso de população, como dizem alguns, nem da tecnologia em si, abstratamente, ou tampouco da má vontade do gênero humano. Trata-se de algo muito concreto: das consequências do *processo de acumulação do capital*, em particular na sua forma atual, da globalização neoliberal sob a hegemonia do império norte-americano. Este é o elemento essencial, motor desse processo e dessa lógica destrutiva que

corresponde à necessidade de expansão ilimitada – aquilo que Hegel chamava de “má infinitude” –, um processo infinito de acumulação de mercadorias, acumulação de capital, acumulação de lucro, que é inerente à lógica do capital.

- 5 Não se trata da “má vontade” de tal ou qual multinacional, ou governo, mas da lógica *intrinsecamente perversa* do sistema capitalista, baseado na concorrência impiedosa, nas exigências de rentabilidade, na corrida atrás do lucro rápido. Uma lógica que é necessariamente destruidora do meio ambiente e responsável pela catastrófica mudança do clima.
- 6 A questão da ecologia, do meio ambiente, é a questão do capitalismo; para parafrasear uma observação do filósofo da Escola de Frankfurt, Max Horkheimer – “se você não quiser falar do capitalismo, é melhor não falar do fascismo” – eu diria também: se você não quer falar do capitalismo, não adianta falar do meio ambiente, porque a questão da destruição, da devastação, do envenenamento ambiental é produto do processo de acumulação do capital. Logo, a questão que se coloca é a de uma alternativa, mas de uma alternativa que seja radical. As tentativas de soluções “moderadas” se revelam completamente incapazes de enfrentar esse processo catastrófico. O chamado Tratado de Kyoto está muito aquém, quase infinitamente aquém do que seria o necessário, e ainda assim, o governo norte-americano, principal poluidor, campeão da poluição planetária, recusa-se a assinar. O Tratado de Kyoto, na realidade, propõe resolver o problema das emissões de gases de efeito estufa através do assim chamado “mercado dos direitos de poluir”. As empresas que emitem mais CO₂ vão comprar de outras, que poluem menos, direitos de emissão. Isto seria “a solução” do problema para o efeito estufa! Obviamente, as soluções que aceitam as regras do jogo capitalista, que se adaptam às regras do mercado, que aceitam a lógica de expansão infinita do capital, não são soluções, são incapazes de enfrentar a crise ambiental – uma crise que se transforma, devido à mudança climática, numa crise de sobrevivência da espécie humana.
- 7 A conferência das Nações Unidas sobre a Mudança Climática de dezembro de 2009 foi mais um exemplo clamoroso da incapacidade – ou da falta de interesse – das potências capitalistas em enfrentar o dramático desafio do aquecimento global. A montanha de Copenhague pariu um rato, uma miserável “declaração política”, sem nenhum compromisso concreto e cifrado de redução das emissões. A Conferência seguinte, em Cancun (2010), foi pouco ou nada diferente, apesar das declarações triunfais de vários governos: nenhuma resolução concreta no terreno das emissões de CO₂.
- 8 Precisamos pensar, portanto, em alternativas radicais, alternativas que coloquem outro horizonte histórico, mais além do capitalismo, mais além das regras de acumulação capitalista e da lógica do lucro e da mercadoria. Uma alternativa radical é aquela que vai à raiz do problema, que é o capitalismo, essa alternativa é o *ecossocialismo*, uma proposta estratégica que resulta da convergência entre a reflexão ecológica e a reflexão socialista, a reflexão marxista. Existe hoje em escala mundial uma corrente ecossocialista: há um movimento ecossocialista internacional que, recentemente, por ocasião do Fórum Social Mundial de Belém (janeiro de 2009) publicou uma declaração sobre a mudança climática, e existe no Brasil uma rede ecossocialista que publicou também um manifesto, há alguns anos. Ao mesmo tempo, o ecossocialismo é uma reflexão crítica. Em primeiro lugar, crítica à ecologia não socialista, à ecologia capitalista ou reformista, que considera possível reformar o capitalismo, desenvolver um capitalismo mais verde, mais respeitoso ao meio ambiente. Trata-se da crítica e da busca de superação dessa ecologia reformista, limitada, que não aceita a perspectiva socialista, que não se relaciona com o processo da

luta de classes, que não coloca a questão da propriedade dos meios de produção. Mas o ecossocialismo é também uma crítica ao socialismo não ecológico, por exemplo, da União Soviética, onde a perspectiva socialista se perdeu rapidamente com o processo de burocratização e o resultado foi um processo de industrialização tremendamente destruidor do meio ambiente. Há outras experiências socialistas, porém, mais interessantes do ponto de vista ecológico, a experiência cubana, por exemplo (com todos seus limites).

- 9 Desse modo, o ecossocialismo implica uma crítica profunda, uma crítica radical das experiências e das concepções tecnocráticas, burocráticas e não ecológicas de construção do socialismo. Isso exige também de nós uma reflexão crítica sobre a herança marxista, o pensamento e a tradição marxista, a propósito da questão ambiental. Muitos ecologistas criticam Marx por considerá-lo um produtivista, tanto quanto os capitalistas. Tal crítica me parece completamente equivocada: ao fazer a crítica do fetichismo da mercadoria, é justamente Marx quem coloca a crítica mais radical à lógica produtivista do capitalismo, à ideia de que a produção de mais e mais mercadorias constitui o objetivo fundamental da economia e da sociedade. O objetivo do socialismo, explica Marx, não é produzir uma quantidade infinita de bens, mas sim reduzir a jornada de trabalho, dar ao trabalhador tempo livre para participar da vida política, estudar, jogar, amar. Portanto, Marx fornece as armas para uma crítica radical do produtivismo e, notadamente, do produtivismo capitalista. No primeiro volume de *O capital*, Marx explica como o capitalismo esgota não só as energias do trabalhador, mas também as próprias forças da Terra, esgotando as riquezas naturais, destruindo o próprio planeta. Assim, essa perspectiva, essa sensibilidade, está presente nos escritos de Marx, embora não tenha sido suficientemente desenvolvida.
- 10 O problema é que a afirmação de Marx – e mais ainda, de Engels – de que o socialismo é a solução da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, foi interpretado por muitos marxistas de forma mecânica: o crescimento das forças produtivas do capitalismo se choca com os limites que são as relações de produção burguesas – a propriedade privada dos meios de produção-e, portanto, a tarefa da revolução socialista seria simplesmente destruir as relações de produção existentes, a propriedade privada, e permitir assim o livre desenvolvimento das forças produtivas. Parece-me que essa interpretação de Marx e de Engels deva ser criticada, porque ela pressupõe que as forças produtivas sejam algo neutro; o capitalismo as teria desenvolvido até certo ponto e não pôde ir além porque foi impedido por aquela barreira, aquele obstáculo que deve ser afastado para permitir uma expansão ilimitada. Essa visão deixa de lado o fato de que as forças produtivas existentes não são neutras: elas são capitalistas em sua dinâmica e seu funcionamento e, portanto, são destruidoras da saúde do trabalhador, bem como do meio ambiente. A própria estrutura do processo produtivo, da tecnologia e da reflexão científica a serviço dessa tecnologia e desse aparelho produtivo é inteiramente impregnada pela lógica do capitalismo e leva, inevitavelmente, à destruição dos equilíbrios ecológicos do planeta.
- 11 O que se necessita, por conseguinte, é uma visão muito mais radical e profunda do que seja uma revolução socialista. Trata-se de transformar não só as relações de produção, as relações de propriedade, mas a própria estrutura das forças produtivas, a estrutura do aparelho produtivo. Isto é, na minha concepção, uma das ideias fundamentais do ecossocialismo. Há que aplicar ao aparelho produtivo a mesma lógica que Marx aplicava ao aparelho de Estado a partir da experiência da Comuna de Paris, quando ele diz o

seguinte: os trabalhadores não podem apropriar-se do aparelho de Estado burguês e usá-lo a serviço do proletariado, não é possível, porque o aparelho do Estado burguês nunca vai estar a serviço dos trabalhadores. Então, trata-se de destruir esse aparelho de Estado e criar outro tipo de poder. Essa lógica tem que ser aplicada também ao aparelho produtivo: ele tem que ser, senão destruído, ao menos radicalmente transformado. Ele não pode ser simplesmente apropriado pelos trabalhadores, pelo proletariado, e posto a trabalhar a seu serviço, mas precisa ser estruturalmente transformado. A título de exemplo, o sistema produtivo capitalista funciona com base em fontes de energia fósseis, responsáveis pelo aquecimento global – o carvão e o petróleo – de modo que um processo de transição ao socialismo só será possível quando houver a substituição dessas formas de energia pelas energias renováveis, que são a água, o vento e, sobretudo, a energia solar. Por isso, o ecossocialismo implica uma revolução do processo de produção das fontes energéticas. É impossível separar a ideia de socialismo, de uma nova sociedade, da ideia de novas fontes de energia, em particular do sol – alguns ecossocialistas falam do *comunismo solar*, pois entre o calor, a energia do Sol e o socialismo e o comunismo haveria uma espécie de afinidade eletiva.

- 12 Mas não basta tampouco transformar o aparelho produtivo, é necessário transformar também o estilo, o padrão de consumo, todo o modo de vida em torno do consumo, que é o padrão do capitalismo baseado na produção massiva de objetos artificiais, inúteis, e mesmo perigosos. A lista de produtos, mercadorias e atividades empresariais que são inúteis e nocivas aos indivíduos, é imensa. Tomemos um exemplo evidente: a publicidade. A publicidade é um desperdício monumental de energia humana, trabalho, papel, árvores destruídas para fabricar papel, eletricidade etc., e tudo isso para convencer o consumidor de que o sabonete X é melhor que o sabonete Y – eis um exemplo evidente do desperdício capitalista. Logo, se trata de criar um novo modo de consumo e um novo modo de vida, baseado na satisfação das verdadeiras necessidades sociais, que é algo completamente diferente das pretensas e falsas necessidades produzidas artificialmente pela publicidade capitalista.
- 13 Uma reorganização do conjunto do modo de produção e de consumo é necessária, baseada em critérios exteriores ao mercado capitalista: as necessidades reais da população e a defesa do equilíbrio ecológico. Isto significa uma economia de transição ao socialismo, na qual a própria população – e não as “leis do mercado” ou um bureau político autoritário – decide, num processo de planificação democrática, as prioridades e os investimentos. Esta transição conduziria não só a um novo modo de produção e a uma sociedade mais igualitária, mais solidária e mais democrática, mas também a um *modo de vida alternativo*, uma *nova civilização*, ecossocialista, mais além do reino do dinheiro, dos hábitos de consumo artificialmente induzidos pela publicidade, e da produção ao infinito de mercadorias inúteis.
- 14 Se ficarmos só nisso, porém, seremos criticados como utopistas. Os utopistas são aqueles que apresentam uma bela perspectiva de futuro, e a imagem de uma outra sociedade, o que é obviamente necessário, mas não é suficiente. O ecossocialismo não é só a perspectiva de uma nova civilização, uma civilização da solidariedade – no sentido profundo da palavra, solidariedade entre os humanos, mas também com a natureza –, como também uma estratégia de luta, desde já, aqui e agora. Não vamos esperar até o dia em que o mundo se transforme, não, nós vamos começar desde já, agora, a lutar por esses objetivos.

- 15 Assim, o ecossocialismo é uma estratégia de convergência das lutas sociais e ambientais, das lutas de classe e das lutas ecológicas, contra o inimigo comum que são as políticas neoliberais, a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI), O imperialismo americano, o capitalismo global. Este é o inimigo comum dos dois movimentos, o movimento ambiental e o movimento social. Não se trata de uma abstração, há muitos exemplos; no Brasil, como um belo exemplo do que seja uma luta ecossocialista, tivemos o combate heroico de Chico Mendes, que pagou com sua vida seu compromisso de luta com os oprimidos.
- 16 Como essa, há muitas outras lutas. Seja no Brasil, em outros países da América Latina ou no mundo inteiro, cada vez mais se dá essa convergência. Mas ela não ocorre espontaneamente, tem que ser organizada conscientemente pelos militantes, pelas organizações, é preciso construir uma estratégia ecossocialista, uma estratégia de luta em que vão convergindo as lutas sociais e as lutas ecológicas. Esta me parece ser a resposta ao desafio, a perspectiva radical de uma transformação revolucionária da sociedade para mais além do capitalismo. Sabendo que o capitalismo não vai desaparecer como vítima de suas contradições, como dizem alguns supostos marxistas – já um grande pensador marxista do começo do século XX, Walter Benjamin, dizia que, se temos uma lição a aprender, é que o capitalismo não vai morrer de morte natural, será necessário acabar com ele... Precisamos de uma perspectiva de luta contra o capitalismo, de um paradigma de civilização alternativo e de uma estratégia de convergência das lutas sociais e ambientais, desde agora plantando as sementes dessa nova sociedade, desse futuro, plantando as sementes do ecossocialismo.
- 17 A alternativa ecossocialista implica, em última análise, numa transformação revolucionária da sociedade. Mas que significa revolução? Walter Benjamin escrevia o seguinte em 1940: “As revoluções não são as locomotivas da história, como pensávamos. Elas são o ato da humanidade, que viaja neste trem, de puxar os freios de emergência”. O trem da civilização capitalista, do qual somos todos passageiros, está avançando, com uma velocidade crescente, em direção a um abismo, a catástrofe ecológica, a mudança climática. Precisamos puxar os freios de emergência da revolução, antes que seja tarde demais.

- 18 Algumas observações sobre o Brasil, país de importância decisiva para o futuro do planeta e do meio ambiente. A expansão ilimitada da grande produção agrícola capitalista destinada à exportação – as famosas *commodities*: soja e milho transgênicos, celulose, açúcar, etanol, madeiras nobres – tem tido como resultado a devastação crescente da floresta brasileira em geral, e da amazônica em particular. Os números do desmatamento ilustram dramaticamente este processo de destruição. Mas outras formas de agressão ao meio ambiente se desenvolvem, com consequências profundamente negativas: a) a utilização massiva de pesticidas e agrotóxicos, que poluem a terra e a água, e põem em perigo a sobrevivência de várias espécies, a começar pelas abelhas; sem falar do fato que acabam por poluir os próprios alimentos consumidos pela população; b) o plantio de imensas extensões de eucaliptos – destinados à indústria de exportação da celulose – que são verdadeiros “desertos verdes” que absorvem, em poucos anos, a água do solo e do subsolo; c) o desenvolvimento de plantas transgênicas – a começar pelo milho, mas também, em certas regiões, a soja – que contaminam e, portanto, eliminam as variedades

locais, reduzem a biodiversidade, submetem o camponês ao poder econômico das multinacionais que controlam as sementes (Monsanto!) e apresentam, possivelmente, riscos para a saúde, ainda insuficientemente estudados; d) a poluição dos rios por produtos tóxicos – mercúrio, e outros detritos químicos – que envenenam os peixes e ameaçam a saúde das populações ribeirinhas. Poderia se continuar com outros exemplos, a lista é muito longa.

- 19 Não se trata, é importante precisar, apenas de “abusos”, “infracções” ou “excessos” de empresários sem escrúpulos, mas de um problema mais profundo: apropriada lógica destruidora de um sistema *intrinsecamente perverso*, o capitalismo monopolista – particularmente em sua etapa neoliberal. A racionalidade estreita do mercado capitalista, com seu cálculo imediatista de perdas e lucros, está necessariamente em contradição, no Brasil como em toda parte, com uma racionalidade ecológica, que leva em consideração a temporalidade longa dos ciclos naturais.
- 20 Diante desta realidade, a atitude das autoridades estaduais ou federais brasileiras tem variado entre o apoio direto ao agronegócio – em nome do “desenvolvimento” – e tentativas limitadas e insuficientes de controle. Ao sabor das pressões, o governo Lula hesitou, buscou contentar gregos e troianos, evitando conflitos com a famosa “bancada ruralista”. A situação seria ainda pior se não houvesse a permanente pressão do MST, da Via Campesina e dos movimentos ecológicos (Greenpeace etc.) que tratam de organizar a resistência, com ocupações e ataques simbólicos contra plantações transgênicas, fábricas de celulose (Aracruz) ou laboratórios de multinacionais (Monsanto, Syngenta) – um combate que interessa a toda a sociedade brasileira, e no qual as mulheres camponesas têm tido um papel de vanguarda. Infelizmente é pouco provável que esta orientação mude durante a presidência “desenvolvimentista” de Dilma Rousseff.
- 21 A produção de agrocombustíveis é um caso à parte, que exige reflexão. Em recente reunião das Nações Unidas sobre a crise alimentar mundial, a maioria dos países questionou os chamados agrocombustíveis, considerados como responsáveis por um terço do assustador aumento do preço da alimentação. O argumento segundo o qual os agrocombustíveis são uma forma de reduzir as emissões de gás carbônico – responsáveis pelo catastrófico aquecimento global do planeta – é bem discutível, por várias razões: a) o balanço-carbono da maioria dos agrocombustíveis é fraco, na medida em que as quantidades de gás emitidas no curso de sua produção – que exige fertilizantes, maquinaria etc. – e transporte, por caminhão ou navio, acaba sendo quase equivalente ao que é supostamente ganho com a substituição da gasolina; b) para substituir o petróleo por agrocombustíveis seria necessário utilizar a totalidade das terras agrícolas do planeta; c) no caso brasileiro, a expansão do etanol contribui de forma direta e indireta – empurrando a soja e o gado para o Norte – à expansão da fronteira agrícola na Amazônia, agravando a destruição da floresta, com consequências dramáticas do ponto de vista do aquecimento global.
- 22 Na realidade, o etanol é uma tentativa desesperada do capitalismo norte-americano de manter a todo custo um sistema de transporte anacrônico, baseado no carro individual e no caminhão, condenado pelo aumento irresistível do preço do petróleo. A aliança em defesa do etanol corresponde à aliança entre o grande capital da indústria automobilística dos USA com os usineiros e latifundiários brasileiros produtores de cana-de-açúcar: a defesa do meio ambiente é um simples pretexto.

- 23 Qual será, então, o futuro do meio ambiente no Brasil nos próximos anos? É impossível prever o futuro, pela simples razão de que ele depende dos cidadãos brasileiros: não há nenhuma “lei da história” ou “lei da economia” que determine, de forma irrevocável, o que vai acontecer. Vários cenários são possíveis, em função do que farão, ou deixarão de fazer, não só os governos, mas os principais interessados: os trabalhadores do campo e da cidade, os educadores, as mulheres, a juventude, o povo brasileiro.
- 24 Um primeiro cenário seria o que se chama, na linguagem de Wall Street, “*business as usual*”, isto é, a continuação do atual processo capitalista de “produção destrutiva”. A expansão sem freios, apenas motivada pela avidez do lucro, da produção de *commodities*, terá como consequência necessária a destruição de grande parte da floresta amazônica, o último grande reduto da biodiversidade no planeta, e o último grande “poço de carbono” que absorve os gases de efeito estufa. Os povos da floresta, indígenas e pequenos camponeses extrativistas – que Chico Mendes havia conseguido organizar antes de seu assassinato – serão expulsos ou eliminados, em proveito dos latifundiários e das multinacionais do agronegócio. Enfim, as queimadas continuarão a se expandir, enviando, sob forma de fumaça, milhões de toneladas de gás carbônico para a atmosfera. As consequências deste desastre são incalculáveis, tanto para o povo brasileiro como para o conjunto da humanidade. Se este cenário se realizar, teríamos que substituir o verdeamarelo das cores nacionais brasileiras pelo cinzento-amarelo: o cinzento, como sabemos, é a cor da fumaça e das cinzas...
- 25 Existe, entretanto, outro cenário possível, aquele que é defendido pelo MST, por Greenpeace, pelos movimentos ecológicos e pela Igreja progressista: uma profunda e radical mudança do modelo econômico, dando a prioridade à satisfação das necessidades da população brasileira. Isto exige, antes de tudo, uma verdadeira reforma agrária, expropriando os grandes latifúndios e favorecendo – com terras, investimentos, créditos, ajuda técnica: 1) a agricultura familiar, os pequenos produtores, as cooperativas, os assentamentos dos sem-terra; 2) a agroecologia, sem transgênicos, e sem pesticidas tóxicos; 3) a produção de alimentos e víveres: arroz, feijão, legumes, frutos, aves. Em relação à Amazônia, o fim do desmatamento e de toda atividade econômica incompatível com a preservação da floresta, graças a um sistema de controle rigoroso.
- 26 Este cenário alternativo comporta também outros aspectos, não menos essenciais: a) desenvolvimento de energias alternativas (solar, eólica); b) desenvolvimento de redes de transporte público gratuito, de forma a reduzir progressivamente a poluidora e mortífera circulação automóvel; c) a reconstrução de uma rede ferroviária, como alternativa ao transporte rodoviário, baseado no petróleo.
- 27 Será que este cenário é compatível com o capitalismo, sistema baseado na expansão ilimitada da produção, em função exclusiva do lucro para uma pequena oligarquia local e multinacional? Em última análise, o que está em jogo é a busca por um novo paradigma civilizatório, baseado na solidariedade, na planificação democrática do processo de produção, e na preservação do meio ambiente: o ecossocialismo.
- 28 Não se trata, obviamente, de esperar, de braços cruzados, que se realize o projeto ecossocialista; o futuro se prepara hoje e já, graças ao desenvolvimento das lutas, da auto-organização, e da consciência socioecológica. A cada vitória, por limitada que seja, contra a Monsanto ou a Syngenta, a cada passe gratuito nos transportes públicos de uma cidade, a cada “empate” que consegue salvar um pedaço da floresta amazônica, a cada

cooperativa do MST com produção biológica de alimentos, se está plantando as sementes de uma solução alternativa, de um outro Brasil.

AUTOR

MICHAEL LÖWY

Sociólogo e filósofo franco-brasileiro. *Directeur de Recherche* emérito do CNRS, professor da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS-Paris). Coautor do *Manifesto Ecosocialista Internacional* (com Joel Kovel). Autor de vários livros sobre o pensamento marxista traduzidos em português.

Alguns marcos teóricos e políticos para a construção de uma postura ecológica revolucionária

François Chesnais

Tradução : Maíra Machado e Caroline Delelis

- 1 Na França, a ecologia política já tem uma longa história. René Dumont, agrônomo ilustre, foi seu primeiro defensor e candidato à eleição presidencial em 1974. Em 1992, surgiu uma revista de alto nível intelectual, a *Revue d'écologie politique* fundada por Jean-Paul Deléage. Desde 1974, conscientes dos desafios, os partidos conservadores procuraram “domesticar” e banalizar o debate ecológico com a criação do “Ministério da Qualidade de Vida” (que se tornou em seguida o “Ministério das Condições de Vida”), encarregado do meio ambiente. Uma concepção bem definida dos problemas, explicitada pelo seu nome. A partir da presidência de François Mitterrand, tal ministério se tornou simplesmente o do Meio Ambiente, o que poderia ter representado um progresso. Mas o leque de suas competências variou muito de um governo ao outro, seja dirigido pela direita, seja pelo partido socialista. Assim, a questão energética foi retirada das competências do ministério atual. Este último está, de fato, sempre sob a tutela do Primeiro-Ministro ou do Ministro da economia, ambos à escuta de grandes grupos industriais e financeiros. Um dos últimos exemplos claros é a autorização dada pelo ex-ministro Jean-Louis Borloo de exploração dos gases de xisto, por fraturamento, em algumas regiões de Cévennes, que já estão com penúria de água e muito vulneráveis ecologicamente. O Partido Verde disponibilizou dois ministros aos governos do Partido Socialista, que admitiram, ao final do mandato, sua impotência total diante dos potentes interesses económicos nacionais. São evidentemente os mesmos interesses que, dentro das relações de rivalidade – cooperação – convivência, fizeram fracassar as negociações internacionais sobre o clima, incluindo aquela tão esperada de Copenhague. Ao reformismo da ecologia política dominante, acrescenta-se a postura dos sindicatos que sempre se negam a considerar as reivindicações relacionadas à segurança no trabalho e à qualidade das condições de vida dos operários, trampolim para uma ecologia anticapitalista, no mesmo plano que as negociações sobre os salários e o emprego. Mesmo nos campos mais “banais” – grandes incineradores, despoluição,

prioridade ao transporte rodoviário cujas consequências não se limitam às emissões de gases de efeito estufa – o resultado político das campanhas é praticamente nulo. Pode-se citar como exemplo o “*Grenelle de l'Environnement*”.⁸⁴

- 2 O forte envolvimento da associação ATTAC⁸⁵ nas questões ecológicas em meados dos anos 2000, e o aviso do Novo Partido Anticapitalista (NPA) durante sua criação em fevereiro de 2009 (de que colocaria os combates ecológicos e o “ecossocialismo” no centro de suas atividades) lançou ou relançou o debate sobre as referências teóricas e políticas que poderiam fundamentar as bases e orientar uma postura anticapitalista radical ou revolucionária nesta área.
- 3 Na França, a releitura de Marx sobre as questões ecológicas data do final dos anos 1990. Em um contexto no qual os trabalhos do IPCC começam a ser considerados com seriedade nas associações e correntes que irão formar mais tarde a “alterglobalização”, tal releitura nasce do desafio lançado por certos teóricos do decrescimento que consideram pouco relevantes as ligações entre o sistema económico capitalista e o desperdício descarado dos recursos ou, ainda, da opção cada vez mais irreversível a favor de uma “economia de alta intensidade de carbono”. O caminho que levou a essa releitura foi aberto dez anos antes, pela publicação da tese de James O'Connor sobre a “segunda contradição do capitalismo” e com o debate que seguiu na *New Left Review*. O livro só foi publicado em francês em 2011 (!). É com a publicação de *Marx's Ecology: Materialism and Nature*, de John Bellamy Foster (2000), que essa releitura progrediu verdadeira mente. Esse livro coletivo me permite apresentar alguns aspectos da minha própria leitura de Marx e de suas implicações práticas.

O caráter social radical da questão das mudanças climáticas

- 4 Começarei por minha compreensão do desafio social radical contido na questão da relação entre o capitalismo e a “natureza”. De maneira imediata no caso das mudanças climáticas, e em mais longo prazo no caso da penúria crescente de muitos recursos não ou muito lentamente renováveis, o desafio da questão “ecológica” é aquele da perenidade de algumas condições “naturais” necessárias à reprodução social. Essa noção me vem do livro I do *Capital* na parte sobre a mais-valia e o salário, mas também de trabalhos antropológicos importantes dos anos 1970, como aqueles de Maurice Godelier (1978). Este autor fez “das condições de reprodução (e de não reprodução) dos sistemas sociais, sob a dupla restrição de suas estruturas internas e dos seus ambientes ecológicos”, seu campo de pesquisa predileto, chegando a utilizar o termo, pouco utilizado até então, de ecossistema.
- 5 No caso das mudanças climáticas, as condições naturais necessárias à reprodução social dependem da biosfera e de vários ecossistemas que, como sabemos hoje, estão muito fragilizados (correntes marinhas, geleiras, florestas primárias, etc.). A questão climática é “social” nesse sentido básico e radical, em um número crescente de partes do mundo (Chesnais e Sarfati, 2003).⁸⁶ Os efeitos das mudanças climáticas já são desastrosos para os habitantes autóctones do Ártico, da Groenlândia e do Himalaia, para pastores da África do Leste, para os insulanos dos pequenos Estados do Pacífico (ameaçados de submersão), para os Mapuches do Chile, ou os Guaranis da Argentina.⁸⁷ A questão ecológica envolve, então, as próprias bases da civilização, na medida em que somos levados a considerá-la

como planetária. Por hora, os efeitos sociais dos processos de degradação dos ecossistemas se manifestam de maneira desigual e diferenciada no espaço mundial criando, assim, uma dificuldade política importante. Em alguns países capitalistas avançados, como mostrou o furacão Katrina em Nova Orleans em 2006, a capacidade de enfrentar as catástrofes (que sempre chamamos de “naturais”) e, sobretudo, as suas consequências imediatas e mais longínquas sobre as diferentes classes ou camadas sociais, se tornou um fator que se acrescenta às diferenciações sociais anteriores e as agrava consideravelmente.

- 6 Por enquanto o impacto das mudanças climáticas afeta, de maneira direta, sobretudo as pessoas vivendo nos chamados países “do Sul”, em geral os mais pobres e mais vulneráveis. Nos países do centro do sistema capitalista mundial a ameaça parece ainda distante e, portanto bastante abstrata, não somente para a maioria dos assalariados, mas também para a maioria “esmagadora” dos responsáveis sindicais, e mesmo para muitos militantes anticapitalistas. Tal posição se reflete, evidentemente, naquela que predomina nos “países emergentes” e que é marcada pela ideologia de “alcançar” o modelo “ocidental” americano mais precisamente, da expansão urbana, do transporte e da ocupação do território. Os grandes grupos industriais e financeiros que agora dependem do mercado desses países desempenharam e desempenham mais que nunca um papel central na difusão da ideia do *“one and only way of everyday life”*.

A valorização sem fim do capital, da venda de mercadorias, da exploração sem limites dos trabalhadores e dos recursos naturais

- 7 É necessário, então, buscar as raízes do “produtivismo” e do “consumismo” nas suas relações com as questões ecológicas. A observação metodológica mais condensada de Marx sobre as relações do homem com a natureza é oriunda de um texto de educação política, pouco lido hoje: “Para produzir, os homens entram em relação determinada uns com os outros, e é somente nos limites dessas relações sociais que sua ação sobre a natureza se estabelece” (Marx, 1952, p. 31). Dizer que as “relações sociais” no âmbito das quais a sociedade mundial contemporânea – dominada de um lado a outro pelo capital – “estabelece sua ação sobre a natureza”, são aquelas que opõem o capital e o trabalho seria proceder a uma simplificação à qual Marx não se entregou e que não é suficiente para entender os desafios atuais. A definição pertinente é aquela de relações sociais comandadas pela valorização sem fim do dinheiro que se tornou capital, num movimento marcado pela redução do trabalho concreto ao trabalho abstrato e pela produção e venda de mercadorias, também sem fim. Nos *Manuscritos de 1857-58*, Marx escreve que “o capital, enquanto representa a forma universal da riqueza – o dinheiro – é a tendência sem fronteiras e sem medida de ultrapassar seu próprio limite. Senão, ele cessaria de ser capital, o dinheiro enquanto ele se produz ele mesmo” (Marx, 1980, p. 273).
- 8 Para que o capital possa preservar seus atributos de “autômato”, de “valor em processo” voltado perpetuamente para sua autorreprodução, são necessárias duas condições. A primeira é a alquimia muito peculiar que nasce do encontro entre o dinheiro que se tornou capital com o trabalho vivo. Para que a “tendência absoluta ao enriquecimento” se realize, é preciso que a “conversão do trabalho (atividade viva e eficiente) em capital (Marx, 1980, p. 256) possa se realizar sem entrave. Hoje, a concorrência direta dos

trabalhadores de vários países e continentes, assim como a formação de um exército industrial de reserva globalizado, mediante a liberdade de instalação de firmas, as deslocalizações, as realocações, a liberalização das trocas, garantem ao capital a possibilidade de se apropriar das propriedades ou de “se apropriar das qualidades” de inteligência, de energia humana, de esforço em escala planetária e com o melhor custo. A desregulamentação do mercado de trabalho e a utilização de tecnologias da informação e de comunicação pelas empresas, conceitos que poderiam parecer uma mera sutileza teórica, interferem de maneira cada vez mais concreta no cotidiano dos assalariados. A segunda condição é poder extrair matéria-prima sem limites das reservas terrestres, recursos do solo e do subsolo, impactando cada vez mais gravemente a biosfera e os ecossistemas muito frágeis ligados a esta última. A exploração sem limites da força do trabalho comprada, a exploração sem limites, até o esgotamento, dos recursos naturais e a produção e venda atual de mercadorias, sem consideração pelas emissões de gases de efeito estufa, andam juntas. Elas estão inscritas na noção de capital e naquela que lhe é inseparável de produção de mercadorias. Hoje, massas imensas de mercadorias, na maioria, socialmente inúteis, e, no que tange a sua produção material, devoradoras de recursos dificilmente ou não renováveis, bem como emissoras de gases de efeito de estufa.

- 9 Para que a autorreprodução do capital seja efetiva, é necessário que o ciclo de valorização se feche com “sucesso”, ou seja, que as mercadorias fabricadas e a força do trabalho comprada no “mercado do trabalho”, e utilizada de maneira discricionária pelas empresas nos sítios de produção, sejam vendidas. Para que os acionários fiquem satisfeitos, é necessário que uma grande quantidade de mercadorias, que incorporam o trabalho abstrato contido no valor, seja escoada no mercado. Para o capital, é absolutamente indiferente que essas mercadorias representem realmente “coisas úteis” ou que elas simplesmente aparentem. Para o capital, a única “utilidade” é aquela que permite tirar lucro e continuar o processo de valorização sem fim, de tal forma que as empresas se tornaram expertas, com a publicidade, na arte de mostrar àqueles que realmente ou ficticiamente (com o crédito) têm o poder aquisitivo, que essas mercadorias são “úteis”.
- 10 A valorização do capital, por meio da produção e da venda de mercadorias, correspondendo a necessidades “fabricadas”, não representa somente uma despesa inútil de trabalho. Comporta também uma despesa inútil de matéria-prima, de recursos do solo e do subsolo, bem como impactos sobre a biosfera, consequências da valorização sem fim do capital. É esta dimensão que foi, e ainda é, muito pouco considerada pelos marxistas. No entanto, o primeiro capítulo do livro I do *Capital* contém a observação de que “o homem não pode proceder de outra forma que a própria natureza, ou seja, ele só pode mudar a forma das *matérias*. Mais ainda, nessa obra simples de transformação, ele é ainda *constantemente sustentado por forças naturais*. O trabalho não é então a única fonte dos valores de uso que ele produz, da riqueza material. Ele é o pai e a *Terra, é a mãe*, como diz William Petty” (Marx, 1980, p. 58). A afirmação da importância de considerar o papel chave da “natureza” não é simplesmente teórica. É por esse ponto que Marx começa a sua crítica do primeiro programa do Partido socialdemocrata alemão, dito de Gotha: “o trabalho não é a única fonte de toda riqueza. A natureza é uma fonte de valores de uso (que são bem, apesar de tudo, a riqueza real!) tão importante quanto o trabalho, que é somente a expressão de uma força natural, a força do trabalho do homem” (Marx, 1950, p. 17).

Exploração desavergonhada dos trabalhadores e esgotamento do solo

- 11 O capital, no seu movimento de valorização, esgota os trabalhadores e dilapida os recursos naturais. A conclusão do capítulo xv do livro I do *Capital* é agora citada frequentemente, depois de ter sido, durante muito tempo, quase completamente menosprezada. Encontra-se a respeito da agricultura um exemplo peculiar desta interconexão:

Cada progresso da agricultura capitalista é um progresso não somente na arte de explorar o trabalhador, mas também na arte de despojar o solo; cada progresso na arte de aumentar a fertilidade por um tempo determinado é um progresso na ruína das suas fontes sustentáveis de fertilidade. Quanto mais um país, os Estados Unidos, por exemplo, se desenvolve na base da grande indústria, mais esse processo de destruição acontece rapidamente”, de forma que “a produção capitalista só desenvolve a técnica [...] esgotando as duas fontes das quais jorra toda riqueza, a terra e o trabalhador”. (Marx, 1950, p. 181-182)

- 12 No fim dos capítulos sobre a renda fundiária no livro III, Marx repete o mesmo tema em termos muito modernos:

[...] a grande propriedade mina a força de trabalho no último refúgio (o campo) de sua energia nativa, no domínio onde ela se acumula como reserva para a renovação da vida das nações. A grande indústria e a grande agricultura explorada industrialmente atuam juntas. Se elas se diferenciam, no início, pelo fato de que, uma desperdiça e ruína mais a força natural do homem e, a outra, a força natural da terra. Depois, elas se juntam: o sistema industrial aplicado à terra vindo por sua vez a extenuar a força do trabalho, e a indústria e o comércio intervindo para providenciar à agricultura os meios de esgotar a terra. (Marx, 1957, p. 192)

- 13 O solo sempre foi, e agora mais do que nunca, a principal vítima do esgotamento dos recursos naturais apesar da hiperprodutividade de algumas formas de culturas. O uso maciço de fertilizantes químicos pareceu resolver os problemas de “restituição dos elementos de fertilidade à terra”, mas só fez adiar e piorar a situação. O termo esgotamento inclui a extinção acelerada das espécies vegetais e os novos riscos proporcionados pelos OGM que também comprometem a reprodução das variedades cultivadas e expropriam o que sobrou do campesinato. Nos países do “Sul”, a exploração desenfreada dos recursos naturais está quase sempre ligada a formas violentas de exploração dos trabalhadores.⁸⁸ O capitalismo não pode ouvir o discurso do “decrescimento”, somente aquele da luta. Luta de classes e também luta de comunidades camponesas nos chamados países do Sul. Martínez Alier (2008) fez um censo recente e impressionante dessas últimas. Nos países capitalistas avançados, existem muitas atividades onde a luta é a via de entrada da ligação entre a “questão social” e a “questão ecológica”. Só um exemplo aqui: aquele da produção hortícola “industrializada” que abastece os supermercados com frutas e legumes na Espanha,⁸⁹ mas também na região do sul na França. Não é por acaso que seja nesse setor que os fiscais do trabalho são acolhidos pelos patrões ou gerentes com tiros de espingarda (Chesnais, 2004). Nesse setor, como é o caso em muitos outros, lutar para aplicar o direito trabalhista e a obrigação de fornecer documentos para os trabalhadores imigrantes empregados, é também uma forma de combate ecológico. É um exemplo que mostra a importância de recolher dados sobre situações onde a exploração dos trabalhadores e as degradações ecológicas acontecem simultaneamente. Dessa forma, os dados ajudariam os militantes operários e sindicais a

melhor compreender a relação entre combate social e combate ecológico na agroindústria, nas minas e na transformação de metais.

A energia, sustentáculo da acumulação de capital e da detenção de poder

- 14 Mencionou-se o papel exercido pelos grandes grupos industriais e financeiros na propagação do modelo mundial único de urbanização e de transporte. Da mesma forma que o combate anti-imperialista, o combate ecologista começa “no seu próprio país”, contra os próprios grupos industriais “nacionais”. A acumulação de capital não é “desencarnada”. Os pesquisadores marxistas reconheceram isto ao pesquisarem as empresas multinacionais (STN) e, no que diz respeito à parte financeira, os bancos, os fundos de pensão e de investimentos financeiros coletivos. A organização do complexo militar-industrial foi cuidadosamente estudada. No entanto, ainda não é o caso para o complexo industrial-financeiro que agrega energia/automóvel/construção civil, do qual os grupos petrolíferos constituem o pivô. Atualmente, o peso político deste complexo, a importância do impacto ecológico de suas atividades, sua capacidade de impedir as mudanças, exige que concentremos nossa atenção sobre ele e compreendamos o que lhe permite fazer a sociedade, por assim dizer, “refém”.
- 15 A história do capitalismo conheceu uma fase inicial de conflito entre os capitalistas e os proprietários fundiários (desmantelamento da propriedade eclesiástica e abolição dos direitos feudais na França e na Inglaterra, estigmatização da renda na teoria da acumulação de Ricardo levando à revogação das leis de tributação para a importação do trigo). Mas o lucro rapidamente fez as pazes com a renda. A burguesia industrial reconheceu a “legitimidade” do arrendamento agrícola e, ainda mais facilmente, das minas de carvão, de ferro e de metais não ferrosos. Como os títulos dependentes da capitalização financeira, “o título de propriedade fundiária não tem nada a ver com o capital que é investido. Seu valor se baseia em uma antecipação” (Marx, 1976, p. 188). Esta última difere profundamente, entretanto, das especulações da bolsa, na medida em que ela é sujeita a cálculos precisos. “Uma antecipação do futuro – uma verdadeira antecipação geralmente ocorre na produção de riquezas somente em relação ao trabalhador e à terra, pois, o futuro de ambos pode realmente ser antecipado e devastado por uma sobrecarga prematura e o esgotamento, pela perturbação do equilíbrio entre despesas e retornos” (Marx, 1976, p. 359).
- 16 Com a chegada do petróleo, a interpenetração entre renda e lucro ocorreu em grande escala. O caminho foi deliberadamente fechado a outras tecnologias cujos potenciais são redescobertos atualmente. Tal foi o caso do fotovoltaico e ainda mais do solar térmico que passaram por um desenvolvimento inicial a partir do século XIX, antes que suas trajetórias industriais tenham sido fechadas. A opinião dominante, que vai muito além do neoliberalismo, diz que as mudanças climáticas seriam “devidas à atividade humana”. Ela desconsidera não somente o capitalismo em si, mas também as decisões tomadas no âmbito industrial em momentos de bifurcação tecnológica potencial (Tanuro, 2011). “A atividade humana” é aquela modelada pelo capitalismo. Pouco a pouco, a armadilha que conhecemos hoje foi armada. Seus fundamentos vão além da economia *stricto sensu*. O individualismo, que a sociedade burguesa alimenta para melhor fundamentar a propriedade privada, encontrou uma de suas expressões mais representativas no carro

individual. Fortemente ligado às instituições financeiras, o setor petrolífero se tornou aquele onde a acumulação e a centralização de capitais foi a mais forte e um dos setores que impulsionou o processo de internacionalização do capital. Trata-se do setor, por excelência, de intervenções políticas e das guerras imperialistas. A materialização organizacional desta potência possui nomes com os quais estamos familiarizados: Exxon (sucessor da Standard Oil fundada por Rockefeller), Shell, Total, BP, mas também Gazprom e PetroChina (muito ativa na África) ou ainda na América Latina, a Petrobras, a Pemex, ou ainda a Petroleos da Venezuela que, ao mesmo tempo em que é controlada por Chavez, faz amplamente parte do oligopólio petrolífero mundial. É preciso acrescentar na área financeira os gigantes “fundos soberanos” dos Estados do Golfo que socorreram Wall Street e a City desde o início da atual crise financeira. Hoje, os grandes grupos de energia pretendem comandar as condições de adoção das energias renováveis (ritmo, preço, difusão internacional).

- 17 Na França, a empresa Total compartilha este papel com os grupos que formam o complexo político-financeiro da indústria nuclear, notadamente a Areva e a EDF, assim como a Alstom, fabricante de turbinas. Tais empresas procuram explorar a crise da mudança climática, apresentando a energia nuclear como uma fonte de energia “limpa”, rejeitando não apenas os riscos ligados ao setor nuclear, mas também os gravíssimos problemas transferidos às gerações futuras pelo armazenamento de resíduos radioativos. O setor está indissoluvelmente ligado à política militar; não há indústria nuclear civil sem haver a militar.⁹⁰ O setor é uma das partes envolvidas no sistema de dominação política, de exploração e de corrupção imperialista da “França-África”. O continente detém um papel essencial por ser fonte de urânio, notadamente o Níger e a África Central. Areva e EDF são um dos elementos que constituem o neocolonialismo francês. A oferta de eletricidade nuclear de baixo custo é um obstáculo ao desenvolvimento das tecnologias alternativas de energia renovável (solar térmica, fotovoltaica, eólica etc.) não apenas na França, onde o obstáculo é temível, mas na Europa de modo mais abrangente.⁹¹ No caso do Brasil, as verdadeiras questões do pré-sal não estão ligadas à soberania ou à criação de um subsistema tecnoindustrial nacional-mesmo se as negociações ainda não terminaram, presume-se que os grupos estrangeiros participarão do projeto de perto – mas ao longo fôlego que o pré-sal dará ao reino do caminhão e do automóvel, associado aos grandes riscos ecológicos marinhos.

Construindo o sujeito político: estado de alerta militante diante das crises ecológicas eminentes

- 18 O período histórico no qual ingressamos vivenciará provavelmente um enredamento crescente entre os impactos econômicos e sociais das mudanças climáticas e os efeitos da crise econômica e financeira mundial e de suas prorrogações. A questão é a reconstituição de um “sujeito político” diante do capital.
- 19 A interação entre os diferentes problemas colocados diante da humanidade representa um desafio descomunal. Para superá-lo, os trabalhadores precisariam criar, em nível mundial, uma “reunião de homens livres que trabalham com meios de produção comuns e juntam, a partir de um plano compartilhado, suas inúmeras forças individuais em uma única força de trabalho social” (Marx, 1950, LI, t1, p. 90). Os termos são de Marx que em outro texto acrescenta: “tornando-se produtores associados”, os trabalhadores teriam

então os meios de “combinar racionalmente e controlar suas trocas de matéria com a natureza de tal modo a realizá-las dispensando menos força e nas mais dignas condições assim como da maneira mais conforme à natureza humana” (Marx, 1957, LIII, t8, p. 198-199). Em condições determinadas, a revolução é um ato defensivo. Em Setembro de 1917, Lênin escreveu um folheto intitulado *A catástrofe iminente e os meios de evitá-la*.⁹² Sua análise começa pela fome nas cidades, cuja causa é a desorganização deliberada dos transportes e o armazenamento especulativo dos cereais. Lênin enumera as medidas anticapitalistas necessárias para resolver a situação e ele argumenta que implantar tais medidas é um ato defensivo, um ato de sobrevivência, o único modo de preservar as condições elementares da reprodução social dos operários e dos explorados. No entanto, é bem este tipo de situação à qual estamos confrontados hoje, no plano alimentar, no plano ecológico, ao nível da habitação e, desde o agravamento da crise, no quesito emprego. “Os homens fazem sua história, mas eles não a fazem de modo totalmente voluntário, em condições livremente escolhidas. Pelo contrário, eles as encontram todas prontas, dadas, herdadas do passado” (*op. cit.*).

- 20 A crise ecológica, da qual a mudança climática é o elemento central, faz parte das condições “não escolhidas livremente” que o capitalismo deixará, de toda maneira, como herança às gerações futuras. Mas são as gerações já nascidas que serão confrontadas a uma fonte de barbárie inédita. Isabelle Stengers (2009, p. 58)⁹³ nos adverte da entrada da humanidade em um novo período da longa história da barbárie capitalista do qual o “Novo Mundo” foi a primeira vítima no século XVI. O novo período será aquele onde catástrofes ecológicas virão se somar às guerras, com suas consequências diferenciadas em função da classe social, o que foi colocado plenamente em evidência quando o furacão Katrina destruiu Nova Orleans. Trata-se de anunciar uma “verdade que incomoda”, ou seja, que a “natureza” já foi tão agredida de maneira extrema, que ela começou a “responder”, e numa escala cada vez maior. A autora enfatiza que nos encontramos em um caso cada vez mais excepcional onde, no âmbito do IPCC, os “climatólogos, glaciólogos, químicos e outros fizeram seu trabalho, e conseguiram fazer o sinal de alerta tocar, apesar de todas as tentativas de abafá-lo, e a impor “uma verdade que incomoda”, apesar de todas as acusações às quais foram sujeitos (*op. cit.*)”. A questão não é saber o que faremos num futuro mais propício ao socialismo. A sociedade humana se encontra diante de uma questão imediata, uma questão profundamente política, no sentido que a vida de milhões de pessoas vai ser afetada diretamente e, frequentemente, até colocada em perigo. Pois a “intrusão de Gaia” terá como pano de fundo o capitalismo, ou seja, um sistema de exploração econômica e dominação social onde a mudança climática é vista pelas empresas como uma fonte futura de investimentos e de lucros, enquanto os governos a consideram como um problema de manutenção da ordem, que vem se somar a muitos outros.
- 21 Voltemos ao alcance da expressão “produtores associados” (que inclui certamente pesquisadores e engenheiros). São aqueles que estão, seja diretamente, seja pelo intermediário do capital, mas em uma relação conflituosa com este último, em relação direta com os meios de produção e que sabem “fazê-los funcionar”. Para citar o exemplo da França, existe uma parte chave dos trabalhadores, os agricultores, “trabalhadores rurais independentes”, geralmente membros da Confederação Camponesa. Eles começaram a assumir de frente a questão das relações entre a sobrevivência social e os modos de produção não capitalista, para eles mesmos, assim como para toda a sociedade. Outro exemplo é o apelo dos empregados das estradas de ferro de Sud-Rail em fevereiro

de 2010 a “construir as mobilizações populares para uma política de transporte de mercadorias realmente ecológica e social”. Durante a greve da Total de Dunquerque em 2009, com a ocupação da refinaria, um texto circulou explicando que a solução social era manter os empregos dos assalariados da Total e das empresas de terceirização, e que a solução ecológica era a reconversão para atividades mais sustentáveis; a ecologia não podendo ser concebida sem incluir os homens e mulheres que trabalhavam no local. A posição se manteve minoritária sem se beneficiar do apoio de um sindicato, mas houve a vontade de articular perguntas que não podem mais ser desmembradas.

- 22 A amplitude das mobilizações contra a introdução de produtos geneticamente modificados em 2008-2009 com as suas vanguardas de “ceifadores voluntários” correndo risco de prisão, e mais recentemente a insurgência em massa das cidades e vilarejos contra a exploração dos gases de xisto, indica uma disponibilidade de pensamento e ação sobre as questões ecológicas como questões mundiais. Na Alemanha as manifestações são ainda mais massivas, notadamente em relação ao setor nuclear. Elas são por parte um deslocamento neste terreno de combates que não são travados atualmente contra o capital nas empresas. Na Europa, a força dos protestos em Copenhague teve uma ressonância tão importante quanto a constatação do fracasso da conferência governamental. “Fazer a história” é buscar construir com tais fundamentos, apesar de parecerem limitados no momento atual. Não há outro caminho.

BIBLIOGRAFIA

Referências

BELLAMY FOSTER, J. *Marx's ecology: materialism and nature*. New York: Monthly Review Press, 2000.

CHESNAIS, F. La mondialisation de l'armée industrielle de réserve: la délocalisation interne dans l'agriculture. *Carré rouge*, n. 2, 2004. Disponível *on-line* no site da revista *La Brèche*, disponível em <<http://www.alencontre.org>>.

—; SERFATI, C. Les conditions physiques de la reproduction sociale. In: HARRIBÉY, J-M.; LÖWY, M. (dir.). *Capital contre nature: actuel Marx confrontation*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

—. Socialismeoubarbarie, les nouvelles dimensions d'une alternative. *Contretemps* edição eletrônica, disponível em <<http://www.contretemps.eu>>, 8 jul. 2009.

FORUM CIVIQUE EUROPEEN. Le goût amer de nos fruits et légumes. *Informations et commentaires*, numéro hors-série: *Le développement en questions*, 2002

GODELIER, M. Reproduction des écosystèmes et transformation des systèmes sociaux. *Economie rurale*, n.124, 1978.

GRUPE INTERNATIONAL DE TRAVAIL PEUPLES AUTOCHTONES. *Changements climatiques et peuples autochtones*. Paris: L'Harmattan, 2009.

MAGDOFF, F.; BELLAMY FORSTER, FREDERICK BUTTEL, F. (coord.) *Hungry for profit: The agribusiness threat to farmers, food and the environment*. New York: Monthly Review Press, 2002.

MARTINEZ-ALIER, J. Conflits écologiques et langages de valorisation. *Ecologie et Politique*, n. 7, 2008.

MARX, K. *Le capital*. Paris: Éditions Sociales, livro I, tome 1, 1950.

— *Le capital*. Paris: Éditions Sociales, livro I, tome 2, 1950.

— *Critique du programme de Gotha*. Paris: Éditions Sociales, 1950.

— *Travail salarié et capital*. Paris: Éditions Sociales, 1952.

— *Le capital*. Paris: Éditions Sociales, livre III, tome 8, chapitre XLVII, 1957.

— *Le capital*. Paris: Éditions Sociales, livre III, tome 8, 1957.

— *Théories sur la plus-value*. In: *Le capital*. Paris: Éditions Sociales, livre IV, tome 3, 1976.

— *Manuscrits de 1857-58*. Paris: Éditions Sociales, v. 1, 1980.

STENGERS, I. *Au temps des catastrophes. Résister à la barbarie qui vient*. Paris: Les Empêcheurs de penser en rond/La Découverte, 2009.

TANURO, D. *L'impossible capitalisme vert*. Paris: La Découverte, 2011.

NOTAS

84. NT: Projeto iniciado por Nicolas Sarkozy em 2007, que reuniu, pela primeira vez, representantes do governo e da sociedade civil no intuito de elaborar um plano de ação a favor da ecologia e do desenvolvimento sustentável. O nome faz referência aos famosos acordos de Grenelle”, firmados em 1968, no Ministério do Trabalho (situado rua de Grenelle), entre governo, sindicatos e patrões.

85. NT: “Associação a favor da Taxação das Transações financeiras e da Ação Cidadã. Fundada na França em 1998, está hoje presente em mais de 50 países. Popularizou a expressão “outro mundo é possível”.

86. Nesse trabalho, reconhecemos o grande atraso da crítica marxista e procuramos uma explicação.

87. Ver, por exemplo, *Changements climatiques et peuples autochtones*, Grupo Internacional de Trabalho para os povos autóctones (2009).

88. Ver os estudos reunidos em Fred Magdoff, John Bellamy Forster e Frederick Buttel (2000).

89. Ver, por exemplo, em relação aos cultivos intensivos, o exemplo da cidade tristemente famosa d’El Ejido na Andaluzia e também aquele do vale do Rhône (França) em “Le goût amer de nos fruits et légumes”, março 2002 na revista *Informations et commentaires: le développement en questions*, Forum Civique Européen (2002).

90. Assim, o projeto ITER interessa aos militares, notadamente a produção e o transporte de trítio. Combustível do reator de fusão, é também o componente essencial das bombas termonucleares.

91. Veja a chamada pública para uma diversificação urgente das fontes de energia elétrica francesa lançada pelos assalariados do EDF, em junho de 2008, no link “energia” do site da Attac, <<http://www.france.attac.org/>>.

92. Este texto se encontra no endereço eletrônico <http://www.marxists.org/francais/lenin/oeuvres/vol_25.htm>.

93. Ver meu comentário dessa obra em Chesnais (2009).

AUTORES

FRANÇOIS CHESNAIS

Economista, professor associado da Universidade de Paris XIII, conselheiro científico de ATTAC. Co-redator da revista marxista independente *Carré rouge*. Último livro publicado: *Les dettes illégitimes – Quand les banques font main basse sur les politiques publiques* (Paris, Éd. Raisons d'Agir, 2011). E-mail: chesnaisf@free.fr

A mega-máquina da globalização e do desenvolvimento insustentável: retornar à simplicidade

Alain Gras

Tradução : Leonardo Milani

- 1 O pessimismo geral que cresce em todos os países ditos “desenvolvidos” e que leva um número considerável de intelectuais a tender para uma solução de decrescimento é geralmente percebido, pelos países emergentes, como um comportamento de ricos. E isto, nestes países “ricos”, facilita ainda mais a crítica dos partidários do *status quo* e da corrida ao PIB contra estes elementos perturbadores, que insistem em não reconhecer o bem-estar e o conforto que conquistamos graças a este crescimento. Ora, não há nada mais falso do que contrapor os dois modos de existência de uns, pobres, e dos outros, novos-ricos e ex-pobres. No tempo em que a futurologia estava na moda, fazia-se uso e abuso da lei dita de Bell (1976): “o que os ricos fazem hoje, os pobres farão amanhã”. Esta lei descreve, de forma muito verdadeira e brutal, a situação atual, na qual assistimos a novos países “emergentes” se lançarem em uma corrida enlouquecida com os países ocidentais e assimilados (Austrália, Nova Zelândia etc.). É verdade que esta lei de Bell resume bem a ambiguidade da situação: ela dá conta do desejo dos pobres e o legítima. Mas o que a tal lei de Bell não conta, é o que acontece depois. De fato, o axioma central desse “marketing” supõe que os ricos permanecerão sempre ricos, mantendo a vantagem conquistada, e que esta riqueza é quase “imaterial”.
- 2 Tudo ocorre como se, no ver de alguns, a corrida acontecesse em uma pista na qual os corredores pudessem competir sem nada ficar devendo ao mundo externo. Um clima de Jogos Olímpicos. Ora, a situação real, em uma pista natural, é totalmente outra: a cada passo, os corredores vão arrancando terra; e após um tanto de voltas, o terreno se tornará impraticável. Em outros termos, a entropia do sistema corredor-pista não vai tardar a crescer.
- 3 De forma bem simplificada, com esta metáfora, expresse assim a posição de Nicholas Georgescu-Roegen sobre a maneira da humanidade se comportar com o planeta.⁹⁴ Mas

parto também da hipótese de que os leitores deste livro já conheçam a questão e passarei rapidamente para o ponto mais importante, ou seja, a forma como o desenvolvimento rápido dos países, outrora considerados do terceiro mundo, produz ou não uma nova ameaça que pesa tanto sobre eles mesmos quanto sobre os ricos do ex-primeiro mundo.

A indústria: uma instituição social limitada até a incorporação de uma tecnologia universal

- 4 Após ter defendido a tese de um longo aumento do crescimento desde a Idade Média até os dias de hoje, a história recente inverte totalmente a perspectiva, em particular no quesito economia e técnicas. Hoje, percebemos que no início do século XIX, este século crucial, as diferenças entre a maior parte dos países do mundo (China, Índia, América latina, Europa, América do Norte) no plano da produção, do consumo, da esperança de vida, e demais aspectos que fazem parte, hoje, dos indicadores de crescimento, não eram tão importantes ou, pelo menos, não eram muito significativas. Assim, Kenneth Pomeranz (2001) tentou compreender a origem da grande divergência que surge durante os anos 1800 entre a China e a Europa no uso generalizado do carvão em substituição à madeira e o peso da América nos intercâmbios no Ocidente.
- 5 Sem querer aprofundar a questão com os historiadores, surpreende-me a maneira como é tratada a questão do carvão, desvinculada de todo seu universo ao mesmo tempo simbólico e tecnológico e sem que seja questionado o fato de que o carvão só passou a ser carvão industrial ao aderir a uma realidade que é tudo menos simples. De fato, ela remete a um novo modo de organização do trabalho que não estava sequer em gestação fora do Ocidente.
- 6 Recordo também que a noção de *revolução industrial* é cada vez mais descartada e que em todos os casos, esta noção de “sistema industrial” remete a uma forma de produção que integra ao mesmo tempo a desqualificação do trabalho, uma economia de mercado de produção/consumo e uma nova tecnologia (o termo “indústria” foi consagrado, como sabemos, pelo livro de Saint-Simon, escrito em 1816 – ver: Musso, 1999). Este aspecto costuma ser negligenciado, em benefício de uma visão unilinear do progresso técnico. Por exemplo, é muito significativo que um historiador francês, conhecido por sua postura crítica em relação à situação presente, tenha podido escrever um livro sobre “A revolução industrial na Idade Média” (Gimpel, 2002), concentrando todo seu raciocínio nas invenções técnicas, principalmente aquela da transformação do movimento linear em movimento circular, graças à pua que encontramos no fuso, sem considerar o fato que a revolução evoca primeiramente um fato social. Por este motivo, parece-me totalmente ilegítimo não querer compreender que o conteúdo em si da noção de progresso não é apenas filosófico, econômico e tecnológico ou até mesmo “social”, mas é sobredeterminado por um movimento geral que impulsiona a civilização capitalista desde o momento que ela começou a fazer uso da energia fóssil, movimento que chamamos de crescimento. E este uso é *posterior* ao nascimento do fato industrial e capitalista, fato tanto social quanto econômico (Merton, 1938; Vries, 2003; Lasch, 1991).
- 7 Assim, é preciso evocar o começo para compreender este movimento em toda sua amplitude, quer material, quer imaginária (Ellul, 1968; Castoriadis, 1982). Assim, sem entrar, por hora, em considerações sobre a continuidade ou descontinuidade na evolução das técnicas, é preciso lembrar que a forma de trabalho produtivo chamada de industrial

corresponde, primeiro, a uma organização quase que militar da produção, um cerceamento da mão de obra em locais fechados, a saber, os prédios das usinas onde, como defendia Marx, nada poderia esta mão de obra a não ser vender sua força para sobreviver. E isto difere do trabalho disperso dos trabalhadores rurais ou até mesmo daqueles operários de fábrica que possuíam um pedaço de terra para cultivar e para quem era mais fácil resistir aos patrões... Neste estágio, o tipo de energia necessária importa pouco-embora seja mais fácil captar a água dos moinhos (no século XVII); já a tecnologia, não é neutra. Assim, todo o esforço dos engenheiros iria se voltar para a simplificação das tarefas e a realização de máquinas que integrassem o *know-how* do artesão operário. A “mula Jenny” (1779) é o protótipo disso, bem mais que a máquina de Watt, que data da mesma época;⁹⁵ e o novo sistema técnico que nasce nesta ocasião não representa nem a causa e nem a consequência, mas acompanha, fortalece e consolida a nova organização do trabalho. A “mula Jenny” é um “*water frame*”, isto é, ela utiliza a energia hidráulica. A civilização industrial é primeiramente um tipo ideal socioantropológico, no sentido dado por Max Weber: uma forma inédita na relação entre o homem e o produto do seu trabalho, bem como na relação dos produtores entre si. Obviamente, o capitalismo não tardou a perceber a utilidade desta forma, mas ele não foi dono de seu destino, pois a novidade radical, aí sim, tecnológica, que vai transtornar a face do planeta, está vinculada, por sua vez, à nova energia que estará no centro do processo daquilo que passará então a ser chamado de “desenvolvimento”: a máquina a vapor. Eis que nos deparamos novamente com a temática desta coletânea, este desenvolvimento que se torna, a partir do século XIX, o *leitmotiv* da economia ocidental, obcecada pelo crescimento, diferindo do capitalismo dos fisiocratas ou até de Adam Smith, que pensavam primeiro no equilíbrio homeostático.

- 8 De fato, a máquina a vapor é uma máquina de destaque enquanto inovação técnica, mas seu peso no processo simbólico de desenvolvimento industrial em curso é ainda muito maior: *ela provoca uma ruptura verdadeiramente metafísica na história da humanidade*. Ela introduz uma nova representação da relação com a natureza, onde a predação, já amplamente difundida através da colonização,⁹⁶ passa a ser um fator essencial do “progresso”. Até então, revirar as entranhas da terra não era considerado como um ato neutro; as religiões e mitologias popularizaram a ideia de que seres viviam debaixo de terra: *gnomos, trolls, anões e djinns*. A máquina térmica impõe, pelo contrário, uma forma de pensar na qual o poder é medido a partir do nível de predação do solo e, principalmente, do subsolo. Aqui, trata-se mesmo de uma incrível descontinuidade simbólica. Podemos imaginar, claro, quão imensa era a diferença assim criada em relação às culturas baseadas no xamanismo e muitas outras civilizações tradicionais, para quem não era fácil considerar esta hipótese; o confucionismo chinês, em particular, defendia o justo equilíbrio entre Céu e Terra no Império do Meio, abordagem próxima da visão antiga dos gregos do período clássico.

A grande virada do crescimento: da indústria à termoindústria

- 9 Não obstante, a máquina a vapor apresenta mais uma faceta do imaginário, que deveríamos qualificar de metafísica: ela inaugura a civilização fundada no fogo! Ela interrompe assim a linha de uma evolução técnica na qual as máquinas utilizavam, conforme o caso, um ou outro dos elementos naturais: água, biomassa, ar, além do fogo,

de forma a ampliar consideravelmente, mas sem excesso, a força de trabalho humano ou animal.

- 10 Descrevi em outro trabalho as circunstâncias “aleatórias” que presidiam ao nascimento dessa *tecnologia fundada unicamente no poder do calor*, cuja máquina de referência é a locomotiva e o trem – e não a máquina de Watt.⁹⁷ De fato, no início do século XIX, a máquina de Watt era totalmente desconhecida da Europa continental; e a “ideia” de máquina automática teve origem, essencialmente, no contexto puritano da Grã-Bretanha, que Max Weber descreveu como o substrato religioso da busca pela eficácia capitalista em todos os campos. Minha tese, que já defendi em outra oportunidade, baseia-se no fato de que foi por causa do fracasso da política napoleônica que a tecnologia e a “*weltanschauung*” produtivista puderam penetrar nas culturas de toda a Europa. Aqui, não tenho espaço para defender essa tese, logo remeto a diversos tratados sobre a questão (Beaud, 2000; Gras, 2004; Jarrige, 2009; Mc Neil, 2001; Polanyi, 1983; Jouvenel, 1976). Gostaria apenas de retomar a questão do trem, pois encontramos, nesta máquina, os traços que pertencem ao atual desenvolvimento no âmbito da globalização: a deslocalização da produção, a capacidade de mobilizar energia, a facilidade de transferir a potência. As características essenciais daquilo que chamamos de “globalização” foram implantadas a partir da metade do século XIX: obsessão pela velocidade e gestão dos fluxos em redes, tanto materiais (ferrovias), quanto imateriais (telégrafo) e financeiros (bancos) (Gras, 1996 e 1997).
- 11 Na realidade, o capitalismo do século XVIII, embora tenha se valido da troca desigual para possibilitar a colonização (por exemplo, o algodão das Índias no caso da Inglaterra), dependia de recursos naturais e devia concentrar a mão de obra em cidades à beira d’água, como foi o caso das cidades das *Midlands* na Inglaterra; na época, o carvão servia simplesmente para que os operários pudessem se aquecer. Mas com a locomotiva, o carvão pode se deslocar para qualquer lugar que seja, com a condição de ter instalado uma infraestrutura ferroviária. Esta infraestrutura se apossa da paisagem, cavando as montanhas, terraplanando os solos e cortando as curvas. Assim, a deslocalização pode se dar nos dois sentidos: o trem traz energia para o campo ou para grandes centros industriais – por exemplo os de mineração. Permite multiplicar as fábricas sem levar em conta as condições ambientais, mas em contrapartida facilita também o afluxo de população para as cidades. A partir daí, assistimos a um movimento duplo: o da urbanização acelerada e o da mecanização do campo. *E ainda é assim no mundo contemporâneo: os países emergentes seguem realmente o mesmo modelo.*
- 12 Para resumir, a modernidade sociotécnica representa uma descontinuidade histórica radical, em função:
- da organização militar do trabalho e da desqualificação da mão de obra;
 - do abandono total das energias renováveis, em favor da mecanização do trabalho, graças ao poder do fogo (quer seja proveniente do carvão, do gás, do petróleo ou da energia nuclear);
 - do fim da dependência da produção em relação à localização da fonte de energia ou da mão de obra, graças a meios de transporte rápidos, com motor térmico, tendo o trem como primeiro exemplo;
 - da implementação de uma gestão dos fluxos deslocalizada – ela também, por meio da implantação de redes e centros de regulação.
- 13 Gostaria de enfatizar a noção de *termoindústria* para caracterizar, no plano sociotécnico, o modo de produção do capitalismo moderno; e hoje, isto vale para todas as regiões do

planeta (Grinevald, 1997; Gras, 2007). Assim, a questão da saída da termoindústria não é somente um problema de ricos, ela envolve todo o planeta.

A grande divergência e a criação do Terceiro Mundo: uma realidade do imaginário

- 14 Assim, no plano tecnológico, o processo de globalização continua esta trajetória inaugurada há menos de duzentos anos. Vale também lembrar que a rede do telégrafo, que foi inventada na mesma época que a ferrovia, conectando-se a esta, integra este movimento, enquanto telecomunicação. Atualmente, o avião e a internet prolongam esta trajetória iniciada no século XIX, algo que pretendo abordar mais adiante.
- 15 O *feito técnico fundado na irradiação de calor* aprisionado em uma carcaça de metal, a caldeira do motor a vapor ou a câmara de combustão do motor a explosão, se situa no início da grande divergência entre aquilo que se convencionou chamar de norte e de sul. Claro, ele não é uma causa – causalidade é uma palavra que não deveria existir em ciências humanas, mas deve permanecer no centro das nossas preocupações, tão logo a ecologia e a preservação do planeta constituam o principal motivo do chamado à autolimitação e ao decrescimento do consumo delirante.
- 16 A “máquina de fogo”, para retomar a terminologia do seu primeiro teórico, Sadi Carnot (1822), inaugura o caminho da *hybris*, do desmedido, chegando na hora certa para continuar a reduzir o ambiente natural ao estado de objeto sem valor, descrito pela filosofia do período clássico: a natureza inerte e imutável, para Galileu (“inexorável, governada por leis que ela nunca chega a alterar”); para Bacon, uma serva; coisa extensa e sem consistência para Descartes; e apresentada sob diversas formas menos evidentes, por Leibnitz ou Locke, por exemplo, mas sempre sujeitada ao “poder do racional”, conforme Dominique Jannicaud (1985).⁹⁸ Assim, os atuais países emergentes recebem de herança uma visão de mundo e um passado cultural que não lhes pertence, muito embora, no caso do Brasil, o positivismo aproxime muito mais sua memória da europeia. *Não obstante, todos compartilham os mesmos problemas gerados pela tecnologia moderna, os que dizem respeito às ameaças ao planeta; e o caminho do desenvolvimento, sustentável ou não, só pode levar ao mesmo resultado que o dos “antigos ricos”.* Neste plano, é verdade que estamos no mesmo barco, pois os sistemas técnicos são idênticos entre si, não importa aonde (Rist, 2007). Logo, porque os problemas que se apresentam para os países ricos não existiriam para os países emergentes? Colocado assim, o problema torna ridícula a afirmação de que a crítica ecológica, em particular a tese do decrescimento, só valeria para a região do mundo onde a termoindustrialização é a mais antiga.

O mundo termoindustrial, o mundo no qual se dissipam os fluxos de calor

- 17 Sem preconceitos quanto à forma das culturas conceberem, a médio prazo, o “progresso”, agora que elas sobem a crista, produzida em terra europeia, da onda imaginária do futuro, a noção de progresso baseia-se, para todos, no conforto material, no consumo, na saúde... e certamente, neste plano, a técnica *homogeneíza*, por ora, as civilizações. Assim, o mundo “emergente” recebeu de herança uma organização da produção e do consumo eficaz graças à interdependência dos grandes sistemas técnicos, em particular os de

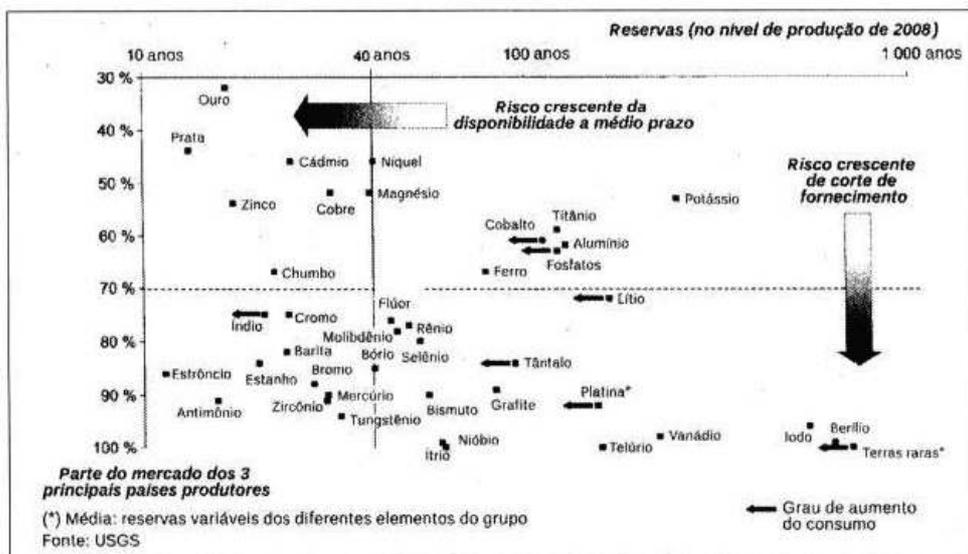
telecomunicações e transportes, que viabilizaram a implantação de um território artificial, um conjunto em rede, desde o alvorecer do termo industrialização. *E subjaz o mesmo princípio de governança “big is powerful” que resulta, em termos concretos, na construção de gigantescos aparelhos de controle dos fluxos, dos quais as redes constituem a infraestrutura desde o século XIX. Este princípio dita o processo de globalização.*

- 18 Nesta base tecnoestratégica, não se pode mais diferenciar radicalmente os países industrializados antigos e novos. O modelo inicial da deslocalização do poder do capital através da máquina, a saber: *extrair energia – armazenar energia – utilizá-la à vontade*, representa um modelo de pseudodomínio do espaço-tempo que acompanha a predação generalizada, pois graças a esta energia, entramos na fase de pilhagem ilimitada que acompanha necessariamente a de poluição globalizada, com base no modelo: *revolver a terra/o planeta – extrair a parte útil – descartar a parte inútil (o lixo), deixando para esta mesma terra/este mesmo planeta o cuidado de processá-lo*. Certo mesmo é o crescimento da entropia para todos.

O perigo das tecnologias ecológicas para os países emergentes

- 19 Esta etapa está em fase de expansão acelerada e isto, paradoxalmente, por causa de um pseudodesenvolvimento sustentável que visa camuflar, por meio de uma válvula de escape tecnológica, os efeitos nocivos da trajetória adotada pela civilização planetária atual. Vamos tomar um exemplo: desde os aerogeradores eólicos até as lâmpadas de LED – estas tecnologias consomem muitos metais (cobalto, índio, lítio etc.) e “terras raras” (lantanídeos). No caso deste último, o teor em minério, que se encontra misturado com outros metais, é extremamente baixo: é muitas vezes preciso revolver uma tonelada de terra para obter 0,1 grama, após um tratamento muito custoso em termos de energia e bem poluente. Ora, muitas vezes os países emergentes são detentores destes metais; e, sabe-se, em particular, quantos estragos serão causados em locais ainda intocados da América do Sul pela exploração dos lagos salinos, para extrair o lítio necessário para os “carros ecológicos”. As tecnologias “verdes” promovidas, tanto no Norte quanto no Sul, pelo novo capitalismo induzem uma imensa pressão sobre as terras ainda preservadas, pressão que vai muito além da que resulta da busca por energia fóssil. A Antiguidade temia a *sacra auri fames*, fome sagrada do ouro; hoje, são principalmente os países emergentes que se deparam com a fome sagrada dos metais. Ora, as reservas destes metais são bastante limitadas; os metais raros, tais como o gálio, índio, rênio, cobalto, etc. são de difícil extração ou estão situados em locais de difícil acesso-ou são muito diluídos, especialmente as “terras raras” (lantanídeos), cujo essencial das reservas é detido pela China. Assim, tornaram-se componentes essenciais na continuidade da inovação tecnológica de ponta (Bihouix & Guillebon, 2010).
- 20 Este quadro, extraído do tratado de maior importância sobre a questão (Bihouix & Guillebon, 2010), coteja, no eixo Y, a concentração dos metais em muitos ou poucos países e o risco geopolítico (por exemplo, a baixíssima dispersão das terras raras, com 100% distribuídos em três países e a grande maioria disto na China, enquanto que o ouro é amplamente distribuído) e no eixo X, a duração das reservas em 2008 (o ouro deve acabar em cerca de vinte anos, enquanto o titânio deve durar ainda um século).

Figura 2 – Situação de risco da disponibilidade de certos metais



- 21 Tudo isso está se tornando público, mas em nada interrompe a mecânica desenfreada do “desenvolvimento sustentável”. Pois esta gigantesca organização de gestão dos fluxos virou algum tipo de couraça que cobre o planeta, composta por aquilo que poderíamos chamar de “macrossistemas técnicos” (Hughes & Mayntz, 1989; Hughes, 1983; Braun, 1994; La Porte, 1989; Gras, 1996) e que, de forma mais figurativa, poderíamos chamar, como o fazem Lewis Mumford e Serge Latouche, de “megamáquinas” (Latouche, 2004; Mumford, 2010). O trem foi o primeiro exemplo desta gestão na qual as decisões são tomadas em centros de regulação, graças ao telégrafo que, a partir de 1850, permitia registrar as passagens dos trens. Mas hoje, todas as trocas funcionam sob esta modalidade, tanto a alimentação quanto a aeronáutica, a indústria têxtil e a eletrônica. Hoje, o sistema é hipersofisticado, graças às técnicas da informação e comunicação, mas o princípio continua o mesmo: o *seamless web*, segundo Tom Hughes, a rede sem costura que vai cobrindo o planeta. Ora, este macrossistema técnico custa muito caro em termos de energia e poluição, pois os fluxos materiais de mercadorias não transitam sem “fricção” com o meio ambiente, produzindo uma quantidade gigantesca de lixo; e as telecomunicações deste sistema “pan-óptico” requerem uma quantidade crescente de energia elétrica (atualmente, 12% da eletricidade produzida na Europa se devem aos aparelhos de telecomunicações). Da mesma forma, a urbanização crescente e as megalópoles se transformam em buracos negros nos quais a demanda energética, bem como a gestão dos fluxos, está sendo cada vez mais difícil de atender (Gras, 2004).
- 22 Na verdade, o crescimento do PIB após a segunda guerra mundial corresponde, em boa parte, ao crescimento destas gigantes estruturas; por isto, somente uma pequena porção deste crescimento representa um ganho em termos de conforto. Na Europa, o PIB se multiplicou por mais de 2,5 desde os anos 1970; mas o conforto do cidadão, difícil de calcular, não acompanhou este ritmo, e em determinados aspectos (custo da moradia, trabalho, qualidade do ar, doenças mentais, etc.) podemos constatar uma incontestável regressão. A felicidade não pertence a este mundo, dizem; mas tornou-se claro, nos países “desenvolvidos”, que o progresso passou a ser uma ilusão à qual se prendem os partidários de um crescimento a qualquer custo, sinônimo de uma globalização na qual os ganhos se destinam primeiramente às finanças internacionais. E esqueçamos muitas

vezes, em prol de análises económicas simplistas, que a megamáquina, ou seja, os macrossistemas técnicos, formam a aparelhagem tecnológica do dispositivo da globalização e são responsáveis por boa parte do aumento da pressão exercida sobre o planeta, pela predação energética e pela pilhagem dos recursos. “O sistema é autodestrutível, nos conta Ernst Garcia, porque a causalidade é difusa e a responsabilidade também... o planeta é uma área de experimentos, uma gaiola na qual todos somos cobaias” (Garcia, 2004). E isto vale tanto para o Sul quanto para o Norte.

Conclusão: contra a corrida sem fim, a favor das tecnologias simples, robustas e recicláveis

- 23 É evidente que esta constatação parece contrariar a busca destes países emergentes, que contam, pelo contrário, pelo menos seus governantes, com os fluxos mundiais e as exportações para aumentar suas riquezas. Mas de que riquezas estamos falando? Se a curto ou médio prazo, a pilhagem deixa o solo exangue e totalmente estéril, não vai ser a tecnologia que vai nos salvar. A fuga nas tecnologias verdes é, como acabamos de ver, tão predadora quanto a do desenvolvimento pré-anos 2000: o dilema “desenvolvimento ou pobreza?”, solucionado pelos economistas do FMI através da fórmula “crescimento e emprego”, faz parte da “novilíngua” dos *experts* internacionais; trata-se verdadeiramente de uma linguagem de tipo orweliano (“A guerra, é a paz”) ou thatcheriano (“*There is no alternative*”).
- 24 O impasse é total na atual perspectiva, em que o modelo “emergente”, pintado de verde, corresponde na realidade ao modelo europeu do século XIX. Porém, em si esta noção de impasse é criticável. De fato, se a técnica é um fato de cultura, não há nenhum motivo para que siga um caminho determinado. Este mundo poderia não ter existido, simplesmente. *A noção de impasse só pode ser entendida como expressão de uma visão linear do desenvolvimento humano; de certa forma, em si a noção de impasse fortalece a crença de que a história estaria seguindo uma direção.* Ora, a determinação do hoje pelo passado, e do futuro pelo hoje, é uma ilusão que funciona a partir de uma interpretação perversa da causalidade, principalmente no campo tecnológico. Não havia nenhuma “necessidade histórica” para que a máquina térmica se apossasse do nosso futuro. Esta invenção poderia ter acontecido, sem nunca se tornar inovação, sem nunca encontrar seu papel no nicho ecológico.
- 25 Da mesma forma, não há transcendência que obrigue os países emergentes a buscarem seu futuro no âmbito de um crescimento que focalize os fluxos de mercadorias. Isso em nada é a realização de alguma tendência universal, de algum progresso, como se fosse uma etapa da longa caminhada da humanidade. Hoje, o mundo descrito pelo economista, caminhando no ritmo do “crescimento” destruidor do planeta, não é mais “verdadeiro” do que astecas sacrificando seus prisioneiros para manterem vivo o sol; mas ele o é se damos crédito aos discursos destes economistas. Para uns, o PIB pode parar de crescer; para outros, o sol pode deixar de amanhecer. Ambas as ilusões produzem sentido, mas um dia desses, quando o planeta entrar em coma ou que barbudos brancos ataquem vitoriosamente o sol, derrubando seus ídolos, será preciso mudar o rumo. A liberdade só será possível a este preço, o preço da aventura no labirinto do tempo e da criação sem causa.

- 26 Assim, a resposta para este desenvolvimento devastador só pode se dar por meio da inversão da perspectiva sociotécnica. A realocação é uma necessidade ao mesmo tempo econômica e moral, para salvar o planeta e sua humanidade, mas ela deve ser associada à escolha de tecnologias simples, robustas, recicláveis, adaptadas ao meio ambiente e aos usos das populações (*Entropia*, 2008). Tecnologias que os países emergentes poderiam implantar bem mais rápido que os países ricos, pois, naqueles, o *know-how* ainda está presente e eles não estão ainda totalmente reféns dos determinismos induzidos pelos macrossistemas técnicos. É isso, também, o necessário decrescimento na dimensão tecnológica.
-

BIBLIOGRAFIA

Referências

- BEAUD, M. *Le basculement du monde*. Paris: La Découverte, 2000.
- BELL, D. *The coming of post-industrial society: a venture in social forecasting*. New York: Basic Books, 1973.
- BIHOUIX, P.; GUILLEBON, B. *Quel avenir pour les métaux?* Paris: EDP Sciences, 2010.
- BRAUN, J. B. *Technik ohne Grenzen*. Berlin: Campus Verlag, 1994.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- ELLUL, J. *A técnica e o desafio do século*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- ENTROPIA Nº 3. *Technique et décroissance*, Lyon, Parangon/Vs, 2008.
- GARCIA, E. *Medio ambiente y sociedad – La civilización industrial y los límites del planeta*. Madrid: Alianza, 2004.
- GIMPEL, J. *La révolution industrielle du Moyen Age*. Paris: Seuil, 2002.
- GRAS, A. *Fragilité de la puissance*. Paris: Fayard, 2004.
- . *Le choix du feu-Aux origines de la crise climatique*. Paris: Fayard, 2007.
- . *Sociologie des macro-systèmes techniques*. Paris: PUF, 1996.
- GRINEVALD, J.; IVO RENS, I. *Demain la décroissance*. Paris: Sang de la Terre, 1995.
- . *L'effet de serre et la civilisation thermo-industrielle*. *Revue Européenne des Sciences Sociales*, n. 108, 1997, p. 141-146.
- HUGHES, T. P. *Networks of power*. Baltimore: John Hopkins Un. Press, 1983.
- ; MAYNTZ, R. (org.). *The development of Large Technical Systems*. Berlin: Campus Verlag, 1989.
- ILLICH, I. *Energie et équité*. Paris: Seuil, 1973.

- JANNICAUD, D. *La puissance du rationnel*. Paris: Gallimard, 1985.
- JARRIGE, F. *Face au monstre mécanique, une histoire des résistances à la technique*. Paris: Radicaux Libres, 2009.
- JOUVENEL, B. de. *La civilisation de puissance*. Paris: Fayard, 1976.
- LA PORTE, T. (org.). *Social responses to large technical systems*. Berlin: Kluwer, 1989.
- LASCH, C. *The True and only heaven: progress and its critics*. New York: W.W. Norton and Cy, 1991.
- LATOUCHE, S. *La mégamachine: raison technoscientifique, raison économique et mythe du progrès*. Paris: La Découverte, 2004.
- MERTON, R. K. *Science, Technology and Society in Seventeenth Century England*.
- Osiris*, v. IV, pt. 2, 2001 [1938], p. 360-632. Bruges, St. Catherine Press, 1938. Reissued: Howard Fertig, 2001.
- MCNEILL, J. R. *Something new under the sun*. An environmental History of the 20th century. New York: W. W. Norton & Cy, 2001.
- MUMFORD, L. *Technics and civilization*. Chicago: Chicago Un. Press, 2010.
- MUSSO, P. *Saint-Simon et le saint simonisme*. Paris: PUF, 1999.
- POLANYI, K. *La grande transformation*. Paris: Gallimard, 1983.
- POMERANZ, K. *The great divergence: China, Europe, and the making of the modern world economy*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- RIST, G. *Le développement: histoire d'une croyance occidentale*. Paris: Presses de Sciences Po, 2007.
- VRIES, P. H. H. *Via Peking back to Manchester: Britain, the industrial revolution, and China*. Leiden: Leiden University/CNWS Publications, 2003.

NOTAS

94. Sobre esta temática, Jacques Grinevald e Ivo Rens publicaram trechos de Nicholas Georgescu-Roegen em *Demain la décroissance*. Paris: Sang de la Terre, 1995.
95. A “mula jenny” é uma máquina de tecer algodão, a máquina de Watt uma bomba de carvão de efeito duplo cuja elaboração se deu entre 1769 e 1785. O princípio da máquina a vapor só se tornará realidade industrial após 1810, e primeiro na Inglaterra, onde sua introdução provocará a terrível rebelião dos luditas, em 1812.
96. Durante a conferência de Valladolid, Bartolome de Las Casas, descreve as condições atroz nas quais os índios do México eram obrigados a trabalhar para extrair o ouro e a prata das minas. Mas aqui, trata-se simplesmente da *sacra auri fames*, a fome sagrada do ouro...
97. Conceito fundamental que abordo no livro *Le choix du feu, Aux origines de la crise climatique* (Gras, 2007). Mas o termo-conceito foi inventado por Jacques Grinevald (1997) a partir da análise de Nicholas Goergescu-Roegen sobre a entropia.
98. Por evidente, excluo Spinoza desta lista!

AUTORES

ALAIN GRAS

Socioantropólogo das técnicas, professor emérito da Universidade de Paris I, fundador do Centro de Estudos das Técnicas, dos Conhecimentos e das Práticas (Cetcopra), na UFR de Filosofia da Sorbonne. Autor, entre outros livros, de *Fragilité de la puissance – Se libérer de l'emprise technologique*, Fayard, 2004 e *Le choix du feu – Aux origines de la crise climatique*, Fayard, 2008. E-mail: gras@univ-parist.fr

Só existe desenvolvimento sustentável: a economia como parte da natureza

Clóvis Cavalcanti

Perspectiva inicial

- No mundo de hoje, fala-se com desenvoltura na noção de sustentabilidade. Trata-se quase de um mantra repetido à exaustão. Só que ele vem sem compromisso claro quanto ao que representa na essência. Visa-se a um modelo de economia que permita se alcançarem os mesmos propósitos de progresso material de sempre, supondo – muitas vezes, por um jogo complicado de raciocínio – que eles não comprometam a base de recursos da natureza. Daí a adesão generalizada ao discurso, à retórica do desenvolvimento sustentável (ninguém defende o desenvolvimento insustentável). Sobre isso, fui procurado em 2009 por uma universitária do Rio Grande do Norte, Jessicleide Dantas, que me fez a seguinte pergunta: “Como o senhor entende o desenvolvimento sustentável?” Respondi: “Na verdade, só pode haver desenvolvimento que seja sustentável. Pois se ele é insustentável, vai acabar. Não é, portanto, desenvolvimento, mas alguma coisa como um espasmo da sociedade. O desenvolvimento sustentável é aquele que dura. Quem o sustenta em primeiro lugar é a natureza, o ecossistema, do qual dependemos para tudo. Dessa forma, para que possa sustentar-se, ele tem que levar em conta as regras e os limites da natureza. Sem descuidar do bem-estar humano, dos valores da cultura, da realização plena da cidadania”. A aluna quis saber ainda como se entende a sustentabilidade do ponto de vista socioambiental. Expliquei: “O desenvolvimento, para ser sustentável, deve usar os recursos renováveis a um ritmo inferior ao da sua reprodução; e os não renováveis, procurando investir os rendimentos deles obtidos para o desenvolvimento científico e tecnológico no sentido de encontrar substitutos renováveis para os recursos não renováveis. No fundo, trata-se de minimizar o uso da natureza, com obtenção de máximo bem-estar social”. Um consumo mínimo para um máximo de felicidade, como na filosofia do budismo (Cf. Schumacher, 1973, cap. 4).

- 2 Jessicleide Dantas argumentou: “Como sabemos, na eterna busca por crescimento económico, o homem esqueceu o equilíbrio necessário à sociedade para crescer de modo sustentável. Será que um dia teremos uma sociedade com essa configuração? Quais as experiências que poderíamos apontar nesta direção?” Esclareci: “Nunca existiu uma ‘eterna busca por crescimento económico’. De fato, a civilização tem 5.000 anos e o crescimento só começou a acontecer nos últimos 250 anos. Hoje se pensa e age como se o crescimento económico fosse a regra para a Humanidade. Nunca foi. Crescimento significa necessariamente esgotamento de recursos, destruição de alguma coisa do meio ambiente. Não existe nenhum exemplo de sociedade desenvolvida que seja ecologicamente sustentável, simplesmente porque as sociedades desenvolvidas (Grã-Bretanha, Estados Unidos, Alemanha, Japão etc.) chegaram a esse nível há menos de 250 anos. Sustentáveis, podemos dizer, foram as sociedades indígenas no Brasil que tinham 12.000 anos de existência quando os portugueses chegaram aqui”. Quem garante que a sociedade americana vai ser como é hoje no ano 2250? Ou a chinesa? Ninguém garante, nem mesmo daqui a vinte anos! E daqui a doze mil?
- 3 Caberia então perguntar se é possível equilibrar crescimento económico ilimitado (“espetáculo do crescimento”. Ou, como na pergunta de Jessicleide, “crescer de modo sustentável”) com um meio ambiente que não se deteriore ou entre em colapso. Na perspectiva da ecologia, a resposta é não. Crescimento implica sempre menos meio ambiente. De fato, o planeta não cresce; se a economia cresce – e ela é parte do planeta –, obviamente menos meio ambiente restará. Quanto mais gente na Terra, quanto mais produção económica, quanto mais artefatos construídos, tanto menos natureza. Em outras palavras, como falam os economistas – embora não o reconheçam no caso –, existe aí um “custo de oportunidade ambiental”. O que pode, sim, acontecer é um *desenvolvimento* ambientalmente sustentável. A questão é que desenvolvimento (que significa *mudança, evolução, progresso*) não é crescimento (que se entende como aumento, como expansão). Amartya Sen (1999) conceitua o desenvolvimento como “expansão das liberdades”: mais cidadania. Isso não é crescimento material, embora possa incluí-lo. Sen, como Prêmio Nobel de Economia de 1998, sabe do que estava tratando. Daí, não fazer nenhum sentido falar-se em crescer sustentavelmente. Essa possibilidade simplesmente não é parte dos processos naturais. Com efeito, na natureza, processos de crescimento contínuo terminam inevitavelmente em desastre. Param causando estragos. Como o vapor que se acumulou em reatores da usina de Fukushima Dai-ichi, no Japão, e os fez explodir tragicamente em março de 2011. Desenvolver-se sustentavelmente, pelo contrário, é possível. E isso é o que acontece com o ser humano (e todos os organismos vivos): crescem; param de crescer; e nunca deixam de desenvolver-se (sustentavelmente) – até o fim inevitável.

Economia e natureza

- 4 A realidade do desenvolvimento no mundo evidencia um embate quase insolúvel entre iniciativas de promoção econômica e o indefeso património natural. Na sociedade moderna, se a ecologia fosse levada realmente a sério como instrumento para o bem-estar duradouro da sociedade, muitas ações no plano económico estariam totalmente em perigo (Sears, 1964, p. 11). Por sua própria essência, na ecologia se encontra uma crítica permanente das ações humanas dentro do ecossistema. No modelo económico que domina o discurso do desenvolvimento, os recursos do ecossistema não são

contemplados. Basta ver, por exemplo, aquilo que os economistas adotam em seu raciocínio normal com o nome de “função de produção”. Trata-se de uma relação entre os montantes de fatores produtivos (capital, K , e trabalho, L) empregados na realização da atividade econômica e os correspondentes volumes obtidos de produto (Y). Essa função tem a forma $Y = f(K, L)$, valendo para a economia como um todo, para setores de atividades, para grupos de firmas. Nela se omite completamente o insumo natureza (ou recursos naturais, N). No raciocínio da teoria neoclássica do crescimento econômico – essa que é associada a nomes como o de Robert Solow (prêmio Nobel de economia de 1987), e que prevalece nas análises – admite-se uma função de produção do tipo “rendimentos constantes de escala”, sendo a denominada função Cobb-Douglas (em homenagem a seus proponentes) a que efetivamente aparece nos modelos. Tal função tem a expressão matemática usual:

$$5 \quad Y = \lambda K^a L^{1-a}.$$

6 A constante (positiva) λ exprime o fator tecnológico.

7 Cria-se uma situação em que o sistema econômico é um sistema *isolado* – ou seja, sem um entorno com o qual se relacione. Dessa maneira, ele independe da natureza. Na termodinâmica – capítulo da física que estuda as transformações energéticas –, o único caso concreto de sistema isolado é o universo. Os demais sistemas ou são *fechados* (como a Terra, que admite entradas e saídas de energia) ou *abertos* (como o corpo humano, uma floresta, um rio, no qual, além de energia, matéria também entra e sai). Pensar a economia como sistema isolado é o mesmo que imaginar um organismo apenas com sistema circulatório (dinheiro é aquilo que circula no sistema econômico; mas não vale nada), sem trato digestivo (que é o que sustenta). A realidade do raciocínio econômico, com tal abstração, permite que se conceba o mundo sem ecossistema. Ou que se considere este último como uma externalidade. Sim, o meio ambiente existe; mas fica lá em outro plano (planeta). Quando muito, pensa-se o ecossistema como uma espécie de berloque ou balangandã, como penduricalho da economia; como uma dispensa ou almoxarifado de onde se saca o que se quer (e onde se joga lixo). Mas o fato concreto é que se precisa encarar o processo econômico enquadrado dentro do sistema – a natureza – que o envolve. Assim, o ecossistema não pode ser pensado como externalidade. Sua condição é do todo maior a que a economia deve inexoravelmente submeter-se. Ou seja, passa-se a pensar o sistema econômico como aparelho digestivo: nele, matéria e energia (de alta qualidade, ou baixa entropia, a verdadeira riqueza do mundo), são engolidas, viram artefatos e terminam derradeiramente como dejetos (de alta entropia). Quer dizer: o que nós produzimos mesmo, em última instância, é lixo. Um carro zero é pré-sucata.

8 Entendida a realidade econômica dessa forma – o que representa um afastamento enorme do paradigma que os defensores do desenvolvimento econômico atual (que, na verdade, pensam mesmo é em *crescimento* da economia) utilizam –, não se pode aceitar que intervenções econômicas não contemplem suas repercussões ecológicas. Quando se formula um raciocínio dessa ordem, é inevitável que grandes projetos, a exemplo do complexo industrial-portuário de Suape, em Pernambuco, tenham que ser examinados rigorosamente para avaliação de custos ambientais. Ora, como o meio ambiente significa uma externalidade no cálculo econômico convencional, aqueles que empregam esse cálculo sentem-se tolhidos quando se levanta o tema das restrições ecológicas a respeito de grandes projetos – que, por ser grandes, possuem também significativos e inevitáveis impactos ambientais. O caso do Projeto de Suape, que me parece paradigmático, serve para evidenciar isso com toda a clareza. A constatação adquire maior força quando se

verifica como, em 1975, sérias objeções feitas ao projeto, bem no seu início então, provocaram grande tumulto (Cavalcanti, 2008). Na ocasião, tudo parecia tranquilo para o governo do Estado de Pernambuco, autor da iniciativa, que nunca imaginara que ela pudesse desencadear qualquer perturbação. A época era de raros e tímidos protestos (o presidente da República sendo um general escolhido na casta militar, Ernesto Geisel), de submissão passiva à ordem autocrática que dirigia as intervenções governamentais no país. Foi então que um grupo de pesquisadores ligados à universidade e ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais interveio para pedir cautela e que se repensasse o projeto. Reações intensas resultaram imediatamente da suposta intromissão, negando pura e simplesmente os alegados impactos ambientais do empreendimento (Cavalcanti, 2008): reações, muitas raivosas ou cheias de sarcasmo, procedendo do governo pernambucano, da imprensa, de setores diversos da sociedade e da própria oposição ao regime militar, tomando as proporções de um combate dogmático a heresias inadmissíveis. Que meio ambiente que nada! O que interessa é a economia (com a ladainha da “geração de renda, diminuição do desemprego, combate à pobreza”).

- 9 Vai aparecer aí uma clara manifestação da crença absoluta no crescimento econômico, crença que atribui ao processo a condição de quase único antídoto contra a pobreza, capaz até de dissolver conflitos ambientais que a crítica à megalomania de projetos salvadores da pátria possa desencadear. Não se pode negar que o crescimento econômico se impõe (é desejável) em muitas circunstâncias. Para criar infraestruturas, habitação, serviços de saúde, uma rede de estabelecimentos de ensino, bibliotecas, cidades onde valha a pena viver, estádios de esportes, etc. Para reconstruir países ou regiões devastadas – como Angola, depois da guerra civil; ou como o Haiti pós-terremoto. Ou seja, promover o crescimento, sobretudo, para quem sofre de carências básicas. A questão é que se tem que pensar em prazos. O crescimento não pode ser considerado como uma proposta política que não seja substituída em determinado momento por algo de caráter mais qualitativo – como a ideia do “*buen vivir*” que as constituições recentes da Bolívia e Equador introduzem como meta a ser perseguida.

Um antiecológico brasileiro

- 10 Para melhor entendimento do problema em termos brasileiros, julgo oportuno afirmar que o Brasil é um país antiecológico. De fato, a forma como o meio ambiente é entendido e usado no Brasil corrobora essa constatação. Ao invés de considerá-lo como fonte derradeira e insubstituível de vida, de que, deveras, é, a sociedade brasileira – de suas elites e dirigentes às pessoas comuns – só o percebe como fonte inesgotável de recursos para máxima exploração. Paulo Prado, em *Retrato do Brasil* (1931), diagnostica o problema, atribuindo o espírito antiecológico nacional às origens do país, com seu afã de “cobiça insaciável, na loucura do enriquecimento rápido”. Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1935), fala da personalidade antiecológica brasileira, caracterizada, segundo ele, pela ânsia de prosperidade a todo custo na “busca oca de títulos honoríficos, de posições e riqueza fáceis”. Em *Nordeste* (1937), belo livro de reflexão, Gilberto Freyre – primeiro cientista social brasileiro a empregar o “critério ecológico” na análise sociológica, o que faz nessa obra – confirma a percepção de Prado e Sérgio Buarque. Um dado atual a reafirma. Com efeito, do total da extensa Mata Atlântica original, equivalente a 15% do território brasileiro, resta apenas uma fração de 25 por cento, constituída de fragmentos. Sem que, a despeito disso, se pare a insana destruição do inigualável bioma da floresta

litorânea brasileira, devastado incessantemente desde o começo da colonização. No sítio do citado projeto de Suape (onde também se destroem mangues para a construção de refinaria da Petrobras), a Mata Atlântica é vítima de desflorestamento em 2011.

- 11 O irredimível antiecológico dominante levou a que, em meados de 2009, no único parque público de Olinda (Pernambuco), o Memorial Arcoverde, que já não era grande coisa, se permitisse a instalação temporária (por 25 dias) de um espetáculo, o famoso Cirque du Soleil, do Canadá. Isso se deu à custa da destruição permanente (que subsiste em abril de 2011) de espaços de uso coletivo e vegetação crescida ao longo de vinte anos. Quem deixou que tal acontecesse? O governo do Estado, a prefeitura de Olinda, os omissos meios de comunicação, a elite que foi assistir aos espetáculos (caríssimos). Elite satisfeita com um divertimento a que poderia ter acesso sem que ocorressem atos paralelos de destruição, na terra de procedência do circo, Montreal (uma cidade, aliás, de mais de vinte belos parques públicos). O mesmo espírito irresponsável, sem compromisso algum com a saúde dos ecossistemas regionais, delira de prazer com a construção de uma refinaria de petróleo em Pernambuco, como se isso fosse a coisa mais inofensiva do mundo. Ora, o aquecimento global – demonstrado por estudos idôneos como fenômeno antropogênico – impõe que se reduza no mundo a emissão de CO₂, gás que a queima do petróleo libera abundantemente (cada tonelada de combustível gera 3,2t de dióxido de carbono). Como é que se justifica hoje um projeto que contribui para mais emissão desse gás, como o da refinaria de Suape? Não faz sentido, em um mundo inteligente, a expressão maravilhada da sociedade pernambucana (e do governo federal e da Petrobras) diante da refinaria em questão – salvo por uma visão antiecológica que a permeie. Se se quer usar combustíveis fósseis, a solução do gás natural é mais sensata, uma vez que suas emissões de gás carbônico são a metade das do petróleo. Mas a solução mais aceitável, no caso, é a das energias renováveis. De que nós temos abundância, a começar do sol tropical. Verdadeiramente, porém, o caminho para um processo inteligente de uso sustentável de energia teria que considerar saídas que significam viver-se sobriamente. Por exemplo, diminuindo o consumo de energia através de ganhos de eficiência (desde que tais ganhos não conduzam ao chamado “efeito de Jevons”, ou seja, a um uso maior total da energia que se deseja poupar⁹⁹). Ou simplesmente evitando-se gastos inúteis como o dos aparelhos elétricos que ficam com suas luzinhas de *stand-by* acesas.

A visão da Economia Ecológica

- 12 Uma crescente percepção de que o sistema ecológico de sustentação da vida encontra-se mais e mais ameaçado constitui o ponto de partida da reflexão que deu origem à visão nova da Economia Ecológica (EE). Sobre ela se formou um consenso em *workshop* realizado no Aspen Institute (Wye Island, Maryland, USA), em 24-26.5.1990, do qual resultou a proposta de nova abordagem da sustentabilidade.¹⁰⁰ A proposta da EE é de que ela deve diferir tanto da economia como da ecologia *convencionais*, em termos da complexidade dos problemas sobre que tem que se debruçar. A EE vê a economia humana como parte – subsistema – do todo maior que é a natureza. Não se trata de aceitar dogma de fé, mas de reconhecer inquestionável evidência: não existe sociedade (e economia) sem sistema ecológico, mas pode haver meio ambiente sem sociedade (e economia). Enquanto isso, a economia (ciência econômica) convencional trata apenas da espécie humana, esquecendo todas as outras, e a ecologia convencional enxerga todas as espécies, menos a humana. Ao constatar, em ambos os casos, a necessidade de se superar a estreiteza disciplinar que

impede uma visão de conjunto da problemática ecológico-económica, a EE surge sem dependência disciplinar, seja da economia, seja da ecologia, resultando, ao revés, de uma integração entre elas. Sua visão de mundo teria que ser *transdisciplinar*, com foco nas relações entre ecossistemas e sistemas económicos no sentido mais amplo possível. Como dizem Costanza, Daly e Bartholomew (in Costanza, 1991,) “[by] *transdisciplinary we mean that ecological economics goes beyond our normal conceptions of scientific disciplines and tries to integrate and synthesize many different disciplinary perspectives*”. Cabe aqui a observação de que nenhuma disciplina possui precedência intelectual sobre qualquer outra em matéria de realização da sustentabilidade. Isso se aplica à física, à biologia, à ecologia – e à economia. Por outro lado, a segmentação das disciplinas é uma convenção acadêmica, enquanto os problemas que interessam não se localizam no âmbito da disciplina A ou B. A universidade tem disciplinas (unidimensionais); o mundo real tem problemas concretos (multidimensionais; caso dos socioambientais). Fronteiras disciplinares são construtos acadêmicos arbitrários. O aparecimento da EE se direciona para o tratamento desse embate. A conclusão não pode ser outra: *a EE não constitui um ramo da economia* (nem da ecologia, é claro). Tanto poderia se chamar economia ecológica como ecoeconomia, ou ainda ecologia econômica. José Eli da Veiga tem proposto que se fale de uma perspectiva socioambiental. O fato de se haver adotado o termo “economia ecológica”, que pode facilmente levar à confusão com a noção de economia ambiental, é motivo de não poucos equívocos.

- 13 A principal tarefa da economia tem a ver com a busca de explicação para comportamento humano condicionado pela escassez: como lidar com necessidades múltiplas e recursos limitados? A vida é uma sucessão contínua de escolhas que representam o confronto de diferentes valorações. Isto ocorre porque, de algum modo, os recursos – inclusive e, sobretudo, o tempo – são escassos. Portanto, a realização dos fins humanos é restringida pela escassez dos meios. Se um fim é preferido, isto envolve o sacrifício de outros. Não é por outra razão que uma das mais bem conhecidas definições da economia sublinha o fato de que a economia “é a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos que têm usos alternativos” (Robbins, 1984:16). Nas palavras de Alfred Marshall (1961, p. xv), por outro lado, a economia ou teoria económica diz respeito principalmente a seres humanos que são impelidos para a mudança e o progresso. Sua definição de economia, que ele iguala à economia política, consiste em dizer que ela se dedica ao exame “daquela parte da ação individual ou social que está mais estreitamente conectada com o alcance e o uso dos requisitos materiais do bem-estar” (Marshall, 1961, p. 1). Esta é uma interpretação que se enquadra dentro dos moldes da economia como uma disciplina que trata de escolhas, como na análise de comportamento do consumidor sob condições de desejos ilimitados e *recursos finitos*. Implícita nessa visão encontra-se a ideia de que se comportar de maneira económica significa tornar a atividade de uma pessoa ou de uma organização “eficiente”, ao invés de esbanjadora (Knight, 1965, p. 510). Significa escolher o menos custoso curso de ação ou aquele que maximiza os benefícios líquidos da ação.

Crescimento e desenvolvimento

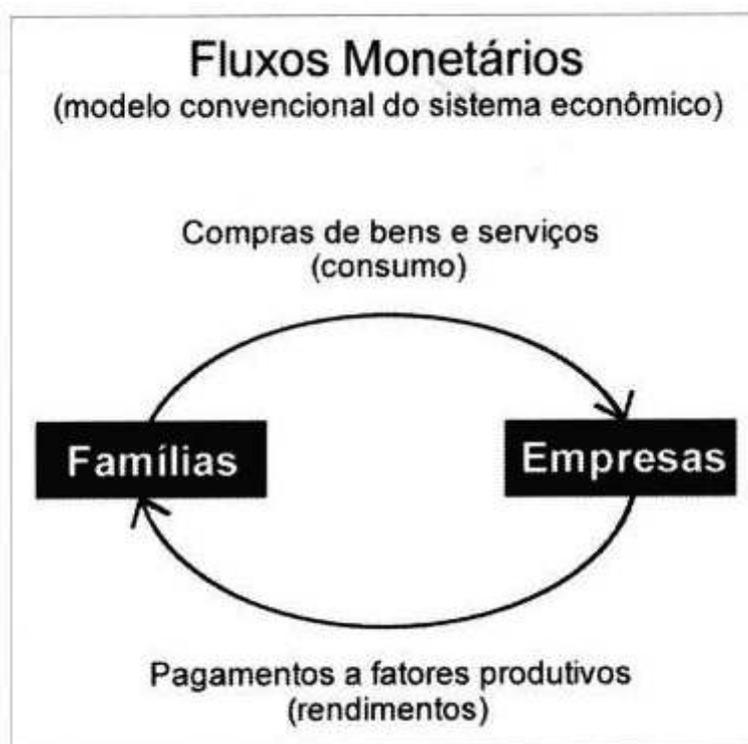
- 14 Carlos Gabaglia Penna, da PUC-Rio,¹⁰¹ explica que, no mundo natural, o crescimento nunca é linear, e sim exponencial. E cita exemplo clássico da realidade desse fenômeno: “imaginemos que um lago contenha uma espécie de alga que, ao cobrir toda a superfície

do corpo d'água, sufocará a vida nele existente. A comunidade de algas dobra de tamanho a cada dia. Suponhamos que, em 30 dias, as algas tomarão o lago todo. No 21º dia, as algas cobrem tão somente 0,2% da superfície (menos de 0,0001% no 10º dia). Em apenas mais oito dias, já terão coberto a metade e, no dia seguinte, o lago estará completamente tomado pelas algas, eliminando o oxigênio disponível da água". Em outras palavras, crescimento geométrico leva sempre, na natureza, ao desastre (caso da bola de neve, do crescimento celular ilimitado, etc.). Por que teria que ser diferente no tocante ao sistema econômico, se ele, como postula a EE, constitui um subsistema da natureza? Para o subsistema valem as mesmas leis que governam o todo maior. Esse é um princípio da EE aceito sem controvérsias.

- 15 Segundo Gabaglia Penna, a física, a teoria dos sistemas (ou teoria do caos) e a termodinâmica, mais especificamente a Segunda Lei, dão suporte a essa argumentação. A expansão econômica significa normalmente maior transformação de matéria e energia – o que, pelas leis da física, eleva a temperatura do sistema. Um sistema (ou subsistema) de temperatura elevada tem uma entropia maior do que a de um sistema com baixa temperatura. “As crescentes conversões de materiais e energia em bens e serviços da sociedade de consumo estão inequivocamente aumentando a entropia do planeta. Ou seja, aumentando a desordem do sistema Terra, representada pela degradação do ambiente natural. Esta lei é tão imutável quanto a Lei da Gravidade”. Aparentemente, deve ser óbvia para qualquer um (e para economistas de qualquer tendência), a enormidade do impacto devastador da escala humana sobre o resto da criação. Trata-se, como salientam Daly e Farley (2004), de “algo novo debaixo do sol”. Contribui para tanto um quadro de caráter social e cultural em que o aumento do consumo material é impulsionado em grande medida pela propaganda – muitas vezes, da mais absurda futilidade.¹⁰² Isso não quer dizer que o crescimento constitua necessariamente um mal. Haverá crescimento indispensável – como no caso da produção para a satisfação das necessidades básicas, especialmente dos pobres. Sobre isso, já se falou. De qualquer forma, crescer implica usar meio ambiente, inevitavelmente. Algo será destruído. A entropia aumenta.
- 16 Vale aqui lembrar o que diz Alfred North Whitehead (1861-1947), em seu livro *A função da razão* (1985). Em suas palavras: “As formas mais elevadas de vida estão ativamente empenhadas em modificar o seu meio ambiente. No caso da espécie humana esse ataque efetivo ao meio ambiente é o fato mais notável de sua existência”. Tal ataque se desdobra em três etapas: (i) *viver* (garantir nossa sobrevivência – “obrigação” de todo organismo vivo), (ii) *viver bem* (dispor do melhor ambiente possível; ninguém sobrevive no próprio lixo) e (iii) *viver melhor* (conquistar novos patamares de qualidade de vida; aprimorar-se; progredir, prosperar. Algo que depende da cultura). Cabe aqui então o fecho de Whitehead: “A função primordial da razão é direcionar o ataque ao meio ambiente”. E ainda: “A função da razão é promover a arte da vida”. Ou seja, atacar o meio ambiente, sim. Não há saída para isso. Mas fazê-lo de forma inteligente, com o propósito de se viver melhor. Penso que pouca gente possa discordar disso. Será?
- 17 Não deveria haver dúvida de que considerar o processo econômico no marco do meio ambiente é uma necessidade imperiosa, talvez mesmo uma banalidade. Contudo, a visão dominante da economia (“economia convencional”, digamos, ou *visão econômica da economia*) não se esboça assim. O que se considera é uma situação como a da Figura 1, na qual a natureza é uma externalidade. Nesse enfoque, o sistema econômico não encontra limites onde esbarrar. Ele pode tudo. Sua expansão não envolve custos de oportunidade. Os agentes econômicos (famílias e empresas) fazem negócios entre si deslocando somas

em dinheiro de um lado para o outro e vice-versa. Os mercados se originam dessas trocas. Quando muito, o que a economia convencional admite é imaginar o meio ambiente como apêndice da economia-atividade, a qual é vista como o grande todo; neste caso, o ecossistema aparece como um berloque, um almoxarifado, uma dispensa. Aceitando-se que exista meio ambiente, a questão passa a ser “internalizar as externalidades” (dar preço a serviços da natureza, por exemplo, como o ciclo da água). É aqui que surge o campo conhecido como da economia ambiental: uma *visão económica da ecologia*.

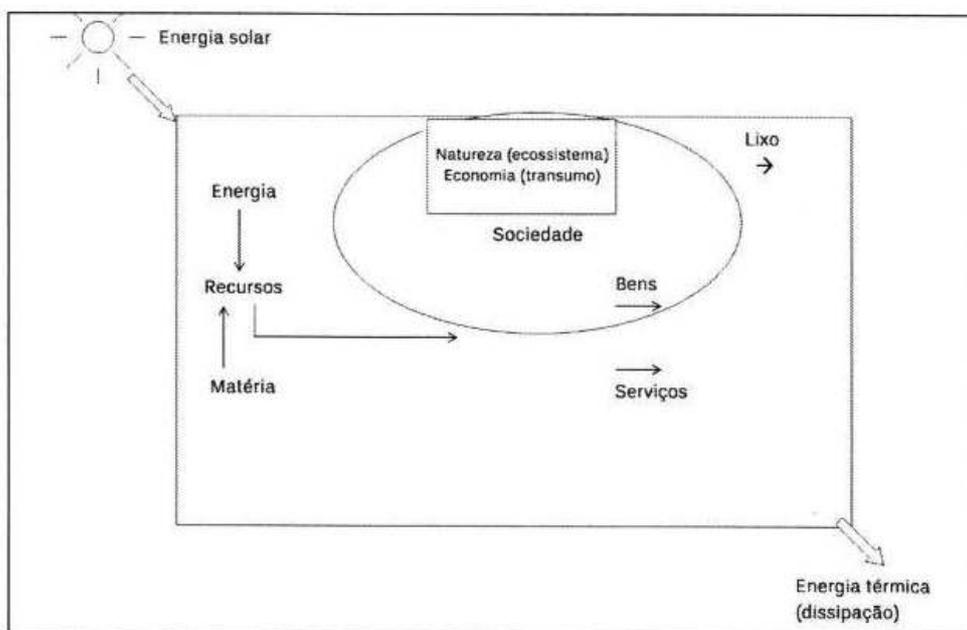
Fig. 3 – Sistema econômico na visão convencional do economista



- 18 Já para a EE, a questão é conceber a economia-atividade como sistema aberto dentro do ecossistema (o ecossistema é o todo; a economia, uma parte ou subsistema. Ver Fig. 2). Matéria e energia entram na economia, passam pelo processo de *throughput* transumo¹⁰³, (saem como bens e serviços e se convertem em lixo no fim do processo. Nesse modelo, não há criação permanente de riqueza, e sim uma ilusória fachada de conquistas materiais, que pode durar séculos (as catedrais europeias, v.g.). Há, na realidade, transformação de matéria e energia de baixa entropia em matéria e energia de alta entropia – como estabelecem as incontornáveis leis da termodinâmica. A energia tende a dissipar-se e se dirige para o fundo frio do espaço infinito. Já a matéria fica depositada na ecosfera, podendo ser reciclada. Isso acontece normalmente numa floresta isolada, no fundo do mar e ecossistemas análogos. Não acontece com grande parte dos dejetos industriais (pilhas, plásticos, embalagens aluminizadas, fraldas descartáveis, etc.). Não acontece com o lixo nuclear (pelo menos, no tempo histórico humano).
- 19 À perspectiva da EE pode-se atribuir a característica de *visão ecológica da economia*, uma visão que é também termodinâmica e biofísica. Segundo ela, o sistema econômico tem aparelho digestivo e circulatório (somente o segundo é imaginado no modelo da economia convencional, como foi dito antes). Uma implicação óbvia da perspectiva econômico-

ecológica é que o sistema económico, ao se expandir, produz custos de oportunidade ambientais positivos (o meio ambiente é escasso). Se esses custos já foram tão ínfimos que se podia ignorá-los, o fato é que *mais economia implica menos meio ambiente*. Seria bom que não fosse assim. É aqui que se chega à conclusão de que a visão de mundo prevalecente, que dá ênfase inusitada ao crescimento económico como solução para tudo, como prioridade absoluta em relação a outros objetivos (a valorização do ter; o PAC dos governos Lula e Dilma Rousseff), termina podendo ser classificada como fé, fetiche, mania, dogma, fantasia, miragem, ilusão, mito¹⁰⁴. Sem dúvida, ao mesmo tempo, formase uma *confusão entre crescimento (aumento) e desenvolvimento (evolução, transformação, “promoção da arte da vida”)*. Fala-se do último, mas se quer mesmo o primeiro. E não basta ter crescimento. É preciso acelerá-lo (o PAC). Ao mesmo tempo, diz-se que se está promovendo o desenvolvimento sustentável. Uma confusão semântica monumental que só faz criar sonhos improváveis.

Figura 4 – A economia-atividade como sistema aberto dentro do ecossistema (*visão ecológica da economia*)



- 20 A visão econômica da economia preceitua que não há custos ecológicos de oportunidade para o processo económico, que esse é um falso dilema. Ao mesmo tempo, alguns economistas chegam a dizer, como no exemplo dado por J.R. McNeill (2000), que “o mundo, com efeito, pode continuar seu negócio sem recursos naturais”. Na microeconomia, como se sabe, prevalece o cálculo (conceito) do ótimo (eficiência máxima da alocação de recursos escassos). Trata-se da regra que diz quando é que se deve parar a expansão da escala (da firma) – ou seja, quando se alcança o tamanho ótimo. Enquanto isso, na teoria macroeconômica prevalece a busca do crescimento ilimitado. Ignora-se nela o ótimo do tamanho do sistema económico (ou quando o crescimento deveria parar). Mas, como Tim Jackson (2009) sugere, pode haver “prosperidade sem crescimento”, que seria alcançada através de uma mudança do consumo para o investimento, com um foco de investimento específico na conservação de recursos, na eficiência energética, tecnologias limpas e restauração de ecossistemas. Isso permitiria enfrentar uma questão

crucial da EE: quando o custo para todos os indivíduos da perturbação dos ecossistemas terrestres começa a exceder o valor da riqueza extra produzida (Daly & Farley, 2004).

- 21 A perspectiva da EE é de que existirá uma escala máxima sustentável do sistema económico com respeito ao ecossistema, escala essa a ser determinada pela comparação de benefícios económicos com custos marginais da destruição ambiental – como se faz no caso do equilíbrio da firma. Ao se acionar a economia, de fato, não se pode ignorar que a depreciação dos ativos naturais (que formam o ecossistema) é real: custos de oportunidade existem. Aumentar a produção económica implica sacrifício de recursos, tais como florestas, solo, água, ar, biodiversidade, estabilidade climática, etc. Destinados a certo uso, sendo finitos, os recursos não estarão disponíveis obviamente para outros usos. Isso decorre da visão ecológica da economia: o sistema económico é um subsistema da natureza. Em síntese, trata-se de encontrar a escala ótima do macrosistema económico, permitindo a separação entre (i) crescimento genuinamente *económico* (quando os benefícios marginais do aumento da economia superam os custos marginais ambientais do processo) e (ii) crescimento *antieconómico* (quando, pelo contrário, os benefícios marginais do aumento da economia se tornam inferiores aos custos marginais). Supõe-se, é claro, que, em algum momento, benefícios e custos marginais se igualem.
- 22 Tudo isso, no fundo, é a essência do que concebe a economia ecológica. Sua cosmovisão internaliza o sistema económico na natureza, reconhecendo sua primazia. Ou segue o princípio bem expresso por um expoente da economia convencional da estirpe da revista *The Economist* (coluna “Face Value”, 4.7.2009): “you cannot negotiate with nature”. Para alcançar o desenvolvimento genuíno, essa regra tem que ser observada. É aí que vale a observação de que, por definição, o desenvolvimento tem que ser sustentável – ao mesmo tempo concluindo-se que crescimento sustentável é uma mentira.

BIBLIOGRAFIA

Referências

CAVALCANTI, C. *Desenvolvimento a todo custo e a dimensão ambiental: o conflito do complexo industrial-portuário de Suape, Pernambuco*. Trabalho apresentado no I Seminário Nacional sobre Desenvolvimento e Conflitos Ambientais, Fafich/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2-4 de abril de 2008.

COSTANZA, R. (org.). *Ecological economics: the Science and management of sustainability*. Nova York: Columbia University Press, 1991.

DALY, H.; FARLEY, J. *Ecological economics: principles and applications*. Washington D.C.: Island Press, 2004.

FREYRE, G. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem*. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio/INL, 1967.

- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- JACKSON, T. *Prosperity without growth: economics for a finite planet*. Londres: Earthscan, 2009.
- KNIGHT, F. Anthropology and economics. In: HERSKOVITS, M. J. *Economic anthropology: the economic life of primitive peoples*. Nova York: W.W. Norton, 1965.
- MARSHALL, A. *Principles of economics*, vol. I. Londres: Macmillan, 9ª ed., 1961.
- MCNEILL, J. R. *Something new under the sun: an environmental history of the twentieth-century world*. Nova York: W.W. Norton, 2000.
- PRADO, P. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1931.
- ROBBINS, L. *An essay on the nature and significance of economic Science*. 3ª ed. Londres: Macmillan, 1984.
- SCHUMACHER, E. F. *Small is beautiful: economics as if people mattered*. Londres: Blond & Briggs, 1973.
- SEARS, P. B. Ecology – a subversive subject. *Bioscience*, 14/07/1964.
- SEN, A. *Development as freedom*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- WHITEHEAD, A. N. *A função da razão*. Trad. de Fernando Dídimo. Brasília: Editora da UnB, 1985.

NOTAS

- 99.** O economista britânico Stanley Jevons (1835-1882), referindo-se ao carvão, notou que ganhos de eficiência levam a queda de preço do fator. Isso eleva o uso do recurso, fazendo com que, no final, se consuma quantidade maior dele do que antes. Ou seja, o contrário do que se pretende quando se fala em aumento da eficiência energética. A isso também se chama de “paradoxo de Jevons”.
- 100.** Participaram do encontro 38 pessoas, entre as quais Charles Perrings, Colin Clark (matemático), Cutler Cleveland, Enzo Tiezzi, Garrett Hardin, Herman Daly, Joan Martínez Alier, Kenneth Boulding, Richard Norgaard, Robert Costanza, Silvio Funtowicz, Talbott Page, Tomasz Zylicz. Fui um dos participantes (talvez por descuido dos organizadores).
- 101.** No site <http://www.espacoecologicoanoar.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=6405&Itemid=65>. Acesso em 15 abr. 2011.
- 102.** Jorge Luis Borges (1899-1986) ironizava sobre a publicidade, e se perguntava porque crer nas virtudes de um produto anunciadas por alguém que tem interesse em vendê-lo. No mesmo tom, Oscar Wilde (1854-1900) comentava que “a moda é uma forma de feiúra tão intolerável que a temos que alterar a cada seis meses”.
- 103.** Transumo é uma tradução do inglês *throughput*, termo da engenharia que corresponde àquilo que acontece quando o *input* (insumo) se transforma em *output* (produto). O termo equivalente da biologia é “fluxo metabólico”. Através deste é que um organismo se mantém.
- 104.** Nunca é demais referir Furtado (1974). Em seu raciocínio, o projeto de desenvolvimento perseguido pelos países periféricos não passaria de um “simples mito”. Pois, para Furtado, o custo desse processo, em termos de depredação do mundo físico, “é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização” (Furtado, 1974, p. 75).

AUTOR

CLÓVIS CAVALCANTI

Economista pela Universidade Federal de Pernambuco (1963) e mestrado na Universidade de Yale (1965). Professor da UFPE, 1965-2010. Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco desde 1972.

Professor visitante da Universidade de Oxford e outras. Autor de uma dezena de livros e de uma centena de artigos científicos. Presidente de Honra da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (EcoEco). E-mail: clovati@fundaj.gov.br

Decrescimento e bem viver: algumas linhas para um debate adequado

Ernest Garcia

Tradução : Leonardo Milani

- 1 O debate sobre as ideias do *decrecimento* e do *bem viver* parece adequado e pode ser muito instrutivo, pois deveria explorar aquilo que ambas as noções possuem em comum (especialmente a crítica ao desenvolvimento: o ceticismo quanto às suas promessas e seu suposto universalismo). Este debate deveria também explorar os espaços nos quais estas ideias impliquem em características próprias, específicas ou especialmente intensas (a referência básica aos limites do crescimento e à sustentabilidade ambiental, no caso do decrescimento; as conotações de identidade cultural e a orientação comunitária, no caso do bem viver etc.), focalizando os pontos potenciais de desencontro, conflito ou incompatibilidade. Este é o objetivo do presente texto, que não pretende estabelecer nada de definitivo e sim apenas contribuir para o intercâmbio de ideias já existente.

Uma conversa em Quito: lançando o tema a partir da memória

- 2 Meu ponto de partida é bem subjetivo e remete a um episódio bem menor que este diálogo, anedótico, insignificante sob o ponto de vista coletivo, mas que se mantém vivo em minha memória. Foi há alguns anos, em Quito, no marco estimulante proporcionado pelos programas de desenvolvimento local da Universidade Politécnica Salesiana para este tipo de discussões. Diante de um grupo com presença marcada de líderes e ativistas indígenas locais, critiquei o desenvolvimento sustentável, destacando os limites naturais do crescimento e indicando a provável perspectiva do decrescimento. Um dos participantes interveio para assinalar que, em sua opinião, toda essa conversa sobre os limites do planeta e sobre o meio ambiente era uma ideia própria de países ricos, que desconsiderava a necessidade de expansão econômica dos povos do Terceiro Mundo. Essencialmente, meu interlocutor chegou a dizer que a sustentabilidade refletia uma perspectiva do Norte, ao passo que o desenvolvimento continuava sendo o objetivo

fundamental do Sul. A discussão foi seguindo, passando por mal entendidos bastante típicos. Para evitar que nos enredemos por estes mal entendidos, assinalei que priorizar o crescimento econômico era algo muito habitual em todos os países, tanto no Sul quanto no Norte. Insisti na impossibilidade de julgar as ideias com base em sua origem; mas que de qualquer forma, se fosse questão de origem, o desenvolvimento fora uma ideia principalmente ocidental: oferta e promessa que, tão logo acabou a Segunda Guerra Mundial, foram feitas pelas potências capitalistas aos novos Estados resultantes do processo de descolonização. Reiterei as sínteses esclarecedoras da história do desenvolvimento, que tinha aprendido com Rist (1997) e Sachs (1996; 2000). Insisti dizendo que não era ninguém para dizer a cada um o que fazer e que minha única pretensão era de salientar que se alguém falava de “ficar com o desenvolvimento” estava no seu direito, mas pelo menos devia saber que estava comprando também um “cavalo europeu” – por sinal, o mais velho de todos.

- 3 Nada de novo ou extraordinário, por outro lado. Questionar o desenvolvimento e, acima de tudo, questionar *a esperança por mais desenvolvimento* futuro tem sido e é algo muito difícil, no Equador, na Espanha e em qualquer lugar do mundo. Fazê-lo perante uma audiência de estudiosos do desenvolvimento é quase impossível (e o fato de se tratar de partidários e partidárias do desenvolvimento local, alternativo, humano, social ou o que quer que seja não muda em nada essa apreciação; bem pelo contrário, pois costuma ser pessoas que “já sabem como corrigir as inegáveis disfunções”).
- 4 Ocorre que, fundamentalmente, a adesão ao desenvolvimento é igual em todas as partes, em qualquer país, rico ou pobre, de esquerda ou de direita. O desenvolvimento se fixou nas mentes e se converteu na grande religião universal da segunda metade do século xx. A televisão e os refrigerantes foram sua eucaristia e a educação escolar sua ferramenta prática de legitimação. A defesa do desenvolvimento traz um componente emocional em alguns contextos do Terceiro Mundo (bem como algumas regiões economicamente desfavorecidas dos países ricos), por motivos simbólicos: como se questionar o desenvolvimento fosse também acabar com a esperança.
- 5 Este é, por sinal, o ponto que ainda me surpreende, pois seria mesmo possível debater as origens da promessa do desenvolvimento. Mas, pelo contrário, não resta dúvidas de que, desde o início, a crítica ao desenvolvimento foi expressa a partir do Sul com mais força e capacidade de convicção. Sair do subdesenvolvimento, imitando as sociedades industrializadas de Ocidente (ao invés de seguir os comunistas soviéticos) foi a oferta feita por Truman às elites das sociedades pós-coloniais, há mais de sessenta anos. Os primeiros a perceber a falsidade inerente a esta oferta foram, justamente, alguns dos líderes espirituais e políticos da descolonização. Em certa medida, alguns deles chegaram a antecipar e, inclusive, perceber que nenhuma das variantes da modernização industrialista (nem a capitalista, e nem a socialista) podia ser um modelo realmente adequado. Quem já não ouviu alguma vez as palavras que Gandhi escreveu em 1928, no periódico *Young India*: “Deus queira que a Índia não siga o caminho do industrialismo, como o fez o Ocidente. Hoje, o imperialismo econômico de um único e pequeno reino insular (a Inglaterra) mantém o mundo acorrentado. Se toda uma nação de 300 milhões empreendesse uma exploração econômica similar, ela deixaria o planeta tão desmunido quanto o faria uma praga de lagostas”. Dois anos antes, o mesmo Gandhi defendera que “para fazer com que a Índia seja como a Inglaterra ou os Estados Unidos, seria preciso encontrar na Terra outras raças e locais, para explorá-los”; e sustentara que, considerando que os países ocidentais “já tinham distribuído para si todas as raças

conhecidas fora da Europa, para explorá-las” e que não há mais novos mundos para descobrir, “qual seria o destino da Índia se tentasse imitar o Ocidente?” (todos os fragmentos de Gandhi são citados segundo Guha, 2002).

- 6 Há um fio que conecta diretamente os comentários do pai da independência da Índia com, por exemplo, a declaração taxativa de Vandana Shiva (1989, p. 2): “O ‘desenvolvimento’ só pode resultar em destruição para as mulheres, a natureza e as culturas subjugadas; por este motivo, todo o Terceiro Mundo, as mulheres, os camponeses e os indígenas lutam para se livrar do ‘desenvolvimento’, da mesma forma que lutaram no passado, para se livrar do colonialismo”. É possível ouvir opiniões similares em muitas outras recentes contribuições (Esteva, 1994; Esteva & Prakash, 1998; Sachs & Esteva, 2003). Algumas mediações consistentes tiveram profundas raízes na cultura europeia-principalmente na obra fundamental de Ivan Illich (2004; 2005), mas me parece claro não ser possível afirmar com muita fundamentação que a crítica ao desenvolvimento seja uma proposta principalmente europeia.
- 7 Desde muitos anos, venho simpatizando com esta corrente crítica, embora o faça mais por ceticismo sobre o mundo em que nasci e vivi, do que por adotar uma visão pretensamente universal ou uma convicção militante. Reproduzo a seguir um fragmento que escrevi em 1995. É uma grande citação, mas me parece que vem a calhar para concluir a “declaração de valores” que, seguindo o conselho de Myrdal sobre tudo isto, vem servindo aqui a guisa de introdução:

Nunca gostei da palavra “desenvolvimento”. É muito reducionista. Simplifica exageradamente as coisas. Uma bicicleta possui desenvolvimento. Embora não seja no mesmo sentido, um organismo “possui” desenvolvimento. Uma sociedade, pelo contrário, possui história, o que é algo bastante diferente. Nesta época histórica, não são feitas muitas distinções neste ponto; e o tema que parece fundamental é algo que em política e sociologia também se designa pela palavra “desenvolvimento”. Muitas vezes, o assunto fundamental parece estar incluído. No entanto, acredito que as coletividades humanas não enfrentam o problema do desenvolvimento. Elas enfrentam o problema de melhorar a vida, conseguir que as pessoas tenham o bastante para levar uma vida digna e livre. Aquilo que chamamos de desenvolvimento é, vale dizer, um meio para se chegar a tal fim [...]. A era do desenvolvimento como objetivo universal, de escala mundial, já se encontra na sua quinta década. Neste tempo, um a cada cinco seres humanos teve acesso a uma abundância material antes nunca vista. Por outro lado, a desigualdade e a quantidade de vítimas da fome cresceu até criar abismos inéditos, além de superexplorar-quicá de forma irreparável-as bases naturais da subsistência da espécie. A suposta solução para os dilemas da evolução social acarretou (Seabrook, 1993:250) “formas de melhoria” que empobrecem e incapacitam cada vez mais pessoas, em cada vez mais locais. Esta constatação deveria levar, pelo menos, a questionar se não foi, afinal de contas, um meio inadequado. (Garcia, 1995, p. 45-6)

- 8 Na construção do conceito do *bem viver*, é fácil identificar os marcos da história, já extensa, da crítica ao desenvolvimento. De certo modo, no processo de formulação e sofisticação deste conceito, os movimentos indígenas da região andina parecem estar buscando, entre outras coisas, alternativas para ir além do paradigma desgastado e infrutífero do desenvolvimento. Esta crítica, por outra parte, é um dos pontos de partida mais explícitos do *decrescimento*. Assim, trata-se de um ponto comum a cada uma das propostas. Tratarei de abordar esta linha de reflexão mais adiante. Porém, tentarei primeiro sintetizar meu ponto de vista sobre as duas ideias implicadas (algo que pode vir a ser redundante; no entanto, por se tratar de ideias que, por assim dizer, ainda estão em

fase de elaboração, talvez seja preferível explicitar qual é a interpretação da qual parto, para evitar confusões desnecessárias).

A ideia do decrescimento (ou “ladeira abaixo” da civilização fossilista)

- 9 A ideia do *decrescimento*, ou redução, declínio, ou ladeira abaixo (*décroissance*, *degrowth*, *way down*) se intensificou durante a primeira década do século XXI, quando se percebeu que os limites naturais do crescimento já foram excedidos, que a capacidade do planeta já fora excedida ou que isto já está tão próximo que já é impossível evitar o *transbordamento* (*overshoot*); assim, o inevitável estabelecimento de um novo equilíbrio em escala sustentável terá que ocorrer no âmbito de uma fase mais ou menos prolongada, desordenada e conflitiva de redução, quer da população, quer da atividade econômica. Alternativamente, mesmo que o estado de transbordamento não tivesse sido alcançado, ou se este pudesse ser adiado transitoriamente, mediante inovações tecnológicas e/ou mudanças políticas, o decrescimento planejado e consciente seria desejável, na medida em que minimizaria os custos da transição: assim que se entrou na via da insustentabilidade, a única alternativa para um decrescimento organizado, voluntário, imediato e menos custoso é um decrescimento caótico, imposto pela natureza, mais distante no tempo, porém muito mais custoso.
- 10 A forma de se aproximar da ideia de decrescimento varia conforme a avaliação sobre a insustentabilidade dos volumes atuais de população e atividade econômica. Se consideramos que a expansão demográfica e econômica já superou seus próprios limites, alcançando a “zona de insustentabilidade”, então o decrescimento não é uma opção decorrente de preferências morais ou políticas e sim uma perspectiva necessária e inevitável. Se consideramos que a expansão demográfica e econômica é fisicamente possível, mas já não contribui mais para o aumento do bem-estar ou para a concretização da “boa vida”, então o decrescimento pode ser uma opção moral ou política: “viver melhor com menos” (Sempere, 2009). Se consideramos que a expansão demográfica e econômica não levou a nenhum estado de transbordamento, embora se aproxime perigosamente deste, então o decrescimento pode ser uma opção preventiva, uma medida de precaução. Estas três abordagens permeiam o ressurgimento das ideias de decrescimento nos últimos anos. Para a primeira, o decrescimento não é uma opção e sim algo inevitável; para as demais, é uma opção que deve ser escolhida, por ser desejável e/ou justa.
- 11 A versão com a qual mais simpatizo, elaborada em colaboração com outras pessoas do grupo de trabalho de sociologia ecológica que integro¹⁰⁵ (Martínez-Iglesias & García, 2009), corresponde principalmente à primeira destas três abordagens, não apenas porque me parece ter uma firme base na realidade, mas também porque é, em boa medida, o fundamento ou marco de referência das duas outras: um dos motivos fundamentais pelos quais o crescimento econômico deixa de contribuir para o bem-estar – sendo medido, por exemplo, pelo Índice de Bem-Estar Econômico Sustentável ou a versão deste que conhecemos como Indicador do Progresso Genuíno (Daly & Cobb, 1989; Cobb *et al*, 1999) – é o nível excessivamente alto de seus custos ambientais (e custos ambientais muito altos são um sinal de insustentabilidade); a precaução remete sempre a uma avaliação do grau de ameaças e do conjunto complexo de circunstâncias relativas à sua “densidade factual”.

- 12 Têm crescido nos últimos anos a presença e credibilidade da abordagem segundo a qual um período de decrescimento é inevitável, porque cada dia traz indícios mais numerosos, precisos, detalhados e mutuamente consistentes, que apontam que já vivemos acima dos limites do planeta ou que estes estão bem próximos e que já entramos na fase de transbordamento ou estamos prestes a fazê-lo. Já vem tempo que foi lançado o alerta sobre as ameaças futuras decorrentes da degradação do meio ambiente. Durante quatro décadas, a hora de levar a sério este alerta foi postergada uma série de vezes, ficando sempre para depois e sendo sempre abordado como um assunto supostamente especulativo pertencente a um futuro incerto. Agora, pelo que parece, o futuro chegou.
- 13 Aqueles que mantêm este ponto de vista costumam recorrer a fontes de informação tais como:
- A revisão, ocorrida trinta anos depois do Relatório ao Clube de Roma, sobre os limites do crescimento, que destacou que o aviso formulado no início dos anos 70 do século XX (que afirmava que persistir nas tendências então dominantes teria como resultado uma situação de transbordamento até a segunda década do século XXI) se converteu em fato, antes do previsto (Meadows *et al*, 2004).
 - Os cálculos da pegada ecológica mundial, que indicam que o uso humano dos recursos naturais superou a capacidade regenerativa da biosfera desde 1985, consumindo-a desde então sem parar; indicam que alcançamos, em 2007, cerca de 50% acima daquilo que seria um nível sustentável (WWF, 2010).
 - A iminência ou ocorrência do “pico do petróleo”: passado um período de consumo de petróleo muitas vezes maior à velocidade com a qual novas jazidas são descobertas, de crescente defasagem entre a demanda expansiva e o acréscimo de novas reservas em declínio, a produção se situa em torno do momento crítico da inflexão, desde sua irreversível redução (Deffeyes, 2001; Campbell, 2003). Há pouco tempo, Campbell, principal referência na recente retomada das análises baseadas na curva de Hubbert, estimou que o pico do petróleo convencional ocorreu em 2005 e que o pico correspondente a todas as modalidades do “ouro negro” se produziu provavelmente em 2008 (Campbell, 2009). Vale acrescentar que, atualmente, nenhuma alternativa energética está apta a manter as formas e dimensões atuais da sociedade industrial (e menos ainda sua histórica tendência expansiva) e que não há garantia alguma de que tais alternativas sejam descobertas – e tampouco que, caso o sejam, sejam desenvolvidas a tempo.
 - A possibilidade do aquecimento global já ter superado um limiar irreversível, de tal forma que as alterações não lineares do sistema climático acabem sendo totalmente incontroláveis (Gras, 2007; Pearce, 2006).
 - O fato da relação entre população, produção de alimentos e reservas de água doce ter começado a se dar no âmbito de margens extremamente estreitas (Smil, 2003; Pimentel & Pimentel, 2008).
 - Os níveis colossais de risco associados à descontrolada proliferação nuclear, aos impactos de longo prazo da sopa química sintética que impregna hoje todos os organismos habitantes da Terra e a determinadas linhas de desenvolvimento da engenharia genética e da nanotecnologia.
- 14 Os dados fornecidos por todas estas fontes não podem ser simplesmente somados, como é costume fazer. Não é possível combiná-los todos harmoniosamente: por exemplo, os piores cenários de mudança climática e escassez de combustíveis fósseis não são mutuamente compatíveis. Mas de qualquer forma, a combinação de informações provenientes de fontes distintas é cada vez mais densa e consistente. No final de contas, a

perspectiva do decrescimento tende a estar associada à afirmação de que os melhores dados disponíveis sobre a relação entre a escala física da sociedade e a capacidade de recuperação do planeta, sobre a inevitável dissipação dos recursos insubstituíveis, sobre o estado dos ecossistemas e sobre a capacidade de adaptação e flexibilidade de recuperação a partir dos erros (Garcia, 2007), indicam que já entramos em um estado de transbordamento fatalmente transitório (ou que este é tão iminente que já não é possível evitar boa parte de seus impactos).

- 15 Teoricamente, a abordagem do decrescimento tem por fundamento a bioeconomia de Georgescu-Roegen (1971) e a filosofia de Ivan Illich (2004), incorporando assim elementos da crítica sócio-histórica e antropológica do desenvolvimento (Rist, 1997; Shiva, 1989), das doutrinas do pós-desenvolvimento (Rahnema & Bawtree, 1997) e de outras fontes. Esta abordagem se caracteriza, por um lado, por insistir na afirmação de que uma situação de transbordamento é insustentável, logo, transitória; por outra parte, por afirmar que é então preciso buscar respostas para os problemas sociais e políticos fora do paradigma do desenvolvimento. Este duplo posicionamento provocou uma grande crítica, aberta e persistente, contra o desenvolvimento sustentável, ideia considerada contraditória e inconsistente na teoria – Georgescu-Roegen (1993) a comparou com uma canção de ninar com grandes efeitos soníferos – e, no campo prático, como uma mera tentativa de injetar credibilidade na desgastada e sempre postergada promessa de desenvolvimento econômico estendido para todo o mundo: ver, por exemplo, o “besteiro!” do desenvolvimento sustentável, seção fixa da revista francesa *La décroissance*.

Das reflexões sobre desenvolvimentos alternativos e pós-desenvolvimento para a ideia do bem viver

- 16 O decrescimento critica o desenvolvimento, principalmente com base na crise ecológica. Outras visões críticas preferiram partir da desigualdade. Parece-me que o bem viver pode ser compreendido como uma reformulação e atualização destas duas visões; porém, antes de indicar seus motivos, revisarei o essencial destas críticas.
- 17 As abordagens a que me refiro seguem mais ou menos as seguintes linhas de raciocínio. Alcançar o processo de desenvolvimento – afirmam – consiste em ocupar um nicho de competitividade nos mercados globais. Aqueles que não conseguirem fazê-lo podem continuar vinculados a este processo na forma de objetos da “cooperação para o desenvolvimento”, na forma de objetos da “ajuda humanitária”, ou simplesmente morrendo de fome (ou talvez as três coisas sucessivamente, conforme sopraem os ventos da geopolítica ou das grandes máquinas da comunicação de massa). A exclusão aparece com escalas e intensidades diferentes nas diferentes sociedades, embora ocorra por toda parte. Como era de se supor, diante de tal panorama, o mundo está repleto de múltiplos experimentos nos quais as vítimas do desenvolvimento tentam escapar deste destino, afirmando seus próprios projetos de melhoria de vida, de maneira independente. Muitos destes experimentos logram certo sucesso (Lappe, 2006); se assim não fosse, as proporções do holocausto associado à exclusão seriam ainda maiores do que já são. Muitos se expressam em termos de conflito social e seguem uma lógica de resistência.
- 18 As propostas e iniciativas surgidas desta resistência multifacetada foram criadas ora como alternativas ao desenvolvimento, ora como vias alternativas de desenvolvimento; adotaram a linguagem do desenvolvimento sustentável em certos casos, ao passo que a

condenaram em outras ocasiões. Os discursos têm focalizado a realocização (Mander & Goldsmith, 1996), o pós-desenvolvimento (Sachs & Esteva, 1996; Rahnema & Bawtree, 1997) ou a diversidade cultural (Escobar, 1994). Os debates propostos neste contexto são bem interessantes, assim como as valiosas divergências entre as diversas interpretações (Toledo, 1992; 1996; Esteva, 1994; Escobar, 2000; Barkin, 2002). Aqui, desejo destacar algumas características que, na minha opinião, perpassam todas estas propostas e iniciativas. Trata-se, primeiramente, de dar ênfase à escala local-regional como sendo a mais adequada, tanto para expressar as resistências contra o desenvolvimento, quanto para concretizar as alternativas. Trata-se, também, de reivindicar autonomia, tanto perante o mercado quanto perante o Estado; quer fundamentada na associação, quer na comunidade. Por fim, trata-se de insistir na diversidade cultural (como origem do conhecimento fundamentado na experiência e “adaptado ao caso concreto”, como base para rejeitar qualquer modelo que se pretenda universalmente aplicável e como fonte que proporciona uma pluralidade de espaços para uma grande diversidade de iniciativas e experimentos).

- 19 Não raro, este universo de propostas de alternativas ao desenvolvimento emerge associado a um princípio de sustentabilidade. Cabe considerar o elemento principal dos argumentos favoráveis a tal associação: quase sempre, para que sejam viáveis, tais experiências socialmente alternativas dependem do acesso aos recursos naturais locais e da prudência na hora de utilizá-los. Embora o desenvolvimento “global” consuma os recursos de todo o planeta em grande escala e cause danos por todo lado e com muita rapidez, as alternativas locais tendem para uma escala mais modesta, atuando sobre os sistemas naturais de proximidade com um interesse concreto em não danificá-los de maneira irremediável.
- 20 Na maioria de suas versões atuais, o conceito de bem viver contém, de forma bastante explícita, todas as características que acabo de mencionar. Para continuar, comentarei alguns pontos, pontuando os comentários através de citações textuais (marcadas nos parágrafos a seguir, indicando unicamente a página) de um documento denso e bastante significativo no âmbito do processo de construção do discurso que alicerça tal conceito (ver Mamani, 2010).
- 21 Um dos pontos de partida consiste em constatar o esgotamento da promessa do desenvolvimento, percebendo a crise atual como um “produto de um modelo desenvolvimentista, individualista, depredador, puramente material, antropocêntrico, etc.” e como “uma crise de vida e paradigmática” (p. 68). O fracasso do modelo desenvolvimentista não se deve a uma aplicação imperfeita ou inadequada deste, e sim a suas contradições inerentes, à sua inevitável tendência de gerar desigualdade e agravá-las:

Sem dúvida, segundo a lógica do ocidente, a humanidade está imersa no *viver melhor* [expressão apresentada como a aspiração principal da cultura do desenvolvimento, E.G]. Esta forma de viver implica em ganhar mais dinheiro, ter mais poder, mais fama... que o outro. Viver melhor envolve o progresso ilimitado, o consumo inconsciente; incentiva o acúmulo material e induz à concorrência [...]. À existência de um vencedor subjaz a de muitos perdedores. Isso significa que para que um seja feliz, muitos precisam estar tristes. (p. 32).
- 22 Por fim, o sistema acaba forçado ao desequilíbrio, ao conflito desestabilizador, à incapacidade de materializar suas promessas: “Muito além de lograr uma melhor qualidade de vida, promessa que nos fora feita pela modernidade, dia após dia a humanidade tende cada vez mais para a infelicidade, a solidão, a discriminação, a doença,

a fome... E para além da escala humana, tende para a destruição da Mãe Terra” (p. 6). Assim, o bem viver tende a se configurar como uma versão da variante “alternativas ao desenvolvimento”, mais elaborada e dotada de uma projeção geográfica e politicamente mais ampla do que a maioria de suas antecessoras:

Na perspectiva do bem viver, os povos indígenas originários questionam o termo desenvolvimento e tudo o que ele implica, já que para nossos povos e comunidades, ele têm significado a degradação da natureza e a destruição das nossas comunidades. O termo desenvolvimento está ligado à exploração, à marginalização, à depredação e à dependência, pois segundo a lógica ocidental, o desenvolvimento implica em ganhar, em desfavor do outro. (p. 36)

- 23 O bem viver dá ênfase explícita à escala local-regional, considerando que esta é a mais adequada, tanto para expressar as resistências contra o desenvolvimento-globalização, quanto para concretizar as alternativas. Suas referências geográficas vão desde as comunidades locais na região andina, até aquelas acima ou abaixo dos estados existentes nesta. Seu universo de referência é uma constelação de nações culturais, diferentes mas dotadas de elementos de base em comum, cujos limites territoriais não coincidem com as estruturas políticas existentes, percebidas como herança e continuação do passado colonial. No plano da identidade cultural, o bem viver articula uma tríplice escala: local, andina e americana (de Abya Yala). No plano das práticas da vida cotidiana, os critérios de complementaridade e ajuda mútua, reciprocidade e responsabilidades rotativas, redistribuição e cerimonial (pp. 38-39) remetem diretamente ao âmbito local.
- 24 O bem viver se apresenta como um *projeto autônomo em relação ao mercado e ao estado*. Este desejo de diferenciação se manifesta em opções muito gerais: nem capitalismo e nem comunismo, e sim uma espécie de socialismo comunitarista. Expressa-se principalmente nas opções econômicas concretas, lamentando que as relações comerciais “modernas” rompam os sistemas tradicionais de troca ou denunciando que a economia de mercado “criou ‘pobres’, ali onde antes haviam comunidades repletas de seres humanos dignos” (p. 17). A crítica ao mercado é explícita e insistente, responsabilizando-o por uma lógica capitalista, por um “individualismo inerente, pela monetarização da vida em todas as suas esferas, pela desnaturalização do ser humano e pela concepção da natureza como um recurso que pode ser explorado, uma coisa sem vida” (p. 32). Assim, a presença do mercado é a tal ponto visível que acaba alvo de todo tipo de objeções. Por oposição, chama atenção a falta de referências à intervenção do setor público na economia: é como se o estado tivesse sumido de vista sem que ninguém o achasse particularmente ausente e que a única questão relevante fosse sua conversão em estado multinacional, finalmente respeitador dos povos indígenas excluídos por séculos. O terceiro ponto de dissídio, a alternativa perante o mercado e o estado, é a comunidade: “o bem viver não pode ser pensado sem a comunidade” (p. 32) e “é uma vida comunal, harmoniosa e autossuficiente” (p. 21).
- 25 O conceito de bem viver se apresenta como inserido em uma determinada *identidade cultural*, com diversas expressões, mas um núcleo unificador: “Há muitas nações e culturas no Abya Yala, cada uma delas com suas próprias identidades, mas com uma essência em comum: o paradigma comunitário que tem por base a vida em harmonia e o equilíbrio com o meio” (p. 15). Visto sob esta perspectiva, a solução para os problemas do presente não seria somente econômica, e sim também cultural, requerendo um “retorno às origens”, à “identidade natural que expressa os valores de harmonia e equilíbrio na comunidade” (p. 68). A projeção política desta reafirmação identitária é o multinacionalismo.

- 26 À imagem de outros movimentos da comunidade e da identidade (e à imagem, por evidente, de algumas variantes do ecologismo), o bem viver tem algumas contas a acertar com a democracia representativa e também – no meu ver – algumas notas de ceticismo a somar às ilusões suscitadas pela democracia direta ou “participativa”. Este é um elemento visível do documento que estou comentando, onde harmonia, equilíbrio, complementaridade e consenso são apresentados como valores relacionados ao bem viver, enquanto dignidade, justiça, liberdade e democracia estão relacionados com o “viver melhor”, ou seja, com o desenvolvimento capitalista (p. 22). Não que a tensão entre comunidade e liberdade seja precisamente uma novidade, mas a “falta de tensão diante desta tensão”, se posso chamá-la assim, não me parece uma boa notícia.
- 27 O bem viver reivindica que é *sustentável*: “Estar em permanente harmonia com tudo nos convida a não consumir mais do que aquilo que o ecossistema pode suportar, evitando produzir resíduos que não podemos absorver com segurança (...) E nos leva a reutilizar e reciclar tudo o que utilizamos” (p. 33). De certa maneira, desprende-se que a adoção dos critérios do bem viver implicaria quase espontaneamente na compatibilidade ecológica.
- 28 Até aqui, resumi a abordagem do bem viver. Para tanto, escolhi como referência um texto que, sendo significativo, apresenta uma certa afinidade com muitos critérios e preocupações da abordagem do decrescimento. Há outras apresentações do bem viver, com menos menções à crise ecológica e tendência menor a levá-la em consideração. Mas como o objetivo deste artigo consiste em participar do diálogo entre ambas abordagens, acredito que esta relativa proximidade é facilitadora.
- 29 Em todo caso, tentei fazer um resumo imparcial e não deformante. Espero tê-lo conseguido, pois isso contribuirá para que a boa compreensão das observações críticas feitas a seguir sejam compreendidas como o que desejam ser: expressões de problemas e dilemas que, na minha opinião, têm fundamento e devem ser analisados e debatidos e não simples desqualificações de um ponto de vista que merece todo o respeito inclusive pontos com os quais não concordo.

O bem viver e as variantes do decrescimento: pessimismo, otimismo e interpretações

- 30 Desprende-se do que foi dito até agora que há uma semelhança ou compatibilidade básica entre bem viver e decrescimento? Alguns elementos de afinidade existem, sem dúvida, assim como há uma retórica ocasionalmente coincidente: Nos últimos séculos, “os modelos ‘pró-civilizatórios’, desenvolvimentistas e modernistas hegemônicos do planeta estão alcançando um auge, se é que já não alcançaram, o que acarreta a redução” (Mamani, 2010, p. 16). Claro está que o bem viver, pelo menos na leitura que indiquei aqui, possui diversas características de uma “cultura da suficiência” (Garcia, 2004, p. 320-326). Ele tem algo em comum, sob este ponto de vista, com as variantes político-morais do ecologismo europeu que propõem de “viver melhor com menos” (Sempere, 2009). No entanto, acredito que seria prudente evitar qualquer precipitação, deixando a resposta em suspenso, a espera dos resultados de uma análise mais detalhada e de um diálogo que considere todas as nuances relevantes. O bem viver é uma proposta proveniente de um setor significativo da nova esquerda sul-americana, sobre a qual podemos afirmar, como o fez Gudynas (2010b) com muita fundamentação, que esta não parece mais sensível às limitações do planeta do que outras esquerdas do mundo todo, passadas e atuais; e que ela

poderia acabar implantada na forma de um neoeextrativismo ambientalmente desastroso. Se as interpretações do bem viver que destaquei aqui amadurecerem, se aprofundarem e ganharem influência social, elas poderão se tornar um fator compensatório importante das tendências neoprodutivistas (Gudynas, 2010a), mas será preciso aguardar para ver o destino desta possibilidade. Por outro lado, o decrescimento é também uma ideia em construção; não é sempre fácil compatibilizar suas múltiplas expressões, que não se aproximam todas do bem viver da mesma maneira. Dando sequência ao meu argumento, abordarei esta questão das diferentes visões do decrescimento.

- 31 De todas as perguntas que se colocam quando assumimos a perspectiva de um processo de decrescimento que se estende ao longo do tempo até chegar a um estado sustentável no plano ambiental e chegar a uma estabilidade relativa, a que mais chama atenção, sem sombra de dúvidas, busca conhecer o ponto em que tal processo culmina e finaliza. Quando é que o decrescimento irá parar? Até que ponto continuará a redução? Até níveis de população e consumo mais modestos e parcimoniosos do que os níveis atuais, mantendo, porém, os parâmetros das sociedades industriais? Ou até a idade da pedra?
- 32 Está claro que não há uma única resposta técnica para esta pergunta. Não é possível prever os estados futuros de um sistema complexo como a sociedade. Estes dependem, de forma não linear, das interações entre múltiplos estados do sistema e múltiplas decisões coletivas por parte dos atores sociais. O próprio processo de decrescimento, em seu formato mais geral, é uma hipótese baseada em afirmações empíricas que poderiam ser refutadas (ou temporariamente alteradas, sob os efeitos de novidades técnicas ou políticas). A dinâmica é radicalmente indeterminista, inserida em uma incerteza da história. No entanto, ainda sem solução técnica, a princípio o peso moral e político dos diversos posicionamentos é muito grande. De fato, neste debate, duas visões básicas sobre o significado do decrescimento já se configuram e são bem visíveis: o *decrescimento como caminho para a extinção* e o *decrescimento como transição para uma sociedade de escala humana*. Como reza a fórmula que ganhou popularidade: catástrofe ou oportunidade? (Schneider *et al*, 2010).
- 33 A certeza de que o ciclo histórico crescente da utilização de combustíveis fósseis se aproxima de seu fim, somada ao justificado ceticismo sobre a existência de alternativas energéticas suficientemente abundantes e baratas, fundamenta a previsão de que não será mais possível adiar por muito tempo o colapso da população humana sobre o planeta. Algumas versões ainda acrescentam a previsão de que esse colapso implicará não apenas na redução desta escala para uma escala inferior sustentável e sim no fim da civilização, porque os sobreviventes, se houver, não poderão manter a complexa associação de traços culturais que caracterizam as sociedades atuais (Price, 1995). Aqueles que integrarem as sociedades pós-colapso terão que viver vidas mais simples, como os caçadores e agricultores de subsistência (do passado e de hoje). Porém, a este ponto é frequente somar outra linha de raciocínio determinista, concretamente, de determinismo biologicista: por exemplo, a tese de que a evolução leva qualquer população de organismos a se multiplicar sem limite, até esgotar os recursos que possibilitam esta multiplicação (Morrison, 1999). Algumas versões defendem que a combinação de ambas determinações – por um lado, a que decorre da redução da oferta de combustíveis fósseis, impondo uma drástica redução da população e da complexidade; e por outro, a que decorre das pressões da seleção natural em um contexto de escassez, impondo que a supracitada redução advenha do conflito e da luta pela sobrevivência – fará com que o decrescimento adote uma forma

catastrófica e incontrolável, continuando até se aproximar da extinção (Hanson, 2007), até retornar à garganta de Olduvai (Duncan, 2001 e 2006).

- 34 O postulado da liberdade humana, da construção do curso da história por meio de decisões coletivas conscientes, está na base das visões que, contrariamente aquelas mencionadas no parágrafo anterior, consideram que o decrescimento será uma oportunidade para organizar a adaptação das sociedades em uma escala sustentável. Assim, o pico do petróleo seria o ponto inicial de uma crise prolongada, caracterizada por uma recessão econômica crônica e generalizada, que é vista também como a oportunidade para uma mudança de sentido rumo ao menor, mais lento e mais local, que passaria da concorrência para a cooperação e do crescimento ilimitado para a autolimitação (Odum & Odum, 2001; Coletivo Revista Silence, 2006; Latouche, 2006; Heinberg, 2004; Kunstler, 2005). Está claro que uma oportunidade não é o mesmo que uma certeza. Aqueles que afirmam que o decrescimento poderia inaugurar caminhos para reorganizações desejáveis da existência social costumam acrescentar que esta é apenas uma das diversas trajetórias possíveis (e que, inclusive, é provável que um encadeamento de decisões errôneas leve a um processo de regressão econômica permanente e crescente conflito social).
- 35 Neste leque de possíveis interpretações, aquelas que são relativamente mais otimistas ou voluntaristas e enxergam o decrescimento como uma oportunidade de mudança para melhor, se estabeleceram principalmente no Sul da Europa, na França, Itália e Espanha, especialmente sob o impulso da massa intelectual que se articulou em torno do *Institut d'Études Économiques et Sociales pour la Décroissance Soutenable* (<http://www.dcroissance.org>) e das diversas publicações que nele se inspiraram ou dele derivaram, de forma mais ou menos direta (Clémentin & Cheynet, 2005; Ariès, 2005; Besson-Girard, 2005). Estas ficaram mais visíveis em termos de consistência, enquanto corrente de opinião, com certa dimensão programática e campanhas e meios de opinião regulares (*La décroissance, Entropia*). Aliás, elas apresentam certos componentes embrionários de movimento social (ver os *Proceedings of the Second International Conference on Economic Degrowth for Ecological Sustainability and Social Equity*, Barcelona, 2010, www.degrowth.eu). Convém acrescentar que há posições e grupos similares em muitos países do mundo, embora outras palavras sejam utilizadas ao invés de “decrescimento”, tais como “pós-carbono”, “transição” etc. Em mais de um sentido, as versões mais pró-sustentabilidade do bem viver apresentam certo ar de família (com esta constelação de propostas distribuídas por todo o planeta), ou pelo menos não parecem basicamente incompatíveis entre si. No outro extremo, as versões “pessimistas” do decrescimento carecem até agora de projeções e manifestações práticas, com exceção, talvez, de sua influência sobre alguns grupos de “preparação à sobrevivência”.
- 36 O mais importante consiste em notar que se trata de um processo aberto, com expressões plurais e variadas, e que o resultado final ainda está por vir. Nisto, como em tudo, é só uma questão de tempo. As visões da mudança social no decrescimento (na era da ladeira abaixo, para além dos limites do planeta, na sociedade pós-carbono ou como preferir chamá-lo) não são interessantes pelo que nos anunciam do futuro, seu principal interesse é de liberar a imaginação e favorecer uma reflexão para além do dogma enlouquecedor do crescimento, indo além do paradigma moribundo do desenvolvimento. Sua importância reside mais no fato de esclarecer os problemas do presente do que por nos ensinar algo sobre o futuro. No quesito profecias, a palavra-chave é: incerteza. Não há leis deterministas da evolução social (Juan, 2006). O futuro não está escrito. Levando tudo isto

em consideração, é possível extrair uma lição instrutiva a partir da exploração das “condições de proximidade” das múltiplas trajetórias possíveis. Um dos caminhos do debate aponta para esta direção. A seguir, teço alguns comentários a respeito.

Decrescimento, pré-modernidade e natureza humana

- 37 As elucubrações que tentam definir se nós, seres humanos, somos bons ou maus por natureza, são certamente muito antigas, tendo sempre formado parte dos pressupostos filosóficos das ciências sociais. No contexto do debate sobre as dimensões sociais da crise ecológica estas elucubrações, não sei se inesperadamente, recuperam vigência. Seria interessante identificar os componentes rousseauianos das versões mais “otimistas” do decrescimento, bem como as pegadas hobbesianas das mais “pessimistas”.
- 38 Consideremos, por exemplo, uma variante do tipo de abordagens nas quais podemos identificar elementos da “pegada rousseauiana” à qual me refiro, e cuja divulgação, ultimamente, tem sido considerável: a ideia de que aqueles povos que a ciência social eurocêntrica, criada com base nos preconceitos do colonialismo, tinha percebido como “primitivos”, “pré-modernos” etc., tiveram sistemas de valores menos voltados para o domínio e transformação da natureza, formas de conhecimento muito precisas dos ecossistemas locais, etc., ou seja, no final das contas, culturas mais respeitosas do meio ambiente, mais sustentáveis. O tema é significativo para o paradigma do decrescimento, na medida em que sugere que uma mudança rumo ao menor, mais lento e mais local não seria uma mudança regressiva, em direção ao atraso, e sim um passo rumo à superação das deformidades criadas por uma “falsa modernização”: não seria uma volta às cavernas e sim a salvação da vida civilizada perante o excesso, que é o que a ameaça de verdade.
- 39 Concretamente, desconfio que a identificação entre “pré-moderno” e “sustentável”, que pode ser detectada hoje em muitas descrições idealizadas de culturas indígenas, seja a imagem invertida do preconceito eurocêntrico. E que seria muito mais realista reconhecer, aí também, que a pluralidade de exemplos e experiências é quase inesgotável.
- 40 O núcleo racional da fé em um “ecologismo ancestral espontâneo” remete, de qualquer modo, ao fato que as sociedades de subsistência dependem do acesso aos recursos naturais locais para se reproduzirem e que, portanto, têm um interesse concreto em fazer um uso prudente e não desperdiçador destes recursos. Ao contrário das empresas comerciais transnacionais, que não estão arraigadas em nenhum contexto local e, assim, podem explorar os recursos de um dado lugar até esgotá-los, para se mover para outro local ainda intocado. Embora isto seja verdade, o interesse em fazer um uso prudente e parcimonioso dos recursos pode acabar cancelado e oprimido por pressões demográficas, concorrência (ou falta de concorrência) com outros grupos, ambições de expansão ou domínio, mudanças ambientais, inovações técnicas etc. Nenhuma cultura oferece uma proteção garantida e infalível perante tais condicionantes.
- 41 Para dizê-lo de outra forma: *nenhuma cultura apresenta uma garantia de sustentabilidade*; entre outros motivos, porque a dimensão cultural é apenas uma das várias dimensões que precisam ser levadas em consideração. Bateson (1987, p. 468) foi ao centro do problema, escrevendo que quando uma civilização acredita que a natureza pode ser dominada por que lhe pertence e que *dispõe, além do mais, de uma tecnologia poderosa*, então essa civilização tem a mesma probabilidade de sobreviver do que uma bola de neve no meio do inferno. Não basta cometer erros culturais, ter ilusão de superioridade a respeito do resto

do universo, para que a situação seja realmente grave; é também preciso contar com um grande poder de influência sobre o meio. Somente uma ciência de boa qualidade epistemológica e que viabilize uma tecnologia poderosa, pode destruir muito em muitos locais e com muita rapidez! Assim, muito além da complicada dualidade entre “ciência ocidental e antropocêntrica” e “conhecimento local e ecocêntrico”, surge o dilema da ambiguidade radical entre ciência e tecnologia na sociedade moderna tardia. Vale recordar que os primeiros seres humanos já foram capazes de acabar com os grandes mamíferos da Europa, apenas com machados de pedra (Sale, 2006). O ponto é que na época, isto lhes tomou milhares de anos; ao contrário de agora, quando provocamos extinções bem maiores, de eficácia confirmada e extrema rapidez.

- 42 Não saberia dizer se são todas, mas estou certo que muitas culturas apresentam elementos suficientes para construir uma narração de consciência dos limites, de repúdio ao excesso, de suficiência, de moderação, uma narração coerente que integre a sustentabilidade como valor e a necessidade de se adaptar a uma relativa escassez de recursos. Na Europa, por exemplo, retomando alguns mitos clássicos, elementos das filosofias cínica e epicurista e ensinamentos de Francisco de Assis, seria possível elaborar um volume cultural coerente para um programa de “decrecimento benigno”. Não digo que tudo isto carece de sentido; pelo contrário, todo “programa de sociedade” precisa incluir um sistema de valores. Digo apenas que as crenças não explicam e nem determinam as práticas sociais e que qualquer grande “narração constituinte” é suficientemente flexível para conviver com práticas socioeconômicas variadas e até, em determinadas circunstâncias materiais, para se converter em um tênue revestimento que as legitime. Isto vale para os sistemas de valores “pró-ecológicos”, que aparentemente se tornaram majoritários nas sociedades modernizadas; e vale também para os sistemas de valores “ancestrais”, que servem de referência para a atual retórica do bem viver.
- 43 Em suma; se a tensão é perdida, se perdemos a noção de que o equilíbrio sociedade X natureza é sempre problemático, se passamos a ter a convicção de que a própria cultura é um ponto de referência privilegiado para a sustentabilidade (e se passamos a contar-como disse Bateson-com os meios técnicos e materiais suficientes), então nada pode ser feito.

Devemos ou não tirar lições do passado?

- 44 A ideia do decrecimento se uniu à história ambiental (e à história em si) para despertar, quase de um dia para o outro, um visível interesse pelos processos de decadência de sociedades do passado, e, sobretudo, por um conceito estreitamente ligado ao decrecimento: o *colapso* (Diamond, 2005; Costanza *et al.*, 2007). A hipótese implícita é que as respostas do passado para rígidas imposições ambientais acabam nos dando informações que não nos dizem quase nada sobre quais *serão* as reações sociais face às imposições ambientais atuais, e sim quais *podem vir a ser*.
- 45 Os processos de auge e decadência das civilizações são um tema clássico da pesquisa histórica; tema que vem ligado, nos últimos tempos, com a problemática do decrecimento, mediante o estudo de colapsos de sociedades do passado nos quais a sobrecarga dos sistemas naturais de sustentação exerceram um papel relevante ou determinante. Por um lado, encontramos teorizações gerais sobre a relação entre os ciclos sociais de expansão e refluxo e a teoria geral de sistemas, como na hipótese de Tainter (1995; 1996), segundo a qual o colapso não significa necessariamente a extinção ou o declínio catastrófico em uma desorganização caótica da sociedade e sim a evolução para

uma condição humana de menor complexidade. Por outro lado, proliferam as reflexões detalhadas sobre aspectos conceituais e os estudos de caso sobre episódios históricos locais (Gowdy, 2005; Orlove, 2005; Bunce *et al*, 2009). Aliás, retomaram força os debates que abordam a influência relativa da degradação ambiental e outros fatores (conflitos internos, guerras, invasões, etc.) nos casos de colapsos civilizatórios do passado e que se perguntam se é ou não sensato e verdadeiramente significativo comparar as situações do passado com as atuais (Mcanany e Yoffee, 2010).

- 46 Tainter mantém que os colapsos levam as sociedades a situações de menor atividade econômica e menos intercâmbios comerciais, com estruturas materiais e organizações menores e uma estratificação social menos polarizada, menos divisão do trabalho e menos centralização. Isto tudo, ele sintetiza descrevendo-o como uma perda de complexidade, como uma simplificação drástica e repentina. No final de contas, isto seria um *colapso: uma simplificação drástica e produzida rapidamente*. Esta abordagem tem uma parte muito instrutiva: de fato, qualquer processo de colapso/decrescimento deve gerar descentralização, realocização, desaceleração, peso maior da comunidade e maior capacidade de decisão nas políticas locais. Agora, que é adequado descrever a soma disso tudo como simplificação ou redução da complexidade, já é outra questão. A ideia de que a mudança social segue uma trajetória de complexidade crescente está mais impregnada de evolucionismo social positivista, remetendo excessivamente aos tópicos da modernização. A tese segundo a qual as sociedades ditas “primitivas” são mais simples foi legitimamente criticada em função do seu viés etnocêntrico. A substituição do postulado de um progresso linear de complexidade crescente por uma sequência de ciclos “em sanfona”, de complexidade e simplificação alternados, não se vê completamente livre destas dependências.
- 47 A ideia poderia ser mantida em determinadas condições, por exemplo, postulando uma relação entre a energia usada e as escalas e ritmos da organização social. De qualquer forma, na falta de uma definição precisa do termo polissêmico complexidade’, há incógnitas e aspectos mal definidos demais para que estes esquemas tão gerais e abstratos do colapso das sociedades sejam realmente instrutivos. Logo, parece melhor deixar de lado a complexidade, uma noção que ainda é confusa demais, para focalizarmos os traços mais previsíveis do decrescimento: descentralização, redução das magnitudes, realocização, comunidade. Sob um ponto de vista sociológico, todas estas questões apresentam muitas facetas; todas estiveram sujeitas a valorizações contrapostas e análises intermináveis. Consideremos, para comentar apenas uma, a polaridade entre comunidade e associação. O aviso de que o decrescimento trará consigo a realocização e, por conseguinte, um fortalecimento relativo da comunidade, suscita imediatamente o debate sobre os prós e contras desta: mais solidariedade, porém também mais controle sobre o indivíduo; mais oportunidades para a democracia de base, mas também para o caciquismo; maior defesa contra a alienação, mas perda de espaços para a diversidade. A lição que podemos extrair é bastante clara: estamos longe de poder pintar o decrescimento, como todos os processos históricos, de bonzinho ou de vilão.
- 48 Nos debates acadêmicos sobre decrescimento, têm sido frequente propor a comparação com o precedente mais conhecido da história europeia: a queda do império romano do Ocidente. Neste contexto, surgem perguntas sobre a situação da enorme base camponesa do império após o colapso de sua estrutura política, perguntas que, apesar do seu caráter muito mais especulativo, acabam sendo interessantes. Não resta dúvidas sobre a decadência de Roma, a grande cidade; é possível verificar os retrocessos da urbanização,

do comércio e das produções suntuosas, bem como a estagnação demográfica: a noção de colapso acaba sendo quase óbvia. Dito isto, para aqueles que povoavam o imenso espaço de apoio agrícola às custas de quem foi mantido o esplendor civilizatório... o colapso gerou uma vida melhor ou pior? Desconfio que, apesar do impacto de uma época globalmente recessiva, a resposta correta é: depende. É possível que para as comunidades mais ricas em recursos naturais, com maior coesão interna e criatividade política, a retirada das legiões e dos cobradores de impostos fosse uma bênção; e também é possível que para as comunidades assentadas em terras mais pobres, mais divididas e sujeitas a senhores locais mais tirânicos, pelo contrário, a coisa piorou. O resultado “natural” da crise de uma estrutura centralizadora não é nem a melhoria geral, tampouco a piora geral, e sim a diversificação.

- 49 Será preciso aguardar que as pesquisas históricas nos deem uma resposta completa para a pergunta. Até lá, traçando uma analogia, caberia perguntar se o colapso das grandes “cidades globais” do mundo contemporâneo teria impactos benéficos ou prejudiciais para aquela metade da humanidade que vive em economias de subsistência, fora dos mercados globalizados e dos dispositivos de intervenção social dos Governos. Certamente movidos por um ânimo polêmico, alguns porta-vozes do altermundialismo já responderam, afirmando que os impactos seriam seguramente benéficos, já que isto aliviaria a pressão exercida pelos centros de poder da economia globalizada sobre os recursos do mundo inteiro, de forma que os recursos locais ficariam mais acessíveis para usufruto das populações locais. Khor (1996, p. 57), por exemplo, após comentar a necessidade de um grande redimensionamento, para menos, do nível da tecnologia industrial para enfrentar o abalo da civilização, comenta: “Mais é quase impossível esperar que o mundo desenvolvido o faça voluntariamente. Será preciso obrigá-lo a isso, através de uma nova unidade do Terceiro Mundo, no estilo da OPEP dos anos 70 e início dos anos 80, ou através do colapso econômico e físico do sistema econômico mundial”. Ele indica que este colapso teria pouco impacto sobre a metade da humanidade que, hoje, é vítima da globalização. Assim como o colapso de Roma significou provavelmente bem pouco para a extensa base camponesa do império, chegando a permitir que as condições materiais da vida melhorassem em alguns locais, o colapso do capitalismo moderno seria desastroso para os habitantes de Los Angeles ou Frankfurt, mas não mudaria muito a vida de boa parte da humanidade (ou até a tornaria menos difícil).
- 50 O impacto polêmico deste exercício da imaginação é interessante. De qualquer forma, a situação hipotética que serve de ponto de partida para ele está bem longe de ter uma única leitura possível. O campo como refúgio para as crises é uma velha fórmula muitas vezes praticada ao longo da história. No entanto, hoje em dia, como assinalou oportunamente a abordagem pósdesenvolvimentista (Latouche, 1991), boa parte desta metade do mundo que vive à margem dos mercados e das redes estatais de proteção social reside nas grandes metrópoles do Terceiro Mundo. As megalópoles do presente são um produto mais ou menos monstruoso do desenvolvimento; não está nada clara a forma de subsistência daqueles que as habitam, fora destas. Recorrer maciçamente à volta ao campo seria extremamente problemático com as cifras atuais da população... Mas enfim, quem sabe...
- 51 A analogia com o império romano do Ocidente apresenta, no meu ver, um ponto especialmente questionável: em termos relativos, o esgotamento da base natural de apoio deve ser muito maior agora, principalmente em função da dependência dos combustíveis fósseis, além da pouca margem de fornecimento de água potável e alimentos, face a uma

população de mais de sete bilhões de pessoas. Tudo isto sugere que as comparações mais pertinentes seriam aquelas que envolvem situações do passado no qual a pressão excessiva sobre os ecossistemas parece ter exercido um papel muito determinante: Mesopotâmia, os maias, Rapa Nui...

- 52 De qualquer forma, convém não esquecer que a crise ecológica da humanidade contemporânea não é nova, por ser ecológica. Muitas sociedades do passado tiveram que lidar com limites impostos por sua base natural de apoio, com resultados diversos (que nem sempre foram de sucesso, como é sabido). A novidade é que é uma civilização de âmbito mundial que enfrenta seus limites ecológicos; e que o transbordamento tem sido um processo ultra rápido, de poucas décadas. Melhor dizendo: a crise ecológica atual não é nova por ser uma crise ambiental, e sim porque é uma *crise de globalização e de aceleração*. Este é o cerne do desafio antropológico e histórico.

A questão da população

- 53 Como fazer para aplicar as soluções do pós-desenvolvimento ou do decrescimento próspero para cuidar adequadamente de nove ou dez bilhões de seres humanos? E, se estas soluções acabarem inaplicáveis com tamanhas cifras de população: Como tornar a transição relativamente benigna para uma população sensivelmente mais reduzida do que a atual?
- 54 Perguntas como estas costumam despertar uma rejeição radical, quase incondicional. O conceito de superpopulação parece estar sujeito a um tabu. Para muitos porta-vozes do decrescimento “otimista”, o simples fato de mencionar a palavra “superpopulação” suscita imediatamente uma desqualificação que não parece necessitar alguma justificativa: neomalthusianismo! Os documentos sobre o bem viver a que tive acesso mantêm um silêncio quase completo sobre o assunto.
- 55 Assumirei o papel de “decrescente malthusiano” para afirmar que não é possível evitar estas perguntas, por mais incômodas que sejam. Com os dados atuais, a relação entre população, produção de alimentos e reservas de água doce está começando a se dar no âmbito de margens extremamente estreitas (Smil, 2003; Pimentel & Pimentel, 2008). Nas previsões demográficas das agências internacionais para a metade do século atual, uma situação limite parece inevitável, mesmo se introduzirmos as hipóteses mais otimistas e bem-intencionadas em termos de acesso à terra, reforma agrária, difusão cooperativa das maiores tecnologias, disponibilização razoável do conhecimento local e autocontenção voluntária na dieta dos consumidores “modernos”. Sintetizando ao máximo: em um mundo com nove bilhões de habitantes, haverá cerca de 0,16 hectares de terra cultivável por pessoa. E isso significa dificuldades sérias, face às quais não cabe esperar muitos milagres, nem da inovação tecnológica e nem da justiça social. É preciso acrescentar que estas dificuldades estariam presentes até no caso improvável de ser mantida a capacidade de carga ampliada que os combustíveis fósseis viabilizaram na Terra desde o início do século XX.
- 56 Formularei a questão de outra forma. As abordagens que, como o decrescimento ou o bem viver, criticam a visão da modernização, não devem assumir que a transição demográfica se encarregará de evitar a superpopulação, porque a transição demográfica é a doutrina sobre população própria do paradigma do desenvolvimento. Criticar o desenvolvimento e aceitar os automatismos da transição demográfica é uma incoerência lógica.

- 57 De outra forma ainda: visões de futuro como o decrescimento ou o bem viver implicam em uma sociedade pós-carbono, movida em grau muito maior do que a atual por energias renováveis, que utilize sistemas técnicos menos gigantescos e agressivos (Gras, 2003), povoada por consumidores relativamente moderados. Elas implicam em uma civilização solar, como o foram todas as civilizações até o século passado. Uma civilização que não é apenas possível, e sim muito provável, embora acabe sendo imposta pela natureza, ao invés de ser escolhida pelos humanos. E a pergunta sobre qual seria a população sustentável de uma civilização solar mundial difere muito de todos os cenários considerados pela transição demográfica. Ninguém conhece a resposta para essa pergunta, que não conta com uma resposta técnica. Dois bilhões? Três bilhões? E, assim, como lograr êxito nesta particularíssima “transição” demográfica, sem enormes traumas ou sofrimentos? Na pura teoria, a coisa não é muito misteriosa: duas gerações com filhos únicos dariam conta disso, com custos relativamente moderados. Custos incomparavelmente inferiores, pelo menos, àqueles que seria preciso assumir se o mesmo resultado for deixado nas mãos da fome, da doença e da guerra.
- 58 É claro que é fácil falar, muito mais do que fazer. Mas, de qualquer forma, trata-se de um dilema que não será resolvido, por mais que seja silenciado. Se aceitamos que a pressão humana sobre o meio ambiente natural é excessiva, então é preciso reduzir os três fatores que geram essa pressão: a população, o consumo e a agressividade das tecnologias. Eles combinados, e não apenas um deles. Se o decrescimento, o bem viver, ou o que quer que seja, pretenderem ser algo além de denúncias indiretas contra o capitalismo, se pretenderem ser uma proposta de trajetória humanista rumo à sustentabilidade, então será preciso deixar de lado os preconceitos e encarar abertamente todos os fatores relevantes. Porque está claro que isto não vai ser algo fácil.

BIBLIOGRAFIA

Referências

- ARIÈS, P. *Décroissance ou barbarie*. Lyon: Golias, 2005.
- BARKIN, D. El desarrollo autónomo: un camino a la sostenibilidad. In: ALIMONDA, H. (ed.) *Ecología política: naturaleza, sociedad y utopía*. Buenos Aires: CLACSO, 2002, p. 169-202.
- BATESON, G. *Steps to an ecology of mind*. Londres: Jason Aronson, 1987.
- BESSON-GIRARD, J. C. *Decrescendo cantabile*. Lyon: Parangon, 2005.
- BUNCE, M. *et al.* Collapse and recovery in a remote small island: a tale of adaptive cycles or downward spirals? *Global Environmental Change*, vol. 19(2), pp. 213-226, 2009.
- CAMPBELL, C. J. *The essence of oil and gas depletion: collected papers and excerpts*. Brentwood: MultiScience, 2003.

- . Colin Campbell's Response to the Guardian IEA Reporting, 2009 <<http://aspoireland.org/2009/11/20/ieawhistleblowerresponse/>>
- CLEMENTIN, B.; CHEYNET, V. *La décroissance soutenable*, 2005. <http://www.decroissance.org>.
- COBB, C. *et al.* *Why bigger isn't better: the genuine progress indicator-1999 update*. San Francisco, *RedefiningProgress* <<http://www.rprogress.org>>.
- COSTANZA, R.; GRAUMLICH, L. J.; STEFFEN, W. *Sustainability or collapse? An integrated history and future of people on earth*. Cambridge (MA): The MIT Press, 2007.
- DALY, H.; COBB, J. B. *For the common good: redirecting the economy toward community, the environment, and a sustainable future*. Boston: Beacon Press, 1989.
- DEFEYTES, K. S. *Hubbert's Peak: the impending world oil shortage*. Princeton (NJ): Princeton University Press, 2001.
- DIAMOND, J. *Collapse: how societies choose to fail or survive*. Londres: Allen Lane, 2005.
- DUNCAN, R. C. World energy production, population growth, and the road to the Olduvai Gorge. *Population and Environment*, vol. 22, n° 5, pp. 503-522, 2001.
- . The Olduvai theory: energy, population, and industrial civilization. *The Social Contract*, vol. 16, n° 2, 2005/06, <<http://www.hubbertypeak.com/duncan/01duvaiTheorySocialContract.pdf>>.
- ESCOBAR, A. *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Ewing (NJ): Princeton University Press, 1994.
- . El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo? In: LANDER, E. (ed.): *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales - perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, pp. 113-143, 2000 <<http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/biblioteca/fbiblioteca.html>>.
- ESTEVA, G. Los desafíos de la mutación. *Ecología Política*, n° 7, pp. 69-76, 1994.
- ; Prakash, M. S. *Grassroots post-modernism: remaking the soil of cultures*. Londres: Zed Books, 1998.
- GARCIA, E. Notas sobre “desarrollo sustentable” y propósito consciente. *Ecología Política*, n° 10, pp. 45-59, 1995.
- . *Medio ambiente y sociedad: la civilización industrial y los límites del planeta*. Madrid: Alianza, 2004.
- . La technologie et les dilemmes de la décroissance. *Entropia*, n° 3, pp. 142-156, 2007.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. *The entropy law and the economic process*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1971.
- . Looking back. In: EUROPEAN Association for Bioeconomic Studies. *Entropy and Bioeconomics: First International Conference of the EABS - Proceedings*. Milão: Nagard, pp. 11-21, 1993.
- GOWDY, J. Sustainability and collapse: what can economics bring to the debate? *Global Environmental Change*, vol. 15, pp. 181-183, 2005.
- GRAS, A. *Fragilité de la puissance: se libérer de l'emprise technologique*. Paris: Fayard, 2003.
- . *Le choix dufeu: aux origines de la crise climatique*. Paris: Fayard, 2007.
- GUDYNAS, E. Buen vivir: un relanzamiento necesario, 2010a. *Sin Permiso digital* <<http://sinpermiso.info/textos/index.php?id=3796>>.
- . Si eres tan progresista ¿por qué destruyes la naturaleza? *Neoextractivismo, izquierda y alternativas*. *Ecuador Debate* (CAAP-Quito), n° 79, pp. 61-81, 2010b.

- GUHA, R. How much should a person consume? *Global Dialogue*, vol 4, n° 1, 2002 <<http://www.worlddialogue.org/print.php?id = 180>>.
- HANSON, J. Thermo/gene collision: On human nature, energy, and collapse. *The Social Contract*, vol. 17, 2007 <<http://www.thesocialcontract.com>>.
- HEINBERG, R. *Powerdown: options and actions for a post-carbon world*. Gabriola Island: New Society, 2004.
- MAMANI, F. H. *Buen vivir/vivir bien: filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas*. Lima: Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas, 2010.
- ILLICH, I. *Oeuvres complètes*. Paris: Fayard, 2004/2005 (2 vols.).
- JUAN, S. *Critique de la déraison évolutionniste: animalisation de l'homme et processus de "civilisation"*. Paris: L'Harmattan, 2006.
- KHOR, M. Global economy and the Third World. In: MANDER, E. GOLDSMITH (eds.). *The case against the global economy: and for a turn toward the local*. San Francisco: Sierra Club Books, pp. 47-59.1996.
- KUNSTLER, J. H. *The long emergency: surviving the converging catastrophes of the twenty-first century*. Nova York: Atlantic Monthly Press, 2005.
- LAPPE, F. M. Hunger is not a place, 2006 <<http://www.thenation.com/doc/20060123/lappex>>
- LATOUCHE, S. *La planète des naufragés*. Paris: La Découverte, 1991.
- . *Le pari de la décroissance*. Paris: Fayard, 2006.
- MANDER, J.; GOLDSMITH, E. (eds.). *The case against the global economy: And for a turn toward the local*. San Francisco: Sierra Club Books, 1996.
- MARTINEZ-IGLESIAS, M.; GARCIA, E. La décroissance: le changement social au delà des limites de la planète. *Actes du colloque "Pour la suite du monde: développement durable ou décroissance soutenable?"*. Montreal, maio de 2009.
- MCANANY, P.A.; YOFFEE, N. (eds.). *Questioning collapse: human resilience, ecological vulnerability, and the aftermath of empire*. Nova York: Cambridge University Press, 2010.
- MEADOWS, D.; RANDERS, J.; MEADOWS, D. *Limits to growth: the 30-year update*. White River Junction (VT): Chelsea Green, 2004.
- MORRISON, R. *The spirit in the gene: humanity's proud illusion and the laws of nature*. Ithaca (NY): Cornell University Press, 1999.
- ODUM, H.T.; ODUM, E. C. *A prosperous way down: principles and policies*. Boulder: University Press of Colorado, 2001.
- ORLOVE, B. Human adaptation to climate change: a review of three historical cases and some general perspectives. *Environmental Science & Policy*, vol. 8, pp. 589-600, 2005.
- PEARCE, F. *The last generation: how nature will take her revenge for climate change*. Londres: Eden Project Books, 2006.
- PIMENTEL, D.; PIMENTEL, M. H. *Food, energy and society*. Boca Raton (FL): Taylor & Francis, 2008.
- PRICE, D. Energy and human evolution. *Population and Environment*, vol. 16, n° 4, pp. 301-319, 1995.
- RAHNEMA, M.; BAWTREE, V. (eds.). *The post-development reader*. Londres: Zed Books, 1997.
- RIST, G. *The history of development*. Londres: Zed Books, 1997.

- SACHS, W. (ed.). *Diccionario del desarrollo: una guía del conocimiento como poder*. Peru: PRATEC, 1996 <<http://www.ivanillich.org.mx/Lidicc.htm>>.
- . *Development: the rise and decline of an ideal*. Wuppertal: Wuppertal Institut für Klima, Umwelt, Energie, 2000 (Wuppertal Papers n° 108).
- ; Esteva, G. *Des ruines du développement*. Paris: Le Serpent à Plumes, 2003.
- SALE, K. *After Eden: the evolution of human domination*. Durham: Duke University Press, 2006.
- SCHNEIDER, F., KALLIS, G.; MARTÍNEZ-ALIER, J. Crisis or opportunity? Economic degrowth for social equity and ecological sustainability. *Journal of Cleaner Production*, 2010.
- SEABROOK, J. *Victims of development: resistance and alternatives*. Londres: Verso, 1993.
- SEMPERE, J. *Mejor con menos: necesidades, explosión consumista y crisis ecológica*. Barcelona: Crítica, 2009.
- SÉRALINI, G. E. *Génétiqument incorrect*. Paris: Flammarion, 2003.
- SHIVA, V. *Staying alive: women, ecology and development*. Londres: Zed Books, 1989.
- SMIL, V. *Alimentar al mundo: un reto del sigloXXI*. Madri: Siglo XXI, 2003.
- TAINTER, J. *The collapse of complex societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- . Complexity, problem solving, and sustainable societies. In: COSTANZA, R. (ed.). *Getting down to earth: practical applications of ecological economics*. Washington: Island Press, pp. 61-76, 1996.
- TOLEDO, V. M. Modernidad y ecología: la nueva crisis planetaria. *Ecología Política*, n° 3, pp. 9-20, 1992.
- . Principios etnoecológicos para el desarrollo sustentable de comunidades campesinas e indígenas. Rede Latino Americana e Caribenha de Ecologia Social, 1996 <<http://ambiental.net/biblioteca/ToledoEtnoecologia.htm>>.
- WWF. Living Planet Report 2010: biodiversity, biocapacity and development. Gland: WWF International, 2010 <http://wwf.panda.org/about_our_earth/all_publications/living_planet_report/2010_lpr/>.

NOTAS

105. Atualmente, o projeto principal deste grupo, que beneficia de uma ajuda do programa espanhol de P&D CSO2008-00291, focaliza as relações entre conhecimento especializado, participação cidadã e sustentabilidade nos conflitos socioecológicos, envolvendo uma equipe plurinacional de seis universidades de Equador, França e Espanha.

AUTORES

ERNEST GARCIA

Professor do Departamento de Sociologia e antropologia social da Universidade de Valência (Espanha). Foi Decano da Faculdade de Ciências Sociais e realiza pesquisas sobre mudança social e sociologia ecológica. Autor de *Medio ambiente y sociedad: La civilización industrial y los limites del planeta*. Madrid, Alianza (2004). E-mail: ernest.garcia@uv.es

As desigualdades, motor da crise ecológica

Hervé Kempf

Tradução : Leonardo Milani

- 1 Na história da humanidade e desde que bípedes percorrem o planeta, as três ou quatro gerações que entraram no terceiro milênio foram as primeiras a se depararem com as limitações da biosfera. Isto não se dá de forma harmoniosa e, sim, através de uma crise ecológica de grande importância.
- 2 Enfatizemos alguns de seus aspectos. O primeiro é a recente preocupação dos climatologistas: já faz alguns anos que passaram a raciocinar considerando a hipótese da possível irreversibilidade da mudança climática. Até agora imaginava-se que um aquecimento gradual ocorreria, mas que quando a humanidade fosse se dar conta da gravidade da situação, seria possível voltar atrás para retornar ao equilíbrio climático. Os climatologistas nos dizem que é possível que alcancemos um limiar, a tal ponto que o sistema climático desmoronará rumo a um desregulamento irreversível. Por exemplo, não seria mais possível evitar o ressecamento da floresta amazônica. Esta preocupação se nutre de uma série de observações: as geleiras da Groenlândia derretem muito mais rápido do que as previsões dos modelizadores; os oceanos podem absorver menos gás carbônico; o aquecimento já está em andamento, acelerando o derretimento do *permafrost*, esta imensa camada de terra gelada situada na Sibéria e no Canadá, que ameaça, assim, liberar as imensas quantidades de gás carbônico e metano que contém.
- 3 A segunda observação é que a crise ecológica não se limita à mudança climática. Este é o fenômeno mais conhecido pelo grande público, que constitui apenas um elemento da crise global. Há outro, quase tão importante: a erosão da biodiversidade. Para ilustrar a extensão deste problema, nada melhor do que saber que os especialistas usam o termo “sexta crise de extinção” para se referirem ao desaparecimento acelerado de espécies que castiga nossa época. Na quinta crise, há cerca de sessenta e cinco milhões de anos, desapareceram os dinossauros.
- 4 Terceiro aspecto, menos sensível ou menos sintetizado do que a problemática da mudança climática: a contaminação química generalizada do nosso meio ambiente, com dois

aspectos especialmente perturbadores. Por um lado, as cadeias alimentares estão contaminadas – em doses mínimas, claro – por poluentes químicos. Por outro lado, está cada vez mais claro que o maior ecossistema do planeta, o conjunto formado pelos oceanos, que sempre foi considerado infinito em sua capacidade de regeneração, está cada vez mais enfraquecido, quer pela poluição, quer pela degradação deste ou aquele ecossistema específico.

- 5 Esta forma de considerar a questão define a urgência política da nossa época. Porém, não é de hoje – e nem de ontem! – que nossa sociedade foi avisada do perigo; isto foi feito há várias décadas. De fato, Rachel Carson lançou o alerta em *Le printemps silencieux* em 1962; em seguida, a questão ecológica penetrou enfaticamente o debate público durante os anos 70: desde então, conferências internacionais (Estocolmo em 1972, Rio de Janeiro em 1992), artigos científicos e lutas de ecologistas formaram uma somatória de conhecimentos que confirmam insistentemente a tendência geral.
- 6 Mas então, porque nossas sociedades não tendem realmente para as políticas que permitiriam evitar que a crise ecológica piore? Esta é a pergunta crucial. Para responder, é preciso analisar as relações de poder em nossas sociedades. É preciso descobrir que elas estão organizadas de maneira a bloquear tais políticas necessárias. Como? Há cerca de vinte anos, o capitalismo se caracteriza pelo retorno da pobreza nos países ricos. Continua desde o final dos anos 40, a redução da taxa de pobreza se interrompeu nos países ocidentais; em certos casos, chegou a se inverter. Da mesma forma, a quantidade de pessoas em situação de precariedade (levemente acima do limiar de pobreza), aumenta também com regularidade. Por outra parte, no plano mundial, a quantidade de pessoas que se encontram em situação de pobreza absoluta (isto é, que dispõe de menos de dois dólares por dia), é de dois bilhões, ao passo que a FAO estima que mais de um bilhão de homens e mulheres não se alimentam com suficiência.
- 7 O aumento das desigualdades nos últimos vinte anos constitui um outro aspecto da crise social. Muitos estudos comprovam isto. Um deles, dirigido por dois economistas de Harvard e do Federal Reserve Board, é dos mais explícitos. Carola Frydman e Raven E. Saks (2007) compararam a relação entre o salário ganho pelos três maiores dirigentes das quinhentas maiores empresas americanas com o salário médio de seus empregados. Este indicador da evolução das desigualdades continua estável desde os anos 40, momento no qual começa a observação, até os anos 70: os chefes das empresas consideradas ganhavam cerca de 35 vezes o salário médio de seus empregados. Em seguida, uma discrepância se produz a partir dos anos 80 e a relação cresce de forma bastante regular, chegando a alcançar uma proporção de cerca de cento e trinta, nos anos 2000.
- 8 Estes estudos significam que uma ruptura de maior importância ocorreu no funcionamento do capitalismo durante esses sessenta anos. Durante as décadas de 50, 60 e 70, o enriquecimento coletivo possibilitado pelo aumento contínuo da produtividade se distribuía entre capital e trabalho de forma bastante equilibrada, de tal forma que as relações de desigualdade se mantinham estáveis. A partir dos anos 80, produziu-se uma discrepância cada vez mais pronunciada entre os detentores do capital e a massa de cidadãos. A oligarquia passa a acumular rendas e patrimônio em um grau nunca visto em um século.
- 9 É essencial que nos dediquemos a considerar de que forma concreta os hiper-ricos fazem uso de seu dinheiro. Este uso não é mais velado, como no tempo da austera burguesia protestante descrita por Max Weber: bem pelo contrário, ele nutre um consumo

ultrajante de iates, jatos privados, imensas residências, joias, relógios, viagens exóticas e um amontoado reluzente de dilapidação suntuária.

- 10 De que maneira isto é um motor da crise ecológica? Para compreendê-lo, devemos nos voltar para o grande economista Thorstein Veblen, cujo pensamento Raymond Aron classifica no mesmo nível que o de Carl von Clausewitz ou Alexis de Tocqueville. Muito esquecido hoje, ele não deixa de apresentar uma pertinência notável.
- 11 Vamos resumir sua interpretação ao extremo. O que dizia Veblen? Que a tendência de competir é inerente à natureza humana. Cada um de nós tem uma propensão a se comparar com os outros, buscando manifestar, através de um ou outro traço externo, uma pequena superioridade, uma diferença simbólica em relação às pessoas com as quais vivemos. Veblen não pretendia reduzir a natureza humana a este aspecto que ele não julgava do ponto de vista moral, ele simplesmente o constatava. Baseando-se em numerosos depoimentos de etnógrafos de sua época, ele constatava também que esta forma de rivalidade simbólica pode ser observada em todas as sociedades.
- 12 Além do mais, continuava, todas as sociedades produzem com facilidade a riqueza necessária para atender a todas as suas necessidades por alimentos, moradia, educação das crianças, convívio, etc. Apesar disto, em geral elas produzem uma quantidade de riquezas bem superior ao necessário para satisfazer suas necessidades. Por quê? Porque se trata de permitir que seus membros se distingam uns dos outros.
- 13 Em seguida, Veblen constatava que na maioria das vezes, existem várias classes no âmbito da sociedade. Cada uma é governada pelo princípio da rivalidade ostentadora. E em cada classe, os indivíduos adotam como modelo o comportamento vigente na camada social superior, que mostra o que se deve e é bacana fazer. A camada social imitada, por sua vez, se inspira da camada situada acima dela na escala da fortuna. Esta imitação se reproduz de baixo para cima, de tal forma que a classe situada no topo define o modelo cultural geral daquilo que é prestigioso, daquilo que se impõe aos demais.
- 14 O que ocorre em uma sociedade muito desigual? Um imenso desperdício é gerado, porque a dilapidação material da oligarquia – em si, refém da competição ostentadora – serve de exemplo para toda a sociedade. Cada um no seu nível, no limite das suas rendas, tenta adquirir os bens e sinais mais valorizados. Mídia, propaganda, filmes, novelas e revistas de “famosos” são as ferramentas de difusão do modelo cultural dominante.
- 15 Então de que forma a oligarquia bloqueia as evoluções necessárias à prevenção da crise ecológica? Diretamente, claro, mediante as ferramentas poderosas – políticas, econômicas e de mídia – de que dispõe e que utiliza para manter seus privilégios. Mas indiretamente também, e isto têm igual importância, com este modelo cultural de consumo que impregna toda a sociedade e define sua normalidade.
- 16 Agora, nós reatamos com a ecologia. Prevenir o aumento da crise ecológica, e até começar a restaurar o meio ambiente, é algo muito simples, a princípio: a humanidade precisa reduzir seu impacto sobre a biosfera. Conseguir isto também é muito simples, a princípio: isto significa reduzir o volume de extração/utilização de minerais, madeira, água, ouro, petróleo etc., e reduzir o que descartamos em termos de gases de efeito estufa, lixo químico, material radioativo, embalagens etc. Isto significa reduzir o consumo material global das nossas sociedades. Uma redução deste tipo constitui a alavanca essencial para mudar a situação ecológica.
- 17 Quem vai reduzir seu consumo material? Estima-se que 20% a 30% da população mundial consomem 70% a 80% dos recursos extraídos anualmente da biosfera. Assim, é desses 20%

a 30% que a mudança deve vir, ou seja, essencialmente as populações da América do Norte, da Europa e do Japão. É uma condição necessária para que os países do Sul, que enfrentam também a crise ecológica, possam lançar outra modalidade de desenvolvimento, que possa ser justa sem retomar o caminho destruidor trilhado pelos países ocidentais.

- 18 No âmbito das sociedades superdesenvolvidas, não podemos pedir aos pobres e aos assalariados modestos de reduzir o consumo material. Mas tampouco são apenas os hiper-ricos que devem implementar esta redução: pois mesmo se os oligarcas dispensarem suas limusines com motoristas, os relógios reluzentes ou as compras a bordo de um 4x4 em Saint Tropez, eles não serão bastante numerosos para que isto produza uma mudança suficiente no impacto ecológico coletivo. É a todas as classes médias ocidentais que esta redução do consumo material deverá ser proposta.
- 19 Aqui, vê-se que a questão da desigualdade é central: as classes médias não aceitarão nunca de seguir a via da diminuição de seu consumo material, enquanto perdurar a situação atual de desigualdade, enquanto a mudança necessária não for adotada de forma equitativa. Recriar um sentimento de solidariedade, essencial para atingir esta reorientação radical da nossa cultura, supõe evidentemente empreender uma redução radical das desigualdades-algo que, por outro lado, transformaria o modelo cultural existente.
- 20 A proposta de redução do consumo material pode parecer provocadora, haja vista o banho ideológico no qual estamos imersos. Mas hoje, no mundo ocidental, o aumento do consumo material global não está mais associado a um aumento do bem-estar coletivo – ele acarreta, bem pelo contrário, a degradação deste bem-estar. Além do mais, a civilização que optar pela redução do consumo material vislumbrará uma janela para outras políticas. A transferência de riquezas permitida pela redução das desigualdades poderá estimular as atividades humanas socialmente úteis e de baixo impacto ecológico. Saúde, educação, transportes, energia, agricultura... nestes e outros campos, as necessidades sociais são grandes e as possibilidades de ação são importantes. É preciso renovar a economia através da noção de utilidade humana, em substituição à obsessão da produção material, privilegiando o elo social ao invés da satisfação individual. Diante da crise ecológica, é preciso consumir menos para distribuir melhor.

BIBLIOGRAFIA

Referências

- ARON, R. Avez-vous lu Vleben? In: VELEN, T. *Théorie de la classe de loisir*. Gallimard: Paris 1970.
- FRYDMAN, C.; SAKS, R. E. Executive compensation: a new view from a long-run perspective, 1936-2005. Washington: Board of Governors of the Federal Reserve System, 2007 (Finance and Economics Discussion Series 2007-35).

VEBLEN, T. *Théorie de la classe de loisir*. Gallimard: Paris 1970.

AUTORES

HERVÉ KEMPF

Jornalista. Colunista do jornal *Le Monde*, especialista das questões ambientais. Autor de vários livros. Dois estão disponíveis em português: *Como os ricos destroem o planeta* (Globo) e *Para salvar o planeta, livrem-se do capitalismo* (Livre). E-mail: kempfherve@hotmail.com

Justiça distributiva e eficiência econômica: uma perspectiva ecológico-econômica dos condicionantes do *desacoplamento*

Maria Amélia Enríquez e Gisella Colares Gomes

Growth is then no longer the cure for poverty and cannot substitute for redistribution (Daly, 2004, p. 261)

Introdução

- 1 O objetivo deste artigo é analisar a importância da justiça distributiva, enquanto pré-condição para o avanço da proposta do desacoplamento (*decoupling* em inglês), a partir de uma perspectiva econômico-ecológica. Um dos requisitos básicos para o desacoplamento é a redução da intensidade do uso dos recursos naturais e o aumento de sua produtividade, a fim de garantir a manutenção do bem-estar presente e futuro sem desestabilizar a integridade dos ecossistemas. Todavia, a teoria econômica convencional tem limitações para mensurar adequadamente a produtividade desses recursos e uma avaliação imprecisa dessa produtividade tem reflexos tanto na eficiência alocativa, quanto nos critérios de distribuição. Isso ocorre porque a teoria econômica convencional foi elaborada a partir do padrão de escassez de um “mundo vazio” e por desconsiderar as leis da termodinâmica.
- 2 Nesse contexto, o sistema de preços, que é o principal mecanismo orientador das decisões econômicas, não reflete a escassez absoluta de recursos naturais, já que não capta adequadamente o valor dos mesmos. Isso, juntamente com o padrão de distribuição dos fatores produtivos e da renda, contribui fortemente para o atual quadro de ineficiência alocativa que tem levado ao desperdício e ao uso predatório dos recursos naturais e dos serviços ambientais a eles associados.

- 3 Pela ótica da produção, a eficiência económica é definida como a relação entre os “serviços auferidos” (*goods*) e os “serviços sacrificados” (*bads* ou *throughput*) que são as externalidades decorrentes do processo produtivo (poluição, resíduos, desestruturação social etc.). Que o sistema de preços não mensura adequadamente os valores da natureza (capital natural) não é novidade, mas perceber que isso interfere no padrão distributivo e que também afeta a eficiência alocativa não é tão evidente assim.
- 4 Para melhor compreender esse aspecto convém clarificar que para a economia ecológica a finalidade do sistema econômico é produzir meios para a satisfação de necessidades. Isto significa que o fim último não é a produção de coisas, um carro, por exemplo, e sua contabilização positiva no PIB, mas sim a prestação de um serviço; neste caso, o de locomoção. Dito em outras palavras, o processo económico para a economia ecológica é a transformação de recursos em um estoque de bens capazes de prestar serviços para satisfazer necessidades.
- 5 Do ponto de vista do consumo, a satisfação de necessidade gera utilidade e, neste ponto, a economia ecológica considera que é correta a percepção da teoria convencional ao demonstrar que a utilidade tende a decrescer na medida em que as necessidades de consumo são satisfeitas. Isso significa que para grupos sociais com baixo atendimento de necessidades a utilidade é grande e o oposto é verdadeiro, para grupos com plena satisfação de necessidades a utilidade é muito baixa. Pela ótica do consumo, a maximização das utilidades é um dos critérios de eficiência económica. Assim, a eficiência distributiva dos meios de produção torna-se também central para a viabilização do *desacoplamento*, na medida em que contribui para restringir o desperdício. Uma redistribuição na renda em prol dos mais pobres, por exemplo, pode permitir que uma pequena quantidade de recursos atenda necessidades que geram grande utilidade marginal, em detrimento daqueles grupos de altas rendas cujos mesmos recursos adicionais geram baixa utilidade marginal.
- 6 Dessa forma, a proposta de *desacoplamento* insere-se em um contexto que, além de uma precisa correção dos mecanismos de preços de mercado para valorar adequadamente os recursos naturais e os serviços ambientais associados, necessita de outros mecanismos institucionais que também contemplem estratégias distributivas. É sobre esse último ponto que este artigo trata.
- 7 Nesse sentido, além desta breve introdução e das considerações finais, o texto está estruturado em quatro tópicos. O primeiro apresenta os fundamentos da “economia convencional”, também conhecida como *main stream* ou economia neoclássica, mostrando que o sistema de preços é a base que determina a eficiência alocativa que, por sua vez, está associada a um determinado padrão distributivo. O segundo ressalta a inadequação dos fundamentos da economia convencional em um mundo cheio, em especial os critérios que norteiam a determinação do sistema de preços, devido à mudança no padrão de escassez. Os tópicos três e quatro enfatizam, respectivamente, a crítica da economia ecológica ao ressaltar as limitações ecossistêmicas para o alcance da eficiência produtiva e a relação entre as fronteiras ecossistêmicas e justiça distributiva.

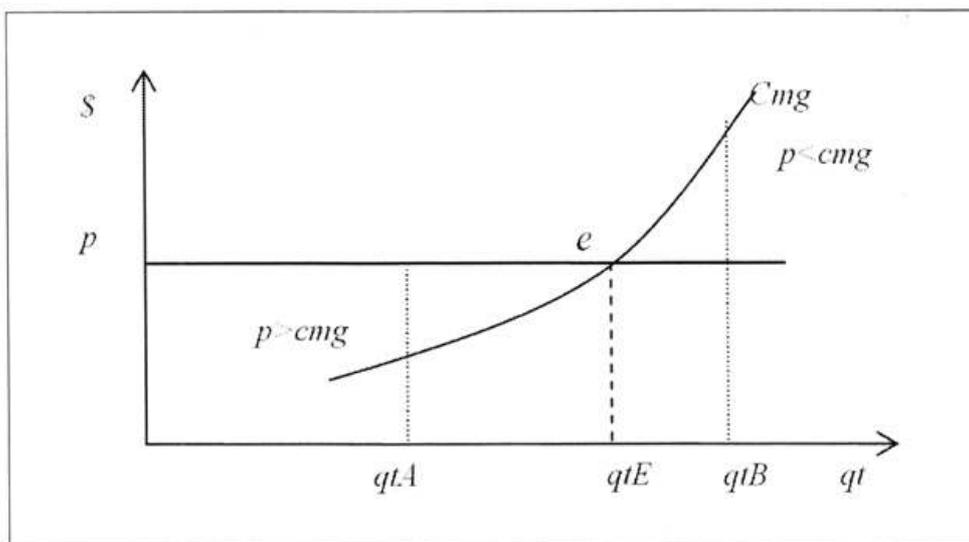
Fundamentos da economia convencional

- 8 Para a teoria econômica convencional,¹⁰⁶ fundamentada no individualismo metodológico ¹⁰⁷ utilitarista e no paradigma mecanicista (Fauchex & Noël, 1997), o mercado é um

sistema que produz bem estar e ordem espontaneamente, por meio de um movimento pendular entre oferta e demanda. De acordo com essa visão, a escassez ou a abundância de recursos e de capital é também coordenada pelos mecanismos de mercado. A interação entre oferta e demanda determina os preços que orientam as decisões dos agentes económicos e a síntese dessas escolhas individuais conduzem a uma distribuição ótima e a uma alocação eficiente do tipo *ótimo de Pareto*.¹⁰⁸

- 9 É por intermédio do sistema de preços que os agentes económicos decidem como vão alocar os recursos – se vão adquirir *commodities*, comprar imóveis, gastar em consumo, plantar, especular etc. Os preços são importantes também para conhecer os custos de produção e para sinalizar se os investidores terão lucro (e continuarão a investir) ou prejuízo (e mudarão seus campos de investimentos). Assim, o sistema de preços é o principal sinalizador de decisões económicas em uma economia de mercado.
- 10 As decisões sobre o quê, onde, como e quando investir e produzir resultam em uma dada alocação de recursos. Esta alocação é definida pelo princípio de que o custo marginal deve ser igual ao benefício marginal (*ótimo de Pareto*). A Figura 1 ilustra a condição de eficiência. No eixo horizontal encontram-se as quantidades produzidas e no eixo vertical, os preços e custos. A curva *Cmg* (custo marginal) indica que para se produzir uma unidade adicional do bem *qt* o custo é crescente. A linha horizontal *p*, representa o preço como um dado. A condição de eficiência ocorre quando o preço se iguala ao custo marginal (ponto *e*). Isso pode ser comprovado por exclusão, já que no ponto *qtA* os ganhos são positivos (o que estimula o produtor a aumentar as quantidades, uma vez que terá lucro) e em *qtB* o produtor terá perdas (o que desestimula o produtor a aumentar as quantidades, uma vez que terá prejuízo), com o custo para se produzir uma unidade adicional sendo maior do que a receita obtida por essa unidade.

Figura 5 – Condição de eficiência em um sistema de mercado



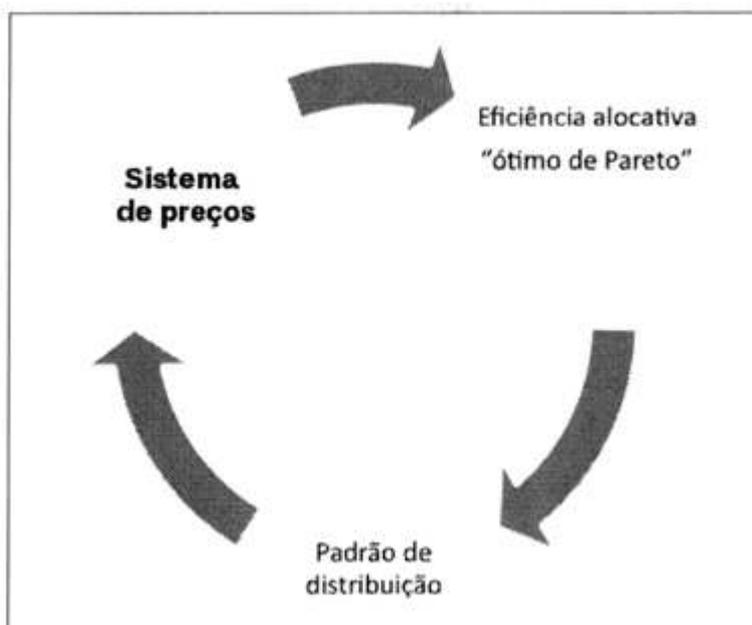
Fonte: Enríquez (2010)

- 11 Produzir além do ponto *e* -aumentar a produção, investir ou consumir uma unidade a mais trará mais custos que receitas, mais perdas que rentabilidade ou mais “dor” que “satisfação”. A alocação eficiente corresponde a uma dada distribuição desses recursos (*ótimo de Pareto*). A distribuição refere-se à participação dos “proprietários dos fatores

de produção”¹⁰⁹ no montante total dos benefícios gerados, ou de como são recompensados por sua participação no processo produtivo. Para a teoria convencional esta recompensa deve ser equivalente à parcela do produto que corresponde à contribuição do referido fator de produção. Portanto, cada fator deve participar em uma proporção tal que a produtividade da última unidade utilizada seja equivalente ao seu rendimento.

- 12 De forma esquemática, a lógica do raciocínio econômico é a que segue:

Figura 6 – Economia de Mercado (considerado *dada a propriedade dos fatores de produção*)



**ECONOMIA DE MERCADO
(COM A DISTRIBUIÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS FATORES DE PRODUÇÃO DA NATUREZA)**



- 13 Conforme ilustra o diagrama, existe uma interconexão entre a eficiência alocativa e o padrão distributivo, mediada pelo sistema de preços. Os preços, aliados à propriedade dos

fatores de produção, induzem a uma determinada alocação que, por sua vez, determina a distribuição de renda. Esta influencia a demanda que, por seu turno, afeta o sistema de preços. Importante notar que se o mercado não oferece os critérios corretos para a determinação do sistema de preços e se este não informar adequadamente a abundância ou escassez dos recursos, toda a sequência fica comprometida. Além disso, ressalte-se que a eficiência alocativa não tem correspondência com a equidade na distribuição,¹¹⁰ pois a alocação dos recursos, sinalizada pelo sistema de preços, teoricamente apenas reproduz o perfil inicial da distribuição dos fatores.

- 14 Há evidências empíricas de que o sistema de mercado conduz de forma mais efetiva ao crescimento econômico, mas o alcance do desenvolvimento¹¹¹ não é uma decorrência natural, no sentido de que esse sistema não distribui renda e riqueza automaticamente. Isso pode ser constatado a partir de uma simples dedução, dado que o que cresce é o reinvestimento do excedente e os benefícios deste são em sua maior parte apropriados por seus proprietários.¹¹²

Inadequação dos fundamentos da economia convencional em um mundo cheio-a crítica da economia ecológica

- 15 A economia ecológica considera correta a noção de que o sistema de preços orienta o comportamento dos agentes. Todavia alerta para o fato de que os critérios que norteiam esse sistema foram estruturados para um “mundo vazio”, ou seja, para um mundo em que o custo de oportunidade do uso dos recursos naturais e dos serviços ambientais a eles associados era praticamente nulo (Daly, 2007). No “mundo vazio” não havia assentamentos humanos em áreas vulneráveis, dada a abundância de áreas disponíveis; a expansão da pesca era limitada pelos equipamentos e não pela falta de peixes; da mesma forma, a capacidade de expansão da produção de bens minerais e florestais era limitada pela disponibilidade dos meios de extração, e não pela remota perspectiva de esgotamento de tais recursos. Mesmo que historicamente a questão da escassez tenha estado presente na experiência histórica europeia, o alargamento das fronteiras geográficas, propiciada pelas grandes navegações, e a política colonialista, superaram facilmente esse gargalo. Assim, toda a base da teoria econômica se assentou em uma lógica de “mundo vazio”. Essa lógica é exatamente o oposto do que acontece com o “mundo cheio” da atualidade, em que os recursos livres e abundantes são cada vez mais raros.¹¹³
- 16 A economia ecológica chama atenção para a correta perspectiva de se perceber a economia como subsistema de um sistema mais amplo, a biosfera – que é a base da vida no planeta, e destaca que o bem-estar humano depende dos bens e serviços produzidos pela economia, mas não pode prescindir dos bens e serviços ambientais oferecidos “gratuitamente” pela natureza. Assim, os recursos naturais que formam a base dos serviços ambientais¹¹⁴ e aqueles produzidos pelo homem, são muito mais complementares do que substitutos,¹¹⁵ como a visão da economia convencional propaga indistintamente.
- 17 No mundo vazio em que os recursos da natureza eram abundantes e a *escala de produção* material pequena, o elemento escasso ou fator limitante da produção era o capital manufaturado. No mundo cheio, superpovoado, há excesso, e não escassez, tanto de capital manufaturado como de mão de obra e o fator limitante da produção é o capital

natural, tanto no que se refere à disponibilidade de recursos naturais e de serviços ambientais (*sources*) como a capacidade de acúmulo e de absorção dos descartes da produção material (*sinks*). Nesse mundo cheio, o custo de oportunidade dos recursos naturais é alto, não apenas por causa da escassez, mas devido ao comprometimento da oferta de serviços ecossistêmicos associada a esses recursos.

- 18 A lógica econômica indica que é preciso poupar e investir no fator limitante da produção. Em um mundo vazio, o capital manufaturado (construído pelo homem) era o que deveria ser promovido e poupado adequadamente, mas em um mundo cheio a prioridade é outra; o capital natural é que precisa ser promovido, valorado e utilizado em uma escala compatível com sua capacidade de regeneração. Assim, muito embora as regras da economia continuem válidas, o padrão da escassez mudou, e, para se adequar a essa lógica econômica se faz necessária uma completa reorientação nos preços dos recursos naturais e dos serviços ambientais a fim de adequá-los à nova realidade de um “mundo cheio”. Nesse sentido, se deve maximizar a produtividade do capital natural no curto prazo e investir no seu aumento no longo prazo. Embora óbvia, essa recomendação encontra forte barreira para sua efetiva adoção, uma vez que a economia convencional desconsidera o valor intrínseco do capital natural, apenas os custos de extração desses recursos é que são contabilizados.
- 19 Isso se expressa analiticamente na função de produção na economia neoclássica que simplesmente ignora as raízes biofísicas da economia e exclui os recursos naturais como fator de produção. Uma das mais conhecidas funções de produção neoclássicas é a de Solow (Fauchex & Nöel, 1997) (equação 1), em que a produção (Y) é função do trabalho (L) e do estoque de capital (K), conforme expressa a seguir:
- 20 $Y = f(K, L)$ (equação 1)
- 21 A partir da equação acima seria possível produzir álcool apenas com equipamentos (máquinas e instalações) e mão de obra. Isto é, não seria necessário qualquer recurso natural como a terra para plantar a cana-de-açúcar, a mandioca etc. Essa perspectiva se choca frontalmente com a primeira lei da termodinâmica.¹¹⁶
- 22 Depois das observações críticas de Georgescu-Roegen a esta equação, uma nova versão incluiu os recursos naturais (R), como a equação de CoobDouglas (Daly, 1997).
- 23 $Q = K^a R^b L^c$ (equação 2¹¹⁷)
- 24 Para Georgescu-Roegen, a inclusão da variável recurso natural na equação 2, na realidade, escamoteia a contradição entre o modelo e as leis da termodinâmica. Isto porque a partir desta fórmula, considerando a força de trabalho constante, pode-se obter qualquer quantidade de produto, desde que o fluxo de recursos naturais satisfaça a seguinte condição:
- 25 $R^b = Q/K^a L^c$ (equação 3)
- 26 A equação 3 não deixa dúvidas de que para que haja produção é imprescindível uma dada quantidade de recursos naturais, mesmo que diminuta. Além disso, considerando-se os recursos naturais constantes, não haverá mais insumo para ser transformado por mais uma unidade de capital e/ou trabalho e, portanto, não haverá mais valor adicionado. Isto torna o produto marginal do capital e do trabalho na equação com a inclusão do fator recursos naturais igual a zero (Daly, 1997).
- 27 No modelo de Georgescu-Roegen qualquer processo material consiste em um fluxo de materiais que são transformados em outros elementos, por alguns fatores de fundo.¹¹⁸

Capital e trabalho são fatores de transformação (*causa eficiente*) e os recursos (*causa material*), são aquilo que será transformado. É possível que o progresso tecnológico permita a substituição de fatores de transformação entre si ou recursos entre si, mas a relação entre *causa eficiente* e *causa material* será sempre de complementaridade e não substituíbilidade (Daly, 1997).

- 28 Os recursos naturais constituem a essência do processo económico e não algo semelhante a outro fator de produção qualquer, pois nenhum agente pode criar a base material sob a qual trabalha e nem o capital pode criar o material do qual é feito. Mudanças tecnológicas que se refletem nos “coeficientes de elasticidade dos fatores de produção” podem apenas reduzir a quantidade de recursos naturais necessários à produção, mas nunca igualá-la a zero. Neste modelo de produção, Georgescu-Roegen reconhece que o processo produtivo está submetido às leis da termodinâmica e enfatiza que aquilo que é denominado produção é, na verdade, transformação de recursos naturais em produtos úteis e em resíduos sendo que esta capacidade de transformação de materiais não é infinita devido às limitações da segunda lei da termodinâmica.¹¹⁹
- 29 A natureza está continuamente suprindo o processo produtivo de recursos naturais, matéria e energia, de baixa entropia, que os transforma em produtos e resíduos de alta entropia. A função de produção deve incluir estes resíduos, além dos recursos naturais como insumos, e ter uma representação matemática que não se baseie na substituição entre os fatores de fundo e fatores de fluxo. Isto significa que a elevação da produtividade dos fatores está sujeita a limites físicos e estes limites relacionam-se ao estado da arte das tecnologias. Todavia, as tecnologias futuras também deverão estar conformadas pelas leis físicas da termodinâmica.

Fronteiras ecossistêmicas e eficiência produtiva

- 30 Maximizar a produtividade do capital natural¹²⁰ pressupõe um novo padrão de produção e de consumo. No que se refere ao consumo é preciso reconsiderar qual o tipo de necessidade que deve ser priorizada (vide item 4). Quanto à produção é necessário reduzir a intensidade do uso de matérias-primas, com o objetivo de desvincular o crescimento econômico e o bem estar social do uso predatório dos recursos naturais e dos impactos ambientais a eles associados. Este processo é denominado *desacoplamento*¹²¹
- 31 A essência do *desacoplamento* é a elevação da produtividade dos recursos naturais (fator de produção), entendido como o incremento na produção que é atribuído ao uso de uma unidade adicional deste recurso. Nesse sentido, aumentos na produtividade resultam em aumento na eficiência produtiva.
- 32 Outro importante conceito para a análise da eficiência produtiva é o de “produtividade total dos fatores” (PTF) que mede o aumento da quantidade de produto que não é explicado pelo aumento da quantidade de um insumo isoladamente, mas pelo seu conjunto, de forma sistêmica, conforme ilustra a equação 4, onde P_i e Y_i são respectivamente o preço e a quantidade do bem i e P_j e X_j o preço e a quantidade do insumo j .
- 33 $PTF = \sum P_i Y_i - \sum P_j Y_j \dots$ (equação 4)
- 34 Incrementos na PTF se refletem em melhoria na produtividade conjunta dos fatores de produção. Isso acontece porque a relação de complementaridade entre os fatores faz com que o incremento de um fator aumente a contribuição marginal dos outros (Nelson, 1973;

1981). Pode-se considerar que a PTF equivale ao “residual de Solow”.¹²² Para Nelson (1973;1981) representa mudança na função de produção (deslocamento da curva),¹²³ explicada pelo avanço tecnológico. Esta mudança está conectada às contribuições dos fatores de produção, aí incluídos os recursos naturais. Assim, a PTF deve ser entendida como um processo coevolutivo, sinérgico e sistêmico que envolve fatores de produção, mudança tecnológica, contexto institucional etc.

- 35 De acordo com Nelson (1981), é possível medir a contribuição de um trabalhador ou de uma máquina, na margem, mas não faz sentido calcular a contribuição, para o produto, de todos os trabalhadores ou de todo o capital. Por analogia, também não faz sentido justificar a parcela dos benefícios dos fatores de produção de acordo com a sua participação no crescimento do produto. Esta observação é relevante na medida em que historicamente os recursos naturais não têm sido considerados como fator de produção, portanto nenhuma remuneração tem sido direcionada a eles. Porém, diante da constatação de que a natureza também participa do valor adicionado¹²⁴ no processo produtivo e que, no capitalismo, os proprietários dos fatores são remunerados por sua participação no valor adicionado, algumas questões emergem, tais como: quem é proprietário dos recursos naturais e dos serviços ambientais a eles associados? Como é e como deve ser apropriado o valor adicionado por este fator?
- 36 Esse artigo não objetiva fornecer uma resposta simples e acabada a essas questões complexas, todavia, na discussão da tese do desacoplamento esses elementos que têm sido histórica e teoricamente ignorados não podem ficar fora da discussão. A economia convencional os ignora, provavelmente por causa de aspectos políticos associados ao conflito distributivo que é latente nos critérios de remuneração dos fatores produtivos, sendo produto da correlação de forças entre seus proprietários, estando intimamente relacionado ao contexto político e institucional. Dessa forma, os preços e a remuneração dos recursos/fatores são determinados pelo mercado que, em tese, aloca eficientemente os “serviços ganhos” pelo estoque de capital e reflete a escassez relativa. Todavia, para estabelecer preços para os “serviços sacrificados” ou custos, isto é, as externalidades que não são capturadas pelo mercado ele é limitado, não refletindo, portanto, a escassez absoluta.¹²⁵
- 37 Em síntese, no contexto do *desacoplamento*, no qual o sistema econômico deve incorporar em seus fundamentos o capital natural, a lógica econômica precisa se expandir a fim de incorporar os condicionantes da biosfera e as leis da termodinâmica. Neste sentido, o sistema de preços deve incluir a remuneração dos recursos naturais, os custos das externalidades e dos serviços ecossistêmicos por meio de um tipo de pagamento que não guarda relação só com os custos de produção dos recursos na fonte, e sim uma renda da escassez absoluta ou *royalty*;¹²⁶ que é o pagamento dos subsídios fornecidos pela natureza ou os serviços ecossistêmicos sacrificados no mundo cheio.¹²⁷

Fronteiras ecossistêmicas e justiça distributiva

- 38 Daly (1977) define eficiência numa perspectiva econômico-ecológica a partir do que ele chama de fim e causa última do sistema econômico.

$$\text{Eficiência} = \frac{\text{serviço final}}{\text{throughput}} = \frac{\text{serviço ganho}}{\text{estoque}} \times \frac{\text{estoque}}{\text{throughput}} = \frac{\text{serviço ganho}}{\text{serviço sacrificado}}$$

- 39 Para Daly o foco do sistema económico deve ser o de produzir meios¹²⁸ para a satisfação de necessidades que podem ser básicas ou relativas. Nesse sentido, o principal objetivo da economia não deve ser a acumulação exponencial de coisas, mas sim a satisfação de necessidades. O estoque de bens é, então, uma magnitude intermediária que gera serviços e requer fluxos de matéria e energia para renovar-se. A atividade de manutenção e renovação desse estoque gera um custo inevitável ou serviços sacrificados – o *throughput* (que pode ser traduzido como *transumo*, ou resíduos decorrentes do processo de produção).
- 40 A renda da escassez deve, portanto, ser inserida nestes custos/serviços sacrificados, apropriada e redistribuída a fim de garantir a elevação da utilidade total na sociedade. Isto significa que redistribuir um dólar de um indivíduo de alta renda que tem utilidade marginal baixa para um de baixa renda com utilidade marginal alta¹²⁹ contribui para elevação da eficiência total do sistema. Além disso, de acordo com o princípio democrático, a utilidade de todos deve contar igualmente, como o fim último da atividade económica é a satisfação de necessidades, é preciso ter em conta quais necessidades estão sendo atendidas, se são necessidades supérfluas ou básicas.
- 41 Essa diferenciação é importante porque necessidade, assim como escassez,¹³⁰ é um conceito que tem uma dimensão absoluta e outra relativa. As necessidades absolutas são aquelas sentidas seja qual for a situação do outro. A necessidade relativa relaciona-se ao desejo de superioridade em relação ao outro. Isso delimita a fronteira entre as necessidades que são saciáveis e as que não são. A teoria económica tradicional não reconhece esta diferença, tratando todas as necessidades de um só modo, com o objetivo de não introduzir julgamentos de valor e ser considerada uma ciência positiva. A consequência é considerar todas as necessidades insaciáveis.
- 42 A eficiência distributiva implica não desperdiçar o poder de gerar serviços/ utilidade dos fatores produtivos, não permitindo sua desigual distribuição de forma que necessidades triviais de uns tomem preferência sobre as necessidades básicas de outros e em garantir que os custos causados por agentes específicos sejam impostos a todos. Nesta perspectiva, uma das condições necessárias para a viabilização do *desacoplamento* é a melhor distribuição no mercado de fatores produtivos, por intermédio de uma espécie de “renda da escassez”, de forma a estabelecer as condições¹³¹ que possibilitem a eficiência alocativa de recursos. Esta reflexão trás à tona a necessidade de uma rediscussão da problemática dos *royalties* que, em termos práticos, está associada às diversas iniciativas tais como: princípios da convenção da sócio-biodiversidade, taxações de importação de matérias-primas básicas, transferência de tecnologias, etc. Dessa forma o novo diagrama mantém a interconexão entre eficiência alocativa e o padrão distributivo, mediada pelo sistema de preços, mas considerando as externalidades e os serviços ecossistêmicos.
- 43 Em síntese, a questão distributiva é um dos grandes desafios para a promoção do *desacoplamento* e, por conseguinte, da sustentabilidade. O *desacoplamento* deve transcender ao aumento da produtividade dos recursos naturais (ecoeficiência) garantindo que os serviços prestados pelos recursos naturais possam ser adequadamente apropriados e sem ociosidade, bem como garantir que os custos/serviços sacrificados produzidos privadamente sejam indevidamente divididos entre todos, o que dificulta sua internalização e conseqüente redução.
- 44 Uma importante questão que emerge é saber se essa redistribuição provocaria um aumento na escala de uso dos recursos. Nesse sentido, o ideal seria poder determinar o

nível ótimo de pessoas (com seu dado padrão de consumo) e de fluxo de consumo material compatíveis com a capacidade de suporte do planeta. Tentativas nesse sentido têm sido feitas (vide os livros “*Factor Five*” e “*Factor 10*”), todavia ainda se requer melhor e maior precisão. Estabilidade e viabilidade são prioridades e logicamente independentes da otimização.¹³² Da mesma forma, o problema da escala é o desafio seguinte da resposta à ineficiência alocativa.¹³³ Além disto, destaca-se que para a economia ecológica o critério de alocação de recursos via mecanismo de mercado pressupõe a antecedência de outros dois critérios, o de respeito à capacidade de suporte e resiliência dos ecossistemas e a justa distribuição. Neste sentido, outros mecanismos institucionais também deverão estar presentes na construção do *desacoplamento*.

Considerações finais

- 45 A luz de alguns princípios da economia ecológica, este artigo objetivou discutir que a tese do desacoplamento requer, além de medidas voltadas para a eficiência produtiva, um olhar para a ótica da distribuição. Partimos da ideia de que em uma economia de mercado o sistema de preços é o principal sinalizador de decisões económicas. Todavia, se inexistem critérios corretos para a determinação dos preços, estes não informam adequadamente a abundância ou escassez dos recursos. Isso compromete tanto a eficiência alocativa quanto a distributiva.
- 46 Como comentamos acima, a economia ecológica alerta para o fato de que os critérios que norteiam o sistema de preços foram estruturados a partir de um “mundo vazio”, ou seja, um mundo em que o custo de oportunidade do uso dos recursos naturais e dos serviços ambientais a eles associados era praticamente nulo. Portanto, o sistema de preços deve ser atualizado, para refletir a realidade do “mundo cheio” de hoje, em que os recursos naturais e os serviços ambientais estão se tornando cada vez mais escassos.
- 47 Para essa atualização, a remuneração de fatores historicamente invisíveis (recursos ambientais e serviços ecossistêmicos) deve ser considerada nos critérios dos preços e de distribuição, o que pode ser feito mediante a incidência de *royalties* ou de outros tipos de instrumentos. Isso dará novos sinais aos agentes económicos, o que pode contribuir para a mudança do atual padrão de produção e de consumo, que tem conduzido tanto ao desperdício dos recursos naturais quanto à degradação dos ecossistemas, comprometendo, em alguns casos de forma irreversível, o crescimento econômico e o bem-estar. Essa mudança é que tem sido chamada de *desacoplamento*.
- 48 Quanto ao padrão de consumo foi visto que é preciso reconsiderar o tipo de necessidade a ser priorizada – se a dos ricos que, dado o atual padrão de consumo, tem conduzido ao desperdício e à ineficiência, ou se dos grupos de baixa renda, cuja utilidade alta contribui para o aumento da eficiência do sistema? Quanto à produção, ressaltamos a necessidade de se reduzir a intensidade do uso de matérias-primas, a externalidade do processo produtivo e a elevação da produtividade; isso, além das medidas de ecoeficiência, requer medidas adicionais de políticas que orientem a real mudança de trajetória rumo a um autêntico *desacoplamento* dos benefícios gerados pelo crescimento económico dos malefícios tradicionalmente acoplados a ele.

BIBLIOGRAFIA

Referências

- BURKETT, P. Total factor productivity: an ecological-economic critique. *Organization & Environment*, vol. 19, 2006.
- DALY, H. E. *Beyond growth: the economics of sustainable development*. Boston: Beacon Press, 1976.
- *Steady-state economics: the economics of biophysical equilibrium and moral growth*. São Francisco: W. H. Freeman and Company, 1977.
- Allocation, distribution and scale: towards an economics that's efficient, just and sustainable. *Ecological Economics*, vol. 6, 1992.
- Crescimento sustentável? Não obrigado. In: GOLDSMITH, E.; MANDER, J. (orgs.). *Economia global, economia local – a controvérsia*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996, pp. 207-211.
- Georgescu-Roegen versus Solow/Stiglitz. *Ecological Economics*, vol. 22, 1997.
- Ecological economics: the concept of scale and its relation to allocation, distribution, and uneconomic growth. In: FULLBROOK, E. (ed.) *A guide to what's wrong with economics*. Londres: Anthem Press/Wimbledon Publishing Company, 2004.
- *Ecological economics and sustainable development*. Cheltenham/Northampton: Edward Elgar, 2007.
- DREW, L. J. The dematerialization of society. *Nonrenewable Resources*, vol. 6, n° 2, 1997.
- EKINS, P.; TOMEI, J. *Eco-efficiency and resources productivity: concepts, indicators and trends in Asia-Pacific*. S/l: ESCAP/United Nations, 2009 (Second Green-Growth Policy Dialogue).
- FAUCHEUX, S.; NOËL, J-F. *Economia dos recursos naturais e do meio ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. *Transformações estruturais da agricultura e produtividade total dos fatores*. Brasília: IPEA, 2000 (Texto para discussão n° 768).
- GEORGESCU-ROEGEN, N. *The entropy law and the economic process*. Boston: Harvard University Press, 1971.
- ILLICH, I. *A convivencialidade*. Lisboa: Europa-América, 1976.
- NELSON, R. R. Recent exercises in growth accounting: new understanding or dead end? *American Economic Review*, vol. 63, n° 3, 1973.
- Research on productivity growth and productivity differences: dead ends and new departures. *Journal of Economic Literature*, vol. 19, n° 3, 1981.
- SOLOW, R. On the intergenerational allocation of natural resources. *Scandinavian Journal of Economics*, vol. 88, pp.141-149, 1986.
- STEINBERGER, J. K.; ROBERTS, J. T. From constraint to sufficiency: the decoupling of energy and carbon from human needs, 1975-2005. *Ecological Economics*, vol. 70, 2010.

SUN, J. W. Dematerialization and sustainable development. *Sustainable Development*, vol. 8, 2000.

VICTOR, Peter. Questioning economic growth. *Nature*, vol. 468, 2010.

NOTAS

106. Aqui também denominada de economia neoclássica, economia tradicional ou *main stream*.

107. Acredita ser possível reduzir os fenômenos sociais a resultados de decisões e ações individuais.

108. Trata-se de uma alocação de recursos na qual não é possível melhorar o bem-estar de um agente econômico sem prejudicar o bem-estar de outro.

109. Elementos necessários ao processo produtivo, tais como insumos, máquinas, força de trabalho, recursos naturais etc.

110. *Exchange relations are mutually beneficial among relative equals. Exchange between the powerful and the powerless is often only nominally voluntary and can easily be a mask for exploitation* (Daly, 1977, p. 54).

111. Daly (1996) distingue a noção de crescimento da noção de desenvolvimento econômico da seguinte forma: crescimento “significa aumentar naturalmente no tamanho, com a adição de material, através da assimilação ou aumento”; já desenvolvimento “significa expandir, ou realizar o potencial de: fomentar gradualmente para um estágio mais pleno, maior, ou melhor”. Acrescenta que “quando alguma coisa cresce, fica maior. Quando algo se desenvolve, fica diferente!”

112. “*Growth is a substitute for equality of income. So long as there is growth there is hope, and that makes large income differentials tolerable. We have been growing for some time, and we still have poverty. It should be obvious that what grows is the reinvested surplus, and the benefits of growth go to the owners of the surplus, who are not poor* (Daly, 1977, p. 103-104).

113. A metáfora “mundo vazio”, “mundo cheio”, de Daly, é encontrada em Enríquez (2009; 2010).

114. A Avaliação Ecológica do Milênio (2005) definiu quatro categorias de serviços ecossistêmicos: 1) *serviços de provisão* (alimentos selvagens, plantações, água e remédios derivados de plantas, por exemplo); 2) *serviços de regulação* (tais como filtração de poluentes pelas áreas úmidas, regulação do clima pelo armazenamento de carbono e pelo ciclo de água, polinização e proteção contra desastres); 3) *serviços culturais* (recreação, valores culturais e estéticos, recreação) e 4) *serviços de suporte* (formação do solo, fotossíntese, ciclagem de nutrientes).

115. Os fatores complementares são aqueles que são combinados ou usados em conjunto no processo produtivo. Já os fatores substitutos não são usados simultaneamente no processo produtivo. Na verdade, um fator substitui o outro.

116. Também chamada de “lei da conservação da energia”, estabelece que a energia pode ser transformada de uma forma a outra, mas não pode ser criada nem destruída.

117. Os coeficientes a , b e c medem a elasticidade dos fatores de produção. Isto é, quanto varia o produto total Q , dada uma variação em K , R ou L .

118. Fatores de fundo são aqueles efetivamente utilizados, mas que não são consumidos no processo produtivo. Representam uma reserva de serviços ou usos que demanda uma duração de tempo determinada por sua estrutura física. Possuem capacidade de manter sua eficiência ao final do processo produtivo, isto é, tem a capacidade de realizar o mesmo trabalho como se nunca tivessem sido usados. Já os fatores de fluxo são consumidos no processo produtivo e podem ser consumidos em um único instante. A classificação do tipo de fator não é feita independentemente do processo produtivo do qual fará parte.

119. Conhecida como a lei da entropia, a qual mede a energia não disponível para o trabalho que resulta das transformações energéticas. O conceito de entropia também está estreitamente

relacionado ao de irreversibilidade. Nos processos reversíveis a entropia permanece constante e nos irreversíveis ela cresce na direção de um máximo.

120. Produtividade do capital natural pode ser medida como a razão do consumo de material ou de energia, em termos físicos, e algum indicador de desempenho econômico, como O PIB deflacionado, por exemplo (Ekins & Tomei, 2009)

121. Na esfera do consumo, também é necessária uma mudança em seu padrão. Embora não seja o foco deste artigo, consideramos importante para a mudança deste padrão a construção de uma sociedade mais convivial (Illich, 1976).

122. É um número que descreve o crescimento do produto considerando constante o capital e o trabalho. É residual porque refere-se à parte do crescimento do produto que não é explicada pela acumulação de capital ou pela acumulação de outros fatores de produção tradicionais, como terra e trabalho.

123. Na contabilidade do crescimento várias fontes são identificadas separadamente. Todavia, estas fontes são fortemente interdependentes. É preciso discernir os fatores e condições mais amplos que atuam neste processo (Nelson, 1973).

124. É o valor adicional que adquirem os bens e serviços ao serem transformados durante o processo produtivo.

125. *“Control is exercised in the form of aggregate physical quotas, sine, as argued in the last chapter, price Controls deal only with relative scarcity and cannot limit the increase of absolute scarcity”* (Daly, 1977, p. 51).

126. Renda da escassez tem origem na definição de renda como a sobre-remuneração devido à inelasticidade decorrente do caráter limitado de certos fatores de produção.

127. *“Frequently the prices individuals pay are an underestimate of full social opportunity cost, so it is true that much stuff is purchased only because the prices are wrong – too low. Therefore some growth in GNP is uneconomic due to wrong prices”* (Daly, 2004, p. 259)

128. Podem ser bens ou serviços.

129. Utilidade é a capacidade de satisfazer uma necessidade humana. Como a necessidade está envolta em subjetividade, a avaliação da utilidade de um bem também será subjetiva. Assim, um mesmo bem ou serviço terá diferentes utilidades e valores para indivíduos diferentes. A utilidade marginal é a utilidade proporcionada pela última unidade disponível do bem. À medida que um bem se escasseia, sua utilidade marginal aumenta. Isto é, ela mede necessidades ainda não satisfeitas.

130. A escassez relativa refere-se à escassez de um recurso em relação a outro recurso. A solução para a escassez relativa é a substituição. A escassez absoluta refere-se à escassez de recursos em geral, à escassez dos recursos na fonte.

131. *“Extending the discipline of market to such vital areas of life makes it urgent to establish the institutional preconditions of mutually beneficial Exchange, namely, to limit the degree of inequality in the distribution of income and wealth and to limit the size and monopoly Power of corporations”* (Daly, 1977, p. 51).

132. *“The first issue remains to stop the momentum of growth and learn to run a stable economy at historically given initial conditions. These given conditions may be far from optimal. Maintaining existing levels may require onerous technologies and a short life for the system. But we cannot go into reverse without first coming to a stop”* (Daly, 1977, p. 52).

133. Esta não é uma questão fácil de ser enfrentada. Todavia o foco deste artigo não permite que aprofundemos esta temática. O que se pode dizer é que o estabelecimento dos níveis equitativos de consumo envolverá *trade-offs* entre tamanho da população, padrões *per capita* de uso dos recursos, período de tempo e tecnologias disponíveis. A resposta a esses *trade-offs* se relacionam a juízos de valor que devem ser construídos socialmente.

AUTORES

MARIA AMÉLIA ENRÍQUEZ

Economista, doutora em desenvolvimento sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB). Professora da Universidade da Amazônia (Unama) e da Universidade Federal do Pará (UFPA). Ex-presidente da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO-www.ecoeco.org.br). Membro científico do International Panel for Sustainable Resource Management (Resource Panel – IRP) do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP). E-mail: mameliaenriquez@gmail.com

GISELLA COLARES GOMES

Economista pela Universidade Federal do Ceará, doutoranda do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Tecnologista em informações geográficas e estatísticas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tem interesse pelas temáticas mudança de paradigma nas ciências econômicas e economia ecológica. E-mail: gisella.colares@gmail.com

Introdução à história do conceito de decrescimento na França

Fabrice Flipo

Tradução : Leonardo Milani

A efervescência dos anos 70, o refluxo durante os anos do “dinheiro-rei” e a reativação no início dos anos 2000

- 1 A noção de decrescimento é frequentemente associada ao primeiro relatório do Massachusetts Institute of Technology (MIT) para o Clube de Roma em 1971, intitulado “Limits to Growth” (“Os limites do crescimento”), traduzido para o francês como “Halte à la croissance!” (Meadows, 1972). Isto não é totalmente exato, na medida em que este relatório fora precedido por relatórios e obras que, direta ou indiretamente, questionavam o crescimento. Citemos *Road to Survival* (Vogt, 1948), *Our Plundered Planet* (Osborn, 1948) e claro, *The Population Bomb* (Ehrlich & Ehrlich, 1968). Mas este é uma boa referência, pois o relatório do MIT, em sua forma, causou numerosas reações que já definiram os termos do debate, em um contexto de crise do petróleo e de tímido surgimento das preocupações ecológicas.
- 2 Esse relatório é essencialmente constituído por uma compilação de dados mundiais acerca dos recursos naturais, da população, da poluição, da qualidade de vida, do investimento em capital... enfim, das variáveis que, pela primeira vez, foram correlacionadas por meio de simulação informática. Fazendo variar as hipóteses, são explorados diversos futuros; um deles prevê a descoberta de uma energia limpa, gratuita e ilimitada. A conclusão geral é que, cedo ou tarde, o crescimento enfrentará limitações, qualquer que seja o cenário.
- 3 Os países em desenvolvimento se opuseram a este relatório. Durante a Cúpula de Estocolmo sobre o Homem e o Meio Ambiente, organizada em 1972 pelos países desenvolvidos para evocar a questão do aumento das poluições, a posição daqueles foi clara: a poluição é um problema de ricos, que consomem demasiadamente. Se a situação é

grave, então os países ricos devem agir primeiro, deixando o espaço necessário para que os países em desenvolvimento possam se desenvolver.

- 4 O relatório foi também alvo de objeções no meio acadêmico. Em 1973, a Universidade de Sussex publicou um relatório chamado *L'anti-Malthus* (Jahoda *et al.*) que criticava o relatório do MIT por ter subestimado o potencial futuro da tecnologia e ter exagerado o caráter nefasto de alguns produtos, em particular os pesticidas. No mesmo ano, o famoso economista americano William Nordhaus estimou que o problema se devia muito mais ao capital e ao trabalho do que ao recurso natural, já que estes possibilitam o acesso a recursos muito abundantes, tais como a energia nuclear (geradores a nêutrons e fusão). Nordhaus estimava as reservas desta energia em pelo menos 1000 vezes a totalidade das reservas fósseis (Nordhaus, 1973). Ele afirmava que a energia nuclear poderia alimentar os automóveis durante pelo menos “100 milhões de anos”. Mas tanto otimismo não seria um pouco arriscado? Nordhaus respondia que temos 100 anos para encontrar novas fontes de energia, e que não há pressa. Enquanto isso, devemos desenvolver a exploração de energias fósseis. Nordhaus contou com o apoio do futuro prêmio Nobel, Robert Solow (1974), em um artigo de síntese que traz à tona a “regra de Hotelling” que, desde 1931, preconizava a exploração de um recurso esgotável no ritmo que permitisse maximizar o lucro marginal líquido (Hotelling, 1931).
- 5 A ideia geral era que a rarefação de alguns recursos naturais acarretaria a chegada de “tecnologias de ruptura” (*backstop technologies*), que superariam o problema. Não obstante, nem Nordhaus e nem Solow defendiam a autorregulação mercantil. Diziam que o mercado tende a esgotar os recursos rápido demais, podendo provocar crises periódicas. Inversamente, os ecologistas fariam o jogo dos monopolistas ao limitar artificialmente o consumo do recurso, o que encarece os preços. A análise focaliza rapidamente a questão dos ritmos de esgotamento: se fossem rápidos demais hipotecariam a elaboração de alternativas, enquanto uma excessiva lentidão manteria muito baixa a formação de capital.
- 6 Nordhaus aplica este raciocínio desde seu primeiro artigo sobre as mudanças climáticas, em 1977. Suas soluções são de armazenar o carbono (nas árvores, nos oceanos, debaixo da terra), de substituir os recursos “sujos” por recursos “limpos” (principalmente, energia nuclear) e de melhorar a eficácia do uso de carbono pela economia. Além disto, preconiza o pagamento do carbono de forma que o aumento das emissões fique limitado a +50%; o impacto previsto sobre os preços dos produtos energéticos é baixo, já que tal medida custaria menos de 0,5% do PIB mundial. A exemplo de Nordhaus, os economistas pensam que os custos de despoluição, inclusive o processamento de lixo radioativo, serão baixíssimos em relação ao PIB mundial. Para eles, o crescimento é a solução e não o problema, proporcionando acesso às técnicas limpas. Esta opinião continua dominante.
- 7 Theodore Panayotou (1993) resgatou a tese de Simon Kuznets sobre as desigualdades, para aplicá-la ao contexto do meio ambiente. Esta teoria sustenta que o salto econômico provoca poluição e desigualdades, mas que, para além de um dado patamar, as coisas se invertem. Na edição 2005 do seu manual, copublicado com Nordhaus, Paul Samuelson (prêmio Nobel em 1970) sustenta ainda esta tese e debocha dos “pessimistas” (Samuelson & Nordhaus, 2005).
- 8 Mesmo assim, a crítica do crescimento segue seu curso. Na França, a revista *La Nefi* de tendência católica, publicou, em 1973, uma edição intitulada “*Les objecteurs de croissance – prospérité oui... mais à quel prix?*”¹³⁴ assinado por personalidades como Jacques Attali, Jean-

Pierre Chevènement, René Dumont, Michel Rocard, Bertrand de Jouvenel e Lionel Stoléru. Nos anos 1970, em um contexto que associava os acontecimentos de maio de 68, a crise do petróleo causada pelo golpe da Opep, o movimento dos não alinhados no âmbito dos países do Sul e as primeiras grandes preocupações sobre “o progresso”, debater o crescimento era bastante difundido. E os naturalistas não ficavam para trás: numerosas publicações criticavam, direta ou indiretamente, o crescimento. Vale citar *Nous n'avons qu'une seule Terre* (do ecólogo René Dubos e da economista britânica Barbara Ward, 1972), *The closing circle* (Commoner, 1972), *Le Macroscopie* (Rosnay, 1975), *Vhomme renaturé* (Jean-Marie Pelt, 1977) etc. Em 1977, a CFDT (Confederação Francesa Democrática do Trabalho) publicava *Les dégâts du progrès*.

- 9 A globalização, o neoliberalismo, a crise da dívida no Terceiro Mundo, a chegada da esquerda ao poder e as decorrentes decepções, a austeridade e a dilapidação do sentido de “esquerda”, tudo isso contribuiu para afastar progressivamente o debate da cena. Quando Jacques Grinevald e Ivo Rens publicaram, em 1979, uma coletânea de textos de Nicholas Georgescu-Roegen sob o título *La décroissance*, a obra passou praticamente despercebida. A crítica da sociedade industrial recuou. Os anos 1980 e 1990 são anos fastos para os beneficiários da “economia de mercado”, noção aprovada pela esquerda de Lionel Jospin em 1999. E nos países ricos, esses beneficiários ainda são numerosos. Com a queda da União Soviética, o mundo parecia ser guiado por um único modelo. Analistas americanos, tais como Francis Fukuyama, discursam sobre o “fim da história”.
- 10 A virada do milênio mudou a situação. Bolha Internet, crise asiática, atentados do *World Trade Center*, guerra no Iraque, chegada dos países emergentes no cenário internacional (China, Brasil, Índia, África do Sul e Rússia) redistribuem as cartas. Cresce a crítica contra a especulação e as derivas do sistema financeiro internacional. A crise do petróleo ressurge, com preços em alta. O aquecimento global se torna cada vez mais ameaçador.
- 11 Em 2002, são publicadas duas edições da revista ecologista *Silence*, que alcançam um sucesso inesperado – bem como o colóquio organizado na Unesco pela associação *La Ligne d'Horizon*, com a temática “Desfazer o desenvolvimento, refazer o mundo”. Estas publicações abordam “o decrescimento”, termo escolhido por seu lado provocador. Na origem destas edições estão Vincent Cheynet e Bruno Clémentin, fundadores da revista *Casseurs de Pub – la revue de l'environnement mental*. O sucesso os leva a fundar, em 2004, uma revista: *La décroissance, le journal de la joie de vivre*.¹³⁵ Hoje, a revista tem uma tiragem de 40.000 exemplares; mais da metade é vendida – isto mostra como a receptividade foi totalmente diferente daquela observada no início dos anos 1980. Vários sites se especializaram no assunto: “decroissance.info”, por exemplo, é um site autogerenciado por grupos locais; “decroissance.net” é o site oficial do Instituto de Estudos Econômicos e Sociais para o decrescimento sustentável, ligado à revista *La Décroissance*; “ladecroissance.org” é o site da revista *La Décroissance*. Várias “marchas a favor do decrescimento” foram organizadas em diversas localidades, desde Lyon até Magny-Cours em junho de 2005, na Loire-Atlantique, no NordPas-de-Calais e na Charente-Maritime. Outras seguiram ou estão previstas. O decrescimento possui até seu próprio partido político: o Partido para o Decrescimento (PPLD), fundado em abril de 2007, em Dijon. Várias outras revistas defendem a noção de decrescimento: *l'Age de faire*, *Silence*, etc. O decrescimento circula também bastante por debaixo dos panos; a ideia produz numerosos debates, cuja finalidade gira em torno de uma reapropriação simbólica do nosso ambiente. O engenheiro Nicolas Ridoux sintetizou os principais elementos do decrescimento, em um pequeno livro muito bem escrito (Ridoux, 2006).

- 12 O decrescimento é uma noção, um questionamento, uma “palavra bomba” cujo impacto não se atém à imprensa de pequeno e médio porte. A edição do jornal *Le Monde* 2, de 25 de março de 2006, dedicou sua capa e seu artigo principal ao decrescimento. O assunto foi alvo de numerosos artigos no *Le Monde* e outros. Podemos encontrar este assunto abordado em locais tão improváveis quanto *TGV Magazine*, suporte distribuído gratuitamente pela SNCF¹³⁶ a seus clientes. A revista *Les Échos*, em uma edição que se detinha à questão do “prêt-à-penser econômico” (*Les Échos*, 2004), identificava três paradigmas dominantes da economia: o liberalismo, a social-democracia e... o decrescimento. Essa tendência é ampla e profunda e tudo indica que veio para ficar.
- 13 O movimento começou a afetar os grandes partidos políticos. Yves Cochet defendeu essa bandeira no Partido Verde francês, mas não venceu as primárias para as eleições presidenciais de 2007. O movimento “Utopia”, conduzido por Frank Pupunat, é o primeiro a ter questionado a religião do crescimento no âmbito do Partido Socialista. Em novembro de 2005, ele obteve 1,05% da votação no Congresso do Le Mans. Nicolas Hulot, aconselhado pelo deputado no parlamento europeu Jean-Paul Besset, entre outros, foi apresentado pelo periódico *Politis* como o cruzado do decrescimento¹³⁷ – sendo em seguida denunciado pelo jornal *La Décroissance* como um “eco-tartufo”. Corinne Lepage (ex-ministra do Meio Ambiente) descartou a ideia, que ela considera excessivamente negativa, sem porém negar seu interesse fundamental. Dominique Voynet (também ex-ministra da Ecologia e Meio Ambiente) preferiu o “decrescimento da pegada ecológica”, o que é bem diferente.
- 14 A temática do decrescimento alcançou também o meio intelectual. A revista *Entropia* foi lançada em novembro de 2006 na Assembleia Nacional, na presença de mais de cinquenta pessoas, tendo por objetivo proporcionar maior coerência teórica à noção de decrescimento. O comitê de redação era formado por Jean-Paul Besset,¹³⁸ Jean-Claude Besson-Girard,¹³⁹ François Brune,¹⁴⁰ Alain Gras,¹⁴¹ Serge Latouche¹⁴² e Agnès Sinai.¹⁴³ A revista foi apresentada como a “revista teórica e política de estudo do decrescimento”: “*Entropia* integra a longa tradição de revistas de ideias e engajamento, local de expressão privilegiado de um pensamento coletivo em gestação que se elabora ao longo do tempo. Um pensamento que está na ponta dos questionamentos fundamentais dos nossos tempos, que visa amplificar a conscientização acerca de uma situação da condição humana inédita e enriquecer o imaginário teórico, poético e político do pós-desenvolvimento”.¹⁴⁴ O nome da revista, *Entropia*, não se refere à entropia no sentido físico do termo, conceito que Georgescu-Roegen contribuiu para deixar na moda em economia, e sim ao conceito grego *entropè*, ação de se voltar, enxergar por detrás de si, de forma a vislumbrar o caminho percorrido e tomar o tempo de se perguntar se não seria melhor mudar.
- 15 Para *Entropia*, “qualquer pensamento que não aceite sua autocrítica não é mais um pensamento e sim uma fé. Ela abandona o campo da lucidez, trocando-o pelas miragens da esperança”. Há mais de cinquenta anos, “o crescimento” e “o desenvolvimento” pertencem a esta ordem irracional e dogmática. Porém, durante os anos 1970, alguns pesquisadores heterodoxos que não temiam enxergar a verdade (Illich, Georgescu-Roegen, Ellul, Partant, Castoriadis, etc.) enfrentaram esta ditadura do economismo e fundaram as bases do pensamento do decrescimento. E esta reflexão incomoda. Há poucos anos apenas, e especialmente após o colóquio intitulado “Desfazer o desenvolvimento, refazer o mundo” (Unesco 2002), publicações como *Silence e l'Écologiste*, o boletim “*La Ligne d'horizon, les amis de François Partant*”, foram dando cada vez mais espaço a esta temática, em suas colunas. A revista bimestral *La Décroissance* contribui, há sete anos, para enfatizar

seu caráter iconoclasta e provocador. Pois, realmente, esta noção de decrescimento transtorna sinais e linhas: os sinais teóricos e simbólicos de reconhecimento, bem como as linhas das clivagens políticas tradicionais. Esta situação pode acarretar deslizes e derivas teóricas e políticas que requerem a maior vigilância do pensamento e das práticas” (Entropia, *op. cit.*). E os fatos mostraram que, de fato, tais derivas ocorreram. Textos produzidos por teóricos do decrescimento foram encontrados no *site* do Grece, cuja proximidade com a extrema-direita é de notoriedade pública. Isto trouxe confusão entre aqueles que promoviam a noção de decrescimento. O Grece é conhecido por já ter utilizado este método; o Mauss já passou por esta experiência no passado.¹⁴⁵

- 16 Para além das falsas polêmicas, o decrescimento inaugura um imenso canteiro. Os canteiros abertos são tão numerosos quanto as formas de compreender o termo ou de se referir a ele. “Palavra-bomba” para aqueles que, como Paul Ariès,¹⁴⁶ a empregam para quebrar as linhas conceituais dominantes, que não vislumbram futuro fora do crescimento, o decrescimento pode também ser elevado ao nível de conceito, especialmente na área econômica. O decrescimento designa também uma forma de ser, que encontramos por vezes sob o nome de “simplicidade voluntária”.
- 17 As trocas entre Hervé Kempf,¹⁴⁷ Nathalie Kosciusko-Morizet¹⁴⁸ e Sylvia Pérez-Vitoria¹⁴⁹ durante o programa “Du grain à moudre” na emissão de rádio France Culture no dia 10 de fevereiro de 2007 podiam dar uma ideia dos debates atuais. Com base na análise de Thorstein Veblen, Hervé Kempf emitiu a hipótese de que os comportamentos estariam atrelados ao consumo ostentatório e não às necessidades; assim sendo, a difusão do modo de vida ocidental no mundo é a principal causa da crise ecológica global. Logo, para sair disso, a principal medida deveria ser que os Ocidentais, começando pelos mais ricos, pratiquem a sobriedade tão logo quanto possível. Sem deixar de reconhecer a urgência da situação, a deputada da Essonne minimizou a responsabilidade dos ricos. Apoiada pelo jornalista Brice Couturier, que chegou a esquecer seu dever de neutralidade, ela tentou mostrar como o crescimento beneficia os mais pobres; a fase de crescimento da poluição seria assim seguida por uma fase de estabilização e posterior redução da pegada ecológica, enquanto os benefícios econômicos contemplariam um número crescente de pessoas. Bem documentado, Hervé Kempf rebateu todas as objeções, mostrando que as economias não tendem para a desmaterialização, nem tampouco para a redução das desigualdades e da quantidade de pobres. Como lembrou Sylvia Pérez-Vitoria, o crescimento é um crescimento das desigualdades e da exploração da maioria por uma minoria cada vez mais rica. O jornalista Brice Couturier ficou contrariado, enquanto Mme Kosciusko-Morizet se viu obrigada a recorrer ao progresso técnico e científico e a um crescimento verde, “feito de moderação”. Mas a que será que poderia corresponder a um crescimento “feito de moderação”?
- 18 O debate revela como as elites ficam sem jeito diante da questão ecológica. Os velhos conceitos, por meio dos quais chegou a crise global, parecem ser impotentes. O decrescimento escancara a situação, dá nome ao desafio, evidencia as contradições e derruba os oximoros, como foi antes o caso do relatório do MIT para o Clube de Roma.¹⁵⁰ Enquanto o crescimento é visto em toda parte como a solução para todos os problemas, no Norte como no Sul, verdadeiro sésamo universal, o decrescimento afirma uma conclusão escandalosa e, ainda assim, perfeitamente fundamentada, ou seja, que o crescimento não tem futuro, por não trazer solução para a questão ecológica e, por outro lado, por não ter a universalidade que dizem que tem.

- 19 O crescimento é o resultado de todo um conjunto de políticas e iniciativas. São poucos os países do mundo que passaram por um conjunto de políticas e iniciativas que chegaram a fazer com que o crescimento tenha sido, em valor absoluto, acompanhado por uma redução das desigualdades. É mais o contrário. E a coisa fica ainda mais evidente a longo prazo. Os países que vivenciaram o maior crescimento são também aqueles cujo impacto ecológico cresceu de forma mais pronunciada. A “desmaterialização do PNB” é apenas aparente e se deve em grande parte à evolução da especialização internacional: os países com maior PNB se especializaram nos serviços, setor de maior valor agregado. As atividades mais poluentes e que mais consomem recursos migraram para os países em desenvolvimento. A China e o Brasil não param de nos lembrar que boa parte de seu impacto ambiental é um resultado direto do apetite gargantuesco dos países ocidentais. E embora os problemas ecológicos não existissem, a poluição mental gerada pelo produtivismo, cujo símbolo supremo é o crescimento, deveria ter gerado questionamento. Assim, o decrescimento designa a deseconomização das mentes, o que equivale a retomar o programa do Mauss.¹⁵¹
- 20 Essas questões não são totalmente novas. Em sua maioria, resultam do movimento ecologista. Porém, não podemos deixar de constatar que os ecologistas fracassaram, até agora, em implantar suas ideias na sociedade. Eles tentaram por todos os meios: ecologia de direita, de esquerda, nem de direita e nem de esquerda, ecologia associativa, ecologia empreendedora... Nada feito, os desafios ficaram mais graves e a sociedade parece continuar encontrando bons motivos para evitar de pensar seriamente nisso. Evocando a surpreendente capacidade das nossas sociedades em somente se preocupar com suas relações internas, Catherine Larrère fala de “sociocentrismo” (Larrère, 1997). A ecologia é abordada como um desafio que existe principalmente na cabeça dos ecologistas. A revista *Télérama*, que se surpreende com o vazio intelectual no campo da ecologia (Zacharowicz, 2006), confirma, sobretudo, sua própria ignorância do assunto—pois não resta dúvida de que os teóricos existem. Os “ecologistas” são sempre ecologistas demais, e depois “excessivamente sociais”, quando tentam levar em consideração os desafios sociais; ou seja, nunca são como deveriam ser. A ecologia incomoda; e a política da avestruz continua sendo uma resposta eficaz em um caso destes.
- 21 O leque muito amplo de oponentes ao decrescimento na esquerda nos dá uma ideia da importância política e teórica dos problemas trazidos por este termo, no plano político e conceitual. A ideia de decrescimento é insuportável para aqueles que acreditam que a troca mercantil é o pacto social por excelência, quer se baseie no contrato ou no plano. Para muitos, é a modernidade que está em questão. E, de fato, é certamente isto. Mas defender a modernidade, tentar provocar a emoção, não é digno de um debate intelectual. Não raro, a modernidade é estampada para descartar alguns argumentos e qualificá-los de reacionários ou obscurantistas. Desde seus primórdios, a ecologia traz à tona a questão de saber como deixar de ser progressista sem passar a ser reacionário, como diz o título da obra de Jean-Paul Besset (Besset, *op. cit.*). O decrescimento irrita a maioria dos economistas e questiona sua dominação. As objeções formuladas contra o decrescimento são bem conhecidas pelos ecologistas: O decrescimento seria relativista (Harribey, 2006, p. 265-288.), nos levaria a andar para trás, idealizaria a natureza e as sociedades “tradicionais” (Duval, 2005, p. 53-55).
- 22 As respostas existem e são firmes; é bem por isto que o debate persiste. A questão do decrescimento não estaria confundindo “desenvolvimento” com “crescimento”, como sugere René Passet,¹⁵² entre outros? Se for assim, das duas, uma: ou, afinal, o

“desenvolvimento” é o “bem comum” e podemos nos perguntar por que se optou pela adoção de “desenvolvimento”, termo de origem biológica, ao invés deste último conceito; ou “desenvolvimento” é sobredeterminado pela ciência e seria preciso definir o que precisa ser desenvolvido. Embora Passet insistia no qualitativo, o que deve ser seguido continua indefinido. Em geral, existe uma teleologia subjacente às análises desenvolvimentistas. Aliás, Passet recorreu mais uma vez à analogia do crescimento da criança para explicar a diferença entre crescimento e desenvolvimento. E os países em desenvolvimento, seriam então crianças? Atitudes paternalistas deste tipo pareciam finalmente superadas. Como não enxergar que este organicismo antropomorfista é justamente o que perpassa o pensamento desenvolvimentista? Como não se preocupar com a aceitação geral deste organicismo, já que a mesma atitude é vigorosamente denunciada quando é adotada por ecologistas? O mais naturalista dos dois pode não ser aquele que mais chama a atenção a respeito. Neste quesito, digamos que a diferença entre crescimento e desenvolvimento é na realidade bem mais difícil de compreender – e ainda mais de ser colocada em prática.

- 23 Aqui também, a crítica foi feita, e bem feita, pelo Mauss. O discurso económico sobre os meios deixa pouco espaço para debate sobre os fins. Recusando este espaço vago, os economistas travam o livre exercício da política. Eles agem como se já dispusessem de todas as respostas, por meio das escolhas de investimentos dos cidadãos.

Raízes conceituais

- 24 O decrescimento não é uma doutrina unificada. Há tensões entre suas diferentes correntes, que podem ser bastante fortes. Não há unanimidade de satisfeitos com a criação do PPLD. Alguns pensam que o termo é negativo demais, outros acham que não é um bom título para um programa, etc. Acreditamos que é possível caracterizar o decrescimento como algo situado na junção de cinco correntes que se cruzam sem serem necessariamente concorrentes ou divergentes.
- 25 A primeira corrente é culturalista. Tem origem na antropologia, sendo principalmente conduzida por Serge Latouche, proveniente do marxismo. Sua principal tese, que converge com a tese do MAUSS (movimento do qual, aliás, ele participa), é que o *homo economicus* é contingente e depende de “sua” representação do mundo e da história. O homem económico resulta de um conjunto de valores, com destaque para a busca do lucro-como mostrou Max Weber, em particular. Se desejamos propor novas possibilidades, devemos redescobrir ou reinventar nossa natureza. Esta tese difere da tese marxista clássica que implica na existência de uma classe social que não subscreve a estes valores. A crítica culturalista, à qual é possível vincular boa parte da interpretação de Marx feita por Moishe Postone (2009), estima que a sociedade no seu todo esteja alienada por valores dos quais precisa se libertar para encontrar uma saída. Precisamos desnaturalizar nossa visão do mundo e da natureza humana, de forma a conseguir identificar nossos desejos autênticos. A tese marxista clássica perde sua validade a partir do momento em que a classe capaz de construir uma crítica for funcionalmente integrada aos valores dominantes, por meio do consumismo, o que explica suas posições relativamente produtivistas. É aquilo que Herbert Marcuse já indicava. O decrescimento tenta questionar nossas “significações imaginárias sociais”, para utilizar o vocabulário de Castoriadis (1975); ele tenta acionar a sociedade instituinte, para questionar a sociedade instituída. Serge Latouche diz que “o outro mundo possível” só pode ser alcançado

“descolonizando nosso imaginário” dos significados econômicos e desenvolvimentistas que lá se encontram (Latouche, 2004, 2005; Partant, 1997; Rist, 1996).

- 26 Uma segunda corrente tem por base as análises de Ivan Illich. Componente de maior importância da abordagem de Vincent Cheynet, ela tem por base o desmoronamento dos elos sob o peso da mercantilização. Ivan Illich mostra que os elos sociais periclitaram sob o peso de “desvios de produção”, que se tornaram excessivamente pesados para serem produtivos. Em outros termos, a própria divisão do trabalho se tornou improdutivo, mesmo se esta fosse expurgada de todos os componentes “improdutivos” denunciados pela análise marxista. Illich mostra que a desvitalização tem origem em uma autonomização das burocracias, que gangrenam e desviam as instituições de suas metas iniciais. O desafio é a igualdade: a velocidade de uns só pode frear os demais (Illich, 2006),¹⁵³ a boa saúde de uma minoria é financiada pela má saúde da maioria¹⁵⁴, a excelente formação ministrada a uns poucos acarreta a desqualificação de todos os demais¹⁵⁵. Assim, o que conta é a reapropriação destes desvios de produção, passando pela realocização, que não consiste em voltar ao saudoso tempo dos vilarejos, tempos cuja reputação não é de terem necessariamente sido bons. Esta corrente se apega à qualidade do debate público, diferenciando-se claramente das análises marxistas, na medida em que não considera que o simbólico seja um simples reflexo das relações de produção – o que poderia ter levado Marx a acusá-los “de utopismo”. As preocupações sociais estão mesmo aí: reivindicação de uma renda máxima, etc. A existência de privilégios é incompatível com a democratização. Aqui, o decrescimento é um termo utilizado de forma performativa para provocar o debate, de forma a revitalizar as paixões necessárias para a existência de um espaço público dinâmico e gerador de normas. O decrescimento é também a consequência inevitável de um mundo mais democrático, pois o tempo necessário para debater só pode ser extraído do tempo de produção.
- 27 A terceira corrente é ambiental, vinculada ao respeito pelos ecossistemas e pela vida em todos seus componentes, mesmo afastados. Para esta tendência, o decrescimento é a consequência de uma política ecológica séria. O retorno disso permite qualificar como “utópica” ou “*greenwash*” qualquer política ecológica que não assuma a noção de decrescimento. Fortalecer a produtividade ecológica, em detrimento da produtividade econômica, acarreta uma redução da mecanização, que leva a uma redução do PIB. Este componente insiste na urgência da situação. O indicador de pegada ecológica mostra que o mundo utilizava, em 2003, 125% das capacidades terrestres renováveis (WWF, 2006); o relatório do Milênio sobre os Ecossistemas estima que 60% dos ecossistemas estão degradados ou são utilizados de forma não-sustentável (ONU, 2005). Um recente relatório da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) indica que no atual ritmo de retirada, os oceanos serão totalmente expurgados de seus peixes e moluscos antes de 2048 (Worm *et al*, 2006). A desertificação atinge 1/3 das terras mundiais; a biodiversidade doméstica desmoronou de 50% a 75%, as espécies desaparecem a um ritmo 100 a 1000 vezes maior do que na era pré-industrial, etc. Estão aí todos os sinais de uma degradação em massa dos ecossistemas. Ora, os ecossistemas são tudo o que nos restará quando os recursos esgotáveis estiverem esgotados, algo que vai acontecer qualquer dia desses! A degradação dos ecossistemas é uma dívida ecológica contraída com os países do Sul e com as gerações futuras. O argumento ambiental não se baseia unicamente nestas abordagens contábeis: ele remete também a uma nova relação com a natureza, uma relação que não seja unicamente baseada na exploração, e sim no respeito e na coevolução. A humanidade dominou a natureza; agora, sem precisar se submeter a

ela, deve aceitar que não é o centro de tudo. Ser humano precisa se tornar o sinónimo de uma relação harmoniosa com os demais habitantes da Terra. Esta forma de ser humano pode ser inspirada de outras culturas, em particular as ameríndias ou budistas. Fala-se também de “ecologia da mente” (Bateson, 1972), de “ecosofia” (Guattari, 1989), de “contrato natural” (Serres, 1990) ou ainda de “ética ambiental” (Larrère, 1997). O decrescimento significa a redução da influência do ser humano sobre a natureza e o reconhecimento que ela não nos pertence.

- 28 A quarta corrente está ligada à crise de sentidos experimentada por nossas sociedades industrializadas. Quem diz crise de sentidos, diz abertura espiritual e vida do espírito; e é este desafio que levou Pierre Rabhi (2002), por exemplo, a tender para o decrescimento. A temática desenvolvida aqui é a falta de sentido de uma vida dedicada a “ter cada vez mais” (mais títulos, dinheiro e coisas), quando a harmonia com a natureza, os seres humanos e os demais seres vivos passa muito mais pela prática da meditação e da escuta. A revolução interna é uma condição necessária para pôr fim às desordens que, cada vez mais, agitam o mundo. A ação não violenta e determinada, conforme Gandhi, é o único caminho para restabelecer um progresso que não seja unicamente o progresso das forças cegas da tecnologia. A simplicidade voluntária, conforme Francisco de Assis, não é uma maneira de se restringir ou privar; é uma forma de se tornar mais leve, de forma a se deixar tomar por um sentido mais profundo, menos superficial do que aquele que anima a movimentação contínua das coisas ordinárias. Aqui, onde pobreza rima com dignidade, a miséria é afastada (Rahnema, 2004) e as pessoas podem se organizar para caminhar em direção a um futuro melhor.
- 29 A última corrente pode ser chamada de “bioeconomista”. Enquanto a ecologia parte dos ecossistemas e da vida, a bioeconomia tenta determinar as regras em função das quais as organizações humanas podem gerir restrições, tais como os limites dos ecossistemas (“capacidade de carga” máxima) ou o esgotamento dos recursos. Com o Clube de Roma, Nicholas Georgescu-Roegen pode ser considerado como um precursor neste campo. Em 1971, Nicholas Georgescu-Roegen escreveu que o final da fase industrial seria alcançado tanto mais rápido quanto o grau de desenvolvimento econômico for elevado (*op. cit.*, p. 66). Cada carro é produzido em detrimento de outro carro futuro (*op. cit.*, p.67); cada arma fabricada representa um arado a menos. O decrescimento é inevitável, é uma consequência geológica, como diz Yves Cochet (2006). Assim, a questão que se coloca não consiste em saber como gerenciar a escassez, e sim qual é a compossibilidade dos usos de recursos-cada uso se dando em detrimento de outro. A economia se torna uma “*gestão normativa sob restrições*” (Passet, 1979). Georgescu-Roegen, bem como outros economistas antes dele, mostra que devemos urgentemente nos voltar para os recursos renováveis, pois estes são os únicos capazes de nos garantir o futuro, já que cedo ou tarde os outros se esgotarão, quaisquer que sejam os progressos das ciências e técnicas. Os recursos renováveis, eles também, são finitos, pelo menos se consideramos sua renovação como condição de partida. Esta constatação levou Hermann Daly, um dos fundadores do *Ecological Economics*, a mostrar que o desafio de uma economia sustentável não envolve apenas a composição, e sim também o tamanho de uma economia (Daly & Cobb, 1989). Porém, a economia ecológica continua ocupando uma posição ambígua: deve-se “ecologizar” a economia ou economizar a ecologia? Em todos os casos, a economia ecológica aborda a vida de modo instrumental, embora reconheça a existência de um além no qual a natureza seria dotada de um valor intrínseco.

- 30 Essas cinco abordagens levam, de forma relativamente independente, à conclusão segundo a qual o decrescimento seria um elemento essencial para um futuro melhor. Além disto, existem tensões entre estas cinco abordagens. Alguns questionamentos já são bem conhecidos no campo da ecologia política: o decrescimento é de esquerda ou de direita? Ela pode ser reduzida à simplicidade voluntária e aos “pequenos gestos”? E por aí vai. Não seria ela, desta forma, um *bis repetita*? Não é só isso. O termo regenerou um debate que parecia estar atolado. Ele se beneficiou, é verdade, com um contexto bastante favorável. No início dos anos 2000, a questão das mudanças climáticas foi finalmente levada a sério. O relatório Stern (Stern, 2006), os relatórios do IPCC (IPCC, 2007), a volta do debate sobre a depleção dos recursos, a persistência das desigualdades e as catástrofes provocadas pela atividade humana trouxeram a discussão para o primeiro plano.

BIBLIOGRAFIA

Referências

- BATESON, G. *Vers une écologie de l'esprit*. Paris: Seuil, 1990.
- BESSET, J.-C. *Comment ne plus être progressiste sans devenir réactionnaire*. Paris: Fayard, 2005.
- BESSON-GIRARD, J.-C. *Decrescendo cantabile*. Lyon: Parangon, 2005.
- BRUNE, F. *Les médias pensent comme moi: de l'idéologie aujourd'hui*. Paris: L'Harmattan, 1996.
- CAILLÉ, A. *Critique de la raison utilitaire – Manifeste du Mauss*. Paris: La Découverte, 2003.
- CASTORIADIS, C. *L'institution imaginaire de la société*. Paris: Seuil, 1975.
- CFDT. *Les dégâts du progrès: les travailleurs face au changement technique*. Paris: Seuil, 1977
- COCHET, Y.; SINAÏ, A. *Sauver la Terre*. Paris: Fayard, 2003.
- COCHET, Y. *Pétrole apocalyps*. Paris: Fayard, 2006.
- COMMONER, B. *The closing circle*. Nova York: Bantam, 1972.
- DALY, H.E.; COBB Jr., J. *For the common good*. Boston: Beacon Press, 1989.
- DUBOS, R.; WARD, B. *Nous navons qu'une seule terre*. Paris: Denoël, 1972.
- DUVAL, G. *Décroissance ou développement durable? Alternatives économiques*, “Le développement durable”, edição extra, jan./mar. 2005.
- EHRlich, P.; EHRlich, A. *The population bomb*. S/l: Sierra Club/Ballantines Books, 1968.
- ENTROPIA, no 1, “Décroissance et politique”, 2006.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. *Demain la décroissance: entropie-écologie-économie*. 2a ed. Lausanne: Pierre-Marcel Favre, 1979.
- . *La décroissance*. Paris: Sang de la Terre, 2006.

- GRAS, A. *La fragilité de la puissance*. Paris: Fayard, 2003.
- GUATTARI, F. *Les trois écologie*. Paris: Galilée, 1989.
- HARRIBEY, J.-M. Une conception de la richesse non-marchande pour sortir du faux dilemme croissance/décroissance. In: BERR, E.; HARRIBEY, J.-M. (eds.). *Le développement en question(s)*. Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 2006.
- HOTELLING, H. The economics of exhaustible resources. *Journal of Political Economy*, vol. 39, pp. 137-175, 1931.
- ILLICH, I. *Œuvres complètes*. Paris: Fayard, 2006.
- IPCC. *Summary forpolicymakers – workinggroup 1*, 2007.
- JAHODA, M. et al. *L'anti-Malthus*. Paris: Seuil, 1973.
- KEMPF, H. *Comment les riches détruisent la planète*. Paris: Seuil, 2007.
- LARRÈRE, C. *Lesphilosophies de l'environnemen*. Paris: PUF, 1997.
- ; LARRÈRE, R. *Du bon usage de la nature*. Paris: Aubier, 1997.
- LATOUCHE, S. *Survivre au développement*. Paris: Mille et Une Nuits, 2004.
- . *Décoloniser l'imaginaire: la pensée créative contre l'économie de l'absurd*. Lyon: Parangon, 2005.
- . *Le pari de la décroissance*. Paris: Fayard, 2006.
- LE MONDE. Peut-on continuer comme ça? Pollution-inégalités-énergie, la théorie de la décroissance revient, 25/03/2006.
- LES ÉCHOS. Sortir du prêt-à-penser économique, dezembro de 2004.
- MEADOWS, D. H.; RANDERS, J.; MEADOWS, D. L. *Limits to growth: the 30-years update*. S/l: Chelsea Green Publishing, 2004.
- MEADOWS, D. H. et al. *Halte à la croissance? Rapport sur les limites de la croissance*. Paris: Fayard, 1972.
- NORDHAUS, W. D. The allocation of energy resources. *Brookings Papers on Economic Activity*, n° 3, 1973.
- ONU, Millennium Ecosystem Assessment. *Living beyond our means: natural assets and human well-being*, 2005 <<http://www.millenniumassessment.org>>.
- OSBORN, F. *Ourplunderedplane*. Londres: Faber and Faber, 1948.
- PANAYOTOU, T. *Empirical tests and policy analysis of environmental degradation at different stages of economic development*. Geneva: International Labor Office, 1993 (Working Paper WP238).
- PARTANT, F. *La fin du développement: la naissance d'une alternative?* Paris: Actes Sud, 1997
- PASSET, R. *L'économie et le vivant*. Paris: Payot, 1979.
- PELT, J.-M. *L'homme re-naturé*. Paris: Seuil.
- PÉREZ-VITORA, S. *Le retour despaysans*. Paris: Actes Sud, 2005.
- POSTONE, M. *Temps, travail et domination social*. Paris: Editions de Minuit, 2009.
- RABHI, P. *Du Sahara aux Cévenne*. Paris: Albin Michel, 2002.
- RAHNEMA, M. *Quand la misère chasse la pauvret*. Paris: Actes Sud, 2004.
- RIDOUX, N. *La décroissance pour tou*. Paris: Parangon, 2006.

- RIST, G. *Le développement: histoire d'une croyance Occidentale*. Paris: Presses de Sciences Po, 1996.
- ROSNAY, J. de. *Le macroscopie*. Paris: Poche Essais, 1975.
- SAMUELSON, P.; NORDHAUS, W. D. *Economie*. Paris: Economica, 2005.
- SERRES, M. *Le contrat nature*. Paris: François Bourin, 1990.
- SOLOW, R. M. The economics of resources or the resources of economics. *The American Economic Review*, vol. 64, no 2, 1974, pp. 1-14.
- STERN, N. *Stern review on the economics of climate change - report to the Prime Minister*. Londres, 2006.
- VOGT, W. *Road to survival*. Nova York: William Sloane, 1948.
- WWF. *Rapport planète vivante*. S/1, 2006.
- Zarachowicz, W. Ecolos cherchent intellos. *Télérama*, no 2.970, 16/12/2006.

NOTAS

134. NT: “OS objecteurs de croissance – prosperidade sim... mas a que custo?”
135. NT: “O decrescimento, a revista da alegria de viver”.
136. NT: Companhia ferroviária nacional francesa.
137. Edição do 9 de novembro de 2006.
138. Antigo redator-chefe do jornal *Le Monde*, coordenador do *Pacte écologique*, de Nicolas Hulot, autor de *Comment ne plus être progressiste... sans devenir réactionnaire* (Besset, 2005).
139. Pintor, autor de *Decrescendo cantabile* (Besson-Girard, 2005).
140. Autor de *Les médias pensent comme moi. De l'idéologie aujourd'hui* (Brune, 1996) etc.
141. Professor de sociologia em Paris I-Sorbonne, autor de *La fragilité de la puissance* (Gras, 2003).
142. Economista, autor de *Le pari de la décroissance* (Latouche, 2006), *Survivre au développement* (Latouche, 2004) e muitas outras publicações.
143. Jornalista, coautora de *Sauver la Terre* (Cochet & Sinai, 2003).
144. *Entropia* n.1, novembro de 2006. Introdução.
145. Alain Caillé, diretor do Mauss, teve que redigir uma *Lettre ouverte à Alain de Benoist*, especificando de uma vez por todas que o Mauss não tinha nada a ver com a *Nouvelle Droite*. <<http://www.revuedumauss.com.fr/Pages/ACTG.html#Anchor-42575>>.
146. <http://www.decroissance.org/index.php?chemin = textes/Un_mot-obus.htm>.
147. Jornalista do jornal *Le Monde*, autor de *Comment les riches détruisent la planète* (Kempf, 2006) e outros livros.
148. Deputada UMP (partido do presidente Sarkozy) da Essonne, atual ministra da Ecologia e do Desenvolvimento Sustentável.
149. Economista e socióloga, membro de “La ligne d’Horizon”, autora de *Le retour des paysans* (Pérez-Vitoria, 2005)
150. O relatório de 2003 do Clube de Roma continua endossando as conclusões do relatório de 1972, ver D. Meadows, J. Randers & D. Meadows (2004).
151. *Critique de la raison utilitaire - Manifeste du Mauss* (Caillé, 2003). O Mauss (Movimento Anti-Utilitarista em Ciências Sociais) foi fundado em 1981.
152. R. Passet, *Querelles byzantines autour de la croissance* (<<http://www.sociotoile.net/article98.html>>).
153. I. Illich, *Energie & équité*, in: *Œuvres complètes*, Paris, Fayard, 2006.
154. I. Illich, *La némésis médicale*, op. cit.

155. I. Illich, *La société sans école*, *op. cit.*

AUTORES

FABRICE FLIPO

Professor de filosofia no *Institut Télécom de Paris – Langues et Sciences Humaines de Paris* (França).
Publicou em 2007 *Justice, nature et liberté. Les enjeux de la crise écologique* (Lyon, Parangon) e, com D.
Bayon e F. Schneider, *La décroissance. 10 questions pour comprendre et en débattre* (La Découverte,
2010). E-mail: fabrice.flipo@no-log.org

O decrescimento no Brasil

Alan Boccatto-Franco

Introdução

- 1 As crises sociais, econômicas e ambientais que a humanidade rotineiramente vem enfrentando têm levantado cada vez mais evidências da necessidade dos seres humanos promoverem um questionamento dos atuais modelos de “desenvolvimento” adotado por praticamente todos os países do mundo que tem suas economias funcionando sob o paradigma do crescimento.
- 2 Dentre os grupos que promovem o questionamento desse paradigma, um dos mais radicais é o dos que defendem a tese do decrescimento. Para Latouche (2009), o decrescimento é um slogan político que visa acabar com o jargão politicamente correto dos drogados do produtivismo. A palavra de ordem “decrescimento” tem como principal meta enfatizar fortemente o abandono do objetivo do crescimento ilimitado cujo motor não é outro senão a busca do lucro pelos detentores do capital com consequências desastrosas para o meio ambiente e portanto para a humanidade. Sua meta é uma sociedade em que se viverá melhor trabalhando e consumindo menos. Este movimento que tem maior força na Europa, especialmente na França, Espanha e Itália, vem ganhando adeptos em diversas partes do mundo, inclusive em países “em desenvolvimento”.
- 3 O presente capítulo é um exercício para a análise do debate sobre o decrescimento no Brasil. Através da produção acadêmica, de artigos de imprensa, *sites*, centros de pesquisa e de alguns movimentos sociais e organizações não governamentais socioambientalistas objetivou-se fornecer um panorama do que se tem debatido sobre o decrescimento no Brasil.

Produção e divulgação bibliográfica

- 4 Para se ter uma ideia da produção e divulgação bibliográfica no Brasil a respeito do decrescimento foi realizada pesquisa utilizando as palavras-chave: “decrescimento”, “*décroissance*”, “*degrowth*”, “decrescimento económico” e “decrescimento sustentável” nas

bases de dados do *Scielo* Brasil, Portal Capes, Banco de Dados Latino-americano em Ambiente e Sociedade (Lamas/Unicamp), Biblioteca Digital da Unicamp, *Google Scholar*, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, Biblioteca Central da UnB, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UnB, Biblioteca Digital de Monografias de Graduação e Especialização da UnB e Lista de Teses e Dissertações do CDS/ UnB. Além disso, foram utilizados acervos e contatos pessoais, assim como a busca de livros em português e disponíveis nas principais livrarias do Brasil.

- 5 Eis o resultado.
- 6 Kanashiro (2010), em sua dissertação de mestrado, realizou uma revisão bibliográfica em artigos da base *Scielo* Brasil e não encontrou nenhum que contivesse o termo “decrecimento” no campo “assunto”. Este autor afirma em sua dissertação que: “A concepção do decrecimento é ainda muito pouco conhecida no Brasil (nenhum dos artigos analisados mantém afinidades relevantes). Mesmo assim, acredito que um movimento intelectual recente tem surgido em torno dela e ganha força com a adesão de alguns economistas ecológicos e ecólogos políticos”.
- 7 O trabalho de Kanashiro não foi específico ao “decrecimento econômico”, tendo sido esta apenas uma das cinco “concepções expressivas” utilizadas para realizar uma análise quantitativa e qualitativa de como a sustentabilidade tem sido abordada e apropriada por acadêmicos brasileiros. As outras “concepções expressivas” estudadas foram: “ecofidência”, “condição estacionária”, “ecodesenvolvimento” e “ecossocialismo”. Nessa dissertação, o autor dedica um capítulo específico ao decrecimento, além de tratar da relação do decrecimento com a Economia Ecológica e das críticas que Ignacy Sachs e que os adeptos do ecodesenvolvimento fazem à noção de decrecimento.
- 8 Foi identificado¹⁵⁶ apenas um trabalho de mestrado que tem o decrecimento como objeto de estudo específico. A presente dissertação ainda está sendo elaborada pela pesquisadora Ana Flávia Bádue, vinculada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Sua dissertação cujo título é “*Décroissance* – Uma abordagem antropológica da política, da economia e do meio ambiente” se propõe a analisar a emergência da ecologia política na França nos anos 1970 e articular esse momento com o movimento de decrecimento contemporâneo, dando especial atenção ao modo como os países não europeus são encarados pelos movimentos europeus. Em trabalho recente essa autora analisou o modo como a revista *Silence* e o jornal *La Décroissance* constroem uma imagem dos países em desenvolvimento. A análise teve como uma de suas constatações o fato de que apesar do decrecimento e/ou a negação do crescimento econômico serem mais frequentemente associadas aos países europeus e norte-americanos, os países do terceiro mundo parecem estar tomando lugar central no debate sobre o decrecimento, conforme afirma (Bádue, 2010, p. 45):

O que está fora da Europa é considerado lugar da alternativa (a revista *Silence* pretende mostrar como alguns movimentos no terceiro mundo, como o MST no Brasil, é um lugar de decrecimento; a última mesa da Segunda Conferência Internacional sobre Decrecimento também focou atividades político-econômicas desenvolvidas em países da Ásia, África, América Latina e Leste Europeu como alternativas reais ao crescimento econômico).
- 9 A mesma pesquisadora produziu uma monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais pela USP em que também tratou especificamente do tema do decrecimento, da qual deriva o artigo “*Décroissance*: entre política e meio ambiente” (Bádue, 2009). Neste

artigo, a pesquisadora faz uma análise teórico-discursiva, partindo do movimento político francês *décroissance*, para investigar como meio ambiente e política se articulam localmente e que pretende explicitar as relações de força que cruzam conceitos como crise econômica, desenvolvimento sustentável e consumo. A pesquisa tem um olhar quase que exclusivo para a Europa, tratando do Brasil ao citar “propostas concretas de ações individuais”, como a *simplicité volontaire* (simplicidade voluntária) que segundo a autora, não é exclusiva da *décroissance* ocorrendo em outros lugares como no Brasil.

- 10 Outra monografia de conclusão de curso produzida sobre o decrescimento é de Jaqueline dos Santos Gonçalves que para a obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri - URCA descreveu as discussões sobre o desenvolvimento analisando-o com especial atenção à ideia de decrescimento presente na obra de Serge Latouche (Gonçalves, 2011).
- 11 Nascimento & Gomes (2009) abordam os traços centrais de um conjunto de obras e autores ligados ao movimento *décroissance*, além de outros que os inspiraram ou tratam da mesma temática sem necessariamente se considerarem pertencentes ao movimento. As obras e autores são exclusivamente estrangeiros como, por exemplo, Ivan Illich, Serge Latouche, Nicholas Georgescu-Roegen, Paul Áries e André Gorz. Com base nesses autores são apresentadas as origens históricas e “episte-antropológicas” do movimento, a ideia de desenvolvimento como o centro de suas preocupações, a sociedade “do crescimento e do desenvolvimentismo” como grande dilema que a sociedade atual se encontra, assim como as possibilidades futuras. Por fim os autores fazem a seguinte consideração a respeito da *décroissance*:
- Em resumo trata, esta nova utopia, de reduzir o padrão de consumo dos ricos, aumentar o dos pobres e modificar o de todas as pessoas. Mudar a forma de produzir e de consumir, redirecionar o modelo societal e, enfim, mudar a cultura, os valores e as ideias dominantes na sociedade produtivista, de consumo de massa. Poderíamos, se a aproximação fosse possível, dizer que em grande parte os defensores do movimento *décroissance* pregam uma reforma intelectual e moral, que lembra a palavra de ordem de Gramsci nos inícios do século xx.
- 12 Violante & Silva (2010) tratam especificamente do decrescimento na medida em que apresentam um apanhado de informações e dados do Brasil, de outros países e globais, para contextualizar a inviabilidade do modelo de crescimento econômico. Sobre o decrescimento, apresentam algumas ideias defendidas por Serge Latouche e por Georgescu-Roegen. Apesar de apresentarem dados da realidade brasileira, como por exemplo, crescimento do PIB, limitações de acesso aos recursos naturais, distribuição de renda, dentre outros, este ensaio não acrescenta nenhuma proposta no sentido da reflexão do decrescimento para a realidade brasileira e não gera conhecimento novo a respeito, apenas reproduzindo dados e conceitos já abordados em outros trabalhos.
- 13 Garrán & Ikeda (2007), em seu ensaio intitulado “*Décroissance*: realidade ou modismo?”, sugerem uma reflexão a respeito da tendência de conscientização social no âmbito do consumo a partir da existência do movimento francês *la décroissance*, bem como de movimentos similares no Brasil. Além disso, reveem os principais conceitos de aprendizagem e mudança de atitude do consumidor e os principais desafios organizacionais nesse cenário. A pergunta principal das autoras foi se “consumidores conscientes, como os *décroissants* na França, representam uma tendência ou fazem parte de um movimento passageiro?” Também fizeram perguntas secundárias como, por exemplo, “há movimento semelhante no Brasil?” No que se refere à realidade brasileira,

as autoras afirmam que há diferenças significativas entre o movimento dos consumidores franceses e a parcela da população brasileira consciente relativamente aos tipos de comportamentos assumidos. Os *décroissants* são adeptos de uma atitude mais radical, englobando não somente as questões ambientais, mas também aspectos éticos e sociais envolvidos tanto na produção quanto na distribuição de bens e serviços. Consideram também que no Brasil: mesmo não se configurando como um movimento bem definido como o francês, os novos *décroissants* que surgem são consumidores que, através de suas escolhas, buscam um diferencial no produto e refletem sua preocupação com a qualidade, saúde e meio ambiente, desenvolvendo consciência ecológica e um conceito diferente do que representa qualidade de vida, que envolve, necessariamente, o desenvolvimento sustentável.

- 14 Concluem, os autores supracitados, que ao comparar com os consumidores franceses, os brasileiros ainda estão em estágio incipiente, porém há indícios de que a consciência coletiva pode ser modificada ao longo do tempo, acompanhada por uma forte mudança cultural. Concluem também que os *décroissants* na França apresentam uma imagem um tanto utópica sobre o consumo, mas que o movimento pode ser visto e compreendido como uma tentativa de restabelecer a ordem e os valores humanos.
- 15 Foram encontradas referências ao decrescimento na dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental – Procam da USP cujo título é “Georgescu-Roegen e o Desenvolvimento Sustentável: Diálogo ou Anátema?” de Andrei Cechin (2008) que objetivou resgatar as ideias do economista romeno Nicholas Georgescu-Roegen. Embora esta tese não tenha sido dedicada ao decrescimento, o autor discorreu sobre este tema, pois conforme o próprio Cechin reconhece, assim como Veiga (2009) e Latouche (2009), Georgescu é referência para o movimento e os teóricos do decrescimento, pois foi quem estabeleceu de modo pioneiro a incompatibilidade da abordagem convencional econômica com a lei da entropia, defendendo o caráter inevitável do decrescimento. Na presente tese, Cechin chega a afirmar que a ideia de decrescimento econômico defendida por Georgescu gerou um anátema tanto com economistas otimistas quanto com ecólogos, contribuindo assim para o seu isolamento. Apresenta também a sustentação teórica, com base nas leis da termodinâmica, da defesa do decrescimento por Georgescu. Por fim, cita a influência que as ideias defendidas por Georgescu vêm exercendo sobre “um movimento de crítica radical ao economicismo e à ideologia do crescimento” que tem se apropriado e popularizado o termo “decrescimento”, principalmente na Europa (Cechin, 2008). Sobre isto, o autor cita algumas experiências e publicações europeias a respeito do decrescimento, como a coletânea de artigos de Georgescu publicada em francês sob o título *La Décroissance*, o jornal francês também chamado de *La Décroissance*, o partido político *Parti Pour La Décroissance* (PPDL), O periódico *Entropia* e a *First International Conference on Economic De-Growth for Ecological Sustainability and Social Equity* realizada no ano de 2008.
- 16 A tese de doutorado elaborada por Costa (2006), intitulada *Pensar e o repensar sobre o desenvolvimento, a décroissance* é apresentada conjuntamente com outros movimentos e/ou propostas como resistência ao desenvolvimento exponencial do sistema capitalista. Neste trabalho, a autora apresenta algumas bases conceituais, objetivos e ações do movimento *décroissance*, além de um breve histórico. Suas referências foram Jean-Luc Wingert, Paul Ariès e Serge Latouche.
- 17 A maioria dos trabalhos encontrados nesta pesquisa bibliográfica apenas cita de maneira pontual a palavra decrescimento ou *décroissance*. Um destes trabalhos, que não passam de

- uma dezena, é o de Amazonas (2009) que considera que a adoção dos princípios da termodinâmica para a questão econômica não conduz inexoravelmente ao decrescimento, além de afirmar que: “a adoção de tecnologias poupadoras de recursos naturais e ambientais produz crescimento econômico com decrescimento relativo ou mesmo absoluto, do consumo material”.
- 18 Sabourin (2007) usa a noção de ecodesenvolvimento (de Ignacy Sachs) como contexto para apresentar experiências e instrumentos de políticas públicas de desenvolvimento rural que partem dessa premissa, além de tratar da renovação desses instrumentos no caso da extensão rural. Para esse autor, a noção de decrescimento é ainda mais marginalizada do que a de ecodesenvolvimento e não considera evidente preconizar um decrescimento econômico, ainda mais para os países em desenvolvimento, e não dá para enxergar que tipo de autoridade supranacional poderia impor um decrescimento aos países ricos.
 - 19 Esse artigo apesar de não abordar especificamente o decrescimento, citando-o apenas pontualmente, tem o mérito de tratar de questões práticas com olhar para o Brasil num contexto geral em que há sinergias entre a noção de ecodesenvolvimento e de decrescimento. Apesar de apostar que serão as crises que vão impor reduções e mudanças nos modos de consumo, de produção e de desenvolvimento, considera que cabe antecipar alternativas e que os países do Sul e os países emergentes como o Brasil têm mais capacidades que os países ricos em certos tipos de alternativas. Dentro deste contexto, expõe algumas experiências práticas como a assistência técnica (e o processo de geração e compartilhamento de conhecimento), os Bancos de Sementes Comunitários, os fundos rotativos para construção de cisternas, dentre outras.
 - 20 Sachs (2005), em seu ensaio intitulado “Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da Cultura. Cultura do desenvolvimento”, examina as relações entre o desenvolvimento e a cultura, e as oportunidades que se abrem para políticas públicas ao passar dos conceitos à ação. Ao apontar o fracasso ou o insucesso dos principais paradigmas de crescimento econômico e de desenvolvimento dos últimos 50 anos, inclusive no Brasil, considera que isto não significa que deve-se postular o abandono do “instrumentário intelectual elaborado ao redor do conceito de desenvolvimento e esquecer o seu papel normativo” como fazem os partidários do decrescimento e do que chamou de “anti-pósdesenvolvimentistas”.
 - 21 Löwy (2010) ao definir ecossocialismo e discorrer sobre as mudanças necessárias nas forças produtivas da atual sociedade capitalista para se chegar às reformas ecossociais, acaba por fazer referência ao decrescimento quando se coloca a responder a seguinte pergunta: “Que destino terão as forças produtivas nessa transição para o socialismo – um processo histórico que não se conta em meses ou anos?”. Ele cita duas escolas que entram em confronto no que pode chamar de esquerda ecológica, sendo uma a escola otimista, que acredita que o progresso tecnológico e as energias limpas garantirão a expansão ilimitada da economia e a outra a escola pessimista, que parte dos limites naturais e assume a necessidade de limitar o crescimento populacional e o padrão de vida das pessoas. O autor considera que para esta segunda escola, “seria preciso tomar a via do decrescimento, à custa da renúncia às habitações individuais, ao aquecimento etc.”. Por considerar estas medidas “altamente impopulares”, chega a afirmar que “esta escola algumas vezes adula o sonho de uma ditadura ecológica esclarecida”.
 - 22 Outros cinco trabalhos encontrados apenas citam a palavra decrescimento, seja para se afirmar que o debate político e científico “constantemente faz surgir novos conceitos, tais

como (...), decrescimento (...)" (Grosseries, 2008), seja apenas citando os 8 "R" de Serge Latouche, como em (Oliveira & Padilha, 2010); seja usando o decrescimento como delimitação do extremo oposto ao "suposto clássico na economia de contínuo crescimento" (Kimpapa, 2010); ou para citar o decrescimento como os defensores da verdadeira sustentabilidade, como fez (Baltazar, 2010). Ou ainda Silva & Simplicio (2008), que citam a necessidade da descolonização do imaginário do conceito de desenvolvimento apresentada por Serge Latouche.

- 23 As duas conferências internacionais sobre o decrescimento já realizadas tiveram apresentação de trabalhos produzidos no Brasil. Na *First International Conference on Economic Degrowth for Ecological Sustainability and Social Equity* realizada na França em 2008 foi apresentado o trabalho de May (2008) em que o autor se refere às recentes experiências dos países que compõem o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) para entender melhor as contradições entre o rápido crescimento econômico e a sustentabilidade e para explorar as inovações institucionais desses países que podem possibilitar que países em desenvolvimento melhorem esse confronto.
- 24 Na *2nd Conference on Economic Degrowth for Ecological Sustainability and Social Equity* realizada na Espanha em 2010 foi apresentado o trabalho de Gomes & Nascimento (2010) que considera que a Economia Solidária pode ser uma política alternativa para o decrescimento e usa como experiência aplicada o banco comunitário e as práticas solidárias do Conjunto Palmeiras em Fortaleza, Brasil. Outro trabalho apresentado nessa conferência foi o de Neder (2010), que sistematiza e analisa estudos existentes e cria uma metodologia para analisar iniciativas e políticas ligadas à Tecnologia Social, além de estabelecer correlações entre esta e o decrescimento.
- 25 Existe apenas um livro publicado no Brasil específico sobre o decrescimento. Trata-se do livro *Pequeno tratado do decrescimento sereno*, de Serge Latouche (2009), traduzido da publicação original francesa *Petit traité de la décroissance sereine*.
- 26 Três outros livros fazem referências ao decrescimento sem serem específicos ao tema. Um deles, intitulado *A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen* (Cechin, 2010), deriva e contém os mesmos conteúdos da dissertação de mestrado do autor (2008) citada acima. Outro livro é o de Cechin & Veiga (2010), que cita pontualmente o decrescimento em um texto que trata da economia ecológica. O terceiro livro é de Veiga (2009), que aborda o decrescimento num capítulo específico intitulado "Decrescimento ou condição estável".

Revistas, jornais, reportagens, entrevistas, discursos e textos não acadêmicos

- 27 Poucas pessoas têm feito manifestações públicas a respeito do decrescimento no Brasil. Destaque deve ser dado ao Senador Cristovam Buarque que já divulgou artigo a respeito do decrescimento em que assume como sendo inevitável que a ideia de "decrescimento feliz" ganhe adeptos, se espalhe e seja aceita (Buarque, 2010a). O senador Buarque (2010b) fez discurso na tribuna do Senado Federal em que defendeu o decrescimento ao reconhecer que:

Ninguém diz que o crescimento é o problema, porque isso levaria a defender a posição que certamente é um desastre eleitoral: a ideia, que começa a tomar conta de diversos grupos intelectuais europeus, ainda não grupos políticos, da defesa de

decrecimento feliz. É assim que eles chamam: decrecimento feliz. A ideia de que é possível, e até necessário, reduzir o crescimento da produção material para que as pessoas possam viver mais felizes [...].

[...] e volto a dizer: não vi um candidato que seja tocar, nem de leve, em tema perigoso eleitoralmente, mas necessário, do ponto de vista do futuro do Brasil: essa ideia que toma conta da Europa aos poucos, nos meios intelectuais, de decrecimento como objetivo, decrecimento ampliando o bem-estar, decrecimento da produção, aumentando a satisfação das pessoas, aumentando a felicidade [...].

- 28 A Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, do Senado Federal, aprovou a realização de “Ciclos de Audiências Públicas” com personalidades e especialistas visando definir propostas que possam ser levadas à reunião com Chefes de Estado e de Governo sobre a Conferência Rio +20 (Senado Federal, 2011a). Um dos temas aprovado para que seja debatido nessas audiências foi “Decrecimento, quais as consequências?”, tema proposto pelo senador Cristovam Buarque que preside esta Subcomissão (Senado Federal, 2011a; 2011b; 2011c; 2011d).
- 29 Reinehr (2010), em entrevista, defende o decrecimento e afirma que já o exerce na prática ao decidir não trabalhar às sextas-feiras podendo assim se dedicar à pesquisa, leitura, contemplação e produção de capital social, além de ter passado a utilizar a bicicleta ao invés do carro. Ele considera que existem manifestações na sociedade que vão ao encontro à tese do decrecimento, tais como os arranjos produtivos e de consumo locais, a agricultura orgânica e a permacultura, que estão crescendo, a formação de novas cooperativas de produtores com o fortalecimento do local auxiliado por redes de economia solidária. Reconhece que estas manifestações são numerosas, mas dispersas, ocultando assim seu grande poder de transformação.
- 30 Alves (2010) no seu artigo “Superando Malthus: o decrecimento sustentável”, defendeu:
 Uma forma de conciliar as duas perspectivas (decrecimento e desenvolvimento sustentável), a meu ver, é por meio da defesa do decrecimento das atividades poluidoras e que utilizam recursos naturais não-renováveis e do crescimento das atividades verdes, limpas e renováveis. [...] O certo é que a humanidade precisa reduzir o consumo de bens e serviços materiais que ultrapassam a capacidade de recuperação do Planeta e que comprometem o bem-estar e a sobrevivência das futuras gerações.
- 31 Jornais e revistas brasileiras também já publicaram matérias específicas ou artigos de opinião que fizeram referências ao decrecimento. Destaca-se a revista *Le Monde Diplomatique Brasil*, que já publicou pelo menos cinco artigos sobre decrecimento (Dupin, 2009; Harribey, 2004; Latouche 2003, 2004 e 2010). Foram encontradas referências sobre o decrecimento em artigos publicados no jornal *Valor Econômico*, como de Licht (2007) e Veiga (2008). Também foi encontrada uma reportagem (Godoy, 2010) e dois artigos (Leff, 2008a e 2008b) sobre o decrecimento. Por fim, a revista *Vida Simples*, da Editora Abril, já publicou entrevista com Serge Latouche na sua edição 70 de setembro de 2008.

Centros de referência

- 32 No Brasil ainda não existem centros de estudos, pesquisas, formação e difusão do decrecimento que possam ser identificados como referências na temática. O que se encontra são espaços e iniciativas mais ou menos pontuais e dispersos ou ainda na fase

das intenções. Um exemplo disso é a disciplina intitulada “Projeto Nacional de Desenvolvimento”, oferecida semestralmente pelo professor (e também Senador) Cristovam Buarque aos alunos de pós-graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS, da Universidade de Brasília. Especialmente no segundo semestre de 2010, o foco central desta disciplina foi “Crescimento, Decrescimento e Humanismo”. Nesse mesmo centro, no ano de 2011, também foram realizados dois eventos de apresentação e debate sobre o decrescimento, sob a coordenação do professor Elimar Pinheiro do Nascimento.

- 33 O decrescimento também é abordado na disciplina “Agricultura Alternativa”, ministrada pelo professor João Luís Homem de Carvalho e oferecida pelo Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam) aos alunos de graduação da UnB. Este professor propôs ao Ceam a criação de uma disciplina específica intitulada “Decrescimento: consumir menos para viver melhor” e que já foi aprovada pelo colegiado deste centro.¹⁵⁷
- 34 Segundo Carlos Alberto Pereira da Silva,¹⁵⁸ o Laboratório Transdisciplinar de Estudos em Complexidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia passará a dar destaque especial às discussões sobre o decrescimento em sua linha de pesquisa em “Natureza, Sociedade e Cultura Política”. Além disso, em 2011 terá início o “Curso de Extensão Transdisciplinar: Introdução à Cultura do Decrescimento”.
- 35 O Instituto Humanitas Unisinos (IHU), ligado à Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) tem realizado e divulgado uma série de entrevistas com o tema do decrescimento. Especificamente sobre o decrescimento, promoveu entrevistas com Serge Latouche, Jacques Grinevald e José Eustáquio Diniz Alves. Em diversas outras entrevistas têm sido incluídas pelo menos uma pergunta a respeito do decrescimento. Todas estas entrevistas têm sido divulgadas pela revista digital *IHU On-Line*, que, em sua edição de número 100, no ano de 2005, tratou especificamente da temática do decrescimento. Há também os *Cadernos IHU Ideias* em que, em sua edição de número 56, foi divulgado um texto de Serge Latouche intitulado “O decrescimento como condição de uma sociedade convivial” (Latouche, 2006).
- 36 Há também a Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (Ecoeco), que apesar de defender explicitamente a proposta da Condição Estacionária de Herman Daly que é um crítico do decrescimento, já tratou do tema do decrescimento em seus Boletins de números 19 e 20, sendo que neste último trouxe uma declaração de Weiss (2009), Diretor Regional da Ecoeco, em que afirma que: “Talvez um objetivo da Ecoeco seja de dar espaço para o questionamento do crescimento económico incondicional (que chamo de “PIBismo”), a defesa da sustentabilidade ou mesmo do decrescimento”.

Blogs, redes sociais e articulação virtual

- 37 No ano de 2010, o autor deste capítulo criou o *blog* denominado DecrescimentoBrasil¹⁵⁹ a partir da constatação de que não havia iniciativas no país que tratassem especificamente do decrescimento. Seu objetivo geral é ser um centro de criação e de convergência de informações, articulações e ações para o decrescimento no Brasil. Ao longo de um ano de existência, o DecrescimentoBrasil vem contribuindo, predominantemente, na identificação de pessoas e entidades interessadas em aprofundar a temática do decrescimento no Brasil. Também tem se dedicado à divulgação de textos, notícias, entrevistas, cursos, eventos, ações, assim como à tradução e disponibilização de textos ou

trabalhos relacionados ao decrescimento. Dentro da denominação de Decrescimento-Brasil, também existe um perfil na rede social Facebook.

- 38 Existem mais dois *blogs* brasileiros relacionados especificamente com o decrescimento. Um desses *blogs* é denominado Decrescimento,¹⁶⁰ que é “um espaço destinado à troca de ideias sobre o conceito de decrescimento econômico”. O outro *blog* é denominado Decrescimento Sustentável: Uma Saída para o Crescimento Desenfreado.¹⁶¹ Nesses *blogs* é feita a divulgação de textos sobre o decrescimento, assim como a reprodução de vídeos relacionados ao tema.
- 39 Provavelmente a ferramenta mais relevante que tem contribuído para articulação e o debate sobre o decrescimento tem sido um grupo virtual¹⁶² (*e-grupo*) criado em abril de 2011 especificamente para esse fim. O grupo é moderado conjuntamente pelos responsáveis pelos *blogs* DecrescimentoBrasil e Decrescimento e conta com 106 associados.¹⁶³ Esta ferramenta tem possibilitado uma série de contatos que pode caminhar para a constituição de um coletivo organizado com foco específico no decrescimento. Dentro deste espaço tem sido possível divulgar e organizar eventos (como por exemplo o piquenique pelo decrescimento), realizar debates, trocar informações, textos e estudos e organizar uma agenda de atividades para fortalecer a ideia do decrescimento no Brasil.

ONGs e movimentos sociais

- 40 Como as organizações não governamentais socioambientalistas e os movimentos sociais brasileiros têm se apropriado da tese do decrescimento ou da crítica à ideologia do crescimento econômico ilimitado? Esta pergunta certamente demanda um capítulo à parte e exige um estudo específico. Porém é possível ensaiar uma resposta ao analisar as manifestações públicas feitas pelos setores contrários a duas iniciativas desenvolvimentistas que neste momento têm ocupado grande parte da agenda socioambiental no Brasil: a construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte e a mudança do Código Florestal (Lei n. 7.771/65).
- 41 Ambas as iniciativas são consequências diretas do modelo de crescimento econômico ilimitado adotado pelo Brasil. A Usina de Belo Monte, junto com mais 53 usinas hidrelétricas previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), é parte da estratégia para garantir o aporte energético para o crescimento econômico do Brasil nos próximos anos. Já a tentativa de mudança do Código Florestal é para que o agronegócio de exportação possa ampliar sua área de cultivo e por consequência o PIB brasileiro.
- 42 Na frente de resistência contra essas duas iniciativas estão movimentos sociais, organizações não governamentais socioambientalistas, além de grupos de pesquisadores, políticos, jornalistas e cidadãos. Ao se analisar manifestações públicas feitas por algumas das maiores entidades e movimentos que estão lutando contra essas iniciativas, tais como Via CampesinaBrasil, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Greenpeace-Brasil, WWF-Brasil e Instituto Socioambiental (ISA) observa-se que a objeção ao crescimento não está presente. São pontuais e individuais as manifestações que tratam de Belo Monte e a mudança do Código Florestal como consequências do paradigma do crescimento.

- 43 As manifestações públicas, cartas, notas e estudos feitos por esses movimentos e organizações centram-se em expor a inviabilidade e os impactos económicos negativos, os problemas ambientais e sociais que poderão vir da construção da Usina de Belo Monte e da mudança no Código Florestal. Além disso, exploram as possíveis alternativas, como, por exemplo, as fontes de energia eólica, solar e de biomassa, mudança para um sistema energético descentralizado, desestímulo de atividades eletrointensivas e eficiência energética no que se refere a Belo Monte, assim como o aumento da produtividade das propriedades rurais, recuperação e uso económico das Áreas de Preservação Permanentes e Reservas Legais, pagamento por serviços ambientais, dentre outros, no que se refere ao Código Florestal.
- 44 Não há assim reflexão e manifestações a respeito da inviabilidade prática e lógica do modelo de sociedade em que a demanda por terras e por energia continuará aumentando infinitamente para atender a eterna necessidade de crescimento económico. O limite do debate tem se dado na apresentação de alternativas pontuais às iniciativas a que se combatem, seja a usina hidroelétrica, seja o Código Florestal. Mas o debate não tem se dado a respeito da impossibilidade de manutenção de uma sociedade de crescimento económico ilimitado.
- 45 É importante considerar que as alternativas apresentadas pelas ONGs e movimentos sociais, das quais muitas já estão sendo experimentadas, são importantes instrumentos para viabilizar uma sociedade que viva sob um novo paradigma do decrescimento. Estas alternativas, se não questionam diretamente a sociedade do crescimento, certamente fazem parte das diversas estratégias e instrumentos que a humanidade terá de lançar mão para viabilizar seu futuro no longo prazo. Sob esta ótica, essas alternativas indicam pontos de convergências entre a tese do decrescimento e alguns movimentos sociais e ONGs brasileiras, apontando que há espaços para uma aproximação.
- 46 Para além das alternativas, alguns movimentos sociais brasileiros são muito mais explícitos e demonstram mais claramente pontos que podem ser convergentes com a tese do decrescimento. Exemplo disso é o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que, ao tratar da produção de energia sob a ótica popular, deixa muito claro seu entendimento de que a energia virou uma simples mercadoria, fonte lucrativa e rápida de acumulação de capital, sendo esta a raiz do problema energético nacional. Afirmam lutar para que a produção de energia vise o atendimento das necessidades fundamentais da vida com compromisso de qualidade de vida para todos, inclusive das futuras gerações. Além disso, lutam para garantir a participação popular efetiva em todos os processos de planejamento e organização da produção e distribuição da energia (MAB).
- 47 Na mesma linha, pode-se citar uma série de organizações e iniciativas que tem pontos que fazem interseções com a tese do decrescimento. É o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que luta explicitamente pela fixação de milhares de famílias no campo para produzir, sobretudo, alimentos saudáveis para as famílias brasileiras, além de questionarem explicitamente o uso da terra como mercadoria, a degradação dos solos e das águas pelo agronegócio, o modelo de agricultura para exportação e a contaminação pelos agrotóxicos e fertilizantes químicos. Na mesma linha seguem também as demais organizações que compõem a Via Campesina – Brasil.
- 48 Outro setor de convergência é o Movimento da Economia Solidária, que tem contribuído com a realocação da economia por meio de seus bancos e moedas comunitárias, formação de cooperativas de consumo e produção para atendimento das demandas locais

e com democratização da gestão dos empreendimentos. Grandes convergências também podem ser encontradas nos institutos e militantes da permacultura, das tecnologias sociais e das agrovilas, que têm utilizado sua criatividade para desenvolver soluções de baixo impacto ambiental e que resolvam as demandas das comunidades humanas a partir de conhecimentos e recursos locais. Também os adeptos do forte movimento da agroecologia, que vêm desenvolvendo tecnologias e ações para que a produção de alimentos seja sem veneno e fertilizantes químicos, que vise a segurança alimentar e nutricional e que seja diversificada. Além do movimento pela mobilidade urbana, que colocam em evidência a estupidez e a inviabilidade que é o modelo embasado no uso do carro e colocam em discussão a reconquista do espaço urbano pelas pessoas.

Considerações e conclusão

- 49 A partir das análises feitas acima, pode-se afirmar que no Brasil não há ainda um debate sistemático a respeito do decrescimento, sendo ele incipiente e pontual. O debate está ainda numa fase de amadorismo em que não há profissionais, pesquisadores, instituições, organizações e movimentos que sejam referências nessa temática.
- 50 Mais frágil ainda é o debate do decrescimento com um olhar sobre e para o Brasil. A maioria das referências deste trabalho trata de questões gerais, com citações e reproduções dos textos de autores clássicos do decrescimento, portanto, sob uma ótica predominantemente europeia.
- 51 Além disso, observa-se que há uma diversidade de entendimentos a respeito do decrescimento algumas vezes conflitante. Obviamente que não se trata de propor que deva haver uma visão única, mas que não há uma linha interpretativa própria de referência brasileira que possa fornecer parâmetros que deem unicidade ao debate sob a ótica de um país em pleno crescimento econômico. Portanto, não há ainda um posicionamento genuinamente brasileiro a respeito do decrescimento.
- 52 No entanto, deve-se olhar este cenário como parte natural de um processo de amadurecimento que está por vir, de uma ideia relativamente nova para o Brasil e que se choca frontalmente com a ideologia quase hegemônica que ocupa o pensamento dos brasileiros. Assim, todas as iniciativas apontadas neste capítulo, como pesquisas e pesquisadores que têm se dedicado a estudar especificamente o tema, professores universitários que têm fomentado esse debate em disciplinas e criação de curso específico, manifestações públicas, formação de coletivo de referência, *blogs*, movimentos sociais que questionam explicitamente o modelo econômico, organizações não governamentais que têm demonstrado grande capacidade técnica para geração de informações e de articulação política para o enfrentamento de iniciativas prejudiciais ao futuro da sociedade, além das inúmeras iniciativas que constroem alternativas ao modelo insustentável de vida humana, tudo isso demonstra que há um espaço de questionamento e, portanto, de disposição ou sensibilidade, em que o debate a respeito do decrescimento tem oportunidade de se desenvolver.
- 53 O desafio é então aproveitar esse espaço para colocar claramente o questionamento da ideologia do crescimento e fortalecer o paradigma do decrescimento. Para tanto, é necessário que os adeptos e entusiastas do decrescimento comecem a qualificar e divulgar de modo mais sistemático as informações com olhar para o Brasil, a fim de demonstrar se e como o paradigma do decrescimento é aplicável num país que tem o desafio de

erradicar a pobreza, mas sem reproduzir a velha fórmula dos países “desenvolvidos”, que têm levado o planeta ao colapso, inviabilizando a sustentação da vida humana.

BIBLIOGRAFIA

Referências

- ALVES, J. E. D. Superando Malthus: o decrescimento sustentável, 2010. <<http://www.ecodebate.com.br/2010/02/24/superando-malthus-o-decrescimentosustentavel-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acessado em 06/03/2011.
- AMAZONAS, M. de C. O pluralismo da economia ecológica e a economia política do crescimento e da sustentabilidade. *Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica*, vol. 20, pp. 5-12, 2009. <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publi-cacoes/boletim_ecoeco/Boletim_Ecoeco_no20.pdf>. Acessado em 22/02/2011.
- BÁDUE, A. F. P. L. Décroissance: entre política e meio ambiente. *Ponto.Urbe* (USP), vol. 5, p. 17, 2009 <www.pontourbe.net/index.php?option=com_content&view=article&id=18:decroissance-entre-politica-e-meio-ambiente&catid=7:graduacao-emcampo&Itemid=12>. Acessado em 21/02/2011.
- . Decrescimento: crise e Terceiro Mundo. Reunião Hybris: “Relações de poder, sociabilidades e conflitos”. São Carlos, UFSCar, 2010 <http://www2.ufscar.br/uploads/resumos_hybris.pdf>. Acessado em 02/03/2011.
- BALTAZAR, A. P. Sobre a resiliência dos sistemas urbanos: devem eles ser resilientes e são eles realmente sistemas? *VIRUS*, no 3, 2010 <<http://www.nomads.usp.br/virus/viruso3/invited/layout.php?item=&lang=pt>>. Acessado em 22/02/2011.
- BUARQUE, C. Gordura e crescimento. Blog do Noblat, 2010a <<http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2010/n/2o/gordura-crescimento-342296.asp>>. Acessado em 06/03/2011.
- . Pronunciamento de 25 de outubro 2011 no Senado Federal, 2010b “<<http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=385896>>” Acessado em 06/03/2011.
- CECHIN, A. D. *Georgescu-Roegen e o desenvolvimento sustentável: “diálogo ou anátema”*. São Paulo: dissertação de mestrado, USP, 2008 <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/9031/tde-15092008-102847/pt-br.php>. Acessado em 21 de fevereiro de 2011.
- . *A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas GeorgescuRoegen*. São Paulo: SENAC/Edusp, 2010.
- ; Veiga, J. E. da. O fundamento central da economia ecológica. In: MAY, Peter (org). *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, pp. 33-48, 2010.

COSTA, D. H. da. *O pensar e o repensar sobre o desenvolvimento*. São Paulo: tese de doutorado, USP, 2006 <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-05122007-090652/pt-br.php> Acessado em 21 de fevereiro de 2011.

DUPIN, E. A felicidade como uma questão política. *Le Monde Diplomatique Brasil*, agosto de 2009 <<http://diplomatie.uol.com.br/artigo.php?id=75>>. Acessado em 24/02/2011.

GARRÁN, V. G.; Ikeda, A. A. *La décroissance: realidade ou modismo?* X Semead. São Paulo, FEA/USP, 2007 <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF/99.pdf>>. Acessado em 22/02/2011.

GODOY, J. Ativistas pelo decrescimento seletivo. *Terramérica*, abril de 2010. <<http://www.webjournal.net/Envolverde/TerramericaPDF/Terra504.pdf>>. Acessado em 06/03/2011.

GOMES, G.; NASCIMENTO, E. Solidary Popular Bank, Ceará, Brazil: a practice compatible with the paradigm of de-growth. In: *Proceedings... 11 International Conference on Economic Degrowth for Ecological Sustainability and Social Equity*, Barcelona, 2010.

GONÇALVES, J. dos S. *O conceito de desenvolvimento na obra de Serge Latouche*. Crato: monografia, Universidade Regional do Cariri, 2011.

GROSSERIES, A. As teorias de justiça entre as gerações. *Revista de Estudos Universitários* (Universidade de Sorocada), vol. 34, no 1, pp. 33-55, 2008 <<http://periodicos.umso.br/index.php/reu/article/view/65>>. Acesso em 22/02/2011.

HARRIBEY, J-M. Desenvolvimento não rima necessariamente com crescimento. *Le Monde Diplomatique Brasil*, julho de 2004 <<http://diplomatie.uol.com.br/acervo.php?id=992&tipo=acervo>>. Acessado em 24/02/2011.

KANASHIRO, V. U. *Esboços de uma sociologia do conhecimento da questão ambiental: concepções de sustentabilidade e produção acadêmica brasileira-uma análise da base Scielo*. Campinas: dissertação de mestrado, IFCH/Unicamp, 2010.

KIMPARA, E. T. Ch. Crescimento populacional: obstáculo ao desenvolvimento sustentável? XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu, setembro de 2010 <http://www.abep.nep0.unicamp.br/enc0ntr02010/d0cs_pdf/eixo_2/abep2010_2288.pdf>. Acessado em 22/02/2011.

LATOUCHE, S. As vantagens do decrescimento. *Le Monde Diplomatique Brasil*, novembro de 2003 <<http://diplomatie.uol.com.br/acervo.php?id=887&PHPSESSID=07eee19834ea2d3082do6e11054569f3>>. Acessado em 24/02/2011.

—. O Sul e o ordinário etnocentrismo do desenvolvimento. *Le Monde Diplomatique Brasil*, novembro de 2004 <<http://diplomatie.uol.com.br/acervo.php?id=1049&PHPSESSID=2992afb2cd65c8594faad2ff286459fc>>. Acessado em 24/02/2011.

—. O decrescimento como condição de uma sociedade convivial. *Cadernos IHU Ideias* (Instituto Humanitas Unisinos), n° 56, 2006 <<http://www.ihu.unisinos.br/uploads/publicacoes/edicoes/1165422469.05pdf.pdf>> Acessado em 09/03/2011.

—. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

—. A economia segundo a Igreja. *Le Monde Diplomatique Brasil*, agosto de 2010 <<http://diplomatie.uol.com.br/artigo.php?id=754>>. Acessado em 24/02/2011.

LEFF, E. Decréscimo ou desconstrução da economia – Parte I. *Terramérica*, agosto de 2008a <<http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=29o8&olt=385>>. Acessado em 06/03/2011.

- . Do decrescimento à desconstrução da economia – Parte II. *Terramérica*, agosto de 2008b <<http://www.tierramerica.info/nota.php?lang = port&cidnews = 2908&olt = 385>>. Acessado em 06/03/2011.
- LICHT, A. *Décroissant, o consumidor que quer por o pé no freio*. *Valor Econômico*, 15/03/2007 <<https://tribunapopular.wordpress.com/2007/05/22/decroissant-oconsumidor-que-quer-por-o-pe-no-freio/>> Acessado em 24/02/2011.
- LÔWY, M. Cenários do pior e alternativa ecossocialista. *Serviço Social e Sociedade*, no 104, pp. 681-694, 2010 <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n104/06.pdf>>. Acessado em 22/02/2011.
- MAB. Produção de energia na ótica popular <http://www.mabnacional.org.br/menu/producao_energia.html>. Acessado em 08/03/2011.
- MAY, P. H. Overcoming contradictions between growth and sustainability: institutional innovation in the Brics. In: *Proceedings... I International Conference on Economic Degrowth for Ecological Sustainability and Social Equity*, Paris, 2008 <<http://events.it-sudparis.eu/degrowthconference/en/appel/Degrowth%2oConference%2o-%2oProceedings.pdf>>. Acessado em 06/03/2011.
- NASCIMENTO, E. P. do; GOMES, G. C. *Décroissance: qual a consistência?* VIII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, Cuiabá, agosto de 2009 <www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/viii/GT3-32-104-20090717100030.pdf>. Acessado em 21 de fevereiro de 2011.
- NEDER, R. T.; THOMAS, H. The movement for social technology in Latin America. In: *Proceedings...II International Conference on Economic Degrowth for Ecological Sustainability and Social Equity*, Barcelona, 2010.
- OLIVEIRA, F. C.; PADILHA, R. O. A função social na apropriação de bens ambientais: em busca de um referencial de sustentabilidade. XIX Encontro Nacional do CONPEDI, Fortaleza, junho de 2010 <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3694.pdf>>. Acessado em 22/02/2011.
- REINEHR, R. As vantagens do decrescimento sustentado (entrevista), *IHU On Line*, 2010. <http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option = com_noticias&Itemid = 18&task = detalhe&id = 30160>. Acessado em 06/03/2011
- SABOURIN, E. Renovação dos instrumentos de desenvolvimento e extensão rural. *Cadernos do CEAM (UnB)*, vol. 29, pp. 79-102, 2007 <<http://vsites.unb.br/ceam/neagri/PDF/Caderno%2oCEAM/Caderno%2029.pdf>>. Acessado em 23/02/2011.
- SACHS, I. Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura. *Cultura do desenvolvimento. Organizações & Sociedade*, vol. 12, no 33, 2005 <<http://www.revistaoes.ufba.br/viewissue.php?id = 17>>. Acessado em 22/02/2011.
- SENADO Federal. Ata da 3a reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas. Brasília, 2011a <<http://legis.senado.gov.br/sil-pdf/Comissoes/Permanentes/CREMC/Atas/20110.426SC003.pdf>>. Acessado em 03/07/2011.
- . Ata da 4a reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas. Brasília, 2011b <<http://legis.senado.gov.br/sil-pdf/Comissoes/Permanentes/CREMC/Atas/20110503SC004.pdf>>. Acessado em 03/07/2011.

- . Ata da 5a reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas. Brasília, 2011c <<http://legis.senad0.gov.br/sil-pdf/C0miss0es/Permanentes/CREMC/Atas/20110510SC005.pdf>>. Acessado em 03/07/2011.
- SILVA, C. A. P.; Simplício, J. C. S. Desenvolvimento: simplicidade voluntária, saberes da tradição e ética cosmocêntrica. In: *XV Ciclo de Estudos sobre o Imaginário: Caderno de Resumo*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2008.
- VEIGA, J. E. da. *Mundo em transe: do aquecimento global ao ecodesenvolvimento*. Campinas: Armazém do Ipê. 2009.
- . A agenda de “um novo Bretton Woods”. *Valor Econômico*, cad. Brasil, p. 13 28/10/2008 <<http://www.oecd.org/dataoecd/49/40/41928811.pdf>>. Acessado em 24/02/2011.
- VIOLANTE, A. de C.; Silva, A. J. da. Decrescimento econômico: um ensaio crítico. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. *Revista ADMPG (UNIOESTE)*, vol. 3, no 1, pp. 19-28, 2010 <<http://www.admpg.com.br/revista2010/artigos/Artigo%20oAREA%20%20oARTIGO%20.pdf>>. Acessado em 21/02/2011.
- WEISS, J. S. A Sociedade Brasileira de Economia Ecológica na sua adolescência. *Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica*, vol. 20, pp. 5-12, 2009 <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/boletim_ecoeco/Boletim_Ecoeco_no20.pdf>. Acessado em 22/02/2011.

NOTAS

156. Contato pessoal feito em 21 fev. 2010, com Ana Flávia Bádue
157. Contato pessoal com João Luis Homem de Carvalho em 6 jul. 2011
158. Contato pessoal em 21 fev. 2011. Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e Coordenador do Laboratório Transdisciplinar de Estudos em Complexidade
159. <<http://decrecimentobrasil.blogspot.com>>.
160. <<http://decrecimento.blogspot.com/>>.
161. <<http://decrecimentosustentavel.blogspot.com/>>.
162. <decrecimento@yahoogrupos.com.br>.
163. Informação levantada em 6 jul. 2011.

AUTOR

ALAN BOCCATO-FRANCO

Formado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de São Carlos, é especialista em Programa Nacional de Reforma Agrária e Assentamentos pela Universidade Federal de Lavras. É servidor do Ministério do Meio Ambiente, onde atua com políticas para viabilizar as atividades produtivas dos Povos e Comunidades Tradicionais que vivem nas florestas brasileiras. Atualmente está cursando mestrado no Programa de Pósgraduação em Desenvolvimento Sustentável, no Centro de Desenvolvimento Sustentável-CDS da Universidade de Brasília – UnB,

onde está desenvolvendo dissertação a respeito do decrescimento. E-mail:
alanbocato@gmail.com

O decrescimento e os países do Sul

Miguel Benasayag e Angélique del Rey

Tradução : Leonardo Milani

- 1 Os autores deste texto são um francês e uma argentina envolvidos em pesquisas e práticas daquilo que é chamado de “ecologia radical” e/ou até de “a alternativa” – tanto na França quanto na Argentina. Esse esclarecimento é necessário para se poder entender que nosso ponto de vista sobre as questões do crescimento, do desenvolvimento, da ecologia e da justiça social... comporta um foco duplo, um ponto de vista duplo: tanto do Norte quanto do Sul.
- 2 Nossa época conturbada, inquietante, “obscura”, enfrenta pelo menos duas questões, das quais decorrem duas necessidades: por um lado, a pobreza não para de crescer, há cada vez mais pessoas em condições de sobrevivência, vivendo em situação de absoluta precariedade e populações inteiras estão ameaçadas, logo a questão e a necessidade de justiça social constituem uma verdadeira urgência; por outro, nossa humanidade começa a perceber e compreender o desastre ecológico no qual estamos, um desastre que envolve muito mais do que uma “ecologia pequeno-burguês” ou uma ecologia decorativa, como tentam nos fazer acreditar. A problemática ecológica, que aborda a rarefação dos recursos hídricos, a poluição dos mares, dos rios e do ar, o esgotamento das terras etc., faz com que seja imperativo, e de forma igualmente urgente, conduzir uma reflexão e realizar uma prática daquilo que acabamos tendo que chamar de *justiça ecológica* – que envolve pensar como a humanidade pode se situar neste mundo ameaçado.
- 3 A princípio, seria tentador dizer que não há contradição entre estes dois desafios, ou requisitos: por que não articular a pesquisa sobre justiça social com a necessidade de justiça ecológica? De fato, visto sob a perspectiva dos países do Norte, isto parece possível. Mas é aí que a coisa complica: mesmo contando com governos democráticos e progressistas, os países do Sul (e entre eles, os da nossa América Latina) se deparam com um verdadeiro impasse. E não se trata, como é costume dizer, de um *simples* problema de corrupção ou de falta de vontade política: tudo isso existe, é claro, mas infelizmente o problema é bem mais sério, muito mais estrutural. Para dizer as coisas diretamente, as forças progressistas dos países do Sul não sabem como articular estes dois termos, estas duas necessidades.

- 4 Ocorre que, durante mais de dois séculos, a condição da justiça social era diretamente vinculada ao desenvolvimento das forças produtivas (ou até dependente destas), isto é, vinculada ao crescimento econômico e industrial de um país. Os países ditos "subdesenvolvidos" deviam aguardar seu desenvolvimento para aspirar à justiça social. A justiça social, ou seja, a mudança nas "relações de produção", precisava "objetivamente", do desenvolvimento das forças produtivas. Esta necessidade histórica, que corresponde à confiança e à fé nas leis objetivas da história (como num "final feliz"), vetava algumas revoluções (embora tenham acontecido mesmo assim) nos países ditos "não desenvolvidos". Além dos projetos puramente revolucionários, até as forças progressistas democráticas compartilhavam o princípio e modelo segundo o qual *sem crescimento, não há redistribuição*.
- 5 Daí o problema atual: o modelo "desenvolvimentista" (crescimento), como é chamado no Sul, envolve uma gravíssima destruição do meio ambiente, desastres ecológicos, ou seja humanos, naturais e culturais, que já podem ser observados. Para dizer de outra maneira, o modelo de desenvolvimento dominante atual (com os consequentes modos de consumo e circulação) não pode ser generalizado: todos os países do nosso planeta não poderiam chegar ao modelo de produção/consumo dos países do Norte sem que isso o faça explodir. Vamos imaginar, por exemplo, que cada chinês possuísse uma motocicleta, ou que cada africano utilizasse a mesma quantidade de água que as famílias californianas, ou qualquer outro exemplo deste tipo! Hoje, a generalização do modelo dominante de "produção/consumo" é simplesmente impossível.
- 6 O problema é o seguinte: será que as nações e povos que esperaram chegar a sua vez de ter acesso ao desenvolvimento e ao crescimento, com mais ou menos tranquilidade, poderão aceitar que "antes, era cedo demais e agora... é tarde demais"? "Antes", por motivos mais ou menos obscuros ligados à dinâmica da história (todos os motivos talvez muito "sérios", mas que, no cotidiano dos povos, resultavam em miséria, pobreza, doença, analfabetismo,...), os povos e nações do Sul não podiam ainda ter acesso ao desenvolvimento e ao consumo. E agora, os mesmos povos e nações teriam que compreender que, por outros motivos muitíssimo "sérios", eles devem novamente continuar a se privar? Daí advém a contradição entre as duas justiças, social e ecológica, e a consequente dificuldade de se chegar a um acordo entre pessoas envolvidas com ecologia, no Norte e no Sul.
- 7 No Norte, a crescente conscientização acerca do desastre ecológico deu origem às correntes críticas do modelo de crescimento, o modelo de "produção/consumo" dominante. No Norte, há cada vez mais pessoas afirmando a necessidade de consumir e produzir de outra forma, atuando nesta direção; estes discursos e práticas declaram claramente que é não somente possível, como necessário consumir menos e de outra maneira. Mas o discurso destes ecologistas do decrescimento aparece, em cada reunião, em cada artigo escrito por membros desta corrente, sob a fórmula "nós podemos nos privar – privação que remete a uma série de produtos considerados não necessários, ou até bens e serviços que poderiam ser compartilhados, ao invés de serem possuídos individualmente. Ora, quando escutamos este discurso a partir do Sul, surgem dois problemas muito constrangedores: por um lado, para poder "se privar", seria primeiro preciso já ter acesso a tais bens e serviços; por outro, este posicionamento implica em esquecer um pouco como funciona o desejo, que não pode ser disciplinado através da moral ou do utilitarismo.¹⁶⁴ Assim, um desagradável mal-entendido se instalou entre os militantes do Norte e do Sul, trazendo consequências que o Norte muitas vezes

desconhece. De fato, as preocupações do Norte parecem ser preocupações de privilegiados e ricos. Aqueles que escolhem se privar de algo que puderam possuir nos lembram esta passagem de Shakespeare: “são donos do universo aqueles que, podendo destruí-lo, não o fazem”. O Norte parece querer dar lições a um Sul que deseja muito o crescimento e tudo o que vem junto.

- 8 Não é necessário falar do desejo de ter hospitais ou escolas, mas simplesmente do fato que os jovens de uma favela almejam possuir tudo aquilo que *eles* consideram desejável. Na mesma hora em que um ecologista do Norte decide de se privar de seu MP4, um jovem numa favela do Sul acaba morto tentando roubar o mesmo objeto. Aí, falar que o jovem do Sul “não deseja o que devia” é o pior dos discursos. Esta tendência moralizadora, que pretende dar lições sobre o desejo, é um dos elos mais fracos das correntes do decrescimento-inclusive para os cidadãos do Norte.
- 9 É nesta hora que constatamos que o neoliberalismo venceu, sobretudo na mente das pessoas. Não apenas a economia planejada, que supostamente triunfaria historicamente do capitalismo e da exploração “perdeu o bonde da história”, como ela também perdeu o próprio homem, o homem como ele realmente é. Esta é a mesma ameaça que paira hoje sobre os defensores do crescimento alternativo ou do decrescimento: pensar uma economia, um modo de consumo e de desejo para esta figura histórica, a do “homem normal”, esquecendo o homem real.

O utilitarismo e o homem normal

- 10 O que chamamos de “homem normal” é esta construção ideal, histórica, este modelo de ser humano que a modernidade almejava produzir. Assim, ele é ao mesmo tempo normal e normativo. Este “homem normal” é o homem da consciência, que tem por objetivo vencer suas pulsões e tropismos, para chegar a ser apenas puro espírito, um espírito que domina a natureza e seu próprio corpo. Homem kantiano e cartesiano entre outros, este homem pensa bem, e consequentemente pensa “o bem”. Ele se torna progressivamente o homem do utilitarismo, descrito e teorizado por J. Bentham: o homem que busca aquilo que lhe é útil, sendo transparente consigo e com a sociedade. Homem pan-óptico, homem utilitarista, ele é o homem da racionalidade ocidental. “Tudo o que é bom aparece e tudo o que aparece é bom”,¹⁶⁵ este é o mote deste homem racional, que nada tem a esconder, muito menos desejos contraditórios e obscuros.
- 11 É este mesmo modelo de normalidade que o filósofo medieval Burridan ilustra ao construir o exemplo conhecido como “o burro de Burridan”. Segundo ele, um burro que estivesse à mesma distância de dois fardos de feno acabaria morrendo de fome, por não se decidir nem por um e nem por outro. Já o homem, pelo contrário, por ser dono do “livre arbítrio”, não passaria fome em igual situação: ele escolheria, com a ajuda de sua consciência, aquele dos dois fardos que lhe for mais “útil” ou apetecedor. Moral da história: o homem normal, civilizado, não escolhe com seu corpo, seus tropismos, suas raízes; o homem normal é um ser desterritorializado que faz escolhas por razões... racionais.
- 12 Sabemos como esse modelo do humanismo foi utilizado e desenvolvido na época da colonização da América Latina. O padre Frei Bartolomeu de Las Casas afirmava, opondo-se à posição do Vaticano, que os índios eram “humanos” e não bichos; mas especificava, este mesmo padre, que embora fossem mesmo humanos, eram humanos “de humanidade

incompleta”. Assim, eram humanos, mas que ainda não estavam completos, por ainda estarem próximos demais de seus corpos, suas pulsões, paixões e tropismos. O homem normal será não só a justificativa humanista da colonização, como também da repressão dos loucos, desviantes, “anormais” – ou seja, dos “subdesenvolvidos”. O homem “normal” reside, de preferência, em países “normais”. Quanto aos demais países: nascia a promessa, a famosa promessa de um desenvolvimento futuro...

- 13 Ora, hoje este homem racional, pan-óptico, de consciência pura, com seu modelo de sociedade, está fracassado. Ele representa até o maior fracasso da modernidade. Quando a Alemanha nazista, com seu povo muito instruído, cometeu a maior das barbáries, caía o mito de que um povo instruído estaria vacinado e afastado da barbárie; e com ele, esta ideia segundo a qual um homem que pensa bem deve fatalmente pensar “o bem”. Um povo instruído, desenvolvido, cometia barbáries “desenvolvidas”; e um homem podia pensar “bem”... o mal!
- 14 Não apenas o homem normal como projeto, este que domina e controla suas pulsões e sua natureza, é um fracasso, como hoje ele revela que era também a forma de esmagar o homem real. O homem real possui sem dúvidas capacidades racionais: ele pode ter e construir uma relação lógica com o mundo, conhecer a partir das causas e desenvolver algum saber. Mas o homem real é também contraditório, pulsional, feito de desejos incontroláveis. Ele pode desejar algo “mal”, ruim para sua saúde, por exemplo, ou ruim para sua comunidade. Ele é o homem da complexidade e da contradição, humanidade do *non sense*.
- 15 De resto, o capitalismo, e ainda mais o neoliberalismo, só conseguem desenvolver seu modelo de mundo e sociedade por estarem voltados para o “homem real”, ao contrário dos modelos de economia e sociedade planejadas. O neoliberalismo sabe que “útil” não se consome, que o desejo de consumo e de posse está vinculado a mecanismos arcaicos muito profundos, que não podem ser solucionados na forma de racionalidade linear e utilitarista. Boa parte destes mecanismos e do funcionamento do desejo humano foram descritos, entre outros, pelo antropólogo René Girard, ao evidenciar a dinâmica do desejo mimético. Os humanos desejam um objeto não tanto por sua “utilidade”, e sim pelo fato deste ser desejado por seus semelhantes.
- 16 O homem do utilitarismo e a sociedade do “homem normal” podem ser a armadilha na qual os militantes do decrescimento correm risco de se afogar. Com a melhor das intenções, podemos acreditar que é preciso informar as pessoas sobre as ameaças de um crescimento desenfreado e sobre os perigos que estariam à espreita. Mas a verdade é que as pessoas estão não apenas informadas, mas até informadas em excesso... E esta informação não provoca a tão esperada “conscientização” que deveria desencadear ações que estejam “na boa direção”: inversamente, o excesso de informação provoca efeitos “iatrogênicos”, negativos. O homem, informado do desastre ecológico, começa por sentir-se triste e impotente; depois, a informação em excesso acarreta reações de egoísmo, hiperconsumo, ou seja, comportamentos de tipo “sacrificial”.
- 17 É um dos pontos centrais da crise que estamos vivenciando: a ruptura do próprio paradigma da modernidade, paradigma de um homem que seria conduzido por e para a razão e a consciência. A informação, a instrução, a consciência das coisas, todos estes são elementos necessários, mas amplamente insuficientes, para enfrentarmos os grandes desafios do nosso mundo, ou para começarmos a solucionar os graves problemas que vivenciamos hoje.

- 18 A terrível força do neoliberalismo reside justamente no fato que ele capitalizou rapidamente, e com muita eficácia, o fracasso do homem normal, do homem racional. Os “comunicadores”, os publicitários, mas também os banqueiros e homens e mulheres políticos que defendem o sistema, compreenderam muito bem que a última coisa a fazer é lidar com o razão das pessoas. Não que não apresentem um discurso em parte racional, mas eles estão voltados para este conjunto divergente e contraditório que constitui o homem ou a mulher real. Pode ser surpreendente perceber que, muitas vezes, aspectos fundamentais dos discursos de políticos não sejam lógicos, ou sequer racionais; mas é nosso estranhamento que está “por fora”: pois é falando e se dirigindo às dimensões mais complexas do ser humano, não raro as mais obscuras, que... a coisa funciona! As correntes críticas do capitalismo e do produtivismo ficaram, em grande parte, com a ilusão de que poderiam organizar a vida dos homens e das sociedades em função de princípios racionais e utilitaristas. Muitos falarão, com isso, em termos de “necessidades de base”, remetendo àquilo que, de um ponto de vista fisiológico bem vago, seria necessário para viver... É aí que reside a fraqueza deste discurso, pois os humanos, seres de cultura, não são capazes de viver evitando a complexidade e a fragilidade de sua condição.
- 19 Aqueles que vivem dando lições esquecem que o homem é descendente não apenas do símio, mas também do sonho... No melhor dos casos, o modelo do “homem normal” inclui um subgrupo desta humanidade real... Aliás, não podemos falar de homem real, pois embora o homem normal seja, justamente, um *homem*, e não uma mulher, uma criança, um homossexual ou um ser híbrido, a humanidade real é uma multiplicidade dinâmica que só aceita de forma muito efêmera uma identidade: ela abrange uma variedade múltipla e contraditória que não pode ser rotulada. Haja vista a indefinição da humanidade e seu ser dinâmico, em constante conflito, é impossível fazer aquilo que os aficionados da economia e da sociedade planejada queriam: definir uma lista de “verdadeiras necessidades de base”. A resposta para o desastre ecológico, ou seja, humano e ambiental, não pode consistir na aposta numa racionalidade utilitarista mais transparente, no âmbito de uma lógica linear. O grande desafio é aquele que nos convida a articular tanto compromisso quanto complexidade, sem ceder em nenhum dos dois aspectos. É preciso romper este círculo vicioso que faz com que as pessoas engajadas estejam em busca de pureza, com certo simplismo, e claro, muita impotência... enquanto o pessoal de direita assume, aparentemente, a complexidade, mas articulada a uma posição cínica e bárbara. Será que podemos nos lançar em projetos de mudança da nossa sociedade, assumindo compromisso e complexidade? Como podemos militar, para e por esta humanidade real? Uma posição que seja ao mesmo tempo libertária e objetiva não requer uma “outra humanidade” para solucionar problemas; ela afirma que a vida, sendo o que ela é, é viável; cabe a nós compreendê-la e elaborar nossas práticas e projetos, partindo da realidade – não apenas de uma parte desta, não se desviando dela, mas lidando com o conjunto complexo, contraditório e conflitual que constitui a realidade.

O sacrificial

- 20 As sociedades ocidentais, e a modernidade como época, acreditaram piamente que deixavam para trás as práticas correspondentes ao pensamento mágico. Elas pensavam que tinham alcançado o início do reino da razão; o pensamento mágico, com suas práticas sacrificiais, parecia ter cedido espaço para uma humanidade que se relacionava com o mundo e com a vida de forma lógica. Todas as dimensões indesejáveis da realidade,

qualquer catástrofe, raridade ou sofrimento, passavam a ser interpretadas como falhas da racionalidade, momentos em que a lógica ainda não tinha encontrado a “boa solução”. Para o racionalismo ocidental, não pode haver perda aceitável: qualquer perda ou falha deve ser superada e consertada. Assim, os verdadeiros e muito concretos progressos científicos foram complementados por uma ideologia mágica, o “cientificismo”, fé irracional na ciência como poder mágico, algo que não tem muito a ver com ciência.

- 21 O sacrifício, sob as mais diversas formas, é uma constante antropológica de qualquer cultura humana. Globalmente, pode-se dizer que é a forma que os homens usam para negociar com as forças e realidades que estão acima deles, que não conseguem controlar. O sacrifício é a forma de conviver com a perda e o obscuro, que fazem parte da vida. As técnicas sacrificiais são o método humano para lidar com o negativo, isto é, tudo o que, embora pertencente à vida, a ameace. Trata-se de uma forma de conviver com as limitações e impossibilidades. Mas seria errado considerar que só há escuridão e ignorância nos ritos ditos sacrificiais. O xamã que faz seu povo dançar para chamar a chuva certamente não faz com que chova, mas ele consegue evitar a debandada do seu povo, a violência, o exílio, a loucura e o pânico, ou outras maiores desgraças decorrentes da seca. Desta forma, o xamã consegue dar vida ao seu povo... até chegar a próxima chuva.
- 22 Claro, dispor de métodos técnicos capazes de provocar a chuva não é a mesma coisa, mas tampouco devemos cair no erro de acreditar que as técnicas eliminam as práticas e os pensamentos mágicos: elas as deslocam, as modificam. O homem ocidental gosta de se pensar como “em guerra contra a natureza”. O crescimento e o produtivismo estão profundamente vinculados a um processo de humanização da natureza, que tem como definição o moto: vencer esta guerra. O homem “normal”, com sua pretensa racionalidade total, acredita ser o mestre (ou aspirante a mestre) do mundo existente. É por este motivo que devemos, na verdade, compreender muitos dos desastres e catástrofes da nossa sociedade, que aparecem como “logicamente evitáveis”, como a volta, sinistra e terrível, do sacrifício recalcado e menosprezado. O homem “desenvolvido” construiu toda uma visão do mundo que hoje é preciso questionar, haja vista seu fracasso e a crise do nosso mundo. Um destes mitos, muito resistente, é aquele do progresso humano e da humanidade: os “humanos não realizados” foram identificados por antropólogos em pantufas como seres que pertencem a culturas “pré-lógicas”. No momento histórico em que tentamos repensar nosso paradigma de sociedade, vale a pena analisar melhor esta crença na existência de um pensamento “pré-lógico”.
- 23 O Ocidente projeta em outras culturas aquilo de que gostaria de se ver livre. O pensamento pré-lógico, na falta de ser uma realidade em outras culturas, nos revela um fato objetivo sobre a cultura ocidental: esta projeta a existência de um pensamento pré-lógico sobre os outros povos e culturas. O ocidente pode se pensar como “lógico”, na exata medida em que atribui ao “outro” as categorias de “não” ou “pré-lógica”. A crise da nossa cultura e a possibilidade de pensar e influenciar sua superação, requerem que devolvamos este “pensamento não lógico”... para o remetente – ou seja, para o Ocidente, que descobre, aos poucos e com certo temor, o caráter irracional de boa parte de sua vida e o caráter imaginário do suposto progresso linear humano. Não é preciso entender o sacrifício sob uma forma “trágica”; ninguém acha que devemos começar a sacrificar galos em plena Praça da Concórdia.¹⁶⁶ O vínculo com o sacrifício significa simplesmente que nossa sociedade não possui mais uma relação eficaz com “o negativo”. De fato, embora em sociedades ditas não históricas – que na verdade não estão estruturadas em torno do mito do progresso – o vínculo com o negativo se dê por aceitação da mistura entre positivo e

negativo (algum tipo de sabedoria, na certa), nas sociedades modernas, a nossa parte de negativo constitui um problema.

- 24 Sabemos que, diante da dificuldade de sair dos modelos econômicos dominantes, vezes se ergueram para propor que a categoria “felicidade” seja somada aos cálculos econômicos do PIB e do crescimento de um país; entre elas, a do prêmio Nobel de ciências econômicas, J. Stiglitz. Muitos acreditaram que esta era uma esperança, uma possibilidade para que as correntes do decrescimento alcancem um nível superior de reconhecimento e sejam levadas a sério. Mas é preciso manter a calma; não devemos esquecer que quando a crise econômica foi desencadeada, o presidente Sarkozy, um dos piores líderes neoliberais, evocou ele também o decrescimento, de forma um tanto alucinada e irracional, quando falava de moralizar o capitalismo...
- 25 Deixemos o ridículo (e mesmo assim perigoso) Sarkozy de lado e pensemos um pouco nessa história de levar em conta a dimensão “felicidade” no cálculo do PIB de uma nação. Por um lado, a felicidade é esta sensação, individual ou coletiva, que emerge pelos mais diversos e variados motivos, não podendo de forma alguma ser medida ou controlada objetivamente. Os motivos pelos quais um ser humano ou um grupo está feliz ou infeliz fazem parte de dinâmicas existenciais complexas. Simplesmente, não há um “todo”, uma base ou uma soma, que nos permitam dizer “a felicidade, é isto aqui”. Podemos estar felizes dentro de uma prisão por que lutamos e resistimos, assim como podemos estar muito infelizes à beira de uma piscina ou em um castelo. Medir a felicidade é uma tentativa não apenas vã, como perigosa e totalitária, que tenta abrir as camadas mais complexas e subjetivas dos seres. As massas hitlerianas que participavam dos encontros do Führer eram... felizes! Assim, embora seja correto afirmar que é preciso modificar as grades de avaliação da produção e dos modos de vida (modificar objetivamente o cálculo do PIB, hoje excessivamente refém da economia financeira especulativa), resta a saber como fazê-lo sem deixar de levar em conta as exigências de objetividade deste tipo de cálculo.
- 26 Para começar, devemos partir da constatação de que a economia neoliberal não é “econômica”, no sentido banal de se economizar racionalmente os recursos e a vida. Pelo contrário, a economia neoliberal funciona em regime de perda total, com “sacrifício” total, muito embora ela o desconsidere. Em si, o caráter sacrificial e irracional do neoliberalismo é o que constitui sua força, perante qualquer tentativa de planejamento. Assim, a resposta não pode estar na proposta global e mágica de uma economia “realmente” racional, muito menos utilitarista, e sim em uma economia que, partindo do homem real e sua complexidade, possa se contrapor à destruição da vida.
- 27 Por isso, esta construção deve seguir o caminho da territorialização da produção, da desvirtualização da economia, que hoje em dia funciona de forma tão separada da vida objetiva que aquele que fala de economia se afasta automaticamente da vida real e objetiva. Aqui, ao falar de vida “objetiva”, não estamos sugerindo “racionalista” ou “utilitarista”, e sim próxima, imediata: local. A reterritorialização significa que é necessário pensar e atuar no plano local; logo, também é preciso produzir no plano local. Territorializar-se, desenvolver vínculos sociais, preservar o plano local, são elementos absolutamente quantificáveis e constatáveis. É somente em experiências locais, emancipadas da ditadura financeira, que práticas de consumo diferentes poderão surgir. É somente nos territórios concretos que formas alternativas de desejar podem nascer e se desenvolver, não como exigências morais e sim conforme o curso contraditório e conflitual da vida. As consequências do desenvolvimento do vínculo social, de um ponto

de vista económico, passam a ser totalmente mensuráveis e quantificáveis. Poderemos calcular custo e benefício económicos da territorialização dos processos produtivos, mas não devemos esquecer que, assim fazendo, deixaremos de lado o não quantificável: a felicidade, o desejo e a liberdade.

Multiplicidade, contrapoder e pensamento orgânico

- 28 Esta luta em favor da reterritorialização da vida, da produção e do modo de consumo, requer em si uma multiplicidade de experiências, não de tipo ideológico e sim, pelo contrário, prático e empírico. Fazer as pessoas desejar, consumir, produzir e circular de outra forma, não é algo que possa ser regulado a partir de um poder central, não importa qual seja. Do ponto de vista tanto individual quanto social, esta é uma realidade que tem fundamentação antropológica: bem distante dos sonhos messiânicos, um poder não pode – e não deve – querer a felicidade do povo contra sua vontade! Só é por meio de uma grande multiplicidade de experiências, algumas em rede, que práticas podem melhorar. Não negamos tampouco o papel da teoria, muito pelo contrário: é fundamental avançar paralelamente, *tanto* na experimentação prática *quanto* na pesquisa teórica; porém, teorizar não significa construir relatos, ideologias e promessas, e sim tentar compreender os funcionamentos do real, da vida e da cultura.
- 29 Os processos capazes de mudar o curso atual do desastre ecológico podem ser comparados, em sua forma, com a luta dos movimentos de mulheres há mais de um século. As mulheres não esperaram que um poder central viesse libertá-las: elas lutaram, alterando fundamentalmente, em situações concretas, a relação de poder patriarcal. O vínculo dos movimentos de mulheres com o poder sempre foi uma relação de cobrança, mas as práticas que foram mudando aos poucos a percepção do papel da mulher na sociedade se desenvolveram de forma horizontal e tiveram repercussões no campo do poder. Com toda certeza, mudar as formas de desejar remete às mesmas profundezas que a luta das mulheres; e naquele caso também, a multiplicidade conflitual e contraditória das experiências é necessária. Tende-se a desejar uma estabilidade estrutural; por “natureza”, quando os homens pensam sobre suas sociedades, eles tendem mais a almejar alguma estabilidade. Ora, a força do capitalismo, e mais ainda do neoliberalismo, advém do fato deste ser fundamentado em um “colchão de complexidade” no qual a conflitualidade local garante esta estabilidade orgânica, sempre distante do equilíbrio.
- 30 O Ocidente não pode, com este modelo do decrescimento, desenvolver um enésimo pensamento moral destinado aos povos do Sul, dizendo a eles: “é isto que vocês devem fazer”. E isto, mesmo se as realidades ecológicas trazem o sentimento de que a humanidade não tem outra solução a não ser decrescer. A lógica aparente da proposta advém da ideia de que a constatação teórica, “A” verdade teórica, deve acarretar um agir consequente. E esta é uma dupla ilusão: primeiro, a ilusão de que existe “A” verdade; e depois, a ilusão da anterioridade do conhecimento sobre o agir (*fé* no livre arbítrio). Esta dupla ilusão racionalista pertence ao paradigma do Ocidente. Historicamente, ela se impôs aos demais povos com a ideia de que uma cultura continha a verdade universal e, assim, poderia julgar o avanço das demais. Mas como desfazer isso? Como reconstruir o direito à multiplicidade de perspectivas, pontos de vista e culturas, sem deixar de assumir os desafios ecológicos?
- 31 Heréticos como os *apostolici*, que percorriam o norte da Itália durante o século XIII anunciando a nova era, desejavam, eles também, uma pobreza voluntária e uma vida

pura. Tamanho regresso seria lamentável, pois não se trata, hoje, mesmo se isto pode desagradar a alguns “decrecentes puros”, de ser ou não “puro”, e nem de buscar uma transcendência ou uma ascese e sim de solucionar os problemas muito concretos que ameaçam a vida. A figura do profeta da infelicidade, que caminha anunciando o desastre ou o fim do mundo, é absolutamente detestável e inútil, sendo hoje assimilada à do ecologista decrescente, que vive dando lições; e não se trata apenas de um problema de comunicação, informação, ou conscientização. A primeira coisa que devemos esquecer é a tentação narcísica de não ser contaminado pelo mundo e de não “participar do sistema”, se queremos que as críticas e propostas (teóricas e práticas) do decrescimento e do desenvolvimento alternativo possam exercer o papel histórico que lhes compete.

- 32 Qualquer pensamento do decrescimento, qualquer pensamento que tente compreender como evitar o desastre ecológico e avançar em direção à justiça social deve passar por um questionamento do papel da humanidade no ecossistema. O homem que deseja estar no centro do dispositivo, aquele que considera o mundo como utilidade que estaria ao seu serviço, este homem não pode solucionar os problemas da nossa época, por constituir ele mesmo a origem do problema. Por este motivo, as hipóteses ditas do “desenvolvimento sustentável” são fadadas ao fracasso, pois além do seu grau variável de bom senso, elas conservam no centro de seu dispositivo, como grade de leitura e compreensão da realidade, a mesma estrutura de relação entre uma humanidade sujeito e um mundo objeto.
- 33 Os adeptos do “desenvolvimento sustentável” querem manter tudo como está, menos a ameaça: seria comovente, não fosse perigoso. A tarefa que se apresenta para nossa época passa, principalmente, pela construção de uma nova relação entre a humanidade e o meio ambiente, nova relação capaz de pensar a realidade em termos de ecossistema, logo, incluindo o homem – ao contrário de uma natureza que deva “servir” o homem. É preciso acabar com o exílio do homem em relação a seu próprio mundo. Mas é também preciso evitar cair na tentação profética clássica, a de um certo marxismo que queria “dividir em dois a história”, algo como uma retomada da profecia de Joaquim de Fiore, que anunciava a chegada de uma nova era, a terceira idade, a do paraíso na terra.
- 34 O questionamento do papel central do homem no pensamento e no agir contemporâneo constitui uma direção de busca e reflexão. Tiremos o homem desta posição de sujeito separado do mundo objeto! Reposicionar o homem no coração do ecossistema passa pela possibilidade de ter um pensamento orgânico sobre o mundo, sobre nossas situações e nosso meio ambiente. Orgânico não quer dizer apenas biológico. Aqui, estamos evocando a organicidade, como o fez E. Kant: um organismo é este ser no qual cada parte funciona “para” e “pelos” outros.¹⁶⁷ O organismo se opõe ao modo de ser do agregado, na medida em que ele não pode ser pensado de forma linear ou agregativa. Com um pensamento e uma filosofia do organismo, podemos compreender todo o meio ambiente como um sistema orgânico, distante do equilíbrio, que não pode ser utilizado a serviço de um ou outro destes seres que o compõem. É um pensamento da integração e do porvir.

BIBLIOGRAFIA

Referências

Debord, G. *La société du spectacle*. Paris: Folio, 1996.

Kant, E. *Critique de la faculté de juger*. Paris: Flammarion, 2000.

NOTAS

164. É verdade que existe uma postura que pretende harmonizar o desenvolvimento, o crescimento e a proteção do meio ambiente, através da noção de “desenvolvimento sustentável”. Voltaremos a esse assunto, mas infelizmente se trata frequentemente de uma simples maquiagem destinada a atenuar os sentimentos de culpa dos habitantes do Norte.

165. Frase famosa de Guy Debord, em *La société du spectacle*.

166. NT: Place de la Concorde, uma das principais praças de Paris.

167. In: *Critique de la faculté de juger*.

AUTORES

MIGUEL BENASAYAG

Filósofo, epistemólogo e psicanalista. Professor visitante na Universidade de Lille 3. Coordena os *laboratorios sociales* na Argentina. Últimos livros publicados: *Organismes et artefacts* (La Découverte, 2010) e, com Angélique del rey, *De l'engagement dans une époque obscure* (Le passager clandestin, 2011).

ANGÉLIQUE DEL REY

Professora de filosofia. Último livro publicado: *À l'école des compétences. De l'éducation à la fabrique de l'élève performant* (La Découverte, 2010). Com Miguel Benasayag: *Éloge du conflit* (La Découverte, 2007). E-mail: adelrey@wanadoo.fr

O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões

Eduardo Gudynas

Tradução : Leonardo Milani

- 1 O chamado extrativismo, que inclui a mineração e a exploração petrolífera, tem uma longa história na América Latina. Esta atividade alimentou as correntes exportadoras, desempenhou um papel chave nas economias nacionais, mas foi também o centro de grandes polêmicas decorrentes dos seus impactos econômicos, sociais e ambientais.
- 2 Um fato notável é que, apesar de todos estes debates e da crescente evidência de sua limitada contribuição para um genuíno desenvolvimento nacional, o extrativismo goza de boa saúde, inclusive nos chamados governos progressistas, ou da nova esquerda. De fato, muitos deles são ativos promovedores do extrativismo, tendo-o inclusive intensificado. Entretanto, suas estratégias extrativistas não são idênticas às do passado; logo, é preciso falar de um “neoextrativismo progressista”.
- 3 Trata-se de práticas nas quais o Estado desempenha papéis mais ativos e que, em vários casos, alimentam programas de luta contra a pobreza, mas que por outro lado continuam adotando modelos de grande impacto social e ambiental que, novamente, acabam remetendo à dependência dos circuitos econômicos globais. No presente capítulo, são considerados alguns aspectos centrais deste neoextrativismo (com base em textos anteriores do autor e algumas atualizações).

O novo contexto político sul-americano

- 4 Até não muito tempo atrás, o discurso da esquerda tradicional questionava os modelos de desenvolvimento convencionais, e entre eles, o do extrativismo. Criticava-se a dependência das exportações, o papel das economias de enclave, as condições de trabalho,

o enorme poder das empresas estrangeiras, a reduzida presença do Estado ou a precária tributação. Esta pregação condenava os setores tipicamente extrativistas, como a mineração e a extração do petróleo. Exigia-se o abandono das reformas neoliberais e a ruptura com essa dependência. Muitos acreditavam, portanto, que uma vez que a nova esquerda conseguisse ocupar cargos nos governos, promoveria mudanças substanciais nos setores extrativistas.

- 5 De fato, nos últimos anos, essa nova esquerda conseguiu conquistar vários governos sul-americanos. Sua presença ficou clara com a gestão de Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner, na Argentina, Evo Morales, na Bolívia, Rafael Correa, no Equador, Luís Inácio Lula da Silva, no Brasil (e sua atual sucessora, Dilma Rousseff), Tabaré Vázquez, no Uruguai (e seu sucessor, José Mujica), e Hugo Chávez, na Venezuela. A esta corrente se uniu o governo de Michelle Bachelet, do Chile (este, porém, substituído por uma gestão conservadora), enquanto Fernando Lugo, no Paraguai, exprime uma vocação progressista, mas conta com uma base partidária muito fraca. Por maneiras diversas, chegou-se à situação na qual pelo menos oito países se encontraram sob gestão da nova esquerda nos últimos anos.
- 6 Embora estes governos sejam muito diversos entre eles, compartilham uma crítica ao reducionismo de mercado que prevaleceu nos anos 80 e 90, apresentam outro ativismo estatal e propõem a luta contra a pobreza como uma das suas tarefas prioritárias.

O extrativismo contemporâneo

- 7 Apesar da mudança substancial representada pela chegada do progressismo, e para além das diferenças entre todos os países, as práticas extrativistas foram mantidas. De fato, não somente persistem os empreendimentos tradicionais, como se tem tentado ampliá-los. O caso pioneiro ocorreu no Chile, onde após a queda da ditadura militar, os governos sucessivos da *Concertación por la Democracia* mantiveram a arquitetura básica do setor de mineração, estimulando sua ampliação por meio de empreendimentos privados, nos quais as tentativas de diversificação produtiva não tiveram muito êxito.
- 8 Deriva daí a primeira tese, de que apesar das profundas mudanças políticas favoráveis à esquerda, os setores extrativistas mantêm sua importância e constituem um dos pilares das estratégias de desenvolvimento atuais.
- 9 De fato, da Venezuela de Hugo Chávez ao Brasil do moderado Lula da Silva, continuou-se a apostar em setores como a mineração e o petróleo. A parcela de produtos primários sobre o total das exportações supera os 90% na Venezuela, no Equador e na Bolívia, é superior aos 80% no Chile e no Peru, e cresceu até chegar aos 60% no Brasil de Lula (conforme dados da Cepal). A mineração, a exploração petrolífera e a monocultura para exportação cumprem um papel essencial nesta tendência.
- 10 Poder-se-ia afirmar que isso forma parte de uma “inércia” derivada dos governos anteriores e que seria uma ilusão ou um despropósito defender uma mudança dessa trajetória. Mas esta posição bate de frente com as evidências disponíveis, já que os governos progressistas não somente mantiveram essa tendência mas tentam aprofundá-la em intensidade e ampliá-la para novos setores.
- 11 De fato, o extrativismo exportador avança em todos estes países. Por exemplo, às exportações provenientes das minas e pedreiras dos países do Mercosul ampliado (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai), passaram da ordem dos 20 bilhões

de dólares em 2004 para um pico de mais de 58 bilhões em 2008, com leve diminuição para mais de 42 bilhões em 2009 (dados da Cepal). A Argentina é um caso emblemático da intensificação do modelo: entre 2003 e 2006, na presidência de Nestor Kirchner, o número de projetos de mineração cresceu em mais de 800% e os investimentos acumulados aumentaram em 490%, com a manutenção das vantagens neste tipo de investimento e os modestos 3% de royalties (Gutman, 2007). O governo da sua esposa, Cristina F. de Kirchner segue a mesma tendência, cujo exemplo destacado foi a aprovação do megaempreendimento em mineração de Pascua Lama compartilhado com o Chile, destinado a ser o segundo maior produtor de ouro do continente.

- 12 Com Lula da Silva, o Brasil está se convertendo numa potência em mineração: estima-se que até 2013, com a instalação de novas minas e instalações de processamento, o país terá duplicado a produção de alumínio e triplicada a de cobre (USGS, 2008). No começo da gestão do Partido dos Trabalhadores e seus aliados, em 2003, a produção de cobre era de 264 milhões de toneladas e chegou a 370 milhões em 2008 (Ibram, 2009); as exportações provenientes das minas e pedreiras, que estavam acima de 6 bilhões de dólares em 2003, aumentaram para mais de 24 bilhões em 2009 (segundo a CEPAL).
- 13 Pode-se argumentar, no caso do Brasil, que a Vale é uma empresa privada e a Petrobras uma empresa mista. No entanto a Petrobras é controlada em 51% pelo governo brasileiro.
- 14 No caso da Vale a situação é similar. Cerca de 54% das ações ordinárias da Vale estão em mãos do consórcio Valepar, integrado pelos fundos de pensão de empregados do Banco do Brasil, Petrobras, Caixa Econômica Federal e outros, junto ao BNDES e ao Bradesco. Apenas este último é um banco privado. O BNDES é a principal fonte de financiamento da Vale. Portanto, na Petrobras como na Vale, o governo, por meio de seus delegados, intervém ativamente.
- 15 Entre os exemplos de expansão para novos setores, os mais destacados são a promoção da mineração a céu aberto, com a gestão de Correa no Equador, o apoio à instalação de uma nova mina de ferro e lítio na Bolívia e o apoio da esquerda uruguaia para a prospecção petrolífera no litoral.
- 16 Deve-se destacar também que, particularmente na Argentina, no Brasil e no Uruguai, tem sido estimulado uma mudança substancial na agricultura, voltando-a para a monocultura para exportação. Estas novas práticas representam o extrativismo agrícola. O rótulo de extrativismo neste caso é pertinente porque se trata da extração de enormes recursos naturais direcionados à exportação, como matéria-prima, sem grandes processamentos, e subordinados aos mercados globais, por meio de corporações multinacionais. Isto pode ser observado em especial no cultivo da soja, baseado em variedades transgênicas, no amplo uso de mecanização, herbicidas químicos, no escasso ou inexistente beneficiamento e na exportação como *commodity*. O mesmo ocorre com as monoculturas florestais, que cobrem amplas superfícies e se destinam à fabricação da pasta de celulose.
- 17 Assim, no caso do extrativismo das monoculturas de exportação, como o mercado está dominado por empresas privadas, a maior presença estatal é por meio de ajudas e subsídios. Como exemplo, o plano agrícola 2011-12, lançado pela administração Rouseff contempla assistência financeira da ordem de 67 bilhões de dólares, a maior da América Latina, e uma das maiores do mundo.

Um novo tipo de extrativismo

- 18 Apesar da persistência do modelo extrativista, não se deve assumir que seja idêntico ao que se observava na gestão dos governos conservadores, já que houve importantes mudanças na tributação, no regime de royalties, etc. Portanto, a segunda tese que se defende nesta análise é que um novo modelo de extrativismo está sendo criado nos governos progressistas.
- 19 Este neoextrativismo de cunho progressista tem suas contradições, tais como uma maior presença estatal, à custa de manter os impactos sociais e ambientais. A seguir, são discutidas suas características mais relevantes.
- 20 Começemos lembrando que o extrativismo convencional, e em particular aquele dos anos 80 e 90, se caracterizava pelo limitado papel do Estado, transferindo a execução dos empreendimentos para o mercado, o que levou a uma forte transnacionalização. No neoextrativismo, o Estado é muito mais ativo, com regras mais claras (que estas sejam boas ou não) e não está necessariamente orientado a servir aos amigos do poder político. Em alguns casos, os novos governos renegociaram os contratos, elevaram os royalties e a tributação, e potencializaram o papel das empresas estatais.
- 21 Provavelmente as mudanças mais substanciais tenham ocorrido na Bolívia, já que o governo de Evo Morales impôs em 2006 a renegociação dos contratos com as empresas petrolíferas, aumentando os royalties e a tributação, tentando fortalecer a empresa petrolífera estatal YPFB; na Venezuela, o governo Chávez impôs uma maioria acionária da PDVSA (a empresa petrolífera estatal) nos empreendimentos com o setor privado e uma maior vinculação com as estatais dos outros países. No Equador segue-se a mesma linha; e no Brasil uma nova regulamentação para o setor está sendo discutida.
- 22 Consequentemente, apresenta-se como terceira tese, um papel mais ativo do Estado, com intervenções tanto diretas quanto indiretas sobre os setores extrativistas.

Inserção internacional, comércio mundial e fluxo de capitais

- 23 Enquanto o velho extrativismo visava as “exportações” e o “mercado mundial”, os governos progressistas substituíram aquele discurso por outro que está voltado para a “globalização” e a “competitividade”. Ao aceitar a dinâmica global contemporânea, os governos de esquerda aceitam suas regras sobre comércio, fluxos de capitais, ampliação do conceito de mercadoria ou extensão dos direitos de propriedade. Tudo isto conduz à defesa da institucionalidade global, como a que prevalece na Organização Mundial do Comércio (OMC).
- 24 Isso significa aceitar um papel subalterno nos mercados globais, nos quais as nações sul-americanas são tomadoras de preços, dependem amplamente dos intermediários e *brokers* comerciais internacionais e dos fluxos de capital, onde suas decisões domésticas ficam atreladas às oportunidades comerciais. Por sua vez, isto leva a uma surda competição entre os países sul-americanos para atrair investimentos estrangeiros.
- 25 É importante observar que no passado os governos sul-americanos também apoiavam outras instituições internacionais que procuravam caminhos alternativos para o comércio

global. Em particular, devem-se recordar os esforços da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento), para promover o comércio sul-sul, incluindo suas experiências sobre um fundo comum para as *commodities* e a criação dos chamados Organismos Internacionais em Bens Primários (ICB – International Commodity Bodies), contemplando, por exemplo, o cobre, o níquel, o chumbo e o zinco. Isto mostra com clareza que os governos progressistas contavam com mais de um antecedente de práticas e institucionalidades alternativas às quais recorrer.

- 26 Essas questões permitem apresentar como quarta tese o fato que o neoextrativismo é funcional à globalização comercial-financeira e perpetua a inserção internacional subalterna da América do Sul.
- 27 O fluxo de capitais também aumentou. Por exemplo, no Chile a remessa de lucros ao exterior pelas empresas estrangeiras passou de 4.438 milhões de dólares no início do governo de Ricardo Lagos, para mais de 13 bilhões na conclusão do seu mandato, continuando então a crescer, com Michele Bachelet, até o patamar de mais de 25 bilhões de dólares. De forma análoga, no Brasil as empresas mineradoras gozam de isenções tributárias (não pagam o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICM/ICMS), e os royalties e valores da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) que chegam aos municípios são escassos (1% a 3% do faturamento líquido), além do fato que os cálculos são feitos pelas próprias empresas (Pereira *et al.*, 2009).

Desterritorialização e fragmentação territorial.

- 28 O avanço da exploração de recursos minerais e petrolíferos e as monoculturas de exportação desencadeiam profundos impactos territoriais. Em muitos casos, representam a chegada, em áreas remotas, de contingentes de operários e técnicos e seus equipamentos, voltando a criar economias de enclave. Este processo determina e fortalece um processo de “desterritorialização, no qual o Estado não consegue garantir sua presença de forma adequada e homogênea em todo o território e se vê limitado na proteção dos direitos dos cidadãos ou na prestação de serviços públicos mas, ao mesmo tempo, é muito ativo na promoção e defesa desses enclaves extrativistas.
- 29 Os enclaves deste tipo geram as mais diversas tensões territoriais, sociais e ambientais, indo desde problemas de violência até os impactos ambientais da poluição. Por sua vez, estes empreendimentos requerem redes de comunicação (como o IIRSA) e estruturas de apoio (por exemplo, hidrelétricas como as do Rio Madeira), que desencadeiam muitos outros efeitos negativos.
- 30 Portanto, a quinta tese mostra que no novo extrativismo a fragmentação territorial das áreas desterritorializadas persiste, criando-se um emaranhado de enclaves e suas conexões com os mercados globais, agravando as tensões territoriais.
- 31 A gestão territorial do neoextrativismo está adaptada a estes empreendimentos. Um exemplo deste fato é o abandono gradual das metas de reforma agrária durante a gestão de Lula da Silva, substituídas pela regularização fundiária fora dos domínios da agroindústria, e seu progresso apenas aonde pode ser útil ao agronegócio (Oliveira, 2009).

Propriedade e processos produtivos

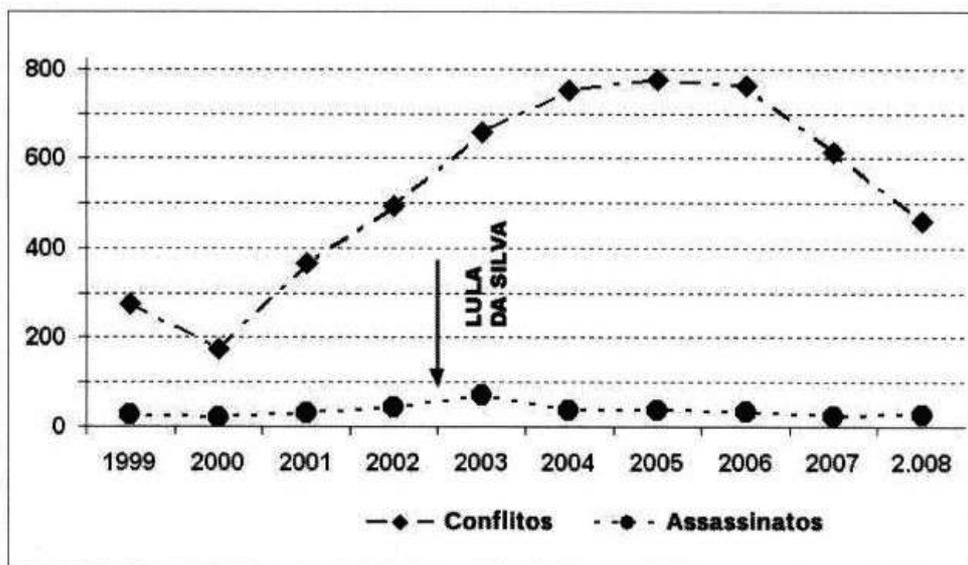
- 32 No velho extrativismo, brigava-se pela propriedade dos recursos. Os governos anteriores outorgavam títulos de propriedade ou criavam normas de cessão e acesso a recursos minerais ou petrolíferos, algo que na prática se assimilava muito a ceder a propriedade destes recursos. Essa tendência acarretou uma forte transnacionalização dos setores extrativistas e um papel cada vez menor das empresas estatais.
- 33 No neoextrativismo, como vimos acima, o protagonismo estatal é maior, o que faz com que os controles sobre o acesso aos recursos sejam redobrados; em quase todos os casos, afirma-se que estes recursos são propriedade do Estado. Ao mesmo tempo, foram ressuscitadas ou criadas empresas estatais (por exemplo, o fortalecimento da YPFB na Bolívia ou a criação de uma empresa estatal para o gás e a energia, a Enarsa, na Argentina). Essa presença é mais variada, incluindo empresas estatais, cooperativas, mistas ou privadas.
- 34 Mas apesar desta situação, tanto os Estados quanto as empresas estatais visam o êxito comercial e, portanto, replicam as estratégias empresariais baseadas na competitividade, na redução de custos e no aumento da rentabilidade. Desta maneira, o funcionamento de empresas estatais (como a PDVSA da Venezuela), mistas (como a Petrobras do Brasil), ou privadas (como a Repsol YPF, na Argentina), assemelha-se cada vez mais às conhecidas práticas das velhas empresas transnacionais, como a Exxon ou a British Petroleum.
- 35 Consequentemente, como sexta tese, postula-se que nos governos progressistas é particularmente importante reconhecer que, independentemente da propriedade dos recursos, repetem-se regras e funcionamento de processos produtivos voltados para o ganho de competitividade e o aumento da rentabilidade sob clássicos critérios de eficiência, incluindo a externalização dos impactos sociais e ambientais. Aliás, naqueles setores em que a presença do Estado é fortalecida, esta é usada para outorgar contratos de associação, formar sociedades ou *joint ventures* com empresas privadas (veja por exemplo Cedia, 2009). O desempenho social e ambiental das empresas petrolíferas estatais é pobre e bem questionável; a Petrobras nos países andinos e a empresa petrolífera estatal uruguaia Ancap são bons exemplos disto.
- 36 As implicações desta questão são muito importantes. Entre elas, vale destacar que, além do debate sobre a propriedade dos recursos e os meios de produção, deve-se promover uma discussão muito mais aprofundada sobre a estrutura e a dinâmica dos processos produtivos, tanto nas mãos do Estado quanto na de outros atores. Estes processos produtivos determinam os impactos sociais e ambientais e as relações comerciais e econômicas.

Impactos socioambientais e conflitos de cidadania.

- 37 Os enclaves extrativistas vêm ocupando o centro de muitas polêmicas, em função dos seus graves impactos sociais e ambientais. Estes vão desde agravar as desigualdades locais, até os casos de poluição ou perda da biodiversidade. A evidência empírica que se acumulou nos últimos anos é variada e contundente, e deixa claro que a situação habitual é aquela na qual se externalizam os efeitos sociais e ambientais.

- 38 Uma das questões que mais chamam a atenção na gestão da nova esquerda é que não são observadas melhorias substanciais no tratamento dado a estes impactos; no campo ambiental, em particular, poder-se-ia dizer que houve retrocessos em alguns países. Conseqüentemente, propõe-se como sétima tese que no neoextrativismo os impactos sociais e ambientais são mantidos, em alguns casos acentuados, e que as ações destinadas a enfrentá-los e resolvê-los ainda são ineficazes ou, em determinadas ocasiões, se enfraqueceram.
- 39 Nos últimos anos acumulou-se uma longa série de protestos da cidadania contra o extrativismo. Novamente, as tensões mais claras se observam na Bolívia, onde em 2010 uma marcha indígena voltou a atuar em prol da dignidade, para combater, entre outras coisas, os impactos de empreendimentos de exploração mineira e petrolífera. No Brasil insistem em “flexibilizar” a legislação e as licenças ambientais, enquanto, na Argentina, foi vetada uma lei de proteção aos glaciais andinos, de forma a poder autorizar empreendimentos de mineração.
- 40 Nos governos progressistas, o debate sobre os impactos sociais, ambientais e territoriais fica mais opaco. No que se refere à dimensão ambiental, sua existência é negada ou minimizada em várias ocasiões, sendo rechaçada em outros, sendo esta apresentada como disputa de interesses econômicos, conflitos sobre o ordenamento territorial, ou expressão de obscuras agendas político-partidárias. Aliás, na Venezuela de Chávez denunciou-se que o estado de Zulia se converteu em uma “zona de sacrifício mineiro-petrolífero” (Garcia-Gaudilla, 2009). Alguns governos chegam a acusar os indígenas e os camponeses de “impedir” o desenvolvimento (Bebbington, 2009).
- 41 Isso explica porque os protestos sociais frente ao extrativismo se repetem em todos os países de governos progressistas. Aliás, em países que supostamente gozariam de tranquilidade ao evitar este tipo de conflitos, uma avaliação minuciosa revela outro panorama. Por exemplo, no Brasil, durante o primeiro mandato de Lula da Silva, os conflitos rurais cresceram substancialmente; embora tenham diminuído no segundo mandato, continuam sendo numerosos (Figura 1). Isso se deve a fatores como: más condições de trabalho, trabalho escravo e violência contra os indígenas, fatores especialmente críticos na Amazônia e que, em muitos casos, estão vinculados diretamente ao neoextrativismo.

Figura 7 – Ocorrências de conflitos e assassinatos no meio rural no Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da Comissão Pastoral da Terra do Brasil.

Excedentes e legitimação política

- 42 No extrativismo clássico, as imposições tributárias, royalties ou licenças eram reduzidas, portanto a captação de excedentes por parte do Estado era limitada; apostava-se em um efeito de “gotejamento”. No neoextrativismo, podemos observar uma mudança substancial em alguns governos: o Estado é muito mais ativo na captação de excedentes. Isto se deve a diversos fatores, tais como a tributação muito mais elevada de royalties em alguns casos, ou até de forma direta, sendo a exploração realizada por uma empresa estatal.
- 43 Esse é provavelmente um dos aspectos que mais diferenciam o neoextrativismo, particularmente na Bolívia, no Equador e na Venezuela; e as suas consequências vão muito além da dimensão econômica, uma vez que envolvem pelo menos dois aspectos. Por um lado, reflete um papel ativo do Estado, onde os governos têm mais opções e instrumentos para captar parte da riqueza gerada pelos setores extrativistas. Por outro lado, os governos progressistas utilizam estas receitas de diversas maneiras, entre as quais se destaca o financiamento dos vários programas sociais, muitos deles destinados aos setores mais pobres – como o Bolsa Família no Brasil, Juancito Pinto na Bolívia ou o Programa Famílias da Argentina (Gudynas *et al*, 2008). Isto cria uma situação bem particular, ao estabelecer um vínculo entre empreendimentos como mineração ou exploração petrolífera e o financiamento dos programas assistenciais dos governos. Essa conexão às vezes é direta (como o Imposto Direto sobre os Hidrocarbonetos, o IDH, na Bolívia), sendo em outros casos mediada pelas instituições estatais de assistência social.
- 44 Pode-se observar uma relação peculiar, na qual o Estado procura captar os excedentes provenientes do extrativismo; e ao usar parte daqueles nesses planos sociais, faz com que essa legitimidade social possa também ser usada para defender as atividades extrativistas. Em outras palavras, embora se possa dizer que estes governos se afastam da esquerda clássica por apoiarem o extrativismo convencional, eles a retomam para conseguirem se

justificar como progressistas por realizarem esses programas sociais. Estas ações sociais, porém, requerem cada vez mais financiamento; assim, estes mesmos governos acabam dependentes do extrativismo para captar recursos financeiros.

- 45 Consequentemente, propõe-se a oitava tese: no neoextrativismo, o Estado capta uma proporção maior do excedente; parte deste se destina aos planos sociais que geram uma legitimação, tanto para os governos quanto para os empreendimentos extrativistas, e isto contribui para apaziguar as demandas sociais locais.
- 46 Esses planos sociais servem para pacificar o protesto social. Por exemplo, no caso do Brasil, Oliveira (2009) mostra a situação paradoxal na qual, embora o governo Lula tenha abandonado as metas de reforma agrária e não distribua mais terras aos pioneiros e sem-terra, o número de pessoas envolvidas nestas lutas está em queda. Este “refluxo dos movimentos de massas e o fluxo de recursos financeiros do governo, destinados às políticas compensatórias (pacotes de ajuda de todo tipo e modalidade), estão apaziguando àqueles que lutaram energicamente pela reforma agrária nos últimos 30 anos. Tudo indica que os dois processos interagem (Oliveira, 2009).
- 47 Nesse caso, em vez de focalizar as práticas extrativistas, uma boa parte do debate passa a versar sobre como distribuir os benefícios delas provenientes. Resultam disputas que visam obter maiores parcelas destes recursos, ou definir sua destinação (decidir se serão empregados na construção de escolas, postos de saúde ou um novo prédio para a Prefeitura, por exemplo). Às vezes as empresas, tanto privadas quanto estatais, participam deste debate, deixando de lado o próprio Estado (exemplo clássico disso são as empresas que aceitam construir escolas como forma de “compensação” para os grupos locais). Dessa forma, os debates sobre extrativismo, desviados pelas questões instrumentais, sofrem uma distorção enquanto a validade daquele não é questionada.
- 48 O papel da redistribuição de renda por meio de programas sociais de compensação focalizados é muito importante. Onde quer que estes não existam, os protestos sociais frente ao extrativismo serão muito mais intensos, como ocorre no Peru. Com governos progressistas, onde estes programas são mais efetivos e amplos, o protesto social diminui, como ocorre no Brasil e no Uruguai. Apesar disso, observa-se um caso particular na Argentina, nos governos de N. Kirchner e de C. F. de Kirchner, já que seus programas sociais são mais efetivos no meio urbano do que no espaço rural, onde muitos protestos são observados contra o extrativismo de mineração e da soja.
- 49 Dessa maneira, as medidas de compensação social financiadas pelo extrativismo geram uma legitimidade social para os governos progressistas e fazem com que seja mais difícil questionar estes empreendimentos produtivos. Aqueles que questionam o extrativismo estariam “contra” o progresso nacional, e poderiam até questionar o financiamento dos planos assistenciais.

Neoextrativismo, pobreza e desenvolvimento

- 50 Iniciemos por recordar que nos contextos políticos anteriores, as correntes progressistas e de esquerda denunciavam que o extrativismo contribuía para gerar a pobreza, as economias de enclave eram vistas como algo negativo e, portanto, buscavam-se alternativas para sair destas condições. Nos governos progressistas, um novo discurso está se consolidando aos poucos, segundo o qual o extrativismo agora passa a ser uma condição necessária para combater a pobreza. Aquela velha relação fica invertida: no

passado, constituía uma contradição; hoje, é vista como positiva e converte-se em condição necessária para o desenvolvimento.

- 51 Declara-se que o balanço final do extrativismo seria positivo; em alguns casos, chega-se a admitir que este possa produzir impactos sociais e ambientais negativos, mas imediatamente se responde que estes são gerenciáveis ou compensáveis, ou que, no fim das contas, devem ser aceitos à luz do benefício geral de toda a nação. Por sua vez, as jazidas minerais ou petrolíferas, ou a fertilidade do solo, são vistas como riquezas que não podem ser “desperdiçadas”. Prevalece um sentido de necessidade e urgência.
- 52 Um bom exemplo deste tipo de defesa pode ser observado com o presidente Correa do Equador. “Não retrocederemos quanto à Lei de Mineração, porque o desenvolvimento responsável da mineração é fundamental para o progresso do país. Não podemos ficar sentados como mendigos sobre um saco de ouro” – afirmou no dia 15 de janeiro de 2009. Desta maneira, os governos progressistas aceitam o modelo de desenvolvimento atual como indispensável, apesar de melhorável e ajustável, já que estas riquezas não podem ser desperdiçadas. E dão outro passo adiante: apresentam-se como se somente eles pudessem levá-lo adiante com eficiência e com uma distribuição adequada de riquezas
- 53 Propõe-se então, como nona tese, que o neoextrativismo seja aceito como um dos motores fundamentais do crescimento económico e como contribuição crucial de luta contra a pobreza a nível nacional. Assume-se que parte desse crescimento gerará benefícios que serão destinados ao resto da sociedade (a conta-gotas ou num fluxo torrencial). Um Estado, agora mais protagonista, deve alentar, administrar e orientar esse fluxo.
- 54 Uma das implicações dessa postura é que essa visão reducionista, que equipara crescimento económico e desenvolvimento, e portanto não tem gerado, pelo menos até agora, uma visão alternativa de desenvolvimento, não é questionada. Embora as discussões bolivianas e equatorianas sobre o “bem viver” tenham esse potencial, os governos e muitos outros atores sociais parecem derivar este debate para o terreno de questões instrumentais. No caso boliviano, a situação é ainda mais tensa, devido a que, surpreendentemente, a nova Constituição indica em vários artigos que um dos fins do Estado é a “industrialização” dos recursos naturais.
- 55 Esses fatores fazem com que o extrativismo passe a ser entendido como mais um componente do modelo de desenvolvimento propiciado pelo progressismo, e também que seja visto como necessário e urgente. Muitos dos componentes das velhas artimanhas das empresas de mineração e petrolíferas que alguns anos atrás ofereciam “progresso”, “emprego” e “bem-estar” para o país e para as comunidades locais, ressurgem hoje com outra roupagem, outra ênfase, e um maior papel do Estado. É oportuno citar outro exemplo do Brasil: as empresas de mineração se aproveitam da “convivência e submissão do Estado, das precárias condições em que vive a maioria da população dos municípios onde elas se instalam” e apelam para um discurso sobre a “chegada do desenvolvimento e do progresso” que, graças ao apoio de políticos locais ou regionais, obtêm condições favoráveis para sua implantação e domínio, conforme os pesquisadores da Comissão Pastoral da Terra (Pereira *et al.* 2009).
- 56 Esses e outros exemplos indicam que este neoextrativismo reformula os discursos sobre o desenvolvimento, devendo as comunidades locais aceitar os sacrifícios dos impactos como forma de se conquistar supostas metas nacionais, em troca da oferta de um leque de medidas de compensação que podem ir desde os clássicos programas focalizados de assistência social, à sua conversão em “sócios” das empresas.

- 57 Esse leque de condições é tão amplo que as críticas contra o extrativismo podem ser facilmente acusadas de serem contra o desenvolvimento nacional ou o progresso, serem qualificadas de infantis ou sonhadoras e até mesmo perigosas. Estas expressões saíram dos lábios de Correa, Morales e Lula da Silva. Basta apresentar como exemplo as afirmações do presidente Evo Morales de julho passado (2010), nas quais critica os grupos indígenas e agricultores que se opõem às empresas petrolíferas e de mineração, ao perguntar: “De que vai viver a Bolívia se algumas ONG dizem ‘Amazônia sem petróleo?’” (*Econoticias Bolivia*, 14 jul. 2009).

O neoextrativismo sob o mito do progresso

- 58 As diferentes linhas de argumentação que se apresentam provisoriamente neste ensaio terminam confluindo para uma décima tese: o neoextrativismo é um novo ingrediente de uma versão contemporânea e sul-americana do desenvolvimentismo. Esta versão é a herdeira das ideias clássicas da Modernidade, e portanto mantém sua fé no progresso material, mas é um híbrido contemporâneo que deriva das condições culturais e políticas próprias da América do Sul.
- 59 De fato, a ideia do progresso contínuo, com base na técnica e nutrido pelas riquezas da Natureza, foi uma expressão clássica da Modernidade europeia. A nova esquerda latino-americana é herdeira dessas ideias, mas as reformulou em função de vários fatores, que vão desde os antecedentes de suas próprias lutas políticas, os efeitos da queda dos socialismos reais, as demandas de setores populares e povos indígenas e até os efeitos das reformas neoliberais. É o resultado de uma nova combinação, onde há tanto velhos quanto novos ingredientes. Isto explica porque o velho e o novo extrativismo compartilham alguns aspectos comuns, embora com ênfases distintas, cada um com seus próprios atributos. Isto explica também algumas coincidências com relação ao extrativismo por parte de governos tão diversos como Rafael Correa no Equador ou Alan García no Peru.
- 60 A esquerda sul-americana não prescinde do clássico apego ao crescimento econômico com base na apropriação dos recursos naturais. O extrativismo cumpre um papel importante neste novo panorama, já que não é rechaçado e sim deveria ser aprofundado já que seria um dos motores que garante o crescimento econômico e a própria sustentação financeira do Estado, embora tenha que ser controlado. Enquanto o velho extrativismo devia lidar com os desequilíbrios nos termos de intercâmbio, o neoextrativismo acredita que os altos preços internacionais constituem uma oportunidade que não se pode desperdiçar.
- 61 Mas, por sua vez, esse novo extrativismo contribui para financiar os programas sociais que são fundamentais para que estes novos governos possam se definir como progressistas, adquirindo uma legitimidade política inesperada. A crítica ao neoextrativismo implicaria questionar a velha ideia do progresso e também um dos pilares dos programas sociais, e portanto, uma das justificativas de quem se diz progressista. Isso explica por que os questionamentos dos indígenas ou dos ambientalistas sejam rechaçados ou ignorados por estes novos governos.
- 62 Esse progressismo representaria um “nacionalismo dos recursos, conforme as palavras de Bebbington (2009), no qual não é questionada a extração em si, e sim seu controle privado ou estrangeiro. Esses governos procuram assumir o controle estatal sobre esses recursos

e, com isso, acabam reproduzindo os mesmos processos produtivos, relações de poder semelhantes e os mesmos impactos socioambientais.

Conclusões preliminares

- 63 Ao longo do presente ensaio apresentam-se uma série de ideias e argumentos sobre a permanência do extrativismo na América do Sul. A ideia central é que este não é igual ao que existia nas décadas anteriores e que no caso dos governos progressistas, um extrativismo de novo feitio foi criado. Nessa caracterização, observamos tanto velhos como novos componentes; entretanto, este conjunto é singular, com vieses próprios, como o papel atribuído ao Estado e às novas fontes de legitimação social e política.
- 64 O reconhecimento da identidade própria deste modelo progressista de extrativismo requer uma abordagem rigorosa e prudente. É importante compreender que o neoextrativismo não pode ser entendido como uma estratégia neoliberal, semelhante àquelas observadas nas décadas anteriores, mas tampouco pode ser interpretado como uma alternativa promissora que melhore mecanicamente a qualidade de vida e a autonomia dos cidadãos. É evidente que o atual progressismo oferece, em muitos casos, melhorias substanciais em relação aos regimes conservadores. Está claro que persistem limitações, resistências e contradições, mas não se pode analisar a atual esquerda sul-americana a partir dos velhos paradigmas.
- 65 Ignorar os impactos do neoextrativismo, ou silenciar as análises por simpatias partidárias seria um desatino, particularmente no âmbito acadêmico ou na militância social. Aproveitar-se destas contradições para rechaçar insidiosamente todas as ações da esquerda no governo é outro caminho equivocado.
- 66 É verdade que com o neoextrativismo permanecem muitos impactos, particularmente quanto aos aspectos sociais e ambientais. Mas apesar disto, não se pode afirmar que este represente na realidade um neoliberalismo ou um “capitalismo selvagem”, como por exemplo afirma García-Guadilla (2009) sobre o *chavismo* na Venezuela.
- 67 Sem dúvida, as teses apresentadas ao longo do texto, são elaborações preliminares e requerem um trabalho mais exaustivo. É imprescindível continuar aprofundando a caracterização dos novos estilos de desenvolvimento do progressismo sul-americano, uma vez que a partir dele se originam as atuais tensões sociais e os impactos ambientais; portanto, uma melhor compreensão é imprescindível para proporcionar alternativas. A tarefa também é urgente para compreender as novas demandas e possibilidades da sociedade civil diante dos desafios do desenvolvimento.
-

BIBLIOGRAFIA

Referências

- BEBBINGTON, A. The new extraction: rewriting the political ecology of the Andes? *NACLA. Report on the Americas*, 42(5), pp. 12-20, 2009.
- ; HINOJOSA Valencia, L. Conclusiones: minería, neoliberalismos y reterritorialización en el desarrollo rural. In: BEBBINGTON, A. (ed.) *Minería, movimientos sociales y respuestas campesinas*. Lima: IEP e CEPES, pp. 282-313, 2007.
- CEDLA (Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario). *La industrialización no es el norte de la política del MAS*. La Paz, 2009.
- CEPAL. *Anuario estadístico de América Latina y el Caribe, 2010*. Santiago do Chile, 2010.
- OLIVEIRA, A. U. de. *O governo Lula assumiu a contra reforma agrária: a violência do agrobandidismo continua*. S/l: Comissão Pastoral da Terra, Secretaria Nacional, 2009.
- PEREIRA, A. dos et al. *A exploração minerária e suas consequências na Amazônia brasileira*. S/l: Comissão Pastoral da Terra, Secretaria Nacional, 2009.
- GARCÍA-GAUDILLA, M. P. Ecosocialismo del siglo XXI y modelo de desarrollo bolivariano: los mitos de la sustentabilidad ambiental y de la democracia participativa en Venezuela. *Economía y Ciencias Sociales (Venezuela)*, 15(1), pp. 187-223, 2009.
- GUDYNAS, E. Geografías fragmentadas: sitios globalizados, áreas relegadas. *Revista del Sur (Montevideu)*, no 160, pp. 3-13, 2005.
- GUTMAN, N. La conquista del Lejano Oeste. *Le Monde Diplomatique (Buenos Aires)*, 8(95), pp. 12-14, 2007.
- IBRAM. *Informações e análises da economia mineral brasileira*. Brasília, 2009.
- MORALES, C.B. de; RIBERA Arismendi, M. O. (eds.) *Informe del estado ambiental de Bolivia, 2007-2008*. La Paz: LIDEMA 2008.
- PNUD. *Informe de Desarrollo Humano*. Nova York, 2008.
- USGS (us Geological Service, us Department of the Interior). *2006 minerals yearbook: Latin America and Canada*, 2008.

AUTORES

EDUARDO GUDYNAS

Secretário executivo do *Centro Latino Americano de Ecología Social (CLAES)* e pesquisador do D3E (*Desarrollo, Economía, Ecología, Equidad América Latina*), Montevideu, Uruguay. Membro do IPCC desde 2010. Realizou trabalhos de consultoria para várias agências internacionais: GTZ; Agencia Espanola de Cooperación Internacional; Bank Information Center (BIC) en Washington; PNUD; Action Aid; Oxfam. Professor visitante em várias universidades latino-americanas, EUA e Áustria. Publicou, entre outros livros, *El mandato ecológico* (AbyaYala, Quito, 2009), *Vendiendo la Naturaleza*. *Impactos ambiental del comercio internacional en América Latina* (UMSA-GTZ-CLAES, La Paz, 1996). E-mail: egudynas@ambiental.net

O papel do campesinato na construção da sociedade do decrescimento

Igor S. H. de Carvalho e Alan Bocato Franco

Introdução

- 1 “Decrescimento” é uma palavra forte – bate de frente em um dos principais sustentáculos do capitalismo, o *dogma do crescimento econômico*. Mas o debate em torno de tal proposta não se restringe à economia, nem a (mais) um mero ataque ao capitalismo. O debate sobre o decrescimento busca aglutinar críticas, ideias e propostas sobre diversas questões da atualidade: a da sustentabilidade e do meio ambiente; do trabalho, (des)emprego e atividades produtivas; da qualidade de vida e saúde física e mental; entre outras. Questões que tocam no imaginário profundo da humanidade, e que, mais cedo ou mais tarde, deverão ser encaradas de forma mais objetiva.
- 2 Uma coisa está clara: se não se pode crescer indefinidamente em um planeta de recursos finitos, então, em algum momento, não nos restará outra opção que não a do decrescimento, ou, pelo menos, a do “crescimento zero”, como preferem alguns. Resta saber se este momento chegará pelo bem – voluntária, racional, solidária e ecologicamente, como quer Taibo (2010) – ou pelo mal – acompanhado de guerras, barbárie e catástrofes sociais e ambientais.
- 3 Conforme lembra Latouche (2009), um crescimento lento ou negativo, em uma sociedade cuja base de sustentação é o próprio crescimento econômico, provocaria (e provoca) consequências perversas, como o desemprego e o fim de programas sociais e ambientais financiados pelos “promotores do crescimento” (estado e empresas). Portanto, insistimos, não se trata simplesmente de mudar a direção das metas econômicas; o projeto de decrescimento requer a mudança de muitos de nossos alicerces sociais e culturais, ou seja, de criarmos o que o próprio Latouche chama de uma *sociedade do decrescimento*. Esta sociedade deve abraçar características “futuristas”, como as tecnologias ecoeficientes

propostas por Goldsmith (1972), Schumacher (1973) e Dickson (1980); mas deve também se basear em características presentes desde o início da humanidade: a solidariedade, a reciprocidade, a primazia do local sobre o global e a adaptação de nossos modos de vida aos ciclos naturais (Latouche, 2009; Taibo, 2010).

- 4 Neste artigo, identificamos que muitas dessas características, desejáveis em uma sociedade do decrescimento, encontram vitalidade na medida em que nos aproximamos do modo de vida camponês, ao passo que se escasseiam quanto mais urbano-industrial se apresenta o estilo de vida. Dessa forma, defendemos a comunidade camponesa como potencial berço da sociedade do decrescimento, e imprescindível foco de análises e ações vinculadas à sua construção. Antes de entrarmos diretamente no tema do campesinato, abordaremos duas características fundamentais à sociedade do decrescimento, e que estabelecem uma forte ligação com o potencial do protagonismo camponês em sua construção: a descentralização e a sustentabilidade.

Decrescimento, descentralização e sustentabilidade

- 5 Talvez o objetivo mais claro do decrescimento seja o de atingirmos a sustentabilidade da presença humana na Terra. O modelo de crescimento econômico ilimitado, e o próprio capitalismo, são insustentáveis – isso já se pode considerar uma ideia aceita em muitas partes. Cabe, então, a tarefa de analisarmos as características desse modelo para propormos alternativas. Dentre estas características, é notória a grande *centralização* das estruturas econômica, política e social; daí, portanto, a necessidade de uma radical *descentralização* destas estruturas como um dos vetores do projeto de decrescimento.
- 6 Taibo (2010:73), ao postular os alicerces do decrescimento, destaca a “redução das dimensões de muitas das infraestruturas produtivas, das organizações administrativas e dos sistemas de transporte” e a “primazia do local sobre o global”. Para colocar o projeto de decrescimento em prática, Latouche (2009) sugere ações resumidas em oito R: reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir, reutilizar e reciclar. E chama uma atenção especial para o quinto erre, esclarecendo que “relocalizar significa, é claro, produzir localmente, no que for essencial, os produtos destinados à satisfação das necessidades da população. A “relocalização não é apenas econômica. A política, a cultura, o sentido da vida é que devem recuperar sua ancoragem territorial. (...) toda decisão econômica, política e cultural que possa ser tomada em escala local deve ser tomada localmente” (Latouche, 2009, p. 49).
- 7 As propostas de descentralização já se fazem presentes no debate ambiental há algum tempo, apesar de autores filiados à tese da “modernização ecológica”, como Spaargaren (2000, p. 42), não acreditarem na possibilidade de uma “sociedade de ecocomunidades de pequena escala”. Já no início da década de 1970, Goldsmith (1972) e Schumacher (1973) apresentavam um modelo alternativo, de numerosas unidades políticas descentralizadas com tecnologias de pequena escala apropriadas aos contextos social e natural. O pensamento anarquista, há mais tempo ainda, incorpora o jargão “pensar globalmente, agir localmente”, privilegiando “tudo o que é da ordem do local, do próximo, do cotidiano, da dimensão humana”, sem, no entanto, “acantonar-se em seu reduto ou por desprezo pelo nacional, pelo internacional, pelo mundial” (Raynaud & Noël, 2003, p. 7). Talvez o principal pensador a costurar a proposta anarquista com a questão ambiental seja o nova-iorquino Murray Bookchin, que, influenciado por “descentralistas radicais” como Peter Kropotkin, William Morris e Paul Goodman, lançou manifestos como a *ecologia*

social, o municipalismo libertário e o ecomunicipalismo. Em sua obra, o autor defende que as decisões que interferem na escala local devem ser tomadas ainda nesta escala, ou seja, defende a gestão da comunidade *pela* comunidade e a democracia direta. Neste modelo de comunidades descentralizadas autogestionadas, a ecorregião seria a “entidade espacial coerente que traduz uma realidade geográfica, social e histórica”, dentro da qual haveria uma possibilidade concreta de harmonia com os ecossistemas naturais (Bookchin *et al*, 1997).

- 8 Latouche observa que, quanto menor a unidade política, mais facilmente ela será controlada por seus membros; por outro lado, quanto mais se estende a circunscrição política, mais diminuem as oportunidades de participação dos cidadãos. O autor cita Bookchin ao defender que as necessidades básicas (alimento, vestuário, moradia) deveriam ter sua produção e distribuição determinadas pela comunidade. E cita também a italiana Paola Bonora: “o que conta é a existência de um projeto coletivo enraizado num território como lugar de vida em comum e que, portanto, deve ser preservado e cuidado para o bem de todos” território este que representa o espaço de reconhecimento da identidade e da capacidade de ação coordenada e solidária.
- 9 Taibo (2010) agrega os benefícios da descentralização mencionando: o caso da energia, onde os grandes projetos subsidiados pelos governos costumam ter graves impactos ambientais, e cujos investimentos deveriam, sim, facilitar o desenvolvimento de energias renováveis de base local; o caso da saúde, que deveria ser muito mais descentralizada e baseada na prevenção e na medicina geral; e o caso da distribuição de mercadorias, pela qual a consolidação de grandes redes de longa distância está a dar cabo dos mercados locais. O autor lembra, junto a Latouche, que, para cada emprego precário gerado nas grandes redes comerciais, cinco empregos estáveis se perdem no pequeno comércio. Soma-se a isso os enormes impactos gerados pela produção e distribuição em larga escala, com destaque para a emissão de grandes quantidades de poluentes agravantes do efeito estufa.
- 10 Por outro lado, Mendras (1978, p. 29) argumenta que a concentração de serviços públicos – como rede de água e de eletricidade, escolas e hospitais – resulta em um menor custo, e que sua dispersão pode ser inviável do ponto de vista econômico. Contudo, uma descentralização de baixo custo pode perfeitamente ser alcançada, por exemplo, por meio de: poços, pequenas barragens e armazenamento de água da chuva; e da energia solar, eólica e pequenos geradores movidos a combustível vegetal. Da mesma forma, pode-se reduzir os custos de transporte com o estabelecimento de escolas e postos de saúde comunitários. A proximidade da escola ao “saber fazer” camponês não deve ser somente pedagógica, mas também física. Muitos dos problemas de saúde podem ser resolvidos com uma medicina preventiva e com fitoterápicos, na própria comunidade. Assim, o argumento em prol das concentrações urbanas só se sustenta pela questão dos custos em uma estrutura social, econômica e política já concentrada, e que deve ser combatida em um projeto decrescentista.
- 11 Ora, se a descentralização econômica, política e das infraestruturas adquirem tamanha importância na construção de uma sociedade do decrescimento, o que fazer com as cidades, principalmente as grandes, que concentram aproximadamente metade da população? Podemos, inicialmente, focar nossa análise sobre as metrópoles dos países do sul, como as do Brasil: São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Recife... Estas cidades e suas regiões metropolitanas crescem descontroladamente junto ao crescimento da economia, que privilegia um modelo agrário concentrador de terras, gerando um processo

permanente de êxodo rural e, conseqüentemente, o inchaço urbano e a imensa gama de problemas decorrentes. A pegada ecológica destas cidades é enorme, o que nos leva a concluir que elas são insustentáveis, ao menos do ponto de vista ecológico e energético. Não é difícil perceber que as concentrações de poder político, das atividades econômicas e o próprio processo de acumulação de capital estão intimamente ligados às concentrações humanas nestas aberrantes e caóticas cidades. Logo, um desejável processo de descentralização política e econômica também deveria vir acompanhado de um “êxodo urbano”, capaz de permitir uma qualidade de vida máxima e uma pegada ecológica mínima no meio rural, que seria *locus* de vida para uma parte muito maior da população.

- 12 É claro que tal processo não seria simples, e exigiria uma remodelagem profunda de nossos valores, conceitos e estilos de vida, de nossa economia e de nossos trabalhos, enfim, estaria atrelado aos cinco primeiros R propostos por Latouche (reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, realocar) e teria os outros três R (reduzir, reutilizar e reciclar) como consequência. Estamos falando de uma necessária *reforma agrária*, mas que não signifique somente uma redistribuição de terras, mas sim uma mudança radical de nossa sociedade, e que teria pelo menos dois referenciais imprescindíveis: o campesinato e a agroecologia.

Campesinato

- 13 Durante a maior parte da história da humanidade, predominaram os modos de vida e produção camponeses. Com o progressivo avanço do modelo urbano-industrial, a crença no “fim do campesinato” tornou-se amplamente difundida, tanto entre capitalistas quanto entre os socialistas. O que se tem observado, entretanto, é que, mesmo estando em uma situação desfavorável nas disputas políticas e econômicas contemporâneas, o campesinato resiste em grande parte do mundo, e ainda representa uma parte significativa da população, em especial nos países do Sul (Mendras, 1978; Lefebvre, 1986; Toledo, 1992; Wanderley, 2000; Ferreira, 2002; Sevilla-Guzmán & Molina, 2006).
- 14 O debate sobre as sociedades e comunidades camponesas é intenso e profícuo, e talvez suas especificidades regionais e temporais tornem improvável uma definição de campesinato universalmente aceita. Diversos autores, desde Chayanov (1981), destacam a natureza não capitalista da economia e do modo de vida camponês. Fernandes (2004) aponta o mercado capitalista como o espaço de destruição do campesinato, defendendo que os camponeses se definem, hoje, mais pela luta política contra o capital do que pela integração a ele. Para Boaventura de Souza Santos (2002), o campesinato encontra formas de cooperação, e por isso resiste dentro do capitalismo. Para o sociólogo rural Henri Mendras, o campesinato seria um “meio-termo” entre as sociedades “primitivas” (totalmente isoladas da sociedade global) e a sociedade urbano-industrial (totalmente dependente):
- A preocupação dominante do camponês é a perpetuação do sistema, a *manutenção* de seu gênero de vida e a continuidade de sua família, grupo doméstico e linhagem. (...) A outra face da economia camponesa é, precisamente, a sua participação em uma economia mais ampla, que a domina, contra a qual ela se protege e que procura também utilizar em seu proveito. (Mendras, 1978, p. 46)
- 15 Para efeito deste artigo, incluiremos sob a designação de camponeses também as sociedades ditas “indígenas”, “aborígenes” ou autóctones (ou “selvagens”, como diziam os antigos...). O completo isolamento de comunidades pertencentes a estas categorias já

praticamente inexistente no mundo, o que seria suficiente para caracterizá-las como camponesas. Não nos cabe aqui aprofundar esse debate, mas somente constatar que, independente de seu grau de autonomia ou de integração ao mundo externo, o mundo camponês é dinâmico, complexo e diverso, e está imerso em espaços interculturais que promovem a elaboração de modos de vida segundo *valores referenciais*, dos quais alguns podem ser destacados:

- Produção voltada prioritariamente à autossuficiência, o que confere uma relativa autonomia social e econômica frente à sociedade global;
 - Importância estrutural da família e da comunidade, onde a solidariedade e a reciprocidade desempenham papel fundamental na reprodução socioeconômica;
 - Sistemas poliprodutivos, onde cultivos agrobiodiversos são combinados com criações de animais e atividades não agrícolas;
 - Adaptação de suas culturas e modos de produção ao território e aos ecossistemas que ocupam (Mendras, 1978; Lefebvre, 1986; Wanderley, 1999; Neves, 2009).
- 16 Interessam-nos, aqui, destacar estes *valores referenciais*, como valores presentes em maior ou menor grau nas comunidades camponesas, e também em grande parte das sociedades humanas, mesmo as urbanas.
- 17 Nas décadas recentes, iniciou-se um processo de “redescoberta” do rural, suscitado especialmente pelo debate ambiental e por um certo “sentimento nostálgico” dos cidadãos. Estudos nas mais diversas áreas – como na sociologia rural e na etnoecologia – têm demonstrado o profundo conhecimento dos camponeses sobre seus ecossistemas e uma excepcional capacidade de implementar estratégias de vida sob condições adversas, com um mínimo de recursos materiais disponíveis (Alcorn, 1994; Toledo, 2000; Sevilla-Guzmán, 2001; Ferreira, 2002; Sillitoe, 2006; Neves, 2009). Tal “redescoberta” emerge como base potencial para se repensar a sociedade contemporânea, em especial as relações desta com os recursos naturais.
- 18 Os autores dedicados à reflexão sobre o decrescimento têm destacado propostas consonantes com os valores referenciais camponeses sobre os quais estamos falando. Latouche (2009), por exemplo, defende a necessidade de se restaurar a agricultura camponesa – mais local, sazonal, natural e tradicional possível. A autossuficiência alimentar em nível local é um dos pontos básicos em um projeto decrescentista, pois diminuiria substancialmente os gastos energéticos da produção e do transporte de alimentos, promovendo não só a segurança alimentar como também uma melhor qualidade de vida e interações sociais mais positivas (Latouche, 2009; Lynas, 2007 *apud* Taibo, 2010).
- 19 Taibo (2010), Latouche (2009) e Mendras (1978) destacam os trabalhos de Marshal Sahlins, que demonstraram que as sociedades “primitivas” do passado não eram miseráveis, e trabalhavam menos para obter uma relativa fartura de alimentos. Cabe aqui lembrar a importância de *reavaliar* e *reconceitualizar*: o conceito de pobreza comumente utilizado se refere muito mais à ausência de acumulação de bens materiais do que à qualidade de vida ou segurança alimentar. Viver com menos de dois dólares por dia pode definir uma família “pobre” no âmbito das Nações Unidas, mas há de se considerar a enorme diferença entre uma família urbana que depende exclusivamente do dinheiro para viver, e uma família rural com acesso digno à terra e água. Vale aqui também resgatarmos a obra de Albert Tévoédjrè (1978 *apud* Latouche, 2009), “Pobreza, a riqueza dos povos” (*La pauvreté, richesse des peuples*), que, não por acaso, propunha um retorno a autoprodução camponesa. Ademais, cabe realizarmos uma reflexão sobre *pobreza* tendo como referencial não as

classes médias e altas de hoje, mas sim projetando um futuro com crises agudas de energia, alimentos e água...

- 20 Por outro lado, conforme aponta Cacciari (2006 *apud* Taibo, *ibid*), as cidades costumam ser “lugares marcados pela exclusão, a inabitabilidade, o vazio das relações e a falta de sociabilidade”, enquanto no meio rural estão vivas relações humanas mais sólidas. Quem visita uma comunidade camponesa, em geral se admira com a hospitalidade das pessoas, que, por mais “pobres” que possam parecer, fazem quase sempre questão de oferecer algo de comer e de beber, e, se necessário, abrigo para dormir – mesmo que não se conheça aquele a quem se oferece. Tal atitude parece bastante difícil se mudarmos o cenário para as mansões dos bairros nobres das grandes cidades... O sentido de comunidade e a solidariedade, também presentes em meios populares urbanos, mas especialmente nítidos no meio camponês, será cada vez mais valioso em uma sociedade que se quer justa, sustentável e decrescentista. No caso do campesinato brasileiro, tais características já foram muito bem retratadas por autores como Antônio Cândido (1971), Maria Isaura de Queiroz (1976), Klaas Woortmann (1990), Maria Nazareth Wanderley (1999) e Carlos Brandão (2007).
- 21 Outra característica do campesinato de suma importância à sociedade do decrescimento é a escala. A *relocalização* de que trata Latouche (*ibid.*) diz respeito aos gastos energéticos e ao aproveitamento de matérias-primas dos processos produtivos. Se, por um lado, a agricultura industrial requer grandes quantidades de combustível, máquinas e logísticas de produção e distribuição altamente burocráticas, por outro lado, a agricultura camponesa sustentou a humanidade por milênios com base em um aproveitamento energético muito mais eficiente e uma lógica de distribuição mais simplificada. Devese reconhecer a importância exercida, neste caso, pela escala local. Chama atenção ainda o *reaproveitamento* de produtos verificados na agricultura camponesa – os restos de poda viram adubo para outras plantas; os restos de comida viram alimento de animais domésticos; a água suja da cozinha é direcionada às bananeiras etc. – em contraste com os inaceitáveis desperdícios do *agronegócio*, como as toneladas de alimentos que se perdem no transporte e na estocagem com fins especulativos. A escala local abriga ainda grande potencial de desenvolvimento tecnológico, afim de, por exemplo, atenuar penosidades do trabalho manual e maximizar o aproveitamento energético, como preconizado por Schumacher (1973), Dickson (1980) e outros. Se toda a tecnologia desenvolvida em função do modelo industrial tivesse sido direcionada aos circuitos curtos de produção e distribuição, provavelmente não estaríamos nessa situação insustentável...
- 22 É importante ressaltar que a escala de produção camponesa dificilmente sustentaria grandes aglomerações de pessoas não envolvidas diretamente em atividades ligadas à produção de alimentos, como as verificadas nas zonas urbanas. Durante milênios, o campesinato sustentou a humanidade, mas esta era, ela mesma, composta em sua maioria por camponeses. Portanto, um processo de “recamponesação”, conforme defende Carvalho (2010), seria imprescindível na construção de uma sociedade do decrescimento. Este processo de “volta às origens camponesas” não deve ser entendido como uma volta a um campesinato de outrora, mas sim como um processo de cultivar *valores referenciais camponeses*, por meio dos quais foi possível a humanidade se sustentar por tanto tempo. Um êxodo urbano, bem como um radical redirecionamento das atividades produtivas de grande parte da população – daquelas ligadas à *economia insustentável* àquelas ligadas diretamente à produção de bens essenciais, em especial alimentos – teriam papel estratégico neste processo. Uma menor parte da população, dedicada a atividades não

relacionadas aos alimentos, poderia ser sustentada pelos excedentes produtivos destes “novos camponeses”. Cabe ainda lembrar a importância do progressivo desenvolvimento de tecnologias de pequena escala que possibilitem produtividades satisfatórias com um esforço de trabalho cada vez menor.

- 23 A realocização não deve ser entendida como “um chamado a um retorno à opressão comunitária (...), e sim a um novo tramado orgânico do local” (Singleton *apud* Latouche, 2009, p. 63). A recomposição que defendemos também deve incluir valores comumente associados à modernidade “urbana”, como o respeito à diferença e às liberdades em diferentes níveis. O machismo, a homofobia e preconceitos em geral, encontrados em grande medida no interior e nas áreas rurais – mas também, diga-se, em metrópoles – devem ser combatidos nas formas cabíveis, assim como já vem ocorrendo nas lutas de diversos movimentos sociais tipicamente urbanos. No meio rural, merece destaque o movimento feminista – geralmente autoidentificado como grupos ou movimentos “de mulheres” (ver, p.ex., Via Campesina, 2002), dentre outros.
- 24 Outra característica camponesa que conflui às ideias decrescentistas diz respeito ao *tempo*. Ante a necessidade de “fazer frente ao culto à velocidade” (Taibo, 2010:91), não custa recordarmos nossas próprias experiências em áreas rurais ou pequenas cidades, onde nos surpreende a “falta de pressa” e a “lentidão” de seus habitantes. Analisada muitas vezes sob o preconceito dos moradores das metrópoles, que condenam a “preguiça” e o “ócio”, tal característica nos revela uma relação bastante distinta com o tempo e o trabalho, típica de camponeses. Não faltam afazeres na vida camponesa! – é importante enfatizar – e, se nos dedicássemos a contabilizar suas horas trabalhadas, provavelmente chegaríamos a valores superiores às oito horas diárias. A diferença principal reside no fato de que o camponês é muito mais “dono do próprio tempo” do que os cidadãos, e, por não ser refém do dinheiro, trabalha o suficiente para ter tempo livre. Tal constatação pode parecer simplista, e seguramente merece uma análise mais aprofundada. De todo modo, sabemos que um camponês nos recebe em sua casa a qualquer hora do dia, independente do que esteja fazendo naquele momento, pois nada parece tão urgente a ponto de comprometer a socialização e a solidariedade.
- 25 Poderíamos ainda relacionar outra característica, desejável em uma sociedade do decrescimento, ao modo de vida camponês: a simplicidade, que se quer “voluntária” para aqueles que a perderam ou nunca a tiveram, e que parece muito mais “natural” no campesinato. Tal simplicidade pode ser confundida com “pobreza”, e, de fato, existe o risco de cairmos no discurso da “ausência absoluta de demandas materiais” por parte das populações rurais. Não obstante, o atendimento a estas demandas deve estar intimamente relacionado à simplicidade intrínseca, e não ao “conforto” cidadão – que, para os camponeses, se aproxima muito mais do “luxo”. A estrutura material necessária a uma vida com sobriedade e austeridade deve se atrelar muito mais à saúde (notadamente a preventiva) e à qualidade de vida.

Campesinato e agroecologia

- 26 Uma bandeira cada vez mais atrelada aos movimentos camponeses do mundo, e também aos movimentos sociais e ecológicos urbanos, é a da *agroecologia*. Primeiramente, é importante reconhecermos que muito do que se preconiza no movimento agroecológico não é novidade na história agrícola mundial, pois se refere a práticas agrícolas e sociais muito próximas das historicamente presentes nas sociedades camponesas (Suzana Hecht,

2002 *apud* Moreira & Carmo, 2004). Não obstante, tal movimento está alicerçado em concepções sistêmicas e revolucionárias e na luta contra a agricultura “convencional”. Cabe esclarecer que o termo “convencional” é bastante inapropriado para se referir à agricultura industrial, altamente mecanizada e dependente de insumos químicos, pois, além desta agricultura não ter sido definida em uma “convenção”, ela é extremamente recente na história da humanidade-começou seu desenvolvimento no século XIX nos países do norte e só passou a se difundir para o resto do mundo na segunda metade do século XX. Assim, poderíamos assumir que ao menos as práticas agrícolas, sociais e econômicas do campesinato são, originalmente, agroecológicas, e que a inserção do debate mais amplo (político, cultural, econômico, social e ambiental), bem como a articulação com outras bandeiras e lutas sociais, compõem as bases do *movimento agroecológico* ao qual nos filiamos.

- 27 Hoje, são diversos os movimentos e expressões relacionados a uma agricultura ambientalmente mais “amigável” e à produção de alimentos mais saudáveis. Dentre eles, estão os da agricultura orgânica, da agricultura biodinâmica e da permacultura. Consideramos o conceito de agroecologia como o mais completo, pois apresenta uma forte inserção nos movimentos populares (em especial dos camponeses dos países do sul, v., p.ex., Via Campesina, 2011) e apresenta uma reflexão mais ampla sobre nosso modelo de sociedade e a luta de classes. Muito do que se apresenta hoje com o selo da “agricultura orgânica” nada mais é do que um *oportunismo de mercado*, levando a um maior controle do capital sobre os meios de produção e distribuição de alimentos e a uma elitização do consumo de alimentos saudáveis, concomitante a uma massificação do consumo de alimentos contaminados e de baixo teor nutritivo (v., p. ex., Marrero, 2003).
- 28 Existem diferentes definições de agroecologia, e, dentre elas, podemos identificar uma mais focada na ciência e na técnica:

La disciplina científica que enfoca el estudio de la agricultura desde una perspectiva ecológica [...] y se define como un marco teórico cuyo fin es analizar los procesos agrícolas de manera más amplia. El enfoque agroecológico considera a los ecosistemas agrícolas como las unidades fundamentales de estudio; y en estos sistemas, los ciclos minerales, las transformaciones de la energía, los procesos biológicos y las relaciones socioeconómicas son investigados y analizados como un todo. (Altieri, 2000, p. 14)

- 29 E outra mais “político-ideológica”:

Manejo ecológico de los recursos naturales a través de formas de acción social colectiva, que presentan alternativas al actual modelo de manejo industrial de los recursos naturales, mediante propuestas, surgidas de su potencial endógeno, que pretende un desarrollo participativo desde los ámbitos de la producción y circulación alternativa de sus productos, intentando establecer formas de producción y consumo que contribuyan a encarar la crisis ecológica y social, y con ello a enfrentarse al neoliberalismo y la globalización económica. (Guzmán, 2001, p. 12, grifos do autor)

- 30 Definir agroecologia somente como disciplina científica, como faz Altieri, não incorpora o fato de que diversos movimentos sociais de todo o mundo (como o MST e a Via Campesina) a adotaram como uma causa, uma bandeira. Estes movimentos provavelmente se identificam mais com a definição proposta por Guzmán. Não obstante, caberia acrescentar, a esta última, a possibilidade de a agroecologia ser encarada de uma forma mais ampla-não somente como *manejo*, mas também como *processo*, *iniciativa* ou mesmo *movimento*. Unificando os parâmetros estabelecidos por estes dois autores, poderíamos definir a agroecologia como uma *matriz de análise* sobre os diversos sistemas agrícolas do mundo, em uma perspectiva histórica, política, social, cultural, técnica, econômica,

ambiental e (por que não?) revolucionária, e que aponte à construção de uma sociedade justa e sustentável.

- 31 Alguns desses *parâmetros agroecológicos* confluem com ideias colocadas no debate sobre o decrescimento. Latouche (2009), por exemplo, afirma sobre a necessidade de se “passar de uma crença na dominação da natureza para a busca de uma inserção harmoniosa”; evitar os monocultivos e os agrotóxicos; preferir uma agricultura orgânica e adequada às estações; retornar dejetos à terra como fertilizantes; investir em coletores e reservatórios de água da chuva etc. Já Taibo (2010) defende que “há que propiciar a biodiversidade, a segurança alimentar e os regimes são” e, citando Yves Cochet, reforça que “uma alimentação que poupe mais energia seguiria, portanto, três orientações opostas às de hoje: seria mais local, mais sazonal e mais vegetariana”.
- 32 É claro que nem todos os camponeses podem ser, automaticamente, considerados agroecológicos – muitos deles, inclusive, passaram a utilizar insumos químicos e práticas ambientalmente inadequadas sob “orientação” de órgãos de assistência técnica. Ademais, algumas práticas tradicionais camponesas podem também ser identificadas como insustentáveis. Por outro lado, eventuais campos de produção agroecológicos de larga escala, atrelados a redes de distribuição de médio ou grande porte, são possíveis e podem ser desejáveis, de acordo com o contexto. Mas, neste caso, demandaria investimentos mais caros, uma organização mais hierárquica, além de maiores custos com combate a pragas e maquinário, e teria tendência a uma agrobiodiversidade menor e uma maior limitação de consórcios. O que argumentamos é que o modo de vida camponês já apresenta características mais favoráveis à agroecologia, e logo à sustentabilidade e à sociedade decrescentista: tecnologias de pequena escala, circuitos econômicos curtos, reaproveitamento de matérias-primas e de energia, solidariedade e reciprocidade.

Conclusões

- 33 Parece faltar uma análise mais fria, crua e consequente da realidade: o sistema capitalista é insustentável, e não há remédio para uma doença incurável. O capitalismo assemelha-se a uma bola de neve rolando montanha abaixo: cresce na medida em que anda, mas em algum momento haverá uma barreira intransponível, seu curso será detido e ela será despedaçada. As possíveis “reformas” ou adaptações propostas podem prolongar um pouco sua vida; porém, quanto maior a altura da queda, maior será o estrago.
- 34 Não devemos esperar soluções “mágicas” para os problemas que afligem nossa sociedade e nossa relação com o planeta. Contudo, não podemos nos abster de refletir sobre o vindouro “pós-capitalismo”, mirando no horizonte da sustentabilidade. Não podemos mais abaixar a cabeça para um sistema que, por definição, se baseia na expropriação do homem pelo homem, e na depleção dos recursos naturais, gerando irrefreáveis desigualdades socioeconômicas e tragédias ambientais.
- 35 Os autores dedicados ao decrescimento ainda se concentram na Europa, e, naturalmente, têm suas atenções voltadas especialmente aos países de industrialização e capitalismo avançados. Eles buscam discutir, também, a pertinência de um projeto decrescentista para os países ditos “subdesenvolvidos”. Não resta dúvida que as “receitas” aplicadas no Norte não servem ao Sul. Neste, há que se resolver problemas básicos relacionados à saúde, educação e saneamento – que o Norte já praticamente resolveu, mas que o simples crescimento econômico não resolve. Para Mendras (1978:17), a campesinização do

Terceiro Mundo é um dos fenômenos mais importantes do final do século XX”. Dessa forma, defendemos que, ao menos nos países do Sul, a principal oportunidade de encampar um projeto decrescentista reside exatamente na imensa população “pobre”, notadamente das áreas rurais – ou seja, que conserva valores camponeses.

- 36 Por abrigar a característica “ambígua” de uma relativa autonomia concomitante a uma relação dinâmica com a sociedade envolvente, o campesinato demonstra ter grande poder de adaptação e resistência, criando um espaço próprio dentro do capitalismo, e mantendo acesa a chama de uma sociedade não capitalista.
- 37 O campesinato tem, como valores referenciais, a diversidade agrícola, a solidariedade e os circuitos econômicos locais, ao invés da monocultura, competitividade e economia globalizada do capitalismo. Encontra-se disperso pelas mais diversas regiões do mundo – notadamente nos países do Sul – e, dessa forma, apresenta conhecimentos e potenciais para a criação de uma verdadeira sociedade descentralizada e adaptada aos ecossistemas. Os movimentos sociais camponeses têm, na agroecologia, uma de suas principais bandeiras, e reclamam não só os direitos de uma classe social, mas de toda a sociedade e da vida na Terra. Não se trata de idealizar as comunidades camponesas como portadoras inequívocas das características desejáveis a uma sociedade do decrescimento, mas sim de reconhecer a existência destas características e o potencial de fortalecimento das mesmas.
- 38 Grande parte dos esforços da sociedade e dos poderes públicos para eliminar a “pobreza” já é direcionada às populações rurais, baseados, porém, em um etnocentrismo onde o crescimento econômico e o mercado globalizado ainda são os parâmetros de riqueza. Se tais esforços passam a se basear na solidariedade, nas autossuficiências e nos cuidados ambientais, encontrarão nestas comunidades um grande potencial de fortalecimento destas características, e estarão contribuindo não somente para melhorar a vida destas comunidades, mas também de toda a sociedade.
- 39 Em uma sociedade do decrescimento, essa “recamponesação” torna-se desejável para as camadas pobres das populações rurais e também urbanas. Mas, o que dizer a respeito das classes médias? Deveriam elas também ser alvos de um projeto de “êxodo urbano”? Sabemos da enorme resistência que tal projeto causaria – quantos estariam dispostos a abrir mão dos *shoppings centers*? Mesmo assim, nos arriscamos a dizer que sim. A adequação dos estilos de vida a uma sociedade do decrescimento torna-se muito mais fácil em comunidades rurais. E, para isso, existem testemunhas: “neorrurais” de todo o mundo que demonstram ser possível viver com muito menos recursos financeiros e muito mais qualidade de vida. Este fenômeno de “êxodo urbano” e “neorruralização” das classes médias urbanas também poderia ser enquadrado no desejável processo de “recamponesação” da sociedade do decrescimento que almejamos.
- 40 É certo que muitas das ideias apresentadas aqui se referem a um horizonte utópico, que nos aponta uma direção, mas cujos caminhos possíveis suscitariam discussões de grande complexidade, as quais vão além do escopo deste trabalho. Afinal, nas palavras de Eduardo Galeano (1994, p. 310), a utopia “*está en el horizonte. Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. Para que sirve la utopia? Para eso sirve: para caminar*”.¹⁶⁸

BIBLIOGRAFIA

Referências

- ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. I. *Agroecología: teoría y práctica para una agricultura sustentable*. México, DF: Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente, Red de Formación Ambiental para América Latina y el Caribe, 2000.
- BOOKCHIN, M.; LIGURI, D.; STOWASSER, H. *La utopia es posible: experiencias posibles*. Buenos Aires: Tupac, 1997.
- BRANDÃO, C. R. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. *Ruris*, vol.1, no 1, 2007.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecología. *Agroecología e Desenvolvimento Rural Sustentável* (Porto Alegre), vol. 3, no 13, 2002.
- CARVALHO, H. M. Na sombra da imaginação: a recomponesação no Brasil. Curitiba, 2010 (mimeo).
- . De produtor rural familiar a camponês: a catarse necessária. Curitiba, 2009 (mimeo).
- CHAYANOV, A. V. *Sobre la teoría de los sistemas económicos no capitalistas*. México, DF: Siglo XXI, 1981.
- DICKSON, D. *Tecnología alternativa*. Madri: H. Blume, 1980.
- GALEANO, E. *Las palabras andantes*. México, DF: Siglo XXI, 1994.
- GARCÍA, L. Elementos de agroecología. La Habana: Curso Agroecología y Agricultura Sostenible, CLADES, CEAS-ISCAH, 1996.
- GIDDENS, A. *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Presença, 2000.
- GOLDSMITH, E. Towards the stable society: strategy for change. *The Ecologist*, vol. 2, no 1, 1972.
- GUZMÁN, E. S. Bases sociológicas de la agroecología. Encontro Internacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (CD ROM), Botucatu, FCA/UNESP, 2001.
- LATOUCHE, S. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- LEFEBVRE, H. Perspectivas da sociologia rural: a comunidade camponesa e seus problemas histórico-sociológicos. In: MARTINS, J. S. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARRERO, C. R. Alimentos corporgánicos. Porto Rico: Centro de Medios Independientes de Puerto Rico, 2003.
- MARTÍNEZ-ALIER, J. Decrecimiento económico socialmente sustentável. In: CLEVELAND, C. J. (ed.). *Encyclopedia of earth*. Washington, D. C.: Environmental Information Coalition, National Council for Science and the Environment, 2009.
- MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MOREIRA, R. M. M.; CARMO, M. S. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. *Agricultura em São Paulo*, vol. 51, no 2, pp. 37-56, 2004

- QUEIROZ, M. I. P. de. *Campesinato brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- RAYNAUD, J.-M.; NOËL, R. Viva a comuna! In: BOOKCHIN, M.; BOINO, P.; ENCKELL, M. (orgs.) *O bairro, a comuna, a cidade... espaços libertários!* São Paulo: Imaginário, 2003.
- SANTOS, B. de S. (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SCHUMACHER, E. F. *O negócio é ser pequeno (Small is beautiful)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- SEVILLA-GUZMÁN, E. *Bases sociológicas de la agroecología*. Botucatu: UNESP, 2001.
- ; MOLINA, M. G. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- SPAARGAREN, G. Ecological modernization theory and the changing discourse on environment and modernity. In: SPA ARGAREN, G.; MOL, A. P. J.; BUTTEL, F. H. (eds.). *Environment and global modernity*. Londres: Sage, 2000.
- TAIBO, C. *Decrescimento, crise, capitalismo*. S/l: Estaleiro, 2010.
- VIA CAMPESINA. Proposals of Via Campesina for sustainable, farmer based agricultural production. Joanesburgo, 2002.
- . Peasant seeds: dignity, culture and life – farmers in resistance to defend their right to peasant seeds (Bali Seed Declaration). Bali, 2011.
- WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999
- WOORTMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. In: *Anuário Antropológico/87*. Brasília/Rio de Janeiro, Ed. da UnB/Tempo Brasileiro, pp. 11-73, 1990.

NOTAS

168. Nossos agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

AUTORES

IGOR S. H. DE CARVALHO

Biólogo e Mestre em Política e Gestão Ambiental pela Universidade de Brasília, doutorando no programa Ambiente e Sociedade da Universidade de Campinas. Trabalha com Agroecologia e Agroextrativismo, especialmente com comunidades rurais do bioma Cerrado. Já atuou em organizações como o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) e o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM). Atualmente é bolsista de doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). E-mail: igorshc@yahoo.com

ALAN BOCCATO FRANCO

Formado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de São Carlos, é especialista em Programa Nacional de Reforma Agrária e Assentamentos pela Universidade Federal de Lavras. É servidor do Ministério do Meio Ambiente, onde atua com políticas para viabilizar as atividades produtivas dos Povos e Comunidades Tradicionais que vivem nas florestas brasileiras.

Atualmente está cursando mestrado no Programa de Pósgraduação em Desenvolvimento Sustentável, no Centro de Desenvolvimento Sustentável-CDS da Universidade de Brasília – UnB, onde está desenvolvendo dissertação a respeito do decrescimento. E-mail: alanbocato@gmail.com

A bionação: o marco político do decrescimento

Santiago Vilanova

Tradução : Leonardo Milani

Análise crítica do papel dos partidos verdes pró-Estado. Proposta para um debate no âmbito dos movimentos alternativos e de libertação

- 1 Em suas propostas programáticas, o movimento ecopacifista internacional e os partidos verdes, braço direito desse movimento, esqueceram qual é o quadro político ideal para concretizar seu projeto de sociedade. Presenciei o surgimento da Internacional Verde e a fundação dos Verdes Europeus (*The European Greens*) e, em todos os debates, essa questão tão transcendental era preterida. Aqueles de nós que criaram um partido verde com raízes em nossa cultura e nacionalidade, como foi o caso do *Alternativa Verda*, na Catalunha, tentavam em vão convencer os líderes ecologistas, especialmente alemães e franceses, a estruturar o movimento político em torno de suas respectivas regiões e nacionalidades. O Estado-nação tal qual se encontra constituído desde o século XIX, com seu Exército e sua visão econômica centralizada, é uma estrutura obsoleta e contraditória que vai de encontro a nossos ideais. Defender um “Estado ecológico”, do mesmo modo que aconteceu com o conceito de “crescimento sustentável”, é um oximoro, uma antinomia política. Contudo, os primórdios da ecologia política na Europa acabaram sendo dominados por dissidentes da socialdemocracia e do comunismo, que, sendo radicalmente antinucleares, continuavam acreditando ser possível subverter o sistema econômico e energético a partir de dentro da estrutura do Estado.
- 2 A única líder com quem consegui dialogar sobre essa questão foi Petra Kelly, cuja morte, em 19 de outubro de 1992, junto com seu amigo Gert Bastian, permanecerá um mistério. Segundo o laudo pericial, Gert teria assassinado Petra e depois se suicidado, explicação que nunca me convenceu, pois sempre suspeitei que se tratara de um assassinato cometido pela Stasi, a temível polícia secreta da Alemanha Oriental. Petra tinha

deflagrado uma campanha de denúncia contra o tráfico de material radiativo promovido por uma organização mafiosa do Leste.

- 3 A líder ecologista e pró-unificação europeia defendia a ideia de uma organização da ecologia política não por Estados, que são criados artificialmente por meio de conflitos bélicos e de intervenção militar, mas por regiões naturais e culturais. Enquanto foi líder do Partido Verde alemão (*Die Grünen*), Petra foi uma aliada. Graças a isso, em 1985, pudemos apresentar um relatório ao grupo Grael (*Green Alternative European Link*) do Parlamento Europeu sobre o conceito de biorregião, sugerindo formas de acolher a internacional verde dos partidos ecorregionalistas. No entanto, esse relatório não teve nenhuma repercussão entre os eurodeputados verdes.
- 4 Como ambientalistas catalães – colonizados e oprimidos pelo Estado espanhol, herdeiro do que foi o domínio da coroa espanhola sobre a coroa catalã-aragonesa desde o século XIV –, ainda não conseguimos entender o porquê da grande resistência em aceitar esse oximoro político. Como é possível ao mesmo tempo denunciar o complexo militar-industrial, a energia atômica, o conceito de Produto Nacional Bruto e a centralização energética e continuar organizando a ecologia política por meio das estruturas estatais?
- 5 No entanto, com os anos, os partidos verdes passaram a se orgulhar de ter integrado equipes de governo e até mesmo de ter permitido que seus ministros aceitassem a invasão de Kosovo e do Afeganistão pelas tropas da OTAN, como foi o caso de Joska Fisher, que assumiu o Ministério de Relações Exteriores alemão com o apoio da Casa Branca, à época ocupada por Bill Clinton.
- 6 Os partidos verdes fizeram progressos, não há dúvida disso, graças ao apoio de um eleitorado fiel e cada vez mais numeroso; mas também aceitando engrossar a máquina do Estado-nação com sua presença na esfera pública. Sempre achei um tanto quanto patético líderes verdes franceses ou alemães defendendo até a morte seu Estado e sua bandeira. Estados cada vez mais inquisitoriais, injustos e contrários a uma verdadeira economia ecológica. Que estranho conceito de patriotismo! Ora, o patriotismo pró-Estado não é uma forma de apoio ao desenvolvimentismo? Nas últimas décadas, não houve um líder ecorregionalista sequer para conseguir atrair a atenção da mídia nacional e internacional. Para os meios de comunicação, os verdes de Flandres, da Alsácia, do País Basco, da Occitânia e da Catalunha simplesmente não existem. A dominação política dos verdes pró-Estado tem sido hostil e nada solidária com os ecorregionalistas. Estonianos, lituanos e letões só puderam ingressar na Verde Internacional depois da criação de seus novos Estados, surgidos com a desintegração da URSS.
- 7 O Partido Verde Europeu, a cuja constituição assisti em Roma, acabaria se estruturando por Estados e se recusando a aceitar qualquer proposta que incluísse a presença autônoma de partidos verdes ligados a nações sem Estado.
- 8 Devo dizer que esse foi um erro que, ao invés de fortalecer a unidade da ecologia política no mundo, a está enfraquecendo, uma vez que a sinergia das estruturas do Estado está levando o ecologismo a entrar em sérias contradições e a assumir dinâmicas políticas reformistas semelhantes àquelas implantadas pela socialdemocracia e pelo liberalismo. Se seguirmos a estratégia de Daniel Cohn-Bendit, o famoso “Dany, o Vermelho” da Paris de maio de 68, veremos nos próximos anos a opção verde se apresentando nas disputas eleitorais como sucessora do socialismo francês e alemão.
- 9 Nenhuma das teorias esboçadas por nossos mais notórios pensadores (Leopold Kohr, Ivan Illich, Fritz Schumacher, Murray Bookchin, Lewis Mumford, Nicholas Georgescu-Roegen,

Bernard Charbonneau, Edward Goldsmith, Jacques Ellul, Petra Kelly, Kirkpatrick Sale, Starhawk, Vandana Shiva,...) defendia que a práxis política do ecologismo deveria traduzir-se em defesa do Estado-nação, guardião do industrialismo, do militarismo e do produtivismo. Como podemos aceitar fazer parte de parlamentos nacionais que continuam medindo o progresso por meio de indicadores como o PIB, que não internaliza os custos ecológicos, culturais e da degradação da qualidade de vida gerados pelo crescimento? Ser-nos-á dito que é preciso avançar lentamente, aproveitando as estruturas do poder para sermos ouvidos. Mas já se foram muitas décadas e nada de o progresso chegar.

- 10 As décadas foram passando e enquanto assistíamos às grandes corporações industriais se tingirem de verde e se autoproclamarem sustentáveis, a ecologia política ficou encaçada nos parlamentos e nas dinâmicas eleitorais. O movimento verde continua se organizando por Estados, sem perceber o movimento cada vez mais amplo e transversal que vem surgindo no planeta, que reivindica uma atuação política ecologista no contexto bionacional ou de ecorregião. A esse movimento dos *objecteurs de croissance* somam-se os defensores das culturas autóctones ameaçadas pela globalização e os que pregam uma economia baseada na descentralização e na autogestão. Ou reagimos nos próximos anos ou a ecologia política correrá o risco de morrer de sucesso, isto é, fagocitada pelas regalias oferecidas aos líderes verdes que têm acesso aos cargos privilegiados do poder público.

O que vem a ser a bionação?

- 11 Se nos debruçarmos sobre o significado das palavras “bio” e “nação”, encontraremos as raízes da ecologia humana. “Bio” vem do grego antigo e se refere a vida. Nação vem do latim “natio”, derivado de “nascor”, que significa nascer, nascimento, local de nascimento, e que traz em si o conceito de liberdade e autossuficiência. A palavra natureza tem a mesma origem: provém do latim “natura”, que por sua vez derivou do participio do verbo “nascere” (nascer). Região também tem sua origem no latim: “regio-regere”, território a ser governado, que seria o termo administrativo para a metrópole romana, em contraposição a província (“*provinciae*”). ou território conquistado pelo império (e anexado à “*pax romana*”).
- 12 Nós, ambientalistas, que defendemos uma atuação estreitamente ligada ao território, consideramos o termo *bionação* preferível a *ecorregião*, já que região é uma estrutura administrativa pertencente e dominada pelo Estado, uma equivalência política herdada etimologicamente do império romano. Bionação seria, assim, um termo mais ecológico para definir o território onde se exerce a atuação ecologista e onde ocorre a participação democrática a serviço de uma visão holística do mundo, e não antropocêntrica, como a que rege o conceito do Estado contemporâneo.
- 13 A bionação oferece um novo olhar sobre o território e sua organização política e social. Definidas por seus sistemas naturais, cultura, língua e história, as bionações estão presentes em todos os Estados artificiais, porém ocultas e dominadas. Já visitei Estados imensos, como Rússia e Brasil, e pude constatar que o sentimento pátrio é uma imposição à maioria dos habitantes, que deveriam estar integrados em uma confederação de bionações. Os buriatos, por exemplo, não se sentem parte da Rússia e reivindicam uma bionação junto ao lago Baikal.

- 14 Apesar do êxito alcançado pela candidata à presidência Marina Silva, líder do Partido Verde brasileiro (quase vinte milhões de votos contabilizados no primeiro turno), seu discurso pautado na padronização e o estadismo é contraditório com as brutais desigualdades econômicas e culturais entre as regiões Norte e Sul do Brasil. A bacia do rio Xingu, habitada por dezenas de tribos hoje ameaçadas pela megabarragem de Belo Monte, é uma bionação que em nada se parece com o estado de Santa Catarina, na região Sul, com um elevado índice de desenvolvimento e uma população de origem predominantemente alemã. O mesmo poderia ser dito dos Estados Unidos, entre as regiões Leste e Oeste ou Norte e Sul.
- 15 O movimento biorregionalista da Califórnia, estimulado por publicações como “Coevolution” e “Planet Drum”, segue essa linha ideológica, que, ironicamente, não é partilhada pelo Green Party norte-americano.
- 16 Em agosto de 1988, a Alternativa Verde, nossa organização, participou do terceiro Congresso Bioregional Norte-Americano, onde foi representada por Josep Puig, ligado a Eurosolar e fundador do Grupo de Cientistas e Técnicos por um Futuro Não Nuclear, que proferiu uma palestra que defendia as características das bionações mediterrâneas, como é o caso da Catalunha.
- 17 O que fundamenta nossa tese é que nossa bionação foi determinada pela climatologia, fisiografia, geografia dos animais e plantas que nela vivem, assim como por sua história natural e por influência de outras ciências naturais descritivas. Mas o que a fundamenta mesmo, são as pessoas que ali viveram e hoje vivem, a consciência de que sua identidade cultural está profundamente ligada ao território. Sem essa consciência ecológica e esse profundo sentimento cultural, não é possível definir ou administrar uma bionação. Essa essência do bionacionalismo ou biorregionalismo se encontra resumida no ensaio de Fritz Schumacher (1988), na seguinte afirmação: “Todo nosso modo de vida está implícito na maneira como tratamos a Terra”.
- 18 Outro aspecto do movimento bionacionalista é a vinculação do projeto político com o desenvolvimento das energias renováveis. O território definido como bionação tem de ser o mais autossuficiente possível do ponto de vista energético, o que requer valorizar profundamente os recursos naturais e energéticos renováveis que nele estão disponíveis e planejar sua exploração e aproveitamento com base nessa realidade. Em 1980, Peter Berg, um dos promovedores do biorregionalismo na Califórnia e a alma da Planet Drum Foundation, publicou um texto seminal desta estratégia: “Energia renovável e biorregião: um novo contexto para as políticas públicas” (tradução do autor). Nesse estado, o planejamento energético biorregional foi promovido na década de setenta pelo então governador Jerry Brown e pode ter hoje uma nova possibilidade de ser retomada, com sua recente eleição, aos 72 anos de idade, para o cargo de governador nas últimas eleições norte-americanas.
- 19 O bioregionalismo também surgiu com força na América Latina, graças à fértil relação entre os movimentos indigenistas – que mantêm suas culturas holísticas intimamente ligadas à natureza e seu território – e as organizações ecologistas. Em 1996, o Congresso biorregional de Tepetztlán (Turtle Island Bioregional Congress) marcou o encontro entre biorregionalistas das Américas anglo-saxônica, latina e indígena.
- 20 Nossa organização esteve presente em vários congressos biorregionais das Américas. Tivemos a oportunidade de confirmar essas aspirações bionacionais em nosso simpósio *Uma Só Terra*, do qual participaram personalidades como Marcos Terena, presidente do

Comitê Intertribal do Brasil e coordenador da Conferência Mundial dos Povos Indígenas, realizada durante a Eco-92, e Carolina Manque, cofundadora da Aukinko Zomo (a voz das mulheres mapuche), que denunciou as agressões à bionação de Bio Bio, ameaçada pela barragem de Ralco, obra que foi executada pela empresa de eletricidade espanhola Endesa (hoje propriedade da multinacional italiana Enel).

- 21 Essa nova forma alternativa e participativa de formular a futura organização da sociedade também está conquistando espaço na Europa. Na Itália, por exemplo, está em funcionamento uma rede biorregionalista que se apoia no movimento de bioarquitetura e do autonomismo político. Talvez ainda estejamos longe de ver estas novas realidades de organização da sociedade se configurarem, mas, como verdadeiros ecologistas, temos o dever de trabalhar para alcançar esse propósito. Neste sentido, contamos com a ajuda da crise econômica e da descrença da população com o Estado e seus governantes, incapazes de mudar o rumo de uma economia à deriva.

Bionação e decrescimento

- 22 A crítica radical que se faz ao crescimento ilimitado e à sociedade de consumo foi insuflada pelos entropistas, entre eles o romeno Nicholas Georgescu-Roegen (2006), que propôs o decrescimento como alternativa ao desenvolvimento sustentável que descreveu, de forma muito irônica, como uma “bela canção de ninar”.
- 23 Na Europa, e também na Catalunha, dedicamos nossos primeiros encontros a analisar o tipo de sinergia que poderia existir entre decrescimento e bionação. Em todos eles estiveram presentes representantes do MAUSS (Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais), seguidores das teorias decrescentistas de Cornelius Castoriadis, como Serge Latouche (2006; 2010). Nos encontros realizados em Barcelona, em 2006, e na Abadia de Sant Miquel de Cuixà, em 2008, os participantes chegaram a um consenso quanto ao significado de bionação ou biorregião: trata-se de espaços territoriais adequados à prática do decrescimento (Vilanova, 2008).
- 24 Ivan Illich (2008), com sua extraordinária obra crítica contra a sociedade industrial e o produtivismo, defende a cultura vernácula como sendo a mais adequada para entender e defender a visão holística do mundo. A paz popular” é o oposto da “*pax oeconomica*”: esta promove a agressão ao meio ambiente; aquela, administrada por meio da bionação, garante a subsistência e o direito ao meio ambiente. É por esse motivo que o Estado-nação, tal qual funciona hoje – em cumplicidade com o capitalismo financeiro, não é capaz de encontrar uma solução para a crise econômica, social, política e ecológica que assevera no mundo. Os Estados socorreram os bancos em crise com cifras seis vezes superiores à demanda de ajuda ambiental proposta na Conferência sobre Mudanças Climáticas de Copenhague.
- 25 Enquanto a especulação financeira domina o mercado de compra e venda de direitos de poluir, os Estados se revelam impotentes para frear as emissões de CO₂. A cada dia que passa, fica mais evidente que os movimentos antiglobalização, ecologista, de libertação das culturas oprimidas, do decrescimento do consumo e da economia justa não têm lugar nas estruturas do Estado. Se os Partidos Verdes continuarem agindo como o vêm fazendo, correm o risco de ser engolidos e neutralizados, o que atrasaria em décadas o processo de regeneração política e democrática.

- 26 Desde 1989, ano em que organizamos o primeiro Simpósio Internacional *Uma Só Terra* (nossa associação porta o nome do primeiro relatório sobre o estado do planeta, *Only One Earth*, redigido por Barbara Ward e René Dubos, em 1972), mais de cem palestrantes foram convidados, entre eles vários ganhadores do Right Livelihood Award (considerado o Prêmio Nobel Alternativo), como Vandana Shiva, Wangari Maathai, Edward Goldsmith, José Lutzenberger (o ex-ministro do meio ambiente do Brasil que, desiludido com a burocracia, renunciou ao cargo, e promotor da Fundação Gaia). Em sua maioria, duvidavam que as alternativas ambientais e energéticas poderiam se desenvolver plena e eticamente no contexto de um Estado-nação tradicional. Esta talvez seja uma mensagem dura e difícil, especialmente para aqueles grupos e movimentos alternativos que muitas vezes dependem de recursos públicos para sobreviver, mas é a realidade nua e crua, que não pode ser mascarada pelo sucesso eleitoral dos partidos verdes e pelos generosos salários e benesses que desfrutam.
- 27 Para dar forma à bionação e desenvolver o decrescimento, é necessário que se criem estruturas económicas alternativas que viabilizem nosso projeto: nas cidades, começando pelos bairros mais conscientizados e pobres; no campo, agrupando povoados e aldeias; no litoral, reunindo comunidades de pescadores afetadas pelo impacto das mudanças climáticas; nas escolas e universidades, propondo o debate e a assistência intelectual e técnica.
- 28 O movimento crítico contra o crescimento e o desenvolvimento impulsionados desde o Plano Marshal no continente europeu e desde o tratado de Bretton Woods, de 1944 - que criou o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial e estabeleceu o padrão-ouro - tem que buscar seriamente uma alternativa aos Estados antes que uma catástrofe universal inviabilize a sobrevivência da espécie humana. O acelerado ritmo de avanço da degradação, decorrente de um desenvolvimento tecnológico desenfreado e desgovernado, como previsto por Ivan Illich, não permite trégua para as estratégias reformistas (liberais, conservadoras e socialistas).
- 29 Os desequilíbrios globais, o ritmo de extinção de vagas de emprego nos países industrializados e uma crescente demografia da miséria e da fome nos levam a pensar que o que estamos vivendo não é uma crise cíclica, como a causada pelo sistema económico mundial no passado, mas sim que Gaia se revoltou e, depois de décadas de advertências, ameaça expulsar nos do paraíso. Mas há quem queira continuar a desfrutar dos prazeres da vida e a usufruir dos bens proporcionados pela Natureza, pela cultura, pela arte e pela música, frutos da criatividade humana; e nós queremos defender a vida e optamos, para torná-la “vivível”, por um consumo responsável - e até mesmo por retornar aos níveis da década de sessenta. Outros, porém, querem continuar consumindo de maneira desregrada, gozando bens artificiais e saqueando recursos naturais. O conflito vai além dos conceitos tradicionais de esquerda e direita.
- 30 Ou aceitamos de uma vez uma sociedade orwelliana, centralizada, robotizada e alienada pelas novas tecnologias da comunicação e pelas megacorporações industriais e energéticas, ou lutamos pela sua regeneração, por uma coexistência definitivamente harmoniosa com Gaia. Eis o dilema, e eis a opção. No entanto, confrontados com a extrema urgência desse debate não podemos nos esquecer da gestão política do território. Enquanto, para os partidários do crescimento, os Estados-nação são sua fiel infantaria, para os partidários do decrescimento não há outra alternativa senão promover a Europa dos Povos e as bionações das Américas. Existem exemplos que se aproximam dessa utopia nos quais podemos nos inspirar, como o do Butão. Neste país budista, situado na

cordilheira do Himalaia, o conceito de Produto Interno Bruto foi substituído pelo de Felicidade Interior Bruta (Felicidade Interior Limpa talvez fosse mais adequado). No Butão, a felicidade de seus habitantes é medida a partir de quatro conceitos: um desenvolvimento socioeconômico ecológico e equitativo; a preservação da cultura; o respeito ao meio ambiente e a conscientização ambiental e um bom governo. Se avaliássemos o progresso e o desenvolvimento humano desta forma, descobriríamos que, paradoxalmente, os países mais ricos e industrializados são os menos felizes. Por outro lado, as regiões mais pobres, mas que tiveram um maior cuidado com seus recursos naturais e que preservaram suas tradições adaptando-as às tecnologias modernas, seriam as mais saudáveis, contando maior esperança e satisfação de vida. Algumas delas, com características de bionação, abandonadas pelo “progresso” vêm há anos aplicando um decrescimento consciente que as torna discretamente felizes.

Um relatório pioneiro sobre a Europa das ecorregiões

- 31 Em 1985, por iniciativa do partido verde alemão (Die Grünen), de Alfred Horn, um de seus líderes que coordenava a política regional, e de Petra Kelly, preparamos o relatório denominado *O futuro das ecorregiões europeias*. Hoje, 26 anos depois, acredito que reproduzir nestas páginas a introdução do relatório pode ter alguma utilidade pedagógica, para os leitores da América Latina. Nem o Partido Verde Europeu, nem o Grupo Verde no Parlamento Europeu e nem qualquer partido verde de caráter estatal chegou a se interessar por esta proposta que, para os biorregionalistas/bionacionalistas e decrescentistas, ilustra o caminho a ser seguido.
- 32 A seguir transcrevo as reflexões fundamentais contidas na introdução. O relatório terminava com uma série de propostas de estudo que objetivavam definir a estrutura e organização política das ecorregiões europeias, o tipo de democracia a ser adotado e a forma de se financiarem com seus próprios recursos. Com a experiência adquirida ao longo de quase três décadas de ecologia política na Europa, algumas propostas e reflexões teriam que ser reformuladas, entre elas a substituição do conceito de “ecorregião” pelo de “bionação”. Em todo caso, parece-me uma contribuição que irá estimular o debate proposto neste livro.

O movimento ecologista nasceu como uma resposta ao modelo de desenvolvimento produtivista promovido por conservadores, liberais e socialistas. Tal modelo de crescimento, consolidado ao longo dos últimos quarenta anos, a partir do acordo de Bretton Woods, constitui a base do atual complexo militar-industrial. Os mecanismos concebidos para reativar a economia enfraqueceram a democracia e continuaram gerando fome e miséria no Terceiro Mundo. O crescimento das forças produtivas no qual apostou o movimento operário do início do século XX para alcançar a libertação não erradicou a injustiça social, nem propiciou o controle democrático da finalidade da produção. As tecnologias e a pesquisa científica (a física das partículas fundamentais, os megaprojetos tecnológicos como o LEP – grande colisor de elétrons e pósitrons – do CERN, em Genebra, os experimentos atômicos em laboratório, os organismos geneticamente modificados) (...) continuam dependendo de um modelo de produção que conduziu ao poder uma minoria tecnocrata que passou a decidir pela maioria da população como se deve viver, consumir e trabalhar, sem nenhum controle democrático [...].

A escalada do gigantismo industrial e da centralização energética atingiu um limiar que dificilmente poderá ser revertido se a filosofia dominante não mudar seus paradigmas. Os ministros de economia dos Estados-nação, do mesmo modo que os conselhos de administração das grandes corporações, desprezam os princípios da

termodinâmica e as demais leis que regem a natureza. A contínua expansão da tecnosfera acarretou uma recessão da biosfera, que se traduz nos distúrbios climáticos que se avizinham. A destruição de áreas úmidas, a poluição das águas e do solo e o acúmulo alarmante de substâncias tóxicas (centenas de novos compostos químicos são introduzidas no meio ambiente a cada mês sem que conheçamos seus possíveis efeitos à saúde), especialmente a radioatividade artificial nas cadeias alimentares, são produto dessa economia destrutiva dinamizada pelos Estados. Mesmo que não existisse o risco das mudanças climáticas – que é uma realidade científica, essa degradação ecológica seria, por si só, motivo para igual preocupação. Os relatórios críticos publicados por pesquisadores e especialistas nas décadas de setenta e oitenta, como o relatório do Clube de Roma sobre os limites do crescimento, caíram no esquecimento [...].

Mas os ecologistas e as organizações e associações alternativas estão cientes de que essa situação não irá mudar a menos que um novo caminho vá se materializando, baseado na evolução das formas de convívio, a menos que apenas produtos úteis, necessários e sustentáveis sejam fabricados, a menos que se opte pelas fontes renováveis de energia para a geração de frio-calor, a menos que se economize energia e se promova a agricultura biológica. Em suma, é preciso desenvolver um conhecimento científico e uma cultura cuja finalidade seja colaborar com a natureza, respeitando suas leis e protegendo-nos de sua ira. O ecologismo representa a base revolucionária e contracultural necessária para alterar o paradigma do progresso. Diante do poder dos Estados-nação, com suas escolas, seus exércitos e seus sistemas de controle, é preciso contrapor uma sociedade alternativa que tenha origem territorial, cuja ação ecológica seja local, regional ou nacional [...].

Essas palavras terão diferentes interpretações conforme a ideologia de quem as usar, especialmente se se tratar de ideologias de caráter estatal. Para alguns federalistas, a palavra e o conceito de região são essencialmente progressistas e descentralizadores em relação ao Estado jacobino e autoritário. Para outros, como os ecologistas, a região pressupõe um povo e uma cultura subordinados a um Estado centralizado. Por exemplo, as Comunidades Autônomas, enquanto Estado, segundo a definição da constituição espanhola, não passam de mera descentralização administrativa, o que impede que nações históricas, como a Catalunha e o País Basco, exerçam sua autodeterminação. Contudo, quando o pensador e filósofo Denis de Rougemont se referia à Europa das Regiões, o que tinha em mente era uma ideia confederativa e libertária, que poderia coincidir com o conceito de eконаção ou ecorregião defendido pelos ecologistas.

Para as comunidades oprimidas, os termos nação, minoria nacional ou nação sem Estado fazem mais sentido do que considerar-se a si mesmas regiões, e foram reagrupados pelo economista e cientista político Riccardo Petrella (1978), Secretário-geral do Comitê Internacional para o Contrato Mundial da Água, em seis definições. Assim, quando os ecologistas nacionalistas da Catalunha, País Basco, Flandres, Sardenha, Escócia, Baviera ou Occitânia defendem a ecorregião ou a eконаção, não vislumbramos a criação de um Estado-nação, com suas estruturas militares e centralizadas, embora haja, nesses países, organizações nacionalistas e independentistas que reivindicam tornar-se um Estado-nação, à imagem daquele que os saqueou fisicamente ou os colonizou.

A partir do século XVII, nação e Estado foram eleitos pelos poderes centralizadores para atender à sua vontade de unificação e uniformidade (fundamento da sociedade industrial), passando a considerar como regiões os espaços territoriais submissos. Assim, por exemplo, o modelo jacobino fez de Paris o centro nevrálgico de onde saía o fluxo da Razão, e Napoleão aboliu os poderes locais e a vida cívica das províncias-regiões e dividiu arbitrariamente o país em departamentos. O desenvolvimento das comunicações centralizadas propiciou e acelerou o processo de organização da indústria pesada, condição indispensável para a consolidação do poderio militar. O planejamento urbanístico das primeiras cidades estava mais direcionado para seus

sistemas de defesa do que para uma organização harmoniosa de sua relação com o entorno e da convivência entre seus habitantes.

Barry Commoner e Lewis Mumford nos indicaram, em seus tratados sobre energia e urbanismo, como o industrialismo e a militarização condicionaram a infraestrutura e os modos de vida nas cidades ao longo da história. Hoje, com as novas tecnologias da comunicação e as redes de transmissão de energia centralizadas, os Estados podem ser mais centralizados, enquanto mantém uma aparência de descentralização administrativa ao oferecer às regiões, comunidades autônomas ou *lânders* a possibilidade de constituir parlamentos democráticos e de administrar certos setores do desenvolvimento, com a condição de que concordem com sua ideologia de crescimento [...].

O sistema industrial e a globalização econômica resultantes dos movimentos migratórios e das mudanças radicais nos hábitos de consumo estorvam cada vez mais uma identificação cultural das nações sem Estado. O desaparecimento das línguas autóctones, subjugadas pelos idiomas globais dominantes (o inglês ou o espanhol hoje; amanhã, o chinês), constitui igualmente um fator de desestabilização, junto com a pilhagem dos recursos naturais e a desfiguração da paisagem (outro elemento fundamental da identidade de uma bionação que está sendo perdido).

A sociedade industrial e produtivista foi carcomendo gradativamente a identidade das ecorregiões, destruindo ecossistemas e impondo um modelo energético centralizado. Em alguns territórios do planeta, a desfiguração da paisagem foi tão profunda que seus habitantes acabaram não se identificando mais com ele [...].

- 33 Os ecologistas acrescentam ao conceito de nação (comunidade de seres humanos unidos pela mesma língua, história, economia e cultura) valores do campo da ecologia científica, que foi definida em 1866 por Ernst Haeckel, biólogo discípulo de Darwin, como “a economia da Natureza”. Com essa contribuição da ecologia, o conceito de biorregião, promovido inicialmente pela escola francesa do geógrafo Paul Vidal de La Blache, no início do século XX, beneficia de um conteúdo social e político que o aproxima das reivindicações territoriais contemporâneas. Vidal considerava que uma comunidade se desenvolve sobre uma região, o que pressupõe a infraestrutura oferecida pela natureza. O homem se adapta a essa região graças a um conjunto de técnicas, hábitos e costumes (gêneros de vida). Para Vidal, a geografia deveria dedicar-se ao estudo das regiões para assim compreender os gêneros de vida. Embora Vidal tenha acabado apoiando o expansionismo francês e a anexação do território de Alsácia-Lorena, sua definição de região já contemplava os parâmetros do conceito de biorregião ou da bionação.

Mensagem aos povos ameríndios

- 34 Lembro-me de ter escrito um artigo em 1983 para a revista *Mutantia*, dirigida pelo ecologista argentino Miguel Grinberg, clamando por um desenvolvimento ecológico na América Latina. Nele, advertia quanto ao risco que grandes corporações industriais e energéticas espanholas e europeias atuem como novos colonizadores sobre povos e futuras bionações, saqueando suas florestas, construindo grandes barragens, monopolizando o tratamento do lixo, o abastecimento de gás, água e energia.
- 35 Muitos dos movimentos de resistência e de libertação atuais surgiram da reação popular diante dessa modernização do colonialismo. O ecologismo, assim como o movimento internacional pelo decrescimento, não significa relegar estas populações ao subdesenvolvimento e à miséria e sim manter sua identidade cultural, suas línguas vernáculas, seus recursos, e cobrar de si mesmo um processo de autodeterminação para

tornar-se donos do nosso futuro. Estes movimentos deveriam aprender com nossa experiência, aprender como o desenvolvimentismo dos tempos de bonança nos conduziu a uma das crises mais sérias da história europeia, à destruição das classes médias e a um aumento alarmante da pobreza; uma pobreza que não é capaz de se autoabastecer, como o faz a pobreza de muitos povos latino-americanos, que ainda têm acesso ao território e sobrevivem do que este produz. A sociedade europeia moderna conseguiu terminar de separar a população de seu território. O processo de separação entre o homem e a natureza chegou ao ápice. O acesso à eletricidade, água e gás é centralizado e controlado por grandes companhias energéticas, as mesmas, ou suas sócias que tentam traçar uma estratégia monopolista nas grandes capitais americanas. Ivan Illich já nos indicava as nefastas consequências que esses monopólios radicais teriam para a libertação dos povos. Como evitar, entretanto, o avanço dessa dinâmica econômica tão perversa? Isso só será possível se continuar existindo uma rede solidária unindo a sociedade civil dos grandes centros de consumo e as populações rurais e indígenas; somente se surgirem organizações que levantem a bandeira da desobediência civil contra os Estados autoritários, tecnocráticos e corrompidos por essas corporações multinacionais. Essas questões também são tratadas por Serge Latouche em *Le réveil des Amérindiens: autre voie et autre voix* (2010), introdução a seu último ensaio para sair da sociedade de consumo.

- 36 Quando falamos do decrescimento, devemos pensar ao mesmo tempo em como introduzir esse conceito nas sociedades que reivindicam o direito de se desenvolver e superar o estado de pobreza e abandono de suas necessidades mais básicas: o direito à educação e à saúde. Poderá o Estado suprir essas demandas? Em contrapartida seu território terá de se sujeitar ao crescimento e ao desenvolvimentismo, cujos efeitos só serão sentidos dentro de várias gerações? Modernizar a miséria é o preço que essas sociedades terão de pagar para sobreviver?
- 37 Não há solução mágica para, a curto prazo, criar bionações que se apresentem como alternativas viáveis ao atual Estado-nação. O que há de certo é que da maneira como foram estruturadas a contabilidade e a economia dos Estados – e a vigilância-arbitragem a que são submetidos por instituições como o FMI, a OCDE ou o Banco Mundial –, os povos nunca chegarão a ser livres para criar uma economia ecológica. A esperança de uma regeneração democrática que salve o planeta de uma catástrofe anunciada pode nascer na América Latina.

BIBLIOGRAFIA

Referências

- GEORGESCU-ROEGEN, N. *La décroissance: entropie, écologie, économie*. Paris: Sang de la Terre, 2006.
- ILlich, I. *Obras completas*. México: Fondo de Cultura Económica, 2008.
- LATOUCHE, S. *Le pari de la décroissance*. Paris, Fayard, 2006.

—. *Sortir de la société de la consommation: voix et voies de la décroissance*. Paris: Les Liens qui Libèrent, 2010.

—. Le réveil des amérindiens: autre voie et autre voix. *Entropia*, no 9, pp. 84-96, 2010.

PETRELLA, R. *La renaissance des cultures régionales en Europe*. Paris: Entente, 1978.

SCHUMACHER, F. *O negócio é ser pequeno (Small is beautiful)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

VILANOVA, S. et al. *El decreixement per salvar la Terra*. Barcelona: Una Sola Terra, Diputació de Barcelona, 2008.

AUTORES

SANTIAGO VILANOVA

Jornalista, escritor e consultor ambiental. Co-fundador do partido ecologista *Els Verds-Alternativa Verda*, que faz parte da coalizão independentista *Solidaridad Catalana*. É presidente da associação *Una Sola Terra*. Foi diretor do *Diario de Barcelona* (1983-84) e muitas vezes candidato ecologista nas eleições para o Parlamento Catalã, Espanhol e Europeu. Apoiava desde o início o movimento a favor do decrescimento na Catalunia, cujos encontros foram reunidos no ensaio *Decreixement per salvar la Terra*. Em 1981 publicou a tese *L'econacionalisme. Una alternativa catalana dins una Europa ecològica* onde defende o conceito de bionação, que vincula os movimentos de liberação nacional com a economia da Natureza. E-mail: vilanova.santiago@hotmail.com

Georgescu-roegen e o desenvolvimento sustentável: diálogo ou anátema?¹⁶⁹

Andrei Cechin

Introdução

- 1 A legitimação da expressão desenvolvimento sustentável, na década de 1980, acabou negando a incompatibilidade entre o crescimento econômico contínuo e a conservação da natureza (Nobre & Amazonas, 2002). A definição de desenvolvimento sustentável é essencialmente política e vem ganhando força desde a divulgação do Relatório da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento¹⁷⁰ da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1987, que ficou conhecido como Relatório Brundtland. A expressão foi definida como “o desenvolvimento que garante atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas necessidades” (Brundtland, 1987).
- 2 Todavia, enxergar o desenvolvimento apenas como um processo de satisfação de necessidades restringe muito a dimensão do problema. É justamente por fugir do economicismo que o Nobel Amartya Sen (1999) procura mostrar que, antes de qualquer coisa, o desenvolvimento requer a remoção das principais fontes de privação de liberdade: a pobreza e a tirania, a carência de oportunidades econômicas e a destituição social sistemática, a negligência dos serviços públicos e a intolerância ou a interferência de Estados repressivos. Segundo Amartya Sen (*op. cit.*), o desenvolvimento é um processo de ampliação das liberdades humanas, ou seja, de expansão das escolhas que as pessoas têm para terem vidas plenas e criativas. O crescimento econômico é um meio nesse processo. Os benefícios do crescimento devem servir à ampliação de no mínimo quatro capacidades humanas mais elementares: ter vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar na vida da comunidade.

- 3 A questão do desenvolvimento sustentável, portanto, está relacionada à possibilidade de que as gerações futuras continuem o processo de expansão das liberdades (Sen, 2004). De um lado, a base material que possibilita o desenvolvimento não pode ser depredada de maneira míope. De outro, a liberdade de as gerações futuras usufruírem um ar limpo ou uma bela paisagem pode não ter nenhuma relação com satisfação de necessidades ou mesmo com o padrão de vida das sociedades.
- 4 O crescimento, no entanto, tem sido visto como um fim em si mesmo e reivindicado sem ser qualificado e sem que se perceba que sua medida oficial, o produto interno bruto (PIB), não é um bom indicador nem da própria riqueza. O PIB, como indicador de crescimento econômico, não esclarece o que cresceu, como cresceu e para quem foram os frutos do crescimento. Além disso, esse indicador não pode ser uma boa medida da riqueza, pois está relacionada a estoques, enquanto o PIB mede fluxos monetários. Isso significa que pode haver crescimento com diminuição da riqueza se esse crescimento ocorrer, por exemplo, a custa da depredação de florestas inteiras ou dos depósitos de petróleo que demoraram milhões de anos para se formarem (Viveret, 2006).
- 5 Por outro lado, a expressão salvar o planeta, bastante usada atualmente, revela uma visão equivocada do problema. O planeta continuará a existir por muito tempo após a extinção da espécie humana. Não é a Terra que está correndo perigo em razão dos atuais problemas ambientais, como o aquecimento global, a erosão da biodiversidade ou a escassez e degradação dos recursos hídricos. O que está em jogo é a possibilidade de a espécie humana evitar a aceleração de sua própria extinção que poderá ocorrer por causa da depredação dos ecossistemas vitais para ela.
- 6 A escala da crise ambiental foi esclarecida pelo paleontólogo Stephen Jay Gould (1990) que chamou a atenção para a impotência de o homem destruir o planeta. Os seres humanos são virtualmente impotentes em relação à Terra na sua própria escala geológica. Mesmo o mais radical dos cenários de aquecimento global seria mais frio que muitas épocas de um passado pré-humano. É possível que a espécie humana se destrua sim e que leve muitas outras espécies com ela, mas não que acabe com a vida na Terra. A escala de tempo da evolução e geologia do planeta Terra é da ordem de dezenas de milhões de anos. Todavia, não é pela falta de poder do homem diante do planeta que não exista um problema para a espécie humana e suas culturas (*op. cit.*).
- 7 A potência de todo o arsenal nuclear junto não chega à fração de um milésimo daquela do asteroide que provavelmente causou a extinção dos dinossauros.¹⁷¹ Assim, o planeta sobreviveria a uma catástrofe nuclear, porém as culturas humanas pereceriam junto com a espécie. A espécie humana prosperaria mesmo se as calotas polares derretessem devido ao aquecimento, mas boa parte das grandes cidades construídas ao nível do mar inundaria e a mudança nos padrões da agricultura forçaria drásticas migrações das populações (*op. cit.*, p. 24-30).
- 8 O que está em jogo, portanto, nessa discussão, é a conservação dos serviços ecossistêmicos vitais para a humanidade e, portanto, para a atividade econômica. A partir de certo tamanho da economia é possível que os custos socioambientais de um crescimento adicional ultrapassem os eventuais benefícios em termos de bem-estar material. E é bem possível que as economias avançadas já tenham passado esse ponto há muito tempo. A ideia de decrescimento engatinha na academia, mas também ganha força lentamente como *slogan* político, graças ao romeno Nicholas Georgescu-Roegen,¹⁷² (1906-1994) que foi até o limite na análise da inter-relação entre economia e natureza.

- 9 Este texto está dividido em 5 seções além dessa introdução e da conclusão. A primeira discorre sobre o problema em usar apenas a unidade de valor monetário em análises de sustentabilidade ambiental. A seção seguinte apresenta a visão de (Georgescu-Roegen, 1906-1994) sobre o processo produtivo, contrastando-a com a visão que trata as diferentes formas de riqueza-capital humano, construído e natural – como substitutas. A terceira seção aponta para os limites da ênfase na eficiência quando o assunto é a busca de sustentabilidade ambiental. A quarta seção aborda o tema da sustentabilidade ambiental como uma questão de ética, de escolha intertemporal. Por fim, na última seção, antes da conclusão, é discutida a ideia de decrescimento.

A armadilha da métrica monetária

- 10 O argumento dos economistas para mostrar a insignificância relativa dos recursos e serviços da natureza se baseia sempre na importância em relação ao PIB. Uma vez que a indústria do petróleo representa apenas 1% do produto econômico global, a energia representa apenas 5% dos custos de produção, o custo energético como percentagem do PIB está declinando, tal recurso não seria tão importante. É o mesmo que dizer que, como o coração humano representa apenas 5% do peso do corpo, pode-se viver sem ele. A redução a valores monetários faz com que se esqueça de que a energia é um dos fatores mais críticos na história da humanidade (Gowdy, 2006).
- 11 O mesmo raciocínio é feito em relação às consequências econômicas do aquecimento global. As mudanças climáticas podem aumentar o custo de produzir alimentos, encarecer o processo produtivo devido a uma menor produtividade. Como a agricultura é praticamente o único setor da economia afetado pelo clima, e contribui somente com 3% do produto dos EUA, se a produtividade agrícola fosse drasticamente reduzida pela mudança climática, o custo de vida aumentaria apenas 1% ou 2%, numa época em que a renda *per capita* terá provavelmente dobrado (Schelling, 1997).
- 12 A importância da agricultura é medida pela sua porcentagem do PIB. Isso faz com que se menospreze a importância e a singularidade da agricultura ao considerá-la apenas como pequena parcela do PIB. Os setores da indústria e serviços dependem das atividades econômicas do setor primário como agricultura e mineração. E mais importante, não é possível tratar todas as atividades que compõem o PIB como substituíveis, como está implícito no raciocínio do parágrafo anterior (Daly, 2000:1-3). O equívoco está na ideia de que, se o PIB diminuísse 3% devido a um colapso na agricultura, não seria nenhum problema se ele aumentasse, simultaneamente, 3% devido a um crescimento nas tecnologias de informação. Nesse raciocínio, não há nenhuma distinção entre os tipos de bens e serviços que geram utilidade para o consumidor. Ou seja, não adianta ter internet barata se o pão estiver muito caro.
- 13 O modelo mais utilizado por formuladores de políticas para avaliar o aspecto econômico das mudanças climáticas e o mais influente na justificação dos atrasos nas reduções de emissões de gases de efeito estufa tem sido o de William D. Nordhaus (1992; 2001). O foco do modelo está em descobrir o resultado mais eficiente de quanto se deve emitir. O resultado economicamente eficiente ocorre quando os custos de uma redução adicional de emissões são iguais aos benefícios adicionais de um clima um pouco menos quente.
- 14 A utilização dos recursos escassos da sociedade, para tentar mitigar a mudança climática, só é justificada se isso resultar num aumento líquido do produto econômico. A justificação

teórica é que, assim, há possibilidade de melhorar a situação de alguns indivíduos sem piorar a situação de outros. Nesse tipo de abordagem, as únicas consequências da mudança climática que contam são aquelas que afetam o PIB.

- 15 Embora o influente “ambientalista cético” Bjorn Lomborg tenha reconhecido em recente artigo de jornal a realidade e gravidade do aquecimento global antropogênico¹⁷³, afirmou em entrevista de 2008 que propostas de intervenções e restrições quantitativas às emissões estariam superestimando dramaticamente os danos do aquecimento global à economia e subestimando o custo de se fazer alguma coisa contra o aquecimento (Lomborg, 2008).
- 16 O dano aos ecossistemas e a perda de vidas humanas não entram no cálculo, justamente por não terem preço. Tudo estará bem e ocorrendo de maneira sustentável se os indivíduos do futuro consumirem a mesma, ou maior, quantidade de bens e serviços que a geração atual, mesmo que tenham de respirar um ar poluído, suportar temperaturas mais elevadas e sobreviver com uma variedade menor de alimentos. Essa é a principal razão da dificuldade de se pensar proposições relacionadas à sustentabilidade: nem tudo o que importa pode ser medido com uma unidade de valor apenas (Funtowicz & Ravetz, 1994, 2003; Gowdy & Erickson, 2005; Martínez-Alier, 2007). E a armadilha em se comparar tudo na métrica monetária está na falsa impressão de substitutibilidade. Embora o dinheiro seja intercambiável, bens e serviços reais não o são com a mesma facilidade.

Georgescu *versus* substituíbilidade

- 17 A abordagem do romeno Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994) sobre o processo produtivo pode iluminar esse debate e permite uma avaliação crítica ao consenso dos economistas do que é estar numa trajetória sustentável. O capital natural não pode ser substituído por capital construído. Trata-se de uma relação de complementaridade. Além disso, não se trata apenas de uma fonte de fluxos de recursos (energia solar, os minerais e os combustíveis fósseis e os nutrientes do solo) prontos para serem transformados pelo processo produtivo. A natureza também é um fundo de serviços, no sentido utilizado por Georgescu (Gowdy & O'Hara, 1997; Mueller, 2007).
- 18 Depois de ter contribuído por décadas à teoria do consumidor, Georgescu se voltou para a teoria da produção. Existe uma diferença qualitativa básica entre os chamados fatores de produção, que foi ignorada pela abordagem convencional até a formulação de Georgescu (1970, 1971). Para começar, isso que se denomina produção deveria ser denominado transformação, pois isso daria a dimensão adequada do fenômeno em jogo. Elementos da natureza são transformados em bens econômicos. Existe uma diferença entre o que entra e sai relativamente inalterado do processo produtivo; e aquilo que entra se transforma, saindo, portanto, outra coisa. A falha primordial de tratar todos os fatores igualmente como insumos fez com que a produção econômica fosse representada de forma simplista.
- 19 Em intervalo de tempo curto não se alteram os chamados “fundos”; patrimônio natural (terra), recursos humanos (trabalho) e meios de produção (capital). Os três fatores que passaram a ser chamados de “capital natural/ecológico”, “capital humano/social” e “capital físico/construído”. Fundos são diferentes de estoques. Apesar de uma máquina, por exemplo, ser um estoque material, não o é no mesmo sentido que um estoque de carvão. É um “estoque” de serviços, mas é mais seguro chamá-lo de fundo de serviços. O uso de um fundo requer duração.

- 20 Todavia, os denominados fluxos – a energia e os materiais advindos diretamente da natureza ou de outro processo produtivo – se transformam em produtos finais, em resíduos e em poluição. Há, pois, fluxos de entrada (materiais e energia) e de saída (produtos e resíduos) no processo produtivo. Os fluxos são as substâncias materiais e a energia que cruzam a fronteira do processo produtivo, e não devem ser confundidos com os serviços prestados pelos fundos. Apenas os elementos que fluem no processo podem ser fisicamente incorporados ao fluxo de produtos finais.
- 21 Um dos problemas básicos da abordagem convencional da produção está em reduzir o processo a uma questão de alocação. Essa abordagem trata todos os fatores como se fossem de natureza semelhante, supondo que a substituição entre eles não tem limites, e que o fluxo de recursos naturais pode ser facilmente e indefinidamente substituído por capital. Entretanto, o papel desempenhado pelas duas categorias de fatores – fundos e fluxos – é radicalmente diferente em qualquer processo de transformação. É possível que determinado fator seja redundante em relação à determinada atividade, pela falta de um fator complementar. Ou seja, pode ser que um aumento na quantidade disponível de determinado fator, como o capital, na ausência de outros, como a energia, não represente um acréscimo da atividade considerada (Moldau, 1998).
- 22 Um confeitoiro faz bolos com uma batedeira, seu capital. Farinha, ovos e açúcar são fluxos de entrada. Não é possível aumentar a quantidade de bolos produzidos, dobrando-se a quantidade de confeitoiros e de batedeiras, tudo o mais constante. Para aumentar o fluxo do produto bolo é necessário aumentar a quantidade dos ingredientes básicos. Esse é um exemplo da complementaridade existente entre os fatores de produção.
- 23 A ideia contida na teoria da produção convencional – e que se estende para análises econômicas da sustentabilidade ambiental – de que fazer mais bens e serviços, com poucas entradas de recursos naturais e menos emissões significa estar havendo substituição é equivocada. O progresso técnico pode aumentar a eficiência do capital construído melhorando seu desempenho. E a consequência disso pode ser uma menor utilização de fluxos de entrada para produzir uma unidade de um bem. É o mesmo que dizer que uma máquina mais eficiente em termos de transformação de recursos naturais em bens e serviços está diminuindo o desperdício. Não é possível, porém, alcançar uma eficiência produtiva total.
- 24 Segundo a termodinâmica, a quantidade de matéria e energia incorporada aos bens finais é menor do que aquela contida nos recursos utilizados na sua produção. Evidentemente, o desperdício no processo depende do estado da tecnologia de produção em um dado momento. Mas uma vez alcançado o limite termodinâmico¹⁷⁴ da eficiência, a produção fica totalmente dependente da existência do provedor de recursos adicionais, que é o capital natural. À medida que se chega mais perto desse limite a dificuldade e o custo de cada avanço tecnológico aumentam.
- 25 Uma vez que existe um limite físico para aumentos de eficiência, não se pode ignorar a saída inevitável de resíduos de qualquer processo produtivo. São, portanto, as duas maiores distorções da abordagem convencional: ignorar o fluxo inevitável de resíduos e apostar na substituição sem limites dos fatores.
- 26 Ignorar as restrições físicas leva à ideia de que a humanidade poderá passar bem sem recursos naturais, contanto que haja uma compensação no que diz respeito ao aumento do capital manufaturado e/ou do capital humano. Se a tecnologia permite a substituição, não haveria com que se preocupar. Afinal, o critério de sustentabilidade é que o consumo

per capita possa ser sustentado indefinidamente, e no nível mais elevado possível. Talvez o principal expoente dessa ideia de sustentabilidade na ciência económica seja o Nobel Robert Solow.

- 27 A regra costuma ser a seguinte: o que deve ser conservado para que o consumo *per capita* se mantenha constante é o somatório total dos chamados “três fatores” – capital manufaturado, capital humano e capital natural. Dada a disponibilidade finita de alguns recursos naturais, é preciso satisfazer duas condições. A primeira é a possibilidade de haver progresso técnico que poupe recursos naturais, e a segunda é a viabilidade de trabalho e capital substituírem tais recursos na produção (Solow, 1974, 1993). Nesse raciocínio as duas condições estariam sendo satisfeitas uma vez que para produzir uma unidade de produto económico usam-se menos recursos naturais que antigamente.
- 28 O capital natural não é apenas fonte de matérias-primas e ativos naturais para os quais podem ser estimados preços. A diferenciação que Georgescu faz entre os fatores de produção – fundos e fluxos – permite ver o capital natural não apenas como o estoque que dá origem ao fluxo de recursos naturais que entra no processo produtivo, mas também como fundo prestador de serviços. Estes são uma espécie de trabalho prestado pela natureza – e pelo qual não pagamos nada – e incluem as funções de regulação de clima, a polinização feita pelos insetos, a manutenção de ciclos biogeoquímicos fundamentais para vida, e a resiliência¹⁷⁵ dos ecossistemas ante os impactos humanos. Não são integrados fisicamente aos produtos, mas são importantes tanto para a produção e o consumo como para a própria manutenção da vida. Se esses serviços forem perdidos, viver e manter o crescimento se tornará muito mais difícil. Apesar de fundamentais, são gratuitos, muito difíceis de terem direitos de propriedade e preços a eles atribuídos, e não podem ser substituídos se os ecossistemas forem destruídos (Ayres, 1993).

Limites da eficiência

- 29 Para Georgescu, a visão de futuro de Solow é a de um Jardim do Éden, ou seja, um mito de desmaterialização absoluta, uma “economia dos anjos” que não precisa de matéria ou energia. É a ideia de que, no limite, recursos naturais não são necessários para a produção económica. A tecnologia permite que bens e serviços sejam produzidos com menos recursos naturais e menos emissões, e algumas evidências sugerem essa hipótese. Por exemplo, a quantidade de energia primária necessária para produzir cada unidade de produção económica mundial caiu mais ou menos continuamente durante a maior parte dos últimos cinquenta anos. A “intensidade energética” global-quantidade de energia necessária para produzir uma unidade de valor monetário do PIB global-é agora 33% menor do que era em 1970 (IEA, 2010). Bem entendido, isso vale quando se está na métrica monetária e a extração de recursos e emissão de poluentes é um quociente do PIB. Ou seja, confunde-se a desmaterialização relativa ao PIB com a desmaterialização absoluta da economia.
- 30 O mito da desmaterialização da economia é corolário da ideia de que melhoras na tecnologia, ou seja, de que o progresso técnico vai permitir toda e qualquer substituição necessária, e que a eficiência no uso da energia poderá desconectar o crescimento económico do uso de energia e materiais. Contudo, apesar das reduções na intensidade energética, ou seja, redução da quantidade de energia em relação ao valor monetário do produto e redução das emissões de resíduos por unidade monetária, as economias

crecem, e o que ocorre é o aumento do uso de energia e materiais. Os ganhos de eficiência trazidos pelas tecnologias foram compensados negativamente pelo aumento da escala do crescimento econômico (Polimeni *et al.*, 2008). Aliás, o descolamento do PIB do uso de energia não é algo tão novo.

- 31 A Revolução Industrial foi acompanhada por contínuos melhoramentos tecnológicos, em que cada nova máquina a vapor era mais eficiente no uso de energia do que as anteriores. Foi o que mostrou Stanley Jevons, em 1865, no capítulo “On the Economy of Fuel”, do livro *The Coal Question*. Jevons mostra que foi justamente a eficiência no uso do carvão por meio de novas tecnologias que permitiu aumentar a escala de produção e desenvolver a indústria inglesa. Argumentou que aumentos de eficiência no uso de um recurso natural, como o carvão, apenas resultavam em aumento da demanda por aquele recurso, e não na redução desta. Tal melhora na eficiência ou na economia de um combustível é o que faz da indústria o que é. A economia no uso da energia que leva a um uso maior da fonte energética, e não à sua conservação, ficou conhecida como efeito Jevons. Efeito bumerangue é outra denominação para o mesmo fenômeno.
- 32 Discute-se a possibilidade de que ganhos de eficiência energética no plano microeconômico levem a um consumo de energia, no plano macro, maior do que se não houvesse tais ganhos. Um dos motivos parece ser a persistência do crescimento econômico, que pode anular a conservação possibilitada pela eficiência. Foi exatamente o que aconteceu nas últimas décadas. Embora a intensidade material tenha diminuído 26% de 1980 a 2007, o PIB global aumentou em 120% e a população mundial aumentou em 50% o que resultou em aumento absoluto de 62% na extração global de recursos.¹⁷⁶ Isso significa que a quantidade de energia e matéria necessária para produzir uma unidade de valor monetário do PIB global diminuiu a uma taxa menor que a taxa de crescimento da economia, e que o impacto ambiental global continua a crescer em termos absolutos.
- 33 A prova disso é que o relatório Living Planet de 2010 revela que a Pegada Ecológica¹⁷⁷ da humanidade mais que duplicou desde 1966. Em 2007, o último ano para o qual se têm dados, a humanidade usava o equivalente a um planeta e meio para suportar suas atividades.¹⁷⁸ A pegada ultrapassou a biocapacidade do planeta – a área disponível para produzir recursos renováveis e absorver CO₂. Ou seja, para sustentar nosso estilo de vida atual, estamos utilizando mais recursos naturais do que a capacidade de renovação do planeta. Isso sugere que uma estratégia apenas – como a desmaterialização relativa da economia via progresso técnico – não é suficiente para a sustentabilidade ambiental do desenvolvimento.

Uma questão de valores

- 34 Tendo em vista que o crescimento das economias tem implicado aumentos absolutos na extração de recursos naturais e emissão de poluentes, e sabendo da relação de complementaridade entre os diferentes tipos de capital, surge um dilema sobre a obrigatoriedade moral de se deixar capital natural em quantidade e qualidade suficientes para as próximas gerações. E isso ocorre a partir do momento em que as sociedades têm de fazer escolhas. Deve-se produzir e consumir menos agora para que as próximas gerações tenham acesso a esse capital natural? Essa pode ser considerada uma questão de escolha intertemporal, em que não se sabe quem serão os beneficiários ou prejudicados do futuro, ou ao menos se existirão.

- 35 A escolha intertemporal é uma troca voluntária que um indivíduo faz consigo mesmo. É a escolha entre usufruir de algum valor agora e pagar depois, ou postergar o desfrute de algum valor e colher um benefício adicional depois. Enquanto o juro é o valor adicional que se paga ou recebe por aquilo que se tomou ou cedeu hoje, o desconto é o valor daquilo que se pagará ou receberá amanhã, caso aquilo fosse tomado ou cedido hoje (Giannetti, 2005). Uma taxa de desconto positiva para a preferência intertemporal dos agentes económicos, que é consistente com o comportamento observado, é uma das forças básicas que encurtam o horizonte temporal dos modelos económicos (Sanson, 2007).
- 36 Se para um indivíduo há sentido em raciocinar descontando o futuro, para uma entidade virtualmente imortal como uma nação, ou a espécie humana, descontar o futuro é mais problemático. Para a sociedade, descontar o futuro significa que ela prefere usufruir de alguns valores no presente e pagar a conta depois. Contudo, no horizonte temporal relevante para a sustentabilidade ambiental do desenvolvimento, não são os mesmos indivíduos que pagarão a conta. Quem a pagará são as gerações futuras.
- 37 A relação entre a qualidade de vida e as liberdades de uma geração com as das gerações seguintes é o cerne do ideário do desenvolvimento sustentável. Por isso, essa questão extrapola o horizonte temporal da vida de um indivíduo, que é o horizonte considerado nos modelos económicos, como o de Joseph E. Stiglitz. (1979, 1997). “Pois os indivíduos perecem, mas a sociedade a que pertencem – obra aberta que une na mesma trama os valores dos mortos, dos vivos e dos que estão por vir – segue em frente” (Giannetti, 2005, p. 56).
- 38 Assim, se a questão do desenvolvimento sustentável é, de um lado, a dos limites e impactos biofísicos do crescimento material, de outro, também é uma questão de como a sociedade valora as gerações futuras que estão distantes no tempo. Se a atenção aos limites biofísicos leva à conclusão de que se deve estabilizar ou diminuir o nível de consumo de recursos naturais, isso pressupõe uma mudança de valores e atitudes que parece ir na contramão do comportamento dos agentes económicos de hoje. Para que as sociedades afluentes aceitem restrições ambientais que envolvam sacrifícios em benefício de populações de outros países e/ou de gerações de um futuro longínquo, é necessário um sentimento altruísta que induza tais atitudes solidárias.
- 39 O ceticismo da razão¹⁷⁹ enxerga grandes obstáculos para que a mudança de atitudes com relação às gerações futuras ocorra de maneira semelhante às mudanças na área trabalhista, com a introdução de uma série de restrições à exploração, na forma de leis e regulações diversas, como a limitação da jornada de trabalho, proibição do trabalho infantil, salário-mínimo, férias remuneradas, etc. Diferentemente da luta por melhores condições de trabalho, em muitos casos não são as gerações atuais que se beneficiam ou que se beneficiarão com as atuais restrições ambientais.
- 40 Difícil imaginar que esse tipo de solidariedade com as futuras gerações possa se manifestar com facilidade, se no presente ela não se manifesta sequer em favor dos seres humanos que estão sofrendo com a privação das liberdades mais elementares: acesso à água, alimentos, educação, serviços públicos de saúde, oportunidades económicas, participação na vida da comunidade. Todavia, há exemplos históricos de manifestações sociais de altruísmo, mesmo que sejam infinitamente mais escassos do que seu inverso. O grau de altruísmo exigido pela sustentabilidade ambiental só seria comparável ao processo que levou ao fim da escravidão. Por isso, não pode ser rechaçada a ideia de que

amente a preocupação moral dos adultos de hoje com as condições de vida que poderão ter seus netos ou bisnetos (da Veiga, 2010).

- 41 Há, no entanto, uma propensão humana de descontar o valor futuro. Essa propensão resulta, entre outras coisas, da certeza da morte, da incerteza em relação à duração exata da vida e da limitação no que diz respeito à racionalidade humana (Giannetti, *op.cit.*). Se um indivíduo desconta o valor futuro ao tomar uma decisão de consumo no presente, o que dizer da postura de uma coletividade ante o valor futuro que está muito além do fim das vidas individuais? Há, portanto, uma tendência de agir de maneira míope, visando um interesse de curto prazo, já que quem sofrerá as consequências são indivíduos que sequer serão conhecidos por aqueles de hoje.
- 42 A questão é saber se os desejos subjetivos e os excessos da geração atual devem pesar mais que a liberdade das gerações futuras de possuírem capital natural em quantidade e qualidade adequadas. Por mais que seja consistente com o comportamento observado, a propensão dos economistas de descontar o valor futuro em seus modelos acaba tornando a depleção do capital natural irrelevante para a geração presente.
- 43 Georgescu (1979) chamou atenção e criticou o uso de taxa de desconto positiva nos modelos dos economistas em seu debate com Stiglitz (1979). Para Georgescu, a solução para o problema da distribuição de recursos naturais entre as gerações se encontra no campo da ética, e não no da economia. Isso quer dizer que depende da postura ética das atuais gerações em relação às gerações que ainda estão por vir. Por isso, na hora de prescrever uma política para a economia de recursos, as recomendações devem minimizar futuros arrependimentos, e não maximizar as utilidades.

Georgescu e o decrescimento da economia

- 44 A visão de Georgescu de como a economia se relaciona com a natureza permite uma avaliação crítica dos mitos de salvação ecológica, que representam o excesso de otimismo de segmentos da sociedade, assim como uma elucidação dos reais dilemas com os quais a humanidade se defronta. Georgescu mostrou-se crítico tanto com a possibilidade de crescimento econômico irrestrito quanto com as ideias presentes em algumas posições ambientalistas para melhorar o ambiente, e até mesmo posições defendidas por discípulos seus como Herman Daly.
- 45 Herman E. Daly, o mais importante economista ecológico da atualidade, foi aluno de Georgescu e por ele muito influenciado. Daly resgatou uma ideia cara aos economistas clássicos: a *condição estacionária (CE)*. Ela é entendida como aquele estado em que a quantidade de recursos da natureza utilizada seria suficiente apenas para manter constantes o capital e a população. Os recursos primários só seriam usados para melhorar qualitativamente os bens de capital (Daly & Townsend, 1993). Uma boa analogia é a de uma biblioteca lotada em que a entrada de um novo livro deve exigir o descarte de outro de qualidade inferior. A biblioteca melhora sem aumentar de tamanho. Transposta para a sociedade, essa lógica significa obter desenvolvimento sem crescimento material: a escala da economia é mantida constante, enquanto ocorrem melhorias qualitativas.
- 46 A proposta recebeu severas críticas de Georgescu, que a considerou um “mito de salvação ecológica”. Ela transmite a ideia de que seria possível manter indefinidamente os padrões de vida e de conforto já alcançados nos países abastados, e dá a falsa impressão de que o fim do crescimento e a manutenção de um determinado padrão de vida, com capital e

população constantes, não implica escassez progressiva das fontes terrestres de energia e materiais (Georgescu-Roegen, 1976, 1977).

- 47 Georgescu vai além da condição estacionária. Dado o caráter inevitável do decrescimento, consequência da limitação material da Terra, propõe que esse processo seja voluntariamente iniciado, em vez de vir a ser uma decorrência da escassez de recursos. Acabou propondo, num tom bastante irônico, um programa de austeridade, um freio ao crescimento, para ser aplicado primeiro às economias avançadas. O Programa Geoeconômico Mínimo (Georgescu-Roegen, 1976) listava os seguintes pontos:
1. A produção de todos os instrumentos de guerra deveria ser proibida.
 2. Os países não desenvolvidos devem ter ajuda dos países desenvolvidos para chegarem a um patamar de qualidade de vida.
 3. A humanidade deveria gradualmente reduzir sua população até o nível em que pudesse ser alimentada apenas por agricultura orgânica.
 4. Até que o uso direto da energia solar seja viável e generalizado, todo desperdício de energia deve ser evitado.
 5. As pessoas devem se livrar da sede por bugigangas extravagantes como, por exemplo, carrinhos de golfe.
 6. As pessoas devem se livrar da moda. É uma doença jogar fora um casaco ou um móvel, enquanto ainda podem ser usados. Trocar de carro todo ano, então, é um crime bioeconômico. Se os consumidores se reeducassem para desprezar a moda, os produtores focariam na durabilidade.
 7. Relacionado ao último ponto, é necessário que os bens duráveis sejam ainda mais duráveis e que sejam desenhados para serem consertáveis.
 8. É preciso perceber que um importante pré-requisito para uma vida com qualidade é uma quantidade substancial de lazer vivida de maneira inteligente.
- 48 Georgescu não era ingênuo e sabia que dificilmente a humanidade daria importância para qualquer restrição ao conforto material. Para ele, talvez o destino da humanidade seja ter uma vida breve, mas excitante, e não uma vida longa sem grandes emoções.¹⁸⁰ Claro, esse é um dilema a partir do qual a humanidade poderá fazer escolhas. E daí a importância do pensamento de Georgescu, que rejeita fórmulas mágicas que digam quanto deve ser reduzido no consumo. Trata-se de uma questão fundamentalmente ética.
- 49 Ao contrário do que possa parecer, Georgescu não era fatalista. Tanto é que, para ele, sequer se pode estar no domínio econômico se não se considerar que as pessoas agem com propósitos. Seu programa bioeconômico, na verdade, revela sua visão institucional do problema ambiental. Não acreditava que o progresso tecnológico e o mecanismo de preços pudessem resolver todos os problemas. A ética e os valores de uma sociedade é que determinam o comportamento dos indivíduos e influenciam os preços no mercado. Crescimento econômico baseado na produção de armas, por exemplo, não era compatível com sua visão.
- 50 Um evento ocorrido em 1973 pode ajudar a entender a visão de Georgescu sobre o papel dos economistas na sociedade, assim como a causa de seu banimento dessa comunidade. Em assembleia realizada no final do encontro da American Economic Association, leu e pediu que o manifesto “Towards a Human Economics” fosse transcrito em ata. O manifesto tinha sido lançado alguns meses antes por um projeto chamado Dai Dong, que reunia cientistas e acadêmicos do mundo para estudar questões relacionadas à guerra, ao meio ambiente e à pobreza no mundo.

- 51 Nesse manifesto, publicado como apêndice em letras de corpo mínimo na edição de maio de 1974 da *American Economic Review*, Georgescu dizia aos economistas que saíssem do seu isolamento e que conversassem com especialistas de outras áreas para assim assumirem seu papel na gestão do lar Terra. Também expôs nessa declaração o papel da economia enquanto ciência. As heresias imperdoáveis estavam nas afirmações de que o propósito da economia deveria ser o controle racional sobre o processo de desenvolvimento, de modo que este servisse às reais necessidades humanas, em vez da expansão dos lucros, das guerras e do prestígio nacional, e de que era necessário substituir o ideal de crescimento por uma visão em que a produção e o consumo fossem subordinados aos objetivos de sobrevivência e justiça.
- 52 Se a celeuma e o resultado desse evento revelaram o desprezo que os economistas nutriam pela problemática ambiental, imagine a reação dos profissionais da economia ao lerem poucos anos mais tarde, nos escritos de Georgescu, que um dia a economia será absorvida pela ecologia. Mesmo os economistas que se interessaram pela problemática ambiental não podiam simplesmente aceitar suas teses. Como abrir mão da defesa do crescimento econômico que é o objetivo supremo de qualquer política econômica? Georgescu tinha claro que o objetivo não era esse e, para completar, decretou a morte do processo econômico ao dizer que um dia ele será decrescente e que vai convergir para o aniquilamento (Georgescu-Roegen, 1977, p. 266-270).
- 53 E talvez seja justamente pela força e pelo choque que causa o termo decrescimento, que um movimento de crítica radical ao economicismo e à ideologia do crescimento vem se apropriando dele e popularizando-o, principalmente na Europa. Assim, o termo “decrescimento” tem ganhado cada vez mais espaço no debate acadêmico e político. Uma coletânea de artigos de Georgescu já havia sido publicada em francês, em 1979, com o título *La Décroissance: entropie, écologie, économie*, quando surgiu o movimento. Em 1995 saiu a 2ª edição, com versão eletrônica disponível (Georgescu-Roegen, 1995).
- 54 Na França, já existe um jornal chamado *La Décroissance*,¹⁸¹ com subtítulo “Le journal de la joie de vivre”. A expressão “*joie de vivre*” [alegria de viver] foi utilizada por Georgescu para denominar o objetivo do processo econômico. Há também o Instituto de Estudos Econômicos e Sociais para o Decrescimento Sustentável,¹⁸² e muito recentemente, em 2006, apareceu o partido político Parti Pour La Décroissance (PPLD).¹⁸³ O periódico *Entropia*, que teve início em 2006, é mais um espaço de debate sobre o que significa decrescimento e quais ações políticas e mudanças institucionais são necessárias na transição para uma sociedade em decrescimento (Latouche, 2006).
- 55 Eventos recentes como a conferência internacional sobre “decrescimento econômico para a sustentabilidade ambiental e a equidade social” (www.degrowth.net), o livro *Managing without growth: slower by design, not disaster*, em que Peter Victor simula cenário com a economia canadense atingindo uma situação sem crescimento, mas com pleno emprego e redução de emissões, e o relatório “*Prosperidade sem crescimento?*”, da Comissão de Desenvolvimento Sustentável do governo britânico confirmam que não há como escapar do dilema do crescimento. Colocado de forma simples, o dilema do crescimento é definido por Jackson (2009, p. 46) em termos de duas proposições:
1. O crescimento não é sustentável, pelo menos em sua forma atual. O aumento e a distribuição desigual dos custos socioambientais do crescimento dos países ricos têm afetado de maneira díspar o bem-estar das pessoas no mundo todo.

2. O decrescimento é algo instável, pelo menos sob as condições atuais. O declínio na demanda do consumidor leva ao aumento do desemprego, a uma queda na competitividade e a uma espiral de recessão.
- 56 Antes mesmo do que Georgescu poderia prever, o decrescimento planejado tem sido cada vez mais discutido como única maneira de garantir sustentabilidade ambiental. Peter Victor (2008) defende a ideia de que os países ricos já têm condições para abandonar o crescimento e, por isso, deveriam fazê-lo de imediato. Os benefícios socioambientais e econômicos do decrescimento nesses países seriam, inclusive, muito positivos: pleno emprego, eliminação da pobreza, mais lazer, considerável redução das emissões de gases-estufa e equilíbrio fiscal. A mensagem é que é melhor reduzir o crescimento de forma intencional e projetada do que ter de encará-lo por desastre.
- 57 A sustentabilidade ambiental, segundo essa perspectiva, muito provavelmente não pode ser alcançada com aumento da produção e consumo. Tal combinação é altamente incerta e pouco plausível. Além disso, exigiria tecnologias que, simultaneamente:
- sejam suficientemente limpas;
 - não esgotem os recursos naturais renováveis;
 - encontrem substitutos para recursos não renováveis;
 - deixem o solo intacto;
 - deixem espaço suficiente para a sobrevivência de plantas e animais;
 - sejam mais baratas em termos reais do que as atuais tecnologias disponíveis, porque se forem mais caras em termos reais, o crescimento seria reduzido.
- 58 É quase impossível conceber a reunião de todas as seis condições para todo o espectro das atividades humanas, o que significa que para garantir, e eventualmente melhorar, a qualidade ambiental é necessário o decrescimento da produção e consumo (Huetting, 2010).
- 59 Desde 2004, o termo tem se tornado um verdadeiro *slogan* político de crítica ao desenvolvimento e à ideologia do crescimento. Os principais portavozes do movimento insistem que não se trata, pura e simplesmente, de crescimento negativo do PIB. O movimento pretende libertar o imaginário coletivo da esfera do econômico. É um projeto positivo de sociedade baseado numa crítica radical, não só ecológica, mas principalmente cultural do estado de coisas atual. É por isso que Serge Latouche (2006), um dos expoentes do movimento, afirma que o *slogan* mais adequado seria a-crescimento, como ateísmo.
- 60 O que é defendido é um decrescimento planejado da produção e do consumo. Isso deve ser distinguido, portanto, da recessão econômica com a deterioração das condições sociais (por exemplo, emprego, pobreza). Usam a expressão “Decrescimento sustentável” para fazer a diferenciação, embora reconheçam que seria absurdo defender simplesmente a sustentação do decrescimento no tempo. Mesmo sabendo que o decrescimento implica uma diminuição no PIB devido a uma redução da escala, e das atividades produtivas e de consumo intensivas no uso de recursos, o que acontece em relação ao PIB é de importância secundária para os adeptos do decrescimento. A meta é a busca do bem-estar, sustentabilidade ecológica e equidade social (Schneider *et al.* 2010).
- 61 A expressão desenvolvimento sustentável não é levada a sério pelos adeptos do decrescimento, pois consideram que ela contém em si a ideia de crescimento. As proposições paradigmáticas desse movimento são: 1) o decrescimento é necessário para prevenir a sobrecarga dos ecossistemas, nas suas funções de provedor de recursos e

serviços e sumidouro de resíduos; e 2) o progresso humano sem crescimento da economia é possível.

- 62 No final da vida, Georgescu (1993) também revelou seu profundo ceticismo quanto ao novíssimo valor “desenvolvimento sustentável”, que já havia ganhado alguma popularidade. Embora para ele estivesse bem claro que desenvolvimento e crescimento são coisas distintas, chegou a considerar o termo desenvolvimento sustentável como um tipo de consolo, útil apenas para desviar a atenção dos verdadeiros problemas, como a diferença existente entre os países ricos e pobres, os problemas da poluição e a futura sobrevivência da espécie humana. A expressão esconderia a falsa ideia de que o crescimento econômico pode ser sustentado indefinidamente, promovendo um otimismo insensato, porém lucrativo.

Conclusão

- 63 Se o processo de expansão das liberdades humanas exige expansão da produção econômica, a expressão desenvolvimento sustentável é uma contradição em termos, uma vez que a expansão da escala da economia provoca processos irreversíveis de degradação do mundo físico. As tentativas de negar essa contradição entre o crescimento econômico e a conservação da natureza fazem com que muitas reivindicações atuais sejam quase esquizofrênicas, pois ao mesmo tempo em que se pede mais e mais crescimento, se pede também para salvar o planeta.
- 64 É preciso que o otimismo da vontade contido no ideal de desenvolvimento sustentável seja aliado ao ceticismo da razão. Ou seja, que o processo de expansão das liberdades humanas continue sendo algo desejável e perseguido, mas acompanhado de uma dose de ceticismo quanto à capacidade de as economias continuarem crescendo sem solapar a base biofísica que permite a reprodução material das sociedades.
- 65 O pensamento de Georgescu traz ceticismo para o debate sobre desenvolvimento e sustentabilidade ambiental, introduzindo a preocupação com o tamanho físico da economia em relação ao ecossistema em que está inserida. Mais que isso, seu pensamento significou uma ruptura, uma vez que admitiu que o processo de produção econômica vem necessariamente acompanhado da geração de resíduo e poluição, sejam estes fenômenos locais ou globais, como as mudanças climáticas antropogênicas.
- 66 Insistir demais na ideia de que algum dia a produção material tenha que decrescer pode levar a que se ignore a diversidade das situações em que se encontram os países, e que dentro de um país, além das atividades que já precisam/podem decrescer, existem as atividades que precisam crescer mais. O mundo ainda possui uma ampla parcela da população que, ao contrário, precisa de acréscimo do consumo de alimentos e de outros bens e serviços nas áreas de saúde, educação, moradia. Ao mesmo tempo, o decrescimento das atividades poluidoras no mundo é uma necessidade inadiável. A importância da proposta de decrescimento é que ela mostra que o nível de produção e consumo atual do mundo é insustentável e precisa ser reduzido. Seria melhor fazê-lo de forma intencional e projetada do que ter de encará-lo por desastre. No entanto, o mais provável é que a resultante desse processo ainda seja, por muito tempo, de crescimento do produto sem diminuição da pegada ecológica global.

BIBLIOGRAFIA

Referências

- AYRES, R. Cowboys, cornucopians and long-run sustainability. *Ecological Economics*, 8(3), 1993.
- BEARD, R.; LOZADA, G. *Economics, entropy and the environment: the extraordinary economics of Nicholas Georgescu-Roegen*. S/l: Edward Elgar, 1999.
- BRUNDTLAND, G. H. (org.). *Nosso futuro comum*. São Paulo: Editora da FGV, 1987.
- CECHIN, A. *A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen*. São Paulo: Editora Senac/Edusp, 2010.
- CECHIN, A.; VEIGA, J. E. da. O fundamento central da economia ecológica. In: MAY, P. H. (org.). *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2010.
- DALY, H. *Towards a steady State economy*. San Francisco: W.H. Freeman & Co, 1973. —. *Beyond growth*. San Francisco: Freeman, 1997.
- . When smart people make dumb mistakes. *Ecological Economics*, 34(1), pp. 1-3, 2000.
- ; TOWNSEND, K. (orgs). *Valuing the earth: economics, ecology, ethics*. S/l: MIT Press, 1993.
- ; FARLEY, J. *Ecological economics: principles and applications*. Washington, D.C.: Island Press, 2004.
- FUNTOWICZ, S.; RAVETZ, J. The worth of a songbird: ecological economics as a postnormal Science. *Ecological Economics*, 10(3), pp. 197-207, 1994.
- Post-normal Science. In: INTERNATIONAL Society for Ecological Economics. *Internet encyclopaedia of ecological economics*, 2003 <<http://www.ecoeco.org/pdf/pstnormsc.pdf>>.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. *Analytical economics*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1966.
- . Process in farming versus process in manufacturing: a problem of balanced development. In: PAPI, U.; NUNN, C. (eds.). *Economic problems of agriculture in industrial societies*. Londres: MacMillan, 1969.
- . The economics of production. *American Economic Review*, 60(2), pp. 1-9, 1970.
- . *The entropy law and the economic process*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1971.
- . Towards a human economics. *American Economic Review*, 64(2), p. 449, 1974.
- . *Energy and economic myths*. Nova York: Permagon Press, 1976.
- . The steady state and ecological salvation: a thermodynamic analysis. *BioScience*, 27 (4), pp. 266-270, 1977.
- . Comments on Stiglitz and Daly. In: SMITH, V. K. *Scarcity and growth reconsidered*. S/l: John Hopkins University Press, 1979.
- . Thermodynamics and we the humans. In: MARTÍNEZ-ALIER, J.; SEIFERT E. K. (eds.). *Entropy and bioeconomics*. Milão: Nagard, pp. 184-201, 1993.

- Looking back. In: MARTÍNEZ-ALIER, J.; SEIFERT E. K. (eds.). *Entropy and bioeconomics*. Milão: Nagard, pp.11-21, 1993.
- *La décroissance: entropie, écologie, économie*. Paris: Sang de la Terre, 1995.
- GIANNETTI, E. *O valor do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- GOULD, S. J. The golden rule: a proper scale for our environmental crisis. *Natural History*, setembro de 1990.
- GOWDY, J. Production theory and peak oil: collapse or sustainability?. *International Journal of Transdisciplinary Research*, 1(1), 2006.
- ; ERICKSON, J. D. The approach of ecological economics. *Cambridge Journal of Economics*, vol. 29, pp. 207-222, 2005.
- ; O'HARA, S. Weak sustainability and viable technologies. *Ecological Economics*, 22(3): pp. 239-247, 1997.
- HOLLING, C. S.; WALKER, B. Resilience defined. In: INTERNATIONAL Society for Ecological Economics. *Internet Encyclopaedia of Ecological Economics*, 2003 <www.ecoeco.org/pdf/resilience.pdf>.
- HUETTING, R. Why environmental sustainability can most probably not be attained with growing production. *Journal of Cleaner Production*, vol. 18, pp. 525-30, 2010.
- IEA. CO2 emission highlights data, 2010 <<http://www.iea.org/co2highlights>>.
- JACKSON, T. *Prosperity without growth?* Londres: Sustainable Development Commission, 2009.
- JEVONS, W.S. *The coal question: an inquiry concerning the progress of the nation, and the probable exhaustion of our coal-mines*. Nova York, 1865.
- LATOUCHE, S. “La décroissance: un projet politique. *Entropia*, n° 1, 2006.
- LAWN, P. On Georgescu-Roegen's contribution to ecological economics. *Ecological Economics*, vol. 29, pp. 5-8, 1999.
- LOMBORG, B. *O ambientalista cético: medindo o verdadeiro estado do mundo*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- Não faz sentido gastar bilhões para combater a mudança climática. *Exame*, 20/03/2008.
- MARTÍNEZ-ALIER, J. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto, 2007.
- MAYUMI, K. *The origins of ecological economics: the bioeconomics of Georgescu-Roegen*. Londres: Routledge, 2001.
- ; GOWDY, J. *Bioeconomics and sustainability: essays in honor of Nicholas Georgescu-Roegen*. S/l: Edward Elgar, 1999.
- MOLDAU, J. H. Os fundamentos microeconômicos dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico. *Revista de Economia Política*, 18(3), 1998.
- MUELLER, C. C. *Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente*. Brasília: Editora da UnB, 2007.
- Sustainable development: conceptualizations and measurement. *Revista de Economia Política*, 28 (2), 2008.
- NOBRE, M.; AMAZONAS, M. de C. (orgs.) *Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito, Parte 11*. Brasília: Ibama, 2002.

- NORDHAUS, W. D. An optimal transition path for controlling greenhouse gases. *Science*, vol. 258, pp. 1.315-319, 1992.
- Global warming economics. *Science*, vol. 294, pp. 1.283-284, 2001.
- POLIMENI, J. M. *et al. The Jevons paradox and the myth of resource efficiency improvements.*, Londres: Earthscan, 2008.
- ROMEIRO, A. R. Economia ou economia política da sustentabilidade. In: MAY, P. H.(org.). *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 201.
- SANSON, J. R. Ethics, politics, and nonsatiation consumption: a synthesis. *Economia*, 8(1), pp. 1-20, 2007.
- SCHELLING, T. C. The cost of combating global warming. *Foreign Affairs*, 76(6), pp. 54-66, 1997.
- SCHNEIDER, F.; KALLIS, G.; MARTÍNEZ-ALIER, J. Crisis or opportunity? Economic degrowth for social equity and ecological sustainability. *Journal of Cleaner Production*, vol. 18, pp. 511-18, 2010.
- SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- Por que é necessário preservar a coruja-pintada. *Folha de S. Paulo*, caderno Mais!, 14/03/2004.
- SOLOW, R. The economics of resources or the resources of economics. *American Economic Review*, 64 (2), pp. 1-14, 1974.
- An almost practical step toward sustainability. *Resources Policy*, 19(3), pp. 162-72, 1993.
- Georgescu versus Solow/Stiglitz. *Ecological Economics*, 22(3), pp. 267-68, 1997.
- STIGLITZ, J. E. A neoclassical analysis of the economics of natural resources. In: SMITH, V. K. *Scarcity and growth reconsidered*. S/l: John Hopkins University Press, pp. 36-66, 1979.
- Georgescu versus Solow/Stiglitz. *Ecological Economics*, 22(3) pp. 269-70, 1997.
- VEIGA, J. E. da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- *A emergência socioambiental*. São Paulo: Editora Senac, 2007.
- *Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor*. São Paulo: Editora Senac, 2010.
- VICTOR, P. *Managing without growth: slower by design, not disaster*. Northampton, MA: Edward Elgar, 2008.
- VIVERET, P. *Reconsiderar a riqueza*. Brasília: Editora da UnB, 2006.

NOTAS

- 169.** Esse título é o mesmo da dissertação defendida pelo autor em 2008, no Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental (Procam) da Universidade de São Paulo (USP). Este texto contém trechos do capítulo “Energia e Desenvolvimento Sustentável” do livro “A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen”, deste autor, publicado pela Ed. SENAC/Edusp em 2010. Agradeço os comentários e as sugestões de José Eli da Veiga e Beatriz Macchione Sães, que, evidentemente, não são responsáveis pelos erros e omissões do trabalho.
- 170.** Report of the World Commission on Environment and Development, *Our Common Future*, Onu, 1987, Disponível em <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>.
- 171.** Dentre as diversas teorias que tentaram explicar a extinção, essa é a mais aceita atualmente.
- 172.** De agora em diante o autor referir-se-á a ele apenas como Georgescu

173. Bjorn Lomborg. "Le changement climatique est une réalité" LE MONDE. Article publié le 14 Septembre 2010.
174. O limite termodinâmico é dado pela Lei da entropia. Embora as implicações econômicas da Lei da Entropia sejam centrais no pensamento de Georgescu-Roegen (1971), o autor preferiu não fazer referência à importante lei da física nesse artigo por achar que, mesmo assim, é possível e menos complicada a crítica de Georgescu-Roegen ao consenso dos economistas quanto à sustentabilidade ambiental.
175. Resiliência é o potencial que uma configuração particular de um sistema tem para manter sua estrutura e função em caso de distúrbios, e a habilidade do sistema se reorganizar quando da mudança causada por distúrbios. (Holling & Walker, 2003).
176. "Trends in global resource extraction, GDP and material intensity" 1980-2007. Disponível em: http://www.materialflows.net/index.php?option=com_content&task=view&id=32&Itemid=48
177. Instrumento que traduz em hectares globais (ha) a quantidade de terra e água que seria necessária para sustentar o consumo de uma população.
178. *Living Planet Report 2010*. Disponível em: footprintnetwork.org.
179. Exercer o pessimismo da razão com o otimismo da vontade é máxima de Romain Rolland (1866-1944), Nobel de Literatura em 1915, adotada por de Antonio Gramsci (1891-1937), fundador do partido comunista italiano.
180. "Será que a humanidade dará atenção a qualquer programa que implique uma constrição de seu conforto exossomático? Talvez o destino dos homens seja ter uma vida curta, mas vigorosa, uma existência excitante e vertiginosa, em vez de monótona e vegetativa. Deixemos outras espécies-as amebas, por exemplo-que não têm ambições espirituais herdarem uma terra ainda muito banhada de sol" (*Ibid.*, tradução livre, p. 35.).
181. La Décroissance. Disponível em <<http://www.ladecroissance.net>>.
182. Institut d'Études Économiques et Sociales pour la Décroissance Soutenable. Disponível em <<http://www.decroissance.org>>.
183. Parti Pour La Décroissance. Disponível em <<http://www.partipourladecroissance.net>>.
-

AUTOR

ANDREI CECHIN

Doutorando em Administração na Universidade de Wageningen na Holanda e bolsista da fundação Wotro no projeto "Coops and Chains: linking smallholders to agricultural markets". É mestre em Ciência Ambiental e economia pela USP. É autor do livro *A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen* (Edusp, 2010). E-mail: andrei.cechin@wur.nl

Por uma conversão antropológica: o decrescimento é a saída do labirinto

Jean-Claude Besson-Girard

Tradução : Leonardo Milani

O futuro é inevitável, mas ele pode não acontecer, Deus cuida dos intervalos.

— Jorge Luis Borges

- 1 “O mundo é tudo o que acontece”. Gosto desta frase que inicia o *Tractacus* de Wittgenstein (1961).¹⁸⁴ Nascer, é entrar no uso do mundo, no uso de tudo aquilo que acontece: os fatos e não as coisas. Morrer, é sair disso. No intervalo, nós passamos. Participamos do que acontece. Consumimos parte do que acontece. Consumimos isto de forma desigual. Como todas as espécies vivas, tentamos garantir nossa subsistência, tanto quanto necessário e, por vezes, muito além do necessário; e tendemos a nos reproduzir. Mas deixamos também rastros materiais e imateriais da nossa passagem. O uso destes rastros foge do nosso controle. São pegadas à nossa frente, já que envolvem aqueles que nos seguem, aqueles que chegam no que acontece, da mesma forma que somos envolvidos, durante nossa vida, pelas pegadas daqueles que nos antecederam. Mesmo se o presente é o passado do futuro, o futuro não é mera consequência do presente, pois nunca temos certeza de que vai acontecer. A certeza não possui futuro, nem presente e nem passado. A certeza não existe. Somos passageiros da incerteza de tudo o que acontece. Enquanto dura nossa existência, a única pergunta revestida de sentido é aquela que nos leva a decidir o que fazer com ela. Esta escolha, quando a temos-pois ela não é compartilhada de forma igualitária, determina o uso que fazemos do mundo. Mas como a humanidade é mais do que a simples soma dos indivíduos que a compõem, este *superávit*, de certa forma, reflete uma imagem que converte cada experiência singular no caso particular de uma única lei. Esta lei comum é determinada pelo uso coletivo do mesmo mundo, quaisquer que sejam as desigualdades e injustiças que poderão ser constatadas neste uso. Por exemplo, que hoje 20% da população do planeta consuma 80% de seus recursos, é ao mesmo tempo um privilégio obscuro para a minoria, uma detestável injustiça para a maioria e um fato que faz parte da totalidade dos fatos que determinam o mundo, ou seja, tudo o que acontece.

O que acontece hoje de tão diferente de tudo o que já aconteceu?

- 2 Neste início do terceiro milênio, o ser humano alcançou um grau jamais visto em termos de conhecimentos e proezas científicas e técnicas. O registro e o conhecimento do patrimônio cultural das sociedades humanas nunca foram tão vastos. Mas, ao mesmo tempo, e apesar destes feitos incríveis, o homem conseguiu ameaçar a existência das gerações futuras, bem como sua própria sobrevivência no planeta. Como foi que ele chegou a esse ponto? Por que seria preciso mudar radicalmente de orientação ou aceitar desaparecer? O que falta ao ser humano para poder enxergar aquilo que, para sobreviver, ele precisaria renunciar, ou no mínimo transformar radicalmente, para liberar seu horizonte?
- 3 Agora, vivemos em um mundo globalizado cuja evolução não mais controlamos. Perdemos o controle do nosso controle. Tudo nos escapa. Estamos perdidos em um labirinto no qual ninguém conhece a saída. Claro, descobrimos que as civilizações eram mortais. Mas já passamos disso. Hoje, é o estado do planeta que nos faz percebê-lo e não algum pensador isolado em meio a reflexões sobre a história. Não se passa um dia sem que sejam anunciadas constatações alarmantes que envolvem vitalmente todos os habitantes da Terra e não mais apenas tal região ou tal sociedade específicas.
- 4 Na contramão da história fatural, ou pelo menos, operando em um tempo diferente, a história das ideias se tece neste mesmo tear no qual mãos e mentes sucessivas deixam o rastro dos antecessores na ferramenta do pensamento, que nunca se apaga, mas se transforma e metamorfoseia.
- 5 Na linha de pensamento desta metáfora, o reconhecimento da dívida intelectual de Marx para com Hegel, acerca da *inversão* do pensamento filosófico, é conhecido. A respeito da dialética de Hegel, Marx escreveu, em 1844, na décima primeira das *Teses sobre Feuerbach*: “Para ele, ela caminha com a cabeça; basta colocá-la de pé para que volte a ter uma fisionomia razoável”. Acreditava-se, diz Marx, que a consciência determinava a vida, que os seres humanos organizavam seu universo material comum – a economia e suas relações com os poderes – em função das ideias que se faziam destes, e que eles pensavam organizar o mundo no qual viviam. Mas é exatamente o contrário que ocorre. São as condições reais e materiais próprias de um período histórico vivenciado que produzem ideias e não as ideias que moldam as condições e realidades materiais. Não se trata de abandonar as luzes da reflexão teórica, e sim de orientá-las para outra direção, fazendo com que a história continue sendo iluminada pelo desejo de emancipação próprio, ao que parece, à espécie humana, que o forjou para se libertar de todas as opressões. À lista destas opressões, sem que as anteriores tenham verdadeiramente desaparecido – é o mínimo que se pode dizer, veio se somar, há algumas décadas, uma “condição material” essencial que determina, agora, todas as demais. Esta “condição material” é o *estado objetivo atual do planeta no qual vive a humanidade*. Qualquer guerra, qualquer disputa ideológica, política ou econômica, qualquer luta emancipadora, bem como qualquer trajetória individual ou coletiva que não levar em consideração este dado objetivo contemporâneo estará condenada, no melhor dos casos, à absoluta insignificância e, no pior dos casos, a ser acusada de cumplicidade criminosa contra a futura humanidade. Sim, Marx está certo: não são as ideias que moldam a realidade, e sim a realidade que as determina. Mas resta às ideias, ou seja, àqueles que por elas respondem, o dever

fundamental de descrever toda a novidade desta realidade, para tentar apontar a reorientação desejável e possível do seu curso, quando este conduz ao abismo.

- 6 Antecipar a probabilidade da catástrofe não consiste nem um pouco em se render a essa perspectiva. Pelo contrário, diante do delírio prometeico que não para de anunciar inevitavelmente este abismo, voltar a acender a lâmpada de barro de uma vigilância antropológica, ao mesmo tempo imemorial e projetiva, poderia evitá-lo, por ser concebida tanto com rigor quanto com ternura.
- 7 É possível descrever a situação atual da humanidade, evocando quatro crises de maior importância, cuja conjunção histórica é totalmente inédita. A crise energética ligada ao esgotamento e encarecimento dos recursos fósseis e ao consumismo compulsivo generalizado. A crise climática concomitante ao desmoronamento da biodiversidade e à privatização da vida e dos recursos naturais. A crise social inerente à modalidade capitalista de produção e crescimento, mas exacerbada por uma globalização liberal que produz exclusão no Norte, e mais ainda no Sul. A crise cultural das referências e valores, cujas consequências psicológicas e sociais são visíveis em qualquer área. Estas quatro crises questionam, mais do que nunca, o dogma do crescimento económico sem limites e o produtivismo que o acompanha. Elas revelam também, para solucioná-las, a ineficácia gritante do “desenvolvimento sustentável”, enquanto oximoro sedativo e mentira consensual. No entanto, além destes aspectos económicos, físicos, biológicos, sociológicos e políticos, percebemos o esboço de uma crise antropológica totalmente inédita” (*Entropia*, 2006).
- 8 Esta crise é sistêmica. Ela é global. Ela é generalizada. Muitos ainda não suspeitam de suas causas e tampouco imaginam seriamente suas consequências; mas não para de crescer o grupo daquelas e daqueles que são tomados por um mal-estar angustiante e lancinante. É um tipo desconhecido de temor difuso, presente no pano de fundo de conversas triviais. Esse temor leva uma maioria de privilegiados materiais a adotar comportamentos de fuga para evitar o confronto com ele; no entanto, este mesmo temor conduz uma minoria destes privilegiados a trilhar o caminho estreito da lucidez e das ações que ela implica, enquanto os quatro quintos do planeta continuam lutando pela sua sobrevivência cotidiana.
- 9 Antes que seja propriamente impossível de se viver na Terra, hipóteses são elaboradas, teses são propostas e iniciativas são organizadas, tentando estar à altura deste evento antropológico nunca visto. São dissidentes e refratários que, em todas as áreas e em toda parte do mundo, não aceitam de se submeter à fatalidade. Mas as dificuldades encontradas, elas também, são inéditas, já que nenhum dos esquemas de pensamento, nenhuma das ideologias conhecidas, nenhum dos tipos validados de organização coletiva histórica parece adaptado para responder ao desafio da nossa época. O primeiro obstáculo no caminho da mudança radical de orientação se apresenta sob um duplo aspecto: a conscientização planetária acerca da realidade global só envolve uma pequena quantidade dos nossos contemporâneos, já que a maioria enfrenta ainda problemas de sobrevivência cotidiana que não favorecem uma visão de antecipação coletiva. O segundo aspecto se deve ao fato que a informação relativa a esta situação geral tarda a ser amplamente difundida, por que está claro que os detentores do poder de informação não enxergam nenhuma vantagem em dar a conhecer algo que ameaçaria o domínio que exercem sobre as mentalidades e práticas da maioria. No entanto, apesar desta censura ou insidiosa autocensura, as resistências são cada vez maiores e pode-se notar, há pouco tempo, o desenvolvimento significativo de certa conscientização acerca da situação

desastrosa e suicidária na qual se encontra a humanidade – não raro acompanhada, é verdade, por um sentimento de impotência.

- 10 Além dos aspectos ligados à massa crítica a partir da qual seria possível uma mudança de orientação das atividades humanas, é preciso enxergar que a principal dificuldade está em outra questão. Ela se manifesta no próprio centro do exercício do pensamento. Com a extremada fragmentação dos saberes e a crescente complexidade que lhes é própria, passou a ser impensável propor uma teoria antropológica geral que responda definitivamente à pergunta aparentemente mais simples de todas: “O que é o homem, para ficar fazendo projetos?”, como escreveu Hugo Von Hofmannsthal (2000) neste texto admirável cujo título é: “Lettre de Lord Chandos” (Carta de Lord Chandos)...
- 11 Isto dito, renunciar à equação unificadora do real não invalida a matemática da sensibilidade compartilhada, nem tampouco a economia da ternura. De fato, o uso do pensamento, bem como o da inteligência coletiva, tarda em achar seu ponto de apoio para poder levantar o mundo, porque todos os suportes firmes de outrora sumiram. Teriam eles sido dissolvidos pela resignação e pela impotência? Acredito que não. Reconhecer que não possuímos mais alicerces é tão grave? Admitir nossa fraqueza e a inutilidade da nossa pretensão de achar que nos tornamos “mestres e donos da natureza” significaria o fim do nosso destino enquanto espécie singular? Acredito que não. Pelo contrário, alegro-me com o surgimento deste horizonte de incertezas de grande porte, que finalmente se revela. Penso, pelo contrário, que a floresta do incontável e da complexidade esconde a árvore da lucidez. Mas que lucidez seria esta que não reconheceria que finalmente saímos do regime de governo da crença, para entrar no regime dos dados objetivos da realidade nua? A noção de decrescimento é herdeira desta lucidez.

Além do colapso

- 12 No meu ver, a hipótese do *colapso* se encontra em fase final de validação. Este fato não estaria ligado a nenhum tipo espetacular de manifestação das consequências caóticas da desordem mundial contemporânea, como é o caso da implosão da economia monetária ou a do sistema industrial e técnico, ou ainda a generalização de uma penúria alimentar cujas barbáries decorrentes são previsíveis. Não, o colapso temido aqui é o *apagar da consciência humana* enquanto determinante antropológico, único capaz de valorizar e preservar as condições objetivas que possibilitam seu uso. Mais especificamente, eu diria que este apagar da consciência humana envolve unicamente as formas históricas de sua manifestação, até a presente virada, sem, porém, prejudicar as novas configurações que ela poderia adotar daqui em diante.
- 13 Com certa indulgência, pode-se enxergar nesta hipótese prospectiva uma forma de coragem para se posicionar deliberadamente *no negativo*. De fato, se deixamos de lado as categorias simplistas de pessimismo e otimismo, é possível considerar que a aposta no negativo é a única que ainda seja capaz de libertar o imaginário da prisão das correntes e orientar a existência coletiva *rumo a uma vida desejável*. Esta última expressão pode parecer contraditória com a necessidade do negativo, ao assumir a perenidade de uma instância de desejo que habitaria a espécie humana *após o desmoronamento da consciência*. Esta aposta afirma, paradoxalmente, a rejeição categórica da hipótese manipuladora de um fim da história como consequência do desaparecimento de qualquer alternativa possível em relação à forma contemporânea do capitalismo devastador. Tende, pelo contrário, para um aprofundamento atualizado da noção de emancipação, enriquecida

com dados objetivos sobre o estado da biosfera, e não baseada unicamente na crítica, já bem consolidada, das relações de produção, do consumo e da alienação à mercadoria. A noção de *mundo em transição* enfatiza o caráter dinâmico do processo histórico, sugerindo, porém, dentro deste processo, a existência de níveis de aceleração ou sobreaquecimento capazes de provocar rupturas qualitativas totalmente inéditas.

- 14 Hoje, onde quer que olhemos, tudo leva a afirmar que a humanidade enfrenta uma série de crises cuja conjunção histórica pode lhe ser fatal. Diante desta situação, é possível ver a si mesmo como um caminhante perplexo que, percorrendo um campo de ruínas, não pode deixar de antever próximos desabamentos. Mas livre de um espanto egoísta, este caminhante observa também, entre os escombros dos edifícios desaparecidos, as fabulosas pulsões da vida e sente o vento da história que balança um capim sempre renovado. O ser humano é feito de tal forma que, subitamente tomado de perplexidade e desânimo face à constatação dos limites de sua compreensão do mundo e de sua capacidade de mudá-lo, basta que um de seus semelhantes o brinde com um sorriso ou que ele aviste uma cesta de cerejas recém-colhidas, para que volte a ter provisoriamente a alegria de viver, passando longe da tristeza que o tomara no instante anterior.
- 15 Quando as palavras se esvaem, quando me escapa a escrita, no refúgio da minha biblioteca, por vezes, abro ao acaso um livro dentre os que lá estão. Nele, leio três frases e me confundo de admiração e desespero. Está tudo lá. Todas as ferramentas de compreensão daquilo que somos estão presentes, lá, comprimidas verticalmente para serem confiadas à escuridão protetora que espera nossa mão para abri-las à luz e à leitura. Palavras de humanidade, de questionamento, de dúvidas, de impulso, de paixão e lucidez, coletadas, publicadas e transcritas, no caso de algumas, há muito tempo, estão à nossa disposição para refrescar nossa febre por conhecimento, relativizar nossas afirmações e nos ajudar a viver e morrer. Por que fazemos tão pouco caso disto? Infelizmente, sabe-se desde a absoluta desumanidade do hitlerismo, que a cultura é uma muralha bem frágil contra a barbárie. Por mais preocupante que seja, esta constatação não deixa de ser preciosa, na medida em que nos dá a demonstração irrefutável de que a história não possui outro significado além daquele que os homens lhe dão durante sua passagem, não obedecendo a nenhuma linearidade eticamente progressista. A linha do tempo histórico é uma ilusão poderosa que nos leva a acreditar na sua irreversibilidade, de forma a nos impedir de perceber que a nossa linha é inelutável. A humanidade do homem é precária. Ela nunca deixa de conter uma regressão potencial, até o ponto em que renuncia, como sugiro aqui, o apagar da consciência. Os progressos históricos, por menores que sejam, conquistados contra a fatalidade e a covardia, mérito de uma certa humanização e esperança de uma possível emancipação em relação a qualquer outra nova forma de alienação, devem sempre ser defendidos com firmeza e coragem sem falhas, a cada nova geração. Compete a cada novo ser de conter em si tanto a loucura quanto a sabedoria da espécie. A ele compete escolher um ou outro caminho e, na maioria das vezes, confundir-se para se perder na frustração cinzenta de qualquer desejo, ou para se perder em qualquer loucura ordinária, correndo o risco de se consumir nela, aos poucos ou brutalmente. Nosso capital específico não traz nem dividendo e nem seguro. “Nossa herança não foi antecedida por nenhum testamento”.¹⁸⁵
- 16 Apoiando-me num princípio indemonstrável e irracional que me leva a pensar que a substância subversiva de uma verdadeira meditação antropológica solitária só pode estar alinhada com o pensamento latente e ainda não expresso de vários, afirmo que existe, no fundo do desespero dos nossos contemporâneos, uma expectativa extraordinária e

implícita de “volta às origens” que pode nos esclarecer sobre a proveniência deste desvio histórico antes nunca visto. Mas afirmo também que a busca imediata, febril e desordenada por “soluções” seria a mais estúpida das reações face à consciência deste erro.

- 17 De fato, para estar à altura dos desafios do drama contemporâneo, percebemos claramente que precisamos de algo que esteja além de ajustes técnicos, econômicos e políticos. Aliás, não seria preciso ver no despertar de uma quantidade cada vez maior de jovens pelo mundo os sinais anunciadores de uma incrível exigência que ainda não encontrou a linguagem adequada à justa medida de seu fervor?
- 18 Bem sabemos que somente *uma conversão antropológica* poderá conjurar o aumento das ameaças. Mas intuímos também que realizar uma avaliação crítica sobre a fundamentação de nossas crenças ocidentais não será um passeio tranquilo. Esta *conversão antropológica* é algo que difere bastante da “mudança de paradigma” que alguns *objecteurs de croissance* gostam demais de anunciar. Tampouco é uma revolução, no sentido histórico desta palavra, enraizado em dada cultura ou civilização. Fica até difícil aceitar as repercussões transtornadoras provocadas pela expressão “*conversão antropológica*”.
- 19 Querendo ir além, ou seja, aproximando-me do que é realmente necessário, sugiro que comecemos com o compartilhar, uma vez que a noção de decrescimento implica, antes de mais nada, uma ética e uma política de compartilhamento. No registro das percepções sensíveis e do pensamento honesto, o primeiro compartilhar que se apresenta é o fato de reconhecermos, juntos, que estamos perdidos, completamente perdidos, errantes e sem bússola! Vocês verão que esta confissão compartilhada provoca imediatamente um alívio fabuloso que varre hipocrisias e fanfarronadas. De uma só vez, todos se encontram no mesmo pé de igualdade: o do abandono de qualquer certeza. E garanto que são mais numerosos do que pensamos aqueles que só esperam por um sinal ou gesto para deixarem, felizes, tudo aquilo que é um obstáculo contra sua própria realização, e *seguirem rumo a uma pobreza voluntária, ao invés de aguentarem uma miséria imposta*. Aqui, não é questão de humanismo ou otimismo. Pelo contrário, acredito ser frutífero habitar a desesperança que o humanismo se recusa a frequentar, mas sem se furtar ao surgimento daquilo que pode acompanhá-la maravilhosamente. Não saberia dar nome a este maravilhamento, a não ser na relação amorosa e transtornadora que me conecta com “o outro” e com o mundo e sua beleza.
- 20 Para falar em alteridade, só tenho do Brasil um conhecimento livresco, fragmentário e fantasiado pelo imaginário que alimentou meus sonhos de criança e adolescente. Mas, ao escrever estas linhas, meu olhar se volta, ao mesmo tempo, para fotografias que Sebastião Salgado tirou de São Paulo, em 2002 e para as notícias do *Survival internacional*, que me informam, neste início do mês de junho de 2011, que uma comunidade de Índios Guarani está recuperando parte de suas terras ancestrais após ter vivido à beira de uma estrada durante cerca de dois anos... Mas é com este universo que me sinto em sintonia.

O decrescimento ou a beleza do porquê

- 21 Basta prestar atenção em uma criança que tenha a idade de todos os porquês, para compreender imediatamente que insolente beleza tem o porquê. É certamente paradoxal associar esta evidência com uma palavra que parece contradizer sua clareza. A criança cresce questionando. O decrescimento questiona as crenças que levaram a humanidade

até o final do impasse planetário atual, no fundo do labirinto. Por que chegamos aí? Por que devemos revolucionar totalmente nossa forma de ver, de pensar e agir? O decrescimento não se atém a uma definição rigorosa. É uma libertação do imaginário e não um fim em si. O olhar da criança sobre o mundo é a prova de que o porquê do porquê só pode ficar sem resposta. É necessário encontrar este nível infantil de percepção, pois o decrescimento é primeiramente uma forma singular de sensibilidade, muito antes de ser um objeto mental processável no plano abstrato e sem nenhuma relação com a parte sensível daquilo que somos. O decrescimento pode nos libertar da sujeição a um condicionamento próprio da nossa fábrica cultural. Diante do Grande Enigma, que se apresenta universalmente a cada recém-chegado, só nos resta aceitar a terrível nudez da pergunta sem resposta. É a pergunta que a poesia e a arte não param de fazer, pelo menos no Ocidente, desde Lascaux e Homero: por que a harmonia pode também ser trágica?

- 22 O decrescimento nos convida à mais simples e difícil pergunta de todas: “O que desejamos que tenha verdadeiramente um sentido em nossa vida?”. Com o decrescimento, é também possível dar um fim à arrogância e à insignificância do como. O como não tem mais futuro do que o mito do crescimento. Se não sabemos como sair do labirinto, é porque, justamente, não deixamos de privilegiar o como, em detrimento do porquê. O como é uma obsessão contábil e uma monomania técnica que consiste em negar a questão do sentido daquilo que fazemos, individualmente e politicamente. Será que basta um ato ser possível para justificar sua realização? Será que basta que uma coisa seja viável, para legitimar que seja feita? A modernidade despediu o porquê, enquanto inventava que tudo é possível, fazendo com que os homens acreditem mesmo ter se tornado como deuses. O resultado desta negligência antropológica está debaixo dos nossos olhos. O planeta não vai aguentar por muito tempo as loucas exigências da nossa espécie predadora. O decrescimento é um convite fervoroso a renunciar a elas. Terão aqueles que estão chegando os meios para exigí-lo de nós? Sua expectativa não é a expectativa do como. É a do porquê. O decrescimento é a beleza do porquê. É a saída do labirinto.

BIBLIOGRAFIA

Referências

- BESSION-GIRARD, J-Cl. *Decrescendo cantabile: petit manuel pour une décroissance harmonique*. Paris: Parangon, 2005.
- CHAR, R. *Feuillets d'Hypnos*. In: *Œuvres complètes*. Paris: La Pléiade, Gallimard, 1983.
- ENTROPIA. *Pourquoi Entropia? Entropia*, no 1, 2006.
- HOFMANNSTHAL, H. von. *Lettre de Lord Chandos*. Paris: Rivages, 2000.
- WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus*. Paris: Gallimard, 1961.

NOTAS

184. Wittgenstein (1961, p. 29).

185. René Char (1983), *Feuillets d'Hypnos*, 62, p. 190.

AUTORES

JEAN-CLAUDE BESSON-GIRARD

Escritor, pintor, fundador e diretor da revista *Entropia-Revue d'étude théorique et politique de la décroissance* (Parangon/Vs). No tema, publicou em 2005 o livro *Decrescendo cantabile* (Parangon). E-mail: jeanclaude.bessongirard@sfr.fr

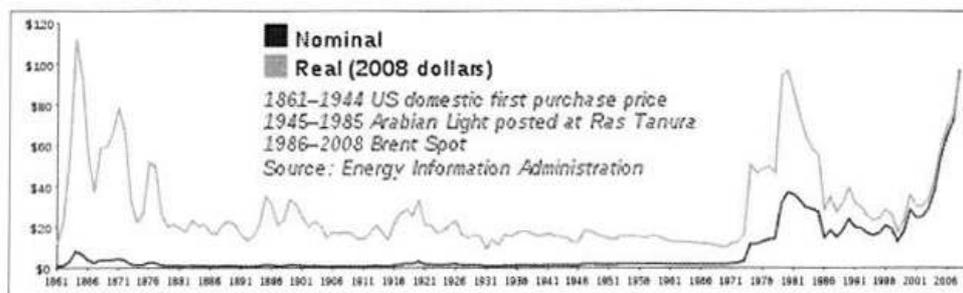
Policrise da globalização

Jean-Marc Salmon

- 1 O final do século xx foi marcado por tal inflação de crises que Edgar Morin imaginou uma “criseologia” (Morin, 1976). No início do século XXI, as relações “crísicas” tornam-se mais estreitas. A conexidade dos riscos aumenta nas sociedades cada vez mais interligadas. Com a globalização, a propagação dos choques torna-se mais fácil. Desde a crise de 1929, a migração de uma crise do âmbito financeiro para o econômico e o social, até mesmo para o político, está bem documentada. A “grande recessão” de 2008-2009 foi explicada sob esse prisma de causalidade linear e propagação concêntrica a partir de Wall Street. No entanto, a novidade é que a crise de 2008-2009, clássica no capitalismo, produziu expressões *crísicas* da perturbação dos meios naturais — um conjunto onde interagem as crises energética, alimentar e climática. Aqui, a causalidade é menos linear, mais complexa.
- 2 A crise do petróleo resulta de diferentes pressões: a escassez de reservas baratas, localizadas principalmente no Oriente Médio, o boicote internacional ao Iraque e sua invasão pelo exército dos Estados Unidos, o aumento do consumo pelas economias de crescimento rápido (China, Índia, etc.), a dificuldade em substituir o petróleo por outras energias líquidas, o poder e o conservadorismo dos oligopólios que controlam os sistemas mundiais de produção e distribuição e, finalmente, a especulação nos mercados futuros.
- 3 No final do século xx, a cotação do petróleo bruto chegou ao mínimo antes da eclosão da bolha da Internet em março de 2000 (ver Gráfico 1). A partir desse momento, a união de todos esses fatores, incluindo as novas necessidades dos países de rápido crescimento — a começar pela China — fez a cotação multiplicar por seis, chegando a US\$ 140 por barril no final do segundo trimestre de 2008.
- 4 A crise do petróleo conserva uma relação direta com a crise alimentar. A extrema volatilidade dos preços dos combustíveis é transferida para os preços dos produtos agrícolas, através da mecanização da agricultura, dos fertilizantes e pesticidas, cuja produção usa petróleo¹⁸⁶ e, finalmente, do transporte dos locais de produção para os de consumo (Gouel, 2010, p. 77).
- 5 O impacto dos aumentos de preço do petróleo foi repassado ainda mais facilmente, visto que os mercados agrícolas estavam sendo pressionados há muitos anos, devido ao forte

aumento da procura. O aumento do consumo de carne tem em geral acompanhado o aumento do nível de vida (Fischler, 1990). Nas novas potências do século XXI, o desenvolvimento maciço da classe média transformou os modos de consumo. Na China, por exemplo, em dez anos, de 1997 a 2007, o consumo de arroz diminuiu 4%, o de trigo, 7%, mas o de frango saltou 56% e o de carne bovina, 71%.¹⁸⁷ No entanto, são necessárias de três a dez calorias vegetais para produzir uma caloria animal. Imediatamente, a pressão sobre as áreas rurais aumentou de forma significativa, o que levou a China a consumir cada vez mais o seu estoque de grãos, que diminuiu 75% entre 1990 e 2007.

Figura 8 – Evolução dos preços do petróleo de 1861 a 2007 (em dólares constantes)

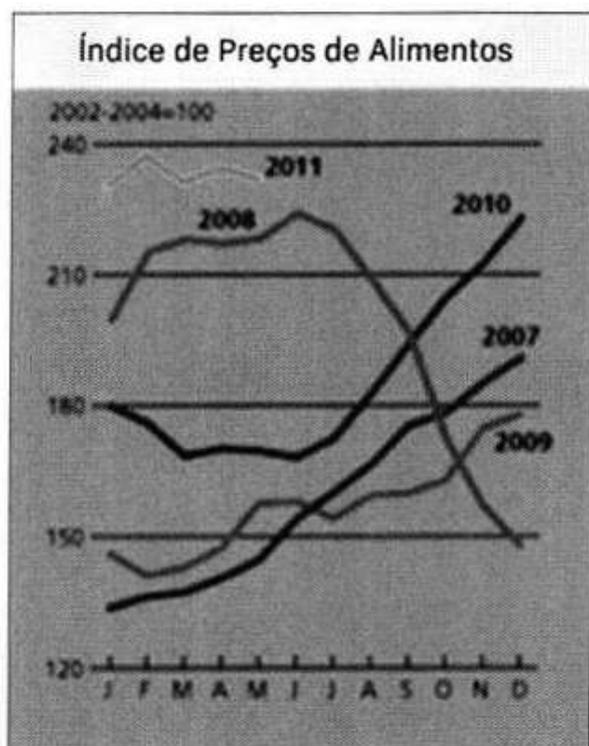


Fonte: AIE (Gráfico da Wikipedia).

- 6 Em todo o mundo, a rigidez dos mercados agrícolas – ou seja, “a curto prazo, a resposta da oferta é quase zero” (Gouel, *op. cit.*, p. 76) – não ajudou a relaxar a tensão. No entanto, essa lentidão reativa da oferta atraiu o interesse de investidores que viram uma oportunidade de lucro com poucos riscos. De 1990 a 2007, os investimentos diretos na produção agrícola no exterior triplicaram, alcançando us\$ 3 trilhões.¹⁸⁸ Enquanto isso, os especuladores agiam cada vez mais nos mercados futuros. Na verdade, o número de contratos indexados a prazo na bolsa de Chicago, referência mundial para o trigo, quadruplicou entre janeiro de 2004 e janeiro de 2006 (United States Senate, 2009), antes de se estabilizar. Quando os mercados agrícolas foram abertos aos especuladores em 1974, considerava-se, com base nas teorias dos “mercados racionais” e nas obras dos futuros prêmios Nobel Robert Merton e Myron Scholes, que eles dispunham de ferramentas para avaliar racionalmente os riscos de contratos futuros. Esses pesquisadores garantiam que o inchaço gerado pelos contratos alinharia os preços a um nível mais justo. Em 2011, a maioria dos especialistas tem uma visão diferente e admite que a especulação estimula a volatilidade dos preços no curto prazo (OCDE-FAO, *op. cit.* 2011). A crise de 2008 permitiu esse início de reversão das perspectivas. Ela destacou a desconexão entre os mercados futuros, especulativos, e os mercados *spot*, à vista. Na verdade, a diferença entre o preço *spot* do trigo e o preço a prazo, que era estável entre 2004 e 2006, explodiu em 2008, até quadruplicar em relação a 2006 (United States Senate, *op. cit.*).
- 7 Os movimentos erráticos dos preços (cf. Gráfico 2), quando reduções significativas sucedem a aumentos nas mesmas proporções, são fonte de incerteza e altamente perturbadores para os camponeses, especialmente para aqueles que tentam sobreviver com a venda de seus produtos. Esses movimentos brutais desestabilizam também os exilados da terra, que migram para as grandes metrópoles, concentrando-se em favelas nas periferias. Ali, crise alimentar e crise social se reforçam mutuamente.

- 8 Por outro lado, a crise dos alimentos manteve estreita relação com a crise climática e, em última instância, com a crise energética (Vivas, 2009). A maior divisão do trabalho, a realocação da produção agrícola e sua intensificação, bem como o desenvolvimento da agricultura de exportação, acentuaram a dependência agrícola em relação ao petróleo. Na Europa, as plantações de alimentos consumidos desde 1980 estão cerca de 25% mais distantes.
- 9 A deslocalização da produção agrícola provocou mudanças no uso da terra, o que também contribuiu para o aumento das emissões de gases de efeito estufa. A agricultura é, junto com o transporte e a indústria, um dos principais responsáveis pela crise climática. A crescente concentração desses gases levou os especialistas do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) a considerar uma multiplicação dos eventos extremos no século XXI (IPCC, 2007). No caso dos cereais, os períodos prolongados de seca na Austrália, em 2007, na Ucrânia, em 2008, e na Rússia, em 2010, afetaram os países-chave no comércio internacional de grãos, o que resultou em aumentos significativos de preços no mercado mundial.
- 10 Deve ser visto nesses eventos extremos um efeito precursor da crise climática? Haverá, a longo prazo, um efeito retroativo positivo¹⁸⁹ ou a intensificação da agricultura exigirá ainda mais intensificação para compensar a crescente insegurança climática suscitada? Independentemente, no intuito de combater, entre outras coisas, a mudança climática, os governos da China, dos Estados Unidos e da União Europeia incentivaram o uso de combustíveis alternativos para reduzir o consumo de energia fóssil no início do século XXI

Figura 9 – Evolução do índice dos preços de alimentos desde 2007, comparado com o período 2002-2004. (Em% – 2002-2004 = 100)



Fonte: FAO

- 11 Os objetivos da China para o etanol e da Europa para o agrodiesel pressupõem um grande volume de importações de países tropicais até 2020, respectivamente de milho e de azeite de dendê. Em 2008, duas empresas chinesas, a Sinopec e a CNOOC, propuseram investir respectivamente US\$ 5 bilhões e US\$ 5,5 bilhões na Indonésia para desenvolver o cultivo do milho e transformá-lo em biodiesel.¹⁹⁰ O que acontecerá com os direitos dos povos indígenas nessas ilhas próximas da Nova Guiné? O desenvolvimento das plantações de dendezeiros no sudeste da Ásia, destinados à Europa, aumenta a pressão sobre as florestas primárias. Essas mudanças no uso da terra afetam a biodiversidade e produzem emissões maciças de carbono. No Brasil e outros países tropicais, o rendimento da cana é tal que, com o etanol resultante, o saldo das emissões de gases de efeito estufa é positivo. Com as oleaginosas, ao contrário, tanto quanto com os cereais, cuja produtividade é mais baixa, é possível que as emissões de carbono causadas pelas mudanças no uso da terra possam anular os ganhos de emissão obtidos pela substituição dos combustíveis fósseis pelos biocombustíveis. O debate entre os especialistas não está encerrado. Na pior das hipóteses, ocorrerá um efeito negativo inesperado ou essa estratégia de segurança climática irá piorar a crise climática?
- 12 Outro efeito dessas políticas públicas, direcionadas ao desenvolvimento dos biocombustíveis, ocorreu nos Estados Unidos e na Europa: sua produção chegou a tal ponto que exerceu um efeito de evicção das culturas alimentares nesses países. A produção de etanol favoreceu o milho nos Estados Unidos e na China. Por exemplo, nos Estados Unidos, entre 2006 e 2007, a colheita de milho aumentou em 24%, enquanto as áreas plantadas com soja diminuíram um sexto (Gouel, *op. cit.*, p. 82). Um fenômeno de substituição desse tipo também ocorre na China.
- 13 Como parte das políticas climáticas dos Estados Unidos e da União Europeia, a duplicação prevista das culturas de biocombustíveis dentro de dez anos pressionará os preços dos alimentos para cima. Poderiam, segundo a FAO, ser suficientemente fortes para anular, até 2017, grande parte dos ganhos de produtividade provenientes dos cereais secundários, dos óleos vegetais e das oleaginosas (OCDE-FAO, 2008).
- 14 O desenvolvimento dos biocombustíveis, que aumenta a demanda por produtos agrícolas, contribui diretamente para a alta dos preços dos alimentos. Também contribui indiretamente, porque aguça a concorrência pelo uso do solo em países onde as reservas de terra são pequenas. Essa competição levou a deslocalização das culturas de alimentos em outros países. Todos esses processos foram responsáveis por metade do aumento dos preços dos cereais e das oleaginosas nos anos que antecederam a crise de 2008 (OCDE-FAO, *op. cit.*).
- 15 Essas estratégias de amenização da crise climática contribuem para agravar a crise alimentar. Isso levou as grandes organizações mundiais, a começar pelo Grupo Banco Mundial, a incentivar ainda mais a intensificação da produção agrícola e a divisão do trabalho, cujos efeitos negativos sobre a crise climática são previsíveis.
- 16 Neste contexto global, estruturado por tendências de médio prazo, os efeitos da crise financeira de Wall Street e da City, em 2008-2009, se juntaram aos da crise alimentar. Alguns projetos espetaculares envolvendo imensas áreas na África e na Ásia marcaram essa conjunção: 324 mil hectares de terras agrícolas no Paquistão para os Emirados Árabes Unidos em junho de 2008;¹⁹¹ no mesmo mês, para uma empresa estatal chinesa, 101 mil hectares no Zimbábue; e, sete meses depois, o fundo de investimentos Jarch Capital, com

sede em Nova Iorque, arrendava 1,066 milhão de hectares no sul do Sudão, antes de quase dobrar a aposta, em abril de 2009, com mais 800 mil hectares.¹⁹²

- 17 A aceleração do processo de concentração de terras resulta de duas dinâmicas:
- A crise alimentar, que atingiu um novo patamar em 2008 (os preços dos alimentos tendo mais do que dobrado em cinco anos, cf. Gráfico 2), levou muitos governos a querer garantir a segurança alimentar de seu povo (Arábia Saudita, China, Coreia, Egito, Índia, Japão, Líbia, países do Golfo).
 - A crise financeira, que levou alguns atores a procurar fontes de lucro menos arriscadas do que Wall Street. Operadores financeiros (administradores de fundos de pensão e de capital de risco, proprietários de fundos de *hedge*) e os gigantes do comércio agrícola se voltaram para a aquisição de terras baratas, contando com uma alta rápida e forte no preço das terras. Esses investimentos diretos no exterior foram estimulados pelas políticas do FIAS, do Grupo Banco Mundial¹⁹³, para melhorar o “clima dos investimentos”. O FIAS incentivou países africanos a modificarem suas leis para facilitar a aquisição de terras pelo capital estrangeiro (Shepard & Mittal, 2010). No entanto, contra a corrente, alguns países, como o Brasil, aumentaram as restrições à compra de terras por investidores estrangeiros.
- 18 Dois mil e oito começou como o ano dos “protestos contra a fome” – que surgiram nas ruas de cerca de vinte capitais em todo o mundo – e terminou como o ano da crise financeira. Obviamente, essa crise clássica do capitalismo interage com a policrise dos meios naturais, expressa através das crises energética, climática e alimentar, as finanças e o petróleo funcionando como grandes conectores das interações entre esses dois subsistemas de crises.
- 19 A partir de junho de 2008, a cotação do petróleo bruto mergulhou em uma queda vertiginosa, o que influenciou, por um retrocesso negativo,¹⁹⁴ a dos alimentos. Esses baixaram significativamente. No auge da crise, os mecanismos de retorno ao equilíbrio pareciam funcionar. Os fundos especulativos investidos nos mercados futuros de matérias-primas e produtos agrícolas se voltaram para Wall Street: os operadores financeiros precisavam cobrir suas perdas com a turbulência das bolsas. No entanto, um ano mais tarde, apesar da queda dos preços agrícolas, a fome no mundo atingia um recorde histórico: 1,02 bilhão de pessoas (OCDE-FAO, 2010). Somente em 2009, 105 milhões de pessoas se juntaram às fileiras dos subnutridos. Esse aumento foi consequência das ondas de choque da “grande recessão econômica que causou a diminuição nas receitas e o aumento do desemprego. A crise socioeconômica substituiu a outra, a do petróleo, e acentuava ainda mais a fome no mundo.
- 20 Por que os *feedbacks* regulamentadores, como o da queda dos preços do petróleo, ou a deflação dos derivativos, que foram o clímax da policrise de 2008, não contribuíram para um retorno mais sustentável ao equilíbrio? A desregulamentação dos mercados (e o enfraquecimento das instituições que os controlavam para evitar a volta de uma grande depressão como a de 1929) pode ter diminuído o potencial regulador dos *feedbacks* reguladores? A primazia recente das visões de curto prazo tem algo a ver? Mais fundamentalmente, a perturbação dos meios naturais foi muito negligenciada? E ainda, será que as respostas à crise financeira nas velhas potências do Norte só se dirigiram a alguns dos seus efeitos, não às suas causas? Entramos então em um ciclo de crises crônicas onde as expressões *crísicas* do capitalismo e dos meios naturais interagirão cada vez mais.
- 21 As crises vêm e vão. Quando saem de cena, é para se enterrarem, hibernarem, antes de ressurgirem. Vejamos a crise do petróleo. O preço do petróleo bruto foi dividido por

quase 4 em seis meses, durante o segundo semestre de 2008. A recessão econômica parecia ter vindo para ficar. Mas era apenas aparência (IEA, 2009). Seis meses depois, em junho de 2009, os especialistas da Agência Internacional de Energia avisavam: assim que as velhas potências saíssem da grande recessão econômica, o preço do petróleo bruto voltaria a cruzar a barreira simbólica dos US\$ 100 por barril. Os fatos pareciam estar seguindo seu rumo. Depois de ter chegado a quase US\$ 40 no final do ano de 2008, alcançou o limiar dos US\$ 70 em meados de 2009 e ultrapassou os US\$ 110 no segundo trimestre de 2011. No entanto, a experiência recente de 2008 mostrou que a crise do petróleo agrava a crise dos alimentos. No segundo trimestre de 2011, de acordo com o índice da FAO, os preços dos alimentos chegaram ao seu ponto mais alto, duas vezes e meia a mais do que em 2002-2004 (ver Gráfico 2).

- 22 As diversas crises se respaldam mutuamente. Embora tenham características e temporalidades diferentes, podem alimentar umas às outras, por *feedbacks* positivos, ou podem, por *feedbacks* negativos, produzir efeitos ioiô: quando uma sobe a outra baixa, e vice-versa. Elas se fundem em uma crise complexa, uma policrise. Interação como num sistema.
- 23 A complexidade da policrise gera incertezas. Sem compreensão das interrelações *críticas*, o risco é que uma ação pública setorial contra uma crise agrave inadvertidamente outras, como sugerem, por exemplo, os efeitos das políticas dos biocombustíveis sobre a crise dos alimentos. Mas essas incertezas podem desafiar a pesquisa. Diagnosticar as crises, mapear suas interrelações, permitiria a elaboração de estratégias multirrisco e transversais mais eficazes (Salmon, 2008).
- 24 Diagnosticar e decidir são duas ações interconectadas. Se, etimologicamente, a palavra “*krisis*” significa “decisão”, é porque para Hipócrates o diagnóstico é o momento em que o paciente e o médico saem da incerteza, quando a decisão terapêutica acontece (Starn, 1971). Nada seria mais pernicioso do que interpretar os encadeamentos das crises e suas inter-relações circulares de modo reducionista e mecanicista, como forças fora de controle. Pelo contrário, a complexidade da policrise aumenta a incerteza e a indeterminação. Isso significa que resultados diferentes são possíveis neste ciclo histórico de crises crônicas. O que torna a ação ainda mais decisiva. O surgimento de novas subjetividades, levando a uma convergência, uma combinação de conhecimentos e conscientização poderia constituir um novo contexto para tomada de decisões?
- 25 Recordemos que quando Tucídides, na sua história da guerra do Peloponeso, emprestou de Hipócrates o conceito de “*krisis*”, fez dele um uso histórico — a crise é um momento crucial —, mas também um uso retórico — a crise é um momento de verdade, de teste das qualidades humanas.

BIBLIOGRAFIA

Referências

- FISCHLER, C. *L'omnivore: le goût, la cuisine et le corps*. Paris: Odile Jacob, 1990.
- GOUEL, C. Comment expliquer la flambée des prix agricoles. In: CEPII. *L'économie mondiale 2008*. Paris: La Découverte, 2010.
- IEA, *World energy outlook 2009*. Paris, 2009.
- IPCC. *Climate change 2007*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2007.
- MORIN, E. Pour une crisologie. *Communications*, no 25, pp. 149-62, 1976.
- OCDE-FAO. *Perspectives agricoles de l'OCDE et de la FAO 2008-2017*. Paris, 2008.
- . *Perspectives agricoles de l'OCDE et de la FAO 2010-2011*. Paris, 2010.
- . *Perspectives agricoles de l'OCDE et de la FAO 2011-2012*. Paris, 2011.
- SALMON, J-M. Multi-risk strategy challenges: the biofuel case. *IHDP Update*, no 26-27, 2008.
- SHEPARD, D.; MITTAL, A. *The great land grab: rush for world's farmland threatens food security for the poor*. Oakland: The Oakland Institute, 2009.
- . (Mis)Investment in agriculture, the role of the International finance Corporation in global land grabs. Oakland: The Oakland Institute, 2010 <<http://media.oaklandinstitute.org/misinvestment-agriculture-role-international-financecorporation-global-land-grab>>. Acessado em 01/07/2011.
- STARN, R. Historians and crisis. *Past and Present*, n° 52, pp. 3-22, 1971 <<http://www.unctad.org/Templates/WebFlyer.asp?intItemID=5037&lang=1>>. Acessado em 06/07/2011.
- UNITED STATES SENATE. *Excessive speculation in the wheat market*. Permanent Subcommittee on Investigations, Committee on Homeland Security and Governmental Affairs, 24/06/2009
- VIVAS, E. *Del campo al platô*. Barcelona: Icaria, 2009.

NOTAS

- 186.** Um aumento de 25% no preço do petróleo resultaria em um aumento de 14% nos preços dos fertilizantes; cf. OCDE-FAO, 2011.
- 187.** Gouel, Christophe, op. cit., p. 79, (segundo us Department of Agriculture).
- 188.** Cf. Unctad, <http://www.unctad.org/Templates/WebFlyer.asp?intItemID=5037&lang=1> consultado em 6 de julho de 2011.
- 189.** O *feedback* positivo (noção importada da cibernética) ou *feedback* positivo, amplifica o desvio e a crise, alimentando-se de seu próprio desenvolvimento, ver Morin (op. cit. : 153).
- 190.** “Sinopec to reportedly invest \$5 bilion in Indonesia biofuel projet” Market Watch, January 22, 2008, citado por Shepard & Mittal (2009).
- 191.** Kerr, S. and Bok, F. “UAE investors buy Pakistan farmland” *Financial Times*, 11 de maio de 2008, citado por Shepard & Mittal (op. cit.)
- 192.** Blas, J. and Wallis, W. “us investor buy Sudanese warlord's land”, *The Financial Times*. 9 de janeiro de 2009 e “Jarch doubles its Sudanese empire” *The Hidden Paw*. 30 de abril de 2009, citado por Shepard & Mittal (op. cit.).

193. FIAS: Foreign Investment Advisory Service, um ramo da International Financial Corporation do Grupo Banco Mundial. Recorde-se que, por sua vez, o Banco Mundial, em resposta à crise dos alimentos de 2008, foi encarregado pelo G₂₀ de desenvolver um programa para ajudar as populações famintas.

194. O *feedback* negativo ou retroação reguladora tende a anular as ameaças à estabilidade do sistema, cf. Morin (op. cit. 1976:151).

AUTOR

JEAN-MARC SALMON

Pesquisador em Ciências Sociais associado ao grupo ETOS, ensina no Institut Télécom, Évry, France. Coordenou o programa de pesquisa do Ministério francês de ecologia sobre mudanças climáticas e suas políticas de 1993 a 2005. Antigo diretor do Bureau du Livre Français de New York. Uma de suas obras foi traduzida para o português: *Um mundo em velocidade* (Un monde à grande vitesse, Seuil). E-mail: jmsalmon@gmail.com

Decrescimento e dispêndio: diálogo em torno de críticas ao crescimento e apostas antiutilitaristas

Onofrio Romano e Vincenzo Lauriola

Romano:

- 1 Não é o antiutilitarismo o pano de fundo natural onde surge o desafio do decrescimento. Longe de contribuir para desencalhar nossas sociedades da lógica obsessiva do útil, ele participa, em muitos aspectos, para a consolidação e a reafirmação de uma antropologia política de cunho claramente utilitarista. Os argumentos polêmicos já manifestados por alguns representantes do MAUSS (Dzimira 2007a e 2007b) denunciando como infeliz o próprio termo “*décroissance*” – todo impregnado do fetichismo económico – são, neste sentido, insuficientes e mal colocados.¹⁹⁵ A proximidade de Latouche ao presente que ele busca criticar vai muito além do presumido carácter inoportuno das palavras de ordem adotadas.
- 2 Pretender arrancar do decrescimento o selo antiutilitarista constitui o primeiro passo para contribuir a repensar radicalmente seus fundamentos epistemológicos e sua tradução política. Quem escreve apoia o projeto de uma sociedade do decrescimento, mas está ao mesmo tempo convencido de que as premissas e os conteúdos nos quais ele atualmente se apoia o condenam a um sucesso efêmero, ilusório, apesar de potencialmente amplo, deixando substancialmente inatingível seu horizonte de sentido.
- 3 Na exploração desta hipótese de trabalho, vamos nos inspirar da teoria batailliana do dispêndio (*dépense*) (Bataille, 2003) como chave de leitura do decrescimento (*décroissance*).
- 4 Por que o dispêndio (*dépense*)? Achamos injustificada e perniciosa a marginalização do discurso de Georges Bataille no debate antiutilitarista do MAUSS (Romano, 2006 e Caillé, 2006). A visão batailliana constitui a tentativa mais coerente e radical de desmascarar a insustentabilidade de um acordo humano fundado na redução das coisas e das pessoas a sua função servil, assim como o território teórico que ofereceu maior espaço às práticas sociais de subtração dos seres a seu destino utilitário, ou seja, às práticas de “sacralização”.

- 5 O que autoriza um diálogo entre dispêndio (*dépense*) e decrescimento (*décroissance*) é o fato de compartilhar um mesmo ponto de ataque: o questionamento do mito do crescimento, a denúncia da insustentabilidade do regime de acumulação dos bens. É a partir deste núcleo comum que pretendemos construir esta contribuição, articulando a comparação ao redor de dois eixos principais:
- a rejeição da sociedade de crescimento;
 - o conteúdo político de uma sociedade para além do crescimento.

Contra a sociedade de crescimento

- 6 Há uma evidente ressonância entre dispêndio e decrescimento na evocação intuitiva de uma empresa de reversão do caminho naturalmente unilinear do crescimento. Porém, as finalidades são distintas: a partir de sua análise é possível reconstruir a natureza diferente das duas perspectivas.
- 7 Para Latouche, o regime de “crescimento pelo crescimento” é condenável, antes de tudo, porque ele constitui uma ameaça para a vida em si mesma, enquanto um regime de crescimento ilimitado é incompatível com a quantidade de recursos não renováveis disponíveis e com a velocidade de regeneração da biosfera para os recursos renováveis. Assim: “...uma mudança radical é uma necessidade absoluta... para evitar uma brutal e dramática catástrofe” (Latouche, 2006 e 2007).
- 8 Evocar o espectro da catástrofe como argumento central contra a sociedade de crescimento suscita vários problemas. Em primeiro lugar sobre a confiabilidade do cenário. Como afirmou Wolfgang Sachs: “o problema da catástrofe é que ela não acontece jamais”¹⁹⁶. As externalidades negativas do crescimento sobre o meio ambiente provocam rachaduras lentas e progressivas ou, no máximo, desastres localizados, pontuais. Ao contrário, a “grande catástrofe” é uma hipótese improvável, mas sobretudo inutilizável, pois, mesmo que aconteça, ninguém poderia mais tirar lições dela...¹⁹⁷
- 9 A referência à catástrofe insinua um insuportável elemento de heteronomia: quem está habilitado para ver a iminência da catástrofe e, portanto, para decretar a “necessidade do decrescimento”? Os “técnicos”, naturalmente. Isso inquieta, porque espolia os povos da soberania e da autonomia de juízo sobre o estilo de vida escolhido, por causa de um imperativo formulado pela ciência. Um mandato que não se limita ao diagnóstico de sustentabilidade, mas que promete inevitavelmente de se estender também às soluções políticas.¹⁹⁸
- 10 A proposta do decrescimento recusa-se a encarnar-se nos processos sociais e históricos. O horizonte que ela propõe vem de cima para baixo. A mudança, independentemente de ser compartilhada e desejável, é indispensável por motivos técnicos. Ela está legitimada por um juiz exterior.
- 11 O pensamento da catástrofe hoje se espalha em muitos âmbitos de nossas sociedades, permeando movimentos sociais, perspectivas políticas, arenas públicas, literatura, programas de televisão, estilos cinematográficos hollywoodianos, etc. Trata-se de um pensamento fixo, de uma obsessão típica dos habitantes das sociedades de capitalismo maduro. Uma espécie de desejo inconfessável que aparece esporadicamente aqui e ali (Baudrillard, 2002). A condição de apatia política que atravessamos é evidente: nos sentimos impotentes para imaginar alternativas políticas viáveis ao presente, apesar da autorrepresentação, continuamente reafirmada, de habitantes do reino da liberdade,

onde conseguiu-se um nível de autonomia individual nunca alcançado antes (Bauman, 1999). Nesse aspecto influenciou o fim do socialismo real, que, com sua mera existência, sinalizava a possibilidade de uma alternativa de civilização (Cassano, 2001). É como se tivéssemos alcançado o melhor dos mundos possíveis. Esta rigidez do presente não deixa escapatória. Ela nos relega na gaiola do idêntico, denunciada por Bataille, pelo melhor Freud (2000): o homem precisa fugir de si mesmo, da armadura de sua identidade, de evadir-se rumo a um outro lugar. Quanto mais o horizonte se fecha a toda alternativa política, tanto mais o desejo da catástrofe se espalha como única saída imaginável. A obsessão da catástrofe surge da nossa apatia política, permitindo-nos um retorno ao terror, antigo e consolador, ao respeito de uma Natureza onipotente, que nos libera finalmente de nossa insuportável autonomia.

- 12 O fato do decrescimento se abrigar na obsessão da catástrofe é o primeiro sintoma de sua fraqueza “política”. Isso equivale a reconhecer que não é possível se opor à grande potência do regime de “crescimento para o crescimento” com uma alternativa igualmente tentadora, capaz de ganhar consenso através de uma luta no campo aberto da política. Portanto, sobra apelar para a aliança com uma majestade superior, transcendente e apolítica: a “natureza”. Abandonar o regime de crescimento é uma “necessidade” decretada pela natureza, não uma “escolha” feita pelos homens: a mera evocação da catástrofe como argumento central significa abdicar de nossa soberania, de nossa autonomia de viventes “qualificados” (Arendt, 1989 e 1999).
- 13 Nesse sentido, o decrescimento aproveita os humores mais malsãos da atualidade, considerando-os uma “realidade”, ao invés do sintoma de um desconforto mais forte a ser colocado como tema. Mas a “homogeneidade” do pensamento do decrescimento ao presente é mais radical. Ela se manifesta no âmbito profundo das bases imaginárias que instituem a sociedade moderna, enraizadas na lógica utilitarista. O sinal primeiro desta homogeneidade está numa circunstância de argumentação aparentemente banal. O crescimento é condenado, antes de tudo, por ser uma ameaça à “vida”, à sobrevivência. Pois bem, a pergunta é: por que sobreviver?
- 14 A preservação dos seres vivos (do homem até a baleia...) parece um objetivo óbvio. A defesa da “vida pela vida”, prescindindo e independentemente de qualquer pergunta sobre o sentido da vida, parece um valor em si mesmo, um imperativo moral indiscutível, que não necessita de justificativa. Há uma razão profunda que explica este sobrevoos: a subalternidade do decrescimento ao principal artigo de fé do colonialismo – imaginário – moderno-ocidental (disfarçado, como habitualmente, de dogma universal, extra-histórico e extrageográfico). Ou seja, o caráter sagrado da vida em si mesma. Este imperativo traduz a raiz “neutralitária” da filosofia política utilitarista:¹⁹⁹ democracia e liberdade exigem um Político a-teleológico, que não se ocupe da construção do sentido da vida associada, pois este não é nada mais que o resultado espontâneo da interação entre particulares, entre indivíduos, únicos soberanos na elaboração e na realização de seu próprio projeto existencial. Originariamente o crescimento nada mais é que a tradução do princípio moderno de neutralidade: ele é “justamente” indiferente a qualquer finalidade, fora aquela de incrementar as possibilidades materiais de cada um de escolher e realizar suas próprias finalidades. Neste sentido, o princípio do “crescimento pelo crescimento” é em tudo equivalente ao princípio da “vida pela vida”. Eles são reciprocamente pleonásticos. Por décadas apostamos que a melhor maneira de defender e apoiar a vida fosse apostar no crescimento. Hoje alguém nos adverte que esta estratégia é insuficiente ou até danosa, razão pela qual seria melhor apostar no decrescimento. Muda a estratégia

mas o objetivo é o mesmo: a vida, apesar de qualquer “sentido”. O regime neutralitário que se pretende combater fica reafirmado plenamente. O decrescimento não produz nenhuma ruptura epistemológica com relação aos fundamentos utilitaristas da sociedade de crescimento.

Lauriola:

- 15 Você define o “caráter sagrado da vida em si” como o principal artigo de fé do colonialismo – imaginário – moderno – ocidental, disfarçado de dogma universal, extra-histórico e extrageográfico. Mesmo que tal afirmação venha da crítica à redução quantitativa do valor da vida, sintetizada pelo argumento do aumento da esperança de vida média e, portanto, subentenda mais ou menos explicitamente uma crítica específica sobre tal aspecto reducionista, não sei si e quanto é legítimo afirmar que o “caráter sagrado da vida” é uma característica pura e exclusivamente moderno-ocidental. Podemos, afinal, afirmar que as culturas não ocidentais não consideram a vida igualmente sagrada? Parece-me que responder a esta pergunta poderia representar uma espécie de “teste” para validar ou não a afirmação anterior, e que tal teste impor-se-ia, se quisermos indagar a medida e a maneira em que as outras culturas se posicionam frente ao alongamento da esperança de vida média.
- 16 Minha impressão é que, longe de se colocar nos termos de uma oposição radical, a questão do caráter sagrado da vida, com certeza não exclusiva do ocidente, seja mais declinada de maneira diferente nas diversas culturas, e talvez não em sentido universalista, ou sem pretensões ao universalismo. Por exemplo, em diversas culturas, o caráter sagrado da vida possui uma conotação que poderíamos definir como “etnocêntrica”, na medida em que não se atribui o mesmo valor sagrado à vida dos membros de outros grupos ou povos. Muitas vezes os povos indígenas se autodenominam com termos que significam “gente verdadeira”, para se distinguir de outros com os quais não compartilham determinadas características culturais. Os “inimigos”, os “outros”, os não membros do grupo, são frequentemente considerados de forma diferente, ou até desprezados.
- 17 Ademais, o “status” humano, de “gente”, nem sempre é prerrogativa exclusiva de quem possui, num determinado momento, feições antrópicas, podendo se estender a outros seres vivos, sendo que, como afirma Philippe Descola, o elemento originário comum entre humano e não humano não é “natural”, mas sim “cultural”²⁰⁰. Em alguns casos, de fato, a vida de um não humano poderá possuir o mesmo caráter sagrado que a vida de um “verdadeiro homem”. Por outro lado, é preciso admitir que a defesa da vida como valor supremo, em um nível não meramente individual, representa uma das bases fundamentais sobre as quais se baseia qualquer reagrupamento humano mais ou menos estável e duradouro, que se expresse historicamente em termos culturais.
- 18 Provavelmente, o que distingue a declinação moderno-ocidental do caráter sagrado da vida é a convicção de que o homem possa ser dono do próprio destino, que ele exerce um papel determinante, ou pelo menos significativo, sobre o próprio devir, seja individual ou como coletividade cultural. Muitas culturas não ocidentais não compartilham tal convicção profunda, no sentido que o futuro do homem e de seu grupo cultural (aspecto com conotação universalista), mesmo nos casos em que não é considerado “já escrito”, predeterminado ou dominado pelo destino, será de qualquer forma fruto de uma série de fatores e forças que, no geral, fogem ao controle e à capacidade de influência do homem. Neste sentido, mesmo a fé no “progresso” pode ser considerada uma característica tipicamente moderno-ocidental, mesmo em suas conotações menos materiais, como as morais, enquanto em outras culturas a crença que o homem possa, no seu caminho

histórico, realmente melhorar a própria condição existencial e moral, é ausente, simplesmente ilusória²⁰¹. Apesar disso, mesmo nestas culturas, não apenas a vida não perde sentido e continua valendo a pena de ser vivida, mas nem por isso é considerada menos “sagrada” que no ocidente.

- 19 No entanto, acho necessário tecer algumas críticas ao “valor da vida” vigente no ocidente (Sosa, 1985). É sua transformação em mercadoria, o que se traduz em atribuir um valor monetário à vida de um indivíduo com base no seu status econômico-patrimonial efetivo ou potencial. Trata-se de uma lógica difusa e institucionalizada no mundo contemporâneo, desde os mercados de seguros até as compensações por danos ambientais, pela qual não apenas fica legitimado que a vida de um cidadão europeu ou norte-americano tenha um valor muitas vezes maior que a de um africano ou indiano mas, como demonstrado pelas indenizações ambientais pagas em casos dos desastres da petroleira Exxon Valdez no Alasca e do acidente químico de Bhopal na Índia, a vida de cetáceos do Alasca foi avaliada muito mais que a de humanos da Índia.
- 20 Por outro lado, não concordo com sua afirmação segundo a qual, partindo do caráter sagrado moderno-ocidental da vida, se conclui que a defesa da vida e a defesa do crescimento são reciprocamente pleonásticas. Parece-me que o nó esteja mais no princípio de neutralidade da filosofia política utilitarista. Admitindo o caráter a-teleológico da esfera política (presumida, pelo menos) ao não se ocupar das circunstâncias do sentido da vida associada, hoje o princípio de neutralidade de “perseguir o maior nível de felicidade para o maior número” não pode se eximir de levar em conta (mesmo que não em chave exclusivamente economicista, como infelizmente está acontecendo com a biosfera tornando-se mercadoria, enquanto faz-se passar a ilusão de uma regulação via mercado da crise ambiental) os limites do planeta, assim como deveria aceitar a incapacidade do homem de controlar, gerenciar, planejar, em última análise de “dominar” a biosfera.
- 21 Na medida em que a tendência “naturalmente” inserida na formulação inicial benthamiana do utilitarismo é a da ausência de um limite. Ou seja, a confiança nas capacidades humanas, via ciência e tecnologia, de ultrapassar ou empurrar sempre mais para frente os limites que cada vez mais se manifestam. É a crítica destes pressupostos, junto à afirmação da necessidade profunda de se confrontar com os limites da natureza e do ser humano, que funda a oposição radical da proposta do decrescimento ao paradigma utilitarista.

Romano:

- 22 O fato que Latouche não foge ao regime de neutralidade é confirmado pela construção do segundo eixo da crítica à sociedade de crescimento: aquele consagrado a sua insustentabilidade “social”, que constitui um ataque contra o modelo específico da sociedade de crescimento, resultado de uma “escolha”, mais que da necessidade de evitar a catástrofe. Também neste caso é novamente proposta a abordagem tecnicista já denunciada. O bem-estar produzido fica “desmascarado” graças a dados, medidas que denunciam seu caráter ilusório. Precisaria subtrair do PIB os itens representados pelas produções nocivas: descobriríamos sua progressão “negativa” registrada nos últimos anos em quase todos os países industrializados.
- 23 Em segundo lugar, Latouche atribui abusivamente ao crescimento alguns defeitos, mas é muito dúbio que tais defeitos possam ser atribuídos diretamente ao crescimento. A sociedade de crescimento, afirma, produz desigualdades e injustiças. Pois bem,

crescimento e igualdade substancial estiveram lado a lado por longo tempo nas sociedades de welfare. Se isso não acontece mais, isso é devido muito provavelmente à hegemonia do liberalismo e à paralela desgraça do valor da igualdade que data da queda do Muro, com certeza não somente ao mito do crescimento.

- 24 Mesmo admitindo o diagnóstico latouchiano, o que surpreende é que toda a crítica seja construída na base de uma infraestrutura do valor coerente com a antropologia utilitarista moderna. A igualdade reclamada é um valor do Iluminismo, além de um princípio moral duplamente amarrado à doutrina utilitarista. O crescimento do PIB, adverte Latouche, produz infelicidade, enfraquecimento das relações. O bem-ter faz diminuir o bem-estar.
- 25 Não é interessante pôr em dúvida a verdade da tese, mas sim o caráter paradoxal desta. Ou seja, o fato que ele deixe substancialmente imune o modelo de vida ocidental, remetendo de qualquer forma para uma concepção da vida típica do moderno, baseada na busca ilimitada de “estar cada vez melhor”. A modernidade nunca favoreceu o ter mais para ter mais, mas o ter mais para estar melhor.
- 26 A crítica de Latouche se encaixa numa instância típica da “modernidade reflexiva”. Trata-se da denúncia da modernidade “má” – realmente existente – com base num modelo de modernidade boa, ideal, originária. O objetivo último permanece sempre a busca do bem-estar imanente: que este seja obtido incrementando os recursos produzidos, reduzindo-os ou, ainda, parando de se ocupar deles é um detalhe que não coloca em nada em discussão o modelo de sociedade. A antropologia moderna está salva e reafirmada. Neste sentido, não se compreende as acusações muitas vezes feitas a Latouche de evocar um retorno ao passado pré-moderno²⁰². O decrescimento não visa subverter o projeto da modernidade: ele pretende equipá-lo frente a novos desafios, como os autores da modernização reflexiva.

Lauriola:

- 27 Em síntese, a objeção feita a Latouche e a sua proposta de decrescimento é de não ser suficientemente, ou até em nada, antiutilitarista. Poderia surgir a contraobjeção: e daí? Mesmo que for assim? Não podemos esquecer ou subestimar que tal proposta crítica é ela mesma filha de uma matriz cultural moderno-ocidental, ou seja, não podemos superestimar nossa capacidade de se livrar completamente do inevitável fardo de etnocentrismo que carregamos conosco, consequência da matriz cultural da qual, mesmo que críticos, permanecemos a expressão. Não parece, todavia, que a ausência ou defeito de um atestado de autenticidade antiutilitarista da crítica e proposta latouchiana seja suficiente para invalidar sua relevância, profundidade e alcance.

Romano:

- 28 De fato não é uma questão de ortodoxia antiutilitarista. Se não refletirmos suficientemente sobre as bases do paradigma da modernidade e se elas acabam sendo reafirmadas, mesmo que sub-repticiamente, o mundo permanece como é. Em particular, abre-se mão de atacar as que considero as fontes autênticas do desconforto contemporâneo. Por isso, acho profícuo levar em consideração os motivos de Bataille contra a sociedade de crescimento. É provavelmente abusivo comparar dois discursos que, utilizando no caso os mesmos termos (ex. o “crescimento”), referem-se, na realidade, a fenômenos não comparáveis, também do ponto de vista meramente temporal (a preocupação pelo esgotamento dos recursos, na época em que Bataille escrevia, não estava na pauta). A crítica batailliana não se baseia na defesa do modelo originário da

modernidade. Não tende a reafirmar a infraestrutura imaginária que tanto deve ao pensamento utilitarista. A perspectiva é radicalmente antiutilitarista.

- 29 A economia da modernidade de Bataille nos adverte que só uma parcela ínfima da energia disponível e circulante pode ser utilizada para o crescimento do sistema vivente. Reciprocamente, pode-se afirmar que é a mesma capacidade de crescimento do sistema a ser limitada e, com ela, a possibilidade de um uso “útil” da energia. O problema é sempre o mesmo: a energia excedente. Ou seja, o que fazer dela uma vez que a capacidade de absorção do sistema é esgotada. O alcance do limite representa um momento crítico, pois ele encerra a fase em que o vivente pode permanecer absorvido por uma atividade “necessária”, dispensado de pensar e se questionar sobre o sentido de seu próprio agir. Até o esgotamento do processo de crescimento, o vivente – homem incluído – se comporta como um autômato: em certo sentido ele está aquém do humano, desprovido de finalidades qualificadas. Mas, alcançado o limiar de satisfação, ele deve fazer as contas com o nada, com o vazio. A lógica utilitária, quando se torna reflexiva, torna-se inviável, pois descobre-se sua substância desumana e servil. A existência de energia inutilizada, suspensa e circulante representa a ameaça do não sentido que paira sobre o vivente. É isso que torna necessário o dispêndio. A energia excedente precisa ser zerada, apagada, pois ela é em si um elemento de angústia. A operação pode dar-se em muitas formas. O puro e simples desperdício, que uma vez realizado nos devolve à condição de não pensamento própria do estar envolvido em atividades de crescimento. O ato sacrificial: no qual um vivente ou um bem é destruído e, ao mesmo tempo, tornado sagrado. Por meio deste ritual de dispêndio as sociedades humanas tomam sentido, emancipando-se do movente utilitário, em si incapaz de mantê-las juntas. O utilitário não demanda comunidade de intentos: as singularidades podem permanecer simbolicamente separadas, porque circulantes sob o registro emergencial da busca da sobrevivência. Ultrapassado isto, é preciso reencontrar um sentido refletido e compartilhado de comunidade, que é obtido destruindo o status utilitário dos corpos e das coisas. É assim que o dispêndio assume um lugar estratégico. Pode-se dizer que a finalidade suprema do vivente é a destruição. A finalidade do ser não é a existência mas o dispêndio.
- 30 A catástrofe – poderíamos ousar nessa linha – não é de fato um problema mas um destino natural. O problema é como dar sentido a esta destruição, como rendê-la de novo um momento no qual uma comunidade se torna sagrada, adquire sentido. Não há, portanto, porque temer a catástrofe, mas sim sua desqualificação, seu acontecer como simples calamidade “natural”, não elaborada humanamente.
- 31 O crescimento não é condenado enquanto ameaçador para a vida, mas porque inadequado para catalisar a energia excedente. Se Latouche, mesmo contestando o regime do “crescimento pelo crescimento”, permanece na trajetória positiva e unilinear da busca do bem-estar, Bataille aponta o dedo na necessidade da reversão, quer dizer de apagar qualquer perspectiva de promoção ilimitada quantitativa e/o qualitativa do ser vivente em si. Com a evocação da insuficiência dos recursos ambientais necessárias a sustentar o estilo de vida presente, a teoria do decrescimento opera uma fatal reversão do problema de fundo que toda coletividade humana enfrenta. Como afirma Bataille: “a partir do ponto de vista particular, os problemas são em primeiro lugar postos pela insuficiência dos recursos. Se partirmos do ponto de vista geral, eles são ao contrário postos em primeiro lugar pelo seu excesso”.²⁰³
- 32 O vivente singularizado, estreito na precariedade de sua própria existência enquanto singularidade autônoma, é obcecado pelo problema da sobrevivência. Sua bússola

constante permanece sendo perseguir sua existência em vida e, por isso, ele percebe fundamentalmente a si mesmo como “sujeito de necessidades”, sempre ameaçado pela eventualidade de não encontrar os recursos necessários. O indivíduo possui uma originária vocação servil decretada pela própria exiguidade em relação à potência do sistema. É só ao nível geral que, pelo contrário, podemos “ver” o problema dos problemas, quer dizer o grande desafio posto pelo excedente de energia, não canalizável no crescimento. Só a este nível podem articular-se os ritos de dispêndio necessários para tornar o mundo sagrado. Pois bem, Latouche nada mais faz do que transferir ao sistema em geral a postura servil típica da singularidade separada: é, assim, a humanidade no seu conjunto a tornar-se um “sujeito de necessidades”, sustentado pela lógica utilitária da mera sobrevivência. O ponto de vista particular, o que enfatiza a insuficiência dos recursos, é aplicado à generalidade. Desta maneira, entrega-se a humanidade à angústia do não sentido, gerada pela evasão do desafio posto pelo excesso de energia não disponível. É este o problema que hoje mais do que nunca nossas sociedades enfrentam: não a catástrofe que ameaça, mas a ausência de uma catástrofe deliberada e regida pelo humano.

- 33 Nesse sentido, a reversão operada por Latouche é a imagem espelhada do que se observa nas práticas sociais contemporâneas. O que queremos dizer? Se realmente o problema principal das sociedades de crescimento é a ausência de reversão, é preciso perguntarmos como é que estas não encontram aquela que Bataille indicava como a patologia típica das sociedades que não preveem práticas para zerar a energia excedente, ou seja, a paralisia social. Pois bem, a resposta, implicitamente, é dada pelo mesmo Bataille quando, falando da era capitalista burguesa, ele vê um processo de “privatização” das práticas de dispêndio, cada vez mais subtraídas da visibilidade pública, mais relegadas nos espaços segredos da intimidade (alcoolismo, uso de substâncias psicotrópicas, a sexualidade desviante não procriativa etc.). Na sociedade burguesa capitalista opera-se uma espécie de reversão da fórmula batailliana textualmente acima citada. O dispêndio é avocado pelo indivíduo, enquanto a nível geral se representa o sistema como perseguido por uma constante insuficiência de recursos, portanto orientado para perseguir sua própria sobrevivência e não mais para sua função mais típica, ou seja, para aquele dispêndio (produtivo de sentido) da energia excedente. Esta reversão permite a uma sociedade de crescimento de permanecer de pé, de não encontrar a paralisia uma vez superado o limiar fisiológico do regime utilitário: ou, melhor, assegura atividades concretas de dispêndio, ainda permanecendo no imaginário unilinear utilitarista. Em resumo, hoje, como sempre, cresce-se para desperdiçar, a finalidade suprema permanece o dispêndio, mesmo que se delegue sua realização ao privado. Trata-se de uma solução precária, insatisfatória, mas que funcionou e que continua funcionando na contemporaneidade. O esquema invertido é subsumido pela teoria do decrescimento, que toma por boa a imagem de um sistema perseguido por uma nova penúria de recursos (mesmo que rearticulada segundo o código ambientalista), com relação à qual é preciso equipar-se com a adoção de estratégias servis. Ao invés de se dedicar às práticas de dispêndio, levando elas de volta ao nível do coletivo e arrancando-as da angústia dos espaços privados íntimos (onde se tornam, segundo a eloquente expressão de Bataille, “vergonhosas eructações”), consagramo-nos à empresa servil da sobrevivência.
- 34 Essa circunstância possui um corolário não menos importante. Se o presente dá amplo espaço às práticas de dispêndio (mesmo que na forma privatizada), isso significa que não é apropriado descrevê-lo como um regime de “crescimento pelo crescimento”. Neste

sentido, poderíamos chegar a afirmar que, paradoxalmente, a sociedade tardo-moderna está além da lógica do “crescimento pelo crescimento”, enquanto a teoria do decrescimento está bem dentro dela, por meio da obsessão da “vida pela vida”. Estes defeitos de perspectiva não permitem ver a verdadeira questão em jogo para a qual deveria almejar a alternativa do decrescimento, ou seja, qual é a verdadeira fonte geral do “desconforto” que aperta o homem contemporâneo. O desconforto não é devido à consumação dos recursos naturais, mas sim à hipostatização de um sistema desprovido de sentido. É devido a um excedente que se acumula a nível geral e que não se deixa atacar por ritos participativos de grande destruição coletiva. O problema, portanto, não é a penúria de recursos ambientais necessários para alimentar nosso estilo de vida, mas o excesso de energia acumulada e suspensa que espera só de ser dispersada.

Lauriola:

- 35 Mesmo que você reconheça que a confrontação entre os discursos de Latouche e Bataille sobre o “crescimento” é, de certa forma, temerária, dadas as abordagens diferentes do problema, além de uma defasagem histórica relevante, que não permite, por exemplo, que o pensamento de Bataille possa dizer muita coisa sobre a crise ecológica, o exercício que você inicia é interessante e notável. Devo, por outro lado, admitir que, em algumas passagens, ele parece ceder excessivamente ao exercício retórico, com o resultado que torna difícil perceber aquela substância que você afirma que a confrontação tem, para além da coincidência, da “acidental partilha terminológica” à qual você mesmo faz explícita referência. O resultado é que, na sua bataillana crítica de Latouche, o que a meu ver representa o principal ponto de partida da crítica latouchiana, isto é, a crise ambiental, resulta praticamente evacuado, liquidado de maneira bastante apressada como um falso problema. Parece-me, ao contrário, que apesar de seu específico silêncio sobre o assunto, motivado essencialmente pela história, as referências de Bataille à economia geral como sistema de utilização da energia, assim como aquelas sobre o funcionamento do sistema graças à energia solar doada gratuitamente para a terra, e ainda às analogias entre necessidades de dispersão da energia excedente para o sistema socioeconômico humano e o funcionamento dos mecanismos físicos e biológicos de utilização e transformação da energia, talvez relacionados aos estudos e dados das últimas décadas sobre os níveis crescentes (e segundo muitos insustentáveis) de apropriação humana direta dos fluxos líquidos de energia da biosfera, representem outras tantas pistas para uma possível leitura “bataillana”, justamente da crise ecológica da economia.
- 36 Há depois um ponto específico sobre o qual sua leitura de Bataille diverge da minha. Cito o trecho:
- Se realmente o problema principal das sociedades de crescimento é a ausência de reversão, é preciso perguntarmos como é que estas não encontram aquela que Bataille indicava como a patologia típica das sociedades que não preveem práticas para zerar a energia excedente: quer dizer, a paralisia social.
- 37 Bataille considera a esterilização das riquezas (energia) que excedem as capacidades de absorção do sistema como uma prática que tem por finalidade (e condição necessária, mesmo que em si não suficiente) a produção de sentido de um dado sistema socioeconômico, de tal maneira a garantir sua estabilidade social. É justamente se e na medida em que as riquezas excedentes, ao invés de esterilizadas, são reinvestidas e/ou redistribuídas produtivamente, que se desencadeia o mecanismo do crescimento, que estimula a mobilidade social, favorecendo o surgimento de novas classes e/ou atores sociais capazes de subverter a ordem constituída. O problema que Bataille coloca é outro:

por um lado, o permanente reinvestimento do excesso de riquezas no crescimento do sistema produz uma sociedade “condenada ao crescimento”, que ele considera insustentável em termos sociais; por outro lado, a “privatização” dos mecanismos de dispêndio reintroduz a sustentabilidade social do crescimento, mas o caráter privado, portanto socialmente excludente, do dispêndio não lhe permite desempenhar sua função produtora de sentido ao nível coletivo, com resultados socialmente desagregadores. Concordo plenamente com a observação de que o presente abre amplo espaço para as práticas de dispêndio privatizadas (das quais tivemos recentemente um dos exemplos mais notáveis, justamente na Itália, com o “bunga-bunga” do Berlusconi), e que talvez já estejamos além da sociedade do crescimento. Ao mesmo tempo, se introduzirmos na análise os fenômenos socioeconômicos das últimas décadas, isto é: as políticas neoliberais, construídas e legitimadas pela exaltação do mercado como oportunidade de crescimento e progresso socioeconômico aberta aos “melhores” no jogo competitivo; a fase atual de crescimento insuficiente para satisfazer as expectativas de resgate social privado; as formas de precariedade do trabalho cada vez mais difundidas; vemos que, por um lado, esses fenômenos reforçam as ligações de tipo servil, e, pelo outro, enfraquecem a capacidade do mito do crescimento neoliberal de alimentar novas expectativas de salvação individual. Isso introduz uma contradição potencial para a possibilidade de reprodução do sistema, que valeria talvez a pena analisar mais a fundo.

Qual sociedade “para além” do crescimento?

Romano:

- 38 O desafio, para o decrescimento, é fornecer uma via de escape para a asfixia do presente. A ideologia que proíbe o dispêndio continua mantendo plena hegemonia, a despeito das numerosas práticas de dispêndio realmente existentes que, mantidas no segredo pela vergonha, se dão de forma dispersa, privatizada e bárbara. O desafio não é, portanto, de preservar uma existência até demasiadamente preservada e imóvel, mas requalificar as vias do dispêndio. Devolver para o dispêndio sua beleza, seu papel decisivo, sua grandeza, seu respiro geral mas, sobretudo, a capacidade de subtrair a existência à estreiteza do utilitário para levá-la de volta no plano do sagrado. Partindo do potencial representado justamente pela efervescência do dispêndio privatizado: passo que permitiria à crítica do presente de reencarnar-se no real, naquele movimento histórico-social do qual hoje está amplamente descolada²⁰⁴. Mas infelizmente não é este o caminho escolhido por Latouche e os decrescentes.
- 39 O programa dos oito R (*revalorizar, reconceitualizar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir, reutilizar, reciclar*) tende, ao contrário, para a hipostatização da vida e, em particular, da antropologia moderna. Um dos pilares da sociedade de decrescimento é o princípio “estacionário” (incluído nas palavras de ordem do “reduzir”, “reutilizar”, “reciclar”). A ideia é a de interromper a dinâmica do crescimento sem fim, limitando-se a níveis constantes de produção que assegurem a reprodução dos recursos renováveis e reduzam ao mínimo a exploração dos recursos não renováveis. Um estado estacionário obtido por autocontenção. A este propósito, Latouche rejeita com razão as teorias clássicas que dão o estado estacionário como fruto da dinâmica espontânea do capitalismo, afirmando ao contrário a necessidade de uma virada política radical e deliberada na direção de tal objetivo. Mas com menos razão, ao nosso ver, ele evoca como modelo de referência a sabedoria das sociedades tradicionais, pré-modernas:

- 40 “A condição de nossa sobrevivência está certamente na reconstrução de uma relação harmoniosa com a natureza...” (Latouche, 2007, p. 14).
- 41 “...todas as sociedades humanas até o século dezoito funcionaram segundo um modelo de reprodução sustentável...” (Latouche, 2007, p. 17).
- 42 “A sociedade tradicional é sustentável porque adaptou seus modos de vida ao ambiente natural” (Latouche, 2007, p. 18).
- 43 Seria fácil objetar (como o mesmo Latouche fez em outras ocasiões) que nestas “estratégias tradicionais” não há quase nunca nada de estratégico, ou seja, de deliberadamente operado para a finalidade da sustentabilidade. A compatibilidade para com a natureza é, em grande parte, devida à escassa potência tecnoeconômica destas sociedades. O respeito à Mãe Natureza é muitas vezes acidental ou, pior, conseqüente do medo atávico suscitado por uma entidade grandiosa e na ocorrência, funesta. De qualquer forma, são estratégias incompreensíveis se subtraídas do pano de fundo mágicoreligioso que as inspira.
- 44 É interessante destacar que no pré-moderno o estado estacionário, a todos os níveis, é obtido quase sempre por compensação desperdiçadora e nunca por autocontenção. Os grandes *potlach* levados em consideração por Mauss (2007) e reinterpretados por Bataille configuram exatamente um estado estacionário mantido por meio de momentos de desperdício de enormes riquezas acumuladas durante estações produtivas inteiras. Com isso queremos afirmar que, em seu desejo pelo estado estacionário, Latouche preserva uma constituição antropológica impregnada pela lógica utilitarista, que é a da temperança e do autocontrole. A referência aos modelos tradicionais é, portanto, totalmente abusiva. Uma sociedade do decrescimento deveria, ao invés, apostar na recusa de qualquer lógica controladora e unilinear, para reestabelecer o duplo movimento: de um lado, a plena libertação da energia vital, do outro, a reversão.

Lauriola:

- 45 Concordo com suas considerações sobre o estado estacionário, porém, não está claro se você o considera positivo e/ou desejável, e por quê. A referência às considerações ecológicas, que seria quase obrigatória, aparece evacuada, e as questões ambientais aparecem novamente liquidadas de maneira apressada, num exercício retórico.

Romano:

- 46 Não se resolve a questão ecológica raciocinando frontalmente em termos de ecologia. Assim como demonstrou Bateson, não se fica curado do alcoolismo exercendo uma repressão sobre sua própria pulsão para beber. Precisa se voltar para a raiz dos problemas. O desastre ambiental não é o problema, é apenas o sintoma. O problema está, ao invés, na ideologia da valorização ilimitada. E as palavras de ordem que adota Latouche tendem, ao invés, a reconfirmar um princípio de valorização ilimitada, o mesmo que está posto na base de nosso imaginário moderno-ocidental. Reutilizar, reciclar, etc. significa perpetuar ao infinito o estatuto utilitário dos bens, não certamente interrompê-lo para obter deles “coisas sagradas”.
- 47 Latouche, parafraseando Hannah Arendt, afirmou muitas vezes que “não há nada pior que uma sociedade do crescimento, sem crescimento”. Pois bem, com mais uma paráfrase nós afirmamos que não há nada pior que uma sociedade do sentido, sem sentido”.
- 48 A do decrescimento é com certeza uma sociedade do sentido, enquanto fundada na antropologia do desvelamento de um sujeito imanente, autônomo, consciente, orientado

para seu próprio bem-estar. Esta postura, libertada de qualquer guia transcendente, expõe o indivíduo à contínua busca do sentido. Em uma sociedade de crescimento, a exposição ao sentido é estruturalmente adiada em razão da reabsorção do sujeito na empresa do crescimento, que encontra sua legitimação filosófico-existencial no paroxismo desejante proposto por Hobbes, quando, no *Leviathan*, afirma que a felicidade não é nada mais que um contínuo pular do desejo de um objeto para outro. Outro instrumento é o das práticas de dispêndio, que como já observamos, em nossas sociedades consome-se principalmente nos espaços privados. Estas estratégias elusivas são sem dúvidas insatisfatórias, mas resultam de qualquer forma funcionais ao desviar o olhar do vazio produzido pela antropologia do desvelamento. Latouche continua apostando no mesmo quadro antropológico, mas transferindo-o num contexto estático do engajamento produtivo e da coação desejante. Se a solução de Hobbes é estressante, a de Latouche é deprimente. Na sociedade do decrescimento nos reencontramos nus frente ao abismo do não sentido.

- 49 Isto é reconhecido implicitamente por Latouche, quando afirma que: “Sem um reencanto da vida, o decrescimento também seria votado à falência” (2007, p. 159).
- 50 A evocação da necessidade do “reencanto” não leva, todavia, para uma discussão adequada. O reencanto fica reduzido à mera contemplação da coisa em si, de uma beleza que se dá espontaneamente e que sozinha preenche o vazio.
- 51 É preciso, ao invés disso, levar o encanto seriamente. O caminho do crescimento é uma opção inviável, que nos iludimos ainda em poder conseguir, mas que de fato abandonamos há tempo, nos refugiando em práticas de dispêndio pequenas e insatisfatórias. O crescimento não é mais suficiente para nos livrar do pensamento: precisa reconhecer isso e, em seguida, passar a novas estratégias.
- 52 A alternativa do decrescimento é, portanto, necessária, mas em sua forma atual seria um remédio pior que o mal. Porque ela não produziria nada mais que a exposição do homem à imanência absoluta da vida, ao seu não sentido.
- 53 Uma alternativa de decrescimento deveria, ao invés, ousar o reencanto. Para esta finalidade, o conceito de decrescimento precisa ser radicalmente deseconomizado. Precisa-se reinterpretar a empresa do decrescimento antes de tudo como reversão da condição de imobilidade produzida pelo regime de equivalência universalista, como inversão do percurso de promoção e valorização do vivente. O contrário do incremento de consciência proposto por Latouche. Isso exige que o dispêndio seja reconduzido ao nível coletivo, colocando em pauta a questão do poder, quer dizer, a construção de uma entidade transcendente, operadora do dispêndio (talvez atingindo as práticas de dispêndio realmente existentes). Uma construção que, longe de ameaçar a democracia, contribuiria para revitalizá-la, confiando a ela a invenção e realização de objetivos políticos capazes de envolver intimamente os membros de uma comunidade.
- 54 É necessário um poder ao qual confiar a requisição periódica do produto social (em sentido amplo, desde a produção material até aquela simbólica) e sua destruição participativa, coletivamente operada: de modo a subtraí-lo à lógica utilitária e, por tal via, torná-lo sagrado. Portanto, requalificar e ressocializar o dispêndio, no quadro de um novo “comunismo consumista” (entendido como “consumação” e não “consumo”), que, por um lado, assegure a existência individual protegendo os indivíduos do mercado e dos rigores da autoprodução, e, pelo outro, zere a energia excedente impedindo que o vazio de sentido se espalhe. Mas disso vamos falar numa outra vida.

Lauriola:

- 55 Ao lado de ideias interessantes, instigantes e compartilháveis, na parte conclusiva do texto encontram-se justapostas ideias menos claras, cuja inteligibilidade e partilha são mais difíceis e problemáticas. Resulta disso um desnorteamento, junto com uma certa decepção em relação às expectativas levantadas pelas críticas veementes e penetrantes anteriormente desenvolvidas a respeito do seu mestre Latouche. Cito e comento abaixo os trechos finais. *“Uma alternativa de decrescimento deveria ao invés ousar o reencanto.*
- 56 *Para esta finalidade, o conceito de decrescimento precisa ser radicalmente deseconomizado”.* Até aqui concordo totalmente. *“Precisa reinterpretar a empresa do decrescimento antes de tudo como reversão da condição de imobilidade produzida pelo regime de equivalência universalista, como inversão do percurso de promoção e valorização do vivente”.* Aqui concordo com o primeiro trecho, na medida em que entendo o que você chama de “regime de equivalência universalista” também como a tendência a ler conteúdos e propostas do decrescimento como “receitas prontas” para declinar de maneira uniforme ou quase dogmática, enquanto considero que a diversidade das formas concretas nas quais precisaria iniciar e percorrer o caminho da busca das alternativas ao crescimento seja um recurso precioso em si. E isso não apenas em consequência das necessárias adaptações às especificidades de cada realidade local, mas também porque, como ensina Elinor Ostrom,²⁰⁵ a diversidade institucional (das soluções concretas adotadas) aumenta a resiliência dos socioecossistemas, e representa, portanto, um recurso precioso na busca da sustentabilidade. Porém, não está claro para mim o que você entende por *“inversão do percurso de promoção e valorização do vivente”* e, portanto, não posso concordar com esta segunda parte de sua afirmação: *“Isso exige que o dispêndio seja reconduzido ao nível coletivo, colocando em pauta a questão do poder, quer dizer a construção de uma entidade transcendente, operadora do dispêndio (talvez atingindo as práticas de dispêndio realmente existentes)”.*
- 57 A proposta final é vaga. Você fala da necessidade de um *“poder para o qual confiar a requisição periódica do produto social (...) e sua destruição participativa (...) de modo a subtraí-lo à lógica utilitária e (...) torná-lo sagrado”*, mas de qualquer forma remete os detalhes para *“uma outra vida”*
- 58 Neste ponto poderíamos nos perguntar se a solução proposta, ao invés de conduzir o sistema rumo a uma mudança radical, no sentido do decrescimento, não poderia ao contrário re-introduzir na sociedade uma dose de práticas produtivas de sentido apenas suficientes para prevenir sua desagregação, sem, no entanto, afetar os mecanismos sócio-mitológicos de fé no paradigma do crescimento. Poderíamos até ousar uma leitura parecida da atual crise da dívida: as quedas dos mercados financeiros lembrando gigantescos potlach sacrificais, aos quais respondem as operações de salvação dos governos, fundadas na renovação e multiplicação das dívidas soberanas, como forma de reintroduzir os velhos laços sociais dos estados, laços já vacilantes frente aos novos poderes globais, cada vez menos ocultos, de empresas multinacionais e agências de classificação financeira. De fato, assistimos a um cenário no qual, para manter inalterados os mecanismos sociais e ideológicos de fé no crescimento, para evitar a catástrofe provocada pela falência do sistema bancário e financeiro internacional, legitimam-se repetidas operações de salvação, socializando as dívidas privadas à custa das gerações presentes e futuras. Latouche possui uma posição clara a respeito: *«a crise é uma boa coisa. A falência da General Motors é a melhor notícia que ouvi nos últimos anos. Quando Monsanto irá a falência, vou oferecer champagne a todos. Para mim, é mais importante colocar Monsanto em falência que derrubar Sarkozy. Claro, precisa mesmo derrubar Sarkozy, mas provavelmente para*

isso seja preciso colocar Monsanto em falência». Bataille poderia concordar com Latouche neste ponto.

- 59 A proposta, mesmo que apenas esboçada, aponta numa direção instigante, e por isso mereceria ser aprofundada no campo das propostas políticas concretas. Mesmo deixando momentaneamente de lado a questão (na realidade bem relevante!) da definição institucional do “poder” da qual você fala, surge a pergunta: sobre quais tipos de políticas ela deveria e/ou poderia operar, e em que medida ela seria diferente de simples medidas de redistribuição da renda? Talvez estabelecendo um teto máximo para as rendas? Por exemplo, prevendo uma alíquota marginal de imposto de renda de 100% além de um certo nível? Ou ainda prevendo isenções de imposto para gastos de “dispêndio” coletivo?

Romano:

- 60 A questão é complexa: tentarei sintetizar ideias que já apresentei no livro “A comunhão reversiva” (2008). Penso num sistema social comunista, recolocado porém num paradigma antropológico negativo. O que isso significa? Significa abolir o mercado, confiando a produção a um sistema administrativo público (cujo tamanho ideal é uma mera questão técnica), sob estreitos vínculos “constitucionais” de sustentabilidade ambiental e justiça distributiva. A máquina social cuida da dimensão servil, de reproduzir a existência, livrando os homens da necessidade. Quem acredita na antropologia positiva (“o homem possui uma *substância* e além disso ela é *boa*”) imagina que neste ponto as pessoas dedicar-se-ão para atividades nobres e cooperativas, acedendo à felicidade. Com base numa antropologia negativa, eu penso que, livrar o homem da necessidade significa expô-lo ao nada (ao seu próprio “não ser nada” e ao nada do universo) e que, nesta condição, ele não deseje nada mais a não ser zerar-se, auto-anular-se (o dispêndio). A escolha das sociedades ocidentais, no fim dos trinta anos gloriosos, foi de manter o homem na necessidade (tirando dele direitos e jogando ele no mercado), para que ele não possa ver o nada. A solução dos “decrecentes” é, de fato, a de trazer o homem de volta frente ao nada, na ilusão (pois crentes numa antropologia positiva) que ele possa reencontrar o encanto na mera contemplação. Ao contrário, eu penso que, como faziam os antigos, os homens tenham que voltar alegremente a zerar-se simbolicamente, imitando tal experiência por meio de práticas “coletivas” de dispêndio, queimando no fim da estação toda a produção social excedente, confrontando o nada até a morte simulada. Só zerando o mundo se pode recriar o encanto de sua regeneração.

BIBLIOGRAFIA

Referências

ARENDDT, H. *Vita activa: la condizione umana*. Milão: Bompiani, 1989.

—. *Le origini del totalitarismo*. Milão: Edizioni di Comunità, 1999.

BATAILLE, G. *La parte maledetta* precedido por *La nozione di dépense*. Turim: Bollati Boringhieri, 2003.

- BAUDRILLARD, J. *Lo spirito del terrorism*. Milão: Raffaello Cortina, 2002.
- BAUMAN, Z. *La solitudine del cittadino globale*. Milão: Feltrinelli, 2000.
- CAILLE, A. Critique de la critique anti-utilitariste critique de l'anti-utilitarisme: réponse à Onofrio Romano. *Revue du Mauss*, n° 27, 2006.
- CASSANO, F. *Modernizzare stanca*. Bolonha: Il Mulino, 2001.
- DESCOLA, P. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. *Mana*, vol. 4, no 1, 1998.
- DZIMIRA, S. Décroissance et anti-utilitarisme. *Revue du Mauss online*, 26/05/2007 <<http://www.journaldumauss.net/spip.php?article98>>.
- . Antiutilitarisme et décroissance: compte-rendu. *Revue du Mauss online*, 11/08/2007 <<http://www.journaldumauss.net/spip.php?article160>>.
- FREUD, S. *Al di là del principio del piacere*. Turim: Bollati Boringhieri, 2000.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Turim: Einaudi, 1975.
- GREY, J. *Heresies: against progress and other illusions*. S/l, 2004.
- LATOUCHE, S. *La scommessa della decrescita*. Milão: Feltrinelli, 2007.
- MAUSS, M. *Essai sur le don*. Paris: PUF, 2007.
- ROMANO, O. Pour une critique anti-utilitariste de l'anti-utilitarisme. *Revue du Mauss*, n° 27, 2006.
- . *A comunhão reversiva*. Roma: Carocci, 2008.
- SOSA, M. El valor de la persona en la economía Guahiba. Bogotá: Townsend, 1985.
- TRONTI, M. Per un laboratorio di cultura politica a sinistra-relazione all'assemblea triennale del Centro per la Riforma dello Stato. Roma, 21/07/2007 <http://www.centroriformastato.it/crs/mercurio/mario_tronti/laboratorio>.

NOTAS

195. Latouche, de resto, soube responder de maneira convincente: antes de tudo, para criar uma brecha numa sociedade amplamente dominada pelo “inimigo” precisa, pelo menos num primeiro momento, compartilhar seu vocabulário, se o objetivo é de se fazer entender amplamente; em segundo lugar, o objetivo não é conseguir um crescimento negativo, uma redução dos bens produzidos, mas construir uma sociedade liberada do mito do crescimento, uma sociedade do a-crescimento, mais que do de-crescimento. Mas é óbvio que o termo “acrescimento” não teria funcionado muito bem como slogan.

196. “Seminário sobre o decrescimento” de 10/09/2005 na *Libera Scuola delle Alternative*, Isola Polvese, Lago Trasimeno. Na realidade, com esta afirmação Sachs pretende contestar a ineficácia da catástrofe como argumento “promocional” para a alternativa do decrescimento. As catástrofes que diariamente aparecem nas crônicas televisivas e da imprensa são metabolizadas no instante por uma opinião pública onívora e indiferente. Mesmo quando estas nos tocam pessoalmente, elas são removidas com rapidez e, de qualquer forma, temos dificuldade em vê-las como efeito direto de nossos estilos de vida.

197. O caráter improvável do cenário é demonstrado pelo mesmo Latouche quando afirma, a propósito da “pegada ecológica”, que cada ser humano dispõe de um espaço bio-produtivo de 1,8 ha., enquanto já hoje consumimos em média 2,2 ha. *per capita* (S. Latouche, *op. cit.*, p. 29). Isso

pode significar só duas coisas: ou a Terra está nos fazendo crédito... ou quem aqui escreve é um fantasma (e quem lê, também).

198. Reconhecemos que esta perspectiva é totalmente alheia à sensibilidade de Latouche, mas no movimento ambientalista as tentações no sentido de um governo técnico do planeta, sugeridas diretamente pela ideia de decrescimento, são bastante difundidas. Leia-se, a título de exemplo, o que afirma a respeito Giorgio Nebbia: “No caminho traçado pelos trabalhos de Georgescu-Roegen nasceu o convite para o ‘decrescimento’ que corre o risco de permanecer uma nova moda se não se responde à pergunta ‘decrescimento de quem e do que?’ Da população e dos consumos dos 1000 milhões de habitantes dos países do ‘primeiro mundo industrializado, ou dos 2500 milhões de habitantes do ‘segundo mundo’ dos países em rápida industrialização como China, Índia e sudeste asiático, ou dos 3000 milhões de habitantes do ‘terceiro mundo’ pobre e paupérrimo, decrescimento dos consumos dos idosos ou dos jovens, dos consumos dos bens de luxo ou dos bens de sobrevivência? Usando quais materiais? Para tal resposta precisamos de boas estatísticas dos bens físicos disponíveis e de aqueles que estão se perdendo, e de bons indicadores, em alternativa ao enganador Produto Interno Bruto em unidades monetárias, das relações entre atividades humanas e necessidades e distribuição dos bens, e do efeito ambiental e social de cada ação humana. Bom trabalho a quem vai viver nas próximas décadas, esperamos numa sociedade tecnológica, mas neo-técnica e bio-técnica, com consumos em harmonia com os grandes ciclos naturais” (de “Crescita di chi e di che cosa?”, *Ecologia Política*, Janeiro de 2007, também na web <http://www.informationguerrilla.org/crescita-di-che-cosa-e-di-chi/>).

199. Como é notório, Bentham afirmava que a instituição política deveria sim se dar o objetivo da felicidade para o maior número, mas sem nunca entrar no mérito da concepção de felicidade escolhida por cada um. Para alguns a felicidade é fazer dinheiro, para outros escrever poesias... Muitas vezes esta ideia chave do utilitarismo é esquecida, reduzindo de bom grado a doutrina a uma pretensão monomaniaca para o útil entendido em sentido meramente económico.

200. Philippe Descola (1988) está com certeza entre os autores que analisaram com maior profundidade e extensão a variabilidade cultural das fronteiras natureza-cultura e humano não humano. Com relação às cosmologias amazônicas, ele afirma: Embora difiram em sua arquitetura interna, a característica comum a todas essas cosmologias é de não separar o universo da cultura, que seria apanágio exclusivo dos humanos, do universo da natureza, no qual estaria incluído o restante das entidades que constituem o mundo. Os animais, e as plantas em menor medida, são aí percebidos como sujeitos sociais, dotados de instituições e de comportamentos perfeitamente simétricos àqueles dos homens. (...) Ao contrário do dualismo moderno, que desdobra uma multiplicidade de diferenças culturais sobre o fundo de uma natureza imutável, o pensamento ameríndio encara o cosmos inteiro como animado por um mesmo regime cultural, diversificado não tanto por naturezas heterogêneas quanto por modos diferentes de se apreender uns aos outros. Avalia-se toda a diferença para com o antropocentrismo ocidental, para quem alguns animais são dignos de proteção em nome de supostas faculdades muito próximas daquelas dos humanos (...). Não se acha nada disso na Amazônia, onde o referente comum às entidades que povoam o mundo não é o homem enquanto espécie, mas a humanidade enquanto condição. Os animais são com certeza diferentes de nós em sua morfologia e em seu comportamento; contudo, a existência social que eles têm a nossa revelia é idêntica à nossa. Além disso, e como os mitos o atestam abundantemente, a condição inicial de uns e outros é cultural, não natural. Em um *continuum* original onde os humanos não se distinguem das plantas e dos animais, onde uns e outros falam, tocam música ou fazem cerâmica, uma série de acontecimentos catastróficos vai introduzir descontinuidades de aparência e de pontos de vista que condenarão os sujeitos do cosmos a uma certa forma de ilusão: doravante, salvo circunstâncias excepcionais, os homens não poderão mais ver os animais como congêneres ligados a um destino comum (...). Por meio da ação ritual, podese ainda ultrapassar o solipsismo induzido pela diferenciação das faculdades sensíveis. Os ritos de caça e cultivo, a mediação do xamã nas relações com os espíritos que regem

o destino dos animais de caça e dos peixes, a oniromancia, tudo isso atesta no cotidiano que plantas e animais são interlocutores legítimos; a despeito das aparências enganadoras, eles não vivem em um plano ontológico distinto daquele dos humanos”, (p. 27-29).

201. Neste sentido John Grey (2004) aponta como especificidade etnocêntrica a cegueira do ocidente na sua fé no progresso: “The core of the belief in progress is that human values and goals converge in parallel with our increasing knowledge. The twentieth century shows the contrary. (...) Newtechnologiescan be used to alleviate sufferingand enhance freedom. They can, and will, also be used to wage war and strengthen tyranny. Science made possible the technologies that powered the industrial revolution. In the twentieth century, these technologies were used to implement State terror and genocide on an unprecedented scale. Ethics and politics do not advance in line with the growth of knowledge – not even in the long run”.

202. A. Caillé, *op. cit.*

203. Bataille, *La parte maledetta, cit.*, p. 89.

204. Não vamos nos alongar sobre este caráter “orbital” do projeto da sociedade de decrescimento. Mas o provável resultado é a maior fraqueza da alternativa proposta: apesar de todo conteúdo de mérito, a estratégia indicada para difundir a proposta é muito lacunosa, para usar um eufemismo. O trabalho de “delegitimação dos valores dominantes”, “contra-informação” e “educação ao decrescimento por meio do bom exemplo” é em toda evidência inane com relação ao poder de fogo da ideologia atual dominante (S. Latouche, 2007:109-117). Latouche revela ser perfeitamente consciente disso, na medida em que conclui sua receita estratégica refugiando-se na boa velha pedagogia das catástrofes. Afinal das contas, ele afirma: só uma catástrofe concreta pode ajudar para abrir os olhos” (*Idem*: 117). É imperdoável para qualquer um hoje que se dê ao trabalho de elaborar alternativas políticas pular por cima da grande reflexão produzida sobre o tema-da hegemonia-por Antonio Gramsci (1975).

205. Premio Nobel de economia 2009. *Diverse Governance Arrangements for Ecological Sustainability*, Palestra proferida na ESEE 2007, Leipzig, Alemanha, 2007.

AUTORES

ONOFRIO ROMANO

Ensina Socialização, culturas e marginalidade na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Bari “Aldo Moro” e integra o conselho dos docentes do doutorado em Filosofias e teorias sociais contemporâneas. É autor de numerosos ensaios sobre as culturas pós-modernas e as sociedades mediterrâneas. Entre suas obras recentes, ver *A comunhao reversiva* (Carocci, 2008). E-mail: o.romano@scienzepolitiche.uniba.it

VINCENZO LAURIOLA

Sócio-economista ecológico italo-brasileiro. Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa/MCTI). Foi Coordenador do Inpa em Roraima, pesquisador visitante (Fapesp) junto ao Nepam/Unicamp, assessor da Funai, bolsista de pesquisa no IRD (França), assessor socioambiental junto ao movimento indígena na Amazônia. Atuou na Terra Indígena Raposa Serra do Sol com ênfase em conflitos socioambientais, bens comuns e sustentabilidade. E-mail: enzo@inpa.gov.br

Sustentabilidade: o campo de disputa de nosso futuro civilizacional²⁰⁶

Elimar Pinheiro do Nascimento

Introdução

- 1 O presente texto é um ensaio que retoma e aprofunda uma ideia já desenvolvida em outras ocasiões (Nascimento, 2011)²⁰⁷ sobre a possível conformação de um campo social novo. Denomino-o de campo da sustentabilidade. Diz respeito à forma de evolução de nossas sociedades, e como garantir a reprodução da espécie humana em boas condições. Ele ganha visibilidade, sobretudo, nas discussões em torno do modelo de desenvolvimento, nas controvérsias em torno da mudança climática ou nas interpretações em torno do conceito de sustentabilidade, entre outros.
- 2 Sustentabilidade tem hoje muitas definições. No geral elas remetem à dimensão ambiental (nesse caso nasce do conceito da biologia de resiliência) ou à articulação entre a economia e o meio ambiente (eficiência, economia verde) ou, finalmente, à equidade social. No fundo trata-se de construir um modelo de desenvolvimento que permita conservar a natureza de forma que as futuras gerações possam gozar de um meio ambiente equilibrado e, ao mesmo tempo, garantir que todos os homens e mulheres possam usufruir de uma vida minimamente digna. O conceito remete, portanto, a durabilidade do gênero humano em condições de justiça social, em que todos os seus membros possam desenvolver suas potencialidades.²⁰⁸
- 3 Conceber a sustentabilidade como um campo não constitui uma ideia de todo original. A ideia de campo encontra-se em Bourdieu (1983, 1996, 2000 e 2012), e é um dos pilares de sua obra. Sua aplicação no terreno do desenvolvimento sustentável (DS), a desenvolvi, de forma muito incipiente, em um texto datado de 2011 (Nascimento, 2011). Pouco depois encontrei essa ideia de campo em trabalho anterior de Nobre e Amazonas (2002), mas pouco desenvolvida. Por outro lado, as ideias aqui expostas foram, em parte, objeto de

debate nos cursos que ministro com o professor e economista Maurício Amazonas, na pós-graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDs/UnB).

- 4 Na hipótese de que os movimentos em torno da sustentabilidade estão se articulando na construção de um novo campo for real, isso significa, imediatamente, que sustentabilidade deixou de ser um conceito, uma noção ou um valor, para se tornar uma arena de disputa com objetos, agentes e regras próprias. A ideia de sustentabilidade ganha, assim, uma nova configuração.
- 5 Como todo debate em torno da sustentabilidade remete à questão do futuro de nossas sociedades, talvez não seja um campo novo, mas um velho campo ocupado por novos personagens. Afinal, os homens e mulheres sempre se ocuparam de antever o seu futuro, de imaginar o rumo de suas vidas e sociedades, de antecipar as consequências de suas decisões e, mesmo, de construir cenários. Prefiro pensar que não, que de fato estamos diante da gênese de um campo novo, que não se confunde com o campo científico, embora dele se alimente, em parte, de seus debates; não se confunde com o campo da ciência econômica, embora essa disciplina e seus profissionais estejam presentes; nem com o campo político, embora com ele mantenha estreitas relações. Como mantém, igualmente, relações especiais com o campo empresarial, as ciências sociais e o campo jornalístico.
- 6 Essa hipótese – pois disso é que se trata – está respaldada no fato de que o campo da sustentabilidade, apesar de sua imensa polifonia, tem regras próprias de ingresso, regularidades próprias do jogo, agentes identificáveis, capitais específicos e formas de desempenho e reconhecimento que lhe são exclusivas. É claro que tais especificidades não impedem que o campo compartilhe elementos comuns a outros campos, como aliás reconhece Bourdieu. Isso ocorre, em geral, com todos os campos.
- 7 Qual a utilidade de ver a sustentabilidade como um campo, e não como um conceito ou um valor? Em primeiro lugar, possibilita identificar melhor as regras e lógicas dos debates que se desenvolvem em torno do futuro da humanidade, e que dizem respeito à ideia da sustentabilidade. Em segundo, é possível comparar esse embate com outros, que marcam outros campos, e isso de forma mais objetiva. Em terceiro, permite compreender melhor as razões dos embates e seus desdobramentos, ou seja, entender melhor por que os embates ocorrem de uma determinada forma e não de outra. Em quarto, propicia a identificação de seus agentes ou atores, assim como os recursos que eles detêm, e, em particular, entender o que isso significa. Enfim, coloca a questão da sustentabilidade em um terreno menos favorável à pura especulação, e mais propícia à análise objetiva. Do ponto de vista político, “obriga” todos os participantes a “sentarem à mesa e discutirem suas divergências”.
- 8 No campo da sustentabilidade a ideia ou corrente do desenvolvimento sustentável ocupa uma posição hegemônica, obrigando as outras correntes a ela se referirem. Com isso controla, em grande parte, os capitais próprios ao campo, sobretudo na esfera da mídia.
- 9 Para expor a hipótese dividi este texto em três partes, ademais de sua introdução e conclusão. E não me canso de prevenir o leitor de que se trata de uma leitura preliminar.
- 10 Na primeira, descrevo brevemente o conceito de campo. Esse exercício tem duas finalidades. Possibilitar o diálogo com aqueles que não são sociólogos, e, portanto, não têm qualquer obrigação de conhecer os trabalhos de Bourdieu, e menos ainda o conceito de campo, é a primeira finalidade. A segunda é de estabelecer os critérios mais fundamentais da definição e compreensão de um campo, para poder adentrar a segunda parte do texto.

- 11 Na segunda parte tento “demonstrar” – na verdade trata-se mais de uma ilustração – como os elementos fundamentais do conceito de campo se aplicam ao novo campo da sustentabilidade. Em particular, destaco a condição de ingresso, as regras do jogo, os agentes, a natureza das lutas, os tipos de capital e o desempenho e reconhecimento dos agentes. Contudo, não deixo de alertar sobretudo para as diferenças, e que não se trata de um campo disciplinar mas interdisciplinar, que envolve profissionais de áreas diferentes. Se a origem dos agentes é variada, o mesmo ocorre com os saberes e as práticas que circulam no campo.
- 12 Na terceira parte, chamo a atenção para duas correntes transversais ao campo, sempre a título de ilustração. A primeira, no que se refere à condição de ingresso no campo da sustentabilidade: a compreensão da ameaça que paira sobre nossas cabeças. E a segunda, como se organizam os agentes em subcampos específicos na dimensão solucionai, que consiste em indicar qual a forma de neutralizar e superar a ameaça.
- 13 Concluo, enfatizando mais uma vez o caráter exploratório do texto, sinalizando algumas questões a serem aprofundadas, para que a hipótese ganhe mais consistência e relevo.

A noção de campo em Bourdieu

- 14 Supondo que nem todos os leitores são sociólogos e, portanto, não têm obrigação de conhecer o conceito de campo criado e desenvolvido por Pierre Bourdieu, passo a dizer em que ele consiste, de forma breve. O faço também por uma questão metodológica. É que este exercício me permitirá deixar claro quais são os elementos fundamentais que sustentam o conceito de campo em Bourdieu, para ver em seguida se há pertinência de sua aplicação no novo campo da sustentabilidade.
- 15 O que é um campo para Bourdieu?
- 16 Quase trinta anos depois de formular e desenvolver a noção de campo social, ou simplesmente campo, Bourdieu o definiu, em seu curso no Collège de France, em 1990, da seguinte forma: “Um campo é um jogo que se joga segundo as regularidades que estão nas regras, mas onde se pode também jogar para transformar as regras ou as regularidades” (Bourdieu, 2012:156). Portanto, o campo é um jogo, mas que não se joga de qualquer maneira ou mesmo como qualquer jogo. Como todo jogo tem suas regras, mas diferentemente dos jogos comuns, suas regras não lhes são externas, mas intrínsecas. Elas mesmas contribuem para a criação do campo, sua manutenção e reprodução, e são construídas pela conformação deste. Dito nas palavras do sociólogo francês: “as regras são regularidades implícitas, ignoradas na maior parte do tempo pelos jogadores, controladas em estado prático sem que os jogadores sejam capazes de lhes explicitar. Elas não são estáveis, à diferença dos jogos; e não são exteriores ao jogo”. (Idem, p.156)
- 17 Assim, em geral as regras que regem o funcionamento dos campos não são explícitas, existem no estado prático: “Em um campo as regras possuem uma regularidade implícita, apenas uma pequena parte dessas regularidades alcança o estado explícito..(idem, p.155), o que torna difícil o ingresso e a participação em um campo, requerendo energia e tempo dos postulantes.
- 18 Para se jogar o jogo, ou seja, para se pertencer a um campo, é necessário conhecer as regras (mesmo em estado prático) e obedecê-las, Isso não implica que elas não possam ser objeto de contestação e de mudança. Aliás, elas o são, sempre. Nesse caso, a diferença com um jogo qualquer, como o jogo de xadrez, é notória, pois neste joga-se conforme as regras

e jamais contra elas. A mudança em geral é produzida pelos novos ingressantes no campo (heréticos) contra os já antigos, que defendem a manutenção do *status quo* (ortodoxos).

- 19 Os habitantes de um campo, denominados de agentes, podem ser uma pessoa (um político, um escritor ou um cientista renomado, por exemplo), um grupo de pessoas (os parnasianos no campo literário, os biólogos no campo científico ou a bancada ruralista no campo político), uma organização (uma editora, uma universidade ou um partido político) e mesmo uma instituição (os clubes literários, a escola pública ou o Parlamento). O que comprova sua presença em um campo é sua capacidade de produzir efeitos nesse campo: “reconhece-se a presença ou existência de um agente em um campo ao fato de que ele transforma o campo”. (Bourdieu, 2000:60)
- 20 A noção de campo em Bourdieu remete a um espaço definido em que os agentes ocupam posições determinadas, sempre em relação uns com os outros. Segundo suas próprias palavras:
- O campo é uma rede de relações objetivas (de dominação ou de subordinação, de complementaridade ou de antagonismo etc.) entre posições... Cada posição é objetivamente definida por sua relação objetiva com outras posições ou, em outros termos, pelo sistema das propriedades pertinentes, isto é, eficientes, que permitem situá-la com relação a todas as outras na estrutura da distribuição global das propriedades. (Bourdieu, 1996, p. 261)
- 21 Ao criar a noção de campo como um espaço específico, com regras que lhe são próprias e, portanto, distintas de outras, Bourdieu centrou a análise sociológica não sobre pessoas ou objetos, mas sobre relações sociais. Relações que ocorrem em lugares definidos, sob contextos diferenciados. E que, por isso mesmo, não são as mesmas em toda a sociedade. Com isso, foi possível pensar a existência de campos diferenciados como o político, o literário, o científico, o artístico, o religioso, o econômico, o filosófico, e assim por diante. Cada um desses espaços tem regras de acesso e funcionamento próprias, e distintas dos demais campos. As regras que regem a produção e consumo das obras literárias não são as mesmas que regem a produção e o consumo dos produtos científicos, e seus agentes também são distintos. Em geral os escritores escrevem para o grande público, os cientistas escrevem para os seus pares. Os escritores necessitam do reconhecimento dos críticos, das editoras, mas também do público leitor. Não há escritor sem leitores, embora possa existir com poucos leitores, e muito prestígio entre os críticos. Os cientistas, por sua vez, necessitam apenas do reconhecimento de seus pares. Por isso mesmo eles escrevem para seus pares e concorrentes, e desejam que eles o considerem. O reconhecimento da sociedade é uma decorrência, e pode ou não ser relevante.
- 22 Os campos, quanto mais estruturados, mais autônomos²⁰⁹ se apresentam, mais fechados, mais voltados para si mesmo. Com regras rígidas de ingresso, como também de discurso e prática. Não se pode dizer qualquer coisa em qualquer campo. Os discursos econômicos obedecem aos cânones da economia, à sua linguagem própria, aos seus conceitos e parâmetros, assim como o discurso dos políticos, aos do campo da política, e os da filosofia, aos do campo filosófico. A forma de fazer o discurso, de agir, de se posicionar distingue os iniciados dos profanos, os profissionais dos amadores. Profanos e amadores são aqueles que não pertencem ao campo, e portanto não têm voz. Por isso, qualquer ataque a uma tese econômica não tem valor se não for realizado por um economista, reconhecido como tal por seus pares. Quem não sabe divergir em termos polidos não tem guarida no espaço do dissenso organizado que é o Parlamento. Quem não conhece a

história da filosofia, seus problemas e soluções, não tem a pertinência para discutir filosofia. Será simplesmente desprezado por seus profissionais.

Efetivamente, o campo é um microcosmo, uma espécie de mundo separado, fechado sobre si mesmo, em grande parte, mas não completamente, senão a vida política seria impossível, mas bastante fechado sobre si mesmo e bastante independente do que se passa no exterior [...] uma parte dos problemas políticos apresentados como relevantes, o são apenas para os políticos... especialmente porque lhes permite estabelecer diferenças entre eles. (Bourdieu, 2000:35)

- 23 Com a noção de campo Bourdieu encontrou uma solução ao dilema que opõe aqueles que queriam entender os fenômenos sociais em sua essência, de *per se* (análise da obra pela obra), em contraposição aos que queriam explicar todos os fenômenos sociais por suas determinações econômicas (determinações em última instância). Com seu trabalho sobre o campo literário, por exemplo, colocou as obras dentro de um contexto específico de sua produção, aceitação e consumo, com suas regras e lógicas próprias, retirando-a de um universo geral e impreciso que é o social. Resolveu, assim, as tensões entre o macro e o micro, entre o objetivo e subjetivo, pois, com a noção de campo “...as determinações econômicas ou morfológicas exercem-se apenas através da estrutura específica do campo e podem tomar rumos inteiramente inesperados...” (1996:262). Afinal, elas são traduzidas na linguagem do campo específico, e são apropriadas ou sofridas por seus agentes em conformidade com as regras do campo.
- 24 Se o campo é um espaço de luta, de afrontamento, em torno de que se realizam estas lutas? Essa questão suscita, evidentemente, respostas distintas, conforme o campo de que se esteja falando. Tomando o campo político como exemplo é claro que os participantes do jogo da política têm como objetivo o acúmulo de poderes. Estes se revestem da forma de capital, que aqui, sobretudo, é a reputação. Dela decorre a capacidade de estabelecer a divisão interna, a distância entre seus pares, e a visão de sociedade que lhe é peculiar, alimentando o seu prestígio político. Ou seja, a capacidade de fazer e desfazer (regras, cargos, alocação de recursos, etc.) no Estado e na sociedade.
- 25 Os campos em geral são microcosmos do macrocosmo social, mas dentre eles um tem mais destaque. O campo de poder, que
- [...] é o espaço das relações de forças entre agentes ou instituições que têm em comum possuir o capital necessário para ocupar posições dominantes nos diferentes campos... Ele é o lugar de luta entre detentores de poderes diferentes que... tem por aposta a transformação ou a conservação do valor relativo das diferentes espécies de capital que determina, ele próprio, a cada momento, as forças suscetíveis de ser lançadas nessas lutas. (Bourdieu, 2000, p. 244)
- 26 Os campos são formados basicamente por agentes, regras, posições, lutas, desempenhos e capitais. Estes últimos podendo ser econômico, cultural ou relacional. Os capitais têm significação e valor distinto em cada campo. Assim, o capital cultural não é muito relevante no campo empresarial. Nesse caso, os capitais econômicos e relacionais são os mais importantes. Já no campo filosófico, embora o capital econômico possa vir a jogar um papel importante, o destaque cabe ao capital cultural. Para o jornalista o papel central em seu desempenho é o capital social ou relacional, sua capacidade em obter e acessar fontes de qualidade.²¹⁰
- 27 Finalmente, deve-se destacar que os campos são construtos sociais. Não existem sempre, tomam tempo a se constituir e estão em permanente mudança, em função dos embates em seu interior, do ingresso de novos membros, das mudanças de suas regras, mas

também em função de seu diálogo com o contexto em que estão inseridos, ou seja, no macrocosmo social.

- 28 Resumindo, um campo é um espaço específico de luta entre agentes que ocupam posições na estrutura do campo. Mesmo no caso do campo literário ou artístico. O embate entre agentes desenvolve-se segundo regras que são próprias a cada campo. O resultado dessas lutas depende da posição ocupada pelo agente na estrutura que conforma o campo. A hierarquia entre os agentes se estabelece pela detenção de maior ou menor capital, particularmente aquele que detenha uma centralidade no campo. Todo campo tem também regras de acesso e, conseqüentemente, de exclusão. Finalmente, o campo detém uma estrutura. Nas palavras de Bourdieu: *“A estrutura do campo é um estado de relações de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta... da distribuição do capital específico.”* (Bourdieu, 1983:90)

O campo da sustentabilidade

- 29 A hipótese que guia este texto é a de que a produção e a dinâmica ocorrida no mundo inteiro, e com enorme profusão, em torno da sustentabilidade, desde a quarta parte do século passado, estão se constituindo em um campo específico, um campo de forças, na linguagem de Bourdieu. Como todo campo, tem propriedades próprias, distintas, mas também comuns, sendo fronteiro a outros, sem com eles se confundir, como os campos científico, o filosófico e o político. Tem regras de acesso e funcionamento, agentes, objetos em disputa e conflitos próprios.
- 30 Por outro lado, de formação recente, o campo da sustentabilidade é diferente daqueles estudados e descritos por Bourdieu, em vários sentidos. Citemos dois exemplos. Este procedimento nos permitirá identificar os agentes desse novo campo e algumas diferenças com outros, e nessa diferença será possível compreender melhor em que ele consiste.
- 31 Primeiro, não se trata de um campo em que circula saberes disciplinares como o campo científico em suas origens, mas interdisciplinar. Nele não residem profissionais de uma disciplina, navegam vários profissionais, provindos do campo científico: economistas, ecólogos, físicos, matemáticos, geólogos, climatólogos e geógrafos, entre outros. Do campo das engenharias provêm diversos tipos de engenheiros: florestais, agrônomos, ambientais, hídricos, elétricos etc. Do campo das ciências sociais provêm sociólogos, cientistas políticos e antropólogos. A interdisciplinaridade advém da própria noção de sustentabilidade que congrega diversas dimensões da vida social, entre as quais a ambiental (conservação, uso racional, resiliência), a econômica (ecoeficiência, economia verde, energia renovável, economia descarbonizada, desacoplagem) e a social (equidade, extinção da fome, redução da desigualdade, oportunidades iguais). Mas também outras dimensões como a ética, a cultural, a tecnológica, a espacial, a demográfica, a religiosa, a políticoinstitucional e assim por diante.
- 32 Em segundo, em decorrência da distinção anterior, no campo da sustentabilidade circulam diferentes saberes e práticas, e distintos profissionais, como os empresários, jornalistas, políticos, autoridades governamentais, tecnocratas e mesmo teólogos e escritores. Pela breve descrição das profissões percebe-se que estão presentes, além de conhecimentos disciplinares e interdisciplinares, saberes filosóficos, jurídicos, práticos, populares e tradicionais. Saberes que advêm da prática dos engenheiros, dos empresários

- e inventores diversos; conhecimentos e práticas de movimentos sociais, sindicatos, associações e ONGs.
- 33 Essa breve descrição de agentes, relacionados ao caráter interdisciplinar e de mútuos saberes do campo da sustentabilidade, permite outra distinção. Não se trata de um campo específico aos profissionais que tratam de meio ambiente ou dos movimentos ambientalistas. Estes estão presentes, mas ao lado de outros que são tão ou mais importantes, porque a sustentabilidade não é entendida como exclusivamente ambiental, ela é multidimensional, como já citado.
- 34 Por isso, ao lado de cientistas, professores e pesquisadores nos deparamos no campo da sustentabilidade com índios, quilombolas, ribeirinhos, pequenos agricultores, catadores de papel, trabalhadores fabris, educadores, empresários, jornalistas, além de militantes de diversos movimentos, como dos ambientalistas, das mulheres, dos jovens, dos trabalhadores e assim por diante.
- 35 Se os agentes do campo da sustentabilidade são marcados por uma enorme diversidade – há uma profusão de vozes e práticas extraordinárias –, é pertinente perguntar: Como uma multiplicidade de profissionais (agentes) e saberes pode vir a constituir um campo, com regras específicas e conflitos particulares? O que os une, então, e os distingue dos outros campos e do macrocosmo social?
- 36 A legitimidade de pertencimento dos agentes, assim como de seus discursos e práticas, nasce da referência aos dois polos mais relevantes do campo, que delimitam suas fronteiras: a ideia de que a humanidade está ameaçada e as proposições e medidas que são desenhadas para superar a ameaça.
- 37 Na prodigalidade dos discursos dos agentes que habitam o campo da sustentabilidade, há um elemento que os une e dá legitimidade a sua presença no campo: todos os discursos, em sua megadiversidade, referem-se, com linguagens distintas, direta ou indiretamente, a uma única questão – a preocupação com o futuro da humanidade. Ou seja, a capacidade do gênero humano em prolongar sua presença na Terra, de forma confortável, digna, senão para todos, pelo menos para segmentos significativos. Isso significa, entre outras coisas, que todos os agentes dos campos da sustentabilidade compartilham uma crença comum, a de que pairam ameaças sobre a reprodução da humanidade, de nossa sociedade, do patamar civilizacional alcançado. E como decorrência dessa percepção, a crença de que a sustentabilidade está perdida ou sendo perdida, e temos que construí-la ou reconstruí-la. A sustentabilidade, diante da ameaça, passa a ser um valor de envergadura ímpar e, simultaneamente, um campo de luta, pois as concepções sobre ela são diversas e contraditórias.
- 38 Há uma questão nesse aspecto que poderia derrubar nossa hipótese: a crença em ameaças à humanidade não é uma questão precedente? Sim, mas hoje é bem distinto. Senão vejamos.
- 39 O precedente que nasce no século XIX e adentra o XX encontra-se nas matrizes do pensamento de esquerda: anarquismo, socialismo e marxismo. Em resumo, elas afirmavam, em sua diversidade, que o desenvolvimento do capitalismo aumentava as contradições da sociedade e produzia o empobrecimento do proletariado e o subdesenvolvimento dos países colonizados. Degradava, portanto, as condições de vida da maior parte da humanidade. Duas são as distinções com o campo da sustentabilidade: a) não havia uma ameaça ao conjunto da humanidade; b) o empobrecimento do

proletariado, pelo menos nos países desenvolvidos, demonstrou-se, por largo tempo, falso, e no caso dos países dominados do sul, é (foi) uma verdade para uma parte deles.

- 40 O segundo precedente nasce em meados do século XX com a invenção da bomba atômica e o surgimento da Guerra Fria, basicamente entre Estados Unidos (e Europa Ocidental) de um lado, e URSS (e países socialistas-marxistas) de outro. Dois blocos, cada qual com uma cabeça dirigente. De fato, pela primeira vez em sua história o homem era capaz de destruir o homem. A humanidade estava ameaçada. Mas essa ameaça estava nas mãos de dois governos. Todos os outros atores podiam pressionar, aplaudir, contestar, repudiar seus atos, mas estavam fora da órbita de decisão. Durou pouco mais de quarenta anos. E se desfez com a falência da URSS. Se era um campo, era restrito à dimensão político-militar e dois governos, e sua crença tinha raízes nos países do norte, Europa em particular. A Ásia, exceto talvez a China e a Coreia do Norte, a África e a América Latina, talvez com exceção de Cuba, ou seja, o Sul não partilhava realmente desse sentimento. Era-lhes muito distante, ademais estavam ocupados com outros problemas muito mais prementes: como a avassaladora pobreza da maioria de seus habitantes. Hoje a crença na possibilidade do desaparecimento da humanidade é mais generalizada e, simultaneamente, mais difusa.
- 41 Portanto, a porta de entrada no novo campo (a regra de ingresso) é essa crença, mais ou menos difusa, mais ou menos genérica, de que a humanidade está ameaçada, por uma crise ambiental pouco compreendida, e uma crise econômica que se manifesta de maneira intermitente. E se não a humanidade, pelo menos o legado civilizacional construído ao longo dos últimos quatro séculos está ameaçado. Ambas as crises, e é importante frisar, resultado de ações antrópicas difusas, com fontes e resultados globais. Com minhas desculpas aos inúmeros divergentes, a crença pode assim ser resumida: vivemos uma crise global que ameaça a humanidade ou pelo menos suas condições de vida atual.
- 42 Se a crença na ameaça e no valor da sustentabilidade, entendida como capacidade de reprodução de um sistema e seu contexto, já que aquele não vive isolado, constitui o terreno comum que agrega os diversos agentes supracitados, tais agentes se distinguem no que diz respeito tanto à interpretação do que consiste essa ameaça, quanto às soluções propostas para enfrentá-las. Nesse aspecto os agentes do campo da sustentabilidade não partilham de qualquer consenso. O dissenso os joga para posições distantes, conflituosas e dialógicas. Vivem em embate constante, trocando fortes críticas entre si. A luta se faz basicamente em torno da interpretação da natureza e premência da ameaça e das medidas para neutralizá-la.
- 43 Essa luta implica o acesso e posse de capitais, pois a força dos agentes depende basicamente do capital que controlam. O capital econômico, ou seja, recursos para obter informações, tempo, participação, circulação e produção; o cultural, o grau de informações e conhecimentos que detêm e produzem sobre a problemática da sustentabilidade, que por ser complexa demanda muito tempo, energia e recursos para o seu pleno domínio; social ou relacional, que se mede pela capacidade de mobilizar outros agentes, de os conhecer e de ser reconhecido.
- 44 O desempenho do agente depende, assim, de sua capacidade em ter legitimidade para falar e ser escutado, e de mobilizar forças e poderes em sua posição, ou na direção de suas

proposições. Mas também depende da posição ocupada pelos agentes na estrutura do campo.

- 45 Nesse aspecto é bom enfatizar que o campo é formado por cinco esferas principais:
1. a governamental, composta pelos organismos multilaterais (como ONU, PNUMA, PNUD, FMI, OMS, OIT, Unesco), pelos arranjos governamentais (G20, G77), e pelos diversos governos do mundo, cada qual com seus recursos e reconhecimento.
 2. a do mercado, composta pelas empresas e empresários e suas associações e fóruns distribuídos em todo o mundo, alguns de caráter internacional e outros, nacional, como o Conselho Brasileiro Empresarial de Desenvolvimento Sustentável, o Instituto Ethos etc.
 3. a do terceiro setor, formada pelas ONGs e pelos movimentos sociais, cerne mais duro da sociedade civil, com seus atores nacionais relevantes (trabalhadores, mulheres, jovens, ambientalistas etc.) e os novos atores globais, como o Fórum Social Mundial.
 4. a da mídia, que inclui as redes sociais, composta pelos veículos e empresas de comunicação (internet, TV, rádio, jornais, revistas etc.), as editoras, redes sociais na internet e as iniciativas locais e informais que pululam em diversos territórios do mundo.
 5. a da ciência e tecnologia, formada pela academia, os institutos de pesquisa e seus profissionais, pesquisadores e cientistas, as revistas, os Congressos e eventos assemelhados (simpósios, seminários, encontros etc.).
- 46 Evidentemente, como em todo campo, os agentes e seus formatos organizativos não têm a mesma posição, não estão distribuídos igualmente, são assimétricos. As revistas acadêmicas têm prestígios diferentes, como as ONGs, os centros de pesquisa e formação, as empresas, os fóruns, os organismos internacionais e assim por diante. Os próprios temas objeto de estudo, discussão e proposição são revestidos de uma hierarquia. As agendas, ambiental ou de desenvolvimento, nacionais ou internacionais, são marcadas diferentemente. O tema da mudança climática, por exemplo, é, provavelmente, o mais nobre hoje no mundo, pois disseminou-se a crença de que existe um aquecimento global em curso, e este aquecimento tem um percentual importante de responsabilidade antrópica, e suas consequências vão acarretar perdas econômicas e humanas consideráveis nas próximas décadas, quando ainda muitos de nós estarão vivos. Afinal, como será abordado em seguida, a ele estão associadas as diversas versões da ameaça.
- 47 O grau de desempenho, e, com ele, o de reconhecimento, define quem participa, além dos governos, das reuniões multilaterais em torno dos temas que abarcam aspectos centrais da sustentabilidade, como as mudanças climáticas, a biodiversidade, a gestão dos recursos hídricos, a desertificação, as mudanças econômicas, a renovação das fontes energéticas, e assim por diante. Mas também o reconhecimento e a legitimidade dos governos. Afinal, os agentes ocupam posições hierárquicas na estrutura do campo.
- 48 É essencial ter presente que se trata de um campo recente, cuja gênese data de meados do século XX, e cuja trajetória é relativamente conhecida e normalmente relacionada às grandes iniciativas governamentais, como a Conferência de Estocolmo de 1972, a Cúpula do Mundo em 1992, no Rio de Janeiro, a criação do PNUMA, as diversas reuniões internacionais em torno das mudanças climáticas e da biodiversidade, entre outras. Outra linha normalmente percorrida para traçar a trajetória formativa do campo da sustentabilidade constitui-se das obras marcantes nesse período, em particular a de Rachel Carlson (2010), a de Meadows e colaboradores (1972), passando pelo relatório famoso da ex-ministra da Noruega, Gro Brundtland, em 1987, até o último relatório do IPCC de 2007. Já existe uma farta literatura narrando e interpretando todos esses acontecimentos e obras.

- 49 Contudo, existem outros eventos, dezenas, milhares, milhões que mostram, desde meados do século passado, como o campo da sustentabilidade se forma. Citemos alguns, a título de exemplo ou ilustração:
- A criação de centros de estudos, pesquisas e formação na área da sustentabilidade – que no mundo inteiro ganhou dimensões exponenciais na dobra do século anterior para o atual, sobretudo no campo da pós-graduação –, e a elaboração de milhares de dissertações e teses doutorais.
 - O surgimento de revistas científicas dedicadas ao tema da sustentabilidade, ou que a esta temática se abriram, e que ultrapassam uma centena no mundo inteiro, além das revistas de vulgarização, sem contar a publicação de livros, folhetos e revistas tipo magazines.
 - A criação de oficinas, *bureaux*, departamentos e similares em agências multilaterais, governamentais e empresariais; nenhuma grande empresa no mundo pode se dar ao luxo de não ter um departamento voltado às ações de responsabilidade socioambiental.
 - A ocorrência de congressos, seminários, simpósios e similares sobre o tema, em todo o mundo.
 - A criação de novas ONGs, ou a transformação de algumas, voltadas para a questão da sustentabilidade ou do desenvolvimento sustentável.
- 50 O tema está na mídia, nas escolas, nas famílias, nas conversações corriqueiras de milhares de pessoas no mundo inteiro, cotidianamente.
- 51 Houve, no entanto, ocorrências, obras e embates menos conhecidos do grande público, mas que tiveram uma enorme relevância na constituição desse campo. Um deles, sem dúvida, refere-se ao trabalho, a obra e aos debates que envolveram Nicholas Georgescu-Roegen. O economista romeno mostrou que a ciência econômica é limitada e não compreende o fluxo econômico na sua integridade, pois descola o processo de produção e consumo da natureza, cria um sistema isolado, povoado por personagens dotados exclusivamente de racionalidade instrumental. Assim, a economia convencional desconhece o essencial – que o fluxo de produção é na realidade um processo de transformação de material e energia, submetido como todo processo similar à lei da entropia. Portanto, todo o processo produtivo transforma energia utilizável em energia não utilizável. E mais ainda, esse metabolismo cria necessariamente resíduos, que não são, em grande parte, facilmente absorvíveis pela natureza. Com um detalhe: esse metabolismo tem limites, afinal, a natureza é depositária de recursos finitos.
- 52 O deslocamento que Georgescu-Roegen (1999) produz, não apenas, impacta o pensamento econômico, mas também nossa concepção sobre a natureza, e sobre a impossibilidade da manutenção de nosso modelo econômico. Desenha cientificamente uma ameaça potencial, que aos poucos se concretiza.
- 53 Mas há muitas outras obras e debates que provocam mudanças no mundo da interpretação das relações do homem com a natureza. Ivan Ilitch é um desses intelectuais que ainda nos anos 1960 produz uma obra importante na demonstração do princípio de inflexão no uso de determinadas técnicas e práticas, como a forma de mobilidade urbana ou a medicalização crescente da sociedade (2005). E, ao lado dele podem-se citar centenas de outros.²¹¹
- 54 Resta ainda estudar em profundidade o conjunto desses processos formativos do campo da sustentabilidade e suas mútuas relações. De maneira idêntica, estudar a forma como o campo recebe as pressões e demandas do macrocosmo social, e como as traduz segundo suas próprias regras. Questões que aqui não temos condições nem espaço de colocar.

Fronteiras do campo: acesso e subcampos

- 55 Uma questão importante em relação à constituição e à consolidação do campo da sustentabilidade é a liga que o amálgama, as linhas que tecem o campo, distinguindo-o de outros, dando-lhe uma especificidade própria.
- 56 Devem existir vários mecanismos e regularidades que cimentam os diversos agentes entre si, além da crença comum de uma ameaça à humanidade e de soluções para fazer face a essa ameaça. No entanto, suas interpretações e proposições fazem parte dessas linhas, pois agrupam os iniciados em correntes, ou subcampos, que se distinguem uns dos outros. Agentes que habitam as diversas esferas supracitadas, e se defrontam. Por essa razão, é relevante abordar esses dois aspectos que conformam a fronteira do campo da sustentabilidade.
- 57 A ameaça é desenhada distintamente nos discursos dos agentes, em um gradiente que vai do radical ao moderado. Para captar esse desenho utilizo um recurso de simplificação, mostrando quatro leituras habituais e que gozam de prestígio e legitimidade diferenciados.
- 58 A versão mais popular dessa ameaça, no sentido de mais primária e não de mais aceita, é que ela consiste no comprometimento do planeta Terra, na sua manutenção. A Terra estaria ameaçada. E essa ameaça advém das mudanças climáticas, em particular do aquecimento global. Aquecida, a vida se tornaria inviável, e o planeta se tornaria um imenso deserto, submetido a variações climáticas irresistíveis. Claro que essa forma vulgar não tem muita consistência lógica, mesmo porque, deserto, o planeta continuaria seu curso. Não deixa, porém, de se constituir em um apelo mediático interessante, sobretudo para os que são pouco informados, leia-se, provavelmente a maioria das pessoas. Daí onde decorre a proclamação: “Salvemos o planeta! Salvemos a Terra!”.
- 59 A segunda versão, muito difundida, é que a vida, e não o planeta, estaria ameaçada. Em particular, o aquecimento global, mas também, embora de menor monta, e como variáveis dependentes, a destruição da biodiversidade, dos solos e dos recursos hídricos, seriam os seus fatores responsáveis. Claro que aqui também o desconhecimento científico é grande, na medida em que se desconhece que a Terra já esteve mais quente, inclusive por ocasião do surgimento da vida. Várias bactérias vivem e se reproduzem a temperaturas em que não conseguiríamos sobreviver, como 70°C. E caso o cenário do aquecimento global em sua forma mais radical ocorra, elas estarão lá para dar surgimento a formas mais complexas de vida, passados alguns milhões de anos, como já ocorreu em nosso planeta. O mais provável é que o planeta se livre de nós, como um cachorro de uma pulga.
- 60 A terceira versão da ameaça encontra-se traduzida na afirmação de que o gênero humano seria extinto. É interessante que, aqui também, o papel central da fonte da ameaça reside no aquecimento global, sem desconhecer os outros fatores que, como anteriormente, funcionam como variáveis dependentes. E ela supõe, igualmente, a ocorrência dos piores cenários desenhados pelo IPCC. Aparentemente, é uma versão muito difundida, inclusive entre setores escolarizados da classe média. Se situaria em uma escala de probabilidade com mais chances de ocorrer do que as anteriores. Ou seja, com ela saímos do mundo do imaginário para adentrar o mundo das possibilidades.

- 61 A quarta e última versão da ameaça tem por alvo a degradação das condições de vida de grande parte da humanidade, senão da sua maioria esmagadora. Nesse caso, o aquecimento ora ocupa o lugar central, como nas versões anteriores, com variáveis dependentes, ora joga um papel relevante, mas não central, porque variáveis do mundo social e econômico estão mais presentes, produzindo uma degradação crescente de recursos naturais e fontes de energia, com seu uso irracional e predatório. A ameaça surge igualmente da rapidez dos processos de depleção ambiental, disfuncionalidade social e crises econômicas. Nesse caso sai-se do mundo das possibilidades para o das probabilidades.
- 62 A forte maioria dos agentes do campo tendem a acreditar nas hipóteses três ou quatro, que são as mais consistentes. De toda forma, as hipóteses anteriores contêm a terceira e quarta.
- 63 Se em relação às ameaças as versões são quatro, no caso das medidas necessárias para enfrentá-las existem três correntes de pensamento. Se bem que é preciso ter muito claro que cada uma dessas hipóteses contém inúmeras variações em seu interior. Normalmente em disputas entre si. Elas têm valor e impacto diferenciados sobre o desempenho da economia, das políticas públicas, como também uma aceitação distinta na sociedade. Congregam, senão a totalidade, a maior parte das proposições voltadas à construção ou manutenção da sustentabilidade.
- 64 A primeira corrente é representada, sobretudo, por Solow (2000), Prêmio Nobel de Economia. Em resumo, ele afirma que a trajetória do desenvolvimento econômico iniciada na Europa Ocidental entre os séculos XVIII e XIX e, depois disseminada por todo o mundo, pode continuar propiciando a um número crescente de pessoas um bem-estar cada vez maior, como tem ocorrido até agora. O progresso técnico contido nessa trajetória proporcionará a todos os habitantes uma condição de vida digna, sem que o meio ambiente seja destruído, pelo simples fato de que a escassez de recursos impulsiona inovações tecnológicas que utilizam outros recursos e outros processos produtivos, capazes de produzir cada vez mais mercadorias com cada vez menos recursos naturais e energia.
- 65 A segunda, no outro extremo, vê na ideia do desenvolvimento um engodo, pois não pode ser generalizado, e um risco, pois tem uma trajetória prescrita de autodestruição. Prega, portanto, não apenas uma parada no crescimento econômico, como sugere o relatório do Clube de Roma (Meadows et al., 1972), mas mesmo uma inversão, um decrescimento.
- 66 A ideia do decrescimento nasce, na realidade, da obra de GeorgescuRoegen (1999), mas também com outras inspirações secundárias, e que tem em Serge Latouche, hoje, o teórico mais conhecido entre nós no Brasil. Em sua essência trata-se de abandonar o caminho do desenvolvimento, ideologia mortífera em que estamos envolvidos, para adotar outro modo de produção e, sobretudo, de consumo. Outro estilo de vida, com outros valores.
- 67 No meio igualmente distante das duas posições anteriores situa-se a corrente hoje hegemônica no campo, a do desenvolvimento sustentável (DS), que pode ser definido como um processo que permite ao planeta Terra, como um todo, dotar-se de um sistema socioambiental em que ocorre o uso racional e parcimonioso dos recursos naturais, respeitando a resiliência de seus ecossistemas; com uma economia eficiente, que poupa energia e recursos naturais, usando cada vez mais energia limpa, proporcionando aos seus membros melhores oportunidades de desenvolvimento e acesso aos bens mínimos necessários a uma vida digna, portanto, um sistema socioambiental que desconcentra a

riqueza, ao invés de concentrá-la. Sua ideia encontra-se expressa no relatório Gro Brundtland (1987), embora tenha gênese anterior, e vários desenvolvimentos. Tornou-se desde a Cúpula Mundial no Rio de Janeiro, em 1992, a corrente mais aceita nas Nações Unidas, em muitos governos, na mídia e no meio empresarial. De certa forma ela reúne os agentes mais importantes e mais centrais do campo da sustentabilidade, e com mais recursos económicos e de mídia.

- 68 As divergências no âmbito dessa corrente de pensamento são inúmeras. Desde as posições que na realidade apenas vendem a ideia da sustentabilidade sem qualquer medida significativa até a proposta de Tim Jackson, Prosperidade sem crescimento (2011).
- 69 Evidentemente que a avaliação do grau da ameaça que paira sobre nós tem peso distinto em cada corrente. Da mesma maneira, o *locus* ou a estratégia de suas soluções são diferentes.
- 70 É interessante observar que a corrente de Solow, chamemo-la assim por falta de um nome consensual, minimiza a ameaça: ela existe, mas não é nem tão radical, nem tão iminente. Por outro lado, despeja suas esperanças de neutralização e superação da ameaça nos mecanismos de mercado, na alocação dos recursos. O caminho para a construção da sustentabilidade é o do desenvolvimento tecnológico. Sua pregação é simples e direta: se falta água, transformaremos a água do mar em doce, se falta petróleo, desenvolveremos formas renováveis e limpas de energia, se falta solo agriculturável, o recuperaremos. Sua ideologia é a do progresso, que se constrói na segunda metade do século XIX.
- 71 A corrente do decrescimento acredita que a ameaça é muito grave e premente. O *locus* de sua proposição reside na sociedade civil, onde habitam os atores capazes de provocar a mudança do modelo de desenvolvimento imperante. Sua estratégia consiste na mudança da cultura, dos valores e do estilo de vida dos cidadãos e dos consumidores. Essa mudança pressionará as transformações necessárias nos processos produtivos e no modelo de consumo vigente. Lembra, de certa forma, o pensamento de Gramsci, que pregava a reforma intelectual e moral como condição para uma tomada do poder que fosse efetivamente transformadora, e não reprodutora das ideologias pretéritas.
- 72 Finalmente, a corrente do desenvolvimento sustentável, que se tornou majoritária recentemente nos organismos multilaterais – embora não necessariamente na maioria dos governos e das empresas – deposita suas esperanças de mudanças na política, em particular na ação do Estado. A corrente acredita que os acordos internacionais e as medidas de incentivo, regulação e fiscalização, juntos, criam as condições favoráveis para as mudanças de produção e consumo que garantem a sustentabilidade do mundo. Não é por acaso que a presença dos agentes que se identificam com tal proposição se faça, sobretudo, e de maneira hegemónica nas esferas governamental, académica e jornalística, disputando com a primeira corrente o domínio na esfera do mercado.

Conclusão

- 73 Essas digressões se prestam a identificar elementos centrais do novo campo, dando consistência à ideia de se está diante de um novo campo, que envolve diferenças, mas também similitudes com a noção de campo desenvolvida por Bourdieu. Nessa linha, delineiam-se quais as regras específicas desse campo, as posições possíveis de seus agentes, o rito de ingresso, a lógica específica de seu funcionamento, o valor dos capitais e os mecanismos de desempenho. Alguns desses elementos, reconheço, foram identificados

ainda de forma preliminar. Trata-se, assim, de um desafio de desenvolvimento e não de mudança, de continuidade e aprofundamento, e não de inflexão.

- 74 A despeito de demonstrar mais claramente as nuances próprias desse novo campo, resta ainda sinalizar a sua utilidade heurística, na dimensão do conhecimento e da compreensão, mas igualmente no embate político e social – para alguns, civilizacional – em que nos encontramos atualmente.

BIBLIOGRAFIA

Referências

- BAKER, S. et al. (orgs). *The politics of sustainable development: theory, policy and practice within the European Union*. Londres: Routledge, 1997.
- BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- . *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- . *Propos sur le champ politique*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000.
- . *Sur l'État*. Paris: Seuil, 2012.
- BRUNDTLAND, G. H. (org.). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1987.
- CARLSON, R. *A primavera silenciosa*. São Paulo: Gaia, 2010 [1ª edição: Boston: Houghton Mifflin, 1962].
- ENRÍQUEZ, M. A. *Da ilusão do crescimento à emergência do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. *The entropy law and the economic process*. Boston: Harvard University Press, 1999.
- JACKSON, T. *Prosperité sans croissance: la transition vers une économie durable*. Paris: Etopia/De Boeck, 2011.
- JACOBS, M. Sustainable development as a contested concept. In: DOBSON, A. (org.). *Fairness and futurity: essays on environmental sustainability and social justice*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- ILLICH, I. *Oeuvres completes*. Paris: Fayard, 2005, 2 vols.
- MEADOWS, D. et al. *Os limites do crescimento*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- NASCIMENTO, E. P. do; COSTA, H. A. Sustainability as a new political field. *Cahiers du IIRPC*, no especial, pp. 51-58, 2010.
- NOBRE, M. e AMAZONAS, M. de C. *Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito*. Brasília/São Paulo: IBAMA/CEBRAP, 2002.

- PAULET, J. P. *Le développement durable*. Paris: Elipses, 2005.
- SACHS, I. *Stratégies de l'écodéveloppement*. Paris: Editions Ouvrières, 1980.
- SOLOW, R. *Growth theory: an exposition*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- VEIGA, J. E. da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- . *Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor*. São Paulo: Senac, 2010.

NOTAS

- 206.** Meus agradecimentos a Fabiano Toni, Letícia Ramos, Philippe Lena e Aristides Coelho pelas diversas observações que permitiram melhor apresentar as ideias deste artigo. Evidentemente que todas as falhas são de minha exclusiva responsabilidade.
- 207.** Além desse artigo de 2011 há um outro no prelo, em livro que está sendo organizado pela Embrapa.
- 208.** Ver, entre outros: Sachs (1980); Baker et al. (1997); Jacobs (1999); Paulet (2005); Wackermann (2008); Veiga (2008 e 2010) e Enriquez (2010).
- 209.** Autônomo, segundo a etimologia, quer dizer que tem a sua própria lei, seu próprio *nomos*, que tem nele mesmo o princípio e a regra de seu funcionamento. (Bourdieu, 2000:52)
- 210.** O leitor deve ter presente que a noção de capital (econômico, político, social etc) em Bourdieu é muito distinto do usado por Robert Putman, e que se tornou, em geral, mais conhecido.
- 211.** Ver sobre esses autores as bibliografias dos textos de Flipo e Martínez-Alier neste livro.

AUTOR

ELIMAR PINHEIRO DO NASCIMENTO

Sociólogo, professor associado do Centro de Desenvolvimento Sustentável (UnB), onde foi diretor (2007-2011). Atualmente é membro do comité científico do Institut International de Recherches Politique de Civilisation (IIRPC). Publicou alguns artigos em revistas nacionais e internacionais, e capítulos de livros, sobre os dilemas do desenvolvimento sustentável. E-mail: elimarcds@gmail.com

Os autores

- 1 **Alain Gras** – Socioantropólogo das técnicas, professor emérito da Universidade de Paris I, fundador do Centro de Estudos das Técnicas, dos Conhecimentos e das Práticas (Cetcopra), na UFR de Filosofia da Sorbonne. Autor, entre outros livros, de *Fragilité de la puissance – Se libérer de l'emprise technologique*, Fayard, 2004 e *Le choix du feu – Aux origines de la crise climatique*, Fayard, 2008. E-mail: gras@univ-parist.fr
- 2 **Alan Boccato-Franco** – Formado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de São Carlos, é especialista em Programa Nacional de Reforma Agrária e Assentamentos pela Universidade Federal de Lavras. É servidor do Ministério do Meio Ambiente, onde atua com políticas para viabilizar as atividades produtivas dos Povos e Comunidades Tradicionais que vivem nas florestas brasileiras. Atualmente está cursando mestrado no Programa de Pósgraduação em Desenvolvimento Sustentável, no Centro de Desenvolvimento Sustentável-CDS da Universidade de Brasília – UnB, onde está desenvolvendo dissertação a respeito do decrescimento. E-mail: alanboccato@gmail.com
- 3 **Andrei Cechin** – Doutorando em Administração na Universidade de Wageningen na Holanda e bolsista da fundação Wotro no projeto “Coops and Chains: linking smallholders to agricultural markets”. É mestre em Ciência Ambiental e economia pela USP. É autor do livro *A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen* (Edusp, 2010). E-mail: andrei.cechin@wur.nl
- 4 **Angélique del Rey** – Professora de filosofia. Último livro publicado: *À l'école des compétences. De l'éducation à la fabrique de l'élève performant* (La Découverte, 2010). Com Miguel Benasayag: *Éloge du conflit* (La Découverte, 2007). E-mail: adelrey@wanadoo.fr
- 5 **Clóvis Cavalcanti** – Economista pela Universidade Federal de Pernambuco (1963) e mestrado na Universidade de Yale (1965). Professor da UFPE, 1965-2010. Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco desde 1972. Professor visitante da Universidade de Oxford e outras. Autor de uma dezena de livros e de uma centena de artigos científicos. Presidente de Honra da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (EcoEco). E-mail: clovati@fundaj.gov.br
- 6 **Eduardo Gudynas** – Secretário executivo do *Centro Latino Americano de Ecologia Social* (CLAES) e pesquisador do D3E (*Desarrollo, Economía, Ecología, Equidad América Latina*), Montevideo, Uruguay. Membro do IPCC desde 2010. Realizou trabalhos de consultoria para

várias agências internacionais: GTZ; Agencia Espanola de Cooperación Internacional; Bank Information Center (BIC) en Washington; PNUD; Action Aid; Oxfam. Professor visitante em várias universidades latino-americanas, EUA e Áustria. Publicou, entre outros livros, *El mandato ecológico* (AbyaYala, Quito, 2009), *Vendiendo la Naturaleza. Impactos ambiental del comercio internacional en América Latina* (UMSA-GTZ-CLAES, La Paz, 1996). E-mail: egudynas@ambiental.net

- 7 **Elimar Pinheiro do Nascimento** – Sociólogo, professor associado do Centro de Desenvolvimento Sustentável (UnB), onde foi diretor (2007-2011). Atualmente é membro do comité científico do Institut International de Recherches Politique de Civilisation (IIRPC). Publicou alguns artigos em revistas nacionais e internacionais, e capítulos de livros, sobre os dilemas do desenvolvimento sustentável. E-mail: elimarcds@gmail.com
- 8 **Ernest Garcia** – Professor do Departamento de Sociologia e antropologia social da Universidade de Valência (Espanha). Foi Decano da Faculdade de Ciências Sociais e realiza pesquisas sobre mudança social e sociologia ecológica. Autor de *Medio ambiente y sociedad: La civilización industrial y los limites del planeta*. Madrid, Alianza (2004). E-mail: ernest.garcia@uv.es
- 9 **Fabrice Flipo** – Professor de filosofia no Institut Télécom de Paris – Langues et Sciences Humaines de Paris (França). Publicou em 2007 *Justice, nature et liberté. Les enjeux de la crise écologique* (Lyon, Parangon) e, com D. Bayon e F. Schneider, *La décroissance. 10 questions pour comprendre et en débattre* (La Découverte, 2010). E-mail: fabrice.flipo@no-log.org
- 10 **François Chesnais** – Economista, professor associado da Universidade de Paris XIII, conselheiro científico de ATTAC. Co-redator da revista marxista independente *Carré rouge*. Último livro publicado: *Les dettes illégitimes – Quand les banques font main basse sur les politiques publiques* (Paris, Éd. Raisons d’Agir, 2011). E-mail: chesnaisf@free.fr
- 11 **Gilbert Rist** – Professor do Institut de hautes études internationales et du développement – Genebra. Autor, entre outros, dos livros *Le développement: histoire d'une croyance occidentale* (Presses de Sciences Po, Paris, 1996) e *L'économie ordinaire entre songes et mensonges* (Presses de Sciences Po, Paris, 2010). E-mail: Gilbert.Rist@infomaniak.ch
- 12 **Gisella Colares Gomes** – Economista pela Universidade Federal do Ceará, doutoranda do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Tecnologista em informações geográficas e estatísticas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tem interesse pelas temáticas mudança de paradigma nas ciências econômicas e economia ecológica. E-mail: gisella.colares@gmail.com
- 13 **Hervé Kempf** – Jornalista. Colunista do jornal *Le Monde*, especialista das questões ambientais. Autor de vários livros. Dois estão disponíveis em português: *Como os ricos destroem o planeta* (Globo) e *Para salvar o planeta, livrem-se do capitalismo* (Livre). E-mail: kempfherve@hotmail.com
- 14 **Igor S. H. de Carvalho** – Biólogo e Mestre em Política e Gestão Ambiental pela Universidade de Brasília, doutorando no programa Ambiente e Sociedade da Universidade de Campinas. Trabalha com Agroecologia e Agroextrativismo, especialmente com comunidades rurais do bioma Cerrado. Já atuou em organizações como o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) e o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM). Atualmente é bolsista de doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). E-mail: igorshc@yahoo.com

- 15 **Jean-Claude Besson-Girard** – Escritor, pintor, fundador e diretor da revista *Entropia- Revue d'étude théorique et politique de la décroissance* (Parangon/Vs). No tema, publicou em 2005 o livro *Decrescendo cantabile* (Parangon). E-mail: jeanclaud.bessongirard@sfr.fr
- 16 **Jean-Marc Salmon** – Pesquisador em Ciências Sociais associado ao grupo ETOS, ensina no Institut Télécom, Évry, France. Coordenou o programa de pesquisa do Ministério francês de ecologia sobre mudanças climáticas e suas políticas de 1993 a 2005. Antigo diretor do Bureau du Livre Français de New York. Uma de suas obras foi traduzida para o português: *Um mundo em velocidade* (Un monde à grande vitesse, Seuil). E-mail: jmsalmon@gmail.com
- 17 **Joan Martínez-Alier** – Professor de economia e história económica da Universidade Autônoma de Barcelona. Membro fundador da Sociedade Internacional de Economia Ecológica (ISEE) e da revista *Ecological Economics*. Diretor da revista *Ecologia Política*. Publicou o livro pioneiro *Ecologia i l'economia* em 1984, que se tornou um clássico da crítica ecológica à ciência económica. Com Inge Ropke, publicou em 2008 os 2 volumes de *Recent Developments in Ecological Economics* (Edward Egar pub.). Defende a noção de dívida ecológica. E-mail: Joan.Martinez.Alier@uab.cat
- 18 **José Eli da Veiga** – Professor dos programas de pós-graduação do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI/USP) e do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ). É colaborador permanente das colunas de opinião do jornal *Valor Econômico* e da revista *Página 22* e autor de vinte livros, entre os quais *Sustentabilidade – A legitimação de um novo valor* (Ed. Senac, 2011). Website: <http://www.zeeli.pro.br>
- 19 **Liz-Rejane Issberner** – Pesquisadora titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, IBICT/MCT e Professora no PPGCI, convênio IBICT com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua na área de informação e desenvolvimento socioambiental. E-mail: lirismail@gmail.com
- 20 **Maria Amélia Enríquez** – Economista, doutora em desenvolvimento sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB). Professora da Universidade da Amazônia (Unama) e da Universidade Federal do Pará (UFPA). Ex-presidente da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO- www.ecoeco.org.br). Membro científico do International Panel for Sustainable Resource Management (Resource Panel – IRP) do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP). E-mail: mameliaenriquez@gmail.com
- 21 **Mauro Bonaiuti** – Fundador e animador da Associação para o Decrescimento na Itália. Há publicado *La teoria bioeconomica*, Carocci (2001); uma coletânea de textos de N. Georgescu-Roegen, *Bioeconomia, Verso un'altra economia ecologicamente e socialmente sostenibile*. Bollati Boringhieri (2003) e o volume *Obiettivo decrescita*, EMI (2004). Recentemente organizou o volume: *From Bioeconomics to Degrowth*, Routledge, London New-York, 2011. Ensinou nas Universidades de Bologna, Modena e Torino. E-mail: mauro.bonaiuti@unibo.it
- 22 **Michael Löwy** – Sociólogo e filósofo franco-brasileiro. *Directeur de Recherche* emérito do CNRS, professor da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS-Paris). Coautor do *Manifesto Ecosocialista Internacional* (com Joel Kovel). Autor de vários livros sobre o pensamento marxista traduzidos em português.
- 23 **Miguel Benasayag** – Filósofo, epistemólogo e psicanalista. Professor visitante na Universidade de Lille 3. Coordena os *laboratorios sociales* na Argentina. Últimos livros publicados: *Organismes et artefacts* (La Découverte, 2010) e, com Angélique del rey, *De l'engagement dans une époque obscure* (Le passager clandestin, 2011).

- 24 **Onofrio Romano** – Ensina Socialização, culturas e marginalidade na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Bari “Aldo Moro” e integra o conselho dos docentes do doutorado em Filosofias e teorias sociais contemporâneas. É autor de numerosos ensaios sobre as culturas pós-modernas e as sociedades mediterrâneas. Entre suas obras recentes, ver *A comunhao reversiva* (Carocci, 2008). E-mail: o.romano@scienzepolitiche.uniba.it
- 25 **Philippe Léna** – Geógrafo e sociólogo, *Directeur de Recherche* do IRD (França). Foi pesquisador visitante no INPA, MPEG e UFRJ, ex-presidente do IAG (International Advisory Group-MMA/PPG7/Banco Mundial). Coordenou, no IRD, uma Unidade de Pesquisa dedicada à Amazônia. Último livro no Brasil (com Roberto Araujo Santos): *Desenvolvimento sustentável e sociedades na Amazônia* (MPEG, Belém, 2010). E-mail: philippe.lena@sfr.fr
- 26 **Santiago Vilanova** – Jornalista, escritor e consultor ambiental. Co-fundador do partido ecologista *Els Verds-Alternativa Verda*, que faz parte da coalizão independentista *Solidaridad Catalana*. É presidente da associação *Una Sola Terra*. Foi diretor do *Diario de Barcelona* (1983-84) e muitas vezes candidato ecologista nas eleições para o Parlamento Catalã, Espanhol e Europeu. Apoiou desde o início o movimento a favor do decrescimento na Catalunia, cujos encontros foram reunidos no ensaio *Decreixement per salvar la Terra*. Em 1981 publicou a tese *L'econacionalisme. Una alternativa catalana dins una Europa ecològica* onde defende o conceito de bionação, que vincula os movimentos de liberação nacional com a economia da Natureza. E-mail: vilanova.santiago@hotmail.com
- 27 **Serge Latouche** – Economista, Professor emérito da Universidade Paris-Sud. É diretor do *Groupe de recherche en anthropologie, épistémologie et économie de la pauvreté (GRAEEP)*. Crítico histórico do modelo econômico dominante, é membro do Mauss e da Associação *La ligne d'Horizon*. É um dos principais defensores e teóricos do decrescimento. Publicou numerosos livros, alguns foram traduzidos em português, em particular o *Pequeno tratado do decrescimento sereno* (São Paulo, Martins Fontes, 2009).
- 28 **Vincenzo Lauriola** – Sócio-economista ecológico italo-brasileiro. Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa/MCTI). Foi Coordenador do Inpa em Roraima, pesquisador visitante (Fapesp) junto ao Nepam/Unicamp, assessor da Funai, bolsista de pesquisa no IRD (França), assessor socioambiental junto ao movimento indígena na Amazônia. Atuou na Terra Indígena Raposa Serra do Sol com ênfase em conflitos socioambientais, bens comuns e sustentabilidade. E-mail: enzo@inpa.gov.br